



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A AMÉRICA LATINA
Direito, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Cultura



**III Congresso Internacional de Políticas
Públicas para a América Latina:**

Direito, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Cultura

ISSN 2965-2502

UNIVALI – Campus Itajaí – 16 a 18 de novembro de 2022



FICHA CATALOGRÁFICA

C76 Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina (3 :
2022 : Itajaí, SC).
Anais do Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América
Latina [recurso eletrônico] : direito, saúde, educação, meio ambiente e
cultura / organização Albertina Xavier da Rosa Corrêa ...[et al.] – Itajaí, SC:
Ed. da Univali, 2022.

Vários autores.

III Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina:
direito, saúde, educação, meio ambiente e cultura, Itajaí, 16 a 18 de
novembro de 2022.

Modo de acesso : World Wide Web
ISSN 2965-2502

1. Políticas Públicas - Eventos. 2. Educação. 3. Meio Ambiente. 4. Saúde.
5. Cultura. 7. Direito. I. Corrêa, Albertina Xavier da Rosa. II. Universidade
do Vale do Itajaí. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Comunitária da Univali
Campus Balneário Camboriú



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas
Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo e Hotelaria
Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Gestão de Trabalho
Mestrado Profissional em Psicologia
Escola de Ciências Sociais e Jurídicas
Escola de Ciências da Saúde
Escola Politécnica
Escola de Negócios, Educação e Comunicação

APOIO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR – CAPES PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS NO PAÍS – PAEP

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ - SC, Brasil
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE ITAJAÍ – SC, Brasil
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - PR, Brasil
UNIVERSIDADE DE ALICANTE – UA, Espanha
UNIVERSIDAD DE GRANADA - UGR, Espanha
UNIVERSIDADE SIMÓN BOLIVAR – USB, Colômbia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR, Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS – UFT, Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, Brasil
ACADEMIA DE LETRAS DO BRASIL - SUBSEÇÃO BRUSQUE - SC - Brasil
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA POPULAR DE ITAJAÍ CARLINHOS NIEHUES -
SC, Brasil

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Albertina Xavier da Rosa Corrêa
Carlos Roberto Praxedes dos Santos
Claudia Beatriz Batschauer da Cruz
Graziela Breitenbauch de Moura
Graziela Liebel
Joaquim Olinto Branco
Marcos Vinícius Viana da Silva
Maria Glória Dittrich

REVISÃO TEXTUAL

Andreia Dalla Colletta



DIAGRAMAÇÃO

Daniel Henrique dos Santos
Laryssa Silva Rodrigues de Souza

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

COORDENAÇÃO GERAL

Alceu de Oliveira Pinto Júnior - Escola de Ciências Jurídicas e Sociais/Univali
Graziela Breitenbauch de Moura - PMGPP (Univali)
Marcos Vinícius Viana da Silva - PMGPP (Univali)
Maria Glória Dittrich - Coordenadora do PMGPP (Univali)
Paulo Sabatke – Observatório Social de Itajaí (OSI)
Priscila de Souza – Escola de Ciências da Saúde/Univali
Vanderléa Ana Meller - PMGPP (Univali)

MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

Dr. Alceu de Oliveira Pinto Junior – Escola de Ciências Jurídicas e Sociais/Univali
Dr. Carlos Golembiewski – PMGPP/Univali
Dr. Fernando Cesar Lenzi – PMGPP/Univali
Dr. Joaquim Olinto Branco – PMGPP/Univali
Dr. Luciano Torres Tricárico – DTH/Univali
Dr. Marcos Arnhold Junior – DTH/Univali
Dr. Marcos Aurelio Maeyama – PMGPP/Univali
Dr. Marcos Vinícius Viana da Silva – PMGPP/Univali
Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira – PMGPP/Univali
Dr. Rafael Burlani Neves – PMGPP/Univali
Dr. Ricardo Stanziola Vieira – PMGPP/Univali
Dr. Rodrigo Massaroli – Curso de Enfermagem/Univali
Dra. Ana Cláudia Delfini – PMGPP/Univali
Dra. Carina Nunes Bossard - PMP/Univali
Dra. Fabiane Fisch - PMGPP/Univali
Dra. Graziela Breitenbauch de Moura – PMGPP/Univali
Dra. Maria Glória Dittrich – PMGPP/Univali
Dra. Priscila de Souza – Escola de Ciências da Saúde/Univali
Dra. Samira Kauchakje - UDESC
Dra. Stella Maris Brum - PPMSGT/Univali
Dra. Vanderlea Ana Meller – PMGPP/Univali
MSc. Francine Simas Neves – Escola de Negócios, Educação e Comunicação/Univali
MSc. Heloisa Beatriz Machado – Curso de Enfermagem/Univali
Paulo Sabatke – Observatório Social de Itajaí (OSI)



COMISSÃO CIENTÍFICA

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Dra. Albertina Xavier da Rosa Corrêa - Univali
Dra. Graziela Liebel – Univali
Dr. Joaquim Olinto Branco – Univali
Dr. Carlos Roberto Praxedes dos Santos - Univali

MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Carolina Godinho Pahl – Mestranda PMGPP/Univali
Cesar Henrique Barzotto Antunes – Mestrando PMGPP/Univali
Claudio da Silva - Mestrando PMGPP/Univali
Dr. Adilson Felício Feiler - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
Dr. Asensio Navarro Ortega – UGR - Espanha
Dr. Carlos Alberto Justo da Silva - Universidade Federal de Santa Catarina
Dr. Carlos Golembiewski - PMGPP/Univali
Dr. Carlos Roberto Praxedes dos Santos – PMGPP/Univali
Dr. Fernando Cesar Lenzi - PMGPP/Univali
Dr. Jamir João Sardá Júnior - UFSC
Dr. João Portes - Univali
Dr. Joaquim Olinto Branco - PMGPP/Univali
Dr. Luciano Torres Tricárico - Univali
Dr. Marco Aurélio Da Ros - PPMSGT/Univali (*in memoriam*)
Dr. Marcos Arnhold Junior - Univali
Dr. Marcos Aurelio Maeyama - PMGPP/Univali
Dr. Marcos Vinicius da Costa Meireles - Instituto Federal de Goiás
Dr. Marcos Vinícius Viana da Silva - PMGPP/Univali
Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira - PMGPP/Univali
Dr. Rafael Burlani Neves - PMGPP/Univali
Dr. Ricardo Stanziola Vieira - PMGPP/Univali
Dr. Rodrigo Massaroli - Univali
Dr. Vinicius Almada Mozetic - Unoesc
Dra. Albertina Xavier da Rosa Corrêa - PMGPP/Univali
Dra. Ana Claudia Delfini - PMGPP/Univali
Dra. Angélica Garcia Couto - Univali
Dra. Carina Nunes Bossardi - Univali
Dra. Claudia Beatriz Batschauer da Cruz - PMGPP/Univali
Dra. Fabiane Fisch - PMGPP/Univali
Dra. Fabíola Hermes Chesani - Univali
Dra. Fátima de Campos Buzzi - Univali
Dra. Graziela Breitenbauch de Moura - PMGPP/Univali
Dra. Graziela Liebel - PMGPP/Univali



Dra. Jéssica Dimely Cabrera Cuevas - Universidade Autonoma de Madrid - Espanha
Dra. Maria Glória Dittrich - PMGPP/Univali
Dra. María Nohemí González Martínez - Universidad Simón Bolívar de Barranquilla -
Colômbia
Dra. Noemia Liege Maria da Cunha Bernardo - Univali
Dra. Odisséia Fátima Perão – Univali
Dra. Pollyana Bortholazzi Gouvea - Univali
Dra. Priscila de Souza – Escola de Ciências da Saúde - Univali
Dra. Regina Celia Linhares Hostins - Univali
Dra. Rita de Cassia Teixeira Rangel – Curso de Enfermagem/Univali
Dra. Roberta Borghetti Alves - UFSC
Dra. Roberta Borghetti Alves – Univali
Dra. Samira Kauchakje_ - Univali
Dra. Stella Maris Brum - PPMSGT/Univali
Dra. Tatiana Mezdari - PPMSGT/Univali
Dra. Vanderlea Ana Meller - PMGPP/Univali
Dra. Vivian de Mello Cionek – Univali
Elielson Bernardino - Mestrando PMGPP/Univali
Eliezer Patissi - Mestrando PMGPP/Univali
Jairnilson Silva Paim - Universidade Federal da Bahia
Jorge Roberto Alves dos Santos - Mestrando PMGPP/Univali
Juliana Argueles Cezar Helene - Mestranda PMGPP/Univali
Luisa Alves Pereira - Mestranda PPMSGT/Univali
Maria Eduarda Gasperi - Mestranda PMGPP/Univali
MSc. Ana Paula da Silva Capeleto - Univali
MSc. Clarice Aparecida Munaro - Univali
MSc. Eneida Patrícia Teixeira - Univali
MSc. Graciela de Oliveira - Univali
MSc. Heloisa Beatriz Machado - Univali
MSc. Ivanda Teresinha Senger de Macedo - Univali
MSc. Luciane Gobbo Brandão - Univali
MSc. Marina Uriarte Francisco Schauffer - Univali
MSc. Maurício da Rocha Flores – Univali
MSc. Mayara Ana da Cunha Kersten - Univali
MSc. Raphael Nunes Bueno - Univali
MSc. Taren Beatriz Ferreira Leite de Oliveira - Univali
Tirza de Oliveira Cruz - Mestranda PPMSGT/Univali
Vinicius Soares Correa da Costa - Mestrando PPCTA/Univali

EQUIPE TÉCNICA

Adrieli da Rosa Corrêa - Mestranda PMGPP/Univali
Rosane Martins Fernandes – Curadora de Arte/Univali
Bruna Roberta Wessner Longen - Mestranda PMGPP/Univali
Carlos Roberto Praxedes dos Santos – Docente PMGPP/Univali
Carolina Godinho Pahl - Mestranda PMGPP/Univali
César Henrique Barzotto Antunes - Mestrando PMGPP/Univali
Claudio da Silva - Mestrando PMGPP/Univali
Daniel Felício - Mestrando PMGPP/Univali



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Daniel Henrique dos Santos - Univali
Darlan Antônio – Secretário do PMGPP/Univali
Elielson Bernardino - Mestrando PMGPP/Univali
Eliezer Patissi - Mestrando PMGPP/Univali
Emanuelle Baki – Secretária do PMGPP/Univali
Erickson Jones Lima - Mestrando PMGPP/Univali
Flávia Cristina Fanta Sehn - Mestranda PMGPP/Univali
Jacineide Minela Knihns - Mestranda PMGPP/Univali
Jorge Roberto Alves dos Santos - Mestrando PMGPP/Univali
Juliana Argueles Cezar Helene - Mestranda PMGPP/Univali
Katiucy Besen Pedroso Pacheco - Mestranda PMGPP/Univali
Maria Eduarda Gasperi - Mestranda PMGPP/Univali
Maurício da Rocha Flores – Mestrando PMGPP/Univali
Murilo Allan Sodré de Souza - Mestrando PMGPP/Univali
Paula Lodato - Mestranda PMGPP/Univali
Sandra Regina de Novais Pinheiro - Mestranda PMGPP/Univali



APRESENTAÇÃO

Prof.^a Dra. Graziela Breitenbauch de Moura¹
Coordenadora Geral do III Cippal

O III Congresso Internacional de Políticas Públicas nas áreas do Direito, da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente e da Cultura busca um olhar multidisciplinar sobre políticas públicas considerando o contexto regional e local visualizando as questões globais, internacionais e nacionais.

Reunimos conferencistas, pesquisadores, docentes, gestores, estudantes de diferentes temas, visões teóricas e campos de conhecimento que compõem um conjunto de reflexões, pensamentos e provocações, colocando em pauta debates atuais, no que se refere às políticas públicas.

Ao sediar este importante Congresso, nos sentimos honrados em oportunizar a todos os presentes uma reflexão sobre uma nova era, na oxigenação de ideias para projetar um futuro em que a conscientização e o compromisso coletivo sejam marcas fortes, com transparência e ética, estabelecendo diálogos promissores.

Por meio deste importante Congresso, expressamos as perspectivas analíticas sobre as políticas públicas no conjunto de práticas e de mudanças acenadas para a promoção do crescimento econômico, social, político e legal sustentável, para o processo de formulação de políticas que possam contribuir para a compreensão das complexas variáveis e interações que fazem parte da discussão, aprovação e execução de políticas.

As ações no campo da política e os saberes técnicos a ela associados partem de um conjunto de pressupostos os quais determinam a atribuição de responsabilidades e causas, a seleção de assuntos relevantes e das alternativas que podem ser adotadas, a avaliação das necessidades e dos públicos-alvo bem como diziam Fisher e Forester (1993) e a definição da agenda como dinâmica do debate público no campo de investigação.

Abrimos este espaço para contribuirmos de forma mais produtiva para conversas sobre e como nossas pesquisas perpetuam e desenvolvem implicando entender e projetar democraticamente para múltiplos níveis de contexto: o imediato ambiente em que os

¹ Doutora em Administração e Turismo pela UNIVALI. Professora e pesquisadora do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).



indivíduos participam; os relacionamentos nas várias configurações que as pessoas navegam; os sistemas de crenças culturais, sociais, políticos e econômicos (Lee, 2012).

Agradecemos o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES através do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) que teve grande relevância com o apoio financeiro sendo essencial para a realização do evento.

Nossa gratidão e reconhecimento a todos que estiveram presentes neste evento, de modo particular aos senhores conferencistas, palestrantes, mediadores, aos apoiadores institucionais, a equipe organizadora do evento, a Vice-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, o Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, o Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo e Hotelaria, o Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Gestão de Trabalho, o Mestrado Profissional em Psicologia, a Escola de Ciências Sociais e Jurídicas, a Escola de Ciências da Saúde, a Escola do Mar, Ciência e Tecnologia e a Escola de Negócios, as Instituições parceiras: Fundação Cultural de Itajaí – SC, Brasil; Observatório Social de Itajaí – SC, Brasil; Observatório Social do Brasil, a Universidade de Alicante – UA, Espanha, a Universidad de Granada – UGR – Espanha; a Universidade Autonoma de Madrid (UAM) – Espanha; a Universidad Simón Bolívar de Barranquilha - Colômbia; a Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil; ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná- PR, Brasil; ao Instituto Federal de Goiás – IFG, Brasil; a Universidade Federal de Tocantins – UFT, Brasil; a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, Brasil; a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil; a Academia de Letras do Brasil - Subseção Brusque - SC – Brasil; o Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niehues - SC, Brasil, a equipe da Coordenação Geral do evento Prof.^a Dra. Graziela Breitenbauch de Moura, Prof. Dr. Marcos Vinícius Viana da Silva, Prof.^a Dra. Maria Glória Dittrich - Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (Univali), Prof.^a Dra. Vanderléa Ana Meller, Prof. Dr. Alceu de Oliveira Pinto Junior – Escola de Ciências Jurídicas e Sociais (UNIVALI), Prof.^a Dra. Priscila de Souza – Escola de Ciências da Saúde (UNIVALI), Sr. Paulo Sabatke – Observatório Social de Itajaí (OSI), à comissão científica na coordenação do Prof. Dr. Joaquim Olinto Branco, Prof.^a Dra. Graziela Liebel, Prof.^a Dra. Albertina Xavier da Rosa Correa, à equipe de professores, aos mestrandos, aos estudantes, ao apoio técnico e colaboradores que ajudaram na organização e nos prestigiam no III Cippal com a sua participação.



SUMÁRIO

CULTURA.....	24
O SISTEMA CULTURAL DA ERVA-MATE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL ..	25
VILLARINHO, RAYANNE.....	25
ESPERANÇA PARA O PATRIMÔNIO ESFARELADO: A PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PRIVADO.....	27
ESPIRITUALIDADE NATURAL E BEM-ESTAR: REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO DA DIGNIDADE HUMANA.....	30
OS INSTANTES PLENIFICANTES DA CULTURA, DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA: UM DEBATE ÉTICO PELOS MOMENTOS DIALÉTICOS DA POTENCIALIDADE, DA DIVERSIDADE E DA RECIPROCIDADE.....	31
A OFERTA DE BENS CULTURAIS: ESTUDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS).....	32
A CULTURA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	33
HERANÇA CULTURAL DA DOÇARIA CONVENTUAL LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS	35
POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: ANÁLISE DA CRIAÇÃO DE REGIÕES TURÍSTICAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2017 A 2022.....	37
INFLUÊNCIA DA CULTURA ALEMÃ NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	39
ANÁLISE DAS AÇÕES DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DO RIO GRANDE DO SUL.....	41
O ENCONTRO DA VOCAÇÃO TURÍSTICA POR MEIO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ITAJAÍ DE 2000 A 2020.....	43
POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ITAJAÍ - SC A PARTIR DO TOMBAMENTO DOS IMÓVEIS DAS RUAS LAURO MÜLLER E PEDRO FERREIRA.....	45
O TERCEIRO SETOR E AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS, UMA VIA LEGÍTIMA ENTRE AS LIMITAÇÕES DO ESTADO E A APROPRIAÇÃO PRIVADA DE BENS CULTURAIS DA NAÇÃO	48
O “DESMEMORIADO” PAÍS DO FUTEBOL: A REALIDADE SOBRE A AUSÊNCIA DE TUTELA DO ACERVO MUSEOLÓGICO DO ESPORTE BRASILEIRO.....	50



DIREITO	53
O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16.3 SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	54
TV CÂMARA DE ITAJAÍ: UMA ANÁLISE EDITORIAL A PARTIR DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA	56
O PRAZO RAZOÁVEL NO PROCESSO PENAL: DETERMINAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS DE VIOLAÇÃO	58
INVENÇÕES PRECÁRIAS E CLANDESTINAS NA ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	60
UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A CRÍTICA À CARÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMPARO ÀS VÍTIMAS	62
CLOROQUINA, A PANACEIA DO SÉCULO: UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE ESTATAL DIANTE DA DISPENSA DE MEDICAMENTOS INEFICAZES PARA O TRATAMENTO DA COVID- 19.....	63
ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS CRIPTOMOEDAS E SUA (IM)POSSIBILIDADE DE PENHORA.....	65
AS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DA POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL.....	67
ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: ANÁLISE DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO PROGRAMA EXTENSÃO CASA DAS MULHERES/MG.....	68
A TRANSPARÊNCIA ATIVA NA PROTEÇÃO DE DADOS DIANTE DAS RESTRIÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	70
A INCESSANTE CRISE SOCIOECONÔMICA ARGENTINA: UM ESTUDO CONJUNTURAL ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2022.....	71
A UNIÃO EUROPEIA (UE) E A COVID-19: A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA ESTATAL E DAS FRONTEIRAS ESTABELECIDAS EM SEU TERRITÓRIO	74
A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI) NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SC)	76
AGROTÓXICOS E AGROQUÍMICOS: UMA RELEITURA INTERDISCIPLINAR DA LEI N. 7.802/1989 E DO PROJETO DE LEI N. 3200/2015.....	78
AGROTÓXICOS E AGROQUÍMICOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS.....	80
O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	82



DIRETRIZES PRIORITÁRIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: INTERSEÇÕES, FLEXIBILIZAÇÃO NORMATIVA E BAIXA CONTINUIDADE	84
ANÁLISE DO MOVIMENTO “MADRES DE PLAZA DE MAYO” SOB AS PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	86
PROJETO REABILITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CONVÍVIO DE PRESOS COM CÃES EM SITUAÇÃO DE ABANDONO EM SANTA CATARINA COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO SOCIAL	88
A INVISIBILIDADE DO IMIGRANTE CUBANO NO BRASIL.....	91
A INCLUSÃO DIGITAL DE FORMA IGUALITÁRIA E A EFETIVIDADE DA ODS 16 PARA A AGENDA 2030 DA ONU	93
DIREITO FUNDAMENTAL À INCLUSÃO: A (IN)VISIBILIDADE DO AUTISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.....	95
UMA HERMENÊUTICA HISTÓRICA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA BR-470 COMO POLÍTICA PÚBLICA: REGISTROS JORNALÍSTICOS DE 1972 ATÉ 2021	97
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ACOLHIMENTO DOS IMIGRANTES – RELATO DE EXPERIÊNCIA	100
POLÍTICA FEDERAL DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE EMPRESAS (PEIEX) NA UNIVALI	102
A ESTATÍSTICA DA IMPUNIDADE DOS CRIMES RACIAIS E O FOMENTO CATARINENSE À CIFRA NEGRA.....	105
JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EXECUÇÃO PENAL É POSSÍVEL?.....	107
EDUCAÇÃO	108
NUEVAS PERSPECTIVAS PARA EL ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÉNERO EN CONTEXTOS DE INCERTIDUMBRES POST PANDÉMICAS.....	110
A EDUCAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	111
METODOLOGIAS DIDÁTICAS UTILIZADAS COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	113
GOVERNANÇA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS: A COPARTICIPAÇÃO COMO PREMISA PARA O PLANEJAMENTO, CONTROLE E APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO CEARÁ.....	115



A INTENSIDADE INTRAEMPREENDEDORA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA INTRAEMPREENDEDORA EM UMA IES COMUNITÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	116
BREVE ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DATAPEMI A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE UM GRUPO DE USUÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ/SC.....	118
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DO PROJETO “SE FISCALIZAR, DÁ CERTO!” DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC.....	120
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O(S) SENTIDO(S) DO TRABALHO DOCENTE	121
O LIVRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: PASSADO E PRESENTE.....	124
PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A PRODUÇÃO DE DIGNIDADE PELO TRABALHO: REALIDADES E PERSPECTIVAS	126
O USO DE UM RECURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PUBLICIDADE DE EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC.....	129
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: TRAÇOS NOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO	131
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DE VIDA	133
METODOLOGIAS PROSPECTIVAS NA INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2011 A 2021	135
A CULTURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO.....	136
A INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	138
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DEBATE: ENTRE O CUIDADO, AS METAS E O GERENCIALISMO	139
HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO E APOIO À EFETIVAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	142
O QUE VOCÊ QUER SER QUANDO CRESCER(?): O PROJETO DE VIDA NO NOVO ENSINO MÉDIO (NOTURNO) DE SANTA CATARINA.....	145
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS QUE OFERECEM EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	147
FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES): IMPACTOS DE UMA POLÍTICA EXPANSIONISTA.....	149



DIMENSÕES DAS ESCOLAS SUSTENTÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL – O CASO DO ESPAÇO FÍSICO	151
A POLÍTICA PÚBLICA DO PLANO ANUAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (PA): PERSPECTIVAS PARA SUA EFETIVIDADE.....	153
EDUCAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ELEITORAL: EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA.....	155
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR COMO COMPONENTE CURRICULAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAJAÍ (SC)	157
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DIGITAL: DESAFIOS DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO ANALFABETISMO DIGITAL.....	160
TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS E SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E PROFESSORAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE RONDÔNIA.....	162
AS INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS BRASILEIRAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	164
PERCEPÇÕES DE HOMENS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE GÊNERO	167
PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL TÉCNICO NAS CATEGORIAS LIVRES AMADORAS DE PÁDEL: ENSAIO.....	170
AS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA REGIÃO SUL DO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: ONDE ESTÁ A EDUCAÇÃO FÍSICA?.....	173
POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL.....	176
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DAS AGENTES DE ATIVIDADE EM EDUCAÇÃO QUE ATUAM NO CEI SAGRADA FAMÍLIA	179
JUVENTUDE E AS MOTIVAÇÕES PARA ENCONTRAR “SEU” LUGAR NO MUNDO DO TRABALHO	181
POLÍTICAS PÚBLICAS DE RADIODIFUSÃO NO BRASIL: DISTINÇÕES CONCEITUAIS NA TELEVISÃO BRASILEIRA.....	183
ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E DOS INVESTIMENTOS VOLTADOS À FORMAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES PROFISSIONAIS NO BRASIL.....	185
ARTETERAPIA NO ENSINO DA ARTE E O FORTALECIMENTO DO ESTADO EMOCIONAL DO EDUCANDO	188
REDES SOCIAIS E A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA.....	191



EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA	193
POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E O NOVO ENSINO MÉDIO.....	196
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: INSTITUIÇÕES DE ITAJAÍ QUE INTEGRAM A REDE DE CUIDADOS E PRESTAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO	198
EDUCAÇÃO MUSICAL E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DE APOIO DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE ITAJAÍ CARLINHOS NIEHUES.....	200
EDUCAÇÃO ESTÉTICA: PROGRAMAS E PROJETOS DE CULTURA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ	203
PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ (SC).....	205
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ITAJAÍ, FRENTE À COMUNICAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE:.....	208
O XADREZ JOGADO A DISTÂNCIA E OS TIPOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS NUMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA	211
JUDÔ NA INFÂNCIA: ABORDAGEM EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DA CULTURA DE PAZ.....	213
REPENSANDO O BRASIL E OS MATERIAIS DIDÁTICOS A PARTIR DO OLHAR SOCIOLÓGICO DE DARCY RIBEIRO – CARTILHA “OS BRASIS”	215
MEIO AMBIENTE.....	217
A SOBERANIA DOS ESTADOS LIMÍTROFES EM QUE OCORRE O AQUÍFERO GUARANI FACE À PRESERVAÇÃO DO BEM COMUM	218
INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DE TEORIAS DEMOCRÁTICAS PARTICIPATIVAS	220
AGROQUÍMICOS PRESENTES NO RIO ITAJAÍ-MIRIM E ALTERNATIVAS PARA RETENÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS DE ITAJAÍ (SC)	223
ESTUDO PRELIMINAR DA EFICIÊNCIA DE ABSORÇÃO DE CO ₂ POR TRÊS ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA	225
GUARDIÃO PROTETOR AMBIENTAL: PROJETO FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMBORIÚ (FUCAM)	227
OS EFEITOS POSITIVOS NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL MAPZER, NA ZELADORIA URBANA DE CAMBORIÚ (SC).....	229



BOSQUE DAS MEMÓRIAS ÁRVORES DA SAUDADE – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA COM CARÁTER SOCIOEMOCIONAL COMO FORMA DE TRIBUTOS AOS 210 CAMBORIUENSES VÍTIMAS DA COVID-19	231
O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO LITORAL GAÚCHO E A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO	233
IMPACTOS ECONÔMICOS ATRELADOS AOS EVENTOS AMBIENTAIS EXTREMOS	236
DESCARTE DE MEDICAMENTOS: POLÍTICAS EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE.....	238
SAÚDE.....	241
AS RELAÇÕES ENTRE OS FATORES AMBIENTAIS E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	242
A INCLUSÃO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODA QUANTO ÀS BARREIRAS AMBIENTAIS	244
“RESPEITO, MAS...” – UMA ANÁLISE DO ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE	247
O RECONHECIMENTO DE TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA ...	250
PERFIL DE ACIDENTES DE TRABALHO EM UMA CIDADE DO LITORAL DE SANTA CATARINA	252
GRAVIDEZ NA JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	253
PROGRAMA DE PARENTALIDADE POSITIVA PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE NAS FAMÍLIAS COM FILHOS ADOLESCENTES	256
MODIFICAÇÕES DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	258
PERFIL NUTRICIONAL DE IDOSOS CADASTRADOS EM UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES CADASTRADAS NO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE OS ANOS 2008 E 2020 ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROJETO SAÚDE NA ESCOLA: #D.R. DISCUTINDO A RELAÇÃO NA ESCOLA DO PÓS PANDEMIA	259
A REORGANIZAÇÃO DO ACESSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC).....	263



EIXO DE SAÚDE DA FAMÍLIA (SF): A INTERAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	266
PERCEPÇÕES DE ESPECIALISTAS EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO FACIAL SOBRE SINGULARIDADES DA REALIDADE PROFISSIONAL EMPÍRICA	268
POÉTICAS DAS MASCULINIDADES: NOTAS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	270
POLÍTICAS PÚBLICAS E MORTALIDADE INFANTIL	273
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: A OFERTA DO PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS COMO COPARTÍCIPE NO DESEMPENHO ESCOLAR DA CRIANÇA.....	274
PESQUISA EM ENFERMAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA O ALCANCE DAS METAS DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	276
REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E DO CUIDADO OFERTADO EM DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (SC).....	277
COMPARTILHANDO O CUIDADO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FISIOTERAPIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	278
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM AMBULATÓRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS TRANS EM UMA UNIVERSIDADE DO SUL DO BRASIL.....	280
LIBERA MARIETA: A ORGANIZAÇÃO DE UM GRUPO DE MULHERES PARA A MANUTENÇÃO DOS DIREITOS EM TEMPO DE PANDEMIA	282
INTEGRAÇÃO ENTRE O NASF-AB E CEAF: ANÁLISE DO SERVIÇO QUANTO AO ACESSO DO USUÁRIO AO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.....	284
RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS NO CURSO DE ENFERMAGEM.....	286
ELEMENTOS RESTAURADORES EM AMBIENTES DE TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	287
ELEMENTOS RESTAURADORES NO HOME OFFICE DE TRABALHADORES DE TECNOLOGIA	289
EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA SAÚDE PÚBLICA: REFLEXÕES PARA A ATENÇÃO BÁSICA NO BRASIL	292
COMPETÊNCIAS DE GESTORES DA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	295
ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DAS POLÍTICAS DE IMUNIZAÇÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATO DE CASO	298



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DA DOENÇA HANSÊNICA NO BRASIL.....	300
PREVENÇÃO E COMBATE AO Aedes Aegypti em uma cidade inteligente: análise dos impactos do aplicativo de controle de dengue em Itajaí.....	302
ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO E CUIDADO A INDIVÍDUOS COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DE DROGAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	304
PERFIL DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS QUE ATUAM NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES	306
INTERFACES ENTRE VULNERABILIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS ...	308
CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS DE NEGLIGÊNCIA INFANTO-JUVENIL NA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ	310
ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA INTERSECÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: RELATO DE CASO	311
ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS ADQUIRIDA, NA GESTAÇÃO E CONGÊNITA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE UM MUNICÍPIO NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ....	313
PROGRAMA INOVA RS: UM ESTUDO DE CASO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOSISTEMA DA REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL NORTE.....	315
CONTRIBUIÇÕES DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE EM UM PRONTO-SOCORRO PEDIÁTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	318
SIMULAÇÃO REALÍSTICA: EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE UM HOSPITAL FILANTRÓPICO EXCLUSIVAMENTE PEDIÁTRICO	320
GESTÃO DE CUSTOS: DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO DE POLÍTICAS FINANCEIRAS NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR DE UMA INSTITUIÇÃO DE MÉDIO PORTE CONVENIADA AO SUS	322
A POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SUA ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA.....	324
O PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO: COMO A QUEDA NAS COBERTURAS VACINAIS APRESENTAM UM RISCO EMINENTE A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	326
DIFICULDADES DE ACESSO ENCONTRADAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELAS MULHERES HAITIANAS NO BRASIL	329
BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO: NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS	332
O MODELO DO PONTO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA AMBULATORIAL (PASA) E SEU PAPEL NA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE.....	335



NECESSIDADES DE CONFORTO DOS FAMILIARES DE PACIENTES.....	337
VIABILIDADE DO GUIA DE PRESSÃO ARTERIAL SISTÊMICA DIANTE DA PERCEPÇÃO DOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS PRIVADAS.....	340
ZERO HORA E A COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS FONTES JORNALÍSTICAS E DOS ATORES SOCIAIS.....	342
JOGO DA MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO COM PLANTAS MEDICINAIS.....	344
AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DA FLUOXETINA NA CICATRIZAÇÃO GÁSTRICA DE RATOS	346
ANÁLISE DOS FATORES ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO: UM ESTUDO TRANSVERSAL REALIZADO EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL.....	347
POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE: UM OLHAR SOBRE OS CUIDADORES EM SAÚDE.....	349
ATIVIDADE EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DE ATENDIMENTO HUMANIZADO PARA USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL.....	351
AMBIENTES RESTAURADORES EM ESCOLAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	353
ABSENTEÍSMO EM UM CENTRO MÉDICO DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.....	355
REDE DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL, A PARTIR DA ÓTICA DOS PAIS	357
O PADRÃO DE BRINCAR DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, NA ERA DIGITAL	359
DE CUIDADO – ATENÇÃO AO CLIMATÉRIO/MENOPAUSA HUMANIZADA.....	361
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE DA CRIANÇA COM FIBROSE CÍSTICA.....	363
ESTUDO PARA A REGULAMENTAÇÃO DA FITOTERAPIA PARA O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ..	366
A ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO.....	368
PROCESSO DE CONDUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA FOZ DO RIO ITAJAÍ-AÇU APÓS A PANDEMIA	370
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELO PROJETO DE EXTENSÃO PRÁTICAS GERONTOLÓGICAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	372
ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DE PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL RESIDENTES EM MUNICÍPIO DA MACRORREGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.....	374



INTERNAÇÃO POR MORBIDADE NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL NOS MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ NO PERÍODO DE 2011 A 2020.....	377
REESTRUTURAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CUIDADO DE PACIENTES DIABÉTICOS EM EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE ITAJAÍ/SC.....	380
PREVENÇÃO DE QUEDAS DE IDOSOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE: DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA AO PACIENTE	383
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO E SERVIÇO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ-AÇU.....	386
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE ENFERMAGEM NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	387
ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.....	389
O PAPEL DA ENFERMAGEM NAS CONSULTAS DE PUERICULTURA.....	392
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONTROLE E PREVENÇÃO DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....	394
UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE: PERSPECTIVAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO PARA CONSTRUÇÃO DE REDES DE APOIO.....	397
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA FORTALECER A CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE	399
PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS.....	401
VIVÊNCIA COM A PRODUÇÃO DE MUDAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ	403
AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO COMO ATENÇÃO INDISPENSÁVEL PARA O CUIDADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	405
RECONHECIMENTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA À SAÚDE DE ATENÇÃO DIFERENCIADA	407
REESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	410
A ASSISTÊNCIA PRESTADA À PESSOA EM USO DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR	412
POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DO PACIENTE: ANÁLISE REFLEXIVA	414



EXPERIÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES DO PROJETO PLANTE SAÚDE JUNTO AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PROESDE).....	417
RELATO DE EXPERIÊNCIA: DINÂMICA DO CATA-VENTO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE ITAJAÍ/SC	419
DISTÚRBIOS ALIMENTARES EM IDOSOS: PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO	420
TRANSTORNOS MENTAIS NA POPULAÇÃO IDOSA E OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO TRATAMENTO	422
CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA.....	424
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE LIGA ACADÊMICA COM EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO VIRTUAL.....	427
VARIÁVEIS PSICOSSOCIAIS EM FEMINICÍDIOS SEGUIDOS DE SUICÍDIO EM SANTA CATARINA: A PRESENÇA E AUSÊNCIA NOS VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO	429
A POLÍTICA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA INFANTIL.....	431
PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS AO INTERNAMENTO EM PESSOAS COM COVID-19 NO BRASIL EM 2021-2022	434
ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DOS PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	436
GESTÃO PÚBLICA DO BEM-ESTAR: ATENDIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL REFÚGIO DOS PÁSSAROS.....	438
RASTREAMENTO DE CRIANÇAS COM SUSPEITA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA, A PARTIR DO “TESTE DA ORELHINHA” EM MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR UM SERVIÇO DE SAÚDE AUDITIVA EM SANTA CATARINA	440
PLANTAS MEDICINAIS COM O RESGATE DA SUA TRADIÇÃO NO MUNDO MODERNO	443
A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	445
ALZHEIMER: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO	447
CONTROLE DO CÂNCER DE MAMA: AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CUMPRIMENTO DE AGENDA PRIORITÁRIA EM SAÚDE.....	450
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA REGIÃO DA AMFRI	452



A PARACANOAGEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER	454
A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E AS MEDIDAS DE FORTALECIMENTO NO ENFRENTAMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA.....	456
PROJETO DE INTERVENÇÃO ATIVA MAIS: PRÁTICAS CORPORAIS E SAÚDE COM MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.....	459
INCENTIVO À AMAMENTAÇÃO EM UMA UNIDADE DE PRONTO-SOCORRO PEDIÁTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	461
ESTADO GRAVÍDICO EM TEMPOS DA COVID-19: A ADOLESCENTE GESTANTE QUE VIVE COM HIV	463
IMPACTOS DE ATUALIZAÇÕES VACINAIS E DA IMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 003/2022 PARA PROFISSIONAIS ATUANTES EM SALA DE VACINA PELA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC: RELATO DE EXPERIÊNCIA	464
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CUIDADOS AO RECÉM-NASCIDO E PEGA CORRETA DO SEIO MATERNO	467
MAPA DAS CARDIOPATIAS CONGÊNITAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2020.....	469
EVOLUÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS CADASTRADOS EM UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL.....	471
ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES CADASTRADAS NO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE OS ANOS 2008 E 2020	473
CRISE PÓS-COVID: POTENCIALIDADES DO CUIDADO EM UM SERVIÇO-ESCOLA ESPECIALIZADO, INTERPROFISSIONAL E INTEGRAL.....	475
ANTROPOLOGIA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS: UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO	478
INTEGRAÇÃO ENTRE O NASF-AB E CEAF: ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO QUANTO AO ACESSO DO USUÁRIO AO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.....	480
VULNERABILIDADES E DIREITOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	482
AS VIOLÊNCIAS PRESENTES EM FEMINICÍDIOS CONJUGAIS EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA DE 2006 A 2017	484
PROJETO DE AÇÃO COMUNITÁRIA SOBRE O BEM-ESTAR DO IDOSO COM DISFUNÇÕES NEUROLÓGICAS: RESGATE CULTURAL	487



EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE DESPERTAR A CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE.....	489
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ESTIMULAÇÃO AO AUTOCUIDADO E CONTROLE DA GLICEMIA AO ADOLESCENTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 1	491
FATORES PROMOTORES DE SAÚDE EM TRABALHADORAS DA LIMPEZA NAS UNIVERSIDADES	493
DROGAS LÍCITAS: ANÁLISE DA MORTALIDADE E INTOXICAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NA REGIÃO SUL.....	495
O PROCESSO DE HEMOTRANSFUÇÃO EM UM PRONTO-SOCORRO PEDIÁTRICO SOB A ÓTICA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	496
EXPRESSÕES DA SEXUALIDADE EM PACIENTES COM DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA	498
A PERCEPÇÃO DAS ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM QUANTO AO MODELO DE AVALIAÇÃO EM UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO ADULTO E PEDIÁTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	500
SAÚDE DA MULHER NA BUSCA ATIVA PARA AUMENTO DA COBERTURA DE COLETA DE EXAME CITOPATOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	502
AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA NO PROCESSO ADAPTATIVO DO TRATAMENTO	504
AS ALTERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS AUTISTAS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19	506
O CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS E CIRCUNSTANCIAL EM PESQUISA DE CAMPO NA UNIVERSIDADE DO VALE DE ITAJAÍ.....	508
A SAÚDE DO SER HUMANO E A ESPIRITUALIDADE NATURAL NO CUIDADO: CONCEPÇÕES DOS DOCENTES DA ÁREA DA SAÚDE	509
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO AO SOFRIMENTO HUMANO	512
PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO.....	514



CULTURA

A Orquídea e a Pedra

Maria Teresinha Debatin
Academia de Letras do Brasil

Na improvável parceria - beleza singela,
natureza viva.
A orquídea e a pedra.
A orquídea espalha seus dedos,
Ocupa um terreno vasto,
De vasta ternura nua.
A pedra, estátua viva em curva,
Sem mexer os braços oferta o dorso,
Como nobre vaso, sem reserva, o corpo.
A flor não seca por ficar exposta,
A pedra-humana, o caule não lhe corta,
Na improvável parceria, a alegria,
No desconstruir das diferenças, encontro!
É tanto exemplo que o criador oferta,
Mas na arrogância do saber humano,
Prefere o homem, o comando insano,
Predileto gosto por azedar a vinha,
A guerra entre o espinho e a rosa,
É que lhe soa certo - como poesia.
Mas o poeta vê beleza em tudo,
O todo, o nada, real e fantasia.
Quem dera os exércitos fossem de poetas,
E suas armas, lançassem ao mundo tinta,
O universo seria um arco íris,
De palavras belas, belas poesias,
E o leitor contemplando o infinito,
Diria ao santo-vento, espalhe esta notícia.
A paz tão desejada, enfim foi construída,
Nos versos do poeta, papel e muita tinta.





O SISTEMA CULTURAL DA ERVA-MATE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL

VILLARINHO, Rayanne²

RESUMO

A Erva-Mate é uma árvore nativa da América meridional, mais especificamente da região oriental do Paraguai, nordeste da Argentina e sul do Brasil. A partir da infusão de suas folhas processadas, usadas como chá, são preparadas duas bebidas principais: chimarrão e tererê. Mate deriva do vocabulário quíchua “matí”, significando cuia, porongo, deixando de designar o objeto onde se bebia para ser usada para designar a própria bebida. As missões jesuíticas ocuparam grande parte do território de origem da erva-mate, e apesar de inicialmente terem proibido seu consumo devido a preconceito religioso, posteriormente os jesuítas foram responsáveis pelo cultivo, aumento da produção, assim como sua comercialização. No entanto, a erva-mate faz parte da cultura indígena em celebrações e rituais religiosos desde muito antes da colonização. Porém, após descobrirem a erva e provarem o “caá-í” (água da erva), os espanhóis apreciaram seu sabor e propriedades estimulantes, incorporando, dessa forma, o hábito de tomar mate. O consumo do Ka’a, em guarani, ou Yerba Mate, em castelhano, constitui-se como uma manifestação cultural que integra a história e a identidade cultural regional sul-americana, a partir dos processos históricos e referências culturais compartilhadas entre os países. Assim, o Sistema Cultural de la Yerba Mate (SCYM) contempla componentes materiais e imateriais, como modalidades de uso e formas de consumo; os traços de identidade cultural vinculados às práticas; a rodada do mate e do tererê; a produção tradicional e as técnicas de elaboração dos objetos associados ao uso e produção. Desde 2018, o SCYM integra a lista de patrimônios culturais do Mercosul, declaração que ocorreu na XVII Reunião da CPC do Mercosul Cultural em outubro de 2018, em Montevideu, no Uruguai, aprovada a partir da candidatura do “Yerba Mate – Ka’a”, do Paraguai, e “Usos y espacios de la Yerba Mate en Argentina”, da Argentina. Problema de pesquisa: As políticas públicas na América Latina, mais especificamente na América do Sul, possuem pontos de diálogo a partir de convergências e interesses em comum, assim como compartilhamentos sociais, históricos e culturais entre os países. Nesse sentido, um exemplo de acordo regional é o Mercosul, criado em 1991, a partir do Tratado de Assunção. Nesse sentido, em um primeiro momento se buscará contextualizar a criação do Mercosul, assim como a integração da cultura no respectivo âmbito institucional. O bloco foi criado com objetivo de construir relações e interesses de natureza comercial e política visando ao desenvolvimento regional e apesar de situado em uma região de intensa diversidade cultural, inicialmente a temática da cultura não havia sido contemplada pelo bloco. Posteriormente, na tentativa de articular e minimizar suas assimetrias, o Mercosul passou a considerar a cultura como fator importante para o aprimoramento da integração regional. Nessa lógica, ainda na mesma década de sua criação, foi desenvolvido o Mercosul Cultural em 1996. Em 2012, como uma das decorrências do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul de 1996, a temática do patrimônio foi considerada na agenda integracionista, o que promoveu a criação de uma categoria de “Patrimônio Cultural do Mercosul” (PCM) (segundo Dec. n.55/2012). Entretanto, mesmo após uma década da assinatura do Protocolo de Integração

² Internacionalista (UFPEL) e doutoranda em História (PUC/RS). E-mail: rayannematiasv@gmail.com.



Cultural, os avanços no que tange à cultura ainda parecem insuficientes, da mesma forma que ao mobilizar conteúdos referentes ao Mercosul Cultural, ainda se percebe a prevalência de certo desconhecimento sobre o assunto, principalmente, devido à dispersão de fontes e materiais. Objetivo do estudo: O presente estudo (que integra uma pesquisa de doutorado em História, em andamento) busca analisar o processo de patrimonialização do Sistema Cultural de la Yerba Mate, oitavo bem adicionado à lista de Patrimônio Cultural do Mercosul desde 2018, assim como o papel da erva-mate como patrimônio no processo de integração regional do Mercosul e as políticas públicas voltadas para estas questões, relativas ao patrimônio no bloco. Metodologia da pesquisa: serão analisados documentos oficiais como as atas das reuniões da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul e documentos advindos dos órgãos federais, responsáveis por questões patrimoniais, Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos (CNMMYLH) e a Secretaría de Patrimonio Cultural, vinculada ao Ministério da Cultura na Argentina; e a Dirección General de Patrimonio Cultural (DGPC) vinculada à Secretaría Nacional de Cultura, assim como a Dirección de Registro del Patrimonio Cultural, que é parte do DGPC, no Paraguai. De natureza qualitativa, a pesquisa será delineada a partir da análise documental, considerando, dessa forma, as dimensões que se comportam neste plano metodológico, como o contexto, o autor ou os autores e conceitos-chave. Principais resultados: as mobilizações para a patrimonialização da Erva-Mate começaram em maio de 2015, na XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul, que aconteceu em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, Brasil. Nesse período, a última Presidência Pro Tempore do Mercosul havia sido da Argentina (PPTA), em que se incentivou ao Paraguai e a Argentina apresentarem avanços para a próxima PPT, dessa vez do Paraguai (PPTP) (Ata n. 01/2015). No mesmo ano, em outubro, aconteceu a XII Reunião da CPC, dessa vez em Assunção, no Paraguai, onde a CPC reconheceu os trabalhos realizados pela Argentina e Paraguai e propôs uma reunião técnica para analisar os dossiês de candidatura e definir critérios para que os países apresentem os documentos finais acompanhados de material audiovisual. Em maio de 2016, em Colônia de Sacramento, no Uruguai, ocorreu a XIII Reunião da CPC, dessa vez, com uma proposta de candidatura da Erva-Mate a patrimônio cultural do Mercosul. Nessa reunião, a CPC aprovou a candidatura da Argentina e do Paraguai (Ata n. 01/2016). Em maio do ano seguinte, na XIV Reunião da CPC em Buenos Aires, na Argentina, o Grupo de Trabalho da Erva-Mate, com as delegações, refletem sobre a ampliação do alcance da erva-mate enquanto manifestação cultural, acordando-se com a CPC em utilizar o termo geral “Sistema Cultural de la Yerba Mate” (SCYM). Em novembro do mesmo ano, em Maceió no Estado de Alagoas, Brasil, na XV Reunião da CPC, foi aprovada a postulação do SCYM pela CPC, considerando “não apenas na produção da erva-mate, mas também nos seus valores associados e manifestações socioculturais” (Ata n. 02/2017). Em abril de 2018, Encarnación no Paraguai foi a sede da XVI Reunião da CPC. Nesse encontro, o debate do Grupo de Trabalho da Erva-Mate era integrado por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, apresentou significativos avanços desses países em relação ao tema. Em outubro desse mesmo ano, na XVII Reunião da CPC em Montevidéu, no Uruguai, o SCYM foi adicionado como oitavo bem à lista de patrimônios culturais do Mercosul. Considerações finais: Tendo o processo de patrimonialização da Erva-Mate como objeto de pesquisa e analisando as dinâmicas envolvidas com este reconhecimento, vem sendo possível perceber que apesar do fortalecimento da dimensão cultural dos últimos anos, a cultura ainda se configura como um elemento incipiente na agenda política do Mercosul Cultural, sendo este o principal foco de análise e reflexão do presente estudo.

Palavras-chave: Mercosul; Patrimônio Cultural; Erva-Mate.



ESPERANÇA PARA O PATRIMÔNIO ESFARELADO: A PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PRIVADO

JACINTHO, Ana Carla³
DE OLIVEIRA, Danielle⁴
JACINTO, Liliane⁵

RESUMO

Durante a disciplina de Estudos Avançados em Gestão e Legislação do Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, discutiram-se as abordagens e os instrumentos de gestão estatal e não estatal do patrimônio cultural. O patrimônio cultural de uma cidade, ao mesmo tempo em que a distingue, pode fomentar o seu desenvolvimento desde que os recursos patrimoniais correspondentes sejam devidamente reconhecidos e preservados, empregados com economia e competência gerencial em empreendimentos civis sustentáveis, com a ampla difusão de suas políticas públicas e sua eficácia na implementação de projetos culturalmente adequados. Problema de pesquisa: Trazer para discussão os desafios da conservação e restauro de bens imóveis, de propriedade privada, que são tombados, como é o caso do Palacete Schlemm, e quanto à função do patrimônio cultural na sociedade. O objetivo deste trabalho é analisar a efetividade das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural privado na cidade de Joinville, frente à diversidade de atores envolvidos e seus interesses. Metodologia: o presente estudo tem caráter exploratório, o método de pesquisa utilizado foi qualitativo e como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental, e entrevistas semiestruturadas. Resultados: Apresentamos para discussão o Palacete Schlemm, construído em 1929, valorizado e elevado a patrimônio cultural da cidade de Joinville (SC), por sua beleza, valor arquitetônico, urbano e histórico, e tombado como patrimônio histórico pela Fundação Catarinense de Cultura, por meio do decreto número 3.461, de 23 de novembro de 2001. Um ano após o seu tombamento, a família elaborou um projeto de restauração que não foi aprovado por não atender às exigências. Após 25 anos, em 2013, uma das proprietárias em parceria com uma arquiteta e restauradora cultural, realizaram pesquisas no Arquivo Histórico de Joinville e elaboraram um dossiê, a fim de submeter um novo projeto de restauro e submeteram ao edital de incentivo à Cultura, SIMDEC, sendo aprovado. Em 2016, um novo projeto foi submetido em esfera federal e aprovado via Lei Rouanet, cujo prazo encerrou em julho de 2022, sem captação. O estado de conservação do Palacete Schlemm é bastante ruim, com poucos elementos arquitetônicos preservados na parte interna. Quem passa pela Rua do Príncipe pode observar o piso térreo reformado, com áreas locadas para o comércio, mas ao olhar para o alto, percebe o abandono dos andares superiores, paredes esfareladas como fragmentos do passado se apagando. O atual proprietário do imóvel, tataraneto do Sr. Jorge Schlemm, fala sobre a dificuldade de obter

³ Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Doutoranda no Programa de Mestrado e Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). *E-mail:* a.jacinto@hotmail.com.

⁴ Mestre em Engenharia de Produção com foco em Sustentabilidade. Doutoranda no Programa de Mestrado e Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. *E-mail:* elle.antunes@hotmail.com.

⁵ Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Doutoranda no Programa de Mestrado e Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. *E-mail:* lilian.zerger@gmail.com.



recursos financeiros para o restauro e conservação do imóvel, seja por meio de recursos próprios, da iniciativa privada ou por meio de leis de incentivo. Os obstáculos vivenciados pelos proprietários do Palacete para manter a integridade do imóvel tombado esbarram na falta de interesse das empresas privadas em apoiar projetos de captação de recursos para esse fim; dificuldade também encontrada na narrativa de proprietários de outros imóveis tombados. Como já mencionado, o Palacete está localizado no Setor Especial de Patrimônio Ambiental Urbano de Joinville, que compreende áreas que apresentam conjuntos arquitetônicos ou elementos naturais de interesse histórico, paisagístico ou que devem ser preservados, mas como todo centro das cidades, e não é diferente em Joinville, ocorre degradação dos seus patrimônios de importância simbólica e cultural, são seus patrimônios esfarelados, como o Palacete Schlemm. Desde 2010, a prefeitura realiza estudos para promover a requalificação da área central, com o objetivo de melhorar o tecido urbano, o desenvolvimento social e econômico, dinamizando e criando condições de atração e suporte de atividades a ela compatíveis. O fato é que nenhum bem imóvel, nem mesmo o Palacete, pode ser concebido como um monumento isolado, pois seu uso está imbricado por apropriações contemporâneas, com diferentes usos e entrelaçamento transgeracional. A administração pública deve pensar em novas abordagens, nas quais o planejamento e as decisões acerca da cidade saiam de um campo restrito de especialistas e permitam a participação de mais atores, em espaços seguros de discussão. Novas perspectivas sobre o centro e seus bens culturais iniciam com a observação e diálogo com quem mantém relação com o lugar: os moradores, os proprietários, os trabalhadores, etc. É válido lembrar que a função social da propriedade é ser um instrumento jurídico capaz de harmonizar o uso e a posse do proprietário com o uso pela coletividade, pelo menos pela possibilidade de contemplação. Cabe integralmente ao proprietário de um imóvel tombado os custos para a sua preservação, ele responde por um bem que passou por gerações em sua família, mas que também é de interesse coletivo. O dono de um patrimônio edificado é também um cidadão e o bem familiar também está na memória de muitas outras pessoas da cidade, que carregam valores, laços afetivos de identidade e pertencimento, sendo um bem de importância cultural e histórica. O papel da cultura tem se expandido para as esferas políticas e econômicas e, cada vez mais, é dirigido como um recurso para a melhoria social. A partir desta perspectiva, é possível sair das questões de como assegurar os custos necessários para a preservação do Palacete, quais recursos os donos e órgãos públicos dispõem para zelar e cuidar desse patrimônio cultural ou quanto uma empresa pode doar para uma questão para além do financeiro: como fomentar a participação e a colaboração dos agentes transformadores à conservação e à preservação do patrimônio? Desenvolver parcerias entre os setores público e privado e pensar na conservação e utilização sustentável dos bens tombados da área central das cidades podem ser caminhos para proteção do patrimônio cultural. Identificamos em nossas pesquisas que um dos gargalos da gestão do Patrimônio Cultural nas cidades brasileiras é a intervenção humana, a falta de respeito pelo patrimônio. Para isso, uma das alternativas é utilizar-se da Educação Patrimonial como ferramenta e a participação da sociedade como forma de implementação e execução das atividades propostas para a construção coletiva do conhecimento. Outro fator importante é o estabelecimento de vínculos das políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo o intercâmbio de ferramentas educativas para enriquecer o processo pedagógico a elas inerente. O sentido de lugar surge a partir do sentimento de afetividade que o ser humano desenvolve em relação ao espaço das suas relações cotidianas, ou seja, o espaço vivido por meio das reproduções dos significados da vida, como, por exemplo, transitar por uma rua, por um bairro, praça ou pequena cidade. É o espaço apreendido nas relações cotidianas, que proporciona ao seu habitante o sentimento de pertencimento ao lugar. Os desafios ainda são



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

muitos, dentre eles, assegurar a continuidade das políticas culturais, com a participação efetiva da sociedade. Que possamos contribuir para a tomada de consciência do valor do patrimônio e, com isso, incentivar a sua preservação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Imóvel Privado; Políticas Públicas; Preservação; Educação Patrimonial.



ESPIRITUALIDADE NATURAL E BEM-ESTAR: REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO DA DIGNIDADE HUMANA

MEIRELES, Marcos Vinicius da Costa⁶

RESUMO

O presente ensaio, de natureza teórico-bibliográfico tem por objetivo refletir sobre o conceito de espiritualidade natural como fundamento da dignidade da pessoa humana e a sua possível relação com a promoção da qualidade da felicidade. O aporte teórico referencia, em especial, Viktor Frankl e Maria Glória Dittrich. Os resultados apontam para a necessidade de uma reflexão mais fundamental sobre a constituição do ser humano, fonte da dignidade. Destaca-se a importância da dimensão espiritual para pensar o bem-estar físico, emocional e social do ser humano. Considera-se a espiritualidade natural, enquanto centro de organização e estruturação na dinâmica de ser no mundo, motivado pela vontade de sentido para a vida.

Palavras-chave: Espiritualidade natural; Dignidade da Pessoa Humana; Felicidade; Bem-estar; Vontade de sentido.

⁶ Mestre e Doutor em Ciência da Religião, pelo Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). *E-mail:* marcos.meireles@ifg.edu.br.



OS INSTANTES PLENIFICANTES DA CULTURA, DA SOCIEDADE E DA POLÍTICA: UM DEBATE ÉTICO PELOS MOMENTOS DIALÉTICOS DA POTENCIALIDADE, DA DIVERSIDADE E DA RECIPROCIDADE

FEILER, Adilson Felício⁷

RESUMO

A aproximação entre Hegel e Nietzsche não é uma reconciliação entre ambos, mas uma investigação da crítica que fazem com relação à moral cristã, ou seja, do destino que o cristianismo assumiu a partir da “tradição cristã”, o que resultou no afastamento de seu espírito. Esse afastamento se dá a partir da cristalização de suas doutrinas em dogmas, o que implica num estranhamento de Deus. Nietzsche lê este estranhamento através da moral, portanto uma falsificação do verdadeiro espírito cristão pela cristandade. O desenvolvimento da pesquisa se dá mediante os passos metodológicos da dialética, principiando por uma imediatidade, passando por uma mediatidade e confluindo na reconciliação de ambos momentos anteriores: uma reconciliação aberta à plenitude, em redes múltiplas e caóticas de novas reconciliações: a Fenomenologia, para principiar na dimensão descritiva do fenômeno do ethos cristão, como potencialidade *Leistungsfähigkeit*; a Lógica, para demonstrar a sistematização e a crítica do ethos cristão, como diversidade *Vielfältigkeit*; e a Política, para culminar com a aplicação do ethos cristão na dimensão social, como reciprocidade *Gegenseitigkeit*. Ora, são, portanto, essas diferenças as promotoras de vida, expressas na reconciliação de redes que se opõem e atingem pontos culminantes: *Lebenshöhepunkte* entende que acolhem e afirmam com amor o destino. Porém, estes são apenas pontos, resultantes da intensificação da potência como necessidade orgânica do próprio agir, de docilidade ao destino, dos quais se constituem novas forças que, ao se diferenciarem criticamente, se atualizam reciprocamente para dar espaço a novos pontos culminantes e, assim, sucessivamente.

Palavras-chave: Cristianismo; Ethos Cristão; Filosofia; Potencialidade; Reciprocidade.

⁷ Graduado em Teologia, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), é doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). *E-mail:* afeiler@unisinos.br.



A OFERTA DE BENS CULTURAIS: ESTUDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

BEUX, Claudia Freire⁸

TELLES, Tamára Cecília Karawejczyk⁹

BEM, Judite Sanson de¹⁰

RESUMO

O artigo tem como tema o a oferta de bens culturais: estudo da UFRGS. O objetivo geral é verificar a existência dos bens materiais culturais presentes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no tocante a seus prédios históricos. O artigo faz uma correlação entre os temas, contextualizando a importância dessa oferta da UFRGS à sociedade. A metodologia foi de natureza aplicada, com enfoque qualitativo. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, e quanto aos procedimentos técnicos, documental, bibliográfica, um estudo de caso, com coleta de dados, realizada através de um levantamento nos principais documentos da UFRGS e no seu site corporativo. A pesquisa sinaliza a presença de um conjunto arquitetônico de prédios históricos construídos no final do século XIX, e início do século XX, constituídos como bens culturais da Universidade, contidas nesses documentos.

Palavras-chave: Bens Culturais; Cultura; Ambiente; Universidade.

⁸ Técnica da área de Planejamento e Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutoranda do Curso Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle. *E-mail:* claudiabeux@yahoo.com.br

⁹ Professora, Doutora do Curso de Graduação e do Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. *E-mail:* tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br

¹⁰ Professora, Doutora do Curso de Graduação e do Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. *E-mail:* judite.bem@unilasalle.edu.br



A CULTURA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PATISSI, Eliezer¹¹
NEVES, Rafael Burlani¹²

RESUMO

A partir da década de 1970, observa-se a expansão do conceito de desenvolvimento, no qual por meio do Relatório do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (PNUD), o desenvolvimento foi compreendido para além das dimensões econômicas, considerando o aspecto humano em termos de liberdades, capacidades e bem-estar, e não apenas como incremento de renda ou bens materiais. Consequentemente, o conceito de desenvolvimento passou a contemplar os aspectos da sustentabilidade, considerando as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Reconhecer a cultura como parte do ser humano, que toma decisões, influencia e é influenciado pelo meio em que vive, é compreender a existência da dimensão cultural do desenvolvimento, na qual são entrelaçados os conceitos de cultura e desenvolvimento sustentável. A Cooperação Europeia em Ciência e Tecnologia (COST) financiou, entre 2011 e 2015, o projeto “Investigando a sustentabilidade cultural”, no qual foram apontadas três funções da cultura: no, para e como desenvolvimento sustentável. No contexto da elaboração das políticas públicas, a cultura pode ser vista não apenas como um sujeito ou objeto coadjuvante, mas aliada ao paradigma do desenvolvimento sustentável, podendo conduzir a elaboração de bem-sucedidas políticas públicas. Nesse sentido, este ensaio pretende debater e trazer contribuições iniciais sobre o seguinte questionamento: de quais maneiras a cultura pode contribuir para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável? O objetivo consiste em compreender as funções da cultura no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa é teórica, exploratória e foram utilizados documentos e publicações a respeito do tema, principalmente a partir da compreensão tríplice de cultura e desenvolvimento sustentável expressa pelo relatório “Investigando a sustentabilidade cultural”, da COST. A cultura no desenvolvimento sustentável expande o discurso convencional e adiciona a cultura como um quarto pilar autônomo do desenvolvimento, assumindo assim uma função independente, coadjuvante e solidária às outras dimensões. Esta função reconhece, dá voz e valor igual às questões culturais, principalmente aquelas ligadas ao setor criativo e das artes, no qual contribui socioeconomicamente para uma nação ou comunidade. A cultura, enquanto dimensão independente, encontra seu espaço nas políticas públicas, uma vez que é contemplada pelos governos, com órgãos, orçamento e instâncias administrativas de decisão independentes. Esta função da cultura encontra sua limitação na necessidade da quebra das fronteiras disciplinares, na qual os problemas atuais requerem soluções holísticas, a abordagem da cultura como quarto pilar do desenvolvimento não pode ser o único caminho a ser seguido. A cultura para o desenvolvimento sustentável possui a função de impulsionar

¹¹ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (PMGPP/Univali). Bacharel em Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC). *E-mail:* eliezerpatissi@hotmail.com.

¹² Pós-doutor em Direito pela Universidade de Alicante (Espanha). Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), mestrado em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGEP/UFSC). É Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento, pelo EGC/UFSC. Atualmente, é professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), atuando como professor permanente no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. *E-mail:* burlani@univali.br.



os processos de sustentabilidade, assumindo um papel conectivo, mediador e articulador, operando para além de si mesma, considerando a diversidade de valores humanos, significados subjetivos, expressões e modos de vida. Neste caso, a cultura oferece caminhos para equilibrar demandas concorrentes ou conflitantes, bem como oferecer subsídios às dimensões econômicas, sociais e ambientais, e estende-se para cobrir, compartilhar e moldar os objetivos de outras políticas públicas, como educação, turismo, políticas sociais e planejamento urbano e regional, bem como outras áreas. A cultura como desenvolvimento sustentável oferece um novo paradigma, possuindo uma função evolutiva, holística e transformadora, uma vez que, aqui, o conceito de cultura é ampliado e entendido como matriz de um modo de vida, como visão de mundo, traduzindo-se em intenções, motivações, escolhas éticas, morais e valores que impulsionam ações individuais e coletivas, tornando-se um “ideal de fazer bem as coisas”. Para as políticas públicas, a cultura como desenvolvimento sustentável torna-se a base e estrutura para alcançar seus objetivos, propõe uma visão sistêmica e integrada entre suas dimensões de modo que as distinções entre o econômico, o social e o ambiental começam a ficar cada vez mais tênues. As três funções da cultura perante o desenvolvimento sustentável não apresentam uma sequência evolutiva, nem mesmo concorrente, mas se constituem como relevantes a depender das circunstâncias e contextos em que se deseja aplicá-las, sejam eles teóricos, políticos ou práticos. Os conceitos de desenvolvimento sustentável e cultura são, ao mesmo tempo, amplos e multidisciplinares, de modo que as ideias expostas indicam trajetórias, dinâmicas e tendências possíveis de instrumentalizar. No contexto das políticas públicas, compreende-se o caráter instrumental e fundamental que a cultura exerce para o desenvolvimento sustentável, considerando os desafios e problemas que a sociedade necessita resolver, bem como políticas públicas que necessita aperfeiçoar.

Palavras-chave: Cultura; Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas.



HERANÇA CULTURAL DA DOÇARIA CONVENTUAL LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS

SILVA, Silvania¹³

RESUMO

Dentro do universo gastronômico de Minas Gerais, as sobremesas ocupam um lugar especial. Bolos, doce de leite, goiabada cascão, compotas, suspiros. O simples mencionar destes quitutes provocam uma enxurrada de sentimentos. O doce tem estado presente nos versos dos poetas, nas canções melodiosas dos apaixonados, no olhar curioso das pessoas, no sorriso aberto da criança que acabara de cair e quer um afago. Podemos dizer que a vocação do doce ultrapassa culturas, épocas e ingredientes. Ele traz um valor que está além do que o paladar e os olhos podem ver. O estado de Minas Gerais tem no turismo uma das suas principais fontes de divisas com reconhecimento no âmbito nacional e internacional. Dentro do universo do turismo, a gastronomia é, juntamente com o patrimônio histórico, um dos elementos mais importantes para regionalização, porque conta com elementos que não podem ser reproduzidos em outros lugares. Quando se pensa em gastronomia mineira, a doçaria é um item indispensável na mesa e no imaginário do turista gastronômico. A doçaria mineira tem personalidade marcante, evidenciada no uso das frutas, doces e queijos de maneira *sui generis* no universo gastronômico brasileiro, conferindo uma representatividade única às Minas Gerais. Esta gastronomia, cheia de afeto e memórias é uma das riquezas comuns a todos os brasileiros. Ao narrar a história do surgimento da doçaria mineira, é menção obrigatória suas raízes portuguesas pelo uso do mel, passando também pela cana-de-açúcar e suas inúmeras possibilidades e sua origem nos conventos portugueses. O objetivo do estudo é mostrar que a herança da doçaria portuguesa, nascida nos conventos, atravessou o Atlântico, tornando-se uma das principais influências na formação da doçaria mineira. Pretende-se, ainda, apresentar como a doçaria portuguesa influenciou a doçaria mineira, identificando alguns pratos que surgiram desta influência, o panorama histórico e gastronômico envolvido nesta migração e como, atualmente, esta herança é preservada. Problema de pesquisa: A doçaria portuguesa teve que conviver com o auge e declínio das instituições religiosas no século XVIII e XIX. Esta nova situação afetou diretamente sua doçaria. Enquanto o século XVIII foi o auge das instituições religiosas, no século XIX foram extintas as Ordens religiosas em Portugal. Sem as propriedades, os conventos dedicaram-se a conseguir dinheiro para sobrevivência através da venda de doces. A sociedade, diante da cultura alimentar, não ficou estática com a situação de fechamento das casas religiosas. A ordem era reinventar para sobreviver. Tanto em Portugal quanto no Brasil houve um movimento que deu fôlego a essa nova situação de sobrevivência através da comercialização de doces e quitutes, adaptando-os à oferta de frutas da região brasileira, e adaptando-se aos ingredientes locais. A importância deste trabalho está no resgate da memória gastronômica como um elemento importante para a preservação histórica, e potencial expansão do receituário gastronômico mineiro e nacional com os elementos histórico-gastronômicos descobertos, mapeados e contextualizados. Metodologia: Em termos metodológicos, o desenvolvimento deste trabalho seguirá a linha histórico estrutural. O uso do método

¹³ Bacharel em História (PUCCAMP), licenciada em Pedagogia (UNINTER), Bacharel em Teologia (UMESP), Tecnóloga em Gastronomia (Lusófona), Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Doutoranda (Mackenzie). *E-mail:* silvaniamps@terra.com.br.



histórico estrutural consiste no levantamento bibliográfico sobre o tema, a proposição e posterior validação de hipóteses. O levantamento bibliográfico encontrou estruturas e encadeamentos históricos que corroboram, explicam e relacionam a influência da doçaria conventual portuguesa na doçaria mineira. Duas foram as hipóteses propostas para este trabalho, a saber: (a) houve migração e adaptação das receitas conventuais portuguesas para o receituário da doçaria mineira, sofrendo adaptações nos ingredientes utilizados e (b) os ciclos econômicos do açúcar e do ouro na época do Brasil-colônia foram os catalisadores da adaptação da doçaria conventual para a doçaria mineira. A metodologia histórico estrutural foi escolhida, porque este tema envolve eventos ocorridos ao longo da história mercantilista portuguesa e, portanto, é importante levar em conta os eventos e a estrutura das sociedades portuguesa e brasileira em estudo. É significativo também identificar a influência das instituições da época, notadamente a Igreja Católica Apostólica Romana, o governo português e as empresas interessadas em participar da exploração do Brasil. Assume-se que estas instituições agiram de acordo com um planejamento estruturado, a ser comprovado durante o presente trabalho, visando, através da análise da literatura disponível, a recompor parte dessas estratégias, observando como a doçaria participou desse contexto. É importante frisar que a escolha do material bibliográfico determinou (com algum grau de delimitação) as hipóteses e conclusões consideradas. Como o assunto é por demais vasto, e acomoda várias vertentes históricas, políticas, sociais e até religiosas, este trabalho vai se concentrar nos movimentos portugueses durante a descoberta da América, os ciclos coloniais do açúcar e do ouro, na região de Minas Gerais. Resultados: as boleiras portuguesas trouxeram uma influência que se perpetua até hoje na doçaria mineira. O exame de documentos da época, literatura escrita a respeito do contexto histórico e entrevistas com pessoas nas cidades históricas apontam na direção de que as boleiras trouxeram, além das receitas, seus hábitos, o doce e o salgado, a forma de preparo, a paciência e dedicação entre cada fornada, o cuidado nas frituras e o desvelo na apresentação. Ao chegar ao Brasil, a doçaria conventual, mais delicada, sutil e refinada, foi adaptada localmente para uma forma mais rústica e natural, aproveitando os ingredientes provenientes das regiões brasileiras (neste caso, mineira) sofrendo influências de outros grupos humanos, como os indígenas. Considerando a importância da doçaria na gastronomia mineira, e a sua importância nos resultados do turismo e, por sua vez, a centralidade do turismo para o estado de Minas Gerais, é cada vez mais urgente e importante que se recupere, mantenha e até se expanda o mapeamento, catalogação e preservação da memória das origens dos pratos mineiros, possibilitando a expansão desses e outros tesouros gastronômicos mineiros, que conferem ao turista uma experiência de pertencimento único.

Palavras-chave: Doçaria Portuguesa; Doçaria Conventual; Gastronomia; Cultura; Minas Gerais.



POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: ANÁLISE DA CRIAÇÃO DE REGIÕES TURÍSTICAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2017 A 2022

ARNHOLD JUNIOR, Marcos¹⁴

LIMBERGER, Pablo Flôres¹⁵

YAMAMOTO, Jun Alex¹⁶

RESUMO

O Programa de Regionalização do Turismo é uma das políticas públicas de turismo de maior longevidade no Brasil. Várias ações oriundas do Programa, como a criação das regiões turísticas, o estímulo à formação das Instâncias de Governança Regionais e, posteriormente, a categorização dos municípios participantes no Mapa do Turismo do Brasil contribuem para que o desenvolvimento do turismo seja trabalhado por coletivos em todos os Estados brasileiros. No Estado de Santa Catarina (SC), a regionalização iniciou ainda em 2008, no início da implantação da política nacional nos Estados da Federação. Com a divisão das regiões turísticas, iniciou-se o processo de formação das Instâncias de Governança Regionais (IGRs), surgindo, então, as IGRs nas regiões turísticas de Santa Catarina. Ainda em 2013, o Ministério do Turismo instituiu o Mapa Brasileiro do Turismo, ferramenta em que os municípios participantes das regiões turísticas são categorizados em cinco faixas, sendo A para os municípios de melhor classificação e B para os de menor classificação. Ela é um instrumento para identificar o desempenho da economia do turismo dos municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro. Como parâmetros para a categorização, são levados em consideração a quantidade de estabelecimentos de hospedagem e de empregos nesse setor, a quantidade estimada de visitantes domésticos e internacionais e, a partir de 2019, a arrecadação de impostos federais dos meios de hospedagem. A classificação serve para dar subsídios para a priorização de investimentos por programas do Ministério, incluindo ações diversas voltadas para a melhoria da infraestrutura turística, qualificação profissional e promoção dos destinos. Problema de Pesquisa: Ao longo dos anos, o processo de regionalização do turismo foi sendo moldado conforme as trocas políticas vigentes, fazendo com que a compreensão sobre o papel das regiões turísticas, das Instâncias de Governança e dos próprios municípios participantes fosse constantemente alterado, ora com mais participação, ora com menos. Percebe-se, também, que as regiões turísticas acabaram sendo modificadas conforme os objetivos de determinados grupos foram sendo divididos, fazendo com que novas regiões fossem formalizadas. Objetivo de Estudo: Este trabalho busca analisar a criação das Regiões Turísticas do Estado de Santa Catarina, levando em consideração o Mapa do Turismo de 2017, o Mapa de 2019 e finalizando com sua última atualização, no início de 2022. Metodologia: Para isso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, bem como pesquisa documental, visando a identificar as regiões turísticas de Santa Catarina e a evolução histórica desse processo de redimensionamento das

¹⁴ Doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor de Graduação dos Cursos de Turismo e Hotelaria, Gastronomia, Relações Públicas e Núcleo Comum da Univali. *E-mail:* marcosjunior@univali.br.

¹⁵ Doutor em Turismo e Hotelaria pela Univali. Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria e no Programa de Pós-Graduação em Administração na Univali. *E-mail:* pablofl@univali.br.

¹⁶ Mestre e Doutor em Turismo e Hotelaria pela Univali. *E-mail:* eaky2020@gmail.com.



regiões de SC no Mapa do Turismo Brasileiro. O sistema gerador de relatórios do site Mapa do Turismo 2022 foi utilizado para gerar os relatórios e, em seguida, os dados foram sintetizados e agrupados para poder identificar o processo ao longo do tempo. Resultados: Foi identificado um acréscimo na quantidade de Regiões Turísticas de Santa Catarina, que passaram de oito, em 2008, para 13, em 2022. Há ainda movimentações para a criação de mais duas, o que totalizariam 15 Regiões Turísticas no Estado. Apesar disso, percebeu-se um decréscimo na quantidade dos municípios categorizados em Santa Catarina, passando de 251, em 2017, para 169, em 2022. Estes resultados são de extrema importância, pois servem para embasar gestores públicos e privados, em todas as esferas, com informações sobre o engajamento dos municípios em relação à Regionalização do Turismo, demonstrando que ações de fortalecimento devem ser colocadas em prática para aumentar a participação dos municípios nas regiões turísticas.

Palavras-chave: Regionalização do Turismo; Categorização; Santa Catarina.



INFLUÊNCIA DA CULTURA ALEMÃ NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MANFROI, Vanessa¹⁷

ROSA, Victória¹⁸

SILVA, Marcos Viana da¹⁹

RESUMO

Santa Catarina é um Estado composto por uma grande diversidade cultural, dito que foi colonizado por povos europeus de diferentes origens, bem como povos indígenas originários. Alguns dos europeus, em especial os alemães, trouxeram consigo uma importante bagagem científica, técnica e cultural, desenvolvendo, assim, o Estado economicamente. Os alemães, em especial, marcaram-no fortemente com suas culturas, tradições, seus hábitos e trouxeram consigo seus conhecimentos e suas tecnologias. A Alemanha realizou amplos investimentos no decorrer das décadas no Brasil, ajudando assim seus emigrantes a desenvolverem o país. A população de Santa Catarina é conhecida em todo o Brasil como sendo um povo com maior influência germânica em sua cultura. Atualmente, o Estado, em especial as cidades de Blumenau, Pomerode e São Pedro de Alcântara, são interpretadas como um espaço cultural contendo elementos identitários que constituirão a localidade a partir das relações entre imigração, trabalho, raízes e tradições. Ao circular por estas cidades, ainda são constantes as referências e alusões deixadas e reelaboradas por essa tradição, fruto de um processo migratório marcadamente alemão que é presente, vivo e cultivado pela população, portanto, vários são os indícios das tradições alemãs. Podem ser citados como elementos enraizados na cultura local os diferentes sotaques da língua germânica, arquitetura, gastronomia, a Oktoberfest (comemoração anual conhecida nacionalmente pelas roupas, trajes e dança típicos), bem como os Clubes de Caça. Problema de pesquisa: compreender qual a influência da cultura germânica na construção da identidade catarinense. Objetivo do estudo: analisar a influência e como se deu a formação de uma cultura no Estado de Santa Catarina marcada pela influência germânica e como os costumes alemães atuaram energeticamente na construção da identidade do Estado. Metodologia da pesquisa: utilizar-se-á o método indutivo, por meio da técnica da pesquisa bibliográfica de obras nacionais. Outras técnicas a serem utilizadas para a obtenção de dados e desenvolvimento da pesquisa: o fichamento, o referente e os conceitos operacionais. Quanto às fases de pesquisa, o trabalho iniciará com os processos de pesquisas bibliográficas e documentais, coleta das informações e sistematização dos dados colhidos. Principais resultados: reconhecido nacionalmente como sendo um Estado de influência alemã em seus costumes, Santa Catarina ainda cultiva traços estruturais de sua influência migratória. No caminho de seu desenvolvimento, o Estado foi se constituindo a partir de uma relação de via de mão dupla, entre os imigrantes e os brasileiros, que se traduz em formas singulares de convivência, educação e construção de tradições. A migração e colonização alemãs tiveram um forte papel em diversificar a agricultura do Estado, influenciando também a urbanização

¹⁷ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* vanessamanfroi@gmail.com.

¹⁸ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* victoriaorosa1@gmail.com.

¹⁹ Doutor em ciências jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí, professor do PMGPP (Univali). *E-mail:* mvs.viana@univali.br.



e industrialização. Pode-se citar como exemplo a Oktoberfest (de Blumenau), que teve sua 1ª edição em 1984 e permanece até os dias atuais, sendo considerada a maior festa germânica fora da Alemanha. Sua reiteração e conexão com a vida local, não apenas reflete a cultura tipicamente alemã, mas também resgata a tradição germânica através da culinária, trajes típicos e outras atrações. As principais contribuições dos imigrantes foram a ênfase na educação e a valorização da sua cultura, de maneira que as práticas do associativismo e da sociabilidade passaram a continuar entre os imigrantes e seus descendentes. São manifestações que se mantêm vivas até os dias atuais. Os personagens dessa história criaram as bases de uma nova sociedade, lançando mão do patrimônio cultural que trouxeram na sua bagagem e decisivamente influenciaram a fisionomia econômica, social, administrativa e intelectual no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Alemanha; Cultura Alemã; Influência Alemã; Patrimônio Cultural; Santa Catarina.



ANÁLISE DAS AÇÕES DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

KAYSER, Ana Carolina²⁰
ROSA, Eduarda²¹

RESUMO

Nos últimos anos, muito se tem falado sobre a inclusão e expansão da diversidade na sociedade brasileira, bem como nas organizações e escolas de ensino. Nesse contexto, é possível observar com mais ênfase, a desigualdade de gênero, de raça e de pessoas com deficiência. Santos, Santana e Arruda (2017) informam que o tema diversidade vem sendo comentado desde a década de 1960. Fato marcante foi a Marcha sobre Washington, liderada por Martin Luther King. No Brasil, a preocupação com a diversidade começou nos anos 1990, juntamente aos movimentos sociais e políticos de ação afirmativa. Atualmente, com a inovação da tecnologia e das mídias digitais, a opinião dos consumidores vem se tornando cada vez mais dinâmica. Com isso, “possuir um posicionamento que possa representar as ideologias desses consumidores é um fator que traz vantagem competitiva para o negócio” (QUEIROZ; ÁLVARES; MOREIRA, 2015, p. 2 apud SANTOS; SANTANA; ARRUDA, 2017, p. 2). Dentro das organizações, as políticas de diversidade estão sendo tratadas como se fossem “presentes” para os funcionários, quando na verdade deveriam ser feitas de forma ética e sem ações motivadoras, independente de medidas legais ou interesses lucrativos (SANTOS; SANTANA; ARRUDA, 2017). Além da multiplicidade de perfis, a diversidade assume diversos benefícios que podem ser explorados no momento da contratação das pessoas de diferentes grupos sociais, seja ela raça, gênero ou orientação sexual. Aliás, existe uma razão adicional na contratação de pessoas pertencentes a grupos sociais distintos: o seu próprio desempenho irá melhorar. (JOHNSON, 2020). O presente estudo trata de uma abordagem atual sobre as práticas de diversidade e inclusão adotadas por uma instituição financeira localizada no município de Estância Velha (RS), frente à diversidade na contratação de colaboradores e sua respectiva inserção e inclusão. O modelo de negócio de uma instituição financeira cooperativa preconiza a colaboração e a cooperação entre a instituição, os colaboradores, os associados e a comunidade, em que todas as partes estejam desempenhando atividades econômicas pelo mesmo interesse. Problema de pesquisa: Observando esses aspectos, emerge o seguinte problema de pesquisa: Quais são as práticas de diversidade e inclusão que vem sendo adotadas pela instituição financeira cooperativa no processo de seleção de pessoas? Objetivos do estudo: Na intenção de responder à questão problema mencionada, foi abordado como objetivo geral, analisar se a instituição financeira cooperativa está orientada à implementação da diversidade e da consolidação da inclusão de pessoas no seu quadro de colaboradores. Metodologia: A pesquisa se caracteriza como aplicada e descritiva. Os procedimentos utilizados foram o estudo de caso, que está sendo realizado em uma instituição financeira cooperativa com o intuito de coletar e analisar informações referentes ao tema de inclusão e a maneira como se aplica na organização. Para tanto, os instrumentos de coleta serão uma entrevista com a profissional responsável pelas contratações e a pesquisa documental. Os documentos foram analisados utilizando-se das etapas propostas por Minayo (2010), quais sejam: pré-análise – etapa que produz a definição

²⁰ Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale. *E-mail*: anak@feevale.br.

²¹ Bacharela em Administração pela Universidade Feevale. *E-mail*: dudarosa1704@gmail.com.



dos objetivos e fontes que serão utilizadas, além da criação de hipóteses; organização – responsável por organizar e classificar os documentos conforme categorias; análise – realização das interpretações dos dados e conclusão dos resultados obtidos. Os dados analisados coletados até o momento foram reunidos entre março e abril de 2022. Dentre eles, foram disponibilizados documentos internos e externos para coleta de dados e análise. Resultados: Constatou-se que a instituição consegue transparecer sobre seus valores de uma forma muito clara e simples, atingindo um público bem expressivo. Essa transparência se dá desde a divulgação e disponibilização das plataformas/mídias digitais, até o dia a dia dentro das agências. Verificou-se também que a instituição financeira está buscando criar um ambiente mais inclusivo, diverso e inovador. Ainda, iniciou um projeto de práticas de diversidade que tem como foco central a inclusão de pessoas diversas no ambiente de trabalho, sendo uma importante prática de fomento sobre o tema. Em relação aos principais desafios ligados ao planejamento e à implementação das ações de diversidade e inclusão na instituição, foi possível constatar, até o momento, a necessidade de ampliar a conexão e ações ativas sobre diversidade e inclusão internamente, não somente com imagens e divulgações externas, mas efetivamente atuando para que colaboradores e lideranças se engajem e pratiquem por meio do exemplo. Os principais resultados apontam que a instituição financeira cooperativa já utiliza de algumas práticas conscientes à diversidade e inclusão, bem como fomenta externamente sobre o tema para o público externo. Contudo, tem uma excelente oportunidade de melhoria contínua e engajamento entre colaboradores e liderança, em relação aos associados e à comunidade. Dessa forma, será possível fazer com que todos compreendam e estejam cada vez mais de encontro à cultura e aos valores que a instituição preza, visando a ser um pouco melhor a cada dia. Além disso, fomentar as práticas de inclusão das minorias, visando a desenvolvê-las e capacitá-las na organização. O objeto de estudo da pesquisa em questão foi realizado em uma instituição financeira cooperativa, que atualmente conta com mais de 2,2 mil agências espalhadas por todo Brasil, e o número de colaboradores ultrapassa 30 mil. Constatou-se que, para implementar a diversidade e a inclusão de pessoas em um ambiente organizacional, é preciso compreender sobre as diferenças delas e sua importância na sociedade, bem como a necessidade de inclui-las de forma igualitária no dia a dia.

Palavras-chave: Diversidade e Inclusão; Instituição Financeira Cooperativa; Gestão da Diversidade.



O ENCONTRO DA VOCAÇÃO TURÍSTICA POR MEIO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ITAJAÍ DE 2000 A 2020

FLORES, Guilherme Oliveira de Mattos²²
VIEIRA, Ricardo Stanzziola²³

RESUMO

Tem-se como um dos conceitos de políticas públicas a forma de colocar o estado em ação com relação a um problema público, uma atividade ou setor, desde os mais básicos em que o estado deve atuar, como saúde, educação e segurança, passando por questões sociais até o desenvolvimento econômico de um município, estado ou do país, dependendo naturalmente da esfera de poder que se estuda. Da mesma forma, a falta de ação do poder público sobre determinado problema ou setor também é considerada, por diversos autores, como sendo uma política pública: afinal, a escolha dos gestores por se ausentar daquela ceara indica, no mínimo, que ela não é uma prioridade para sua gestão. O turismo é uma das áreas que o poder público pode escolher atuar, e que depende de uma série de ações para se desenvolver, envolvendo não apenas a promoção do destino turístico, mas a criação de um ambiente favorável à atividade, como uma infraestrutura urbana de qualidade e equipamentos turísticos condizentes com o tipo de turismo que a cidade oferece, por exemplo; isso porque o atendimento ao turista não é todo oferecido pelo poder público, mas envolve uma cadeia com hotéis, bares e restaurantes, promotores de eventos, enfim, empreendimentos dos mais variados. A cidade de Itajaí (SC) é um exemplo nesse sentido, já que hoje possui uma atividade turística em contínuo desenvolvimento, destacando-se especialmente nos setores náutico e de eventos. Porém, essa atividade não se via alguns anos atrás, sendo que a cidade se limitava a atrativos naturais – especialmente as praias, que sempre foram bem conhecidas – e ficava à sombra de destinos mais conhecidos no estado de Santa Catarina, principalmente a vizinha Balneário Camboriú, que ainda hoje é o destino mais conhecido da região. Mas algo aconteceu para que, nos últimos anos, Itajaí despontasse como um destino turístico com mais potencialidades, o que é algo que se vê de forma empírica ao viver na cidade ou visitá-la periodicamente, e que aqui se propõe partir dessa constatação empírica – de que há, de fato, um desenvolvimento do turismo em Itajaí – e realizar uma investigação mais aprofundada sobre os reais números e, mais ainda, os fatores que desencadearam esse desenvolvimento e proporcionaram o encontro de uma vocação turística para o município na realização de eventos e na relação estreita que a cidade possui com o rio e o mar, por sua localização. Problema de pesquisa: Assim, questionou-se de que forma o turismo veio a se tornar uma atividade de destaque na cidade de Itajaí, saindo de um ramo sem atrativos além dos naturais, há poucas décadas, para um setor que movimenta a economia e chama atenção de olhares do estado e do país para a cidade. Objetivo do estudo: Dessa forma, desenhou-se como objetivo geral do presente estudo retratar o desenvolvimento do turismo de Itajaí entre os anos de 2000 e 2020, especialmente com a criação de dois espaços públicos – o

²² Doutorando em Turismo e Hotelaria e Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* floresguilherme@edu.univali.br.

²³ Professor universitário nos Cursos de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) e de Mestrado e Doutorado em Ciência Jurídica (PPCJ), ambos na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* ricardostanziola@univali.br.



Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira e o Píer Turístico Guilherme Asseburg – e uma estrutura privada em modelo de concessão – a Marina Itajaí – nesse período e sua importância não apenas para esse desenvolvimento, mas para o encontro de uma vocação turística para a cidade nos segmentos de turismo náutico e de eventos. Metodologia: Para alcançar o referido objetivo, realizou-se uma pesquisa de características predominantemente qualitativas, envolvendo investigação documental – acerca da criação dos espaços e seu uso, bem como dos investimentos realizados no turismo de Itajaí por parte da gestão pública e crescimento de setores relacionados, como o hoteleiro – e entrevistas complementares com servidores da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos de Itajaí. Resultados: O crescimento de Itajaí, de forma geral, é notável no período estudado: entre 2000 e 2020, a arrecadação da cidade salta de menos de 100 milhões de reais para R\$ 1.804.482.950,10, enquanto sua população aumenta de menos de 150 mil para cerca de 220 mil habitantes. O Píer Turístico Guilherme Asseburg foi inaugurado em 2000, e nos 20 anos que se seguiram houve movimentos distintos no turismo de cruzeiros em Itajaí: um crescimento constante no número de escalas e passageiros até a temporada de 2016/2017, quando uma conjuntura de mercado fez com que operadores migrassem para outros destinos e o município tivesse três temporadas com duas, quatro e uma escala, respectivamente, vindo a recuperar essas escalas por meio de adaptações estruturais e negociações trabalhadas pelo poder público, o que demonstra o peso de se ter uma infraestrutura adequada e uma ação política para o desenvolvimento do setor. Tanto é que, após o período estudado, Itajaí se prepara para – após um novo período sem escalas devido à pandemia de covid-19 que interrompeu todo o circuito mundial de cruzeiros – ter, não somente, um número acrescido de escalas, como ser homeport de uma das grandes operadoras mundiais, ou seja, não ser apenas um porto de embarque ou desembarque para os turistas, mas um ponto de referência para a tripulação e de abastecimento de insumos e manutenção dos navios, o que é um exemplo do turismo influenciando na economia local além de sua atividade fim. Já o Centreventos Governador Luiz Henrique da Silveira foi inaugurado em 2008 e passou a ser locado em 2010 para eventos privados, além de ser a nova casa da Marejada, que até o ano estudado teve 33 edições, e proporcionar, por sua localização, que Itajaí recebesse a maior regata de volta ao mundo, a The Ocean Race, nos anos de 2012, 2015 e 2018, sendo nessas edições a única etapa em toda a América Latina. Esse evento tem grande peso no desenvolvimento para o turismo de Itajaí, porque há um grande nível de profissionalismo e qualidade exigido pela organização da regata e porque, desde sua primeira chegada no município, em 2012, a população local e os turistas abraçaram o evento, inclusive causando grande repercussão por parte dos organizadores, do staff e dos velejadores. Além dessas estruturas, há ainda a Marina Itajaí, inaugurada em 2016, que foi construída por meio de uma concessão e, além de seu serviço privado aos clientes, transformou a paisagem do Saco da Fazenda, reforçando a identificação entre a cidade e o mar. Os números desse período são acompanhados por outros, como o crescimento da oferta hoteleira e da taxa de ocupação de leitos, e a oferta turística de forma geral, levantada pelo Plano Municipal de Turismo, que não são ações políticas diretas, mas são incentivadas por um ambiente que se beneficia dessas estruturas e ações. Assim, a presente pesquisa consegue retratar, por meio de números, registros históricos e relatos, o crescimento do turismo em Itajaí no período de 2000 a 2020, relacionando esse crescimento com ações do poder público municipal – não como único responsável, naturalmente, mas como um indutor e fomentador da atividade turística por meio de suas políticas.

Palavras-chave: Turismo; Políticas Públicas de Turismo; Itajaí; Santa Catarina.



POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ITAJAÍ - SC A PARTIR DO TOMBAMENTO DOS IMÓVEIS DAS RUAS LAURO MÜLLER E PEDRO FERREIRA

HUNDENSKI, Maykon Daniel²⁴

KRAMES, Ilisabet Pradi²⁵

OLIVEIRA, Aléxsandre de²⁶

RESUMO

As políticas públicas de preservação do patrimônio impactam na construção das identidades, uma vez que a legitimação do patrimônio se relaciona com a apropriação das narrativas construídas e com a valorização que estas narrativas atribuem a determinadas culturas. Quando um patrimônio possui valor coletivo ou corre perigo de extinção, podem ser promovidas políticas de salvaguarda que envolvem estratégias e ações com potencial de preservação. A preservação e o tombamento são formas de intervenção que visam a proteger o patrimônio, mas ambas se diferem quanto aos seus efeitos no aspecto jurídico. Enquanto o conceito de preservação não se restringe a uma única forma ou lei específica, o tombamento é a primeira ação a ser realizada para a preservação, uma vez que impede legalmente a destruição do patrimônio material. Ele é um ato administrativo, realizado pelo poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, previsto no decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Existem (des)usos, acerca do tombamento, visto que ele, nos termos da lei, responsabiliza nominalmente pessoas, grupos ou jurisdições públicas. Entretanto, ele não garante que essa preservação seja consolidada, pois essa é uma escolha política, que está repleta de subjetividades. Essa intenção de proteção e preservação é mediada por relações de poder exercidas no interior de cada grupo social e de suas respectivas representatividades. O reconhecimento de um patrimônio depende, em grande medida, das identidades que se deseja evocar por meio da valorização de determinadas memórias coletivas. O presente texto propõe pensar a cidade e seu patrimônio arquitetônico, enquanto lugar de memória e identidade. Atualmente (2022), o município de Itajaí conta com 19 bens tombados, por diferentes decretos-leis, como Patrimônios Históricos da cidade e do estado de Santa Catarina. Quatorze (14) bens localizam-se no que se pode delimitar como Centro Histórico do município. Destes, seis edificações encontram-se nas ruas Lauro Müller e Pedro Ferreira, sendo tombadas pelo Estado, por meio do Decreto n. 3460, de 23 de novembro de 2001. Na rua Pedro Ferreira encontram-se o Casarão Bauer (1928); a Casa Almeida & Voigt (1924) e a Casa Malburg (1915). Enquanto na rua Lauro Müller, localizam-se a Casa Burghardt (1902), a Casa Konder (1904) e o Antigo Hotel Brazil (1897). Todas as edificações apresentam fachadas, à época consideradas imponentes, projetadas em no mínimo um pavimento, construídas em estilo eclético, misturando características arquitetônicas de diferentes estilos a partir da importação de referências europeias. Com exceção do Casarão Bauer, todos os demais patrimônios abrigam instituições que realizam o atendimento ao público. De modo geral, os seis imóveis remetem ao desenvolvimento urbano e social das

²⁴ Graduando em História na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* maykonhundenski@gmail.com.

²⁵ Doutora em Educação. Docente da Univali. *E-mail:* ilisabet@univali.br.

²⁶ Graduado em História e pós-graduado em Metodologias do Ensino de História (Univali). *E-mail:* alexhistoria97@gmail.com.



duas primeiras décadas do século XX, em Itajaí. Problema da Pesquisa: Em que medida o tombamento dos patrimônios materiais, em âmbito estadual promovido em 2001, evidencia a construção identitária europeia no município de Itajaí? Objetivo do Estudo: Identificar, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, como o tombamento das edificações das ruas Lauro Müller e Pedro Ferreira, realizado em âmbito estadual no ano de 2001, em Itajaí, privilegia a construção identitária europeia. Metodologia da pesquisa: A pesquisa que dá origem ao texto tem abordagem qualitativa, é do tipo exploratória com procedimento técnico de pesquisa bibliográfica documental. Resultados da Pesquisa: Os processos de tombamento aqui descritos fazem parte do que se pode chamar de uma tentativa de construção identitária. Stuart Hall (2011) teoriza sobre diferentes concepções de identidade durante a história moderna, argumentando que o processo de globalização da economia capitalista já não permite que os sujeitos se compreendam como parte de uma cultura única e isolada. Todos dependeriam da relação com outros sujeitos para formação de seus valores culturais e, conseqüentemente, identitários. Nessa troca, em que projetamos no mundo nossos valores e somos marcados pelas pessoas, espaços, objetos e culturas com as quais nos relacionamos, os indivíduos buscam construir narrativas que corroborem com a imagem idealizada que tem de si próprios e de seu local de origem. Afirmamos que o tombamento de imóveis, anteriormente descritos, cuja arquitetura supostamente remonta aos modelos europeus, favorece uma narrativa etnocêntrica de valorização da cultura europeia. Em grande medida a construção e a valorização do patrimônio material revela contradições históricas, visto que são valorizados alguns patrimônios em detrimento de outros. A chegada dos imigrantes ao Vale do Itajaí, com maior intensidade na segunda metade do século XIX até o início do século XX, provocou encontros culturais que levaram à síntese de diferentes culturas e tradições (BURKE, 2019). A partir dessa síntese, ocorreu um processo de manipulação da memória coletiva em favor da construção identitária europeia, promovida por interesses políticos das elites econômicas da cidade de Itajaí, expressada e preservada através do patrimônio arquitetônico. A conservação dos patrimônios se faz necessária pois eles são registros da história, vestígios de outro tempo. No entanto, essa conservação não pode ocorrer desacompanhada de questionamentos sobre quem escolhe, quais heranças serão legadas às futuras gerações e por qual motivo as escolhas são feitas. Em certa medida, a cultura expressa uma dupla relação com o patrimônio: ela afirma a perpetuação daquilo que foi preservado, mas também questiona quais valores e quais discursos são transmitidos por meio dela. As edificações tombadas, nas ruas Lauro Müller e Pedro Ferreira, evocam uma herança e memórias elitizadas, que merecem ser analisadas com cautela, pois, ao evidenciar uma tendência identitária homogênea, provocam uma valorização das elites políticas em detrimento das demais identidades aqui existentes. A história da humanidade é marcada pela busca de hegemonia e dominação de um grupo sobre o outro, de uma cultura sobre a outra, o que leva a conflitos pela demarcação de identidades. O patrimônio material constitui-se num bem valioso para diferentes grupos, mas nem sempre há uma unanimidade neste reconhecimento, pois a história é construída numa perspectiva contraditória e desigual. Embora o tombamento das edificações das ruas Lauro Müller e Pedro Ferreira, evidenciam uma identidade europeia em Itajaí, há que se lembrar que outras tantas identidades existem, fizeram e fazem parte da história. Entre elas a identidade afro-brasileira, merecedora de igual lugar e importância. Esta construção de um Centro Histórico europeizado contrapõe-se à realidade. Pesquisadores da área da cultura afro-brasileira atestam que as áreas onde hoje se encontram os patrimônios tombados eram compostas, no século XIX e início do século XX, por espaço onde a mão de obra atuante era negra, configurando estes como territórios negros (LEITE, 1991). Logo, a valorização da identidade europeia ocorre à medida que modelos arquitetônicos europeus passam a ser considerados como os mais importantes, como aqueles que merecem ser perpetuados como marcos da história de um local, indicando que os demais



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

marcos têm menor valor. Trabalhos como este defendem a necessidade de políticas públicas de preservação do patrimônio que respeitem a coexistência de diferentes expressões identitárias, numa perspectiva patrimonial que possibilite a diversidade cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Identidades; Diversidade; Tombamento; Políticas Públicas.



O TERCEIRO SETOR E AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS, UMA VIA LEGÍTIMA ENTRE AS LIMITAÇÕES DO ESTADO E A APROPRIAÇÃO PRIVADA DE BENS CULTURAIS DA NAÇÃO

SOTO, Jules Marcelo Rosa²⁷
LESSA, Bibiana da Conceição²⁸

RESUMO

Dentre as prioridades do poder público, a cultura está dentre os últimos, visto que, para a política, não é um bem essencial e pouco menos associado ao apelo massivo dos votos. Em países em desenvolvimento, esta situação é ainda mais grave, visto que as necessidades básicas são mais gritantes e atendidas de forma insatisfatória. Esse quadro não pode ser mudado por questões óbvias, cabendo aos agentes da área cultural buscar alternativas que salvaguardem os bens culturais do próprio estado. O presente trabalho apresenta as vantagens de fortalecimento do terceiro setor (fundações, institutos, associações, etc.), que possui condições de auxiliar o estado na tarefa de conservação e tutela do patrimônio público. Problema de pesquisa: Existe uma via entre o público e o privado para a tutela dos bens culturais? Quais são as vantagens e a legitimidade do terceiro setor para a administração dos bens culturais? Objetivo do estudo. O presente estudo objetivou analisar o papel do terceiro setor, quanto à administração e tutela de bens culturais, principalmente museológicos, enfocando os aspectos de constituição jurídica dos tipos de instituições e suas atuações já historicamente reconhecidas. Metodologia: Foram analisadas as características constitutivas dos três principais tipos de instituições ligadas à área cultural e enquadradas no terceiro setor: fundações, institutos e associações. Também foram pesquisadas e avaliadas as mais expressivas instituições brasileiras na área cultural, desde que enquadradas no terceiro setor. Resultados. Considerando que “O Terceiro Setor é composto pelas pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e exercem atividade de interesse social”, logo entendemos que há restrições quanto ao aspecto financeiro, mas se ressalta que todas elas podem gerar excedentes econômicos no exercício de suas atividades, desde que esse não seja o seu objetivo principal. Dessa forma, uma condição *sine qua non* para uma adequada gestão junto ao terceiro setor é a transparência financeira e clareza nos objetivos. Encontramos nesse rol as fundações, as associações e os institutos, destacando as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que é um título fornecido pelo Ministério da Justiça, sendo entendida como uma instituição em si mesma, ou seja, qualificada pela lei número 9.790, de 23 de março de 1999 (Lei do Terceiro Setor). Tanto o primeiro quanto o segundo setor associam as ações do terceiro quase que diretamente à filantropia, visando à busca e/ou melhora da qualidade de vida de necessitados ou defesa dos animais e/ou meio ambiente. Com isso, as empresas privadas logo as direcionam aos setores de responsabilidade social e os órgãos públicos tendem a politizar a relação, rotulando-as de acordo com suas relações construídas até então, visto que o terceiro setor é composto, quase que em sua totalidade, de mão de obra voluntária, pessoas que trabalham e não recebem remuneração para isso, mas geralmente já vinculadas a outras funções no poder público. Contudo, o que o presente estudo propõe é a incrementação da via cultural de administração e tutela dos bens culturais, que idealmente deveria ser assumida pelo estado, mas que secularmente se mostra ineficaz ou no mínimo insatisfatório. Em praticamente todos os

²⁷ Geógrafo. Museu Oceanográfico Univali. *E-mail*: soto@univali.br.

²⁸ Bióloga. Museu Oceanográfico Univali. *E-mail*: bibianalessa@univali.br.



países do mundo que se desenvolvem satisfatoriamente, há um evidente aumento no número de colecionadores de artefatos valiosos das mais variadas áreas, claramente observado nos últimos 15 anos, principalmente na Rússia e China. No Brasil, apesar de em menor proporção, esse fenômeno também tem sido observado e bastante facilitado pelo grande número de leilões e sites de compra de antiguidades, tanto nacionais quanto estrangeiros. Apesar de muitas vezes bem-intencionados, esses colecionadores não possuem formação, nem mesmo estrutura, para a adequada tutela desses valiosos acervos, com empresários bem-sucedidos adquirindo peças fundamentais de nossa história sem qualquer regramento. Por outro lado, os museus formalmente instituídos vêm recebendo cobranças cada vez maiores quanto a sua estrutura e mão de obra, principalmente privados e na sua maioria ligados ao terceiro setor. De forma clara e objetiva, os autores observaram no presente estudo que o poder público tem diversos atores, no que diz respeito à tutela do patrimônio nacional, mas sem qualquer critério de uniformidade, visto que os museus públicos têm suas cobranças bastante atenuadas, incluindo as relativas à segurança do acervo e ao fato de que as coleções privadas são totalmente negligenciadas. Considerando as limitações jurídicas relativas a interferências em patrimônios privados e também não acreditando no aumento do poder do estado, acreditamos que a institucionalização de expressivas coleções privadas seria o caminho mais adequado para a salvaguarda, ou mesmo o conhecimento desses acervos, cabendo ao estado prover orientação aos seus proprietários, que utilizariam as ferramentas existentes para o terceiro setor, aliviando as despesas, adequando, tornando público e principalmente confortando-os quanto ao destino desses valiosos acervos, geralmente a maior preocupação dos proprietários. No caso específico de Santa Catarina, fica claro que os museus mais pujantes estão vinculados ao terceiro setor, sendo, inclusive, os mais cobrados pelo estado e com melhor estrutura quanto à segurança nas suas mais variadas formas, tais como segurança orgânica, preventivo de incêndio, manutenção predial, treinamento de pessoal, entre outras. Esse reflexo se deu basicamente pela existência do Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), com suas diversas universidades constituídas como fundações e o Instituto Cultural Soto (ICS), que implantou diversos museus no estado e que possui um expressivo acervo em diversas áreas do conhecimento humano, cabedal este oriundo de uma coleção particular, corroborando o exposto no presente estudo. Por fim, indubitavelmente o terceiro setor tem sido uma via subutilizada nos propósitos culturais patrimoniais da nação, merecendo incrementos e divulgações que objetivem atingir empresários dispostos a investir em suas próprias coleções, mas com fins sociais de acesso ao público.

Palavras-chave: Patrimônio; Museologia; Bens Culturais; Gestão Cultural; Terceiro Setor.



O “DESMEMORIADO” PAÍS DO FUTEBOL: A REALIDADE SOBRE A AUSÊNCIA DE TUTELA DO ACERVO MUSEOLÓGICO DO ESPORTE BRASILEIRO

SOTO, Jules Marcelo Rosa²⁹
MAIO, Rômulo P. C.³⁰

RESUMO

Apesar do esporte como conhecemos remontar da Grécia Antiga (776 a.C.), é reconhecido um grande hiato de tempo até a segunda metade do século XIX, quando as modalidades esportivas começaram a se multiplicar e popularizar. Na escala temporal dos artefatos museológicos, são raríssimas as peças dessa área, anteriores à segunda metade do século XIX, sendo um marco a criação dos Jogos Olímpicos Modernos pelo Barão Pierre de Coubertin, que fundou o Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894, e organizou os primeiros jogos em Atenas, em 1896. O COI se tornou o órgão dirigente do Movimento Olímpico, cuja estrutura e as ações são definidas pela Carta Olímpica. A partir daí, outro grande impulso foi a criação da Federação Internacional de Futebol (FIFA), em 1904, que com seu terceiro presidente, Jules Rimet, criou as Copas do Mundo de Futebol, em 1928, cuja primeira edição ocorreu no Uruguai, em 1930. Desde então, todas as modalidades esportivas ditas olímpicas têm se desenvolvido a ponto de o esporte ter conquistado um grande espaço na mídia e nos hábitos das pessoas em todo o mundo, sendo os dois eventos acima citados considerados os de maior expressão em todas as áreas da humanidade, também envolvendo os mais expressivos investimentos financeiros. Contudo, o espantoso poder econômico do esporte não refletiu na preservação do acervo museológico de toda esta história e cultura esportiva, tanto no Brasil quanto no mundo, o que é discutido no presente trabalho, apresentando dados contundentes que corroboram o pensamento dos autores. Problema de pesquisa: Onde está o patrimônio material da história do esporte brasileiro? Esta pergunta deflagra uma série de constatações que extrapolam opiniões pessoais e nos impulsionam ao processo investigativo de uma pesquisa ampla e custosa, tanto em tempo quanto em recursos, que foi efetuada pelos autores do presente trabalho, entre 2013 e 2022. Objetivo do estudo: Localizar, quantificar, identificar e avaliar as instituições com acervo museológico referente ao esporte brasileiro, com especial atenção ao futebol. Metodologia: Foram contatadas e visitadas as instituições que representam o esporte brasileiro, destacando o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e, a partir daí, suas representações regionais e/ou instituições com acervos referentes ao esporte brasileiro, com maior ênfase ao futebol, indubitavelmente considerado o esporte de maior expressão no Brasil. Em dezembro de 2012, o primeiro autor do presente trabalho, então diretor executivo e curador geral do Instituto Cultural Soto (ICS) – uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicada à montagem de museus e formação de coleções museológicas –, iniciou uma nova área de interesse voltada ao esporte, mais especificamente às Copas do Mundo Fifa, visto que, em 2014, o Brasil sediaria a 20ª edição do evento. Logo após a aquisição das primeiras peças e conseqüentemente à abertura de uma planilha de tombamento específica, algumas dúvidas quanto à autenticidade de peças oferecidas no mercado foram levantadas e, como de praxe nas demais áreas abrangidas pela instituição

²⁹ Geógrafo do Museu da História do Futebol (MUHF). *E-mail*: jules@institutosoto.org.br.

³⁰ Jornalista do Museu da História do Futebol (MUHF). *E-mail*: maio@institutosoto.org.br.



(história, arqueologia, numismática, filatelia, arte, bibliofilia, fotografia, etc.), foram procuradas instituições que teriam legitimidade e experiência para orientações técnicas e/ou referências bibliográficas e fontes. As primeiras indagações eram básicas, mas fundamentais, tais como descrição dos tecidos e etiquetas utilizados nos uniformes da seleção brasileira nas copas de 1982, 1986 e 1990, portanto há menos de 30 anos da pergunta. A ausência de resposta a esta e tantas outras indagações e, posteriormente, depois de grande insistência, a indicação direta de colecionadores comerciantes acendeu a “luz amarela” de quem trabalha com patrimônio e museologia. Resultados: Afora os acervos de clubes (basicamente troféus na esmagadora maioria) e das federações estaduais, devemos considerar os tutores, ao menos das seleções nacionais, a CBF, em nível nacional (fundada em 1914), a CONMEBOL (Confederação Sul-Americana de Futebol) (fundada em 1916), em nível continental e a FIFA (fundada em 1904), em nível global. Todas as três instituições são centenárias e possuem belos museus, contudo muito recentemente inaugurados: o da CBF, no Rio de Janeiro (2014), o da CONMEBOL, em Luque, Paraguai (2009) e o da FIFA, em Zurique, Suíça (2016). Pois bem, com raras exceções e exclusivamente taças, estas três instituições tiveram que buscar acervos externamente, incluindo réplicas atuais para inaugurar os seus museus, visto que não possuíam mais os artefatos que outrora foram-lhes confiados. Em nível nacional, o estranhamento que tivemos ao saber que o COB e a CBF possuíam um pífio acervo histórico, justamente a confederação do denominado “país do futebol”, que movimenta anualmente somas expressivas em patrocínios, direitos de imagens, entre outros, resultou em um processo de análise de como foi “perdido” esse patrimônio dos brasileiros. Entre 2014 e 2016, os autores passaram a buscar entre colecionadores e sites de venda online, peças que teoricamente nunca poderiam ter sido vendidas, incluindo peças únicas oferecidas, através de gravações mecânicas, à delegação técnica, à seleção brasileira ou mesmo à CBF. A espantosa quantidade, muitas vezes vendida ao exterior, confirmou a falta de uma política institucional adequada quanto à memória e ao patrimônio material da instituição, que, na verdade, representa a nação brasileira nas mais importantes competições esportivas em todo o mundo. Esse gravíssimo problema, em primeiro lugar, vem da histórica falta de valorização do patrimônio material do esporte brasileiro, já contundentemente marcado no passado pelo roubo facilitado e conseqüente destruição do artefato original considerado mais valioso de toda a história dentre todos os esportes, a Taça Jules Rimet, roubada no prédio da CBF, em 1983, que levou 40 anos e nove edições de copas do mundo para ser conquistada. A partir daí o poder público teria que ter exigido a adoção de uma nova mentalidade quanto à responsabilidade do órgão, o que não aconteceu. De forma clara, uma série de medidas são necessárias para uma drástica mudança de conduta, corrigindo vícios institucionais danosos e, a partir disso, extrapolar para que a entidade maior oriente e conscientize os seus filiados para esta nova postura. Na esfera privada tem-se utilizado o termo compliance, derivada do verbo to comply, que significa agir em conformidade ao eticamente determinado, preservando a integridade da instituição em diversas esferas, como respeitar as “regras de um jogo”. Estar alinhado com esta diretriz parece fácil quando pensamos individualmente, mas uma série de medidas que atinjam toda a “pirâmide” é, no mínimo, desafiador e, quanto ao patrimônio material esportivo, infelizmente bastante raro. No caso da CBF, faz-se necessário: a adoção de uma nova política institucional sobre o tema, com legitimidade, denodo, comprometimento e responsabilização jurídica; a criação de um conselho curador com representantes atuantes nas mais variadas áreas, atingindo dos roupeiros à presidência; criação de uma reserva técnica que tenha o compromisso de armazenar e tutelar cada tipo de item utilizado, com efetivo sistema de curadoria, adotando numeração de registro individual e em conformidade com a academia de museologia; adotar um arquivo de documentos sobre os itens, tais como esboços, contratos, encomendas, acertos com patrocinadores, etc, tanto físicos quanto digitais; e adotar um serviço de atendimento a estudiosos do tema, que tenham



suas indagações devidamente respondidas e que promovam e popularizem o conhecimento sobre a memória do esporte. Por fim, que a perda irreparável e sem controle de patrimônio material esportivo até então empreendida seja cessada através da responsabilização, por agentes internos ou mesmo externos, unidos à CBF e ao COB, preservando os materiais que simbolizam árduas e gloriosas conquistas aos futuros brasileiros.

Palavras-chave: Museologia; Patrimônio; Acervo; Esporte; Memória.

DIREITO

O Voo Cósmico

Maria Glória Dittrich

O voo cósmico – impulso da beleza da alma.

A natureza da criatividade do homem emerge no mais profundo do seu ser.

Lá ele encontra o seu verdadeiro sentido de vida – criar para conhecer e aprender com o seu próprio fazer.

O criar do homem é o seu fazer a cada instante, na batida do seu coração que pulsa no mesmo ritmo do coração do universo.

Nesse pulsar orgânico-cósmico, o homem voa.

Levanta as asas da sua consciência e lança-se num espaço e tempo que não tem medida.

Mas que se registra no seu corpo por inteiro, como imaginação, sentimento, percepção e razão.

A beleza do viver humano está no seu aprender a aprender.

A sentir o processo do seu criar, como mudanças permanentes, que acontece na sintonia com o universo, casa do seu ser.





O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16.3 SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

MEIRINHO, João Pedro Davel³¹
PAULO, Verônica Eduarda³²

RESUMO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por 17 objetivos e 169 metas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, conforme proposto pela Organização das Nações Unidas em 2015. Esse movimento, conhecido como Agenda 2030, diferencia-se de outros acordos internacionais, devido à sua amplitude de temas econômicos, sociais e ambientais. Entre os 17 objetivos, o número 16 trata da paz, justiça e de instituições eficazes, e dentro dele o objetivo 16.3 se consiste em Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos. A Constituição Brasileira de 1988 traz, em seus dispositivos iniciais, objetivos fundamentais para a construção da República Brasileira, além de princípios fundamentais que trazem a garantia da dignidade humana e a criação de mecanismos que promovem o acesso à justiça para todos, sendo essas cláusulas pétreas. As são avaliadas e monitoradas por 232 indicadores através de um sistema e um processo de harmonização visando à comparação entre diferentes territórios e populações. A presente pesquisa busca analisar a relação entre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.3 está intrínseca a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O problema da pesquisa gira em torno do questionamento se, de fato, a constituição brasileira, em suas cláusulas pétreas, determina que todos os cidadãos são iguais perante a lei, tendo em vista que a ODS 16.3 busca promover o Estado de Direito e a igualdade de acesso à justiça, e este objetivo também está disposto nos dispositivos iniciais da Constituição Brasileira de 1988. Além disso, o Art. 3º da constituição e seus incisos, constituem objetivos fundamentais para a República, entre eles construir uma sociedade livre, justa e solidária, além de reduzir as desigualdades sociais, conforme o inciso primeiro e terceiro da Carta Magna. Ainda é importante salientar que o Art. 4º da CRFB traz princípios a serem seguidos, como a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos. Já o Art. 5º determina que todos são iguais perante a lei. Diante disso, é possível analisar como o ODS 16.3 está intrínseco à nossa Lei Maior, levando em consideração os seus objetivos, princípios e deveres. Na busca por compreender sua aplicação, é importante entender os mecanismos criados para o acesso à justiça, de forma igualitária, para isso o Estado Democrático de Direito é fundamental para a existência do direito, de forma que é dever do Estado garantir a aplicação do direito de maneira a proporcionar um sistema de igualdade entre as partes. A constituição, ainda em seu Art. 5º, discorre sobre prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles declarados pobres na forma da lei (Art. 5º, LXXIV), assim como, para estes, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito são gratuitos (Art. 5º, LXXVI). Além disso, o legislador teve a preocupação em proteger essas garantias e direitos individuais dos cidadãos e colocou como objeto de cláusula pétrea (Art. 60, § 4º, IV), não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir esses direitos. Dessa forma, o objetivo 16.3 está sendo cumprido pelas leis brasileiras, não podendo ser alvo de revogação, sendo

³¹ Graduando do terceiro período em Direito na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Monitor no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão (PAIDEIA). Itajaí. *E-mail*: jopmeirinho@gmail.com.

³² Graduanda do quarto período em Direito na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Monitora no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão (PAIDEIA). Itajaí. *E-mail*: veronica.paulo@edu.univali.br.



considerado esse tal ato inconstitucional. Conclusão: O objetivo 16.3 da ODS está disposto na Lei Suprema brasileira, sendo objeto de cláusulas pétreas, não podendo ser alvo de revogação. Assim, a constituição brasileira, de fato, determina que todos os cidadãos são iguais perante a lei, sendo que o descumprimento de tal é considerado um ato inconstitucional.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Constituição Brasileira; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



TV CÂMARA DE ITAJAÍ: UMA ANÁLISE EDITORIAL A PARTIR DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

FLORES, Maurício da Rocha³³
GOLEMBIEWSKI, Carlos³⁴

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo verificar, a partir de uma análise editorial, se a TV Câmara de Itajaí constitui uma política pública de comunicação sob a ótica dos conceitos de comunicação pública. A pesquisa utilizou a metodologia do estudo de caso, partindo da análise qualitativa de reportagens e programas de entrevistas produzidos pela TV Câmara de Itajaí. O estudo apontou que a TV Câmara de Itajaí possui carências de participação dos cidadãos para o aprimoramento da esfera pública, bem como de ações que promovam a conscientização sobre o exercício da cidadania e, ainda, de mecanismos que previnam um dos maiores riscos às democracias recentes, que é a apropriação de bens e serviços públicos para interesses privados e promoção pessoal. Por meio de uma análise editorial, a presente pesquisa buscou verificar se a TV Câmara de Itajaí se constitui numa política pública de comunicação. Para isso, traçou um perfil sócio-histórico da referida TV, procurou revelar os critérios editoriais praticados por essa emissora legislativa e perceber se sua programação pode ser considerada uma política pública de comunicação. A TV Câmara de Itajaí existe desde a Lei Complementar Municipal n. 149, de 16 de fevereiro de 2009, e está no ar desde 2010. Ela atende, no âmbito do município de Itajaí/SC, às prerrogativas da Lei Federal n. 8.977/1995, a Lei do Cabo. A comunicação pública é a comunicação estabelecida com o público, que acontece na esfera pública. Embora seja um conceito ainda em construção, que pode ser entendido por diversas perspectivas, seu uso frequente por diferentes atores indica uma comunicação democrática com múltiplas variações nas fontes da informação e nos objetivos a serem alcançados (DUARTE, 2012; BRANDÃO, 2012; MATOS, 1999; BUCCI, 2015; PERUZZO, 2004, 2007). Já as TVs legislativas se tornaram um espaço na esfera pública de comunicação entre representantes e representados, uma estratégia de comunicação do Poder Legislativo com a população (RENAULT, 2004; MONTEIRO, 2011; JARDIM, 2006; MELO, 2016). A TV Câmara de Itajaí funciona como uma política pública de comunicação quando traz pautas de entrevistas e reportagens de temas que podem ser problematizados a ponto de resultarem em informações relacionadas à promoção da cidadania. Até mesmo os aspectos da comunicação governamental contribuem para que os cidadãos estejam conscientes da agenda pública e de como acessar e participar das políticas públicas no município. Os programas se apresentam como ferramentas que, além de informar e prestar contas das instituições e ações dos atores políticos, também motivam e educam os cidadãos, promovendo a cidadania por meio de conteúdos que detalhem os mecanismos de acesso e uso de serviços públicos de assistência social, saúde, cultura, entre outros. O que os programas ainda não estão demonstrando são ações para associar o exercício da cidadania com uma comunicação que parta da sociedade para o governo através de diversas plataformas que possibilitem sugestões e reclamações sobre suas decisões e ações, algo que significaria o auge do regime democrático.

³³ Jornalista, Mestre em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

³⁴ Doutor em Comunicação Social pela PUC/RS. Professor no Mestrado em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* carlosgol@univali.br.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: TV Câmara de Itajaí; Comunicação Pública; Política Pública de Comunicação; Jornalismo.



O PRAZO RAZOÁVEL NO PROCESSO PENAL: DETERMINAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS DE VIOLAÇÃO

CHAVES JUNIOR, Airto³⁵
PÁDUA, Thiago Aguiar de³⁶

RESUMO

Tempo pode ser definido como a sucessão contínua, na qual se desenvolvem eventos e variações das coisas. Para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, trata-se da observação da realidade a partir da diferença entre passado e futuro. Depois da Teoria da Relatividade de Albert Einstein, tomaram lugar as teorias da indeterminação e da imprevisibilidade, ao passo em que se passou a desconsiderar a velha noção de tempo com algo linear (Isaac Newton). Ganha força a ideia de “percepção do tempo”. E, assim como a percepção do tempo, a percepção de poder passa hoje pela temporalidade, na medida em que o verdadeiro detentor do poder é aquele que está em condições de impor aos demais o seu ritmo, a sua dinâmica, a sua própria temporalidade. Nesse passo, o tempo também se relaciona com a temporalidade jurídica: formas singulares adquiridas pelo tempo em relação à diversidade de manifestação, processualização e auto-observação do Direito. No Processo Penal, prazo pode ser definido como toda condição de tempo posta em exercício de uma determinada atividade processual. Nesse universo, o tempo do processo e a sua respectiva celeridade devem ser interpretados à luz da epistemologia dos Direitos Humanos (ou Direitos Fundamentais, a depender do ângulo de observação) para a proteção daquele que Luigi Ferrajoli nominou de “mais débil”, ou seja, o mais fraco da relação jurídica: o investigado/acusado. Isso porque, o que faz do processo uma operação distinta da justiça com as próprias mãos ou de outros métodos bárbaros de “justiça sumária” é o fato que ele persegue, em coerência com uma dúlice função preventiva do Direito Penal, duas diferentes finalidades: a punição dos culpados juntamente com a tutela dos inocentes. E essa segunda preocupação está na base de todas as garantias processuais que circundam o processo e que condicionam, de vários modos, as instâncias repressivas expressas pela primeira. A história do Processo Penal pode ser lida como a história do conflito entre essas duas finalidades, logicamente complementares, mas, na prática, contrastantes. Problema de Pesquisa: Na medida em que o Processo Penal intervém sensivelmente no âmbito dos Direitos Fundamentais do investigado/acusado (que é presumidamente inocente), quais as consequências da indevida dilação do prazo razoável no Processo Penal? Objetivos do Estudo: Os objetivos da presente pesquisa são: a) tratar o prazo como condição de tempo posta em exercício de uma determinada atividade processual; b) verificar se há um limite temporal para o exercício do Poder Punitivo expressado na persecução penal; c) diagnosticar possíveis consequências da dilação indevida desse prazo. Metodologia da Pesquisa: Coleta

³⁵ Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Univali. Doutor em Direito pela Universidade de Alicante, Espanha. Professor titular de Direito Penal do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica (Mestrado e Doutorado) da Univali. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3016-5618>. E-mail: oduno@hotmail.com.

³⁶ Pós-Doutoramento (UnB, Università degli Studi di Perugia, Itália e Univali, Brasil). Doutor e Mestre em Direito (UniCEUB - Brasil). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do UDF – Centro Universitário do Distrito Federal (Mestrado e Doutorado). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2229-2975>. E-mail: thiago.padua@udf.edu.br.



teórica de informações e análise de dados a partir de pesquisa bibliográfica. Principais resultados: Ao final do estudo, conclui-se que a razoabilidade do prazo deve ser aferida no âmbito concreto, de modo que prevalece a “doutrina do não prazo” no âmbito da jurisprudência internacional de Direitos Humanos. Em caso de não cumprimento, estabelecem-se “medidas compensatórias: a) soluções no âmbito civil; b) soluções no âmbito penal; c) soluções processuais; e, d) soluções sancionatórias. Depois de expostas essas quatro medidas possíveis, apesar da solução cível (indenização) ser dominante no campo da doutrina, é modalidade compensatória questionável devido à sua latente incompatibilidade com o Estado de Direito. O mesmo ocorre com as possibilidades de compensação penal. É que, após o reconhecimento da violação do Princípio da Celeridade por parte do Estado nessas hipóteses, mantém-se o processo e a respectiva violação inalterada, o que reduz a reprovação da violação ao Direito Fundamental ao tempo em que se afasta de sua real efetivação. Ou seja, são todas elas incapazes de reagir contra a violação ao direito de ser julgado num prazo razoável, pois, uma vez ultrapassado o período razoável de duração do processo, este ainda se manterá – excessivamente e ilegitimamente – o tempo que for necessário para alcançar, ao fim, a sentença final. Diante disso, a solução que transita no campo processual parece mais adequada. Dentro dessa perspectiva, uma vez verificado que o prazo razoável do Processo Penal está violado, deve funcionar essa condição como impedimento processual que não mais possibilita a prorrogação do processo, pois, caso continue, tem-se doravante, um Processo Penal ilegítimo, ou seja, um indevido processo (i)legal.

Palavras-chave: Tempo; Persecução Penal; Prazo; Razoabilidade; Direitos Humanos.



INVENÇÕES PRECÁRIAS E CLANDESTINAS NA ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

LEITE, Pedro Morales Tolentino³⁷

RESUMO

O campo socioassistencial brasileiro, subordinado aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assume centralidade nas Políticas Públicas para as Pessoas em Situação de Rua. Tal centralidade, no nível legal, é prescrita como estratégia de coordenação de ações e que, supostamente, como uma porta de entrada especializada para o segmento, constitui fluxos com acessos mais abrangentes favorecendo o enfrentamento da situação de rua e o acesso às amplas proteções sociais por meio de acompanhamento e encaminhamentos. Apesar disso, essa centralidade é capturada como um programa ideológico que isola os dispositivos socioassistenciais como mecanismos únicos no enfrentamento de uma questão determinada pela ausência ou privação de acesso aos diversos setores da sociedade como habitação, renda, saúde, entre outros que figuram os mínimos sociais. Nesse contexto contraditório, o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) – um dos dispositivos de atenção às pessoas em situação de rua no âmbito do SUAS – identifica sujeitos em situação de rua e, dada suas condições de situações de violação de direitos, aproxima-se desses sujeitos para construir estratégias de vinculação às redes de proteção sociais formais. Mas, dada a inexistência ou insuficiência dessas redes, as equipes desses dispositivos se veem forçadas a inventar estratégias assistenciais precárias e que, apesar de se colocarem na direção do acesso à direitos e proteções, se dão por fora de institucionalidades. Essa realidade se mostra ainda mais explícita em um município de médio porte que, em função de suas características sociodemográficas, não recebe repasses específicos para amplas políticas especializadas e, sendo assim, a população em situação de rua é atendida e integrada em serviços socioassistenciais gerais que dispõem de condições insuficientes para o atendimento das demandas específicas e habituais das pessoas em situação de rua. Tal condição produz a reprodução de ações paliativas, higienistas ou, então, dependentes de instáveis agendas de governo local ou iniciativas filantrópicas vinculadas à igreja. Problema de pesquisa: Quais as estratégias de proteção social para pessoas em situação de rua de um SEAS implementado em uma cidade de médio porte? Objetivo do estudo: Descrever e analisar a experiência de atenção às pessoas em situação de rua em um SEAS de um município de médio porte. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, a partir da vivência profissional de um psicólogo do quadro efetivo e que atuou em um SEAS de um município de médio porte. Resultados: A partir da experiência constatou-se que, em um município de médio porte, não há políticas específicas delineadas e nem rede material suficiente para a produção de acesso aos direitos e enfrentamento das privações centrais presentes na vida de pessoas em situação de rua. Assim, mesmo que existam adesões a políticas sociais para pessoas em situação de rua, tal adesão mostra-se como um alinhamento discursivo que, na prática, não materializa os dispositivos concretos requeridos para sua real efetivação. Nesse sentido, o trabalho dos dispositivos existentes realiza ações paliativistas, inventando redes de proteção a partir de redes informais de proteção disponíveis no território e constituídas a partir dos laços dos próprios sujeitos atendidos. Tal cenário expressa que há

³⁷ Pós-graduando do PPGP na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* pedromtleite@gmail.com.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

uma distância entre o discurso dos Direitos Humanos e a capacidade do Estado e das agendas de governo das diferentes esferas produzirem ações concretas.

Palavras-chave: Assistência Social; Pessoas em Situação de Rua; Psicologia.



UMA ANÁLISE DO INSTITUTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A CRÍTICA À CARÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMPARO ÀS VÍTIMAS

SILVA, Alice Peixoto da³⁸
CONTE, Mell Mota Cardoso³⁹

RESUMO

Apesar da importância e das constantes ocorrências, a alienação parental possui pouca abordagem, especialmente no cotidiano familiar. O que se observa é a ausência de informações sobre o instituto, consequências da prática e possíveis formas de punição e prevenção, surgindo, por consequência, a necessidade de aprimoramento e maior investimento em políticas públicas de prevenção, tema este objeto desta pesquisa. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é conceituar a alienação parental, bem como apresentar suas características. Os objetivos específicos são: [1] analisar a previsão normativa da alienação parental no ordenamento jurídico brasileiro; [2] ponderar sobre as consequências da alienação parental; [3] discorrer sobre as medidas que podem ser tomadas mediante a implementação de políticas públicas que visem à proteção das vítimas. A metodologia utilizada contou com a técnica da pesquisa qualitativa exploratória e da pesquisa bibliográfica, especialmente a partir da lei e das doutrinas. O método utilizado na fase de investigação foi o indutivo e na fase de desenvolvimento foi o dedutivo. Por fim, a partir da análise realizada, os resultados apontam que há uma carência no que tange ao instituto aqui estudado, especialmente em relação às medidas punitivas aos alienantes, além de não existirem políticas públicas de amparo às vítimas.

Palavras-chave: Alienação Parental; Poder Familiar; Políticas Públicas.

³⁸ Graduanda do 8º período do curso de Direito, na Univali. *E-mail:* alicep1504@gmail.com.

³⁹ Orientadora deste artigo científico. Mestre em Ciência Jurídica pela Univali, professora e coordenadora do curso de Direito da Univali, campus Tijucas. Advogada. *E-mail:* mell.conte@univali.br.



CLOROQUINA, A PANACEIA DO SÉCULO: UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE ESTATAL DIANTE DA DISPENSA DE MEDICAMENTOS INEFICAZES PARA O TRATAMENTO DA COVID-19

MELO, Beatriz Ramires de⁴⁰

RESUMO

A covid-19 é uma doença causada pelo vírus Sars-Cov-2, uma nova cepa do coronavírus, que atinge o trato respiratório dos seres humanos. Os primeiros casos da covid-19 foram identificados na cidade de Wuhan, na China, e relatados à Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019 como uma “pneumonia viral”. Em razão da sua alta taxa de transmissibilidade, em março de 2020, o vírus já havia se espalhado para diversos países, sendo então declarada pela OMS uma pandemia de covid-19. Diante da dispersão do novo vírus em escala global, houve a necessidade de estabelecer estratégias de combate à doença por parte dos países afetados. Dentre as medidas que se popularizaram rapidamente e detinham o aval das organizações de saúde competentes, estavam o distanciamento social e o uso de máscaras. No Brasil, essas medidas foram criticadas pelo Governo Federal, na figura do Presidente da República que demonstrou preferência para o tratamento medicamentoso utilizando os fármacos cloroquina e hidroxicloroquina. Importante sedimentar que houve, no início do ano de 2020, pesquisas na modalidade *in vitro* utilizando os referidos medicamentos para o combate do coronavírus. Contudo, as pesquisas mostraram-se insuficientes para demonstrar a eficácia da cloroquina e hidroxicloroquina, bem como estudos mais aprofundados denunciaram a possibilidade de agravamento dos sintomas da covid-19. Ainda assim, em 20 de maio de 2020, o Ministério da Saúde emitiu um documento recomendando amplamente a utilização da cloroquina e hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19. Em virtude do que foi mencionado, o centro das aspirações jurídicas desta pesquisa acadêmica é averiguar se há a caracterização da responsabilidade civil do Estado brasileiro diante da prestação de medicamentos ineficazes no combate à pandemia decorrente da covid-19. Problema de pesquisa: É possível responsabilizar o Estado brasileiro pela dispensa de medicamentos ineficazes no combate à pandemia decorrente da covid-19? Objetivo do estudo: Identificar se há a caracterização da responsabilidade civil do Estado decorrente da prestação dos medicamentos cloroquina e hidroxicloroquina vinculado ao Sistema Único de Saúde. Metodologia: A presente pesquisa científica utiliza o método dedutivo. Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica na doutrina do Direito administrativo nacional, quanto ao instituto da responsabilidade civil do Estado e em publicações periódicas, bem como pesquisa documental na legislação constitucional vigente e normativas concernentes ao Sistema Único de Saúde. Resultados: A saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme expõe o texto constitucional em seu artigo 196. Para tanto, implementou-se o Sistema Único de Saúde (SUS) como medida de efetivação desse direito. A partir da análise das normativas que regem o SUS, demonstrou-se que os critérios para a dispensa de medicamentos importam a essencialidade, a qualidade e a eficácia comprovada. Semelhantemente, apreciaram-se os elementos que caracterizam o instituto da responsabilidade estatal, conforme a legislação e doutrina pátria, demonstra que cabe ao

⁴⁰ Graduanda em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* beatriz.ramires3@gmail.com.



Estado, ainda que este não atue como “segurador universal”, o dever de adotar medidas eficientes diante de situações atípicas que ameacem a saúde e segurança da população, porquanto é o caso de uma crise sanitária global sem precedentes como a decorrente da covid-19. A preservação dos direitos fundamentais, especialmente o direito à saúde, neste caso, é competência do Estado. Sendo assim, quando há a inobservância dessas prerrogativas por parte de agentes estatais, evoca-se a responsabilidade civil que, conforme os ensinamentos do jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, ocorre quando por ação ou omissão, atinge-se a esfera juridicamente tutelada de outrem. Assim, entende-se que cabe ao agente causador o dever de impor uma compensação pecuniária ao indivíduo lesado, a fim de reestabelecer o status quo ante. Por fim, conclui-se que o Estado, ao fornecer e recomendar ampla e irrestritamente o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes comete um ato ilícito e, portanto, é passível de responsabilização.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil do Estado; Covid-19; Cloroquina.



ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DAS CRIPTOMOEDAS E SUA (IM)POSSIBILIDADE DE PENHORA

NETTO, Gabriela Neckel⁴¹

MOSER, Jean⁴²

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira⁴³

RESUMO

O Código de Processo Civil estabelece o procedimento para a penhora de bens, assim como apresenta alguns bens que são, no dizer do legislador, impenhoráveis. Esses bens que não sofrem constrição servem para garantir uma vida digna ao devedor. Todavia, com a evolução da tecnologia e do investimento digital, as criptomoedas ganharam força como método de investimento. No entanto, por ser um fenômeno recente, muitos países carecem de regulamentação específica sobre esse criptoativo, sendo o Brasil um deles. Diante dessa falta de regulamentação e do crescente investimento em criptomoedas, emergiu-se o seguinte problema de pesquisa: Existe a possibilidade de penhorar criptomoedas segundo o ordenamento jurídico brasileiro? Para responder tal questionamento, o objetivo do estudo visa a investigar se existe ou não, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a possibilidade de penhora desse ativo financeiro. Adotou-se, como metodologia, o método indutivo, operacionalizado pela técnica da pesquisa bibliográfica e do fichamento. Sendo que se iniciou apresentando algumas considerações acerca da evolução histórica da moeda, sua natureza jurídica e a regulamentação dos criptoativos no Brasil. Na sequência, abordou-se o procedimento de execução estabelecido pelo Código de Processo Civil e os aspectos da responsabilidade patrimonial, bem como a satisfação de créditos através da penhora. Ao final, enfocou-se na possibilidade, ou não, da penhora das criptomoedas. Os resultados alcançados foram de que há a possibilidade de penhora dos criptoativos, isto porque esses bens integram o patrimônio jurídico do devedor, uma vez que possuem valor econômico e podem ser caracterizados como bens incorpóreos. Além disso, a constrição judicial, ou seja, a penhora, é a regra no ordenamento jurídico brasileiro, sendo exceção a sua impenhorabilidade. Este instituto está disciplinado no artigo 833 do Código de Processo Civil e na Lei n. 8.009/90, que prevê outras hipóteses de impenhorabilidade dos bens do executado. Assim, ao verificar essas normas, constata-se que a criptomoeda não encontra respaldo legal para que não ocorra a sua penhorabilidade, sendo, portanto, passível de sofrer constrição judicial, mesmo diante de exacerbada volatilidade. Além disso, a jurisprudência já vem adotando este entendimento, uma vez que o ativo não possui regulamentação e, por isso, dada a inércia do poder legislativo, cabe ao judiciário solucionar os conflitos existentes, adotando posicionamento favorável à penhora das criptomoedas. Desse modo, em que pese as criptomoedas carecem de regulamentação, a sua penhorabilidade é permitida no ordenamento jurídico brasileiro, já que integram o patrimônio do devedor e possuem valor econômico. Cabe, por fim, mencionar a existência de um projeto de lei, proposto pelo Deputado Paulo Eduardo Martins, que reconhecerá definitivamente os criptoativos como

⁴¹ Acadêmica do 10º período do curso de Direito na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gaabineckel@hotmail.com.

⁴² Acadêmico do 9º período de Direito na Univali. *E-mail:* jmoser@edu.univali.br.

⁴³ Doutora em Derecho pela Universidade de Alicante, Espanha, revalidado e reconhecido no Brasil. Mestre em Ciência Jurídica pela Univali (Conceito Capes 6).



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

elemento patrimonial apto a garantir a satisfação do crédito, colocando fim a essa discussão doutrinária e jurisprudencial.

Palavras-chave: Criptomoedas; Possibilidade de Penhora; Código de Processo Civil; Ordenamento Jurídico Brasileiro.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DA POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

ALVES, Beatriz⁴⁴
BARBOSA, Karen Borges⁴⁵

RESUMO

No presente trabalho, buscamos aprofundar a discussão acerca do conceito de pobreza menstrual, rastreando os processos de opressão, de negligência e de vulnerabilização que constituem e agravam o fenômeno. A pobreza menstrual é um problema interseccional, atravessado por processos de opressão de gênero, de raça, de classe, de capacidade, que se compõe de forma múltipla, concernente à dificuldade de acesso material a produtos de higiene e a saneamento básico, mas também à dificuldade simbólica, cultural, política e ética na compreensão e universalização dos direitos menstruais. Por fim, apresentamos políticas públicas e projetos de lei que dizem respeito aos direitos menstruais, citando suas potencialidades e suas insuficiências.

Palavras-chave: Pobreza Menstrual; Políticas Públicas.

⁴⁴ Psicóloga. Mestranda em Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* beatriz.alves@univali.br.

⁴⁵ Psicóloga. Mestranda em Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.



ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: ANÁLISE DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO PROGRAMA EXTENSÃO CASA DAS MULHERES/MG

WINTER, Jessica Miranda⁴⁶

TOSTA, Kesia Silva⁴⁷

RESUMO

O Programa de Extensão “Casa das Mulheres” iniciou em 2010, na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, a partir da articulação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG), da Universidade Federal de Viçosa e Defensoria Pública de Minas Gerais na comarca de Viçosa, com intuito de responder às demandas e as mobilizações do Conselho Municipal da Mulher, que apontava a ausência de serviços especializados no atendimento à mulher em situação de violência. Dessa forma, uma proposta interdisciplinar, multidisciplinar e de interseccionalidade, o programa atua em quatro eixos principais: 1) Atendimento às mulheres em situação de violência; 2) Formação de estudantes, trabalhadores(as) e comunidade em temáticas relacionadas a desigualdade de gênero, patriarcado e violência; 3) Produção de informação sobre violência contra mulheres; 4) Comunicação e educação para enfrentamento à violência. Sendo assim, o objetivo do trabalho interdisciplinar realizado pelas extensionistas do curso de Direito e Serviço Social do programa de extensão supracitado tem por objetivo atender, orientar, encaminhar e propor ações de enfrentamento à violência a mulher. Problema de pesquisa: Como o trabalho interdisciplinar do programa de extensão Casa das Mulheres pode contribuir no atendimento à mulher que vivencia a violência no município de Viçosa e microrregião? Objetivo do estudo: analisar a atuação do trabalho interdisciplinar das extensionistas do curso de Serviço Social e Direito no atendimento às mulheres em situação de violência e como o programa pode contribuir para a rede de enfrentamento à violência no município. Metodologia: Ocorreram três etapas, inicialmente, capacitação introdutória com todas as extensionistas no âmbito do atendimento, assim como, a segunda fase, foca no atendimento, acolhimento e orientação das mulheres vítimas de violência no programa de extensão, e por fim, buscar o fortalecimento e a articulação da rede de enfrentamento à violência em Viçosa. O local de realização do projeto será na Unidade Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Social e Humano (UNIEDHS) e na Defensoria Pública da Comarca de Viçosa, onde realizam os atendimentos, tendo em vista que ocorrerão avaliações e monitoramento das ações e do desenvolvimento do projeto, no que tange ao atendimento e ao trabalho interdisciplinar para aperfeiçoar e efetivá-los. Resultados: O programa representou um marco nas ações de enfrentamento à violência contra a mulher no município, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência em Viçosa e microrregião, uma vez que conseguiu alcançar o selo de práticas inovadoras no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres do

⁴⁶ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista de iniciação à extensão no programa de extensão casa das mulheres. *E-mail:* jessica.winter@ufv.br.

⁴⁷ Professora adjunta no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutora em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). *E-mail:* kesia.tosta@ufv.br.



Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, portanto, a partir da atuação de extensionistas do curso de Direito e Serviço Social, proporcionando um atendimento humanizado e interdisciplinar, que atua na orientação jurídica, esclarecimento sobre medidas protetivas, entrada com ações de divórcio, guarda, alimentos e outros, fomentados pelas extensionistas do curso de Direito, assim como o acolhimento e encaminhamento para as políticas sociais e os demais serviços da rede de atendimento à mulher no município, realizados pelas extensionistas do curso de Serviço Social. Atualmente, os serviços são prestados na Defensoria Pública da Comarca Viçosa, onde foram registrados 107 atendimentos desde março até setembro, além disso, vale ressaltar o convênio firmado com Prefeitura de Viçosa, a fim de fortalecer a rede de atendimento, consolidando a articulação dos equipamentos e no incentivo ao atendimento humanizado, integral e interdisciplinar.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Interdisciplinaridade; Serviço Social; Direito; Extensão.



A TRANSPARÊNCIA ATIVA NA PROTEÇÃO DE DADOS DIANTE DAS RESTRICÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

FELICIO, Daniel⁴⁸

RESUMO

A transparência do poder público é desafiadora. Os tempos modernos possuem recursos tecnológicos possibilitando que as informações cheguem a vários locais, por meio deste mecanismo que a transparência atinge sua finalidade no exercício da cidadania, forma de controle externo da gestão do poder público. Porém, esbarra-se em difíceis termos técnicos, dificultando que o contribuinte exerça o papel fiscalizador, considerando que o controle social é um direito constitucional, inalienável e fundamental para o exercício da cidadania. Nesse contexto, surge a Lei Geral de Proteção de Dados, que trata dos dados pessoais, ainda que digitais, visando à proteção de direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Visando à segurança jurídica, regulamentando as práticas atuais, promovendo a proteção dos dados pessoais de cada cidadão brasileiro, trazendo mudanças significativas sobre disponibilização da informação, impactando a transparência ativa. Assim, o estudo se propõe a pesquisar, desenvolver e mapear os Municípios da região da Associação de Municípios do Vale Europeu (AMVE), instigando nos entes estudados o interesse de desenvolver um padrão mínimo de efetividade nos resultados de eficiência e transparência com as implicações da LGPD. Dessa forma, o estudo pode vir a ser um mecanismo de entrada para o cidadão interessado em saber como o dinheiro dos impostos pagos são geridos e destinados e como seus dados estão sendo protegidos, assim é o compromisso com accountability, é transparência, é prática de promoção à cidadania e é um mecanismo de prestação de contas à sociedade.

Palavras-chave: Transparencia ativa; Lei Geral de Proteção de Dados; Política Pública

⁴⁸ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas



A INCESSANTE CRISE SOCIOECONÔMICA ARGENTINA: UM ESTUDO CONJUNTURAL ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2022

BLAU, Maria Eduarda Amann⁴⁹
CANSIAN, Nicole Paroul⁵⁰
SANTOS, Isabelle Godoy Teles dos⁵¹
DAL MOLIN, Elisiane Dondé⁵²

RESUMO

A Argentina sofre problemas econômicos e sociais constantes, oriundos do primeiro golpe militar sofrido pelo país, em 1930, de outros cinco subsequentes (registrados até 1983), somados a constantes altos e baixos que marcam sua história. Antes classificado como a sexta maior economia do mundo, o país passou a ser descrito e estudado por economistas como o “Paradoxo Argentino”, expressão usada para explicar sua derrocada. Com fama de caloteira e inúmeras dívidas com o Fundo Monetário Internacional, a introdução da dolarização (1991) foi um dos grandes motivos para a contínua crise do país, principalmente pelo fato de que o plano inicial nunca foi concretizado, mas sim modificado e precarizado: desde os anos de 1990 a Argentina enfrenta altos e baixos econômicos e sociais, com protestos e reformas constantes. Com os governos de Néstor e Cristina Kirchner, houve uma intensificação desses problemas, chegando ao mandato de Mauricio Macri, com suas reformas neoliberais, e à posterior eleição de Alberto Fernández, concretizando o retorno da esquerda kirchnerista ao poder (2019), eventos dos quais trataremos no presente estudo. Problema de pesquisa: Com base em tais pressupostos, a problemática do construto apresentado busca responder à pergunta: “como se desenhou a crise socioeconômica argentina?” Objetivo do estudo: Ao nos depararmos com esta problemática, tem-se como objetivo geral do estudo problematizar a crise argentina a partir de uma análise conjuntural, entre os anos de 2015 e 2022, considerando a eleição de Mauricio Macri como presidente em 2015, os impactos econômicos na Argentina pós-empréstimo do Fundo Monetário Internacional, as resultantes das políticas neoliberais implementadas para combater a crise, e o governo de Alberto Fernandez, iniciado em final de 2019, concomitante ao começo da pandemia da covid-19. Metodologia: A metodologia utilizada para aferir dados e fatos se deu por meio da aplicação do método da Análise de Conjuntura, que pressupõe a investigação de um determinado fenômeno social por meio do contexto atual e de antecedentes históricos, englobando cinco categorias de trabalho, quais sejam: os acontecimentos que envolvem este fenômeno, os cenários onde ele se desenvolve, os atores integrantes do processo, as relações mantidas entre os atores (cooperação, conflito, coexistência) e suas implicações dentro da estrutura social em que se encontra relacionado. As informações para a construção da análise foram extraídas de artigos científicos, estudos publicados sobre a economia e a política argentinas, notícias

⁴⁹ Graduanda do 4º período de Relações Internacionais, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* mblau@edu.univali.br.

⁵⁰ Graduanda do 4º período de Relações Internacionais, na Univali. *E-mail:* isabellegodoy21@edu.univali.br.

⁵¹ Graduanda do 4º período de Relações Internacionais, na Univali. *E-mail:* ncansian@gmail.com.

⁵² Mestre em Turismo e Hotelaria e Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas na Univali. *E-mail:* elisianed@univali.br.



veiculadas pela mídia, livros e outros meios capazes de oferecer um amplo entendimento sobre o assunto. Resultados: Dentro de um cenário de políticas peronistas de desenvolvimentismo e assistencialismo social, incapazes de evitar crises econômicas e sociais, criou-se uma narrativa que associava a lenta retomada econômica da Argentina ao kirchnerismo. Assim, foi eleito, em 2015, Mauricio Macri, com a promessa de uma política neoliberal eficiente o bastante para apagar as marcas dos governos passados, como uma tentativa de controlar a crise econômica. Todavia, apesar do apoio de empresários e da classe média em geral, no primeiro ano de governo as reformas adotadas pelo presidente se mostraram impopulares, afetando principalmente a parcela mais vulnerável dos cidadãos argentinos. Medidas como: a revisão de contratos estatais; o afrouxamento do controle de preços; o fim de subsídios a prestadores de serviços públicos, que elevou os preços do gás e da energia no país; e a redução da folha de pagamentos, que subtraiu milhares de empregos do setor público, contribuíram para o aumento da rejeição do presidente, desencadeando uma série de manifestações. A reforma da previdência promovida por seu governo em 2017, bem-recebida pelos defensores do setor privado, levantou acusações de que Macri tentava equilibrar o orçamento nacional às custas da parcela mais empobrecida da população. Assim, com a dívida externa do país já elevada em 20% naquele ano, as políticas adotadas pelo governo se mostraram ineficazes e imediatistas, desencadeando uma ilusória e efêmera melhora econômica, propiciada pelo maior empréstimo do Fundo Monetário Internacional realizado na história do país (2018). Dessa forma, o governo não teve forças para engatar um segundo mandato e, num contexto de aumento da inflação e de extrema desvalorização monetária do peso, no ano de 2019 foi declarada moratória e a possibilidade de renegociação da dívida com o Fundo Monetário Internacional. Em ano de eleição, medidas como essa se mostraram infelizes para a reeleição de Macri, fazendo com que a campanha de um candidato de esquerda tivesse mais adesão, nesse caso, Alberto Fernández. Fernández venceu a eleição e assumiu o governo em dezembro de 2019, herdando um país com uma enorme dívida em dólares ao Fundo Monetário Internacional e outros credores. Nesse mesmo ano, a dívida externa da Argentina representava 89,4% do seu Produto Interno Bruto, além de uma alta taxa inflacionária, chegando a 53,8% conforme informações divulgadas pela imprensa naquele período. Não bastando os problemas econômicos constantes, na sequência de sua posse foi decretada mundialmente a pandemia da covid-19. Em resposta, o país impôs um lockdown rígido, com fechamento de fronteiras e o cancelamento de voos; na sequência, a suspensão das aulas presenciais e a disposição do funcionamento de serviços considerados essenciais. No início, essas resoluções foram acatadas pela população, por integrantes internos do governo e, até mesmo, pela oposição. Entretanto, o prolongamento do lockdown gerou insatisfação popular, especialmente entre os dependentes de serviços essenciais, daqueles que precisavam se deslocar para trabalhar e dos que clamavam pela normalização da economia. Junto a isso, a quantidade de mortes registradas era altíssima, mesmo com todos os esforços realizados pelo governo, considerando teóricos do campo político como peronista. É importante ressaltar que os resultados desta pesquisa ainda estão em sua fase preliminar, visto que o estudo deve ser concluído no final do ano de 2022. Contudo, até o presente momento, constatou-se que a situação econômica argentina não demonstra perspectiva de melhoras. A crise do coronavírus afetou a Argentina de forma profunda; conquistas de políticas públicas significativas como a legalização do aborto, por exemplo, foram vitórias um pouco apagadas em meio à instabilidade. Embora a negociação da dívida com o Fundo Monetário Internacional tenha sido alcançada, não é o suficiente para repensar as políticas futuras. De acordo com notícias publicadas sobre a situação do país, a Argentina encerrou o mês de setembro de 2022 com uma alta na inflação, que atingiu o patamar de 78,5%, o segundo maior entre todos Estados latino-americanos, atrás apenas da Venezuela; conjuntamente, os juros também se elevaram, 75% ao ano, acarretando também no aumento



da pobreza e na deterioração do poder de compra da população – e a previsão é de que os indicadores não diminuirão tão cedo. Com a crise socioeconômica argentina ainda latente e sem perspectivas de mudança por medidas de curto prazo, percebe-se certa resistência estrutural e a urgência de uma governança capaz de modificar ou eliminar definitivamente esses problemas. Entretanto, governos anteriores, independentemente de suas políticas e ideologias, não lograram nem mesmo balançar esse sistema de crises sucessivas. Resta-nos averiguar se as políticas vigentes e os futuros administradores estatais conseguirão contrabalançar essa dinâmica ou, pelo menos, estabilizar a crise para uma possível retomada da Argentina como a potência que um dia foi.

Palavras-chave: Argentina; Crise Econômica; Neoliberalismo Econômico; Peronismo; Relações Internacionais.



A UNIÃO EUROPEIA (UE) E A COVID-19: A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA ESTATAL E DAS FRONTEIRAS ESTABELECIDAS EM SEU TERRITÓRIO

MORELLA JUNIOR, Jorge Hector⁵³
QUINTERO, Jaqueline Moretti⁵⁴

RESUMO

A Europa sempre vai ser um continente que demonstra uma alta capacidade de se reinventar, isso pode ser observado especialmente após a Segunda Grande Guerra Mundial, em que os Estados em farrapos e falidos em sua maioria, seguem uma ideia, com intuito de impedir uma nova guerra e uma possibilidade de reerguer os Estados destruídos e de aproximar, até então, inimigos.

Começa a ser desenhada uma nova perspectiva, definida em passos largos, porém, seguros, e ao mesmo tempo lentos, através de programas objetivos que mais tarde, somados seriam o germe do que hoje denomina-se União Europeia (UE). Com a UE, os Estados-membros renunciam a uma parcela de sua soberania para a manutenção daquele que se tornaria o mais promissor e invejado bloco econômico do planeta, surgindo, dessa forma, a Supranacionalidade. Hoje, a UE possui novos desafios que já não é a tão traumática guerra em seu território. Tem-se atualmente questões emergentes que colocam em risco Estados em diversas partes do planeta, inclusive a própria UE, destacando-se, por exemplos, Atentados Terroristas Transnacionais, Migração, desligamentos de Estados que compunham o bloco, guerra comercial entre grandes potências e, mais recentemente, a covid-19. Esta última tratada como um inimigo comum a todos os Estados e cidadãos do planeta e que está mudando as relações entre Estados e pessoas. Problema de pesquisa: Como seria possível enfrentar problemas globais de além-fronteiras, valendo-se da relativização da Soberania, para apresentar soluções comuns aos Estados-nações interessados na busca do bem-estar da humanidade? Metodologia da pesquisa: A pesquisa foi feita por meio do método dedutivo. Desse modo, utilizou-se da técnica de pesquisa bibliográfica e do fichamento para concretização e formação dos objetivos desejados. Objetivo do estudo: O presente trabalho tem por objetivo analisar como o advento da globalização pode afetar a Soberania e, diante desses reflexos nas questões jurídicas e sociais, discutir a possibilidade de relativização dessa Soberania. Buscar-se-á, ainda, refletir sobre a forma como a covid-19 pode modificar matérias relacionadas às fronteiras entre os Estados, analisando, especialmente, o caso da União Europeia. Contexto: A Soberania como um conceito de defesa rígida contra o outro tem sido relativamente relaxada, qualificando também o peso que a Governança e a estabilidade têm na análise e compreensão da Soberania real, dentro e fora das fronteiras nacionais. A preponderância das fronteiras físicas foi diluída pela predominância de fronteiras simbólicas e da Transnacionalidade. Atualmente, o conceito de fronteira que se vivera nas últimas décadas passa a ser revisto, não sendo a mesma, nesse momento, tão relaxada, uma vez que um inimigo invisível entra discretamente nos Estados, causando pânico e perdas de vidas. As fronteiras passam a ser mais controladas e tem-se um limite maior ou menor, dependendo do Estado, no que tange à circulação de pessoas, nacionais ou

⁵³ Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Docente no curso de Relações Internacionais da Univali. *E-mail:* profjorge@univali.br.

⁵⁴ Doutora em Ciência Jurídica pela Univali. Docente nos cursos de Direito e Mestrado em Direito das Migrações Transnacionais, da Univali. *E-mail:* jaque@univali.br



não. Inclusive dentro de alguns Estados nota-se uma restrição de pessoas no que tange à circulação. A fronteira foi imposta como uma zona de amortecimento, cuja identidade e construção social é tão particular quanto as identidades que compõem os Estados que unem e separam. A proximidade radicaliza algumas transformações locais e globais, e a integração econômica torna-se uma força fragmentadora. O confronto entre diversidade e homogeneização torna-se inevitável. Portanto, as atenuações de limites fronteiriços entre Estados e, conseqüentemente, a Soberania desses Estados, é um fato que vem ocorrendo desde o último século e que obriga o Estado Democrático de Direito a questionar até que ponto pretende permitir tal atenuação. É importante destacar que o Estado não consegue mais atuar isoladamente, em razão dos mais diversos fatores ligados à Globalização e que os efeitos da covid-19 e a pandemia causada por ela são um exemplo muito forte do que a relativização da Soberania poderá trazer enquanto benefícios para a humanidade. É importante unir para fortalecer e encontrar soluções conjuntas. O bem-estar da humanidade deve sobrepor-se a interesses de grupos específicos para que as conseqüências futuras possam ser menos arrasadoras. Principais resultados: Dessa forma, é possível verificar que o diálogo sobre relativização da Soberania torna-se cada vez mais necessário para que a atuação dos Estados-membros, frente aos problemas materiais e jurídicos comuns, para que o seu enfrentamento possa ocorrer de forma mais uníssona e constante, na busca de uma resolução mais objetiva e concreta aos países envolvidos, especialmente os mais pobres e vulneráveis do planeta. Esta relativização da Soberania Estatal permite uma concessão de ações supranacionais à organismos internacionais, que tenham competência para responder, de forma mais contundente, aos problemas jurídicos que desafiam mais de um Estado-nação simultaneamente.

Palavras-chave: Soberania; União Europeia; Covid-19.



A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI) NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SC)

CHAUD, Laís Paganelli⁵⁵
GOMES, Marcela de Andrade⁵⁶

RESUMO

A inserção e permanência da psicologia no campo das políticas públicas demonstra que, para se alcançar a garantia dos direitos e o desenvolvimento de autonomia dos sujeitos, é preciso desenvolver um trabalho que compreenda a relação entre a dimensão objetiva e subjetiva desses que são atendidos nos serviços. Nesse sentido, a psicologia ocupa um importante lugar no contexto dos serviços socioassistenciais por, dentre outros fatores, contribuir para garantia da sustentação de uma visão integral de sujeito, a qual considera que a constituição psíquica afeta e é afetada pelo contexto social, político, econômico e cultural que cada pessoa vivencia. Contudo, tal papel exige que os profissionais reflitam sobre suas estratégias de intervenções, a fim de romper com a lógica tradicional das práticas clínicas privatistas, em detrimento da construção de uma atuação reflexiva, multiprofissional e transdisciplinar. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social, junto aos profissionais do Serviço Social, visa a uma atuação nomeada como “psicossocial”. Essa, nesse contexto, se propõe a atender famílias e indivíduos em vulnerabilidade psicossocial expostos a algum tipo de violação de direitos. Este trabalho articula-se com o tema do congresso, pois busca refletir e debater a prática da psicologia desenvolvida no âmbito das políticas públicas, junto aos grupos vulnerabilizados na/pela sociedade, como são os usuários do Sistema Único de Assistência Social. Ainda, articula-se na subárea “Direitos” por se tratar de um serviço que compõe o cenário político-econômico de desmonte das políticas públicas e sociais e de agravação da violação dos direitos humanos que o Brasil tem enfrentado, especialmente, nos últimos seis anos. Problema de pesquisa: Diante da complexidade que caracteriza o trabalho junto às famílias em situações de violência e pelo fato da psicologia estar ocupando territórios, que apresentam novas possibilidades e desafios de atuação em interface com outras profissões, a pergunta que suscitou essa pesquisa foi: quais são as reflexões conceituais e práticas desenvolvidas pelos psicólogos do serviço socioassistencial de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos? Objetivo do estudo: A partir disso, o objetivo geral do estudo é investigar quais as significações e práticas que profissionais da psicologia vem desenvolvendo no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Os objetivos específicos se delineiam no sentido de investigar de que forma os psicólogos significam sua atuação no serviço; de refletir sobre as (im)pertinências e possibilidades de intervenção da psicologia na interface com a justiça e assistência social; de caracterizar a atuação dos psicólogos em suas dimensões epistemológicas e técnicas; debater sobre as possibilidades interventivas e seus respectivos impactos psicossociais frente ao fenômeno da violência e, por fim, de contribuir com a qualificação do arcabouço teórico e com a elaboração de estratégias interventivas diante das

⁵⁵ Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁵⁶ Psicóloga, psicanalista, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra e Doutora em Psicologia Social. *E-mail:* marcela.gomes@ufsc.br.



situações de violência contra crianças e adolescentes. Metodologia: Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Como instrumento metodológico de coleta de dados, utilizamos entrevistas semiestruturadas, individuais e com grupos focais. Foram entrevistadas dez profissionais, sendo nove psicólogas e um psicólogo, em três contextos institucionais do serviço na Grande Florianópolis. Dessas entrevistas, quatro foram individuais e duas em grupos focais, com três integrantes em cada um deles. Para análise dos dados, realizamos a Análise de Conteúdo Temático e a Análise dos Núcleos de Significação de base histórico-dialética. A partir disso foi possível elaborar cinco categoriais de análise, que vêm ao encontro dos objetivos específicos delineados neste estudo. De modo geral, é possível afirmar que essas categoriais demarcaram as potencialidades, os impasses, desafios e a complexidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais de psicologia no contexto das políticas públicas. Resultados: Em termos de resultados, através da escuta desses profissionais, foi possível compreender elementos da singularidade de cada um, paralelamente, a elementos sociais e culturais mais amplos que vêm atravessando e compondo as práticas cotidianas dos psicólogos no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. De forma sintetizada, a primeira categoria, nomeada como “Importância do trabalho psicológico junto às famílias em situações de violência”, trouxe reflexões sobre a construção de estratégias de enfrentamento para o usuário no campo subjetivo, mas também ressalta a relevância da compreensão, por parte do psicólogo, do lugar político que esses corpos violados ocupam na sociedade. A segunda categoria, “Estratégias de intervenção utilizadas junto às famílias em situação de violência” fomenta o debate sobre o conceito de clínica ampliada e as possibilidades de reinvenção do fazer clínico dentro das políticas públicas. Somado a isso, ressalta que os desafios para criação e concretização das intervenções aumenta à medida que cresce o desfinanciamento e precarização dessas políticas. Em relação à terceira categoria, “Formação profissional e teórica para atuar junto às famílias em situação de violência”, a predominância dos relatos e discussões giraram em torno da escassa formação sobre Psicologia Social-Crítica e políticas públicas nas universidades durante a graduação e dos raros espaços de capacitação proporcionados aos profissionais para aperfeiçoamento da prática no serviço. A quarta categoria, “A atuação profissional na interface entre a Psicologia, o Serviço Social e a Justiça”, traz à luz o debate sobre a necessidade de superação integral da lógica assistencialista e a ruptura com uma postura inquisitiva e culpabilizante internalizada pelos profissionais. Pontua também os desafios enfrentados pela relação ambígua entre responder à demanda do Judiciário e atuar em vistas da garantia de direitos e autonomia dos usuários. Por fim, a quinta e última categoria, intitulada “Concepções sobre violência e famílias”, vem contribuir para o fechamento desta pesquisa ao questionar o lugar do Estado Brasileiro como primeiro e maior violador dos direitos dos cidadãos. Nessa discussão, foi possível abordar as múltiplas facetas da violência e perceber que a concepção aderida por cada profissional em relação à essa temática reverbera na atuação e na escuta aos usuários. Assim, diante dos resultados, essa pesquisa contribuiu para reflexão e fomento do debate sobre o potente lugar ocupado pela psicologia dentro da política de assistência social, em meio às diversas dificuldades impostas pelo dia a dia de um serviço público. Este, sustentado por pilares, ainda frágeis, do investimento financeiro, da formação teórica-metodológica e do paradigma do sujeito enquanto cidadão de direitos.

Palavras-chave: Psicologia; Direitos Humanos; Sistema Único em Assistência Social.



**AGROTÓXICOS E AGROQUÍMICOS: UMA RELEITURA
INTERDISCIPLINAR DA LEI N. 7.802/1989 E DO PROJETO DE LEI N.
3200/2015**

JASCHEFSKY, Cindy⁵⁷
DITTRICH, Maria Glória⁵⁸
MACHADO, Heloisa Beatriz⁵⁹

RESUMO

Os agrotóxicos são regidos pela Lei n. 7.802/1989, uma das mais avançadas e protetoras da saúde humana e do meio ambiente existentes no mundo, por introduzir critérios rígidos e parâmetros de análise do desempenho agrônomo para os registros de agrotóxicos. Uma regulamentação séria é importante, pois é grave o problema do uso de agrotóxicos no país e no mundo, podendo determinar aumento de óbitos por intoxicação entre trabalhadores da agropecuária, bem como de mortes por neoplasias, doenças respiratórias, de pele, entre outras. Apesar dos reconhecidos benefícios desta legislação, com a maior divulgação e consolidação do agronegócio no país, em 2015 propôs-se o Projeto de Lei n. 3.200, vindo na contramão do cenário de investimento na fiscalização e no controle dos agrotóxicos, modificando terminologia e diversos artigos importantes na legislação vigente de 1989, flexibilizando o uso desses produtos. Essa flexibilização foi justificada com o argumento de que haveria uma significativa redução dos preços dos agrotóxicos e, conseqüentemente, sobre os custos de produção agrícola. O problema dos agrotóxicos e a questão dos direitos violados pelo simples uso destas substâncias é uma demanda contemporânea, que precisa, inclusive, do ponto de vista da doutrina jurídica, contar com estudos sobre o tema a fim de construir com a participação da sociedade, propostas que possam qualificar o sistema normativo de agrotóxicos, e não o desmontar em alguns critérios jurídicos como propõe o referido Projeto de Lei. Enfrentar tais questões atualíssimas é uma exigência histórica de nosso tempo e nossa postura agora será de grande impacto nas futuras gerações e do próprio planeta. Objetivo: Caracterizar e comparar as legislações relativas a agroquímicos e agrotóxicos, analisando seus avanços e retrocessos e suas repercussões para a saúde e políticas públicas. Problema da pesquisa: Quais as características e relações que existem entre as legislações relativas a agroquímicos e agrotóxicos no Brasil, analisando seus avanços e retrocessos e suas repercussões para a saúde e políticas públicas. Metodologia: Realizou-se pesquisa bibliográfica usando o método indutivo, em periódicos indexados nas bases de dados e plataformas oficiais do governo brasileiro, uma vez que se trabalhou também com a legislação. Após o levantamento bibliográfico, seguiu-se as etapas de leitura exploratória, analítica, na qual descartou-se alguns artigos, passando a leitura seletiva, analítica e interpretativa, buscando-se categorias relevantes para uma análise comparativa entre as leis pesquisadas. As duas legislações foram comparadas e interpretadas, tendo a análise apresentada através das categorias denominadas “avanços” e “retrocessos”. Resultados: A análise das legislações demonstrou, entre os principais avanços encontrados na Lei n. 7802/89, indicativos para o não registro de produtos, na questão de sua interferência na

⁵⁷ Acadêmica de Direito da Univali. Bolsista UNIEDU. *E-mail:* jaschefsky@gmail.com.

⁵⁸ Filósofa e Doutora em Teologia, professora pesquisadora na Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.

⁵⁹ Enfermeira, docente do curso de enfermagem da Univali. *E-mail:* heloisa@univali.br.



saúde humana, vedando-se substâncias cancerígenas e outras comprovadas por estudos científicos como maléficas à saúde humana. Apontam-se também os requisitos exigidos para as embalagens definidos em seu artigo 6º, em que atendem aos requisitos de uma política pública pois priorizam a segurança dos usuários com regras claras e rígidas. Outro avanço notório é que as pessoas envolvidas de alguma forma com a produção e com o uso de agrotóxicos podem ser responsabilizadas por danos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. Com relação ao Projeto de Lei 3200/15, verificaram-se avanços, como a citação do controle ambiental, o qual não é citado na legislação vigente. Considera-se de grande relevância um artigo legislando sobre o controle ambiental, porque os produtos fitossanitários são muito prejudiciais ao meio ambiente. O Projeto de Lei redige também sobre a responsabilização das pessoas envolvidas com a produção e uso dos agrotóxicos, e frisa que não só podem, como devem ser responsabilizados, constituindo um avanço importante. Os retrocessos do Projeto de Lei 3200/15 foram: a não obrigatoriedade das bulas acompanhando os produtos, não sendo necessariamente obrigatórias e não tendo mais a necessidade de aprovação. Sendo assim, uma falha grotesca colocando em risco a saúde de muitos. Outro retrocesso, que se pode observar no Projeto de Lei, é que não especifica um valor de multa para empregadores e profissionais responsáveis, em que a lei vigente regulariza e dispõe dos valores a serem pagos. Isso é uma brecha intencional para favorecer interpretações que possam beneficiar os infratores ou estimular a prática de descumprimento dos requisitos legais. Outro retrocesso, e talvez o maior deles, é a intenção da mudança de nomenclatura do termo “agrotóxicos” que expressa a nocividade desses produtos e é amplamente difundido e conhecido da população, para o termo novo, defensivos fitossanitários, que na prática, gera dúvidas e não respeita os princípios da transparência e da informação. De modo geral, evidenciou-se que a nova legislação proposta, o Projeto de Lei n. 3200/15, representa um retrocesso a muitas das conquistas legislativas para a regulamentação dos agrotóxicos, quando comparado a Lei n. 7802/89 que, em seus artigos, denotava-se maior rigor e preocupação com a proteção e os cuidados necessários para o uso desses produtos, alertando para riscos à saúde humana frente à exposição contínua ou esporádica aos agrotóxicos. E, ainda que o Projeto de Lei de 2015 configure um retrocesso às conquistas legislativas, suprimindo conceitos importantes da Lei n. 7.802/89, como manobra para fragilizar ainda mais a fiscalização e o registro dos agrotóxicos no país, chama-se atenção para a mudança da nomenclatura, tentando fragilizar a percepção que se tem quanto a gravidade desses produtos. A pesquisa possibilitou reflexão crítica sobre uso de agrotóxicos no cenário legal brasileiro, principalmente na perspectiva da conscientização sobre os impactos à saúde humana e a emergência de políticas públicas interdisciplinares elaboradas com base em um marco legal e seguro para o uso e a proteção à saúde da população.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Agroquímicos; Agrotóxicos e Saúde; Agroquímicos e Legislação.



AGROTÓXICOS E AGROQUÍMICOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

JASCHEFSKY, Cindy⁶⁰
DITTRICH, Maria Glória⁶¹
MACHADO, Heloisa Beatriz⁶²

RESUMO

A legislação sobre os agrotóxicos no Brasil nasce de um marco regulatório defasado e pouco rigoroso, que permaneceu em vigor até o ano de 1989, quando foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Lei dos Agrotóxicos, Lei n. 7802, que estabeleceu regras mais rigorosas para a concessão de registro aos agrotóxicos. No entanto, determinados segmentos agrícolas têm-se empenhado em alterar a legislação de agrotóxicos para facilitar o registro dos produtos, sobretudo sob o argumento de que haveria uma significativa redução dos preços dos agrotóxicos e, conseqüentemente, sobre os custos de produção agrícola no país. Com a maior divulgação e consolidação do agronegócio no país, em 2015, surge o Projeto de Lei (PL) n. 3200, vindo na contramão do marco regulatório anterior que primava pela fiscalização e controle dos agrotóxicos. Este Projeto, ainda em tramitação, parece ter sido concebido para o avanço do agronegócio, sendo evidente seu comprometimento com este grande grupo econômico. O PL desmonta o sistema normativo de agrotóxicos no Brasil tal como é hoje e, ao revogar a Lei de agrotóxicos (n. 7802/89) institui um sistema normativo extremamente flexível e permissivo, beneficiando as empresas transnacionais do ramo, colocando em risco a saúde humana, animal e ambiental. Para além das questões normativas e jurídicas, é fundamental o acesso da sociedade à informação clara, científica e segura, para que conheçam os reais perigos do uso desses produtos. Portanto, configura-se, cada vez mais, a necessidade para a divulgação e a socialização de estudos que apontem as vantagens e desvantagens do uso desses produtos, sendo papel das mídias digitais e veículos de imprensa traduzir este conhecimento em linguagem clara e acessível para a população em geral. Objetivo: Identificar a produção bibliográfica acerca do tema agrotóxicos e agroquímicos, pesquisando características e volume de publicações no período 2000 a 2020. Problema: Qual o volume de produções bibliográficas acerca do tema agrotóxicos e agroquímicos, no período 2000 a 2020 nas bases de dados Scielo, Lilacs e Bireme? Metodologia: Trata-se de um estudo bibliométrico com resultados preliminares, que busca identificar o que foi produzido e, a partir dessa busca, avaliar o conhecimento produzido pela comunidade científica sobre o uso de agrotóxicos e agroquímicos, palavras-chave da pesquisa. Dentro do método indutivo com análise bibliométrica, tem como base a avaliação quantitativa de determinados parâmetros de um conjunto de artigos, na qual identificou-se resultados preliminares parciais. Foram selecionados artigos, suas referências, autores, número de citações e periódicos mais relevantes, volume de produção. A pesquisa buscou identificar a produção científica relacionada ao tema através de artigos indexados nas bases de dados Scielo, Lilacs e Bireme, a partir de categorias pré-definidas em artigos anteriores, que foram: agrotóxicos, agroquímicos, produtos fitossanitários, legislação sanitária, agrotóxicos e saúde, agroquímicos e legislação. Resultado: Os dados obtidos da busca bibliográfica originaram

⁶⁰ Acadêmica de Direito da Univali. Bolsista UNIEDU. *E-mail:* jaschefsky@gmail.com.

⁶¹ Filósofa e Doutora em Teologia, professora pesquisadora na Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.

⁶² Enfermeira, docente do curso de enfermagem da Univali. *E-mail:* heloisa@univali.br.



quadros que mostram o quantitativo e características das produções em períodos de cinco em cinco anos e para algumas temáticas apenas os dados publicados no período 2016-2020, devido a grande quantidade de material obtido. Comparativamente, foi possível verificar a carência de artigos publicados no período 2000 a 2005, com relação às palavras-chave: “produtos fitossanitários” e “agroquímicos e legislação”, uma vez que esses termos passaram a ser usados somente mais tarde e incorporados no PL 3200, em 2015. Em contrapartida, as palavras-chave: “agrotóxicos” e “legislação sanitária” possuem uma série de publicações nesse período descrito, principalmente nas bases da Bireme e Lilacs. Durante os anos de 2006 até 2010, identificou-se que houve aumento nas publicações em relação ao período anterior, a maior socialização de artigos foi verificada na base de dados Bireme com 740 publicações. A palavra-chave agrotóxicos teve 403 publicações. No ano de 2011 até 2015, também houve aumento no número de publicações, destacando-se “agrotóxicos e saúde”, sendo um ponto muito positivo, devido à sua relevância para a conscientização dos malefícios do uso de agrotóxicos para saúde, com relação ao câncer e a doenças respiratórias. A base de dados Bireme continua sendo a que apresentou o maior número de publicações sobre os agrotóxicos e a saúde e para o termo agroquímicos. No período 2016 a 2020, embora o PL 3200/15 tenha proposto a substituição do termo agrotóxico por produto fitossanitário, verificou-se, ainda, que o termo mais pesquisado foi agrotóxico, com maior volume de produção na Bireme. Em todos os períodos pesquisados, o maior volume de produções concentrou-se na palavra-chave “agrotóxico” (2707 citações), seguindo-se de “agroquímico” (1709 citações) e “agrotóxico e saúde” (1072 citações). Sobre a área de atuação dos pesquisadores, identificou-se que a maioria é da área de Ciências da Saúde, com 312 pesquisadores, seguindo-se Ciências Agrárias, com 133 pesquisadores e Ciências Humanas, com 42 pesquisadores, mostrando a grande preocupação dos cientistas com as questões ligadas à contaminação do solo, aos impactos diretos na saúde e na qualidade de vida das pessoas

Palavras-chave: Agrotóxicos; Agroquímicos; Pesquisa Bibliométrica.



O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

SILVA, Marcos Vinícius Viana da⁶³

BLAU, Maria Eduarda Amann⁶⁴

CANSIAN, Nicole Paroul⁶⁵

RESUMO

Com o crescente aumento populacional, o grande fluxo de pessoas entre países e continentes, a expansão do capitalismo, as novas tecnologias que rapidamente tornam as anteriores obsoletas e, ainda, um crescente aumento no consumo – o qual ocorre, muitas vezes, sem a devida necessidade – resta a importância e urgência de um consumo consciente, assim como uma maior preservação dos recursos e uma forma mais inteligente e consciente de descartar aquilo que não possui mais “valor”. O desenvolvimento sustentável surge como alternativa a um desenvolvimento irresponsável que utiliza os recursos naturais de forma desenfreada, sem nenhum comprometimento com a sua renovação. Afinal, a sustentabilidade real só acontece quando é capaz de atingir as três esferas: econômica, ambiental e social, sendo necessário evidenciar que tudo acaba diretamente relacionado à econômica e à social. Não se pode focar somente em um aspecto e ignorar completamente os outros dois, uma vez que tudo está interligado. Problema de pesquisa: Com base em tais pressupostos, a problemática do construto apresentado busca responder à pergunta: “de que forma as empresas podem adotar políticas sustentáveis em seus âmbitos internos e externos?”. Objetivo do estudo: A partir da problemática apresentada, tem-se como objetivo geral do estudo analisar como estas medidas se enquadram dentro das características específicas da sustentabilidade empresarial, discutindo, em sequência, de que forma o Estado pode ajudar a promover essa sustentabilidade, principalmente por meio de incentivos aos empresários – representados nesta pesquisa pelas startups – com ênfase em benefícios tributários. Metodologia: A metodologia utilizada para aferir dados e fatos se deu por meio da busca de informações relevantes ao tema em meios físicos e eletrônicos de informação, dessa forma, a pesquisa em sua forma qualitativa conduzirá a busca pelo entendimento do tema através das ferramentas citadas e com o auxílio de fontes bibliográficas e secundárias. Resultados: A sustentabilidade não pode ser aplicada em uma determinada região e ignorada em outra, dado que seu propósito é exatamente uma melhor qualidade de vida para o planeta e todos que ali vivem. Portanto, não faz qualquer sentido que exista uma sustentabilidade em países desenvolvidos, mas não haja qualquer manifestação dessa em países em desenvolvimento ou não desenvolvidos. Algumas empresas já iniciaram, ainda que não necessariamente com incentivo estatal, a promoção de medidas sustentáveis no ramo empresarial, dentre as quais se destaca a utilização de matéria-prima vegetal, emissão neutra de carbono e preservação de recursos ecológicos. Ainda assim, incentivos fiscais do Estado são meios válidos para a promoção da sustentabilidade empresarial, e, se esta promoção ocorrer, ainda que indiretamente, permitirá uma comercialização mais global dos produtos empresarialmente sustentáveis, com,

⁶³ Doutor em Direito, professor do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Univali. *E-mail:* mvsilva0805@gmail.com.

⁶⁴ Graduanda do 4º período de Relações Internacionais na Univali. *E-mail:* mblau@edu.univali.br.

⁶⁵ Graduanda do 4º período de Relações Internacionais na Univali. *E-mail:* ncansian@gmail.com.



possivelmente, menor custo de produção. Se o Estado fosse mais atuante nas questões ambientais, inclusive no setor privado, ele se tornaria parceiro das empresas que decidissem seguir as diretrizes sustentáveis, e atuaria como fiscalizador das ações no âmbito interno das empresas. E isso se daria não de forma agressiva e muito menos impositiva, e sim, como um auxiliador sobre o que a empresa pode progredir, tanto no cenário nacional como também no internacional, o que seria benéfico para o próprio Estado, pois, com isso, atrairia investimento externo. As parcerias público-privadas surgem como auxiliadoras para essa transição de cultura no âmbito empresarial, uma cultura de desenvolvimento sem compromisso algum para um desenvolvimento sustentável, visto que, pela busca do setor privado em promover a sua imagem perante a sociedade civil, ele acaba buscando se adequar mais a esse conceito do que, na maioria dos casos, o próprio Estado. Isso não significa que o Estado seja inútil nesse aspecto a ponto de não acrescentar nada relevante ao cumprimento das ações sustentáveis, muito pelo contrário, o Estado se importa com questões ambientais, mas não enfoca muito no setor empresarial, pois a mescla desses dois setores ainda é recente, fazendo com o que a atenção não seja voltada para isso. Fora que, dificilmente, um Estado irá se adequar a qualquer diretriz sustentável internacional, se ele não adicionar a questão ambiental (em sua totalidade) à sua atuação política em questões ambientais. Então, se faz necessária, por ambos os lados, a parceria, pois os dois se complementam e, ao fazerem isso, são capazes de alcançar um cenário mais favorável.

Palavras-chave: Sustentabilidade empresarial; Estado; Incentivo Fiscal; Parceria Público-Privada.



DIRETRIZES PRIORITÁRIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: INTERSEÇÕES, FLEXIBILIZAÇÃO NORMATIVA E BAIXA CONTINUIDADE

SILVA, Darine⁶⁶

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal promover a análise das diretrizes prioritárias das políticas públicas nas áreas de preservação ambiental, posto que a legislação ambiental brasileira no âmbito Federal vem passando por alterações em suas diretrizes, promovendo o desmatamento pelo incremento de interseções econômicas diante da vasta flexibilização normativa. O Brasil apresenta uma legislação bastante rica em áreas de preservação ambiental, contudo, nota-se a baixa continuidade normativa das diretrizes prioritárias. O quadro atual demonstra uma inserção pouco efetiva do planejamento ambiental na formulação e gestão das políticas setoriais e em ações promotoras do desenvolvimento, de forma geral. Assim, persistem os conflitos entre os interesses econômicos e ambientais. Problema: As políticas públicas ambientais de Estado são responsáveis pela regulamentação normativa, conseqüentemente, a proteção ambiental, contudo, discursos de priorização de sistema econômico vem enfraquecendo as obrigações jurídicas ambientais, com flexibilização normativa e baixa continuidade. Objetivo do estudo: Analisar as diretrizes das políticas públicas nas áreas de preservação ambiental, bem como evidenciar o conceito de diretrizes das políticas públicas ambientais nos últimos anos, examinar acerca da flexibilização normativa ambiental e a vulnerabilidade, frente ao sistema econômico e considerar a necessidade de políticas públicas e as razões da proteção normativa, bem como a necessidade de potencialização das normas ambientais. A Metodologia é qualitativa exploratória na área da gestão para iluminar e gerar informações da realidade. Com abordagem de revisão de bibliografia e documental, através de legislações, artigos científicos, livros e base de dados dos órgãos oficiais. Resultados: Os pressupostos abordados na presente pesquisa visam a indicar quais as conseqüências da flexibilização normativa e baixa continuidade das diretrizes prioritárias de políticas públicas ambientais. O Brasil, nos últimos tempos, vem enfrentando impactos da ausência de preservação ambiental, em que cabe destacar o aumento de mortes de ativistas ambientais pelo território, aumento de desmatamento e a ocupação irregular de áreas de preservação ambiental. Ocorre que todos esses fatores são intercorrências das flexibilizações normativas que é impulsionada pelo incremento econômico das grandes matrizes econômicas brasileiras, que se utilizam de recursos naturais para seu próprio lucro, envenenando mares e rios, desmatando florestas, queimando hectares inteiros para a ocupação irregular conhecida como grilagem e impulsionando o consumo desregrado, sem qualquer contrapartida, em face da preservação ambiental. O Estado, sem dúvida, tem dever de combater as realidades ambientais, impulsionar a igualdade e respeito às diretrizes ambientais, conscientizar os povos e promover a obrigação ambiental daqueles que causarem danos. O enfraquecimento das diretrizes prioritárias nos últimos anos vem ocasionando o desmonte de órgãos ambientais, como o Ibama, FUNAI, Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, entre outros órgãos. A fragilidade ambiental do Brasil, inclusive, afeta as relações internacionais, em

⁶⁶ Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: darineadm@gmail.com.



analogia com a escravidão: enquanto todos os países tratavam da abolição definitiva, o Brasil se mantinha inerte, e somente anos depois, houve a abolição no Brasil, o que configura um atraso em relação aos outros países democráticos. É importante destacar, ainda, que o Brasil é um dos países democráticos que mais produz leis, isto é, há leis suficientes para corroborar com a preservação ambiental, contudo, as práticas exercidas são ineficazes e, por isso, há uma necessidade explícita na análise das leis vigentes, para melhoramento das aplicações técnicas, por conseguinte, a eficácia das diretrizes vigentes.

Palavras-chave: Legislação Ambiental; Interseções Econômica; Flexibilização Normativa.



ANÁLISE DO MOVIMENTO “MADRES DE PLAZA DE MAYO” SOB AS PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COELHO, Lana⁶⁷
ROSA, Victória⁶⁸
ARMADA, Charles⁶⁹

RESUMO

O movimento “Madres de Plaza de Mayo” surgiu com o propósito de obter respostas a respeito do paradeiro dos filhos das ativistas, que haviam misteriosamente desaparecido durante a ditadura que sucedeu na Argentina, no ano anterior, em 1976. Em 30 de abril de 1977, 14 mães foram à Praça dando início ao primeiro manifesto. A partir de então, todas as quintas-feiras, dezenas de mulheres se reúnem no mesmo local com a esperança de obter respostas. O movimento foi originado por Azucena Villaflor de Devicenti, após seu filho Nestor e sua nora Raquel terem sido sequestrados pelos generais da Ditadura, que haviam se autodeclarado como “Processo de Reorganização Nacional”. Azucena não ficou com os braços cruzados e cobrou explicações do paradeiro de seu filho e sua nora. Cansada de não obter respostas dos funcionários da Ditadura, ela convocou outras mulheres a se reunirem na Plaza de Mayo, símbolo histórico de luta em Buenos Aires e sede do governo, a Casa Rosada. Seis meses após o sequestro, elas se encontraram e desafiaram a ditadura que proibia reuniões de mais de três pessoas em via pública e cobraram respostas sobre o paradeiro de seus entes queridos. Por esse motivo, a data 30 de abril de 1977 é tão simbólica, porque marca o início físico do enfrentamento matriarcal de 14 mulheres contra o governo autoritário, que as batizaram de “loucas”. Azucena assumiu o necessário papel de liderança ao fundar e ser a primeira presidenta do coletivo. Com o tempo, outros militantes dos direitos humanos se juntaram ao grupo de mães. As reuniões foram feitas em Igrejas, paróquias e bares para fugir da forte repressão militar que aumentava com o avanço das manifestações na Plaza de Mayo. Problema de pesquisa: Como ajudar a manter vivas as consequências da ditadura e a busca por respostas das famílias? Dessa forma, ajudando a manter vivas as consequências da ditadura e a busca por respostas das famílias que sofreram com o desaparecimento de filhos, filhas, netos e netas. Objetivo do estudo: Promover esse movimento, levando-o ao conhecimento de ainda mais pessoas, dessa forma, o presente resumo traz os fatos que deram origem ao grupo. Metodologia da pesquisa: A presente pesquisa foi produzida utilizando-se a metodologia indutiva, através de levantamentos bibliográficos de artigos, livros e dados de organizações, referente ao tema apresentado. Principais resultados: A simbologia por trás do movimento é talvez imperceptível, mas nada foi realizado por acaso. O lenço que usavam na cabeça fazia referência às fraldas de pano usadas por seus filhos durante a infância. Tampouco a escolha da Praça, o lugar é de extrema importância para a história de Buenos Aires, pois foi o campo dos mais importantes

⁶⁷ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* lanagabriela.coelho@gmail.com.

⁶⁸ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Univali. *E-mail:* victoriaorosa1@gmail.com.

⁶⁹ Mestrado em Ciências Jurídicas pela Univali e em Direito Ambiental e Sustentabilidade pela Universidade de Alicante, Espanha. Especialista em Direito Público pela Fundação Regional de Blumenau (FURB). Professor dos cursos de Direito, Administração de Empresas e Relações Internacionais da Univali. *E-mail:* charlesarmada@hotmail.com.



acontecimentos políticos. O lugar ainda tem em seu nome a homenagem à Revolução que gerou a Independência Argentina, no dia 25 de maio de 1810, que posteriormente deu início a escolha de governo próprio do país. O movimento tornou-se conhecido mundialmente após a denúncia formal à OEA (Organização dos Estados Americanos), em 1979, em uma visita a Buenos Aires. A OEA é uma organização internacional que possui, entre suas principais funções, a garantia da paz e soberania de seus países membros, apoiando-se no pilar dos direitos humanos. Em 1986, o movimento foi dividido em duas partes, devido a desacordos acerca de sua liderança. Madres de Plaza de Mayo, linha originária, e a Associação Madres de Plaza de Mayo, liderada por Hebe de Bonafini. Por fim, há uma terceira ampliação do movimento, intitulada de Abuelas de Plaza de Mayo, que surgiu com a fundação, em 1977, o propósito do movimento é o mesmo, tendo como única distinção, que suas filhas foram sequestradas ainda grávidas. Em 1995, o grupo HIJOS (Hijos por la identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio) sucedeu o movimento Madres de Plaza de Mayo. A ação conta com a presença dos filhos dos desaparecidos na ditadura, sendo que o grupo possui filiais em diversos países, dentre eles estão: Uruguai, Suíça, Noruega e México. A pauta de direitos humanos apresenta-se com muita frequência nestas ações, todos prezam pelo direito de compreender o que aconteceu com seus entes queridos. O movimento continua existindo e exercendo seu principal objetivo. Muitas famílias reencontraram seus filhos, netos e pais que haviam desaparecido durante a ditadura. Contudo, ainda há muitas famílias protestando por respostas há mais de 45 anos. Durante a Marcha da Resistência de 2022, as Madres de Plaza de Mayo fizeram a entrega de seus lenços à sua próxima geração, a fim de dar continuidade ao legado e manter vivos na memória mundial os descasos dos governantes e a luta exercida por todas as mulheres que unidas movimentaram o mundo por seus filhos.

Palavras-chave: Argentina; Movimiento; Madres de Plaza de Mayo; Ditadura; Desaparecimento.



PROJETO REABILITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CONVÍVIO DE PRESOS COM CÃES EM SITUAÇÃO DE ABANDONO EM SANTA CATARINA COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO SOCIAL

LONGEN, Bruna Roberta Wessner⁷⁰
VIEIRA, Ricardo Stanzola⁷¹

RESUMO

Ao mesmo tempo em que, ainda que gradativamente menos, parece perdurar uma esperança de que as prisões modernas possam atuar positivamente na vida do sujeito infrator, desviante das condutas socialmente aprovadas para o convívio em sociedade, esses locais parecem já nascer fraturados, com estilhaços de tentativas fracassadas, ao longo das décadas, que possam exprimir seu real objetivo. Seria a prisão um local de recuperação ou castigo? Sendo boa ou má solução para a criminalidade, a prisão é um debate perene, que, durante muito tempo, serviu aos governos como vitrine política de um local útil para manter os socialmente indesejados fora de circulação, trazendo, ainda que momentaneamente, uma falsa sensação de segurança à população. De uns tempos para cá, os governos deixaram de considerar a prisão um bom tema político e, principalmente, um bom lugar para o investimento público. Todavia, o campo político não deixa de citar, nos momentos que lhes convém ou que se é inevitável tratar do assunto, sobre o anseio de se construir mais prisões, prisões melhores, sob um vago discurso ressocializador que, sem demora, apresenta um certo incômodo. Questiona-se, se não for a prisão o instrumento mais eficaz à neutralização de pessoas criminosas, o que será? São essas questões, tão complexas, que tornam indispensável o fomento de pesquisas sobre o tema. O que fazer com sujeitos que transgridam as normas vigentes em uma sociedade e como corrigi-los talvez seja o maior obstáculo e a questão social mais difícil a ser enfrentada pelos seres humanos. Punição, vigilância, correção. Eis a base de apoio utilizada pelo Estado ao longo das décadas para “tratar” a pessoa presa. Embora a literatura, mesmo que escassa, revele controvérsias em torno do tema, qualquer das posições traz propostas de ações que têm como finalidade impactar na trajetória de vida dos indivíduos encarcerados. A concepção da ressocialização ou recuperação do indivíduo infrator como justificativa para a aplicação da pena privativa de liberdade tem sido um bem apresentado discurso teórico que, na prática, disfarça o cenário real de um sistema prisional que não vem suportando suas próprias demandas. Em verdade, não existindo constantes reinvenções de políticas públicas que envolvam a execução penal, a prisão atinge uma finalidade muito bem desenhada e proposta em seu nascedouro: promover, ainda que temporariamente, a limpeza social, garantindo a invisibilidade dos delinquentes, mantendo-se grupados num meio bem definido (controle de corpos). A pesquisa apresenta como uma nova tecnologia social, aplicada há três anos em uma penitenciária catarinense, vem atingindo positivamente a vida de pessoas privadas de liberdade. Serão apresentadas análises profundas dessa política pública, chamada “Projeto ReabilitaCÃO”, a qual possibilita o convívio de presidiários com cães que estavam abandonados e que por eles foram acolhidos durante o cumprimento de

⁷⁰ Mestranda em Gestão em Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Especialista em Direito Penal pela Uniasselvi e em Gestão em Segurança Pública pela Unifacvest. Graduada em Direito pela Uniasselvi. *E-mail:* brunawlongen@gmail.com.

⁷¹ Professor universitário nos Cursos de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) e de Mestrado e Doutorado em Ciência Jurídica (PPCJ), ambos na Univali. *E-mail:* ricardostanziola@univali.br.



suas reprimendas. No projeto, estes cães são tratados, acolhidos e levados para feiras de adoção com auxílio de organizações não governamentais parceiras. Nele, os presos participantes são também capacitados para o mercado de trabalho com cursos de banho e tosa e auxiliar de veterinário. Partindo dessas considerações e analisando-se outro norte, a pesquisadora amplia o campo de estudos para além do sistema prisional e entra noutra campo das problemáticas enfrentadas pela ausência de políticas públicas em matérias de grande relevância no Brasil: o crescimento desenfreado de animais domésticos em situação de abandono, nas ruas, sendo um importante problema de saúde pública e de bem-estar animal. O descaso do país com animais em situação de abandono é tão latente a ponto de sequer existirem dados estatísticos atualizados sobre o assunto. Ainda assim, após vasta pesquisa, fora localizada uma matéria publicada pelo Conselho Nacional de Medicina Veterinária, do ano de 2019, a qual faz menção à Organização Mundial da Saúde, informando a existência de mais de 30 milhões de animais abandonados, tratados como descartáveis e largados à própria sorte. No canil municipal, quando por eles são resgatados, em razão do elevado número de cães, as chances de adoção são remotas e o animal passa, não raras vezes, a vida inteira sem a chance de ter uma família, diferente do que vem acontecendo na unidade prisional estudada. Em outros países, a interação de presos com cães é um fenômeno já explorado. Os Estados Unidos, por exemplo, desde a década de 1980, é pioneiro em políticas públicas que utilizam cães como ferramentas para reabilitação de presidiários, com programas instalados e em perfeito funcionamento em, pelo menos, 290 unidades prisionais, em 50 Estados diferentes. No Brasil, essa realidade ainda é novidade e carece de estudos que demonstrem sua eficácia para realidade vivida nesse sistema prisional. São Paulo, no presídio de Tremembé e Santa Catarina, na penitenciária de Itajaí, são os Estados protagonistas em programas que utilizam cães no processo de cumprimento de pena. Esta pesquisadora é também a autora da política pública que envolve presos e cães no sistema prisional catarinense, razão pela qual passou a estudá-lo enquanto fenômeno e tecnologia social em um ambiente complexo, a prisão. Problema de pesquisa: A convivência de presos com cães abandonados fomenta a ressocialização? Objetivo do estudo: Analisar uma nova tecnologia social que vem sendo aplicada em uma prisão catarinense, a qual promove o convívio diário de presos com cães abandonados e que por eles foram acolhidos, permitindo-se explorar algumas experiências vividas pelos participantes na prisão e o que mudou após o convívio dessas pessoas com animais durante o período de encarceramento. Metodologia: A pesquisa qualitativa como proposta metodológica objetiva aprofundar na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Na revisão da literatura, foi verificado que os assuntos “prisão” e “ressocialização” dispõem de escassa informação no Brasil. De igual forma, o assunto “inovação (ou tecnologia) social” em ambientes complexos, como a prisão, também carecem de estudos. Por estas razões, a pesquisadora considera a investigação reveladora, edificante e benéfica ao sistema prisional brasileiro e à sociedade. O fenômeno proposto nesta pesquisa é a prisão. Na prisão, a separação de corpos como forma de controle social sob um discurso ressocializador foi estudada. A pesquisadora assumiu a visão ontológica onde o mundo e seus objetos são entendidos como construções sociais. Resultados: O acolhimento de animais em situação de abandono por pessoas privadas de liberdade não apenas vem contribuindo para dar uma nova chance à vida de ambos, os quais encontram acolhimento e amor em um ambiente complexo, como também vem proporcionando acontecimentos e cenários positivos na vida dos participantes, destacados em documentos emitidos pela psicóloga que integra a equipe multidisciplinar atuante no programa, como apresentação dos apenados de forma mais lúcida, atenta, com boa



compreensão, disposição, com a retomada de sentimentos de empatia e responsabilidade, sentimentos esses perdidos ou nunca obtidos, até a entrada no projeto. Ainda, fora perceptível, por meio das avaliações feitas ao longo das vivências no projeto, que a convivência desse público com os cães os ajudou a tornarem-se pessoas mais calmas, auxiliando sobretudo no controle dos sintomas da ansiedade e depressão. Por fim, insta mencionar que, em três anos, mais de cem cães foram adotados e, de todos os participantes que já foram postos em liberdade, nenhum retornou ao sistema prisional até a presente data.

Palavras-chave: Prisão; Ressocialização; Presos; Cães; Política Pública.



A INVISIBILIDADE DO IMIGRANTE CUBANO NO BRASIL

MANFROI, Vanessa⁷²
VIANA DA SILVA, Marcos⁷³

RESUMO

O Brasil é um país conhecido pelo alto fluxo migratório, quer seja de brasileiros que se destinam a espaços de outros Estados, como ainda dos estrangeiros que buscam o Brasil como um local de abrigo e moradia. Neste cenário, os migrantes que se destinam ao território nacional podem ter tanto origens diversas, como ainda podem ser regulamentados de maneira diferente, a depender do pedido de ingresso. Entre as principais divisões estão os diferentes tipos de imigrantes, apátridas, asilados políticos e os refugiados. A distinção entre estas categorias ocorre tanto no direito de cada uma delas, como ainda nas consequências de sua solicitação, pode-se elencar como principal conceito para cada uma delas o que segue: apátridas são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país, o que pode ocorrer por várias razões, tendo como principal causa a discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países. Para ser considerada asilada política, é essencial que esteja sendo perseguida por motivos políticos em seu país de origem. Para receber o benefício, o solicitante de asilo não pode ter cometido crime comum ou estar em aguardo de julgamento relacionado a um crime comum, no entanto, as garantias são dadas apenas após a concessão. Refugiados são um grupo de pessoas que estão fora de seu país de origem, devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões como: religião, nacionalidade, raça, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, bem como devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. No Brasil, essa definição é feita conforme a lei de refúgio n. 9474/1997. Essas definições seguem a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e a Declaração de Cartagena de 1984 que amplia a definição inicialmente prevista na Convenção de 1951. Dentre o último citado, o Brasil ficou conhecido pelo recebimento de dois grandes grupos de indivíduos, os haitianos, que migraram para o Brasil a partir de 2010, e os venezuelanos, que chegaram a maior número a partir de 2014. Entretanto, é preciso compreender que, apesar de poder solicitar o refúgio, esses dois grupos tem ainda a sua disposição outras formas de autorização de residência no país. Para os haitianos, a lei de autorização de residência para fins de acolhida humanitária; para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, conforme portaria interministerial MJSP/MRE n. 29, de 25 de abril de 2022, e os venezuelanos, a autorização de residência para nacional de país fronteiriço onde não esteja em vigor o acordo de residência para nacionais dos estados partes do Mercosul e países associados, que engloba Venezuela, Suriname e Guiana, conforme disposto na portaria interministerial MJSP/MRE n. 19, de 23 de março de 2021. No que pese os refugiados, segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), estes têm origem nos seguintes países: Haiti, com 41,71% dos refúgios reconhecidos, Venezuela, com 36,14%, Cuba, com 4,08%, e podem ser percebidos pelos dados coletados no período de 2000 a 2021. Problema de pesquisa: Analisar a invisibilidade sobre o refúgio

⁷² Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* vanessamanfroi@gmail.com.

⁷³ Doutor em Ciências Jurídicas pela Univali, professor do PMGPP, da Univali. *E-mail:* mvs.viana@univali.br.



concedido aos cubanos, e a falta de políticas públicas específicas destinadas a esse grupo (ainda que sejam aplicadas algumas de natureza genérica). Objetivo do estudo: Discutir as ações promovidas pelo Estado, a fim de que os refugiados de origem cubana sejam mais bem recebidos no Brasil, conforme preconização da legislação nacional e internacional, a qual o país é signatário. Metodologia: A presente pesquisa fez um estudo de natureza bibliográfica exploratória, analisando os dados de pedido de refúgio dos migrantes cubanos, seu paralelo em relação ao número absoluto e, em sequência, uma pesquisa documental para análise das ações públicas para a promoção de direitos dessas pessoas. Resultados: Os movimentos migratórios se inserem como um processo inerente às grandes mudanças internacionais. A atual Lei de Migração n. 13.445/2017 objetiva tratar os migrantes pelo viés dos direitos humanos. Assim, a legislação, em seu artigo 3º, defende garantia à reunião familiar, e alude a acolhida humanitária de apátridas, imigrantes e refugiados, com repúdio à xenofobia. A migração dos cubanos com refúgio concedido se torna crescente desde 2015, sendo o terceiro grupo atualmente em números absolutos, sendo menor somente que Haiti e Venezuela, conforme dados fornecidos pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Ainda assim, inexistente estudo de distribuição, contribuindo para a falta de políticas nacionais a essas pessoas, aos diversos atores da sociedade civil que cumprem papel histórico na acolhida de imigrantes e refugiados e sua conseqüente invisibilidade. Isso posto, é preciso compreender os países de origem para melhores resultados, e percebe-se ainda que, para obter políticas públicas efetivas, é necessário que sejam interseccionais, incluindo todas as etnias, compreendendo que grupos minoritários, se comparado aos maiores fluxos, possuem grande relevância.

Palavras-chave: Imigração; Refugiados; Cubanos; Brasil.



A INCLUSÃO DIGITAL DE FORMA IGUALITÁRIA E A EFETIVIDADE DA ODS 16 PARA A AGENDA 2030 DA ONU

PETERSEN, Maria Fernanda Taborda⁷⁴

BRANCO, Matheus de Andrade⁷⁵

RESUMO

Inicialmente, tem-se que o acesso à Justiça é um direito fundamental estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), que faz referência no inciso XXXV de seu art. 5º o chamado Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional, também identificado como Acesso à Justiça ou direito de ação. De outra forma, significa ainda dizer que, além desse princípio, os cidadãos esperam algo do Estado, pois o direito de ação, como toda a ordem jurídica, está intimamente ligado à ideia de Estado.

Tendo isso, o Poder Judiciário implementou a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas). A agenda foi, de fato, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2018, nos termos da Resolução A/RES/72/279. Dentre os ODS da agenda, encontra-se aquele que buscará promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ODS 16). Considerando que o acesso à Justiça se dá, na atualidade, quase que exclusivamente pela via eletrônica, e que boa parte dos cidadãos ainda não possui acesso aos meios eletrônicos e/ou não detêm as habilidades necessárias para o acesso à Justiça por essa via, faz-se necessária a promoção de uma inclusão digital do cidadão para esse fim, em atendimento, inclusive, aos comandos legais. Entretanto, não é suficiente que o cidadão saiba operar essas ferramentas, de modo que se deve analisar as necessidades específicas de cada âmbito da sociedade, para que o indivíduo seja capaz de desenvolver aplicações e processos, nesse caso, a fim de que o cidadão saiba proteger seus direitos pelo acesso à Justiça eletrônica. Metodologia: Qualitativa/quantitativa, com técnicas de fichamento, categoria e conceito operacional. Resultados: Em relação aos resultados obtidos até o presente momento da pesquisa: 1) Constatou-se que o acesso à justiça, embora teoricamente garantido pela Constituição Federal, de forma igualitária a todos os cidadãos, não é efetivo para uma parcela considerável da população brasileira, ainda a que considerar o atual contexto em que o Judiciário tem se utilizado de forma cada vez mais intensa, que não se encontram acessíveis a todos e nem mesmo todos que a elas têm acesso sabem delas se utilizar para acessarem a Justiça. 2) Através da agenda mundial da ODS, proposta pela ONU, dentre esses objetivos, seja proporcionado acesso à justiça a todos os cidadãos e promover um Judiciário inclusivo. Considerações finais: Conclui-se que o acesso à justiça deve ser respeitado e compreendido, sendo direito básico dos direitos humanos. Com ele, é possível, através do Poder Judiciário, ter uma ordem justa. Ainda que não seja totalmente efetivo para uma parcela considerável da população brasileira, o Judiciário vem tentando, de forma cada vez mais intensa, proporcionar acessibilidade. Justamente por isso, o Brasil aderiu

⁷⁴ Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* mharia_2001@hotmail.com.

⁷⁵ Mestre em Ciência Jurídica pela Univali (2015). Professor Titular dos Cursos de Direito da Univali, campus Itajaí, na Disciplina de Direito Administrativo.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

à agenda 2030 da ODS, proposta pela ONU, de forma que, dentre esses objetivos, encontra-se o de proporcionar acesso à justiça a todos os cidadãos e promover um Judiciário inclusivo.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Inclusão; Cidadão; Justiça.



DIREITO FUNDAMENTAL À INCLUSÃO: A (IN)VISIBILIDADE DO AUTISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CHITARRA, Glória Resende⁷⁶
WÖHLKE, Roberto⁷⁷

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista consiste, em suma, num transtorno neurocomportamental, o que resulta no déficit na interação social, na comunicação e na imaginação. Tendo isso em vista, torna-se evidente que tal transtorno é uma condição invisível, na medida em que não apresenta comorbidades aparentes, em razão disso, a sociedade apresenta uma resistência a reconhecê-lo como deficiência amparada pela Lei n. 13.146/2015. Essa resistência é refletida no âmbito escolar, porquanto muitos autistas e suas famílias relatam os desafios e as dificuldades enfrentados no processo da inclusão escolar. Somando a isso, observa-se que os primeiros anos escolares de uma criança correspondem ao período que molda a sua vivência acadêmica. Ante qualquer sinal advindo de algum sujeito dentro da instituição escolar que revele a quebra do padrão reproduzido pela instituição, tal sujeito passa a ser marginalizado. Dessa maneira, a inclusão escolar implica na reestruturação da instituição, indo contra a homogeneidade acadêmica, a fim de que os alunos com necessidades especiais possam ter espaço e, conseqüentemente, serem ouvidos dentro da escola. Outrossim, a inclusão escolar é uma das formas de preparar os alunos diagnosticados com o transtorno neurocomportamental para a vida adulta e para que eles desenvolvam suas habilidades, tornando-se cidadãos providos de senso crítico e de vivência. Se isso não fosse o bastante, sabe-se que o acesso à educação é assegurado para todos, sem fazer qualquer distinção, pela Constituição Federal no caput do art. 6º, no artigo 206, I e IX e no artigo 208, III. Portanto, a inclusão escolar, além de ser indispensável para o desenvolvimento do infante com deficiência, é também um direito fundamental previsto no texto constitucional. Logo, a identificação das diferenças entre as instituições públicas e privadas e do motivo dessa divergência, dentro do corte espacial selecionado, passa a ser essencial para que essas crianças sejam incluídas da melhor forma possível e não tenham seus direitos violados. Problema de pesquisa: Por que a inclusão escolar das crianças autistas em instituições públicas e privadas no Município de São José/SC é divergente? Objetivo do estudo: Identificar quais são as divergências entre as instituições públicas e privadas em relação à inclusão escolar das crianças autistas, bem como o porquê delas. Metodologia: O trabalho consiste na pesquisa bibliográfica sobre a teoria dos direitos fundamentais, na perspectiva do direito de acesso à educação dos deficientes, além da realização de entrevistas, para, posteriormente, analisar as diferenças identificadas e seus motivos à luz da Lei n. 13.146/2015 e da Lei n. 12.764/2012. Posto isso, infere-se que a pesquisa contém caráter exploratório e descritivo, de forma qualitativa e quantitativa. Resultados: Inicialmente, realizando uma análise da legislação pertinente ao tema e partindo do âmbito internacional, verifica-se que tanto as escolas públicas, quanto as privadas, têm a obrigação legal de prover o atendimento especializado para crianças autistas dentro do ensino regular. Veja-se, no artigo 24 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual tem força de emenda

⁷⁶ Acadêmica do Curso de Direito na Univali. *E-mail:* gloria_chitarra@edu.univali.br.

⁷⁷ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* wohlke@univali.br.



constitucional por força do Decreto n. 6.949/2009, resta, claro, o dever de incluir essas crianças. Do mesmo modo, no artigo 208, III da Constituição Federal é assegurado o atendimento especializado para as crianças com deficiência, sendo que o autismo é reconhecido como deficiência em razão da Lei n. 12.764/2012, conseqüentemente, tem-se que a inclusão escolar das crianças dentro do espectro é um direito fundamental. No mais, há também essa previsão expressa no artigo 54, III do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa maneira, há proteção legal que garanta o direito fundamental em tela. Nessa medida, as diferenças constatadas se dão em decorrência da ausência do Estado nas instituições privadas, isto é, não existe fiscalização que assegure o cumprimento da lei, ao passo de que nas instituições públicas, há um maior controle sobre essa questão. Se isso não fosse o bastante, nota-se a necessidade das instituições privadas de dispor de mais investimento para melhor atender aos grupos minoritários, com o equívoco de onerar de forma individualizada a matrícula do aluno, impondo, por um carácter econômico, restrição de acesso.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão Escolar; Direito Fundamental; Direito Educacional; Políticas de Acessibilidade.



UMA HERMENÊUTICA HISTÓRICA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA BR-470 COMO POLÍTICA PÚBLICA: REGISTROS JORNALÍSTICOS DE 1972 ATÉ 2021

ANTUNES, César Henrique Barzotto⁷⁸
BRANCO, Joaquim Olinto⁷⁹

RESUMO

Com o incremento na utilização de automóveis na década de 1960, a pavimentação das rodovias federais de Santa Catarina saltou dos 369 km para 907 km de extensão entre 1965 e 1970. Entre essas rodovias, a BR-470/SC, teve seu traçado inicial inspirado pelo fundador de Blumenau, e só recebeu as primeiras pavimentações na década de 1960, com os maiores avanços ocorrendo no início dos anos 1970. O Dr. Hermann Blumenau, em seu desejo de acelerar o desenvolvimento da colônia blumenauense, entendia que deveria haver um traçado ligando a região do Rio Itajaí com o Planalto Catarinense. Auxiliado pelo Engenheiro Emílio Odebrecht, em 1867 as expedições concluíram as medições e picadas em meio à floresta, que, enfim, conectou a então colônia de Blumenau à “vila de Lages” e aos “campos de Curitibaanos”. Atualmente, o entorno da BR-470, que se estende do município de Navegantes a Campos Novos, contém números relevantes do ponto de vista social e econômico, que a sustentam como uma importante Política Pública de transportes para Santa Catarina. Estimase que a população no entorno da BR-470 seja de 1,9 milhões de pessoas. O Produto Interno Bruto (PIB) arrecadado nas margens da rodovia é de R\$ 91,2 bilhões, com o industrial de R\$ 19,2 bilhões. Somente no entorno da BR-470 foram arrecadados R\$ 26,6 bilhões em tributos para a União, em 2020, o que demonstra a importância econômica da rodovia. Além de 70% das exportações catarinenses trafegarem na rodovia até os Portos de Itajaí e Navegantes. Porém, a BR-470/SC também é conhecida pelos catarinenses como rodovia dos congestionamentos e acidentes com muitos feridos e mortos. Fatos que contrariam os princípios norteadores da Lei n. 10.233/01, responsável pela reestruturação das Políticas Públicas de transportes terrestres e aquaviários em território nacional. Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir no entendimento de como a BR-470/SC vem atendendo as suas finalidades como Política Pública, instituída sob os princípios do art. 11 da Lei Federal Brasileira n. 10.233/01. Com isso, visa-se a compreender quais são os eventuais problemas públicos na referida rodovia que representam um freio no desenvolvimento econômico regional, bem como, tornam a mencionada rodovia uma Política Pública subestimada, aquém do seu real potencial de entrega. Para isso, a pesquisa discorrerá em que contexto histórico a BR-470 surgiu em Santa Catarina, apresentará os conceitos de Políticas Públicas e as legislações que norteiam o modal rodoviário de transporte para, por fim, analisar a reconstituição da sua história de implantação e gestão, história esta remontada através de recortes jornalísticos de 1972 até 2022. A pesquisa é qualitativa, com o método para obtenção dos resultados sendo o indutivo, utilizando a hermenêutica histórica e jurídica como paradigma para a compreensão dos dados, que advém de análise documental,

⁷⁸ Mestrando-bolsista CAPES/BRASIL via FAPESC no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). E-mail: antunescesar.adv@outlook.com.

⁷⁹ Professor pesquisador do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali. Doutor em Ecologia pela Universidade Federal de São Carlos e Mestre e raduado em Licenciatura Plena em Biologia pela FAFIG-Brasil.



bibliográfica de recortes jornalísticos, artigos, etc. A Lei n. 10.233/01, como instituidora de uma Política Pública de transportes, trouxe no escopo do art. 11 os princípios gerais do gerenciamento da infraestrutura, entre eles, o concernente às rodovias: preservar e promover o desenvolvimento econômico e social; proteger os interesses dos usuários quanto à qualidade e oferta de serviços de transportes; preservação do meio ambiente com a redução dos níveis de poluição sonora e contaminação atmosférica, do solo e dos recursos hídricos; reduzir os danos sociais e econômicos decorrentes dos congestionamentos de tráfego; e ampliar a competitividade do País no mercado internacional. Os princípios transcritos na Lei surgem justamente para que se tenha um sistema rodoviário hígido, e com a maior mitigação de problemas possível, a fim de atender às demandas de tráfego com agilidade e segurança para o usuário. A Lei 10.233/01 também institui atores das Políticas Públicas responsáveis pela administração dos transportes, sendo, no caso do transporte rodoviário, o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), autarquia com jurisdição administrativa vinculada à União, sendo ela o ator responsável pelas rodovias federais no Brasil. Contudo, observa-se que, na abordagem multicêntrica de políticas públicas, admite-se que também são considerados atores das políticas públicas as organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, entidades políticas e a mídia, como protagonistas no estabelecimento das políticas públicas, sendo que estes, com base na hermenêutica histórica feita através dos recortes jornalísticos, foram muito presentes e importantes na implantação e gestão da BR-470/SC. Extrai-se da análise dos fatos históricos ocorridos da mencionada rodovia que as primeiras pavimentações foram acompanhadas de boa estrutura e da instalação dos melhores itens de sinalização para a época (1972). Contudo, a ausência de diligência do principal ator da Política Pública na identificação do problema e elaboração do projeto para a pavimentação do trecho Gaspar-Navegantes, em 1976, acabou criando um longo e histórico atraso no avanço das obras da rodovia. Ao se executar a pavimentação, descobriu-se que o projeto não anteviu que os solos eram moles, arenosos e úmidos, além da necessidade da criação de três pontes no referido trecho, o que dificultou a continuidade da obra pela falta de maquinário para ajustar o solo, e de orçamento para os itens de infraestrutura tanto do solo, como para a construção das pontes. Por conta desse erro, a obra ficou paralisada por 17 anos, e somente foi retomada em 1993, com os recursos e o incentivo do Governo de Santa Catarina, após pressão de empresários e políticos regionais. A obra foi terminada em outubro de 1995, tornando-se, na época, a obra rodoviária mais cara do país, e com 87,5% dos recursos advindos do erário catarinense, e apenas 12,5% vindos da União, quem de fato deteria a responsabilidade de realizar a obra. A nova ausência do ator da Política Pública trouxe outro problema para BR-470/SC: os trechos que antecederiam o novo percurso de Gaspar-Navegantes, que eram em pista simples, já estavam sufocados por estarem recebendo mais que o dobro de sua capacidade. Desse modo, o projeto do trecho Gaspar-Navegantes, que era em pista simples, também deveria ter sofrido uma adequação neste sentido, o que não ocorreu. Tal fato fez com o que o trecho nascesse já obsoleto para a necessidade da região, o que ocasionou, como decorrência, congestionamentos, lentidão no trânsito, aumento dos custos dos fretes, acidentes que resultaram em feridos e mortos. Não bastando, a reclamação de falta de manutenção e de recursos para os trechos que antecedem Indaial-Navegantes foram constantes nos anos 1990, 2000, 2010 e na década atual. Desse modo, nota-se que a BR-470/SC foi subestimada como Política Pública por seus gestores, e tem apresentado os mesmos problemas públicos, de forma repetitiva, nos mesmos lugares, em datas e anos diferentes. Tal fato torna a BR-470/SC, no mínimo, inadequada em relação aos princípios do art. 11 da Lei n. 10.233/01, além de nitidamente ela não atender à demanda que lhe é peculiar, não atingindo o seu real potencial como Política Pública, historicamente e atualmente.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Modal Rodoviário; Transportes; Gestão Pública; Políticas Públicas.



ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ACOLHIMENTO DOS IMIGRANTES – RELATO DE EXPERIÊNCIA

RANGEL FILHO, Décio Luiz⁸⁰
RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁸¹
TEIXEIRA, Eneida Patrícia⁸²
MASSAROLI, Rodrigo⁸³
RAMOS, Thais Jéssica Sarmento Bonfim⁸⁴

RESUMO

Considerando os diversos períodos da história, percebe-se que sempre existiram deslocamentos de pessoas pelas mais diferentes razões, por perseguições, conflitos, guerras, miséria, extrema pobreza e fome, ou pela busca de sobrevivência e melhor qualidade de vida. O Haiti é um pequeno país localizado na América Central, que possui diferentes características culturais e políticas e foi descoberto por Cristóvão Colombo, em 1492. É um país marcado por governos ditatoriais, golpes de estado e por uma guerra civil que durou vários anos. Além disso, é o país mais pobre da América, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano. Sua população vem atravessando, nas últimas décadas, sérias dificuldades socioeconômicas e políticas. Além do panorama político conturbado, o povo haitiano ficou ainda mais debilitado depois do último terremoto que atingiu o país em janeiro de 2010 e que afetou três milhões de pessoas, provocando cerca de 200 mil mortes e deixando, aproximadamente, 1,5 milhões de desabrigados. Com esse panorama, a migração é um fenômeno que contempla uma série de aspectos econômicos, sociais, jurídicos e de segurança que afetam o cotidiano em um mundo cada vez mais globalizado e abrange uma multiplicidade de movimentos e situações em todos os setores da vida. Apesar da migração ser um processo constante no Haiti, após o terremoto, grande parte da população foi compelida a procurar um recomeço em outro país, pois as dificuldades com moradia, comida e emprego, aceleraram esta ação. Estima-se que um milhão e meio de haitianos, perto de 15% da população do Haiti, morem, em outro país. Muitos recorreram ao Brasil, o qual se tornou um destino propício, devido ao discurso de crescimento econômico do país, além da probabilidade de se obter um visto de permanência. Desde 2010, o Brasil tem recebido os imigrantes provenientes do Haiti. Nosso país reconheceu a vulnerabilidade da população haitiana e a necessidade de apoio a essa população, instituindo uma permissão especial, a Resolutiva Normativa – RN 91, para que os haitianos pudessem permanecer no país por questões humanitárias. Os imigrantes, em geral, são mais vulneráveis social e economicamente, sobretudo os recém-chegados, que se submetem mais facilmente a postos de trabalho insalubres, a salários baixos e a moradias precárias. O obstáculo linguístico

⁸⁰ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* 123decio@gmail.com.

⁸¹ Doutora em enfermagem pela UFSC; Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁸² Doutoranda em enfermagem pela UFSC. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Univali. Docente do curso de graduação em Enfermagem na Univali. Enfermeira efetiva da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* eneidateixeira@gmail.com.

⁸³ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁸⁴ Enfermeira graduada pela Univali. *E-mail:* thaisramos@hotmail.com.



encontrado no atendimento de imigrantes pode dificultar o acesso aos serviços sociais, de saúde e educacionais por esta população. No Haiti, o francês é legalmente a língua oficial, porém, o crioulo continuou sendo usado no país, o que levou à oficialização do crioulo haitiano como língua oficial da ilha, na Constituição de 1987. Diante disso, percebe-se que há mais que um idioma no Haiti, o que contribui para as dificuldades e para o estabelecimento de uma comunicação efetiva com esses imigrantes no Brasil, sendo, portanto, a diferença de idioma um importante critério de relevância na criação de estratégias que minimizem essas dificuldades. A Constituição Federal da República de 1988 garante os direitos fundamentais a todos que habitam no território brasileiro. Além disso, a legislação ordinária regulamenta direitos indispensáveis aos estrangeiros. Problema de pesquisa: Aulas de língua portuguesa são importantes para o acolhimento de imigrantes haitianos na Região da Foz do Rio Itajaí. Objetivo do estudo: ensinar os imigrantes haitianos a língua portuguesa através de atividades que auxiliem no aprendizado, com o uso de cartilhas, para que os imigrantes tenham, além de inclusão social, acolhimento e maior igualdade e oportunidade em todos os âmbitos de vida. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência sobre a atuação dos acadêmicos no Projeto de Extensão Comunitária no Curso de Direito, com desenvolvimento de cartilha para ensino da língua portuguesa aos imigrantes haitianos participantes do projeto de extensão de atendimento ao imigrante da Univali. Resultados: A proposta do projeto apresentado na disciplina tinha por finalidade realizar encontros quinzenais para ensino da língua portuguesa para grupos de 15 imigrantes; utilizando metodologias ativas para facilitar a aprendizagem, com uso de filmes, apresentações culturais e músicas. Para as atividades de estudo da língua portuguesa, o projeto programou o uso de cartilha com atividades de estudo. Inicialmente, será orientada a apresentação pessoal, o alfabeto, os números, os pronomes pessoais, os adjetivos possessivos, solicitação de informações, tais como realizar compras de alimentos, auxílio em localização de endereço e nomes de alimentos, objetos úteis, visando a melhorar a comunicação dos imigrantes com a população brasileira. A proposta é de que os encontros sejam realizados aos sábados, com encontros quinzenais, na Univali, em sala previamente reservada na coordenação do curso de Direito. No primeiro encontro, no qual haverá a entrega das cartilhas e do cronograma dos encontros, além da orientação dos dias propostos e a sala, também será dividido o grupo para melhor utilização da estratégia. A cada encontro, será utilizada a cartilha para o desenvolvimento das atividades do capítulo proposto. Após, serão orientadas as atividades para serem realizadas no domicílio e que serão revisadas no próximo encontro. Considerações finais: Em todos os processos de acolhimento, a necessidade de domínio da língua portuguesa perpassa a preocupação, tanto dos migrantes, como também daqueles que os recebem. Assim, diversos grupos têm se organizado para oferecer cursos de português para imigrantes e refugiados, os quais precisam, com rapidez, se capacitar linguisticamente, não só para a expressão cotidiana, mas também para as questões formais de documentação ou trabalho.

Palavras-chave: Imigrantes; Acolhimento; Sociedade Receptora de Migrantes.



POLÍTICA FEDERAL DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE EMPRESAS (PEIEX) NA UNIVALI

BATSCHAUER DA CRUZ, Cláudia B. B.⁸⁵

MORELLO, Juliana⁸⁶

FLORIANI, Dinorá Eliete⁸⁷

LENZI, Fernando César⁸⁸

RESUMO

A internacionalização é considerada um processo que requer a adaptação das operações das empresas aos diversos ambientes, em um envolvimento incremental que necessita de estratégia, estrutura, recursos e conhecimento. Esse processo é especialmente desafiador para pequenas e médias empresas, que possuem menos capital e acesso a informações. Na década de 1990, o Brasil passou por um período de reformas estruturais que alterou as condições e possibilidades de inserção das suas empresas no mercado internacional. Mas apesar da importância dessas reformas, e das diversas pesquisas a seu respeito, desde uma perspectiva agregada, menos atenção tem sido dada ao papel dos meso e micro fatores no desenvolvimento tecnológico e na preparação das empresas para a internacionalização. As empresas brasileiras são consideradas *latemovers* – internacionalizaram-se tardiamente, a partir dos anos 1990. Essas empresas nascem num contexto de uma economia emergente, com instituições mais fracas, o que tende a afetar o seu potencial exportador em função das deficiências nos marcos legais/regulamentares e em infraestrutura, dos mercados de capitais pouco desenvolvidos, da falta de políticas industriais eficazes e de mão de obra qualificada. Além disso, o país é considerado o mais complexo do mundo pelo *The Global Business Complexity Index 2021*. Nesse contexto, essas empresas mostram-se ainda mais dependentes de políticas governamentais. Além disso, o próprio Governo não discute políticas públicas que extrapolem os aspectos básicos regulatórios, e que promovam um movimento de inovação do segmento empresarial. As pesquisas sobre os programas nacionais de promoção de exportações apresentam-se ainda muito dispersas em diferentes áreas, em especial com empresas que precisam de apoio para internacionalização. É considerada superficial no que diz respeito à análise da ligação entre a assistência governamental e o comportamento exportador das empresas. Também carece de fundamentos teóricos sólidos que justifiquem as interrelações entre construtos. Ademais, não deixam claros os fatores que antecedem, mediam ou influenciam diretamente na promoção da exportação, ignorando outros parâmetros que possam ser úteis para explicar fenômenos relativos à assistência governamental à exportação. No Brasil, a principal política pública de incentivo à

⁸⁵ Doutora em Administração e Turismo pela Univali. Professora no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas públicas (PMGPP) e no Programa de Mestrado Profissional em Administração: Gestão, Internacionalização e Logística (PMPGIL) da Univali. *E-mail:* claudia@univali.br.

⁸⁶ Mestranda do PMPGIL Univali. *E-mail:* juliana_morello@hotmail.com.

⁸⁷ Doutora em administração, professora no Programa de Mestrado Acadêmico em Administração (PPGA) e PMPGIL Univali. *E-mail:* dinora@univali.br.

⁸⁸ Doutor em Administração pela FEA – USP (SP), Professor no PMGPP e PPGA Univali. *E-mail:* lenzi@univali.br.



internacionalização das empresas é desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), que criou o Programa de Qualificação para Exportação, o PEIEX. Seu objetivo é estimular e promover a cultura exportadora, principalmente em pequenas e médias empresas. Apesar de que, em geral, os programas de promoção de exportações trazem benefícios para as empresas (e seus países), os estudos sobre os impactos desses programas apresentam resultados inconclusivos ou mesmo conflitantes. A razão disso parece ser, entre outros, o fato de que diferentes tipos de empresas se beneficiam de forma diferente desses programas. Estudos anteriores mostram que o PEIEX é, em geral, satisfatório, porém seus resultados parecem depender da seleção adequada do perfil das empresas participantes, cujas expectativas devem estar alinhadas ao escopo do programa, do perfil dos instrutores e do oferecimento de um arranjo sequencial com programas de internacionalização e desenvolvimento de competitividade. Apesar da reconhecida importância das instituições locais no país de origem para a internacionalização das empresas, no Brasil, a política de promoção de exportações é desenhada essencialmente no nível federal. O envolvimento dos governos estaduais e prefeituras, universidades e outros atores, se dá já na fase da sua execução. Tal situação levanta a necessidade de um exame mais aprofundado sobre o desenho desse programa e os mecanismos por meio dos quais se pode chegar a resultados consistentes e duradouros em relação ao aumento da capacidade exportadora das empresas atendidas, além dos fatores que podem afetar seus impactos a médio e longo prazos. É superficial, também, o envolvimento dos pesquisadores com sugestões de programas e políticas públicas estaduais e municipais que poderiam estimular mais recursos técnicos, científicos e financeiros para impulsionar a internacionalização de empresas. As políticas públicas do Governo brasileiro, no que diz respeito à inovação e internacionalização, têm mais chance de alcançar resultados positivos e duradouros, se o seu desenho e implementação levar em consideração a noção de Tríplice Hélice, em que a universidade joga um papel decisivo. Sendo o PEIEX um programa com duração limitada – de, no máximo, dois anos –, os efeitos dessa política pública federal na região atendida dependem de atores locais com capacidade de absorver a metodologia e replicá-la, com as adaptações necessárias ao contexto no qual as empresas operam, estendendo os seus efeitos no espaço e no tempo. Temos, portanto, como pergunta de pesquisa: de que forma o contexto local contribui com a efetivação de programas nacionais de apoio às exportações no nível local? Objetivamos analisar o papel dos atores locais na efetivação das ações do PEIEX no Vale do Itajaí – Santa Catarina (SC). Para responder à pergunta de pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa e exploratória, por meio do estudo do caso da parceria firmada, em 2016, entre a ApexBrasil e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) para a execução do PEIEX na região do Vale do Itajaí, para qualificar 148 empresas e inserir a cultura exportadora na sua gestão. As fontes de dados foram entrevistas semiestruturadas com os executores do PEIEX na Univali, os governos municipais onde estão seus núcleos, o Governo estadual e empresas participantes do programa. Foram utilizadas também fontes secundárias, como documentos, e publicações, permitindo a triangulação de dados. A escolha do caso se deu por sua peculiaridade. A Univali oferece um Curso de Comércio Exterior que é referência no país, numa cidade em que a principal atividade econômica da região é o setor de serviços, especialmente na área de comércio internacional, em que estão instaladas inúmeras empresas da área de logística e apoio às operações de exportação. Itajaí é 34ª economia do Brasil e segunda colocada no Estado em termo de PIB per capita. O Complexo Portuário de Itajaí, em relação aos índices econômicos na Corrente de Comércio, é responsável por 4,4% no Brasil e 69,3% em SC. Ainda assim, diversas pequenas e médias empresas atuavam em um processo marginal à realidade da região, sem uma política pública de promoção das exportações que apoiasse o início e a manutenção do seu processo de internacionalização.



Ao final do primeiro ciclo do Programa, 20% das empresas iniciaram suas exportações. Passados dois anos, essa porcentagem aumentou para 50%. O estudo mostra a necessidade de se promover uma ação conjunta para o desenvolvimento de políticas públicas em nível estadual e municipal que deem continuidade à política pública federal, dada a duração limitada do Programa na região. A universidade é importante ator, com capacidade de absorver a metodologia do Programa, disseminar sua prática e servir de âncora para a proposição de políticas públicas nos níveis estadual e municipal, que perpetuem e consolidem os efeitos da política pública federal. Teoricamente, contribuímos com a discussão sobre a necessidade de se incluir o nível regional e local na elaboração e implementação de políticas públicas de caráter macro. Como contribuição empírica, oferecemos elementos para o desenvolvimento de política pública multinível, voltada à inovação e à internacionalização de empresas, em complemento à política pública federal de promoção de exportações. Como limitação, analisamos, neste estudo, o desenho da política pública federal e sua implementação nos níveis regional e local. Para futuras pesquisas, sugerimos a análise dos instrumentos utilizados para sua implementação, acompanhamento e análise de resultados ao longo do tempo.

Palavras-chave: Política de Promoção de Exportações; Internacionalização; PEIEX; Empreendedorismo; Instituições.



A ESTATÍSTICA DA IMPUNIDADE DOS CRIMES RACIAIS E O FOMENTO CATARINENSE À CIFRA NEGRA

MELLER, Marcelo Quintino⁸⁹
WÖHLKE, Roberto⁹⁰

RESUMO

A área de pesquisa versa sobre o racismo em números, destacando-se a enorme lacuna entre os registros de crimes raciais em Santa Catarina e os números do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, destarte, tornando evidente qual a eficácia do Poder Judiciário quando a este se faz necessária sua atuação para tutelar a dignidade da pessoa humana. O tema do objeto de estudo analisa o impacto do baixo índice de condenações em processos penais, acerca de crimes raciais, como estímulo para o fortalecimento do racismo estrutural no estado catarinense. Nos dias de hoje, a abordagem do racismo é deslegitimada por muitos, inclusive com uma grande massa considerando este um problema superado há mais de um século pelo advento da Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que decretou a abolição da escravatura. Sustentam ainda, como suficiente para saneamento do problema, a existência da Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que tipifica as condutas do crime de racismo, o qual é considerado inafiançável e imprescritível. Todavia, ponderar apenas estes dois pontos de contra-argumento é um flerte ao anti-intelectualismo que se demonstra bem-sucedido ao negacionismo da história brasileira e das estatísticas atuais. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, Santa Catarina desponta no ranking de registros de Injúria Racial, ocupando o primeiro lugar em 2020, com o total de 2.908 casos, o equivalente a 40,1 casos para cada 100 mil habitantes. Enquanto a média do Brasil, em 2020, foi de 7,5 casos para cada 100 mil habitantes, o estado catarinense registrou um índice correspondente a 534% do nacional. Em contrapartida, segundo o Tribunal de Justiça catarinense, no ano de 2020 havia apenas 29 ações penais que foram classificadas com a tipificação de injúria racial, porém zero registros para os movimentos processuais de cumprimento integral da pena, ou cumprimento de transação penal, ou cumprimento da suspensão condicional do processo, ou cumprimento de acordo de não persecução penal. Problema de pesquisa: Ponderando a realidade fática, na qual, por força de decisões do Supremo Tribunal Federal, denota-se o entendimento constitucional para desestimular o cometimento de crimes raciais, a exemplo do julgamento do Habeas Corpus 154.248, em 28/10/2021, que reconheceu no plenário o crime de injúria racial como espécie do gênero racismo, portanto imprescritível; percebe-se que os índices compostos pelos julgados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina parecem encorajar o inverso. Com base nos números e histórico social, é possível confirmar a existência de um racismo estrutural nas instituições catarinenses de segurança pública e do poder judiciário? Objetivo do estudo: Identificar a influência da cultura e o histórico do povo catarinense como fatores de pontencialização do racismo estrutural expressado pelos números dos crimes raciais, bem como destacar as variáveis presentes desde o registro da ocorrência à sentença dos casos. Metodologia: O trabalho consiste na pesquisa bibliográfica sobre racismo e suas espécies, identificando pontos de influência da colonização, neonazismo, negacionismo e extremismo político; destacando a análise dos dados numéricos acerca dos

⁸⁹ Acadêmico do 9º período do curso de Direito, na Univali. *E-mail:* meller@edu.univali.br.

⁹⁰ Mestre em Sociologia Política, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* wohlke@univali.br.



crimes raciais. Resultados: A demonstração da ineficácia do Estado na tutela da dignidade da pessoa humana de grupos minoritários face ao atual modelo e sua forma de execução. A pura exposição dos números a uma comparação direta entre ocorrências registradas e o total de casos em que a sentença judicial cumpre o seu papel pedagógico, desestimulando a continuidade delitiva é, por si só, teratológica. Destarte, resultando inequívoca a necessidade de ampliação das pesquisas que identifiquem as causas de ineficiência da máquina pública, bem como as causas do exponencial crescimento dos crimes raciais.

Palavras-chave: Racismo; Injúria Racial; Neonazismo; Negacionismo; Extremismo Político.



JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EXECUÇÃO PENAL É POSSÍVEL?

MASSA, Adriana Accioly Gomes⁹¹

KNECHTEL, Maria do Rosário⁹²

MUGGIATI, Ruy⁹³

RESUMO

A proposta do artigo é refletir acerca da possibilidade de inclusão do paradigma restaurativo nos sistemas penais e de execução penal, a partir do relato de experiências que tiveram como base a justiça restaurativa, dentre elas, a implementação de unidades prisionais, ora denominadas unidades de progressão, cujo alicerce foi construído e cimentado a partir de bases epistemológicas que coadunam com os fundamentos restaurativos, pautados na interdisciplinaridade e nos princípios da dignidade humana e da fraternidade. Assim, o presente trabalho terá uma parte conceitual, acerca dos elementos basilares necessários para introdução do paradigma restaurativo no sistema carcerário e, outra, destinada ao relato de experiências no sistema penal e de execução penal.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Execução Penal; Humanização.

⁹¹ Graduada em Serviço Social e Direito. Mestre em Organizações e Desenvolvimento. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Assessora no Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Socioeducação do Paraná (GMF-PR). Instrutora e facilitadora de Justiça Restaurativa pela Escola Superior da Magistratura do RS - Ajuris e pelo International Institute for Restorative Practices - IIRP.

⁹² Socióloga e Pedagoga. Professora e pesquisadora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

⁹³ Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Socioeducação do Paraná (GMF-PR).



EDUCAÇÃO

Versos do Caminhante

Maria Teresinha Debatin

Tudo nos convida a caminhar...
E não tem outro jeito de chegar,
Ultrapassar o limite da normalidade,
Vencer a linha da mediocridade,
Parando apenas para observar,
A fonte viva de uma vida longa
Que verte e sopra bem dentro de nós.
Tudo nos convida a caminhar...
Desbravar a trilha sem deixar
Que a trilha faça o molde sem alarde,
Cave estradas novas, velha face,
Demarque o mapa, marque o olhar,
De dias tantos, dedilhando noites,
Invejando a sorte de quem vai chegar.
Tudo nos convida a caminhar...
Sem invejar as glórias d'outro caminhante,
Criando laços dos encontros tantos,
Onde o caminho é mestre a ensinar,
A garimpar a vida sem temer a morte,
Fazer escolhas sem temer a sorte,
Se o laço é certo para a vida findar.
Tudo nos convida a caminhar...
Então caminhe, pare de voar,
Caminhe lentamente, sem perder o
centro,
Na busca firme de viver os sonhos.
Vista o que vestir, sinta-se sempre pronto,
Para o caminho e o mestre encontrar.





LA CREATIVIDAD EN EDUCACIÓN EN TIEMPOS CONTEMPORÁNEOS: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES

CABRERA-CUEVAS, Jessica⁹⁴

RESUMEN

La conferencia ha compartido una serie de reflexiones en torno a los múltiples desafíos y posibilidades que aporta el campo de estudios de la creatividad hacia una urgencia social y planetaria para la convivencia de un mundo más pacífico, inclusivo, justo y sostenible. Se hace un breve recorrido por la evolución en los paradigmas del conocimiento, para situar el campo de estudio de la creatividad en el paradigma actual de complejidad. Se presenta un mapa de enfoques y teorías según el Modelo de Tendencias en Creatividad CCC (Cabrera, 2018). Luego se comparten algunas reflexiones en torno a la responsabilidad universitaria y la pertinencia de la ética en la creatividad. Se comparten algunas implicaciones de la creatividad con base en la consciencia y con enfoque complejo-transdisciplinar.

Palabras-clave: Creatividad; responsabilidad universitaria; ética en la creatividad.

⁹⁴ Doctora en Creatividad Aplicada. Docente investigadora de la Universidad Autónoma de Madrid. jessica.cabrera@uam.es



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

NUEVAS PERSPECTIVAS PARA EL ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÉNERO EN CONTEXTOS DE INCERTIDUMBRES POST PANDÉMICAS

MARTÍNEZ, María Nohemí González⁹⁵

RESUMO

La conferencia centra su reflexión en la urgencia de repensar el papel fundamental que tiene la investigación en políticas públicas en el campo académico para poder hacer frente a los contextos de incertidumbres post pandémicas. Planteando una serie de cuestiones: la primera la necesidad de revisar los modelos de conocimiento que han caracterizado la relación Investigación y Desarrollo I+D en torno a las políticas públicas, segundo la necesidad de un cambio de mentalidad de los decisores de políticas, la tercera cómo abordar el nuevo giro epistémico para investigar cómo las políticas públicas se configuran como una realidad a investigar en este nuevo escenario y finalmente delinear algunas ideas para una producción de conocimiento comprometida con definir una estrategia adecuada para transformar el carácter estructural de las desigualdades de género.

Palavras-chave: Políticas públicas; gênero; incertidumbres post pandémicas.

⁹⁵ Doutora em Estudos de Gênero, Identidade y Ciudadanía. Pesquisadora na Universidade Simón Bolívar de Barranquilla – Colômbia.



A EDUCAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A INTERDISCIPLINARIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ROS, Marco Aurélio da⁹⁶

SALESSE, Leonardo Pedro⁹⁷

MARTINS, Artur Henrique de Oliveira⁹⁸

FOGAÇA, Guilherme Pasqual⁹⁹

RESUMO

A educação médica brasileira, no decorrer de seus 200 anos de história, demonstrou intensa evolução, resultando no padrão de ensino presente, hoje, no território nacional. Embora esse percurso tenha sido marcado, majoritariamente, por sistemas de saúde pouco democráticos, foi na década de 1960, com a chegada do modelo Flexneriano ao Brasil que tornou-se possível um grande avanço científico e tecnológico nas áreas da saúde, embora se demonstrasse muito mais focada na especialização, trazendo pouca atenção ao processo saúde/doença e a promoção de saúde. Problema de pesquisa: Diante do complexo sistema em que o médico se insere, com o avanço tecnológico, pacientes cada vez mais exigentes e o surgimento de novas patologias, a versatilidade e interdisciplinaridade tornam-se características fundamentais na estruturação profissional médica. Assim, é necessário que seja questionado o tipo de médico que irá atender a sociedade, no sistema privado, mas principalmente no sistema de saúde que predomina no Brasil, o SUS. Objetivo do estudo: Esta pesquisa nasceu e foi elaborada em tempos de pandemia, inicialmente como assunto de discussão do conteúdo da disciplina de Humanidades Médicas do curso de Medicina e, posteriormente, sentindo a necessidade de aprofundar estudos que correspondam simultaneamente às humanidades, a educação médica e a interdisciplinaridade. Assim, foi possível realizar uma revisão bibliográfica na tentativa de compor um artigo cujo objetivo geral é analisar a educação médica brasileira, desde sua contextualização histórica até os padrões hegemônicos estabelecidos hoje, correlacionando com a interdisciplinaridade, fator fundamental na formação profissional atual. As necessidades e os desafios de aplicação dessa interdisciplinaridade são temas específicos discutidos nessa revisão. Metodologia: Para alcançar tal objetivo, foram relacionadas 19 referências relevantes acerca da temática associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina e a Constituição Federal de 1988. Resultados: No decorrer da história, as ciências médicas demonstraram não possuir o monopólio do conhecimento consolidado da saúde, mas sim, a necessidade de se fragmentarem e darem espaço a novas vertentes do saber para auxiliar na recuperação e, conseqüentemente, na melhoria da condição humana de vida. Entretanto, com o avanço de técnicas e especificidades profissionais, as raízes de integralidade da saúde ficam em segundo plano. Tendo em vista a estrutura subjetiva (o abstrato) que compõe os seres humanos e que, muitas vezes, afeta o corpo (o concreto), é preciso investir na geração de potencial crítico e reflexivo dos futuros profissionais da saúde, além de salientar a importância da empatia pelo doente. Então, para tal feito, deve-se aplicar pedagogia competente aos seus aprendizes,

⁹⁶ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho e do curso de Medicina na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* ros@univali.br.

⁹⁷ Acadêmico do curso de Medicina na Univali.

⁹⁸ Acadêmico do curso de Medicina na Univali.

⁹⁹ Acadêmico do curso de Medicina na Univali.



sejam estes médicos ou de outras áreas de tratamento da salubridade, com ênfase na interdisciplinaridade e nas demonstrações teóricas e práticas de como as ciências da saúde podem vir a se complementar. Portanto, para garantir a construção de profissionais qualificados, a interdisciplinaridade poderá servir como um elo de conscientização das existências das vertentes e especificidades apropriadas para determinadas situações às quais o médico estará fadado com a possibilidade de encontrar e, assim, poder reconhecer o problema e encaminhar para o profissional competente na ocasião. Este é um modo viável de tornar o médico mais generalista e versátil. Além disso, cada vez mais, os médicos são colocados a trabalhar com equipes multiprofissionais, necessitando, conseqüentemente, interagir com grupos compostos por indivíduos heterogêneos socialmente e com competências profissionais e individuais diversas. Dessa forma, torna-se essencial trabalhar a cooperação, a comunicação e a interação durante a formação médica, visando a compor um profissional disposto a compartilhar conhecimentos, humilde, com liberalidade e equidade, visto que já não há mais espaço para a prepotência que ainda caracteriza alguns médicos.

Palavras-chave: Educação Médica; Interdisciplinaridade; Formação; SUS.



METODOLOGIAS DIDÁTICAS UTILIZADAS COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PEROTONI, Jaqueline¹⁰⁰
OLIVEIRA, Bruna Carla de¹⁰¹
PORTES, João Rodrigo Maciel¹⁰²

RESUMO

No Brasil, os três primeiros anos do Ensino Fundamental são voltados para a alfabetização. Em Portugal, o primeiro ciclo (1º ao 4º ano) tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Infelizmente, muitas crianças com deficiência visual (DV) demoram a iniciar o processo de alfabetização, pois acabam tendo contato com este universo somente quando entram na escola, onde, em geral, o ensino é voltado para pessoas sem deficiência. Para regulamentar o ensino dessas pessoas e tornar mais provável a inclusão, leis como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no Brasil, e o Decreto-lei 54/2018, em Portugal, são necessárias. Por conta de ambos os países serem signatários da Declaração de Salamanca e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, eles possuem políticas públicas de inclusão escolar semelhantes. Nas duas nações, por exemplo, toda pessoa com deficiência tem direito à educação, devendo, preferencialmente, frequentar a escola regular. Mesmo participando da escola regular, porém, é comum que as pessoas com deficiência visual apresentem certas dificuldades escolares. A acessibilidade metodológica, isto é, a remoção das barreiras no processo de ensino torna-se, assim, fundamental no ensino dessas pessoas. Diante disso, os pesquisadores resolveram estudar as produções brasileiras e portuguesas acerca da alfabetização dessas crianças. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral levantar teses e dissertações produzidas no Brasil e em Portugal sobre as metodologias didáticas para estudantes com deficiência visual no período de alfabetização em escolas de ensino regular. Quanto aos objetivos específicos, estes foram: identificar os aspectos temáticos, teóricos e metodológicos dos estudos; descrever o perfil das instituições e dos pesquisadores; e comparar as diferenças e semelhanças das metodologias didáticas para alunos com deficiência visual no período de alfabetização utilizadas em escolas regulares no Brasil e em Portugal. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura realizada com base nos princípios do método PRISMA (principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises). A coleta foi feita por duas juízas independentes e um terceiro juiz avaliou a concordância entre as duas, sendo essa de 82%. Foram pesquisadas teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal e selecionados oito estudos com base em critérios pré-estabelecidos. Foram analisadas as seguintes categorias: título, autor(es), ano, instituição, programa, país, método (delineamento; instrumentos; participantes; análise de dados) e resultados (nos quais foram criadas as

¹⁰⁰ Graduada em Psicologia pela Univali. Pós-graduanda em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual pelo Child Behavior Institute of Miami - EUA. *E-mail*: jaquelineperotoni.nt@gmail.com.

¹⁰¹ Graduada em Psicologia na Univali. *E-mail*: brunacarladeoliveira@gmail.com

¹⁰² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia da Univali. *E-mail*: joaorodrigo@univali.br.



categorias: “prática docente”, “tecnologia assistiva (TA)”, “tecnologia educacional (TE)” e “dificuldades do professor”). Todos os estudos selecionados são brasileiros, o que pode ser pela diferença nos formatos de programas de mestrado e doutorado portugueses. Algumas dissertações portuguesas eram relatórios de estágio e não uma pesquisa científica e, por isso, não envolviam um tema específico. Das que não eram relatórios, nenhuma se encaixou nos critérios de inclusão. Os estudos fazem parte de diferentes programas de pós-graduação, sendo eles, em sua maioria, de Educação (3) e Psicologia (3). Todas as instituições vinculadas são públicas. Em relação aos participantes, apenas uma pesquisa não contemplou os professores como público-alvo. Todos os estudos tiveram como participantes crianças com cegueira e três deles contemplaram também crianças com baixa-visão. Apenas dois estudos incluíam alunos videntes no público-alvo. As pesquisas foram realizadas em escolas públicas, com exceção de um deles, que incluiu escolas particulares. A coleta de dados ocorreu em todas as regiões do Brasil, exceto no sul. Quanto aos delineamentos de pesquisa, alguns estudos se assemelham por serem descritivos exploratórios (3) ou somente exploratórios (2). Dois são estudos de caso e dois etnográficos. Com relação aos instrumentos, a maioria dos pesquisadores utilizou entrevistas (7) e observação (7). Cinco das pesquisas eram qualitativas, duas mistas e uma quantitativa. Os autores utilizaram análise de Bardin (2), análise estatística (3), técnica de compreensão e síntese das respostas (1), análises ancoradas na Sociolinguística Interacional, caracterizada pela microanálise de dados (1) e análise de discurso crítica (ADC) e triangulação (1). Todas as pesquisas encontradas são brasileiras e, em sua maioria, qualitativas, com predominância do uso de práticas de observação e dos instrumentos entrevista e diário de campo. De modo geral, os resultados indicaram que os muitos professores não adaptavam as atividades para as pessoas com deficiência visual e as crianças acabavam não participando ativamente da aula. A interação, por vezes, ficava restrita à professora de apoio e não havia uma parceria entre as diferentes professoras. Por outro lado, o ensino do braille apareceu em cinco estudos. As Tecnologias Assistivas relacionadas ao braille foram as mais mencionadas e os leitores de telas DOSVOX e NDVA demonstraram ser os recursos mais utilizados na sala de Atendimento Educacional Especializado. Os materiais em alto relevo foram descritos em cinco dos estudos. A maior parte das Tecnologias Educacionais observadas foram recursos táteis. A falta de capacitação e a formação inadequada dos professores foram observadas por quase todos os autores. Percebeu-se a ausência de estudos portugueses e uma baixa rigorosidade metodológica dos trabalhos brasileiros. Nenhum estudo envolvia metodologias didáticas baseadas no modelo do Desenho Universal da Aprendizagem. Desse modo, para futuras pesquisas brasileiras, sugere-se o investimento em estudos científicos com métodos mais rigorosos, com observações sistemáticas e/ou avaliação da efetividade de metodologias de ensino para pessoas com DV, bem como pesquisas voltadas para o Desenho Universal da Aprendizagem. Em relação a Portugal, é importante que o país invista em pesquisas na área, tendo em vista que isso pode contribuir para a melhora da qualidade do processo de ensino-aprendizagem de alunos com DV. É importante também que se invista em formação inicial e continuada para os professores para o trabalho com estas crianças, bem como em recursos tecnológicos, na medida em que estes facilitam a aprendizagem e promovem a autonomia.

Palavras-chave: Metodologias Didáticas; Deficiência Visual; Educação Inclusiva; Brasil; Portugal.



GOVERNANÇA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS: A COPARTICIPAÇÃO COMO PREMISSE PARA O PLANEJAMENTO, CONTROLE E APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO CEARÁ

PORDEUS, Marcel Pereira¹⁰³

GONÇALVES, Rodrigo Santaella¹⁰⁴

OLIVEIRA, Romário Nascimento de¹⁰⁵

FERNANDES, Márcia Maria dos Santos Souza¹⁰⁶

RESUMO

O presente estudo permeia os arranjos institucionais, na atuação dos governos e organizações populares em prol das necessidades da comunidade, e como ocorre seu planejamento, implementação, controle e aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais no Estado do Ceará. Os arranjos institucionais se inserem num contexto sociopedagógico crítico, o qual conduz as análises das desigualdades educacionais e os supostos determinantes intraescola e intrassistema. Em sua análise, é possível definir os atores envolvidos, a governança, as deliberações e níveis de autonomia. As políticas públicas não restringem sua execução ao poder governamental, dessa forma, o que ocorre é uma exclusão das organizações que podem contribuir positivamente no seu implemento. Como defende Souza (2006, p. 6), a ideia de que ao “[...] concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado [...] possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais”. Considerações finais: Os arranjos elaborados pelo Estado contribuem para a efetividade de suas ações, impactando a cadeia de elaboração e execução das políticas públicas.

Palavras-chave: Governança; Arranjos Institucionais; Políticas Educacionais.

¹⁰³ Universidade Estadual do Ceará; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. *E-mail:* marcel.pordeus@aluno.uece.br.

¹⁰⁴ Universidade Estadual do Ceará; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. *E-mail:* rodrigossantaella@yahoo.com.br.

¹⁰⁵ Universidade Estadual do Ceará; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. *E-mail:* oliveira.romarioadv@gmail.com.

¹⁰⁶ Universidade Estadual do Ceará; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. *E-mail:* marciamssfernandes@gmail.com.



A INTENSIDADE INTRAEMPREENDEDORA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA INTRAEMPREENDEDORA EM UMA IES COMUNITÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDRINI, Roberta¹⁰⁷
GHEDINE, Tatiana¹⁰⁸

RESUMO

Em função do aumento da concorrência e mercantilização do contexto educacional brasileiro, o setor de Ensino Superior passa por um momento que exige reinvenção e, para isso, a Inovação pode ser considerada uma estratégia necessária para as Instituições de Ensino Superior (IES) que pretendem se manter vivas no contexto atual. Nesse cenário, a prática do Intraempreendedorismo nas organizações mostra-se como uma alternativa promissora para o alcance desse objetivo, e conhecer a Cultura Intraempreendedora da empresa poderá proporcionar formas de incentivo ao compartilhamento de ideias, promovendo estratégias contínuas de inovação. O estudo tem como objetivo geral analisar a intensidade intraempreendedora de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária e suas implicações para a promoção de uma cultura organizacional intraempreendedora. Trata-se de um estudo de caso único, que tem como objeto de estudo uma IES Comunitária, localizada no estado de Santa Catarina. A coleta de dados foi realizada por meio da combinação de métodos quantitativos e qualitativos. A parte quantitativa da pesquisa foi realizada com 396 colaboradores administrativos de todos os níveis hierárquicos, pelos quais identificou-se o Índice de Intensidade Intraempreendedora (III) da instituição, o qual foi classificado como baixo, além disso, ao comparar o III identificado junto aos colaboradores que ocupam cargo de gestão (135 respondentes) e os que não ocupam cargo de gestão (261 respondentes), identificou-se que não há diferença significativa, ou seja, existe uma equidade na classificação geral desses dois públicos. A parte qualitativa da pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento de dados provenientes de documentos institucionais e por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com nove gestores. Com isso, identificou-se que a IES não ofereceu ação direta, voltada aos colaboradores administrativos, nem mesmo programas, projetos e atividades, que os incentivassem a agir e pensar de forma empreendedora, inovativa e criativa no ambiente organizacional, no período de 2018 a 2021 e que os seus gestores sabem das potencialidades e fragilidades da IES, no que se refere à sua cultura organizacional intraempreendedora. Ainda, os gestores demonstram ter vontade de que a instituição tenha, de fato, uma cultura voltada para o intraempreendedorismo. O resultado da pesquisa demonstrou que a instituição tem um longo caminho pela frente, se pretende seguir os rumos do empreendedorismo corporativo. Para isso, é necessário que os gestores analisem o cenário atual, planejem ações futuras para oferecimento de programas e projetos que visem a despertar o espírito empreendedor, inovador e criativo nos seus colaboradores, num processo contínuo, até que se estabeleça, então, uma cultura organizacional intraempreendedora. O diagnóstico produzido pelo estudo possibilitará que a IES utilize os resultados para subsidiar a construção de um Programa de Intraempreendedorismo, analisar cenários internos e direcionar esforços para a promoção da

¹⁰⁷ Mestra em Administração: Gestão Internacionalização e Logística - Univali. *E-mail*: beta@univali.br.

¹⁰⁸ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Mestrado Profissional em Administração: Gestão Internacionalização e Logística - Univali *E-mail*: tghedine@univali.br.



cultura organizacional intraempreendedora. A metodologia utilizada na pesquisa poderá ser reaplicada não somente em IES Comunitárias, mas em organizações de qualquer porte e diversos segmentos, com adaptações no instrumento. Esses outros estudos podem aplicar a combinação dos métodos (como é o caso desta pesquisa) ou somente aplicar a parte quantitativa ou a parte qualitativa, conforme os objetivos que se pretende alcançar. O estudo se torna inovador, dada a combinação dos métodos de pesquisa, que envolveram a avaliação das percepções empíricas dos colaboradores administrativos de todos os níveis hierárquicos e gestores estratégicos da IES, além da avaliação de documentos institucionais que trouxeram robustez às análises e resultados encontrados, devido ao processo de triangulação realizado.

Palavras-chave: Intraempreendedorismo; Intensidade Intraempreendedora; Cultura Intraempreendedora; Instituição de Ensino Superior.



BREVE ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DATAPEMI A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE UM GRUPO DE USUÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ/SC

PASA, Evandro Luiz¹⁰⁹

BRANCO, Joaquim Olinto¹¹⁰

FERNANDES, Anita Maria da Rocha¹¹¹

VOLPATO, Alcides¹¹²

SOUZA, Murilo Allan Sodré de¹¹³

RESUMO

O DataPEMI é um produto inovador e genuíno da Prefeitura Municipal de Itajaí (PMI), idealizado e desenvolvido de forma colaborativa por meio da expertise de atores oriundos de seu Escritório de Projetos e da sua Secretaria Municipal de Tecnologia (SeTec). Em síntese, configura-se num Sistema de Informações Gerenciais (SIG) concebido no intuito de ser uma solução inteligente e eficaz à gestão pública e implementação de políticas públicas, isto é, uma única ferramenta que contém quatro elementos que se interagem no âmbito de gerência do executivo municipal: o Banco de Projetos, o Gerenciamento de Projetos dos Indicadores de Gestão e os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Baseados nisso, e por ser o sistema descrito uma realidade recente, esta pesquisa tem como questão provocadora saber como um grupo específico de usuários o está percebendo, isso com base em questões de seu manuseio e gerenciamento interno de tal solução tida como um possível suporte de TI, destinado ao melhor gerenciamento público, dentro de um contexto histórico consolidado pela instituição do Planejamento Estratégico do Município de Itajaí (Pemi 2040). Assim, como objetivo, o trabalho se propôs a levantar percepções dos multiplicadores do Pemi 2040 acerca do manuseio e da gestão interna do DataPEMI. De aspecto exploratório e participante e com abordagens qualitativas e quantitativas, a pesquisa utilizou-se de dados e análises oriundos das seguintes estratégias: levantamento bibliográfico de áreas afins, leitura e fichamento de obras pré-selecionadas para construção da Fundamentação Teórica; localização, leitura, fichamento e análise de documentos e expedientes relacionados da PMI, tendo em vista a caracterização do objeto de estudo, seus fins e realidades; aplicação de um questionário dirigido aos 28 multiplicadores do Pemi 2040, configurado com nove questões objetivas e com base na escala de Likert, além de uma questão subjetiva para livre posicionamento de opiniões; construção de um referencial de nove gráficos, a partir de recursos do Microsoft Excel. Como resultados, foi possível constatar que o sistema cumpre

¹⁰⁹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Gerente de Comunicação e Relações Públicas do Escritório de Projetos da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* elupabr@gmail.com.

¹¹⁰ Pós-Doutor e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, Doutor e Mestre em Zoologia; pesquisador/docente do PMGPP/Univali e do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Univali; Pesquisador/docente UFSCar. *E-mail:* branco@univali.br.

¹¹¹ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Pesquisadora, docente e coordenadora de cursos de graduação e pós-graduação da Univali. *E-mail:* anita.fernandes@univali.br.

¹¹² Mestre em Gestão de Políticas Públicas, Máster en Tecnologías y Políticas Públicas sobre la Gestión Ambiental e Diretor Executivo do Planejamento Estratégico do Município de Itajaí (PEMI 2040). *E-mail:* alcides.volpato@gmail.com.

¹¹³ Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali. Secretário de Tecnologia da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* murilo@itajai.sc.gov.br.



perfeitamente seus propósitos como SIG ou ferramenta de TI, no entanto, carece de tomadas de decisões mais assertivas e relacionadas às condições de utilização dos usuários consultados, bem como existem fortes manifestações de subjetividades (fatores humanos) que podem comprometer seriamente a utilização, manutenção e continuidade do sistema que se propôs, a priori, a ser um instrumento de apresentação, organização e monitoramento para o desenvolvimento e execução de programas e projetos, além da proposta de se estabelecer como um mecanismo auxiliar desenvolvido com vistas à garantia de funcionamento e continuidade do Pemi 2040.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação (TI); Sistemas de Informação (SI); Sistemas de Informação Gerencial (SIG); Gestão Pública.



FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DO PROJETO “SE FISCALIZAR, DÁ CERTO!” DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC

FELÍCIO, Daniel¹¹⁴

RESUMO

Este artigo versa sobre fiscalização de contratos, objeto de análise do projeto da Controladoria Municipal de Brusque, intitulado “Se Fiscalizar, dá Certo!”. Pela necessidade em viabilizar a execução das políticas públicas, a Administração Pública Municipal, por meio de planejamento e processo licitatório, recorre à iniciativa privada para selecionar a proposta mais vantajosa para contratar, sejam pessoas físicas ou jurídicas para atender às suas demandas, continuadas ou não. Os ajustes firmados entre o público e o privado, independente do regime de contratação e sua denominação, contemplam obrigações recíprocas e devem possuir gestor e fiscal de contratos, sendo o último, devidamente designado por meio de ato formal, que será responsável pela verificação do produto ou serviço adquirido pelo órgão, devendo este ser servidor da administração, permitida assistência de terceiro. No âmbito municipal, estes não desempenhavam as funções a contento, devido à falta de formação adequada e de entendimento do seu papel. Ainda, problemas no quesito estrutural, deficiência de fiscalização e o fato das demandas oriundas de seus trabalhos não possuírem tratamento apropriado, tornando moroso todo processo. Esses são os problemas que permeiam a fiscalização de contratos, carecendo de solução, como: ação preventiva e apoio aos fiscais, dando-lhes condições de executar seu trabalho conferindo à comunidade serviços com transparência e qualidade. O objetivo do projeto foi desenvolver os agentes públicos nomeados para a fiscalização, munindo-os de conhecimento, informações e fortalecendo as estruturas, a fim de evitar falhas e incorreções, aprimorando e melhorando a prestação de serviços públicos.

Palavras-chave: Licitação; Contratos; Fiscal; Administração Pública.

¹¹⁴ Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas, Mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Univali.



REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O(S) SENTIDO(S) DO TRABALHO DOCENTE

ALEXANDRINO, Tarsilla Noemi Bertoli¹¹⁵
RAITZ, Tânia Regina¹¹⁶

RESUMO

Este trabalho resulta de um recorte de pesquisa do doutorado em Educação, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), cujo objetivo foi elaborar uma revisão sistemática que busca apresentar evidências dos artigos científicos sobre sentido(s) do trabalho docente no Periódico Capes. Em pesquisa realizada durante o mês de setembro de 2022, no Portal de Periódico Capes foram aplicados os seguintes descritores: (“sentidos do trabalho” OR “sentido do trabalho”) AND (“docente” OR “professor” OR “professora”). Desta busca, emergiram 70 resultados, que foram salvos em formato RIS e transferidos para a plataforma Rayyan, ferramenta que auxilia pesquisadores na sistematização de revisões sistemáticas da literatura. Após este processo, procedemos à análise dos resultados encontrados. Inicialmente, 16 trabalhos foram excluídos por estarem duplicados. No que se refere aos periódicos, verificou-se a prevalência da Revista Alcance, com quatro publicações; Revista Eletrônica de Educação (São Carlos), com 3 (três) publicações; e com duas publicações cada: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (online), Educação e Filosofia, Psicologia & Sociedade, Revista Gestão Universitária na América Latina, Revista de Administração Mackenzie, Psicol. Soc.; e com uma publicação outros 35 periódicos. Dentre os autores, encontramos Estelle M. Morin e Ana Alice Vilas Boas com três publicações cada; Tânia Regina Raitz, Marisa Lopes da Rocha, Marcus Vinicius Siqueira, Christie Dinon Lourenço da Silva com duas publicações cada e 100 outros autores com uma publicação cada. No que diz respeito aos anos de publicação dos trabalhos, observamos que, em 2019, houve 11 artigos; seguido pelos anos de 2017, com seis; 2016 e 2020, com cinco artigos cada; 2011, 2015, 2021 e 2022 (ainda em andamento), com quatro publicações cada; 2014, com três artigos publicados; 2012, 2013 e 2018, com duas publicações; 1998 e 2008, com uma publicação. Dos 54 trabalhos que restaram foram aplicados critérios de exclusão que culminaram na eliminação de 30 estudos categorizados por falta de alinhamento ao escopo da pesquisa (14), foco no ensino superior (6), saúde mental (2), comunicação (2), pós-graduação (1), gerencialismo (1), assistência social (1), lazer (1), felicidade (1) e associações (1). A seguir, apresentamos os 20 estudos que ficaram após a aplicação dos critérios de exclusão. E1 trabalha na perspectiva de análise de significados do trabalho de docentes na pós-graduação, identificando como sentidos positivos a função social da profissão que contempla as ações junto aos discentes e as contribuições à sociedade; como sentidos negativos surgem a precarização do trabalho e a desvalorização dos docentes. Já E2 problematiza o capitalismo na educação, que por meio da terceirização da prestação de serviços temporários, evidencia a exploração dos profissionais. E3 relaciona a qualidade de vida do trabalho com professores universitários de Minas Gerais e do Quebec, portanto, aparecem elementos importantes no que se refere ao significado do trabalho e a relação com a vocação pela profissão acadêmica. No entanto, E4 analisou o sentido do trabalho docente na perspectiva de professores de uma escola municipal brasileira, corroborando com sentimentos de desvalorização e cansaço por sobrecarga de trabalho contratando com o

¹¹⁵ Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* tarsillabertoli@gmail.com.

¹¹⁶ Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* raitztania@gmail.com.



orgulho da profissão, prazer e agradabilidade pelo ambiente de trabalho. E5 contribuiu com a análise dos sentidos do trabalho docente e a trajetória profissional de seis professoras universitárias assinalando a diversificação, o entrecruzamento, a ambivalência e a contradição dos sentidos do trabalho na contemporaneidade. E6 realizou um estudo de caso com docentes argentinos considerando os sentidos do trabalho como positivos no contexto da pesquisa. E7 abordou as representações sociais dos professores formadores de diferentes cursos de licenciatura constatando que os profissionais (re)construem sua identidade profissional, na medida em que acreditam no trabalho docente, reforçam o grau de implicação de suas múltiplas tarefas como professor formador, destacam modelos de pertencimento social, estão conscientes de sua função e sentem-se reconhecidos profissionalmente, mesmo enfrentando diversos desafios. E8 tratou sobre os sentidos do trabalho para docentes de pós-graduação stricto sensu em três dimensões: individual, organizacional e social; enfatizou, como resultados, o sentido de vinculação, pertencimento e a contribuição para a sociedade, além de questões relacionadas à falta de recursos financeiros, enxugamento de pessoal e questões de infraestrutura. Por outro lado, E9 apresentou uma reflexão sobre os significados e sentidos do trabalho docente na educação infantil, a partir do materialismo histórico-dialético, compreendendo que existe uma singularidade neste trabalho, resultado de um movimento histórico-social. Já E10 analisou o sentido do trabalho para professores idosos de ensino superior, revelando que o trabalho é extremamente importante para os sujeitos da pesquisa, que a aposentadoria é indesejada, temida e que existe preconceito no trabalho em função da idade. E11 abordou representações de sentidos e significados atribuídos ao trabalho docente na perspectiva de gênero, inferindo que os docentes vivenciam mudanças de relações no interior do trabalho e família, culminando na atribuição de sentidos ao trabalho, a partir de suas identificações construídas em suas trajetórias. E12 comunga com E3, mostrando, no estudo, outros aspectos da pesquisa realizada com professores brasileiros e canadenses. Identificou que as características do trabalho estão positivamente correlacionadas com o sentido do trabalho, enquanto as cargas de trabalho física e mental estão negativamente relacionadas ao sentido do trabalho. E13 analisou os conceitos de trabalho e trabalho docente com professores da educação profissional, apontando fragilidade nos discursos das representações advindas do senso comum e listando como temas recorrentes: trabalho como luta, dádiva, compromisso e ofício; relação do trabalho com o mercado de trabalho; trabalho docente com dilemas e desafios que ultrapassam a área técnica; entre outros. Por outro lado, E14 explorou o sentido do trabalho relacionando-o com vínculos empregatícios e evidenciando termos ressentimento, angústia e frustração como sentimentos associados à realidade de profissionais que estão submetidos a diferentes vínculos. E15 pesquisou o sentido do trabalho da perspectiva de professores formados no curso de História e percebeu que o trabalho é visto como penoso e regulado, mas também como elemento determinante para a realização profissional. E16 trata sobre o sentido do trabalho em sua dualidade produtiva e improdutiva, material e imaterial e sua importância na sociedade humana. E17 objetivou compreender o significado e sentido do trabalho docente nos processos de formação como aprofundamento teórico-metodológico identificando fatores subjetivos e objetivos que impactam a relação do professor com seu trabalho, atribuindo sentidos e significados integrados. E18 apresenta um ensaio que discute a compreensão sobre os sentidos do trabalho docente constituídos em um projeto hegemônico de educação pública escolar, inferindo que a perda de sentidos é impactada pelo humanismo tradicional cristão, pelo humanismo moderno e pelo humanismo neoliberal. E19 estudou a mobilização subjetiva do trabalhador docente revelando vivências de prazer, sofrimento e estratégias de enfrentamento para permanência no exercício da docência. Por fim, E20 trata de um estudo que discute os sentidos atribuídos ao trabalho docente na pandemia de covid-19, concluiu



que o movimento dialético e contraditório ocasionado pelo contexto pandêmico impactou significativamente os sentidos para o trabalho docente. Diante do exposto, verificou-se na revisão sistemática que o tema que se insere a presente pesquisa de doutorado ainda é pouco explorado, sendo incipiente as investigações, necessitando ampliação e aprofundamentos.

Palavras-chave: Revisão Sistemática da Literatura; Rayyan; Sentido do Trabalho Docente.



O LIVRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: PASSADO E PRESENTE

ALMEIDA, Laura Pereira de¹¹⁷
DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires¹¹⁸

RESUMO

A leitura é um instrumento de cultura e educação, sendo capaz de fortalecer o pensamento e o desenvolvimento humano. No entanto, quando se fala do seu incentivo, sabe-se que o país possui uma boa parte da população que não tem o hábito de ler livros. Dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2021, referentes aos anos de 2015 a 2019, revelam que 48% da população é considerada não leitora. O número de leitores teve uma diminuição de 4,6 milhões desde a última pesquisa feita em 2015. Em busca de interpretar esses índices e os motivos que o envolvem, é fundamental observar a história do país, acerca de compreender o que já foi feito no quesito das políticas públicas envolvendo o livro. Problema de Pesquisa: O presente trabalho busca compreender de que forma a implementação de políticas públicas no Brasil é capaz de influenciar o hábito de leitura. Objetivo de Estudo: Temos como objetivo observar a história das políticas públicas que envolvem o livro em busca de compreender os índices de leitura atuais do país, publicados na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Metodologia: Essa é uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental e com método indutivo. Os autores Zoara Failla (2021), Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2019), Milton Marques Junior (2004), José Castilho Marques Neto (2021), Flávia Rosa (2014) e Antonio Candido (1999) fazem parte do referencial teórico. Para a pesquisa, são considerados não leitores aqueles que disseram não ter lido nenhum livro nos últimos três meses. Ou seja, mesmo que tenha lido algum livro no período de 12 meses, o que é levado em consideração são os últimos três meses. Essa definição é a mesma para a organização desde 2007. Resultados: Observamos que, a partir da época do Brasil Colônia, houve um atraso até o Estado começar a aplicar políticas públicas efetivas de incentivo à leitura de livros. No princípio, o território brasileiro era marcado pela exploração de Portugal e não havia fomento suficiente da valorização da educação e a cultura de modo que a censura permeava a edição e a aquisição de livros. Necessário apontar a questão da linguagem, tão importante nesse aspecto cultural, imposta pelo colonizador. A situação do livro no Brasil foi transformada com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Foi nessa data que se iniciaram os investimentos no âmbito intelectual e cultural. Nesse período, criou-se o primeiro serviço de tipografia para a impressão de livros. No entanto, apesar da impressão poder ser enfim liberada, ainda era limitada pelo Reino de Portugal. A Impressão Régia era controlada pelo governo português e a censura e o monopólio estatal sobre as impressões só seriam eliminados em 1821, facilitando a abertura de outras tipografias. Com a independência do país, no ano seguinte e, mesmo que a Constituição de 1824 tivesse como princípio a educação primária a todos de forma gratuita, o assunto permaneceu como alvo de descaso. A partir de 1840, mesmo com a escolarização precária e com 70% de analfabetos no país, algumas livrarias e bibliotecas já estavam instaladas. Em 1889, o Brasil passa a ser uma República com um golpe militar do Marechal Deodoro da Fonseca. O novo governo

¹¹⁷ Mestranda em Comunicação na PUC-RS. *E-mail:* pereira.laura@edu.pucrs.br.

¹¹⁸ Professora titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Escola de Comunicação, Artes e Design, da PUC-RS, editora da Revista Famecos. Pesquisadora PQ. *E-mail:* biacpd@pucrs.br.



começou criando políticas promissoras, mas os problemas logo voltaram quando o primeiro titular da pasta Educação renunciou. Foi somente no começo do século XX, com a criação do Ministério da Educação, que se começou, efetivamente, um âmbito escolar mais organizado, abrindo portas para o ensino da literatura e, conseqüentemente, à leitura. As políticas públicas envolvendo livros e bibliotecas começaram somente no ano de 1937, com a criação do primeiro órgão que tinha como foco as bibliotecas públicas, o Instituto Nacional do Livro; o Instituto Cairu com a função de realizar a Enciclopédia Brasileira; e o Plano Nacional de Educação. A partir da década de 1990, o Instituto Nacional do Livro se funde à Fundação Biblioteca Nacional. Outras políticas públicas com enfoque nos livros vieram posteriormente, como a Lei do Direito Autoral, de 1998; a Política Nacional do Livro, de 2003, com o objetivo de criar propostas que deixem o livro mais acessível, incentivando a leitura; o Plano Nacional do Livro e da Leitura, de 2006; e a Lei de Desoneração Fiscal, de 2006, que isenta os livros do pagamento de impostos. Políticas focadas na leitura também surgiram, a exemplo: o Pró-Leitura e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, ambos de 1992. Desde 1938, investe-se em programas que possibilitem a distribuição de livros didáticos através da Comissão Nacional do Livro Didático. Por fim, em 2018, houve a sanção da Política Nacional de Leitura e Escrita. No entanto, desde 2016, é possível observar um descaso com a aplicação dos programas que envolvem o livro e a leitura. Sendo assim, observamos que a diminuição do número de leitores, de 2015 até 2019, pode estar relacionada com a desvalorização das políticas públicas envolvendo o livro desde 2016. Esses dados demonstram a falta que as políticas públicas podem fazer. É preciso que, além da iniciativa privada e da sociedade civil, se tenha um amplo incentivo na esfera pública para a valorização do livro. A primeira política pública visando à criação de bibliotecas, teve sua aprovação apenas no século XX, no ano de 1937. Ou seja, ela tem só 85 anos. Em parte, este fator contribui para nossa atual situação, em que 45% das pessoas que participaram da pesquisa dizem que suas cidades não possuem biblioteca pública. Ao mesmo tempo, 68% das pessoas reconhecem não ter o hábito de frequentar esse espaço. Nas escolas, o número é mais satisfatório: 86% dos estudantes disseram que suas escolas ou faculdades contavam com biblioteca, condição sine qua non para facilitar o acesso ao livro. A escola, além de prover o acesso aos livros nas bibliotecas, também é responsável pelo letramento e pelo incentivo à leitura. Segundo o levantamento, o maior número de leitores de livros está entre os jovens em idade escolar: crianças de 5 a 10 anos (71%), pré-adolescentes entre 11 e 13 anos (81%) e adolescentes entre 14 e 17 anos (67%). Conforme a idade vai avançando, o número de leitores vai diminuindo, mostra a pesquisa. Investir na leitura é investir na cultura e educação do Brasil. A criação de bibliotecas públicas e escolares, a isenção de taxa nos livros e a distribuição de livros didáticos são imprescindíveis para fazer com que o livro seja mais acessível aos brasileiros. Através deste trabalho, conseguimos visualizar a importância e a necessidade de manter políticas públicas efetivas em torno do livro e da leitura. O Brasil já possui um imenso atraso nesse quesito e não podemos regredir nos avanços que tivemos nos últimos 20 anos. Portanto, é necessário que o Estado faça investimentos, para que se tenha mais acesso aos livros e à leitura no país. Somente a iniciativa privada e da sociedade civil não são o suficiente para suprir séculos de atraso.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Leitura; Livro.



PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A PRODUÇÃO DE DIGNIDADE PELO TRABALHO: REALIDADES E PERSPECTIVAS

ESTÁCIO DE PAULA, Wagner Eduardo¹¹⁹
LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza¹²⁰

RESUMO

Este estudo tem sua origem no lado de dentro dos muros e portões da escola pública. Ele é resultante de observações, percepções e sentimentos, gerados no exercício cotidiano do ofício de professor em um núcleo de educação infantil. Da condição de igual aos(as) outros(as), que, nesse núcleo, atuam como professores(as), foi perceptível que, desde o momento em que os pais deixam seus filhos na porta de entrada da sala de aula, a professora assume a sua responsabilidade como formadora/cuidadora/educadora e, até mesmo, membro familiar. É notório que, a cada ano letivo, a professora sinta-se cada vez mais cansada, desmotivada, com queixas novas e recorrentes. É reconhecível, ainda, a existência de um sofrimento calado, na relação com colegas, gerado na invisibilidade de suas necessidades quase nunca ouvidas, de pedidos mal interpretados, de descaso do poder público, de condições de trabalho inapropriadas, entre outros. Sob o contexto de uma República por fazer, no sentido aristotélico do termo, que está mergulhada em uma crise moral, política e econômica sem precedentes, essa dolorida realidade das professoras conduziu-se para o encontro com o objeto de estudo: a produção de dignidade pelo trabalho. Assumimos dignidade como uma questão de ordem filosófica e prática; um produto imaterial da condição humana, afetado pela respectiva formação social do momento histórico; um bem construído, percebido e reconhecido por sujeitos históricos porque concretos, que tem como ponto de partida o reconhecimento da vida em relação com outros seres humanos e como ponto de chegada o bem viver na coletividade. Esta pesquisa foi produzida no Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Problema de pesquisa: Qual a percepção de professoras de educação infantil sobre a produção de dignidade pelo trabalho? Objetivo do estudo: Explorar e analisar a percepção de professoras atuantes em uma unidade escolar de educação infantil de um município catarinense sobre a produção de dignidade pelo trabalho, na perspectiva ético-política. Metodologia: Este estudo corresponde a uma pesquisa social de abordagem qualitativa e análise dialética. A pesquisa foi realizada em uma unidade escolar, vizinha de outros dois núcleos de educação infantil, localizada em um município catarinense. Esta unidade está inserida em um bairro de vulnerabilidade social. Foram convidadas para participar do estudo 15 professoras atuantes no núcleo selecionado. Os critérios de inclusão foram: ser professora ativa, atuante no referido núcleo de educação infantil selecionado, com experiência de, pelo menos, dois anos como docente. Como critérios de exclusão elegeram-se: professores de educação física, demais funcionários do núcleo e professores lotados em função de gestão. Foram dois, os instrumentos utilizados: entrevista coletiva, do tipo grupo focal, e entrevista

¹¹⁹ Doutorando em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho e Profissional de Educação Física pela Univali. *E-mail:* wagner.estaciodepaula@gmail.com.

¹²⁰ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Dentista. Docente e pesquisadora da Univali. *E-mail:* rita.lima@univali.br.



individual, do tipo semiestruturada. O estudo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Univali, Santa Catarina, Brasil, sob o parecer de número 2.777.683, de 19 de julho de 2018 e CAEE 92431218.7.0000.0120. Resultados: Os resultados foram interpretados e analisados por meio de duas categorias: “A solidão, na interface entre docência na Educação Infantil, neoliberalismo e dignidade” e “Da espera de, ao mover-se para”. A primeira categoria ilumina uma realidade de solidão peculiar, sentida no eco das vozes gritantes de professoras, na interface do caminhar docente, das amarras do neoliberalismo e de uma percepção de dignidade que transita entre admissão e destituição, a depender do modo como se constroem os laços institucionais e da potência da desumanização. Dentro dos muros escolares muitas são as vozes que falam; no entanto, essas vozes somente ecoam, poucas são ouvidas realmente pelas instituições envolvidas, cabendo citar: unidade-gestão escolar, família, poder público municipal, colegas, secretarias e governo. É esse eco que ousamos chamar de solidão. A solidão docente aparece quando, no cotidiano do trabalho, o ser professor sente-se invisível. Quando todas as razões de educar desaparecem. As relações de acompanhamento e ampliação da educação pela família desaparecem. Perante os problemas específicos do ofício, os órgãos públicos responsáveis desaparecem. Resta apenas a professora, sua sala de aula e o aluno. Então, o profissional vê-se obrigado a transpassar o limite de sua humanidade, transferindo-se de humano para máquina; Máquina não tem dignidade, tem preço. A professora-máquina percebe-se um custo nas planilhas dos contadores. Aos poucos, o ser professor-máquina sente, de maneira mais forte e clara, o desgaste, e seu papel de educar, dia a dia, é apagado pelas muitas obrigações imputadas. Quando o ser professor-máquina se dá conta, aparecem, no corpo, os efeitos, em forma de sinais, das relações sociais de produção: séries de lesões osteomusculares e uma diversificada gama de distúrbios psicológicos. E, ela, mais uma vez está só. Como ela, muitos de seus pares vivenciam a mesma solidão, não raramente, no mesmo ambiente, na mesma escola. A lógica neoliberal vigente não dá trégua. Sedenta por lucro, leva ao individualismo doentio, não adoecendo o ser per se, mas o ser em seu cotidiano. Transforma pessoas em máquinas. Destitui-lhes a dignidade, apequenando seu estar no mundo e, por consequência, adoecendo-a. A segunda categoria discute criticamente o termo esperança, destacando sua característica de real movimento em prol da produção de dignidade através das relações de trabalho em suas mais variadas esferas, no movimento dialético do(a) professor(a) entre o esperar e o esperar. O estudo sinaliza que se a dignidade é concebida como um bem fundamental, passível de ser produzido e usufruído sobre um coletivismo robusto, mecanismos solidários poderão ser empreendidos para que todos vislumbrem o ver-se uns nos outros em dignidade. Para tanto, torna-se necessário perceber-se no domínio da igualdade da condição humana no processo de trabalho. Esperança é movimento. As docentes deste pequeno universo de pesquisa abriram seus corações e mentes para o debate de um termo que, filosófico e prático, está inserido nas relações entre as pessoas, instituições e no próprio modo de viver de uma sociedade – a dignidade. Debater esta palavra é mover-se, pois seu sentido é altamente prático, mesmo que de difícil definição. A dignidade está, nunca é. A garantia da dignidade está condicionada ao caminhar, ao buscar. A “espera de” produção de dignidade pelo trabalho está fadada ao fracasso sendo que o “mover-se para” ela é a própria constituição de um ser humano digno. Ao ter sua produção de dignidade anulada, a professora não vê mais sentido para estar onde está. O riso da criança ou o choro do bebê, que antes lhe estimulava um sentimento de alegria e cuidado, agora é o gatilho para o sofrimento contínuo, em função da “maquinificação” do ser e da antevisão de que ela pode, e no futuro será, ser substituída. Para alguns, a chegada da doença é motivo quase de comemoração, o tão sonhado afastamento, o atestado. A máquina cansou as engrenagens. Por outro lado, a professora sente, nas relações com seus pares, um afeto familiar. Unidos pelas dificuldades e desafios da profissão, o ser docente vê no outro um de si. Apontamos,



então, a coletividade como um estímulo à produção de dignidade pelo trabalho. As falas revelaram contradições, quando expressas individualmente em relação à expressão coletiva e, nesta segunda forma, elas ganharam força, visto que a necessidade de fortalecimento das relações, no sentido freiriano de Esperança, é a própria produção da dignidade pelo trabalho. O que este trabalho indica é a necessidade de fortalecimento dos professores, primeiramente em seu próprio nicho, em seu ambiente a nível micro. No entanto, o estudo sinaliza também que, enquanto não houver a produção de uma cultura de proteção a bens fundamentais no Brasil, a força de trabalho educacional não estará coletivamente municiada de referências morais robustas para reivindicar a produção perene de dignidade no trabalho.

Palavras-chave: Dignidade Humana; Trabalho; Professora; Educação Infantil; Saúde.



O USO DE UM RECURSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PUBLICIDADE DE EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC

PASA, Evandro Luiz¹²¹

BRANCO, Joaquim Olinto¹²²

FERNANDES, Anita Maria da Rocha¹²³

VOLPATO, Alcides¹²⁴

SOUZA, Murilo Allan Sodré de¹²⁵

RESUMO

O sistema DataPEMI é um recurso da Tecnologia da Informação (TI) desenvolvido pela prefeitura municipal de Itajaí (PMI) para ser uma solução à gestão do executivo municipal e execução de políticas públicas. Inovador, genuíno e formado por elementos distintos e que interdependem: o Banco de Projetos; o Gerenciamento de Projetos; os Indicadores de Gestão; e, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itajaí. Tais componentes formam, portanto, o DataPEMI e um esforço coletivo da PMI no intuito de criar soluções inovadoras para seu âmbito de responsabilidades, sendo a comunicação e a transparência pública uma delas. Assim, a pesquisa que ora se apresenta foi instigada pela necessidade de testar e saber se os dados contidos num dos elementos desse sistema – o Gerenciamento de Projetos – podem ser utilizados na construção de conteúdos com propriedade e qualidade suficientes para serem públicos, isto é, de acesso à população em geral e aos públicos de interesse da PMI. Como objetivo, o trabalho se propôs a extrair dados do DataPEMI e construir conteúdo para apresentação, num portal web, de empreendimentos georreferenciados e oriundos do Programa Itajaí 2040, Moderna e Sustentável. Classificada como pesquisa exploratória, participante e com abordagem qualitativa, para a coleta de dados foram utilizados os seguintes recursos: literaturas afins para a construção do referencial teórico, localizadas e exploradas junto à Biblioteca Central da Univali, acervo próprio dos autores e em plataformas virtuais como Scielo, Google Acadêmico e outros; localização, leitura, fichamento e análise de publicações, documentos e expedientes da PMI, especificamente do Gabinete do Prefeito, Escritório de Projetos e Secretarias Municipais de Tecnologia e de Desenvolvimento Urbano e Habitação; acesso ao DataPEMI através de login e senha de usuário para exploração, localização e coleta de dados; definição e construção dos conteúdos (textos e imagens); utilização da plataforma de georreferenciamento ArcGIS como base de localização dos empreendimentos do recorte

¹²¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Univali. Gerente de Comunicação e Relações Públicas do Escritório de Projetos da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* elupabr@gmail.com.

¹²² Pós-Doutor e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, Doutor e Mestre em Zoologia; pesquisador/docente do PMGPP/Univali e do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Univali; Pesquisador/docente UFSCar; ID Lattes: 3241905846920207. *E-mail:* branco@univali.br.

¹²³ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000); pesquisadora, docente e coordenadora de cursos de graduação e pós-graduação da Univali. *E-mail:* anita.fernandes@univali.br.

¹²⁴ Mestre em Gestão de Políticas Públicas, Máster en Tecnologías y Políticas Públicas sobre la Gestión Ambiental e Diretor Executivo do Planejamento Estratégico do Município de Itajaí (PEMI 2040). *E-mail:* alcides.volpato@gmail.com.

¹²⁵ Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali; Secretário de Tecnologia da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* murilo@itajai.sc.gov.br.



informado no objetivo, além de e referência ao acesso público. Os resultados obtidos apontam que o sistema DataPemi pode ser utilizado para a construção de conteúdos e para a os processos de comunicação e transparência pública no âmbito da PMI, no entanto aspectos relacionados à governança (colegiado de secretários e diretores) e ao gerenciamento do sistema são entraves que podem comprometer a necessária e permanente alimentação e/ou atualização dos dados nele contidos.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação; Comunicação Pública; Transparência Pública; Gestão Pública; Georreferenciamento.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: TRAÇOS NOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

COELHO NETO, João¹²⁶
ALVES, Adriana Gomes¹²⁷

RESUMO

As Políticas Públicas vêm regulamentar ações que possam ser seguidas e cumpridas na sociedade, garantindo, assim, o que está mencionado na Constituição e em outras leis. As políticas públicas para a Educação, seguem a mesma premissa, que é garantir acesso à educação para todos e isto também é transcendido para a Educação Especial, de forma a certificar os direitos a este público. Então, de que forma a academia está articulando essas temáticas? Desse modo, a proposta deste trabalho é mapear quais trabalhos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Educação estão vislumbrando estes tópicos. Problema de Pesquisa: Quais regiões e universidades brasileiras estão desenvolvendo pesquisas relacionadas às políticas públicas para Educação Especial? Objeto de Estudo: O objeto de estudo desta pesquisa são os trabalhos decorrentes dos programas de pós-graduação em Educação que vislumbram a articulação entre as Políticas Públicas e a Educação Especial. A escolha desse objeto foi na iniciativa de investigar quais são os programas que abordam a aplicação de ações para este público em face às políticas de inclusão da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Vale ressaltar que a área 38 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior informa que, em abril de 2019, a área de Educação contou com 270 cursos de pós-graduação, um número considerável. Por isso o mapeamento foi nesta área a fim de múltiplas possibilidades de articulações na área de Políticas Públicas e Educação Especial. Metodologia: Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizaram-se os pressupostos de um processo de mapeamento sistemático, delineando as seguintes etapas: 1. Definição das questões de pesquisa – Quais são as universidades que abordam a temática sobre políticas públicas e educação especial nos programas de pós-graduação em educação brasileiros? Como esses estudos distribuem-se por regiões do Brasil?; 2. Condução da pesquisa, para a primeira e segunda busca, gerou-se a string (“Políticas Públicas” AND “Educação Especial”), seguindo alguns critérios de inclusão e exclusão. Dessa forma, mapeou-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações <<https://bdtd.ibict.br/>>, para a primeira busca, em “Busca Avançada”, somente nos títulos e para a segunda busca nos resumos em português, os critérios para gerar o seed set, que é o conjunto dos trabalhos elegidos, foi o processo de refinar a busca, selecionando a opção “Programa de Pós-Graduação em Educação”, gerando, assim, a extração dos dados e mapeamento para os estudos. Esta busca foi gerada em setembro do ano de 2022 e não houve escolha de intervalo de análise, mapeando todos os trabalhos advindos da string utilizada para a geração da base de dados para análise que estavam disponíveis na biblioteca. Os dados foram analisados qualitativamente fazendo a leitura e interpretação dos resultados obtidos após a leitura dos trabalhos. Resultados: Para responder ao questionamento inicial desse mapeamento, após as buscas e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos dados, conforme indicado no

¹²⁶ Doutor em Informática pela PUC/PR. Pós-doutorando em Educação pela Univali. *E-mail:* joaocoelho@uenp.edu.br.

¹²⁷ Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* adriana.alves@univali.br.



processo metodológico, para a primeira busca, a biblioteca retornou dois trabalhos e para a segunda busca, retornou 50 trabalhos, sendo mapeados nas seguintes regiões e universidades brasileiras, e seus quantitativos: Região Centro-Oeste – UFMS (18); Região Norte – UFPA (3); Sudeste – UERJ (1), UFES (12), UFBA (4), Região Nordeste – UFPB (1); Região Sul – UNIOESTE (4), UNISINOS (3), UFFS (2), UTFPR (2). Ressalta-se que a segunda busca retornou os trabalhos apresentados na primeira, assim, a apresentação, foi gerada pela quantificação da segunda busca, mapeando um contexto geral. Os dados aqui apresentados são quantitativos dos trabalhos mapeados. Um critério de observação mais robusta não foi desenvolvido ainda, visto que o intuito deste foi investigar quantos e onde estão localizados os trabalhos que abordam as Políticas Públicas e a Educação Especial nos programas de pós-graduação em Educação brasileiros. Observa-se maior frequência de pesquisas na região Centro-Oeste do país, situado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com 18 trabalhos. Nos trabalhos encontrados, observou-se a abrangência das políticas públicas em contextos de Educação Especial e entende-se a importância da temática para a implantação de ações correntes nas escolas; principalmente as públicas. Por isso, há a necessidade de expansão de pesquisas que contemplem essas temáticas, por causa do impacto de suas ações e seus programas que podem ser incluídos em implantações nas escolas, sobretudo para aquelas que envolvem a área da Educação Especial nas escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Especial; Políticas Públicas; Revisão da Literatura; PPGE.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DE VIDA

PEREIRA, Eliana dos Santos¹²⁸

VIEIRA, Edmara Fávoro¹²⁹

RESUMO

O direito da Pessoa com Deficiência (PcD) à educação superior, no Brasil, ganhou força nas últimas décadas e tem alavancado matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES). O último censo escolar do IBGE (2019) divulgou que, entre os anos de 2009 e 2018, houve um aumento de 4,09% no número de matrículas no ensino superior de pessoas com deficiência, aqui incluídos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Apesar desse aumento de matrículas, não podemos considerá-lo como indicador de educação inclusiva, uma vez que acesso e inclusão não são sinônimos. Embora a educação da PcD tenha legislação e normas regulamentadoras específicas, não é uma modalidade de educação. Ela está inserida no sistema educacional brasileiro e padece dos mesmos déficits históricos e estruturais tais como baixo investimento, mal formação de professores, evasão escolar, problemas de aprendizagem e outros. Diante disso, emergem desafios para promover uma educação que seja efetivamente inclusiva, face às limitações e especificidades desses discentes. A Constituição Federal, de 1988, e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), de 1994, contemplaram o direito ao acesso ao ensino superior das PcD. Outras normas de acesso foram regulamentadas ao longo dos anos. Em 2020, a promulgação da Política Nacional de Educação Especial trouxe estratégias e orientações para a oferta de educação especial no ensino superior. Tal Política prevê o incremento gradativo do ensino superior, por meio de incentivos a projetos de ensino e pesquisa em educação especial e a formação de profissionais da educação. Legislações que determinam cotas em Universidades Públicas como as previstas na Lei n. 13.409 e programas de concessão de bolsas de estudo em instituições públicas e privadas são essenciais para o acesso ao ensino superior da PcD, mas a chamada Educação Inclusiva requer ir além. Entre a inclusão de fato, existe um longo caminho a ser percorrido. Portanto, este trabalho se justifica pela necessidade de pensarmos novas formas de acesso desses discentes ao ensino superior e de pesquisar como as políticas educacionais estão sendo implementadas. O objetivo central desta investigação foi compreender as percepções de dois irmãos com deficiência, sobre o acesso à educação superior por meio de bolsas de estudo. O estudo se propôs a analisar a trajetória de vida pessoal e educacional destes irmãos residentes em Florianópolis/SC. Examinamos quais os desafios, possibilidades e expectativas nutriam em relação à entrada no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental e como metodologia a história oral temática. Meihy (2005) define história oral de vida como uma narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa, estando o depoente o mais livre possível para dar seu depoimento. Segundo o autor, nesta modalidade não se busca a verdade, mas a versão sobre a moral existencial. O tratamento dado a uma pessoa que se presta a dar seu depoimento de vida deve ser o de colaborador.

¹²⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* eliana8033@gmail.com.

¹²⁹ Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). *E-mail:* edmarafavaro@gmail.com.



Para a coleta de depoimentos, o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada. Foram realizadas entrevistas com dois estudantes associados da AFLODEF, contemplados com bolsas de estudo de ensino superior, concedidas pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina, resultado de um acordo entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e uma IES de Florianópolis. As entrevistas foram feitas pessoalmente, os áudios das conversas gravados pelo celular e transcritos, posteriormente. Os participantes assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido de participação no estudo e não foram identificados por seus nomes. Os entrevistados relataram dificuldade para realizarem trabalhos que precisam de pesquisas em plataformas específicas e o uso das normas da ABNT. Outra questão foi a dificuldade de interagir com os colegas e poder contribuir mais com o desenvolvimento dos trabalhos em equipe. Percebe-se, pelo relato dos entrevistados, que, na deficiência invisível, o primeiro olhar é o da desconfiança quanto à deficiência. O deficiente tem que provar para os outros a todo momento sua deficiência. Para os deficientes com a deficiência visível, as pessoas se compadecem e colocam um olhar de pena e incapacidade. A modalidade de Ensino a Distância (EAD) proporciona flexibilidade de horários, o que permite que os alunos planejem e organizem seu período de estudos, sua vida pessoal e profissional. Quanto aos docentes, os entrevistados, por vezes, sentem um certo desamparo, na hora de fazer as atividades e trabalhos acadêmicos, pois lhes são exigidos conhecimentos que não têm. Um dos desafios da educação inclusiva no ensino superior reside na permanência destes discentes nas instituições de ensino, uma vez que o acesso à educação já está contemplado na legislação brasileira, portanto, cabe à rede de ensino prover os meios necessários para tal. Por fim, partindo do princípio de que as deficiências são plurais, não existe uma única forma de educar, logo, o processo requer aprendizagem tanto das escolas quanto os discentes. Como contribuição sugerimos que seja designada uma pessoa da instituição para acompanhar os alunos bolsistas, antes de iniciar o semestre, para que sejam observadas algumas questões como: nível de conhecimento, tempo fora da sala de aula, vida pessoal e profissional, tipo de deficiência (limitações), etc., isso ajudaria na adaptação desses alunos ao mundo acadêmico.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino Superior; Pessoa com Deficiência.



METODOLOGIAS PROSPECTIVAS NA INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2011 A 2021

MACIEL, Júlio¹³⁰
MARINHO, Sidnei Vieira¹³¹

RESUMO

Atualmente, as sociedades e seus governos vivem em um ambiente marcado por altos níveis de incerteza, complexidade não linear e inter-relacionados que afligem os mais diversos países; nesse cenário, buscam-se alternativas de solução para os mais variados problemas, como as mudanças climáticas, o desenvolvimento tecnológico, o déficit na saúde e na educação, o desemprego, a urbanização, o envelhecimento da população, multiplicados agora pela pandemia da covid-19, pela Guerra Russo-Ucraniana e outros. Nessa perspectiva, exige-se do Setor Público uma governança antecipatória, capaz de apoiar as decisões, a seleção, a priorização e a formulação de políticas públicas a serem articuladas entre as diferentes esferas institucionais e governamentais. O presente estudo aponta que os países industrializados e desenvolvidos contam com uma base consolidada de instituições científicas e um tecido industrial especializado em estudos de previsão de futuros, condições que, muitas vezes, não são dadas nos países em desenvolvimento. Desse modo, a pesquisa visa a responder ao seguinte questionamento: qual é o panorama da produção científica sobre Métodos Prospectivos e Formulação de Políticas Públicas segundo parâmetros da bibliometria? Dessa maneira, seu objetivo é aplicar técnicas de análise bibliométrica a partir do método ProKnow-C, na base de dados Scopus, Web of Science e Lisa, além das revistas Foresight, Technological Forecasting and Social Change e Futures, que estejam relacionadas com os temas métodos prospectivos e formulação de políticas públicas, a fim de identificar a quantidade de publicações entre os anos de 2011 e 2021, autores e instituições mais produtivos, documentos mais citados, periódicos que mais publicam sobre o tema e palavras-chave mais empregadas nesta área do conhecimento. Para a elaboração deste estudo, foi utilizado o método ProKnow-C na seleção de materiais, mapeamento e análise da literatura acadêmica para a obtenção de um portfólio bibliográfico relevante, de prestígio científico e alinhado ao tema da pesquisa, sendo composto por quatro etapas principais, que compreendem as fases de seleção dos artigos brutos (I); teste de adesão de palavras-chave (II); leitura dos resumos dos artigos para verificar se estão alinhados com o tema de pesquisa (III); e leitura dos artigos na íntegra para determinar com mais precisão se eles se alinham com o tema de pesquisa (IV). Sua principal contribuição é fornecer conhecimentos na identificação dos artigos publicados de metodologias prospectivas aplicadas na formulação de políticas públicas para fomentar futuras pesquisas, compilando quais anos, autores, instituições, áreas e palavras-chave são mais relacionados com a metodologia prospectiva e a indução de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gestão Pública; Métodos Prospectivos; Bibliométricos.

¹³⁰ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da Universidade Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* juliocpmaciel@gmail.com.

¹³¹ Doutor em Engenharia de Produção (2006) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor da PPGA e PMPGIL Univali. *E-mail:* sidnei@univali.br.



A CULTURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

GASPERI, Maria Eduarda¹³²
DITTRICH, Maria Glória¹³³

RESUMO

Este estudo está ligado ao Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, na linha de pesquisa “Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas”. Ele trata sobre um problema que se passa fortemente na educação infantil, sobre a cultura literária e a sua importância no processo de ensino e aprendizagem da criança. A literatura, sendo a arte da palavra, é significativamente contribuinte para a formação de seres humanos e, principalmente, de crianças que estão na fase inicial da vida, quando todo o aprendizado é fortemente conduzido para o desenvolvimento. Ao estudarmos sobre a cultura literária, e os fatores que levam a sua importância para o ensino e aprendizado de crianças nos princípios da Educação Básica, compreendemos que sendo trabalhada e fundamentalmente praticada dentro e fora das salas de aula, através de práticas criativas e educativas que tornam e concretizam esse incentivo, trazendo um olhar fundamental, como a prática completando o ciclo de desenvolvimento sensitivo-cognitivo, social, cultural e construtivo, dentre outros benefícios sine qua non para a vida escolar de nossas crianças. Além de que, a literatura e suas interfaces se conectam coerentemente ao conhecimento adquirido de formas multidiversas, quando ofertado desde o início da vida do ser humano, através de literaturas infantis destinadas a faixa etária correta, quando o fator ler ou proporcionar a leitura é um ato que vai além do ensino, é amor à sabedoria no desenvolvimento da criança. Além de referenciar autores ao longo desta pesquisa, contextualizamos as Políticas Públicas que regem a Educação Básica brasileira, estas como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Base Nacional Comum Curricular, Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil, dentre outras normativas. Estes, tornam-se Eixos Norteadores para os profissionais da Educação, auxiliando para o desenvolvimento do planejamento do professor e condizendo aos direitos de aprendizagem da criança. Esses documentos referem-se, em seu decorrer, sobre a importância da literatura na primeira fase da infância, porém, ao revisarmos as práticas que geram a cultura literária, principalmente na educação infantil, tivemos dificuldade em associar ao que realmente deve ser feito para que a teoria efetivamente chegue até a prática. Portanto, há uma vulnerabilidade vinda dessas Políticas Públicas, as quais, não contemplam orientações e direcionamentos ao professor para aplicar em suas respectivas salas de aula, de acordo com a necessidade da criança, para que os fins cheguem até os meios, tornando o ensino e a aprendizagem, realmente, fortalecedores. Problema de pesquisa: O que apresentam as políticas públicas para a educação infantil, no ensino-aprendizagem da cultura literária? Objetivo do estudo: Compreender a política pública para a educação infantil, no que diz respeito à cultura literária no ensino-aprendizagem da criança. Metodologia: A pesquisa se dá por natureza qualitativa, utilizando a hermenêutica fenomenológica para perceber os fenômenos que envolvem o ser humano nos princípios da sua educação básica, de caráter teórico-prático, para relacionar a

¹³² Mestranda em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gasperimestrado@gmail.com.

¹³³ Filósofa, Mestre em Educação, Doutora em Teologia, Professora Pesquisadora na Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.



teoria encontrada através de livros, artigos científicos e demais pesquisas relacionadas ao objeto de pesquisa, com método participante e descritivo, objetivando a melhor obtenção dos resultados. Este estudo ocorre em um Centro de Educação Infantil localizado no Município de Itajaí, Santa Catarina, local de trabalho no qual a pesquisadora se insere como professora de múltiplas linguagens (denominação dada pela Secretaria Municipal de Educação para o profissional que trabalha com arte, musicalização, teatro e literatura). Neste Centro de Educação buscou-se compreender um grupo de crianças, de zero a cinco anos e onze meses, nas suas percepções acerca do contato com a literatura, que, brevemente, são elencados alguns resultados para esta pesquisa. Resultados: Esta pesquisa está em andamento, no entanto, a priori se pode perceber nos primeiros dados da pesquisa, a qual se passa em uma unidade escolar, onde frequentam crianças, de zero a cinco anos e onze meses, que participam ativamente de vivências e experiências, ofertadas dentro e fora de sala de aula, tendo o contato com a literatura infantil em suas diversas faces. Essas literaturas são utilizadas como co-partícipes para o desenvolvimento e a aprendizagem desses estudantes, com objetivos advindos dos planejamentos, de acordo com as necessidades e das faixas etárias nas quais as crianças se inserem. Foram ofertados momentos com contações de histórias, com foco no ensino-aprendizagem, neste estudo, com a história “A Margarida Friorenta”, da autora Fernanda Lopes de Almeida e da ilustradora Lila Figueiredo, utilizando a interpretação como forma criativa para o incentivo da cultura literária, trazendo o contexto do livro para a realidade dos nossos estudantes, de forma lúdica, criativa, planejada, com ambiente próprio, realizado em um lugar pensando no bem estar pleno daqueles que nos veem e nos ouvem. Dessa forma, a prática fenomenológica da pesquisadora contribuiu significativamente até o momento, contemplando os cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações, estes norteados pela Base Nacional Comum Curricular, política pública discutida no decorrer da pesquisa e os Direitos de Aprendizagem da criança, como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Pois, a literatura infantil acima mencionada foi utilizada para ensinar o cuidado com o meio ambiente e a criação de uma horta no Centro de Educação Infantil, incentivando tanto a literatura, quanto o cuidado com o ambiente no qual estamos inseridos. Esse é um exemplo das diversas vivências propostas, criadas pela professora pesquisadora. O foco é proporcionar experiências efetivas com a cultura literária, juntamente com outros objetivos, contribuindo para o ensino-aprendizagem dos nossos estudantes, desde o início de suas vidas escolares, como forma de incentivar esta prática de maneira prazerosa, com fruição, de forma lúdica, com intuito de levar esta cultura de dentro dos Centros de Educação Infantil, até fora, para suas respectivas casas, suas famílias. Parafraseando Paulo Freire, que contribuiu para este estudo, no qual diz que, educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas e essas pessoas transformam o mundo. Os resultados obtidos até o momento são importantíssimos para a área em estudo, contribuindo na formação de muitas crianças dentro das unidades, tornando-as amantes da leitura e geradores de processos criativos de conhecimento e significados para suas vidas.

Palavras-chave: Cultura Literária; Educação Infantil; Políticas Públicas.



A INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Alini Mariot¹³⁴

RESUMO

Este artigo teve como objetivo compreender a inclusão do sujeito surdo no mercado de trabalho. Para responder ao objetivo, realizou-se uma revisão da literatura nas bases de dados Scielo e Capes a partir das palavras-chave leis de inclusão para o trabalho; inclusão nas organizações e surdez. Aplicando-se os critérios de inclusão, teve como objetivos abordar políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho e abordar a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho; já os critérios de exclusão visaram a abordar políticas públicas voltadas à inclusão escolar; debater a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho; debater a inclusão de pessoas com deficiência física no mercado de trabalho; caracterizar-se como trabalho de revisão de literatura; discutir políticas públicas de inclusão de outros países, que não o Brasil; ou debater a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho em outros países que não o Brasil. Assim, foram selecionados seis artigos. A análise dos artigos selecionados mostrou que a luta pela inclusão das pessoas com deficiência/surdas no mercado de trabalho é um movimento histórico e que vem avançando a passos lentos. Ademais, verificou-se que, para além da lei de cotas, seria importante que fossem oferecidas possibilidades de formação mais adequadas para as pessoas com deficiência para que estejam mais bem preparadas para se inserirem no mercado de trabalho e que as empresas e os gestores se preparassem também para receber esse público de forma adequada nas organizações.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Inclusão; Leis de Inclusão para o Trabalho; Surdez.

¹³⁴ Mestre em Ciências Exatas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. *E-mail:* alinimariot@hotmail.com.



ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DEBATE: ENTRE O CUIDADO, AS METAS E O GERENCIALISMO

WEISS, Cláudia Suéli¹³⁵
DELFINI, Ana Cláudia¹³⁶

RESUMO

A inserção da lógica do gerencialismo nas políticas públicas, há algumas décadas, apresenta desdobramentos que atingem as políticas docentes. O gerencialismo difundiu-se como “um canto da sereia”, pois estava associado à ideia de Estado enxuto, modernizado, ágil, eficiente, além de desburocratizado, portanto, mais eficaz. Entre os anos de 1990 e 2000, quando mencionamos condições de oferta em educação e valorização dos profissionais, podemos afirmar que estas se constituíram em meio a um processo de reforma educacional que vivemos, a qual se caracterizou por três elementos, sendo eles: o profissionalismo, a performatividade e o gerencialismo. Tais conceitos são frutos da inserção no setor público de uma cultura empresarial competitiva, ou seja, o gerencialismo. A atual política educacional acaba por fomentar um processo que valoriza uma racionalidade técnica e constitui um novo gerencialismo, que se organiza centrado nas pessoas e o seu valor é dado pelo sucesso competitivo entre os sujeitos. Nesse contexto, observamos que essa nova “ferramenta” utilizada no campo educacional, é pautada na adoção de um método de regulação, que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle de atritos e mudanças, denominado performatividade. Problema de pesquisa: Essa cultura empresarial competitiva inserida no setor público contribuiu para alterar o modelo burocrático piramidal da administração pública, pois trouxe mudanças, como a flexibilização da gestão, a redução dos níveis hierárquicos, bem como o aumento da autonomia de decisão dos gestores da educação pública. No Brasil, o gerencialismo foi introduzido no setor público educacional a partir de 1990, durante o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa época, as políticas educacionais se pautavam na revalorização da racionalidade técnica, tendo em vista a resolução de problemas, como a garantia de acesso, correção do fluxo escolar e a melhoria da qualidade de ensino. Dessa maneira, a preocupação das políticas educacionais nesse período recaiu sobre a oferta do ensino fundamental, pois faz parte de etapa obrigatória para a faixa etária de 7 a 14 anos. Assim, os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações era o que motivava as ações, os projetos e os programas implementados como uma política educacional que buscava evidências da sua legitimação. Em 2012, o Banco Mundial também expôs claramente o seu interesse em monitorar o desempenho do sistema de ensino, quando publicou o livro *Achieving World-Class Education in Brazil: the next agenda*. As preocupações dessas agências de planejamento econômico com a educação mundial visam a garantir a reprodução das condições necessárias à mobilidade das empresas pelos continentes em busca de vantagens competitivas. Seria o “canto da sereia” que falamos no início desta discussão? Essas preocupações podem não estar focadas na aprendizagem do aluno, mas sim em atender ao capital internacional de ter à disposição, em diversas partes do globo, trabalhadores munidos de competências necessárias para sua reprodução ampliada. Para que

¹³⁵ Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* claudia.du@yahoo.com.

¹³⁶ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e do Mestrado em Educação da Univali. *E-mail:* anaclaudia.univali@gmail.com.



seja possível o monitoramento do desempenho do sistema de ensino, é fundante, para agências como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que seja lançado um olhar para a figura do docente que atua nos espaços educacionais. O Banco Mundial, por sua vez, então, propôs uma agenda para a educação brasileira na qual destaca a necessidade de se “elevar a qualidade dos professores”. Publicações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico também escancaram o interesse nas políticas docentes quando afirmam que professores eficazes são importantes. Certamente há coerência entre os objetivos das agências para com o interesse em formular as políticas que formarão os docentes. Tais determinações econômicas, por vezes, ficam ocultas ao grande público, bem como aos educadores e gestores. Os experts dessas agências multilaterais divulgam que, para se alcançar as metas da Educação para Todos, os países precisam monitorar os resultados de aprendizagem dos alunos e investir na aferição da qualidade do professor. Objetivo do estudo: Os objetivos deste estudo são observar como se efetivam as concepções e as práticas gerencialistas na educação, trazendo para discussão os impactos que o gerencialismo causa no setor público, como uma nova forma de poder e controle. Ainda, objetiva-se ampliar o olhar para os professores da educação básica pública, pois entendemos que estes profissionais estão desempenhando suas funções divididos entre: o cuidado, as metas e o gerencialismo. Metodologia da pesquisa: Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, que traz à baila as críticas ao gerencialismo na educação desde a década de 1990, no Brasil, para compreender a implementação da lógica gerencial na educação e as reformas educacionais que decorrem dela. Principais resultados: O que vimos até aqui, então, é uma multiplicidade de mecanismos de controle que são estabelecidos de modo em que se combinem e se reforcem, iniciando desde a formação (inicial e continuada) dos docentes, e se estendendo ao planejamento das atividades e às avaliações de aprendizagem que serão aplicadas. Todo esse processo sendo orquestrado por uma hierarquia burocrática e pela divisão do trabalho, no qual não existe autonomia docente, mas sim coloca o docente como o executor das ações em sala de aula. Ficam evidentes as contradições dessa política gerencialista voltada ao incentivo do conhecimento, da inovação e da qualidade ao lado de medidas propulsoras da precarização e da desintelectualização do professor. O que fica claro é a natureza interesseira do “direito à aprendizagem”, por meio de um caráter instrumental da educação que é proposta pelas Organizações Multilaterais. A agenda do Banco Mundial, por exemplo, destaca a necessidade de adotar políticas de accountability, que responsabilizem as escolas e os professores pelo trabalho esperado com o ensino nas escolas. Ainda, tal agenda enfatiza que é necessário tornar públicas as diferenças no nível de desempenho, maneiras de análises das informações das escolas, no intuito de avaliar o desempenho das escolas para que possam ser aplicadas recompensas e ou sanções, mediante os resultados que forem alcançados. Não obstante, ainda, O Grupo do Banco Mundial e a Internacional Finance Corporation propõem-se a trabalhar coletivamente para que possam aumentar o conhecimento sobre o papel do setor privado na educação, no intuito de alinhar esforços para que se possam aumentar as parcerias entre setores público e privado, de modo a melhorar os sistemas educacionais. Existe consenso nas agendas das Organizações Multilaterais, em torno da ideia de que a má qualidade da educação se deve às práticas “ineficazes” dos professores. Além do rótulo de desqualificados, os consultores do Banco Mundial colocam os professores como o mais caro e mais importante recurso de que o sistema educacional brasileiro dispõe. Por discussões como estas é que recai a ênfase no praticismo, que já é reproduzida nas novas diretrizes para os novos cursos de formação de professores no Brasil, em que se propõe elevação da carga horária destinada à prática em seu componente curricular. Muito antes de se pensar em lucros imediatos com as receitas/serviços que são ofertadas pelas Organizações Multilaterais, interessa aos grandes grupos empresariais fazer parte das mesas que definem as agendas das políticas públicas.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Gerencialismo; Administração da Educação; Docência.



HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO E APOIO À EFETIVAÇÃO DAS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

BRESSAN, Maria Eduarda¹³⁷

KRAMES, Ilisabet Pradi¹³⁸

OLIVEIRA, Aléxsandre de¹³⁹

SILVEIRA, Isabel da¹⁴⁰

RESUMO

O presente texto relata a utilização da História Oral, como estratégia de ensino, aplicada em uma escola pública do município de Itajaí (SC), junto aos estudantes do nono ano do ensino fundamental, na disciplina de História. A estratégia visou, por meio do resgate da memória local, a compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), discutindo a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos Direitos Humanos. A História Oral surge na contemporaneidade como uma possibilidade de se trabalhar e interpretar a História e a memória; ao mesmo tempo, é um método antigo que remete aos primeiros modos de se construir narrativas históricas nos tempos de Heródoto. O emprego da oralidade na História permite a recuperação da memória cultural e coletiva através de um outro ponto de vista, o dos sujeitos históricos comuns, agentes ativos indispensáveis na formação e transformação das sociedades e que, por muito tempo, permaneceram silenciados e apagados dos autos da História (BOSI, 2009). A preservação da memória é imprescindível ao processo de conhecimento e conservação das identidades individuais e coletivas de um povo, visto que o esquecimento é porta de entrada para vulnerabilidades, violências e injustiças. Nesse contexto, o resgate da memória oral se fez crucial para compor uma perspectiva histórica de um período nebuloso, como o de 1964, em que tantas vozes se perderam e desapareceram. O resgate da memória dialogou, conforme já indicado, com as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (2017) e com o compromisso das Políticas Públicas para a preservação da memória e dos Direitos Humanos. A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi marcada pela censura, violência e pelo desrespeito aos direitos humanos. Na intenção de criar uma sociedade democrática, a assembleia constituinte promulgou, em 1988, uma nova constituição que contempla, a partir do artigo 5º, os ideais iluministas de igualdade social e jurídica. A conquista desses direitos, porém, não foi suficiente para uma reparação da história, diante dos acontecimentos do período ditatorial. É a partir do debate público em torno dos Direitos Humanos que são criadas, pouco a pouco, políticas de memória com o intuito de ressignificar o período em questão e propor uma outra narrativa, um contraponto à história oficial do período ditatorial. É nesse sentido que, em 2009, foi aprovado o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, composto por eixos orientadores, cada qual com suas diretrizes e objetivos estratégicos. A História Oral pode ser uma ferramenta metodológica de suma importância na efetivação das

¹³⁷ Licenciatura em História pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Pós-graduanda em Ciências Humanas. *E-mail:* mariaedbressan@outlook.com.

¹³⁸ Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* ilisabet@univali.br.

¹³⁹ Licenciatura em História pela Univali. Pós-graduado em Metodologia do Ensino de História. *E-mail:* alexhistoria97@gmail.com.

¹⁴⁰ Licenciatura em História pela Univali. Pós-graduanda em Metodologia do Ensino de História. *E-mail:* isabel.silveira@edu.univali.br.



diretrizes que apontam para o reconhecimento da memória e da verdade, assumidos como direito humano e dever do Estado, bem como a diretriz que defende a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade, ambas constantes no eixo orientador VI do referido Programa. Promulgado em 2009, a partir de decreto presidencial, o Programa funciona como referencial para a criação de políticas públicas para o desenvolvimento de ações previstas na Constituição Federal. Sua relevância pode ser constatada por seus resultados, entre eles as legislações e comissões especiais destinadas à recuperação da memória do período ditatorial. É possível mencionar também: a Lei 9.140/95, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas após prisão em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e a Lei 9.455/97, que define os crimes de tortura e constitui suas respectivas punições legais. Outra política pública que parte deste mesmo entendimento é a Comissão Nacional da Verdade, fundada em 2011, a fim de apurar os crimes cometidos no período ditatorial. A memória e a história oral constituem, em ambos os casos, peças-chave para a compreensão do período e busca por justiça. Problema de pesquisa: De que forma a História Oral pode ser empregada como procedimento metodológico na efetivação das diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos? Objetivo do estudo: Identificar a História Oral como procedimento metodológico para a efetivação das diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos. Metodologia: O presente texto assume uma abordagem qualitativa, auxiliada pela pesquisa bibliográfica e documental, e apresenta o relato de caso vivenciado por uma das autoras. Nesse sentido, compreende que o professor de História, na condição de mediador e pesquisador, desempenha funções imprescindíveis no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 2014). Ao propor caminhos de acesso e encontro entre os estudantes e o conhecimento, aceita a responsabilidade de ensinar a pensar, a questionar o mundo e assumir responsabilidade cívica, o que exige discernimento e compromisso ético. Para tanto, se faz necessário manter a atenção às práticas pedagógicas e conhecimentos inovadores, procurando estabelecer métodos de ensino que resultem em aprendizagens significativas. Esse é o caso da utilização da História Oral, como ferramenta metodológica de ensino, que possibilita um diálogo entre presente e passado, visto que é do presente que surgem os questionamentos aos quais a memória atende. O uso das fontes orais para o desenvolvimento de habilidades indicadas na Base Nacional Comum Curricular permite o reconhecimento e a ampliação de novos saberes. A partir da reflexão e da problematização do contexto histórico, ligado ao presente, e da prática investigativa do cotidiano, essa jornada se torna mais efetiva e dinâmica. A atividade de ensino, aqui relatada, foi organizada em três etapas, totalizando cerca de seis horas-aula. A primeira etapa foi composta por aulas expositivas dialogadas, e teve como objetivo apresentar o processo que resultou no golpe civil-militar de 1964, as relações políticas e sociais existentes, bem como o contexto histórico e geográfico da época. Na etapa seguinte, foi abordado o conceito de História Oral e sua metodologia, o que culminou na exibição de vídeos com entrevistas de pessoas relatando a repressão sofrida durante o regime ditatorial. A partir daí, elaborou-se, em sala de aula, um roteiro coletivo com perguntas que posteriormente os estudantes utilizaram para realizar entrevistas com pessoas, próximas a seu convívio, que viveram entre os anos de 1964 e 1985. A etapa final constituiu-se na socialização das informações coletadas na entrevista e na elaboração de texto. Resultados: Entre os resultados obtidos, foi possível constatar que os estudantes identificaram a existência de formas variadas de registros a partir das memórias e que estas, sejam individuais ou coletivas, têm significações variadas e funcionam como elemento impulsionador no estabelecimento de identidades e pertencimento. O uso da História Oral possibilitou a compreensão do processo que resultou na ditadura civil-militar e a constatação da negação dos Direitos Humanos.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Ensino de História; História Oral e Memória; Políticas Públicas; Plano Nacional de Direitos Humanos.



O QUE VOCÊ QUER SER QUANDO CRESCER(?): O PROJETO DE VIDA NO NOVO ENSINO MÉDIO (NOTURNO) DE SANTA CATARINA

TIBOLA, Naiara Gracia Tibola¹⁴¹

HUNDESKI, Maykon Daniel¹⁴²

GALARÇA, Renata Kruger¹⁴³

NICOLINI, Camila Gois¹⁴⁴

RESUMO

O Ensino Médio, de acordo com o art. 35 LDB 9.394/96, é definido como etapa final da Educação Básica, tem sido marcado por constantes reformulações curriculares com o objetivo de atrair os jovens e dar sentido à esta etapa da escolarização básica. O referido artigo da LDB também prevê os objetivos para o Ensino Médio, como a consolidação de conhecimentos apreendidos no ensino fundamental, a preparação para o trabalho e para a cidadania, o aprimoramento como pessoa humana e a formação para que os jovens possam relacionar teoria e prática com base nos fundamentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2017). Mesmo diante das definições da LDB, a obrigatoriedade da oferta do Ensino Médio é recente, se deu por meio da Emenda Constitucional n. 59/2009 que veio acompanhada de políticas de expansão que, para Krawczyk (2013, p. 755), têm como objetivo principal “tornar o país mais competitivo no cenário econômico internacional”. Dessa forma, temos a oferta de diferentes currículos para o Ensino Médio como o regular, o inovador, o profissional, o de tempo integral e, agora, o “Novo Ensino Médio”, propostas que visam a qualificar o jovem para prosseguir no ensino superior e para inseri-lo no mundo de trabalho. Com a obrigatoriedade, muitos desafios surgiram, em especial o combate à evasão. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ensino Médio tem apresentado os maiores índices de evasão, aproximadamente 25% para a 1ª e 2ª séries, e 7 % para a 3ª série. Tais condições obrigam os gestores responsáveis a propor alternativas para a educação pública brasileira. Em relação à universalização das matrículas, dados de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2016) indicam a existência de mais de um milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola e que 40,3% desses jovens apresentam a falta de interesse no ensino médio. Em busca de um currículo mais flexível e uma formação que atenda aos desafios contemporâneos, no Brasil, o currículo do Ensino Médio sofreu recentes modificações. Essas mudanças foram propostas inicialmente pela Medida Provisória n. 746/2016, que foi encaminhada ao Congresso Nacional no dia 22 de setembro de 2016 e aprovada em forma da Lei n. 13.415/2017, a qual traz modificações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei n. 9394/96). A implantação do Novo Ensino Médio, ainda em curso nos Estados, assim como em Santa Catarina, prevê a flexibilização curricular, a ampliação do período de permanência na escola e uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As reformas propostas pela Lei n. 13.415/2017 e materializadas na Base

¹⁴¹ Doutora em Educação- Professora do PPGE da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* tibola@univali.br.

¹⁴² Acadêmico do Curso de História. Integrante do GP Juventude(s), Educação e Trabalho da Univali. *E-mail:* maykonhundeski@gmail.com.

¹⁴³ Acadêmica do curso de Pedagogia- Integrante do GP Juventude(s), Educação e Trabalho da Univali. *E-mail:* galarcarenata@gmail.com.

¹⁴⁴ Acadêmica do curso de Psicologia –Integrante do GP Juventude(s), Educação e Trabalho da Univali. *E-mail:* camila.nicolini@gmail.com.



Nacional Comum Curricular e na Base Curricular do Território Catarinense preveem, além da formação geral básica e dos itinerários formativos, o documento prevê, como um componente integrador/curricular o Projeto de Vida, que busca desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais e a complexificação das dimensões pessoal, cidadã e profissional. Ao integrar o Projeto de Vida no currículo do ensino médio, propõem-se pensar as juventudes, no plural, devem ser pensadas sempre em relação aos contextos em que estão inseridas. Ser jovem é fazer parte de uma condição social, que se manifesta em diferentes maneiras, e culturas, a busca por um espaço na sociedade, suas relações com o trabalho e a própria educação. O Projeto de Vida procura estimular os interesses dos jovens estudantes ao longo de sua formação, em sua última etapa da educação básica. Relacionar com o contexto atual do mundo, propondo um conhecimento para as diferentes áreas. Cada escola que oferta o Novo Ensino Médio no estado de Santa Catarina está localizada em uma região com características próprias e que devem ser levadas em conta ao trabalhar o projeto de vida, oportunizando conhecer o potencial de desenvolvimento de sua região e de outras do estado. Desta forma, associar trabalho e juventude é um desafio devido às relações complexas imbricadas nessa díade. Na crise “estrutural de desemprego, milhões de jovens saem em busca da sua inserção no mercado de trabalho e enfrentam “a batalha do primeiro emprego”. Esta batalha se inicia durante a educação básica, em específico, durante o ensino médio, quando os jovens estudantes se preocupam em ter sua renda, em contribuir com a renda familiar, e isso é uma realidade presente em nossas escolas. A juventude, na sociedade moderna, vem se modificando a todo o instante. A inserção profissional não é um processo único vivenciado por uma multidão de indivíduos jovens, pois são múltiplas as juventudes construídas no mundo contemporâneo, que exige uma posição no mundo do trabalho. O processo de inserção profissional do jovem (o trabalho) é visto como um momento de aprendizagem e de responsabilidade: “o que você quer ser quando crescer?” Quais os caminhos que o componente integrador/curricular o Projeto de Vida pode proporcionar aos nossos jovens estudantes do ensino médio para estabelecer uma relação com a educação e o trabalho? Objetivo do estudo: Analisar as relações dos jovens estudantes do ensino médio noturno com o Projeto de Vida e sua interface com a educação e o trabalho. Objetivos específicos: Caracterizar o perfil dos jovens estudantes do ensino médio noturno (dados socioeconômicos: idade, identificação de gênero; trabalho; moradia, entre outros.); Identificar as relações estabelecidas entre projeto de vida, educação e trabalho; Apontar possíveis contradições, fragilidades e potencialidades na oferta do Projeto de Vida como componente curricular. Essa pesquisa conta com uma metodologia de abordagem qualitativa, compreendendo o homem como um ser social que se constitui pela atividade mediada pela linguagem, ratificando o caráter sócio-histórico de tal abordagem. Nessa perspectiva, fazer uso desse tipo de abordagem é investigar opiniões, percepções, representações, sentimentos, centrando-se na visão do sujeito e no objetivo do que se está investigando. A pesquisa acompanha os jovens que ingressaram no “Novo Ensino Médio”, no ano de 2022, em quatro escolas: duas no município de Itajaí, uma na cidade de Navegantes e outra, em Balneário Camboriú, e que estudam no período noturno. A pesquisa que está em andamento traz breves resultados, que apontam a reestruturação do Ensino Médio Noturno que passa de três para quatro anos, alterando a proposição de sua matriz curricular. Os estudantes/trabalhadores do Ensino Médio trouxeram algumas percepções de suas experiências vividas e das dificuldades de conciliar os estudos e o trabalho. Eles vivenciam, na atualidade, diversos desafios para conseguirem realizar seus projetos de vida.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Projeto de Vida; Educação e Trabalho; Juventude(s).



AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS QUE OFERECEM EDUCAÇÃO INTEGRAL

ROGGE, Magali¹⁴⁵
MOURA, Graziela Breitenbauch de¹⁴⁶

RESUMO

Falar de políticas públicas na educação é falar das mudanças que ocorreram ao longo dos anos no processo educacional, que regem e orientam o sistema de ensino no Brasil, buscando por alternativas que venham a contribuir para uma qualidade de ensino, garantindo o direito à educação, buscando soluções para os desafios sociais da educação, diminuindo os diferentes níveis de escolaridade e as diferenças sociais dentro de uma sala de aula. O ensino vem associado a uma ação, com o intuito de aperfeiçoá-lo. A aprendizagem associa-se ao fato de participarmos de algum processo que almeja o ensino e frequentar as aulas é uma ação. O ensino é um processo, o qual se caracteriza pelo desenvolvimento e pela transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos em direção ao domínio dos conhecimentos e habilidades, e sua aplicação (LIBÂNEO, 2006). O aluno acaba conseguindo fazer uma conexão entre a teoria e a prática, com as experiências que são proporcionadas dentro deste processo. A principal função do ensino é assegurar o processo de transmissão e assimilação de conteúdo do saber escolar, nos seus diferentes níveis de aprendizagem (LIBÂNEO, 2006). O processo de ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, se alonga à produção das condições em que aprender implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. A aprendizagem e os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 2002). O aluno aprende vivenciando novas experiências, trazendo o conhecimento que já possui e aprimorando com o que o professor proporciona de experiência, tornando a aprendizagem significativa, em um processo contínuo e ininterrupto em que ocorrem novas descobertas, adequando-as na ação, em função de um novo conhecimento. O Brasil é um país de desigualdades sociais. Para muitos, a escola representa um espaço que proporciona grandes possibilidades de mudança sociais, pois é ali que são promovidas ações voltadas para as expressões culturais e sociais. Por isso, há discussões referentes ao compromisso que se assume, que vai muito mais além dos conteúdos científicos mínimos que são impostos pelos documentos norteadores. Vai além disso, precisa-se voltar para a formação integral do indivíduo, que em um tempo curto de um turno escolar não se faz possível (CELLA, 2014). Problema de pesquisa: A oferta da ampliação da jornada escolar, a Educação Integral, faz parte de uma meta a ser alcançada até 2024 (Plano Nacional de Educação - PNE, 2015). Espera-se que esse tempo ampliado seja baseado numa educação integradora e não aconteça somente para acrescentar mais tempo. Por isso, é importante que se tenham ações, estratégias, metodologias que possam

¹⁴⁵ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Univali do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* magarogge@gmail.com.

¹⁴⁶ Doutora em Gestão de Políticas Públicas. Docente na Univali. *E-mail:* grazi1@univali.br.



contemplar o que os documentos trazem sobre a prática e o desenvolvimento da Educação Integral nas escolas públicas. Sendo assim, a questão problema definida para esta pesquisa é: Como a equipe pedagógica nas escolas podem desenvolver ações que venham a contribuir na elaboração, formulação e implementação de novas políticas públicas no contexto escolar? Objetivo do estudo: Este trabalho tem como objetivo conhecer e compreender as políticas públicas educacionais que estabelecem as diretrizes a serem seguidas para a implementação da educação integral nas escolas de ensino fundamental da rede pública. Para isso, são analisados e apresentados os documentos que discutem sobre a prática da educação integral nas escolas públicas. Esta pesquisa pretende compreender o papel da comunidade escolar na contribuição do processo de construção das políticas públicas, valorizando a sua participação efetiva neste processo. A partir da análise destas políticas públicas, será possível refletir e avaliar de que forma as escolas devem colocar em prática a educação integral e o que elas precisam perceber para que a oferta dessa jornada ampliada contribua para o desenvolvimento integral do educando, levando-se em consideração o processo ensino-aprendizagem. Metodologia: A educação é direito de todos, e ofertar a educação integral é uma forma de garantir o direito à educação básica de qualidade. Efetivar essa proposta exige esforço e compromisso das diversas esferas, sejam governamentais ou dos sujeitos, atores e negociantes das políticas educativas, todos que atuam, precisam assumir esse compromisso. Todas as práticas educativas têm como propósito o aprendizado do aluno, então, todas as ações, estratégias que são elaboradas, estão voltadas para este processo. Sendo assim, as políticas públicas existentes buscam propor ações para o desenvolvimento deste caminho. O paradigma a ser utilizado nesta pesquisa será na perspectiva fenomenológica, por se tratar de um trabalho de investigação. A metodologia a ser realizada nesta pesquisa será bibliográfica, fundamentada na abordagem qualitativa por ser uma pesquisa de caráter subjetivo e reflexivo. Como instrumentos teóricos para a pesquisa, serão utilizados a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9.394/96), Plano Nacional de Educação (PNE), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, além de autores que discutem sobre a temática e que possam estar contribuindo para o referencial teórico de conceituar o que é política pública, educação integral (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013) e o processo ensino-aprendizagem (LIBÂNEO, 2006). Buscar-se-á, após o estudo das políticas públicas educacionais, perceber e analisar o cenário existente entre a teoria e a prática, observando as colaborações que tais documentos trazem para a elaboração de planos e estratégias para as práticas pedagógicas que contribuam para o processo ensino-aprendizagem ofertadas na Educação Integral. Resultados: Durante o estudo, pretende-se compreender o papel dos diferentes indivíduos envolvidos nesse processo de implementação das políticas públicas que regem o processo educacional no contexto escolar, no Brasil, comprometendo-os na preservação do processo educativo. Como conclusão da análise, o estudo verificará como os documentos oficiais trazem à tona a estruturação para a oferta da educação integral nas escolas públicas, quais serão as principais habilidades escolhidas para que o educando desenvolva ao participar efetivamente das atividades propostas nesta jornada ampliada, além de destacar os pontos que serão relevantes neste processo.

Palavras-chave: Educação Integral; Processo Ensino-Aprendizagem; Políticas Públicas.



FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES): IMPACTOS DE UMA POLÍTICA EXPANSIONISTA

CAPO, Pedro¹⁴⁷
DELFINI, Ana Cláudia¹⁴⁸
GESSER, Verônica¹⁴⁹

RESUMO

O surgimento do Fies, em 1999, foi estipulado no mandato de Fernando Henrique Cardoso com intuito de substituir o programa CREDUC. O programa foi implantado num momento em que as políticas neoliberais estavam em ascendência no Brasil, assim como as instituições privadas. Nesse sentido, o Fies fez girar uma grande parte da economia, abrindo crédito para os estudantes e induzindo-os para a sua formação e emprego no mercado de trabalho. O modelo do Fies em sua criação foi desenhado, de certa forma, para responder aos desafios da internacionalização e das demandas governamentais para a ampliação do setor educacional, tal como atingir as metas propostas pelo plano nacional de educação, porém, com altas taxas de juros, acabou excluindo alunos que deveriam ser favorecidos. No período de 2002 a 2010, ampliou as possibilidades de acesso com taxa de juros mais baixas, prazo para quitação estendido, tal como o prazo de carência, além da extensão na faixa da renda familiar e aumento da porcentagem do financiamento. Problema de pesquisa: Com o sucesso do programa e os índices aumentados na educação superior, o Fies, de 2010 a 2014, chegou ao seu ápice, com muitos alunos beneficiados. Todavia, decorrente da crise econômica que o país sofria, o Fies sofreu uma queda “meteórica” devido às taxas altíssimas de inadimplência. Pouco se fala sobre a possível falta de planejamento na política governamental, porém, decorrente desse processo, o Fies se fez pouco eficaz na contribuição das metas do plano nacional de educação, como também gerou um grande impacto nas questões financeiras, fiscais e orçamentárias dos cofres públicos, endividamento por parte do alunado, além da questionável qualidade e equidade da educação superior. Nesse sentido, o estudo teve a seguinte questão norteadora: Quais os impactos proporcionados pela política beneficiária, na expansão da educação superior no Brasil dos anos de 2001 a 2017? Objetivo do estudo: Identificar os impactos proporcionados pela política beneficiária, na expansão da educação superior no Brasil dos anos de 2001 a 2017. Ainda objetiva-se ampliar os olhares para a política do Fies, pois percebemos o quão frágil são as relações entre a política, o intermediador e os usuários. Metodologia da pesquisa: Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento dos dados foi realizado nos portais de busca da CAPES (periódicos), BDTD (teses e dissertações) em trabalhos que tinham como problemática o Fies. Após esta primeira busca, uma segunda análise foi feita através dos textos oficiais, buscando os impactos encontrados no texto que regulamenta o Fundo de Financiamento Estudantil sob a Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, disposto no site do Planalto, além do encontrado em sites governamentais que falam a respeito do programa, como o site do Ministério da Educação e o próprio site do Fies. Principais resultados: Os resultados da

¹⁴⁷ Doutorando em Educação na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* peedrocapo@gmail.com.

¹⁴⁸ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e do Mestardo em Educação da Univali. *E-mail:* anaclaudia.univali@gmail.com.

¹⁴⁹ Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* gesserv@univali.br.



pesquisa apontam que os principais impactos relacionados à política assistencialista do Fies atuam na relação entre o beneficiário e as implicações da permanência e o término do ensino superior. O aluno sai da universidade com uma dívida com o governo e encontra dificuldade para inserção do mercado de trabalho. Pode ser percebido também que o modelo de criação do Fies foi desenhado para responder aos desafios da internacionalização e das demandas governamentais para a ampliação do setor educacional, tal como atingir as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação. Para tal, ao longo de sua existência, houve inúmeras mudanças, desde sua criação 1999 até o ano de 2017, a fim de solucionar tais questões. Mesmo com inúmeras conturbações em sua história, suas contribuições em relação à expansão do ensino superior e de seu acesso são expressamente afirmativas. Porém, ao mesmo tempo, incitou a mercadorização e a privatização da educação superior. Independentemente deste cenário, é percebido que o Fies proporcionou o acesso à educação superior privada para inúmeros brasileiros que, de outra maneira, não o teriam. Por fim, conclui-se que o Fies é uma política pública que necessita de melhorias e cuidados para se adequar à realidade brasileira e promover aquilo que se está em sua regulamentação, enquanto à equidade e o favorecimento socioeconômico e regional, assim como compreender algumas questões que interagem com o impacto da política, como acesso, evasão, impacto da política e expansão da política do Fies no Brasil.

Palavras-chave: Financiamento Estudantil; Fies; Impactos.



DIMENSÕES DAS ESCOLAS SUSTENTÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL – O CASO DO ESPAÇO FÍSICO

SERPA, Paulo Roberto¹⁵⁰

GESSER, Verônica¹⁵¹

SANTOS, Bruna Carolina de Lima Siqueira dos¹⁵²

RESUMO

No contexto mundial de múltiplas crises, econômica, sanitária, política, etc. reverbera aquela que vem se apresentando cada vez mais nítida, colocando no compasso do relógio, a existência da vida no planeta terra. A crise ecológica não se trata de ser uma vilã, mas sim, um chamado, um grito de socorro a tudo de conhecemos e que nos deu condições de existirmos. Partindo disso, a constituição de Espaços Educadores Sustentáveis vem se configurando como uma necessidade para o enfrentamento desta realidade. No bojo dessas observações e das reivindicações à integração da Educação Ambiental no currículo escolar, é publicado, após as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA), o Programa Nacional Escolas Sustentáveis. Este programa vai ao encontro com o determinado nas DCNEA, que evoca as escolas em geral, assim abarcando as de educação infantil, para se constituírem como Espaços Educadores Sustentáveis. Assim, esta produção tem por objetivo discorrer sobre uma das dimensões das escolas sustentáveis na busca para espaços educadores sustentáveis, que é a do espaço físico. Para esta discussão, tomou-se por decisão investigar, no campo acadêmico, a partir de uma breve revisão sobre as pesquisas que discutem a questão do espaço físico como dimensão das escolas sustentáveis na educação infantil. A busca por pesquisas relacionadas à temática foi realizada no dia 20 de setembro de 2022, no Sistema Integrado de Bibliotecas da Univali (Sibiun), presente na página institucional da biblioteca da universidade do Vale do Itajaí (Univali). Para esta, o ano de 2012 foi escolhido como data corte, em função do marco teórico pela publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. Foram elencados os seguintes termos de busca atrelados por operadores booleanos: “espaços educadores sustentáveis” OR “escolas sustentáveis” AND “espaço físico” AND “educação infantil”. A pesquisa foi feita na busca avançada, sendo os termos acima citados, buscados no texto completo dos trabalhos, aplicando os filtros de data de publicação (2012 – 2022) e tipo de documentos (dissertações/teses). Foram gerados oito resultados nesta busca. Em que, a partir deste momento passou-se para verificação de ocorrências de repetições, leitura dos títulos e resumos, a fim de observar a veracidade da relação com a temática pretendida. Vale salientar que, em alguns casos, houve a necessidade de realizar a leitura da parte metodológica para evidenciar a relação da pesquisa com a educação infantil, que, por vezes, não era presente nos resumos dos trabalhos. Nesse processo, foram selecionados quatro trabalhos, sendo os demais desconsiderados por não discutirem a temática na educação infantil e; trabalhos que não eram de dissertação ou tese. A partir dos autores selecionados, notou-se que a questão do espaço físico é essencial para constituição de escolas sustentáveis. Mas, para que isso ocorra, é importante uma mudança de pensamento com relação ao uso do espaço já estabelecido, uma reflexão crítica que leva em consideração os preceitos em um espaço

¹⁵⁰ Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* pauloserparoberto@gmail.com.

¹⁵¹ Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* gesserv@univali.br.

¹⁵² Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* bruna_siqueiras@hotmail.com.



acessível, mediado, lúdico, educador e ambientalizado. Desse modo, ao passo que possamos vislumbrar uma escola ambientalizada, ou mesmo em processo para tal, já estamos contribuindo para que haja uma maior valorização da infância, de uma infância livre, desemparedada e natural. Construídos ou não, os espaços das escolas de educação infantil, assim como de qualquer outro nível de educação vão contribuir para a transição para espaços educadores sustentáveis, se houver a intencionalidade de ambientalizá-los, ou seja, que haja uma intencionalidade ambiental sob o espaço, pois, por exemplo, de que adianta um gramado em uma escola se não pode explorá-lo, investigá-lo, senti-lo, estudá-lo? Passa a ser um espaço negligenciado. Então, por vezes, a maior das mudanças está na forma e nas ações de como agimos e interagimos com o ambiente que temos, como pensamos sobre eles para que sejam parte de um todo, para que sejam considerados e instigados a serem espaços de convivência, de mobilidade, de paz e de respeito.

Palavras-chave: Escolas Sustentáveis; Espaços Educadores Sustentáveis; Espaço Físico; Educação Ambiental; Educação Infantil.



A POLÍTICA PÚBLICA DO PLANO ANUAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (PA): PERSPECTIVAS PARA SUA EFETIVIDADE

NEVES, Angela Fernanda¹⁵³

DITTRICH, Maria Glória¹⁵⁴

RESUMO

Esta pesquisa teórico-prática, qualitativa, trata sobre a política pública do plano anual de educação no município de Redenção, Pará, Brasil, na busca por entender suas perspectivas e efetividade. No caminho profissional como servidora pública da Secretaria Municipal de Educação do Município de Redenção, desde março de 1998 e participando ativamente das atividades deste órgão, percebeu-se a necessidade de refletir sobre a complexidade da Secretaria de Educação, quanto ao desafio de elaborar, implementar, adequar, monitorar e avaliar o cumprimento de metas e estratégias do Plano Municipal de Educação. Após a Revolução Industrial, planejar no trabalho restringia-se à racionalização dos processos de produção industrial nos países aos moldes da Administração Científica Clássica, porém, a partir da segunda guerra mundial, tornou-se uma atividade humana consciente e instrumento de intervenção na realidade social. O planejamento, como uma atividade necessária para a gestão de entidades públicas e privadas, busca assegurar a continuidade do sistema de organização, regulação e controle do trabalho, na revitalização das técnicas sociais tradicionais, como, por exemplo, a educação. No entanto, o planejamento educacional teve importância nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil. Ele se constituiu instrumento de intervenção governamental que possibilitou a coordenação dos esforços nacionais para empreender o desenvolvimento social e econômico. Sua finalidade estava centrada na definição de um direito social que viria a ser garantido pela Constituição Federal de 1988. A participação socioeducacional a partir do planejamento foi intensificada com a Lei de Diretrizes de Bases (LDB) n. 9.394, de 1996, a qual possibilitou a participação dos municípios na gestão de processos de decisão no que diz respeito ao Planejamento Educacional. As Políticas Públicas são instâncias formais-materiais processuais regulatórias para os processos de gestão nas entidades públicas e privadas. O direito à Educação, à Administração é um princípio básico constitucional e são instâncias universais de estruturação da vida em sociedade de alta relevância para o exercício da cidadania solidária, corresponsável, de qualquer pessoa inserida em um território geopolítico-sócio-cultural, tendo em vista a Gestão de Políticas Públicas nas administrações públicas e privadas. Políticas públicas é pensar o Estado e o Governo em ação, ou seja, são todas as atividades que partem do Estado e a forma com que isso é executado pelo Governo. O processo de Elaboração de Políticas Públicas costuma estar dividido em três fases sucessivas que conformam um ciclo que se realimenta (Formulação, Implementação e Avaliação). Este trabalho será direcionado para as políticas públicas de Educação. Partindo da Constituição Brasileira de 1988, e da Lei de Diretrizes de Bases n. 9.394/1996 que regulamenta o sistema educacional, houve uma necessidade dos municípios e estados adequarem se em um determinado momento. Ocorrendo uma reorganização, um planejamento articulado das ações do Estado para com

¹⁵³ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* fernanda.naves.neves@gmail.com.

¹⁵⁴ Filósofa, Mestre em Educação e Doutora em Teologia. Professora Pesquisadora da Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.



os municípios e estados, porém mais de duas décadas se passaram e ainda ocorre uma enorme dificuldade das secretarias municipais de formularem, implementarem e avaliarem as políticas públicas educacionais a partir do Plano Nacional de Educação. Problema de pesquisa: Quais os diversos desafios enfrentados pelo planejamento educacional como perspectiva para a efetividade da dinâmica social e educativa. Objetivo do estudo: Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral desenvolver uma metodologia para a efetividade na política de gestão, tendo em vista o Plano Municipal de Educação no município de Redenção, Pará. Seus objetivos específicos: descrever o Plano Municipal de Educação do Município de Redenção (2015 a 2025); descrever as ações de gestão que estão sendo desenvolvidas nas escolas municipais a partir das categorias de infraestrutura, jornada escolar, avaliação e financiamento; apresentar fundamentos sobre efetividade na política de gestão na educação municipal e, por fim, propor uma tecnologia social com foco em procedimentos metodológicos para a efetividade na política de gestão educacional municipal. Esta pesquisa está em andamento. Metodologia: O local da pesquisa compreende 39 unidades escolares e 12 departamentos da Secretaria Municipal de Educação de Redenção. Sujeitos da pesquisa: 52 gestores da educação municipal. A coleta de dados está sendo efetuada através de pesquisa documental, visita e observação em campo sobre as práticas de gestão nas unidades educacionais do município de Redenção (PA). As informações levantadas na coleta de dados estão sendo registradas através de mapas conceituais e diários de campo. A compreensão dos dados é através da hermenêutica fenomenológica. Resultados parciais: Os resultados desta pesquisa serão relevantes para o desenvolvimento da efetividade do Plano Municipal de Educação a partir de estudo sobre o plano municipal de educação e considerados para entender as relações de trabalho na aplicação dele nas gestões escolares. Espera-se, ao final, construir uma proposta técnica de procedimentos metodológicos para contribuir com a gestão escolar na aplicabilidade do Plano, tendo em vista gerar efetividade com impactos na qualidade da educação.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação; Efetividade; Educação; Política Pública.



EDUCAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ELEITORAL: EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA

PACHECO, Katiucy Besen¹⁵⁵
DITTRICH, Maria Glória¹⁵⁶

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 instituiu o Brasil como um Estado Democrático de Direito, e os parâmetros que permeiam a conformação desse Estado consideram os fins e os valores que a sociedade e o Estado devem promover, fundando suas bases na soberania popular e na democracia representativa e participativa. Partindo-se desse axioma, o cidadão exerce papel essencialmente fundante, na construção e no desenvolvimento desse Estado e de suas políticas públicas. As políticas públicas devem ter por escopo alcançar as necessidades fundamentais da sociedade, garantindo os direitos da pessoa humana. Utilizam, conseqüentemente, a Constituição Federal como norte para orientar a ação governamental, de forma a proporcionar a efetivação desses direitos. Considerando isso, é imprescindível que se institua políticas públicas voltadas à formação da identidade eleitoral, para o exercício da cidadania plena do jovem eleitor. Infere-se, por conseguinte, que, para o exercício da cidadania, há necessidade de um preparo que cabe à educação formal, direito de todos. É dever do Estado garantir a educação básica (art. 208, incisos I, III e IV) obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos; atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; e educação infantil até cinco anos (BRASIL, 1988). Um marco importante para assegurar os direitos da criança e do adolescente foi a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). Vale enfatizar que as normatizações, quando se referem à educação, além da formação integral do ser humano, também expressam o cuidado com o exercício da cidadania, devendo haver, portanto, um preparo que se obtém, necessariamente, na instituição escolar. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vem normatizar esses direitos. A LDB estabelece a educação como dever do Estado. A finalidade da educação (art. 2º) é “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”. (BRASIL, 1996). O pleno desenvolvimento do educando, disposto tanto no ECA como na LDB, inclui a sua competência para exercer a cidadania que, predominantemente, desenvolve-se em instituições de ensino. Em outros termos, é na escola que o sujeito aprende a exercer a cidadania. Não há exatamente uma disciplina, na grade curricular da educação básica, que trate do preparo para a cidadania. O desenvolvimento da cidadania deve perpassar todas as áreas do conhecimento. As práticas escolares deveriam estar direcionadas “[...] à formação de sujeitos críticos e participativos perante o país em que se encontram inseridos e capazes de construir conceitos que lhes permitam pensar sobre si e sobre seu mundo”. (CARVALHO; CORNELLI, 2013, p. 113). A contribuição que se espera da educação, na formação do jovem, é o seu desenvolvimento como pessoa, cidadão pleno. A cidadania plena pode ser compreendida como o exercício de direitos civis, políticos e sociais, expressados pela igualdade substancial dos indivíduos, em uma dada sociedade, relacionando-se com a

¹⁵⁵ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* katiucybp@gmail.com.

¹⁵⁶ Filósofa, Mestre em Educação Superior e Doutora em Teologia. Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas na Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.



participação consciente e responsável desse indivíduo, na sociedade em que está inserido. A pesquisa está em andamento no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, em conformidade com a linha de pesquisa “Dinâmicas institucionais e políticas públicas”. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, versa-se sobre possíveis diagnósticos que justifiquem o desinteresse do jovem cidadão, no processo eleitoral. São utilizadas, nos referenciais, obras de Bauman (2001), com sua concepção de modernidade líquida e de fluidez das relações sociais, apresentando um forte impacto da postura do jovem como membro de uma coletividade; Russo, Assi e Faveri (2018), para os quais há que se considerar a descrença, na democracia e nas instituições democráticas; e, ainda, Morin (2006), com a teoria do pensamento complexo a servir como linha condutora, na formação educacional dos jovens. Discorre-se, também, sobre os conceitos de identidade, trazidos pela sociologia, para que se possa compreender identidade eleitoral como um conceito a ser desenvolvido, a partir do próprio conceito de identidade do sujeito pós-moderno. Esse sujeito não tem uma identidade fixa, mas formada e transformada continuamente, sofrendo influências pelos diversos sistemas culturais que o circundam. Assumir a identidade eleitoral consiste em ver-se como parte do processo, compreendendo que sua história, seus projetos de vida e o contexto sócio-histórico são fortemente marcados pelas escolhas feitas. Justifica-se a pesquisa pelo baixo índice de participação de eleitores de 16 e 17 anos, no processo eleitoral, nas últimas eleições, no Brasil. A quantidade de eleitores dessa faixa etária foi a menor em 30 anos, menos de 5% dos jovens votaram em 2020, uma queda de 50%, comparado com o ano de 2016. Em Santa Catarina, os eleitores dessa idade representam apenas 0,31% do eleitorado catarinense. Estima-se que, aproximadamente, 320.000 jovens encontram-se excluídos voluntariamente do exercício do voto. Problema da pesquisa: Como promover processos educativos para a construção da identidade eleitoral dos jovens, para a cidadania plena? Objetivo geral: Analisar a promoção de processos educativos para a construção da identidade eleitoral dos jovens, tendo em vista a cidadania plena. Metodologia: A pesquisa será qualitativa e quantitativa, após a abordagem teórico-prática, cujo foco é entender os motivos que levam à evasão dos jovens do processo eleitoral. Inicialmente, será realizado levantamento documental e bibliográfico; no segundo momento, será proposto um questionário objetivo online que terá como finalidade fazer um levantamento quantitativo das percepções dos jovens acerca das categorias de análise e selecionar os jovens estudantes que participarão da técnica do focus group. Como tal, serão efetuados oito focus groups com jovens entre 16 e 17 anos de idade das Escolas de Ensino Médio do Município de Laguna (SC), que participarão da pesquisa qualitativa, de forma a entender suas percepções quanto ao processo eleitoral, visando à cidadania plena. Dentro de uma visão fenomenológica, se utilizará a triangulação de métodos para a compreensão dos dados coletados. Segundo Minayo (2010), tanto a literatura nacional como a internacional “[...] evidencia que a triangulação é uma estratégia de investigação voltada para a combinação de métodos e técnicas”. Na dimensão de análise dos dados, consoante à triangulação, primeiro, deve-se fazer a preparação dos dados empíricos coletados e, segundo a análise propriamente dita, implicando uma reflexão sobre a percepção dos sujeitos sobre determinada realidade e as relações estabelecidas no interior das estruturas sociais. Para isso, recorre-se a autores que pesquisaram a temática trabalhada e, por fim, sobre as próprias estruturas que permeiam a vida em sociedade (MINAYO, 2010). Os resultados obtidos permitirão a elaboração de uma proposta de política pública sobre a educação para a identidade eleitoral dos jovens no município de Laguna.

Palavras-chave: Cidadania Plena; Identidade Eleitoral; Educação; Democracia.



IMPLANTAÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR COMO COMPONENTE CURRICULAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAJAÍ (SC)

CE SOARES, Andrey Felipe¹⁵⁷

BENTO, Karoline¹⁵⁸

SILVA, Claudio da¹⁵⁹

RESUMO

A Secretaria Municipal de Educação de Itajaí implantou na Rede Municipal de Ensino, por meio da Resolução do COMED 011/2021, o Componente Curricular Projeto Integrador, inserido do 1º ao 5º ano, uma aula semanal para as turmas do 1º e 2º ano e duas aulas semanais para as turmas do 3º, 4º e 5º ano. Após um ano de aplicação, efetiva-se o movimento de implantação do referido componente curricular, reformulando-o de acordo com a necessidade emergente levantada pelos profissionais das Unidades de Ensino. Essa reorganização curricular para o trabalho com Projetos Integradores, de forma contextualizada, bem como, inter e transdisciplinarmente, atende aos preceitos da BNCC. Assim como, segundo a Lei n. 2944/2021, que “Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir os temas do empreendedorismo e da inovação nos currículos da educação básica e superior”; e, em tempo, considerando as deliberações do Currículo Base do Território Catarinense – CBTC (2019), das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Itajaí (2020) e dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP’s) das Unidades de Ensino de Itajaí, que compreendem o princípio norteador da investigação científica para a construção do conhecimento por meio do desenvolvimento de habilidades e competências com foco nas aprendizagens essenciais para a formação integral dos sujeitos. Problema da pesquisa: Um projeto focado no protagonismo do professor ombreado com o protagonismo do aluno via a mediação da aprendizagem, se bem construído e executado, geralmente contempla metodologias inovadoras para trabalhar determinadas temáticas, para que sejam despertados o desejo e o prazer de aprender e apreender, efetivando uma aprendizagem significativa. Sob essa ótica, sinalizamos para a importância em se dialogar com a escola e com seus pares sobre a necessidade emergente em se efetivar novas ações pedagógicas que garantam o aprendizado de maneira mais eficiente e abrangente. Para o componente curricular projeto integrador, ficam definidas as seguintes unidades temáticas: Educação Empreendedora, Educação Financeira e Educação Sustentável, a serem desenvolvidas por meio de habilidades previamente definidas e trabalhadas inter e transdisciplinarmente. Habilidades estas que estão alocadas em todos os bimestres e atendendo as três unidades temáticas em questão. Não há uma divisão temática por bimestre, ou seja, as três temáticas precisam ser trabalhadas de forma integrada por meio dos projetos de investigação científica (ciência – construção do conhecimento), visto o objetivo geral deste componente curricular. Importante salientar que o trabalho com projetos integradores deve resguardar o olhar atento para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da interpretação e do raciocínio lógico-matemático em consonância

¹⁵⁷ Doutor em Educação. Membro da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí (SME). *E-mail:* cesores@gmail.com.

¹⁵⁸ Mestre em Educação. Membro da SME. *E-mail:* kakarolinebento@hotmail.com.

¹⁵⁹ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* cwylla@hotmail.com.



com as dez competências gerais da BNCC (2017), bem como as orientações das Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Básica de Itajaí (2020), particularmente as Matrizes de Habilidades. A questão problema que impulsionou a implantação do referido componente curricular aborda a pertinência de se descobrir como atender à legislação vigente que prevê práticas pedagógicas no contexto da sustentabilidade, do empreendedorismo e da educação financeira; além de dar continuidade na implantação do 1/3 da hora-atividade. Objetivo do estudo: O objetivo geral do componente é fomentar projetos integradores com foco no desenvolvimento de competências, visando a implementar os processos interdisciplinares e transdisciplinares no currículo, com ênfase na potencialização do diálogo entre as habilidades de variados componentes curriculares em prol da formação integral dos sujeitos. Metodologia: Trabalhar com projetos pedagógicos é uma forma de melhorar a qualidade de aprendizagem, de forma inovadora por meio de diversos aspectos filosóficos, pedagógicos que potencializam além da interdisciplinaridade, a contextualização e/ou a transdisciplinaridade; comprovando que as diversas áreas do conhecimento se complementam e dialogam entre si sobre os mais diversos temas transversais contemporâneos (BNCC, 2017). Um projeto, focado no protagonismo do professor ombreado com o protagonismo do aluno via mediação da aprendizagem, se bem construído e executado, geralmente contempla metodologias inovadoras para trabalhar determinadas temáticas, para que sejam despertados o desejo e o prazer de aprender e apreender, efetivando uma aprendizagem significativa. Os instrumentos necessários para a verificação da possibilidade de implantação do projeto integrador e que resultaram num documento prévio de viabilidade, consistiram em aportes físicos e digitais que nortearam a pesquisa para fundamentação da proposta e constantes encontros com gestores e supervisores da secretaria municipal de educação. O documento, assim, caracteriza-se como resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória, do tipo documental. Resultados: Trabalhar essa proposta traz inúmeros benefícios para a educação, pois reflete em um ensino em que os alunos são envolvidos nas temáticas discutidas em sala de aula, portanto mais significativo; promove a interdisciplinaridade, porque os objetos de conhecimento não são tratados de forma isolada, mas sim dentro de uma problemática mais ampla; oportuniza o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, uma vez que sua base é o diálogo, o que leva o aluno a descobrir o conhecimento, e não receber informações prontas a serem memorizadas; e, por fim, aproxima professor e aluno, pois juntos passam a assumir o papel de construtores do conhecimento. Em tempo, o planejamento das atividades para o componente curricular: Projeto Integrador segue a lógica dos demais componentes, mapeando as habilidades a serem desenvolvidas do determinado recorte temporal, os objetos do conhecimento em questão, os procedimentos (caminhos metodológicos) para o contexto que ora se constitui e a avaliação, conforme preconiza a Resolução n. 001/COMED/2019, alterada pela Resolução n. 003/COMED/2019. No entanto, ao se trabalhar com projetos, há de se registrar no planejamento, ainda, qual a justificativa do projeto, a questão-problema norteadora, bem como, as prováveis hipóteses que serão averiguadas ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. Lembremo-nos que o projeto surge da necessidade identificada pelo professor, diante do observado nos alunos ou construído pelo professor diante das curiosidades levantadas pelos alunos. As habilidades a serem desenvolvidas são as contempladas na Matriz do Projeto Integrador, e elas são específicas para cada fase dos anos iniciais (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental). Neste movimento, o uso de metodologias ativas pode potencializar o processo de ensino e de aprendizagem, no qual alunos e professores são protagonistas ao longo do desenvolvimento de todo o projeto integrador. O professor continua a ser o responsável por mediar o processo de descobertas que colaborem para sua formação integral de maneira integradora e estimulante. O projeto possui esse território rico de integração entre os temas contemporâneos transversais e as demais



habilidades desenvolvidas nos outros componentes curriculares que compõem a formação integral. Nesse processo, problematizar significa partir de uma situação, na qual alunos e professores buscarão, juntos as respostas necessárias para a compreensão dos temas estudados. Significa também vir ao encontro do pressuposto de que o próprio aluno deverá reconhecer as limitações do conhecimento de senso comum e a necessidade de aprimorá-lo. Esse é o momento de ruptura, o qual promove o desequilíbrio do que já se sabe, provocando a necessidade de se conquistar estabilidade do conhecimento. Trabalhar essa proposta traz inúmeros benefícios para a educação, pois reflete em um ensino em que os alunos são envolvidos nas temáticas discutidas em sala de aula, portanto mais significativo; promove a interdisciplinaridade, porque os objetos de conhecimento não são tratados de forma isolada, mas sim dentro de uma problemática mais ampla; oportuniza o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico, uma vez que sua base é o diálogo, o que leva o aluno a descobrir o conhecimento, e não receber informações prontas a serem memorizadas; e, por fim, aproxima professor e aluno, pois juntos passam a assumir o papel de construtores do conhecimento.

Palavras-chave: Educação; Projeto Integrador; Componente Curricular; Protagonismo; Aprendizagem.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DIGITAL: DESAFIOS DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO ANALFABETISMO DIGITAL

SILVA, Flavio Henrique Bertoldi da¹⁶⁰
GOLEMBIEWSKI, Carlos¹⁶¹

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar os modelos de políticas públicas de educação para usuários diversos e alunos do ensino fundamental preconizadas em lei, em busca de programas de educação para o mundo digital (o que corresponde a um letramento digital). Para isso, avalia a internet, sua inserção no Estado democrático de direito e como direito fundamental para, então, revelar se há prestação estatal no sentido de uma inclusão digital. Oportunamente, indica-se a necessidade de uma definição da expressão educação digital no estudo. Ao se falar em educação digital, educação informática ou alfabetização digital, refere-se à estrutura de educação para o uso da internet e de outras ferramentas digitais; comparativamente, a expressão equivale a uma educação para o mundo digital. Portanto, não se trata de uma educação baseada em ferramentas digitais, como, por exemplo, aulas a distância, telecursos ou equivalentes à educação virtual. A pesquisa compõe-se como um artigo reflexivo, cuja questão problema central reside em documentar as políticas públicas existentes na área da educação digital e da inclusão digital. Quanto à metodologia, na fase de investigação, utiliza-se o método indutivo. A respeito do que compreende tal método, indica Gil (2008) que parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior; aqui, a generalização não é o que se busca num primeiro momento, mas é constatada pela observação de casos concretos diversos, suficientes a confirmar essa realidade. Ainda, empregam-se as técnicas da análise e interpretação, indicadas por Gil (2008) como estritamente relacionadas: a análise cuida da organização e sumarização dos dados, de forma a possibilitar o alcance de respostas ao problema proposto para investigação. A interpretação, por seu turno, objetiva a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos. Finalmente, há ampla pesquisa bibliográfica, consistente, na avaliação de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008). O artigo desenvolve-se no âmbito de pesquisa de dissertação, cujo pesquisador é bolsista do Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU). Das constatações da pesquisa, a história revela que o modelo de inclusão digital no Brasil é sinônimo do padrão de inclusão social como um todo: desenvolveu-se especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, com enfoque na inclusão pelo consumo – o acesso às tecnologias tornou-se signo de ascensão econômica. Contudo, tais processos de inclusão pelo consumo não foram acompanhados de políticas públicas no tema da alfabetização digital ou mesmo da preparação para os riscos do ambiente digital. Dos resultados obtidos, tem-se que as políticas públicas legislativamente preconizadas encontram-se difundidas em instrumentos legislativos, como a lei de diretrizes educacionais e o marco civil da internet, estando colocadas não propriamente em obrigações da administração pública, mas em conteúdo

¹⁶⁰ Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Especialista em Direito Constitucional pela Univali. *E-mail*: flaviobertoldi@edu.univali.br.

¹⁶¹ Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor titular do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali. *E-mail*: carlosinterligado@yahoo.com.br.



principiológico, balizas que devem orientar a afixação de conteúdo político. Essa ausência de uma textura obrigatória, acaba por manter as previsões legislativas num campo ideário: são, por assim dizer, guias, ausentes de um tronco que lhes dê exigibilidade. Esse atributo principiológico – que afasta do campo da concretude as medidas existentes em lei – deságua em certa inexpressividade do conteúdo já editado. Ao mesmo passo, as políticas públicas de acesso à internet, que se referem como políticas de inclusão digital, em nada preconizam sobre alguma espécie de contraprestação preparatória ou mesmo afixam tratamento diferenciado entre alunos-usuários e usuários externos ao sistema de ensino público. A inclusão dá-se unicamente pela disponibilização de acesso à internet, sem, ao menos no campo documentado, qualquer preparação para o uso das ferramentas digitais por meio do letramento digital. A título de reflexão, pontua-se a necessidade de integração entre as políticas de educação, educação digital, inclusão social e inclusão digital, dando aos cidadãos condições para desenvolvimento de habilidades correlatas ao ambiente eletrônico e, ainda, para que sejam protagonistas do próprio processo de inclusão. Assim, crê-se, o acesso à internet deixa de ser tratado como um mero signo de ascensão social e passa a ser uma ferramenta correlata dos demais direitos fundamentais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Digital; Influência Digital; Inclusão Digital; Inclusão Social.



TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS E SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E PROFESSORAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE RONDÔNIA

FREITAS, Maria Aparecida de Oliveira¹⁶²
DELFINI, Ana Cláudia¹⁶³

RESUMO

O estudo em andamento teve início a partir do problema da pesquisa em consideração aos discursos dos docentes do componente curricular de Geografia, que expõem em suas narrativas cotidianas as dificuldades em trabalharem com os conteúdos propostos devido ao desinteresse dos estudantes pelos temas, lembrando a existência de um currículo mínimo a cumprir. Destacam-se, ainda, as suas reflexões sobre as percepções dos professores quanto à sua trajetória profissional à luz das discussões de gênero e do trabalho docente. É importante entender em qual contexto esses docentes estão inseridos, e quais as suas perspectivas quanto à sua trajetória no ensino da Geografia. O objetivo da pesquisa será analisar as trajetórias profissionais e o sentido do trabalho docente pelos professores e professoras de Geografia de uma escola de ensino fundamental da rede pública estadual localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. As categorias de análise da investigação são: os professores do componente curricular de Geografia da E.E.E.F. Duque de Caxias para que se possam conhecer as suas histórias na docência. A metodologia se desenha numa pesquisa de cunho qualitativo e de campo, com uma coleta de dados acontecendo por meio de entrevistas semiestruturadas e a observação com os sujeitos da pesquisa ministrantes do componente curricular de Geografia na escola em questão. As análises dos dados e dos discursos dos informantes estão acontecendo sobre as seguintes observações: Como eles e elas se inseriram na docência? O magistério ainda é um espaço de presença majoritária de mulheres professoras? Na área da Geografia são mais mulheres ou homens? Quais as barreiras e dificuldades que eles/elas tiveram para inserir-se na docência? Isso só está sendo possível a partir da utilização de um roteiro com questões abertas sobre: o sentido do trabalho docente; a sistematização do perfil socioeconômico, educacional, geracional, étnico-racial, de gênero e orientação sexual dos professores da Escola; a relação da categoria sentidos do trabalho docente com as percepções dos professores(as) sobre a sua trajetória profissional no ensino do componente curricular de Geografia. Os procedimentos metodológicos para apreciação das informações geradas estão sendo a análise de conteúdo. A construção do texto dissertativo vem se organizando com o aporte de levantamento bibliográfico, de textos publicados na Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O referencial teórico compõe-se de autores que fazem a discussão de docência, gênero e educação. A relevância social da pesquisa está na premente necessidade de conhecer o perfil dos(as) professores(as) do componente curricular de geografia, e perceber como desenvolvem sua prática docente. Busca-se, com este projeto, contribuir com um ensino de

¹⁶² Graduada em Geografia (UNIR); Especialista em Ensino de Geografia (UNNINTER); Mestranda do Programa do Mestrado de Educação da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

¹⁶³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e do Mestrado em Educação da Univali. *E-mail:* anaclaudia.univali@gmail.com.



Geografia inclusivo e igualitário no sentido de gênero por meio do conteúdo e a prática docente. Acreditamos que com esta pesquisa possamos conhecer as trajetórias dos professores e professoras do ensino de geografia, ouvindo as suas histórias de vida profissional, as dificuldades enfrentadas, as suas satisfações enquanto docentes, tendo, como amostra, quatro professoras e professor da E.E.E.F. Duque de Caxias, porém estamos ouvindo também dois professores lotados em outras instituições de ensino público e privado, um professor em função administrativa, fazendo uma amostra de sete docentes, permitindo a possibilidade de conhecer histórias que se construíram dentro dos muros da escola, cenário da pesquisa, e depois foram para outros ambientes profissionais. A observância desses dados é imprescindível para se criar possibilidades de um exercício na docência de geografia com competência e satisfação.

Palavras-chave: Educação; Geografia; Sentido Docente; Gênero; Feminização.



AS INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS BRASILEIRAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

BAUMGÄRTNER, Lucas Vitor¹⁶⁴
DELFINI, Ana Cláudia¹⁶⁵

RESUMO

A política é o meio de gestão e coordenação de uma determinada sociedade. O foco principal é subjetivo e seria de criar estratégias para o bom funcionamento de determinada população. Controle das contas públicas, resolubilidade de problemas sociais e apoio a projetos de educação, saúde, cultura, transporte, segurança, assistência social, ambiental, entre outros setores da vida pública são pontos importantes de gerência. Para a política acontecer, existe um ser político, este é representado, no Brasil, como uma democracia representativa. Ou seja, através dos votos populares, elegemos um candidato para a representação da população nas esferas citadas acima, de gestão e coordenação de ações da sociedade. Em tese, o intuito do trabalho destes sujeitos é de sempre ter índole, ética e moral para com o seu trabalho, uma vez que têm a responsabilidade sobre a vida de milhões de pessoas no que diz respeito à economia, alimentação, ao transporte, à saúde e à educação, direitos básicos e comuns à vida humana. O surgimento dos estudos sobre política pública deu-se no Pós-Guerra Fria, como forma de enfrentar as consequências do conflito. Para efetivação da Política, é necessário explicar as inter-relações entre: Estado, Política, Economia e Sociedade. Em outras palavras, para elaboração de uma política pública, deve-se comprovar o problema identificado na sociedade, a descrição do que se pretende fazer, o setor financeiro ou econômico sobre a política pública e o benefício para a sociedade. A partir dessas considerações, justificamos este trabalho no campo pessoal, pois buscamos conscientizar e conseqüentemente refletir sobre a distribuição dos valores financeiros nos setores da gestão política, em especial na educação. Pensando em um avanço do país, gostaríamos que os problemas (fraudes, corrupção, persuasão, etc.), por trás de toda política pública, diminuíssem e se tornassem mais transparentes e claras para a população. Profissionalmente, na área da educação, precisamos ser mais críticos com a elaboração de políticas públicas. Para um crescimento positivo de uma sociedade, os gastos e incentivos com educação precisam ser priorizados. Criticar políticas de “laranjas” (quem escolhe e quem ganha) nesta área, minimizando desvios de dinheiro e ampliação da oferta, acesso e permanência da população nas instituições de ensino são outras possibilidades. Academicamente falando, é possível, através de pesquisas como esta, elucidar os cidadãos para com a máquina pública em que nos deparamos nos setores da sociedade. Problema de pesquisa: Para tal, tomamos como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais as implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo. Objetivo geral. Para tanto, buscamos a partir do objetivo geral: Compreender as implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo. Metodologia da pesquisa: Sendo assim, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica,

¹⁶⁴ Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* lucasvbaumgartner@gmail.com.

¹⁶⁵ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e do Mestrado em Educação da Univali. *E-mail:* anaclaudia.univali@gmail.com.



com o objetivo exploratório por meio do procedimento bibliográfico. Analisamos seis textos para elaboração desta revisão bibliográfica sobre política pública em educação, a saber: “Políticas Públicas: uma revisão da literatura”; “Globalización, mercantilización y privatización: tendencias internacionales en Educación y Política Educativa”; “Laboring to Relate: Neoliberalism, Embodied Policy, and Network Dynamics”; “Múltiplas formas de materialização do privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta”; “O financiamento e a gestão da EB: a relação entre o público e privado”; “Non-state actors in education: Who chooses? Who loses?”. Principais resultados: Inicialmente, apontamos que as formas de influência do sistema privado na educação pública vêm crescendo exponencialmente nos últimos anos. O discurso que a escola pública é ruim, as pesquisas, índices e gráficos mostraram que a qualidade da educação pública diminuiu, isto faz com que o mercado privado que influencia a educação ganhe relevância. Sendo assim, influências neoliberais fizeram com que as ditas “parcerias público-privado” ganhassem força a partir da terceira via. Essas parcerias buscam a universalização da Educação Básica e Superior, fomentando as instituições de ensino privado a ofertarem cursos, haja vista que o público não tem estrutura para receber todas as demandas. O público envia dinheiro às instituições privadas para desenvolverem os cursos. São alguns dos exemplos: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Jovem Aprendiz; Creches e escolas privadas; Instituições de Ensino Superior. As instituições que recebem o dinheiro e ofertam essas modalidades de ensino enriquecem (mas isso não é um problema). O problema está na relação com que se faz essas parcerias. O discurso do político é que assim agindo o setor público poupa dinheiro com estruturas físicas, professorado, gestão, manutenção entre outros bens a serem financiados. Pagando para entidades que fomentam esses cursos, o Estado não tem controle sobre o que é lecionado e, muito menos, sobre a qualidade do ensino, que, muitas vezes, é legislado por uma ótica de mercado, neoliberal. Não há problema com a possibilidade de o privado fornecer a educação; o problema é o estado não assegurar programas de monitoramento deste serviço. Outro ponto bem importante é a relação com que as instituições de ensino privado conseguem essas parcerias público-privadas. As pesquisas que são financiadas por institutos, instituições de ensino superior, instituições escolares privadas sempre passarão somente os resultados positivos, pois precisam vender, receber dinheiro, assim, mascarando os dados ruins. Então, há aqui um dilema a ser levado em conta pelos políticos nos momentos de leitura de resultados e escolha de parcerias. Apesar de haver lado “bom” nessa história, o ruim é que, além das ideias políticas que serão explícitas nas novas políticas educacionais, há de se pensar sobre a lógica de lucratividade dessas empresas, tratando a educação como um produto. Espera-se, com este trabalho, que se possa valorizar a escola pública, compreender os fenômenos por trás de todo “investimento” em educação e fazer um alerta para os negócios neoliberais na educação. A educação pública é boa! A educação pública é de qualidade, sim! E a escola pública corre perigo! Este trabalho tentou trazer reflexões acerca das implicações no avanço das políticas públicas de educação sob influência do neoliberalismo. Descobrimos que a educação está sendo tratada como um commodity com ótica de mercado. Sabemos que os frutos da educação não são produtos, portanto, na educação não podemos ser linha de produção! A educação precisa ser condicionada a fatores não produtivos. Percebemos que os negócios em educação estão gerando inúmeros lucros para empresas de laranjas. Digo laranjas porque, em sua maioria, os fornecedores de produtos e serviços para o setor público são parentes, conhecidos ou de intimidade próxima dos políticos. Os políticos, como descrito na introdução, são os representantes eleitos do povo e estes estão se deixando levar pela influência de poderosos (os ricos). A ótica do capital ultrapassa qualquer qualidade de ensino. A visão do capital é de vender a maior quantidade pelo menor preço. Entretanto, não podemos seguir essa lógica na escola pública. Quando alguém (em campanha política) recebe



algum tipo de auxílio financeiro ou outrem, este está com o “rabo preso” com o sujeito fornecedor. Essa ajudinha na candidatura poderá ser retribuída em forma de uma legislação, um aval ambiental, uma liberação de obra em local inapropriado e assim por diante. Para finalizar, me parece que há um consenso entre os políticos a nível regional/nacional que gastos com educação (no próprio sistema de ensino público) não são viáveis. Talvez a não política de investimento em educação seja uma política de privatização de ações.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Políticas Públicas em Educação; Neoliberalismo.



PERCEPÇÕES DE HOMENS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE E RELAÇÕES DE GÊNERO

GATTO, Eliane¹⁶⁶

RESUMO

No Brasil, como também em outros países, o trabalho docente na educação infantil é uma área predominantemente feminina. Neste artigo, que faz parte da construção teórica de uma tese de doutorado, traremos uma discussão teórica sobre sentidos do trabalho docente e relações de gênero sob percepção dos homens professores. A educação infantil, também conhecida como primeira etapa da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos de idade. Nesta fase, terão o primeiro contato com a escola e, por isso, demanda uma série de cuidados. É considerada por muitos pesquisadores como uma das mais importantes etapas da formação da criança, por ser o local de convívio com outras pessoas fora do convívio familiar. Sendo assim, os sentidos e desafios do trabalho docente atribuídos pelos profissionais que trabalham com essa fase também precisam ser estudados e destacados. A presença masculina nesta fase, que demanda cuidados físicos, higiênicos e acalento, culturalmente atribuídos às mulheres é um desafio a ser superado pelos homens que escolhem trabalhar nessa fase, conforme apontam as pesquisas de Santos (2020) Oliveira (2019), entre outros. Torna-se necessário, então, refletir sobre as questões de gênero. Carvalho (2010) menciona que o processo de adoção de papéis de gênero tem duas facetas sendo que uma é a descoberta destes e a outra consiste na discriminação na adoção deles, dependendo se é homem ou mulher. A ausência masculina nas salas de aula da educação infantil já resultou em discussões, ainda tímidas, no que tange aos motivos que levam homens a escolherem como formação o Curso de Pedagogia e como campo de atuação a educação infantil. As pesquisas existentes apontam suposições e debates que visam a entender e justificar os motivos pelos quais esses espaços de atuação profissional se construíram como um lugar incômodo e pouco atraente aos homens. Sendo assim, também trago as contribuições dos estudos de Scott (1995), quando afirma que a categoria gênero faz parte da luta e resistência das feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para contrapor ao caráter inadequado das teorias existentes em explicar as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Aos que aceitam exercer a profissão em salas de aula, na educação infantil, precisam superar suspeitas e questionamentos quanto às suas competências no que se refere ao cuidado e atenção necessária à educação de uma criança desta faixa etária. A educação infantil ainda é concebida como espaço de atuação da mulher, concebendo a escola como extensão de casa, na qual as crianças são “cuidadas” por substitutas de suas mães. Monteiro e Altmann (2014) afirmam que isso também inclui as diferenças sociais ou crenças que uma sociedade atribui aos homens e mulheres, que pode diferir dependendo do contexto e que, por sua vez, funciona como mecanismos cognitivos e perceptivos pelos quais, a diferenciação biológica torna-se uma diferenciação social, que delimita a feminilidade e a masculinidade. Além desses desafios, o docente da Educação Infantil faz parte de uma categoria de trabalhadores desvalorizados e precarizados, de onde se deduz que todos os desafios mostrados tendem a proporcionar e agravar seu mal-estar e adoecimento. Problema de pesquisa: Quais sentidos do trabalho docente são atribuídos pelos homens professores na educação infantil na região da AMFRI-SC? Objetivo do estudo:

¹⁶⁶ Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: gattoeliane@hotmail.com.



Investigar os sentidos do trabalho docente que são atribuídos pelos homens, professores na educação infantil. Metodologia: A pesquisa em questão é de cunho qualitativo que, conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 16), “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”. Até o momento, a pesquisa é bibliográfica. Resultados: estado de conhecimento está baseado e fundamentado em produções de dissertações e teses disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), órgão de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT), defendidas nos últimos cinco anos: 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Os filtros utilizados nessa busca na BDTD foram: idioma português, área de educação, seguindo para título no recorte temporal de 2018 a 2022. Os descritores escolhidos foram educação infantil, sentidos do trabalho docente, gênero/ masculinidade e professor homem. A produção acadêmica que envolve os descritores escolhidos é vasta. O passo seguinte foi a leitura dos resumos das teses e dissertações, a fim de selecionar os estudos que contribuirão com nossa pesquisa. Visando a selecionar trabalhos (teses e dissertações) que mais se aproximam do tema que esta pesquisa se propõe, foram utilizados como critérios novos parâmetros, sendo eles: a) a relação com o objeto de pesquisa; b) a temática abordada na pesquisa. O passo seguinte foi executar uma leitura exploratória (resumos, introdução, objetivos, perguntas de pesquisa e considerações finais). Essa leitura levou a eliminação de alguns trabalhos em função da pouca ou nenhuma relação com o objeto de estudo dessa pesquisa. Após essa análise, foram selecionados 13 trabalhos. A leitura das referidas pesquisas, quanto ao tema sentidos do trabalho relatam um desgaste do trabalho docente na educação infantil em função da desvalorização profissional, “descomprometimento” das famílias, salas lotadas que resultam em desgaste e adoecimento dos profissionais. Os principais autores que fundamentam esses trabalhos são: Nóvoa (1995); Duarte (2000); Sabbag (2017); Santana (2017); Mészáros (2011); Lukás (2013) e Soares (2006). Os resultados demonstram que foi necessário compreender as várias relações de gênero e classe social no processo de constituição identitária das professoras, revelando algumas determinações históricas, econômicas e políticas. Também ficou evidente que as profissionais se sentem desmotivadas diante dos desafios que o atuar pedagógico na educação infantil exige, levando-as ao adoecimento. Já quanto aos trabalhos que envolvem a temática gênero e masculinidade na educação infantil os principais autores que fundamentam os trabalhos foram: Scott (1995, 1998), Louro (2007, 2012), Bosi (1994), Dematini e Antunes (1993), Rodrigues (2014), Sarat (2004, 2009) Pereira (2016) Sayão (2005) Carvalho (1999). Os resultados demonstram que a profissão de professor(a) da educação infantil é considerada ainda uma profissão feminina em função do cuidado para com as crianças. Ainda existem estereótipos, julgamento de valores, medo e desvalorização social do espaço ocupado pelos homens que atuam na educação infantil. Esta reflexão chegou às seguintes considerações: que o docente da Educação Infantil faz parte de uma categoria de trabalhadores desvalorizados e precarizados. Os resultados quanto às questões de gênero/masculinidade na educação infantil encaminham para reflexões que envolvem estereótipos, discriminação, julgamento de valores, medo e desvalorização social do lugar ocupado por esses homens e seu trabalho na Educação Infantil. Quanto à temática gênero/masculinidade, as pesquisas demonstram um certo estranhamento quando se trata da presença do homem como docente na educação infantil. Sendo assim, é necessário fazer com que as vozes desses homens sejam cada vez mais ouvidas e que eles tenham sua formação, pautada no cuidado e na educação das crianças, sempre respeitada, possibilitando uma abertura cada vez maior para a entrada desses profissionais na educação infantil, sem o peso do preconceito, tão forte ainda na carreira dos professores homens de educação infantil.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Sentidos do Trabalho; Trabalho Docente; Professor; Educação Infantil; Gênero.



PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL TÉCNICO NAS CATEGORIAS LIVRES AMADORAS DE PÁDEL: ENSAIO

SCHERER, Osmar J. F.¹⁶⁷

STEINER, Jean Paul¹⁶⁸

FARINA, Elaine C. R.¹⁶⁹

RESUMO

O pádel é uma modalidade esportiva entre os vários esportes de raquetes regulamentado e organizado a nível mundial pela Federação Internacional de Pádel (FIP). É um esporte novo no Brasil, sua entrada no país foi pela região sul, no final da década de 1980, quase 100 anos após a sua origem (1890). O jogo acontece em uma quadra cercada em toda a sua dimensão, dividida simetricamente em duas áreas de jogo. O piso pode variar entre alvenaria ou similares, mas, recentemente, pela dinâmica e evolução do esporte, tem-se adquirido oficialmente o uso de grama sintética especializada. É uma modalidade de esporte de raquetes que é disputada sempre em duplas, podendo se especializar nas áreas de quadra, na direita (drive) ou na esquerda (revés), conforme a condição física, psicológica e de habilidades nos golpes. A bola é muito próxima a uma bola de tênis, com pequena variação no tamanho, peso e pressão. O diferencial deste esporte recai sobre a interação com as paredes que cercam a quadra, aumentando o volume de jogo, isto é, permanecendo a bola em jogo por mais tempo (em disputa) tornando-o mais dinâmico pela possibilidade de recuperação da bola, quando comparado ao tênis. Após pandemia, o pádel cresceu exponencialmente no país, trazendo a necessidade de desenvolver estratégias para organizar os praticantes e atletas conforme o nível técnico para o enquadramento nas categorias que a modalidade prevê para a disputa. Por ser um esporte de jogo fácil, pode ser praticado por qualquer pessoa, independentemente da habilidade, aptidão física ou idade, com o objetivo de lazer ou competição, o enquadramento tem o objetivo de igualar as condições de jogo, justificando a formação das categorias. Em relação às categorias: existem a profissional, amadora, menores e seniores. Nas categorias que envolvem idade, como menores e seniores, ficam mais evidente as classificações e o enquadramento, porém, para os seniores, pode haver subdivisões como nível A, B, C e D para a mesmo grupo de idade, por exemplo. A representação das categorias na modalidade amadora se apresenta de forma crescente de nível técnico: iniciantes, 5ª, 4ª, 3ª e 2ª. Problema de pesquisa: O enquadramento nas categorias tem sido de forma empírica, pelo treinador ou professor, ou mesmo por meio de autoavaliação do praticante, baseado em critérios subjetivos ou pelo nível ao seu redor de convivência. A dificuldade recai, principalmente, sobre as categorias livres amadoras, tendo a necessidade de criação de uma referência para avaliação quanto ao critério técnico para classificação. É possível estabelecer critérios para classificação em categorias por meio de um protocolo constituído de testes com golpes de precisão? Objetivo do estudo: A criação de um protocolo de avaliação para a classificação nas categorias, um ensaio que buscou avaliar

¹⁶⁷ Graduado em Educação Física pela FEEVALE; técnico da Seleção Brasileira de menores pela Confederação Brasileira de Pádel. *E-mail:* ojscherer@gmail.com.

¹⁶⁸ Mestre em Atividade Física e Saúde (UCO – Universidade de Córdoba/Espanha). *E-mail:* jeansteiner70@gmail.com.

¹⁶⁹ Mestre em Ciências da Reabilitação Neuromotora (Universidade Bandeirantes de São Paulo. Professora da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) nos cursos de Educação Física e Fisioterapia. *E-mail:* ec.farina@gmail.com.



tecnicamente os atletas por meio de um circuito com técnicas e fundamentos específicos da modalidade avaliando a precisão dos golpes de “fundo” de quadra e de “rede” para verificar se existia diferença entre as categorias estudadas. Metodologia: No tênis, existe o protocolo International Tennis Number (ITN), proposto em 2004 pela Federação Internacional de Tênis (ITF) que consiste em classificar e representar o nível de jogo de um tenista. Esse protocolo foi utilizado e adaptado para este estudo, pela semelhança entre os esportes de raquetes na sua constituição e estruturação técnica. Por meio de um circuito foram realizados os testes com precisão dos golpes no “fundo” de quadra e na “rede”, com objetivo de direcionar os golpes em áreas ou em alvos (tapetes com medidas de 30cm x 50cm) colocados na quadra oposta. Os fundamentos e recursos técnicos utilizados nestas áreas de jogo foram: a) no fundo de quadra – saque, devolução do saque, rebatidas de fundo sem parede, saída de parede (parede de fundo), defesa de parede lateral (uma e duas paredes), contra parede de fundo e lob, realizados com a direita (forehand) e revés (backhand); b) na rede: voleio de direita e de esquerda e os smashes, estes somente com o lado dominante do atleta (bandeja, smash de contenção e de aceleração), ambos na direção diagonal e paralela, além do remate pelo 3 metros lateralmente (smash de definição). Cada série era composta por oito bolas, lançadas pelo treinador/professor: as três primeiras eram apenas para a aprendizagem, sem a contagem dos acertos e erros, a partir da 4ª bola eram pontuados. Este resumo tem como referencial os órgãos que regulamentam a modalidade nacional e internacionalmente, a Confederação Internacional de Pádel e a Confederação Brasileira de Pádel (2022) para os conceitos, estrutura e história do esporte; colaborando com a metodologia foi utilizado como base o protocolo ITN (International Tennis Number, 2004) da Federação Internacional de Tênis; Nito Brea (2010) e Carvajal (2008) nas concepções técnicas e táticas da modalidade. Tratou-se como pesquisa descritiva exploratória, para a estatística foi utilizado o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis (software SPSS, versão 16.0). Participaram do estudo 12 atletas do sexo masculino ranqueados em um circuito estadual no sul do país, quatro atletas para cada categoria (4ª, 3ª e 2ª), sendo dois jogadores de direita e dois jogadores de esquerda. Resultados: para os golpes de precisão no “fundo” de quadra, a média de acertos nas categorias foi 31,8 (4ª), 37,8 (3ª) e 41,8 (2ª), o resultado entre as categorias nesta área de jogo foi $p=0,153$, não havendo diferenças estatísticas. Porém, ao analisar os golpes de precisão na “rede” foi possível constatar uma diferença significativa ($p \leq 0,050$), indicando que os atletas de 2ª categoria (nível técnico mais alto) são mais regulares na área de rede, e os jogadores da 4ª categoria são mais regulares no “fundo” de quadra.

Na soma total entre as áreas de jogo “fundo” de quadra e na “rede”, os resultados evidenciam que os atletas da 2ª categoria, de modo geral, apresentaram golpes mais precisos quando comparados às categorias abaixo. Considerações: Para tal afirmação sugerimos a ampliação da amostra, bem como, aplicar em atletas do sexo feminino para viabilizar o protocolo para ambos os sexos. Estes foram os primeiros passos para estabelecer critérios com o objetivo de desenvolver um protocolo de avaliação para enquadramento de nível/categoria no pádel. Estabelecer um protocolo como forma de avaliação parece ser possível. Observou-se na prática que sua aplicação foi extensa e demandava da experiência e da habilidade do professor/técnico, destacando a importância do avaliador no processo em relação aos lançamentos para a execução dos golpes. Com o crescimento exponencial de praticantes e atletas de pádel no país, foi considerada a redução do número de golpes e técnicas a serem avaliados para se tornar mais prática e viável a aplicação do protocolo. Pesquisas realizadas para essa modalidade são raras, por isso, acreditamos ser de grande relevância este ensaio para o desenvolvimento de critérios, por meio de um protocolo de avaliação que possa auxiliar técnicos e professores a classificar os atletas, a partir do seu nível técnico para o enquadramento das categorias, favorecendo a uma disputa mais equilibrada.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Pádel; Esporte; Raquetes; Protocolo; Avaliação.



AS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA REGIÃO SUL DO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: ONDE ESTÁ A EDUCAÇÃO FÍSICA?

MORAIS, Karine Helena¹⁷⁰

ALVES, Adriana Gomes¹⁷¹

FABER, Juliana Andreatta¹⁷²

RESUMO

Com a inserção das diferentes tecnologias no ambiente escolar, levantam-se novas perspectivas metodológicas de se contemplar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos educacionais, sendo necessária uma preparação adequada da escola para entender como trabalhar corretamente com essa demanda tecnológica para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), uma preparação (formação) que não se prenda somente em teorias, mas que ultrapasse o que encontramos nos livros e constitua relações com a sociedade em que estamos inseridos, uma sociedade em que, nós sujeitos, utilizamos diferentes ferramentas tecnológicas. São notáveis mudanças tecnológicas relevantes que adentraram o contexto escolar e hoje são uma realidade nas instituições privadas e públicas de ensino. Os recursos tecnológicos que se apresentam nas escolas, em forma de laboratórios de informática, tablets, projetores multimídias datashow, salas de vídeo, smartphones, transformaram o modus operandi dos professores planejarem suas aulas, seja na educação infantil ou no ensino médio, necessitando de uma adaptação para o desenvolvimento do trabalho com essas ferramentas tecnológicas, para obtenção de melhorias no processo de ensino-aprendizagem dos discentes. Mesmo tendendo para um avanço significativo, o contexto escolar e a Educação Física ainda não possuem aspectos de uniformidade suficientemente claros, principalmente em questões tecnológicas, metodológicas, conceituais e políticas para colaborar com o processo de inclusão digital e apresentar mudanças consideráveis para o atendimento de qualidade, no intento de uma educação para o alcance de todos. É importante ressaltar que este estudo não pretende somente apontar falhas entre a teoria e a prática existentes nas políticas públicas de inclusão digital voltadas para educação, mas sim fazer uma análise das ideias e possibilidades trazidas pelas pesquisas de pós-graduação stricto sensu selecionados da região sul do Brasil, que visam às políticas públicas de inclusão digital no contexto escolar. Se a inclusão das tecnologias atingiu a educação, provocando mudanças, surgem questionamentos que merecem ser discutidos e analisados para o enriquecimento teórico e metodológico da Educação Física, assim como das demais disciplinas. Entre estas indagações destacamos a questão problema: O que os pesquisadores trazem sobre políticas públicas de inclusão digital nas escolas e os recursos tecnológicos como nova tendência utilizada na pesquisa educacional? Tal questionamento sugere uma reflexão feita pelos sujeitos que estão direta e indiretamente relacionados ao ensino da Educação Física e demais atores presentes na educação básica. Dentro desse contexto, este resumo é um recorte de uma pesquisa maior de revisão sistemática de literatura, tendo como objetivo analisar as pesquisas de pós-graduação stricto sensu realizadas na região sul do

¹⁷⁰ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* khelenamoraes@gmail.com.

¹⁷¹ Doutora em Educação e Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC. *E-mail:* adriana.alves@univali.br.

¹⁷² Mestranda em Educação pela Univali. *E-mail:* juliana_faber@hotmail.com.



Brasil, envolvidas na temática sobre as políticas públicas de inclusão digital na educação básica. Dessa maneira, acreditamos que este tipo de estudo serve para orientar o desenvolvimento de estudos futuros e novas investigações, esclarecendo quais métodos de pesquisa foram empregados em diferentes áreas. Posteriormente, foi feita a revisão sistemática de literatura selecionada para o estudo. A busca aconteceu no portal de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), pois engloba os sistemas de informações de pesquisas de Pós-Graduação Stricto Sensu (teses e dissertações) existentes no Brasil. Ao final de maio de 2022, com o intuito de encontrar a maior quantidade de pesquisas relacionadas à temática em questão, evidenciadas na região sul do Brasil, usamos, combinados, os seguintes descritores como critério de busca: “inclusão digital”, “políticas públicas”, “educação”. Como critérios de inclusão desta etapa, foram determinados: a) Pesquisas que se referissem a políticas públicas de inclusão digital com a utilização de recursos tecnológicos no ambiente escolar; b) Pesquisas voltadas à educação básica; c) Recorte temporal de 1997 a 2022; d) Pesquisas realizadas na região sul do Brasil. A escolha do início do recorte temporal, em 1997, explica-se pela implementação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional e aumento dos estudos abordados acerca da temática desta política pública. Foram encontradas 96 pesquisas, das quais foram lidos todos os títulos e resumos, sendo selecionadas 46 pesquisas por estarem em conformidade com os critérios de inclusão deste estudo. As 46 pesquisas selecionadas dividiram-se em nove teses e 37 dissertações. A partir dos resultados e após os critérios de inclusão apresentados, procedeu-se uma filtragem, a fim de se eleger apenas as pesquisas realizadas na região sul do Brasil, ou seja, critério de inclusão “d”. Das 46 pesquisas que passaram pelos critérios de inclusão “a”, “b” e “c”, somente 12 pesquisas foram realizadas entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As 12 pesquisas selecionadas dividiram-se em oito dissertações e quatro teses. Percebe-se um número relativamente pequeno de pesquisas de pós-graduação stricto sensu voltados às políticas públicas de inclusão digital no contexto escolar em todos os estados da região sul, ganhando um pequeno destaque o estado do Rio Grande do Sul, com cinco pesquisas, depois o Paraná, com quatro pesquisas e, por fim, Santa Catarina, com três pesquisas. Diversos foram os estudos aqui encontrados explorando a inclusão digital, em diferentes aspectos, porém, o que evidenciamos são as inúmeras possibilidades de sua utilização dentro do contexto escolar, inclusive nas aulas de Educação Física, que, como mostram as pesquisas inseridas nesta revisão, se mostra um componente curricular pouco explorado na temática da inclusão digital. Os resultados dos estudos evidenciados, em uma visão geral, recomendam o uso das tecnologias como instrumento com potencial de recurso pedagógico potencializador do interesse dos alunos nas práticas pedagógicas nos diferentes componentes curriculares da escola. É nítida a necessidade de pesquisas futuras que criem objetivos envolvendo a inclusão digital no contexto escolar, em que a escola faça leituras que não sejam acríicas com relação a inserção das tecnologias no currículo escolar, leituras essas que foram construídas culturalmente, limitando a possibilidade de diálogo entre escola, professores, tecnologias e alunos. Consequentemente, essa falta de diálogo afeta na interferência positiva que as tecnologias podem atribuir aos sujeitos presentes na escola e em seu desenvolvimento. Para as pesquisas voltadas à temática da inclusão digital e à Educação Física, entendemos que as reflexões e análises ainda estão passando por um processo. Entretanto, é importante ressaltar a relevância da reflexão sobre as tecnologias como ferramenta e recurso de potencialização desse componente curricular, colaborando com as práticas pedagógicas desenvolvidas entendendo as tecnologias como articulação dos conceitos de inclusão, inovação pedagógica, ressignificação das abordagens tradicionais e metodologias ultrapassadas. Dessa maneira e por achar importante a incorporação das tecnologias no contexto escolar, assim como a inserção da escola em uma cultura digital, estudos voltados à Educação Física e à inclusão digital precisam levantar problemáticas e



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

reflexões acerca de políticas públicas de inclusão digital para que a Educação Física não fique à mercê de uma abordagem pedagógica que não acompanha as gerações virtualizadas que estamos ensinando.

Palavras-chave: Inclusão Digital; Políticas Públicas; Educação.



POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL

VIEIRA, Emanuelle de Souza¹⁷³

SILVA, Paula Schlichting da¹⁷⁴

DELVAN, Josiane da Silva¹⁷⁵

RESUMO

Os descobrimentos na infância, a curiosidade por seu próprio corpo e o corpo do outro fazem parte do desenvolvimento psicológico e sexual de crianças saudáveis, que não devem ser privadas disso. Levando em consideração a importância da sexualidade na vida humana, visto que está presente em todo o desenvolvimento, seja físico ou psicológico, faz-se necessário versar como ocorre a sua abordagem nas instituições de ensino. Em meio a discussões sobre a validade do papel socializador da escola em relação à sexualidade, encontra-se a figura do professor, que tem a função de cumprir as propostas do Plano Nacional de Educação e a responsabilidade de estar à frente das demandas das crianças em um país cuja preocupação deve estar voltada para uma educação humanizada. A sexualidade é um movimento do ser humano e faz parte desse ambiente, independentemente da intenção da escola de educar ou negar sua existência. Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e Adolescente, sob a Lei n. 8.069, de proteção integral à criança, ou seja, a pessoa até 12 anos de idade incompletos. Essa política pública busca assegurar, além dos direitos fundamentais, oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Visando a esse desenvolvimento em sua integralidade, ressalta-se a relevância de programas específicos para capacitação e implementação de um projeto de educação sexual infantil. O Programa Saúde na Escola, instituído em 2007, procurou integrar – a partir de ações conjuntas das escolas da rede municipal e da rede de atenção primária – a prevenção e promoção de saúde e educação integral. Considerou-se a educação sexual das crianças um fator importante na prevenção de abuso sexual na infância e de relevância para o programa, porém as ações relacionadas à sexualidade no ciclo 2021-2022 estiveram focadas somente em saúde sexual, prevenção de DSTs e gravidez na adolescência. Do mesmo modo, na Base Nacional Comum Curricular não há um tópico específico sobre a sexualidade infantil. Nessa faixa etária, a educação corporal-emocional diz respeito ao conhecimento e exploração do corpo, de como cuidá-lo, introdução às normas sociais da relação com o outro, assim como a instrução para prevenção de violência sexual infantil. A Base Curricular para a Educação Infantil se estrutura em cinco campos de experiência, dos quais dois se relacionam com a sexualidade infantil: “eu, o outro e o nós” que coloca como alguns objetivos criar hábitos de autocuidado e autonomia com o corpo, expressar sentimentos e emoções através do corpo e “corpo, gestos e movimentos” que menciona a importância de as crianças desenvolverem consciência sobre o que pode ser um risco à sua integridade física. No entanto, nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, esse tópico não é trazido explicitamente. Como é um documento norteador para todos os educadores, seria essencial a inclusão do tópico da sexualidade infantil para a aplicação de estratégias de ensino apropriadas à faixa etária e consistentes em todo território nacional. Problema de pesquisa: Qual a perspectiva de

¹⁷³ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* emanuelles@edu.univali.br.

¹⁷⁴ Acadêmica do curso de Psicologia da Univali. *E-mail:* paula.sdasilva@hotmail.com.

¹⁷⁵ Docente do curso de Psicologia da Univali. *E-mail:* josidelvan@univali.br.



professores da educação infantil sobre a educação corporal-emocional de crianças com idade entre 3 e 5 anos? Objetivo do estudo: Este estudo teve como objetivo geral analisar a perspectiva de professores da Educação Infantil sobre a saúde e educação corporal-emocional de crianças de 3 a 5 anos e como objetivos específicos identificar o conhecimento dos professores sobre sexualidade infantil, conhecer sua opinião sobre como o tema é tratado na educação das crianças e descrever a conduta adotada pelos professores no que se refere à educação sexual das crianças. Metodologia: O estudo se trata de uma pesquisa empírica-qualitativa feita com professores da Educação Infantil pública e privada que buscou entender as variáveis envolvidas nas percepções de professores da educação infantil sobre sexualidade na primeira infância, com base em relatos destes profissionais. Foram utilizados como instrumentos para a coleta dos dados um questionário sociodemográfico para o levantamento de informações sobre o perfil dos participantes e uma entrevista semiestruturada. Na pré-análise, foi realizada a leitura do material de campo a partir do problema de pesquisa, relacionando-a com os objetivos a serem alcançados, utilizando-se a análise de conteúdo do material narrado pelos participantes. Determinaram-se, então, vários aspectos da pesquisa, como os conceitos teóricos, as unidades de registro e contexto e as formas de categorização e codificação. Em seguida, foi realizada a exploração do material, categorizado em palavras, frases, expressões, acontecimentos, personagens que condizem e organizam o conteúdo das falas. As categorias foram escolhidas a partir da codificação e agregação dos dados. A terceira etapa tratou dos resultados obtidos para propriamente inferir e interpretar as informações relevantes a partir da sua relação com o material teórico encontrado sobre o assunto. Esta pesquisa foi embasada nos parâmetros éticos do Conselho Nacional de Saúde, Resolução CNS 466, publicada em 12 de dezembro de 2012, juntamente com a Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016, bem como as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, publicada pela CONEP, em 2021. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, obtendo a sua aprovação em 7 de março de 2022. Principais Resultados: Participaram do estudo 11 professore(as) que atuam na Educação Infantil com crianças entre 3 e 5 anos de idade que aceitaram fazer parte da pesquisa. A definição do número de participantes deste estudo se deu ao atingir-se o ponto de saturação. O grupo ficou dividido em cinco participantes com mais de 10 anos de profissão, três com o tempo de 5 a 10 anos e três entre 2 e 5 anos. Seis participantes possuem mais de 39 anos de idade. Quanto à escolaridade, seis possuem pós-graduação, dois com graduação completa e três possuem graduação incompleta. Identificou-se que os docentes possuem algum conhecimento sobre sexualidade infantil, visto que a maioria conseguia distinguir a sexualidade no adulto e nas crianças. Alguns também trouxeram à tona a temática de identidade de gênero. Diversos professores manifestaram que seus conhecimentos partiam de observações e trabalhos com as crianças, pesquisas realizadas por eles a partir das demandas, além do tempo de experiência e vivências em sala de aula – todos pontuaram que durante a formação, pouco lhes foi orientado com relação ao tema. Esses professores indicam que a educação corporal-emocional ou educação sexual infantil ainda é tratada no ambiente escolar de forma muito estigmatizada, visto que alguns participantes relataram ter receio em abordar o assunto sem encontrar necessidade explícita e expressa por comportamento de algum aluno. Mesmo entendendo a importância da educação sexual como aliada na prevenção de assédios e abusos, eles relataram não se sentir completamente seguros para conduzir os alunos nesse assunto – principalmente por conta da recepção e possível represália dos pais. Todos argumentaram que os pais deveriam ser as autoridades orientadoras das crianças nesse assunto, trabalhando em conjunto com a escola. Dessa forma, cabe aos envolvidos com a Educação Básica considerar que as políticas públicas de capacitação dos professores englobem essa temática para que estejam cientes de suas responsabilidades, para que tenham



linguagem e contexto acessível e apropriado à essa faixa etária, e as crianças tenham as ferramentas para a compreensão e expressão saudável de todo o contexto emocional-corpóreo. Para dar continuidade ao estudo, sugere-se um aprofundamento às questões referentes às violências sexuais e suas consequências no desenvolvimento da criança, correlacionando-as com os estudos acerca da relevância da educação corporal-emocional na infância.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação Sexual; Sexualidade Infantil; Sexualidade na Infância.



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DAS AGENTES DE ATIVIDADE EM EDUCAÇÃO QUE ATUAM NO CEI SAGRADA FAMÍLIA

SILVA, Cristhian¹⁷⁶
SILVA, Janaina V.¹⁷⁷

RESUMO

Sabe-se como é grande a importância da educação na infância, tanto a educação familiar quanto a educação adquirida dentro do Centro de Educação Infantil. Hoje, as crianças de 0 a 5 anos passam boa parte dos seus dias presentes no Centro de Educação Infantil e na companhia dos professores, dos colegas e também dos agentes de atividade em educação. Assim como os professores têm seus atributos, os agentes de atividade em educação também possuem competências extremamente ricas para o desenvolvimento dos seus alunos. São os que recebem os alunos todos os dias de forma acolhedora e segura, que oferecem apoio na realização das atividades diárias, como: alimentação, higiene, atividades pedagógicas, entre outras, muitas vezes, se tornando “bons” exemplos para os pequenos, além de auxiliar o trabalho realizado pelo professor regente. Em sentido mais amplo, entende-se que a qualidade de vida deve estar presente na rotina de todas as classes trabalhadoras, inclusive dentro da Educação Infantil, sendo ela entre agentes de atividade em educação, professoras pedagógicas, professores de educação física, diretoras, zeladoras, cozinheiras, secretária, entre outros. Problema de pesquisa: Toda ação de uma agente de atividade em educação reflete diretamente no cuidado e na educação dos seus alunos, desde a maneira como os recebe no início de um dia, a forma como se comunica diante de uma roda de conversa, os exemplos na hora da alimentação, a troca de ideias, a interatividade no decorrer das brincadeiras, enfim, durante todos os momentos sempre há um aprendizado, um exemplo a ser seguido. Pensando nisso, acredita-se que o profissional imbuído de uma boa qualidade de vida, torna-se muito mais favorável a exercer seu trabalho junto à Educação Infantil e às crianças propriamente ditas. Nesse sentido, a qualidade de vida no trabalho pode ser considerada dinâmica e volátil em relação às ações que o indivíduo executa, seja no âmbito domiciliar como em sua atividade laboral. Todas as ações irão causar efeitos positivos ou negativos, a depender da carga de stress físico e mental. Esses efeitos influenciam a Qualidade de Vida no Trabalho, o desempenho, a resistência física e a saúde. Objetivo do estudo: Percebendo a necessidade de expandir esse assunto com intuito da melhora na qualidade de vida das agentes de atividade em educação e, conseqüentemente, de seus alunos, este trabalho teve como objetivo geral avaliar a Qualidade de Vida no Trabalho, no exercício docente na Educação Infantil no Centro de Educação Infantil Sagrada Família, por intermédio do QWLQ-bref – Quality of Working Life Questionnaire (Questionário de Qualidade de Vida no Trabalho – versão abreviada). Metodologia: Caracterizou-se como uma pesquisa de natureza aplicada. Quanto à sua abordagem é mista. Quanto à realização dos seus objetivos é explicativa. A pesquisa tem cunho experimental, quando se determina um objeto de

¹⁷⁶ Mestre em saúde e Gestão no trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* cristhian.silva@univali.br.

¹⁷⁷ Especialista em Avaliação física e prescrição de exercícios na S.M.E Itajaí. *E-mail:* janasaude3@gmail.com.



estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Como instrumento de coleta para avaliar a qualidade de vida no trabalho, optou-se por utilizar o questionário QWLQ-bref. Este questionário tem como objetivo avaliar a qualidade de vida no trabalho, sob o ponto de vista pessoal, de saúde, psicológico e profissional. Para o QWLQ-bref, foram selecionadas 20 questões das 78 que constituem o QWLQ-78. São quatro questões do domínio físico/saúde, três do domínio psicológico, quatro do domínio pessoal e nove do domínio profissional. Todos os dados obtidos na aplicação final deste instrumento foram tabulados pela sintaxe construída no programa Excel for Windows. Resultados: Através dos resultados encontrados na pesquisa, foi possível avaliar, por meio do instrumento utilizado para o levantamento de dados, que as respostas encontradas em escala de 0 a 100 apontam para uma QVT do ponto de vista dos avaliados com média de 69,52%. O domínio físico/saúde foi o que apresentou menor média entre os avaliados, 61,46%, seguido do domínio profissional com 67,13%. Em escala crescente encontrou-se o domínio psicológico com 70,83%, sendo que o domínio com média mais alta entre os avaliados foi o pessoal, com 78,65%. Observou-se que foi positiva a percepção das agentes de atividade em educação avaliadas em relação aos quatro domínios questionados aqui, além de reforçarmos que a Qualidade de Vida no Trabalho obteve a média de 69,52%. Pode-se notar que os quatro domínios se encontram numa classificação confortável, sendo que os domínios físico/saúde, profissional e psicológico pertencentes à classificação satisfatória e apenas o domínio pessoal atingiu a classificação muito satisfatório. O instrumento de avaliação da qualidade de vida utilizado na pesquisa foi capaz de apresentar resultados fidedignos e representativos quanto à Qualidade de Vida no Trabalho das agentes de atividade em educação pesquisadas. As questões do domínio pessoal foram as que obtiveram maiores pontuações por parte de todas as agentes de atividade em educação avaliadas. A questão mais bem pontuada neste domínio foi a de número 11 (Em que medida sua família avalia o seu trabalho?). Sete agentes de atividade em educação responderam bom, e cinco responderam muito bom. Em contrapartida, os resultados encontrados neste estudo apontam uma atenção maior para o domínio físico/saúde, que obteve a menor média pesquisada. Levando em consideração os resultados encontrados e os objetivos propostos pelo estudo, pode-se dizer que a qualidade de vida geral das agentes de atividade em educação do Centro de Educação Infantil Sagrada Família é classificada como satisfatória, conforme o instrumento QWLQ-bref. Nenhum dos quatro domínios pesquisados (físico/saúde, psicológico, pessoal e profissional) apresentou valores reduzidos para classificação abaixo de satisfatório, porém o domínio pessoal atingiu a classificação muito satisfatório. Esse resultado justifica como realmente os fatores externos influenciam na qualidade de vida de uma pessoa e, conseqüentemente, na qualidade de vida no trabalho. Sugere-se ao corpo administrativo do Centro de Educação Infantil Sagrada Família dar continuidade a possibilidade de momentos de troca de experiências, atividades integrativas e formações visando ao reconhecimento do profissional e valorizando seu exercício na docência.

Palavras-chave: Agentes de Atividade em Educação; Qualidade de Vida no Trabalho; Educação Infantil.



JUVENTUDE E AS MOTIVAÇÕES PARA ENCONTRAR “SEU” LUGAR NO MUNDO DO TRABALHO

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha¹⁷⁸
RAITZ, Tania Regina¹⁷⁹

RESUMO

A participação do jovem no mundo do trabalho inicia antes mesmo da universidade, quando está formando sua identidade profissional por meio de diversas opções existentes, muitas vezes, atreladas à escolha pela profissão desenvolvida, ainda no ciclo familiar ou durante o período do Ensino Médio. Entretanto, antes de enunciar qualquer discussão acerca destas questões, é necessário falarmos sobre quem são os jovens da pesquisa e sobre o conceito de jovem/juventude na atualidade. No grupo de pesquisa Educação e Trabalho, em que se insere a presente tese, objetivamos atualizar discussões relativas à jovem e juventude, ultrapassando visões reducionistas biologizantes ou cronológicas, nas quais há uma preocupação apenas com fases, etapismos ou transitoriedades que colocam datas de início e término desse período de vida, como se o jovem fosse um ser incompleto que necessita ir se preenchendo, deixando de ver o ser em sua totalidade. Pelo contrário, ampliamos nosso olhar para os processos juvenis, a partir de uma perspectiva histórico-sociocultural. Problema de pesquisa: Trata-se do recorte de uma tese de doutorado sobre a tríade Juventude, Educação e Trabalho, mais especificamente como objeto de estudo o desenvolvimento de carreira de acadêmicos e egressos universitários para a inserção profissional. A formação universitária inclui na vida dos acadêmicos diversos fatores que estão atrelados às expectativas que eles têm durante o curso ou após sua inserção profissional. Objetivo do estudo: Conhecer as motivações de jovens egressos dos cursos da área da saúde de uma universidade do sul do Brasil. Metodologia: Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa com entrevistas gravadas através de roteiro semiestruturado, analisados por Bardin. Resultados: Motivação pode ser uma ação humana multicausal e contextual, envolvendo aspectos biológicos, históricos, sociológicos, psicológicos e culturais. Dos 229 formandos pesquisados, 173 correspondem a 72,4% do sexo feminino e 56 (23%) do sexo masculino. Ao averiguar os motivos pelos quais os egressos escolheram seus cursos, destacamos a afinidade pela área de formação (25%), para desempenhar a profissão desejada (16%), realização profissional (15%), por gostar de estudar e adquirir conhecimentos (10%) e influência da família (6%). Os formandos argumentam que escolheram o curso por gostarem da área de formação baseando-se nas vivências pessoais ao longo de sua vida. Outra motivação em evidência na presente pesquisa foi a resposta “para desempenhar a profissão desejada”, o formando busca na primeira graduação se encontrar no mundo do trabalho, fascinado pela possibilidade de ser altruísta e desempenhar a função que observou de alguém ou que teve algum tipo de contato. No tocante aos motivos que levaram os formandos a procurar a universidade em saúde, temos o “gostar da área”, porém foi visualizado que, apesar de “gostarem da área”, os formandos não buscaram informações sobre a profissão referida antes da inserção na universidade, levando a uma preocupação, a evasão universitária e, após, a evasão do mercado de trabalho. Também observamos que 93% dos egressos estão em sua primeira

¹⁷⁸ Doutora em educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* mcunha@univali.br.

¹⁷⁹ Doutora em Educação pela Univali. *E-mail:* raitz@univali.br.



graduação, entretanto, 7% já estão formados, muitas vezes, não sendo na área da saúde ou área de atuação. Ainda verificamos uma quantidade de 4%, ou seja, 15 egressos que já eram formados em outros cursos da área da saúde e estavam atuando no mercado de trabalho. A realização profissional também leva em conta o temor da exclusão, por não ter um emprego, por isso o sentimento, muitas vezes, de não ser ninguém no mundo. Baseando-se na “influência da família” como motivação para a escolha do curso, os formandos mencionaram o envolvimento da família e amigos próximos como pontos de referência para a escolha da carreira profissional. Os formandos e egressos aqui representados na presente tese demonstram um conhecimento prévio antes da universidade, isso pode estar interligado com a acessibilidade proporcionada pela internet. Nossa percepção foi de que, apesar desse autoconhecimento relatado pelos participantes, a família e os amigos são os maiores influenciadores no processo de escolha da carreira.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Carreira; Planejamento de Carreira; Egresso e Formando; Inserção Profissional.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE RADIODIFUSÃO NO BRASIL: DISTINÇÕES CONCEITUAIS NA TELEVISÃO BRASILEIRA

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos¹⁸⁰

RESUMO

De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o universo que compõe a radiodifusão brasileira envolve cerca de 541 geradoras de televisão e quase 10 mil emissoras de rádio. O modelo de radiodifusão implantado no Brasil seguiu o padrão estadunidense, que privilegia os operadores privados. Porém, ao contrário do que ocorreu em solo norte-americano, no Brasil, tanto as emissoras de rádio quanto de televisão entraram no ar sem qualquer regulamentação. Não havia marco legal que disciplinasse a existência desses canais de radiofrequência. O que difere as estações de rádio brasileiras daquelas existentes na maioria dos países desenvolvidos, sobretudo nos países da União Europeia e nos Estados Unidos, é o embaraço conceitual que envolve a tipologia em que essas frequências estão classificadas no Brasil. Na Europa e em países como Austrália e Colômbia, por exemplo, as estações estão classificadas somente em três tipos: comerciais, estatais e serviço público. As comerciais correspondem aos canais que recebem a concessão pública para explorar comercialmente as ondas eletromagnéticas com objetivo de auferir lucro. Já os canais estatais são aqueles mantidos pelas instâncias de governo. Por último, o serviço público é o que detém, em muitos casos, as principais estações, muitas vezes financiadas com taxas pagas pelos cidadãos, como é o caso da Inglaterra, onde a British Broadcasting Company (BBC) detém o maior orçamento do mundo entre os canais públicos. Para efeito de comparação, o orçamento do canal britânico é maior do que o das 16 redes de televisão brasileiras juntas, conforme informações da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert). Em países como a Argentina, cujo marco legal passou por reformulação em 2009, no entanto, os três tipos de radiodifusão são os canais privados, os públicos e os privados não comerciais. Estes últimos se distinguem por pertencerem a entes privados, mas sem o intuito de auferir lucro. Nos Estados Unidos, centro do capitalismo mundial, também existem canais públicos como a Public Broadcasting System (PBS). No Brasil, porém, há uma ampla tipologia de canais de radiodifusão como comerciais, públicos, estatais, comunitários, educativos e legislativos. A importância desta pesquisa está situada justamente na falta de clareza do que representa cada um dos tipos de televisão existentes atualmente no país, além de discutir o porquê desta miscelânea conceitual que coexiste em meio a cerca de 40 legislações que incidem direta ou indiretamente na radiodifusão. Diante desse cenário, cumpre-nos questionar: a multiplicidade de tipologias se traduz em democratização dos meios ou pluralismo na propriedade destes? O objetivo deste estudo foi identificar os tipos de concessão de canais de rádio e televisão existentes na Legislação Brasileira. Do ponto de vista metodológico, este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica que faz uma revisão conceitual da tipologia da televisão brasileira ao longo do tempo. Para tanto, utilizou-se autores como Peruzzo (2007), Valente (2009), Lima (2006). A pesquisa permitiu identificar que a radiodifusão nasceu de forma clandestina no Brasil, quando os pioneiros da Rádio Club

¹⁸⁰ Doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Bacharel em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* carlospraxedes@gmail.com.



de Pernambuco realizaram as primeiras transmissões de rádio, em 1919. A partir de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de propriedade do antropólogo, educador e médico Edgard Roquette-Pinto, primeira emissora a entrar no ar de forma regular, também iniciou seus trabalhos sem qualquer tipo de legislação que viesse a disciplinar o serviço, o que viria a ocorrer após o Decreto Presidencial 20.047, de 1931, que regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Outro Decreto Presidencial, o de número 21.111, de 1º de março de 1932, aprova a publicidade na radiodifusão brasileira. A partir daí, surgem as rádios comerciais, ou seja, com o intuito de auferir lucro. Já a televisão no Brasil, inaugurada em 18 de setembro de 1950 pelo empresário Assis Chateaubriand, proprietário do Grupo Diários Associados, também nasce sem qualquer tipo de ato regulador, já que a primeira legislação a incidir sobre a televisão foi a Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, o primeiro Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Já o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, estabeleceu alterações ao CBT original e está em vigor até hoje. A partir de então, surge a nomenclatura de TV Educativa, acarretando, anos depois, um imbróglia jurídico importante, pois, na Constituição Federal de 1988, os canais de radiodifusão foram classificados de maneira diferente ao Código Brasileiro de Telecomunicações: privado, público e estatal. Pela primeira vez, aparece a figura dos canais de televisão estatais. Em junho de 1998, surge a legislação que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária. Em 2007, a legislação que implantou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) finalmente esclarece os limites para a comunicação pública almejados desde a Constituição de 1988, mas dezenas de concessões de canais ditos educativos já estavam no ar, mesmo pertencentes a empresários da comunicação ou igrejas das mais variadas ramificações religiosas. Nesse contexto, conclui-se que a variedade na tipologia dos canais de televisão provoca confusão entre os telespectadores que não conseguem perceber as diferenças entre uma emissora comercial, uma pública ou uma educativa. Também se conclui que parte das concessões ditas educativas são exploradas por entidades com fins lucrativos, igrejas das mais diversas disseminações religiosas ou por grupos políticos partidários, sem qualquer ligação com entidades de cunho educacional. Afere-se, ainda, a existência de canais públicos atuando como estatais. Na esfera dos canais comunitários, percebe-se, também, a existência de emissoras com fins lucrativos, cuja programação é feita para a comunidade e não pela comunidade, como uma emissora comunitária deveria operar. Para encerrar, é possível afirmar que a miscelânea conceitual é prejudicial à comunicação brasileira naquilo que preconiza a Constituição Federal e o Código Brasileiro de Telecomunicações, pois permite deslizes de toda ordem, principalmente na esfera ética.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Radiodifusão; Legislação de Radiodifusão; Tipos de Televisão.



ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E DOS INVESTIMENTOS VOLTADOS À FORMAÇÃO DE MESTRES E DOUTORES PROFISSIONAIS NO BRASIL

KAYSER, Ana Carolina¹⁸¹
SANTOS, Everton Rodrigo¹⁸²

RESUMO

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em 1996, foi o marco inicial da implantação das políticas públicas nacionais em educação. Já o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) foi revisado alguns anos depois. O SNPG estabelece duas metas centrais: formar competentes professores com qualidade e atender às necessidades do ensino, além de formar excelentes pesquisadores no campo das ciências básicas e das ciências aplicadas, cuja proposta era dobrar o número de doutores até o final da primeira década do segundo milênio (BRASIL, 2005, 2010). A versão atual do V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) aprovado pelo MEC compreende o período de 2011 a 2020 (CAPES, 2011). Uma vez finalizado, e avaliando o conturbado cenário que se apresenta para a pesquisa e a pós-graduação no Brasil, especula-se sobre a necessidade de propor um novo PNPG, para a próxima década, que dê conta de continuar investindo recursos e esforços na qualificação do sistema vigente, bem como a ampliação para regiões interioranas e as que apresentem lacunas relativas à discussão de temas contemporâneos, e que partem (ou deveriam partir) das demandas sociais brasileiras. Saorim e Garcia (2008) discutem a abrangência do sistema de avaliação da CAPES, que por ser de âmbito nacional, por vezes, reflete distorções quanto às características de um país com as dimensões do Brasil. A atribuição de conceitos de avaliação deve considerar, segundo o V Plano Nacional de Pós-Graduação, as assimetrias regionais, constituindo-se, assim, uma importante estratégia para o desenvolvimento da pós-graduação em algumas regiões do país. A região Sul é a segunda colocada em quantidade de cursos e sua avaliação, 1.507, em 985 Programas (CAPES, 2021). Além do número significativo de Programas, o total de cursos avaliados pela CAPES cresceu 20,8% no Brasil, nos últimos três anos. Segundo a Capes (2011), entre 2007 e 2010, a pós-graduação brasileira formou 110 mil mestres e 32 mil doutores, totalizando aproximadamente 140 mil titulados. Já em 2016, segundo dados da CAPES, existiam quase 60 mil mestres e mais de 20 mil doutores titulados no Brasil. Os dados mais recentes, divulgados pelo Observatório do Plano Nacional de Educação (2021), informam que em 2019 o Brasil havia atingido a marca de 68.877 mestres e 24.290 doutores titulados. Em 2020, não houve abertura de edital por parte da CAPES para a submissão de novos cursos. Ao contrário, a CAPES passou a estimular a fusão de PPGs similares e passou a destacar em seus documentos orientadores das áreas que sejam enviadas propostas apenas de PPGs com diferencial e/ou com grande potencial de desenvolvimento nacional. Trata-se de uma mudança de cenário bastante representativa. Ao considerar todas as áreas, houve progressos, embora tímidos e insuficientes, em termos de diminuição das desigualdades entre regiões. A análise das taxas de crescimento do número de cursos mostra que o crescimento foi maior na região Norte (15% ao ano), seguido das regiões Centro Oeste (12%), Sul (12%), Nordeste (9,6%) e o Sudeste (6,3%). Percebe-se que há uma atenção para que os programas e cursos

¹⁸¹ Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social, pela Universidade Feevale. *E-mail:* anak@feevale.br.

¹⁸² Doutor em Ciência Política, pela Universidade Feevale. *E-mail:* evertons@feevale.br.

de Pós-Graduação consigam sair do núcleo dos grandes centros urbanos e passem a “interiorizar” o Brasil. Mesmo buscando esta estratégia, em 2019, das quase 700 propostas de novos cursos de mestrado e doutorado recebidas pela CAPES, a grande maioria está concentrada em regiões metropolitanas e litorâneas (CAPES, 2020), ou seja, a política estabelecida não tem sido atingida conforme sua proposição. As variáveis abordadas anteriormente, remetem para a necessidade de pensar uma gestão estratégica mais voltada para o futuro e a necessidade de encontrar novos caminhos para a pós-graduação e seu indispensável envolvimento para ajudar o Brasil a inserir-se entre as grandes economias do mundo, no século XXI, com conhecimento, tecnologia, inovação, ética e respeito ao meio ambiente (PNPD, 2010). Conforme previsto no PNPD (2010), espera-se da pós-graduação, para 2020, que ela atue com uma consciência social ampliada, atendendo às condições para “aprendizagens significativas e aos novos tempos humanos, em que estudo e trabalho são dimensões que não se excluem, e, os que nela atuam precisam usar de suas competências para encontrar alternativas de transformações, a partir de práticas inovadoras nos mestrados e doutorados”. Em função do contexto atual relacionado à disponibilidade de recursos para a pesquisa e a pós-graduação *Stricto Sensu*, bem como as mudanças que vem sendo implementadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é que se constata a necessidade de discutir o assunto no âmbito das políticas públicas de formação *Stricto Sensu* em nível profissional no país. Problema de pesquisa: A partir disso, estabeleceu-se o seguinte questionamento: Quais são os principais avanços da pós-graduação *Stricto Sensu* profissional no país, considerando a sua ampliação e financiamento? Objetivo do estudo: Este estudo procurou discutir as informações e evidências relativas à necessidade de pensar políticas de incentivo à formação de recursos humanos na pós-graduação *Stricto Sensu* em nível profissional no país. Metodologia: A pesquisa realizada é de natureza aplicada e descritiva. Os procedimentos técnicos utilizados para coleta de dados serão através de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem do problema quantitativa. As principais fontes de pesquisas foram os documentos dos planos nacionais de pós-graduação e os relatórios da Plataforma Sucupira (GEOCAPES e cursos recomendados/reconhecidos), emitidos em julho de 2020. A GEOCAPES é o Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES. Resultados: Este estudo procurou discutir as informações e evidências que indicam a necessidade de pensar políticas de incentivo à formação de recursos humanos na pós-graduação *Stricto Sensu* em nível profissional no país. Foi possível constatar um importante avanço da quantidade de programas de pós-graduação no Brasil entre os anos 2000 e 2019, com uma taxa média de 204% de crescimento nos Cursos de Doutorado e Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), e um crescimento de 118% do número de mestrados. Em 2019, eram 4.571 Cursos e Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* aprovados. Em 2021, eles já somam 4.632, sendo 55 deles na modalidade profissional. Ao mesmo tempo, houve um crescimento expressivo do número de bolsas concedidas para os Cursos de Mestrado e Doutorados acadêmicos no período 2000 a 2020, chegando a uma média de 850% de crescimento. No entanto, o valor das bolsas não tem sido reajustado conforme a inflação a mais de 100 meses. Houve evolução da aprovação de novos cursos na modalidade profissional, viabilizados por resolução da CAPES em 1998. Percebe-se um aumento expressivo do número de cursos de mestrado e de doutorado (a partir de 2019), acompanhado do número de matrículas nestas modalidades. Quanto aos incentivos financeiros, não houve, desde 1998, a implementação de nenhuma política por parte da CAPES que buscase atuar em prol deste desenvolvimento. A partir das constatações apresentadas, baseadas em documentos de referência no âmbito da pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil, reitera-se a necessidade de dar continuidade aos estudos que atuem no sentido de subsidiar a criação de políticas públicas de financiamento à formação de recursos humanos em mestrados e doutorados profissionais.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Pós-graduação Stricto Sensu; Mestrados e Doutorados Profissionais;
Políticas de Investimento; Formação de Recursos Humanos.



ARTETERAPIA NO ENSINO DA ARTE E O FORTALECIMENTO DO ESTADO EMOCIONAL DO EDUCANDO

LINHARES, Inara¹⁸³
DITTRICH, Maria Glória¹⁸⁴

RESUMO

Ao longo da história, a educação brasileira passou por transições com mudanças no sistema que ocasionam dúvidas na avaliação do ensino e da aprendizagem ao final dos anos letivos, visto que muitas realidades escolares apresentam, como consequência, as angústias de tentativas fracassadas e a descontinuidade didática de propostas metodológicas e de programas de apoios pedagógicos que são implantados com o objetivo de possibilitar melhores desempenhos. Essas modificações não evitaram as dificuldades de proporcionar equidade no aprendizado para todos, o que se tem visto é a impossibilidade de que o educando seja respeitado no seu tempo e nas suas diferentes habilidades. O ano de 2020 iniciou com as mesmas discussões e dificuldades quanto à atualização e formação continuada, mas a realidade da educação brasileira ficou ainda mais ameaçada no dia 3 de fevereiro, quando o Ministério da Saúde declarou a Emergência em Saúde Pública de importância Nacional, então, diante de tal gravidade foi regulamentado o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (covid-19). O mundo entrou em crise depois que foi declarada a pandemia com riscos de contágio. Além disso, foi também adotada a política de isolamento social, e mediante as normas do Plano de Contingência, as escolas encerraram as atividades presenciais abruptamente e a educação, a partir de março de 2020, passou a sofrer múltiplos impactos sociais, econômicos, ambientais e emocionais. Muitos fatores geram impactos negativos no processo evolutivo e nos resultados escolares, como: programas com descontinuidade, rotatividade de profissionais e evasão de educandos. Diante dessa situação, não seria promissor uma gestão ficar limitada na busca de respostas ou explicações para alguns fracassos durante o ano, resistindo às mudanças sobre novos conhecimentos e novas estratégias para mediar conteúdos propostos. Inúmeros caminhos podem ser tomados em atividades que impliquem ao mesmo tempo em exercícios de percepção, sensibilidade e reflexão no ensino da arte. Por esse motivo, um currículo funcional, estruturado e flexível pode considerar avanços e dificuldades, através de políticas públicas com programas fundamentados no processo de ensino e aprendizagem, com objetos de conhecimento em arte no contexto terapêutico das práticas integrativas e complementares em saúde, através da política pública Arteterapia, que no contexto educacional, pode ser pensada como uma prática terapêutica integrativa, educativa e preventiva, norteadas por um processo que privilegia a linguagem simbólica, através de métodos e processos que articulam o sentir, o fazer e o saber do ser humano. Cada aluno é singular no seu desenvolvimento. Ter uma visão de que alunos aprendem os conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais é essencial para uma prática transformadora, criativa e significativa. Portanto, esta pesquisa surgiu da seguinte pergunta: Quais procedimentos

¹⁸³ Mestre profissional em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora de arte na Escola Municipal Monteiro Lobato, de Balneário Piçarras/SC. *E-mail:* inararte@gmail.com

¹⁸⁴ Doutora em Teologia. Filósofa e Mestre em Educação. Professora da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br



arteterapêuticos no ensino da arte podem contribuir com o fortalecimento do estado emocional do educando? Diante de tal pergunta, a pesquisa teve como objetivo geral apresentar a arteterapia no ensino da arte para o fortalecimento do estado emocional do educando. Surgiu da reflexão provocativa sobre a realidade vivenciada até março de 2020 e continuamente sobre o atual cenário educacional, que diante de uma pandemia declarada, potencializou e descortinou as dificuldades de aprendizagens pedagógicas que se estabelecem nas consequências dos vínculos das relações, sejam eles positivos ou negativos. Por pressuposto, o tema da pesquisa reflete sobre a integração do ensino da arte com a arteterapia, e como os resultados podem auxiliar no resgate e no desenvolvimento do potencial criativo. Logo, se a função da escola é proporcionar o aprendizado, é necessário e emergencial pensar em funcionalidades para desenvolver e aprimorar outras habilidades essenciais e, então, apontar parâmetros que viabilizem um ensino que contemple aprendizados também de inteligência emocional e que promovam novos significados durante a vida escolar dos educandos. Trata-se de uma releitura de dados de pesquisa qualitativa, de cunho teórico, com abordagem na hermenêutica fenomenológica, com ênfase na reflexão. O conteúdo teórico, fundamentado em Martin Heidegger e Maria Glória Dittrich, discute sobre antropologia – categoria ser humano e existência. Na busca de sentido para o contexto atual e para a vida, Viktor Frankl, psiquiatra e fundador da logoterapia será também citado. Para levantar discussões sobre o reencantar da educação, Maria Cândida Moraes, e para fundamentar a importância das Práticas Integrativas Complementares em Saúde, a pesquisadora e arteterapeuta Maria Glória Dittrich. A pesquisa se estruturou no documento norteador da educação, Base Nacional Comum Curricular, que direciona para o planejamento intencional, conteúdos não fragmentados, que priorizam a qualidade de vida do educando e valorizam suas características bio-físico-psíquico-social-espiritual; entendendo que considerar o processo de desenvolvimento das competências e habilidades de forma inter e transdisciplinar, reforça a ideia que as ações constituem a pessoa na sua integralidade. O método de compreensão dos dados será a hermenêutica fenomenológica. Entende-se por fenomenologia a ciência que estuda os fenômenos, ou seja, aquilo que se mostra a partir de si mesmo. Sob o olhar fenomenológico, a consciência da pesquisadora forma uma síntese com o seu objeto de pesquisa na medida, em que o percebe e explica. O que se procurou evidenciar é que a arte é uma disciplina que pode ser trabalhada em uma abordagem sistêmica, com uma estratégia de fortalecimento da saúde emocional do educando, integrada com a arteterapia. A hermenêutica fenomenológica trouxe a intencionalidade quando a pesquisadora direcionou o problema da pesquisa ao objeto tal como ele se apresentou; a percepção que foi possível projetar na transdisciplinaridade, o olhar para o objeto nos fundamentos; a compreensão, que através de registros, a pesquisadora encontrou significado no objeto pesquisado e ampliou sua visão de ser-no-mundo. A educação com práticas arteterapêuticas proporciona motivação para o autocuidado e para um sentido de vida. Um programa em que a arte e a arteterapia estejam dialogando didaticamente, na instituição escolar, estreita o diálogo entre os setores da saúde e educação. O retorno às aulas presenciais teve o acolhimento na arteterapia durante as aulas de arte, com métodos que auxiliaram o processo de calma e concentração, visto que a arteterapia já estava no cronograma e no planejamento da disciplina de arte em 2019. É importante esclarecer que resgatar a motivação para a criatividade foi um trabalho demorado, mas que proporcionou resultados satisfatórios. O fenômeno aconteceu gradualmente, com muitas rodas de conversas e oficinas com procedimentos arteterapêuticos que despertavam significados para a compreensão sobre a importância de se pertencer no ambiente escolar. A intenção da pesquisa foi relevante, no sentido de perceber que a arteterapia, como uma prática integrativa e complementar em saúde, pode beneficiar a comunidade escolar



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

oportunizando processos educativos terapêuticos, com foco na criatividade espontânea na criação da arte no ensino.

Palavras-chave: Arteterapia; Educação; Ensino de Arte; Sentido de Vida.



REDES SOCIAIS E A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

QUADROS, Daniela Cristina Rático¹⁸⁵
MANSKE, George Saliba¹⁸⁶

RESUMO

Vivemos em uma sociedade permeada por problemas sociais, coletivos, em grande parte produzidos política e economicamente. Frente a isso, processos como a medicalização e patologização – especialmente quando se trata da infância – avançam a largos passos, visto o crescente número de crianças sujeitas à medicalização a partir de comportamentos considerados indesejáveis. Grande parte destes comportamentos são vislumbrados nas escolas e encaminhados a profissionais da saúde para avaliação e conduta – o que normalmente resulta em um diagnóstico de transtorno mental. Quando se trata da medicalização, compreende-se como um processo o qual o discurso médico ocupa uma tendência a localizar causas dos comportamentos indesejados – podendo ser ditos como desvios fora do normal – no interior dos corpos, em outras palavras, a expansão do domínio do saber médico através do estabelecimento de normas morais e de condutas a campos que até então não lhe pertenciam. Através dessas fronteiras entre o que é considerado normal ou não, vários signos e características individuais das crianças tornam-se sintomas, e através delas, tem-se permitido não apenas a multiplicação de novos diagnósticos, como também a aceitação de que é possível identificá-las cada vez mais cedo, prevenindo um mal maior que possa existir. As linguagens sobre esses possíveis transtornos, como defini-los e tratá-los, vem sendo cada vez difundido em blogs, revistas, programas de televisão e comunidades virtuais. O transtorno que mais se alastra, principalmente a partir das escolas, é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A característica essencial desse transtorno é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. Frente a isso, este ensaio trata-se de um recorte de minha tese de doutorado, que parte de uma problemática que, compreende as estratégias de medicalização como formas de gerenciamento da vida. O objetivo deste ensaio é compreender como os processos de medicalização da infância são veiculados em comunidades virtuais de pais de crianças com diagnósticos de transtornos mentais. O desenvolvimento da investigação partiu de uma abordagem de etnografia virtual nas mídias sociais, em grupos de comunidades de pais de crianças diagnosticadas com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na plataforma Facebook, tendo como viés analítico a análise de discurso de Michel Foucault. O aumento do uso das tecnologias e o crescimento acentuado ao acesso à informação favorece às pessoas a busca de informações sobre sua saúde e condições de vida, contribuindo para a emergência do “paciente informado” um novo ator social que tem interferido na relação médico paciente e no cuidado em saúde. Desse modo, as mídias sociais atuam fortemente na divulgação de informações sobre sintomas que caracterizem diversas doenças, incluindo os transtornos mentais e, assim, construindo posições de sujeitos a partir dos discursos veiculados nas redes. Esses discursos fazem com que os pais das crianças diagnosticadas com TDAH comecem a compreender a

¹⁸⁵ Docente do curso de Graduação em Enfermagem, Doutoranda em Educação (PPGE), na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* daniela.ratico@univali.br.

¹⁸⁶ Docente dos cursos de Educação Física, Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho (PPGST) e Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE) na Univali. *E-mail:* george_manske@univali.br.



si mesmos e a seus filhos a partir desse rótulo, “criança que não para quieta, que vive no mundo da lua” operacionalizando os processos de subjetivação. Os excertos das mídias de pais e mães aflitos por respostas aos comportamentos apresentados pelos filhos encontram nas falas de outros pais a solução desse “problema” com uso de medicamentos. O principal medicamento utilizado para o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade é o metilfenidato, um psicotrópico que gera muitos questionamentos, pois a maioria dos ensaios clínicos sobre seu uso são inconclusivos, sobre os riscos, benefícios e efeitos adversos dos medicamentos, sem evidências suficientes que justifiquem seu uso. As análises das redes sociais demonstram que, através dos discursos produzidos, constroem-se posições de sujeitos que permitem com que pais e mães de crianças diagnosticadas ocupem um lugar de fala que, conseqüentemente, permite que esses discursos sejam replicados às crianças, sujeitando-as. Os fenômenos de medicalização da infância tornam-se articulados por estratégias biopolíticas na medida em que reduzem a causas biológicas um conjunto de problemas sociais e educativos. Pode-se afirmar que as redes sociais auxiliam na expansão dos diagnósticos de transtornos mentais através dos inúmeros compartilhamentos de informações sobre os possíveis transtornos, e que atuam como ferramentas para a criação, circulação e controle de corpos.

Palavras-chave: Medicalização; Infância; Discurso; Subjetividades.



EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA

GOMES, Kennedy Ferreira Karai¹⁸⁷
SANTOS, Denilza Samuel Para Mirim dos¹⁸⁸
LIMA, Ana Paula Guimaraes¹⁸⁹
KRAMES, Ilisabet Pradi¹⁹⁰
SOUSA, Cintia Metzner de¹⁹¹

RESUMO

A Política de Educação Escolar Indígena para o estado de Santa Catarina reconhece a necessidade de pensar a formação de docentes indígenas Guarani, Xokleng/Laklãnõ e Kaingang, a fim de assegurar aprendizagem que seja significativa. Partindo do pressuposto que existem conhecimentos imprescindíveis na formação e na atuação do docente indígena, o presente trabalho tem como problema de pesquisa indagar de que maneira a educação intercultural promove o processo de valorização dos conhecimentos indígenas na política de formação docente. O objetivo do estudo é compreender como a educação intercultural promove o processo de valorização dos conhecimentos indígenas na política de formação docente. Em seguida, busca-se conceituar a educação intercultural no contexto da formação docente indígena, o que exige reconhecer as prerrogativas, presentes na legislação, para a formação de professores indígenas. Metodologia: A pesquisa, quanto à sua abordagem, é qualitativa, uma vez que admite que o fenômeno em estudo tem uma perspectiva histórica, dinâmica, subjetiva. Esse fenômeno carrega em si culturas e valores, crenças e princípios referentes à sociedade e às relações sociais nas quais os indivíduos estão imersos (CHIZZOTTI, 2006). Na pesquisa foram utilizados documentos de domínio público, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012) e o Currículo Base do Território Catarinense da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (2019). Nesse sentido, optou-se pela análise de conteúdo como metodologia de pesquisa, porque engloba um conjunto de ferramentas metodológicas diversificadas (BARDIN, 2016). A análise desses documentos permitiu observar que discussão e inserção da interculturalidade foi garantida inicialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especificamente no artigo 78, – apontando a oferta da Educação Escolar Indígena apoiada nos princípios e direitos com foco no respeito à sociodiversidade, na interculturalidade, no direito de uso de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem, na articulação entre os saberes indígenas e os conhecimentos técnico-científicos com os princípios da formação integral. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB n. 7/2010) no

¹⁸⁷ Pedagogo e egresso da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor da Escola Indígena de Ensino Básico Itaty -Terra Indígena Morro dos Cavalos. *E-mail:* karaikd@gmail.com.

¹⁸⁸ Pedagoga e egressa da Univali. Professora da Escola Indígena de Ensino Básico Itaty -Terra Indígena Morro dos Cavalos. *E-mail:* dehsamueldossantos@gmail.com.

¹⁸⁹ Acadêmica do curso de Pedagogia na Univali. *E-mail:* anaguimaraeslima@gmail.com.

¹⁹⁰ Doutora em Educação. Professora da Escola de Ciências Jurídicas e Sociais e Escola de Educação da Univali. *E-mail:* ilisabet@univali.br.

¹⁹¹ Doutora em Educação. Professora da Escola de Educação da Univali. *E-mail:* profcintia@univali.br.



capítulo II, referente às modalidades da educação básica, apontam a Educação Escolar Indígena a partir da sua realidade singular e da necessidade de pedagogia própria que respeite à especificidade étnico-cultural de cada povo ou comunidade. Nesse documento não é apresentada de forma explícita a preocupação com a interculturalidade. Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n. 5/2012, apresentam, nos artigos 1º e 2º, o princípio da interculturalidade como um dos fundamentos que norteiam os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais. Quanto à organização das escolas indígenas, currículo e projeto pedagógico devem ser garantidos os princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, contando preferencialmente com professores e gestores das escolas indígenas, membros da respectiva comunidade indígena. Essa organização pode ser observada no projeto político pedagógico, artigo 14º, devendo estar alicerçado nos princípios da interculturalidade e do currículo, artigo 15º, ligado às concepções e práticas que definem o papel sociocultural da escola com base nos critérios de reconhecimento das especificidades das escolas indígenas quanto aos seus aspectos comunitários, bilíngues e multilíngues, de interculturalidade e diferenciação. O documento também aponta a gestão das políticas educacionais indígenas amparado pelas ideias de territorialidade, protagonismo indígena, interculturalidade na promoção do diálogo entre povos indígenas, sistemas de ensino e demais instituições envolvidas. Já o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense – CBTC (2019) defende os princípios da Educação Escolar Indígena, ancorados em uma construção de escola que deve ser específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Outro aspecto sinalizado no CBTC que embora haja um avanço nas discussões sobre o componente curricular para o estado de Santa Catarina, no que se refere à proposta curricular para as escolas indígenas, a Base Nacional Comum Curricular – a BNCC (2018) em questão não contempla o que se entende como educação indígena, comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. A metodologia utilizada possibilitou compreender que a educação intercultural é um espaço permanente de diálogo e entendimento entre as culturas, é também reflexão epistemológica vigilante que exige a superação de modelos sociais e relacionais em que uma cultura se entende superior a outra. Ela é espaço e ação que exige um diálogo franco entre as culturas e suas singularidades. Esse diálogo deve assumir o compromisso de superar as desigualdades de poder, presentes nas relações entre sujeitos e culturas, pois a desigualdade impacta, de maneira violenta e coercitiva, no equilíbrio da construção e manutenção dos saberes e das formas de viver das minorias étnicas. Isso implica assumir o compromisso com uma educação construída a partir de relações entre os diferentes e as suas respectivas diferenças. Estas relações só podem acontecer mediadas pelo diálogo que aproxima e que busca o reconhecimento a partir da alteridade. O que exige, na perspectiva intercultural, desarmar-se de conceitos pré-estabelecidos como verdades únicas e reconhecer-se no outro, o que só é possível à medida que se construam políticas públicas que garantam espaços e propostas de formação docente a partir da perspectiva intercultural, pois se as instituições de ensino mantiverem seus focos na transmissão de conhecimentos fragmentados, não articulados com a vida social, dificilmente se desenvolverá uma educação capaz de valorizar a integridade do ser humano. A formação docente intercultural é capaz de promover mudança nos sistemas educativos porque possibilita a construção coletiva e dialética, considera a diversidade de saberes, de experiências, de conhecimentos, de concepções e de modos distintos de organização social (CECCHETTI et al., 2020). O ser humano é mais do que a tecnologia que inventou, e isso é fundamental para superar os problemas provenientes de uma forma unilateral de pensar (DAMATTA, 2010). Outras formas de fazer educação precisam ser assumidas e a educação intercultural parece ser apropriada, uma vez que carrega em si possibilidades múltiplas de



respeito, aceitação e acolhimento, elementos necessários quando se deseja aprender a partir da diversidade e compreendê-la como essencial para a formação humana. Principais resultados: É necessário que as políticas de formação docente indígena levem em conta o passado e o presente dos povos indígenas, potencializando a construção de um currículo escolar específico e diferenciado que preze pela autonomia nas escolas indígenas. A valorização da identidade e da cultura tradicional indígena requerem uma educação bilíngue, tanto na língua materna indígena quanto na língua portuguesa, valorizando a oralidade e o domínio da escrita. Ao mesmo tempo reconhece como parte imprescindível dos valores culturais a preservação da língua materna indígena, da tradição, dos costumes, da identidade, enfim, dos modos de vida dos povos indígenas de Santa Catarina.

Palavras-chave: Educação Intercultural; Formação Docente; Escola Indígena; Política Educacional; Currículo.



POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E O NOVO ENSINO MÉDIO

GEISLER, Liliane¹⁹²

QUADROS, Daniela Cristina Ratico de¹⁹³

RESUMO

As reformas das políticas educacionais são importantes na agenda de discussão, considerando-se as inúmeras alterações desde os anos de 1990 na educação brasileira, desde o ensino fundamental até o ensino superior, tanto no contexto público quanto privado. É um desafio apresentar algumas das transformações sofridas em torno desse tema, como problematizar as reformas educacionais e articular com o conceito de governamentalidade, examinando a racionalidade que tem pautado especificamente alguns documentos oficiais, destacando suas principais tecnologias de governo e relações com a produção de certos imaginários sociais e regimes éticos dos indivíduos. Portanto, cabe observação para enunciados que percorrem documentos oficiais promovidos tanto por organismos internacionais e supranacionais, como nacionais, que se dirigem a estabelecer metas para a educação no mundo e no Brasil e transformar os currículos da educação básica. Este ensaio trata-se de um recorte de tese de doutorado que aborda questões relacionadas às políticas educacionais brasileiras, e tem como objetivo contextualizar políticas públicas em educação na reforma do currículo para a construção do Novo Ensino Médio do Estado de Santa Catarina. A concepção de políticas públicas é muito mais complexa do que a constituição de propostas para resoluções de problemas sociais. Pode-se considerar que a política pública é constituída por quatro elementos fundamentais: princípios metafísicos gerais, hipóteses práticas, metodologias de ação e instrumentos específicos. Isso significa que antes de existir uma política pública existem conflitos, jogos e lutas até os quatro elementos se articularem. Na década de 1990, a educação no Brasil passou por um período importante de reforma, que impactou questões que envolveram a oferta da educação básica, que resultou na alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/1996. De maneira ainda discreta, a privatização começou a ganhar espaço através de narrativas feitas para desmerecer o ambiente educacional público, enfatizando ideias de que as entidades privadas possuem melhores qualidades em seus serviços e atribuindo isso não somente a educação, mas também a outros ramos básicos que o Estado é responsável, tendo como objetivo o achatamento das incumbências que o Estado tem com a sua população, presumindo na ideologia do neoliberalismo um Estado Mínimo. O que reitero é que o neoliberalismo não nega a vontade de governar, não se exclui dessa vontade de governar, ao invés disso, ele “inventa, ou reestrutura, novas estratégias”, que vão no sentido da “desgovernamentalização do Estado” e da “desestatização das práticas de governo”. São inúmeros discursos de verdade, tecnologias e práticas de governo que constroem uma rede, que permite uma ação prenunciada sobre os comportamentos, possibilitando o “governo à distância”. Aos poucos, as entidades de origem empresarial foram estabelecendo espaço no campo educacional e fazendo parte das decisões governamentais sobre a educação. Um exemplo disso é

¹⁹² Mestre em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (PPGEDU/FURB). Doutoranda em Educação (PPGEDU/Univali). Docente do Curso de Educação Física (Univali). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais (GEPEC). *E-mail:* liliane.geisler@univali.br.

¹⁹³ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (PPGST/Univali). Doutoranda em Educação (PPGEDU/Univali). Docente do Curso de Enfermagem (Univali). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais (GEPEC). *E-mail:* daniela.ratico@univali.br.



organização denominada “Todos Pela Educação” (TPE) que vem constituindo o lugar do empresariado no âmbito da formulação de políticas e da mobilização social em prol da hegemonização de um projeto educacional, dando nova configuração para a esfera pública. Suas propostas para a educação trazem em seu bojo a alteração na relação entre sociedade e Estado, no que se refere ao espaço de produção e implementação de políticas públicas. Isso porque há correlação de forças entre classes sociais e suas frações por um projeto para educação. O principal objetivo é afetar em políticas públicas para a Educação Básica brasileira, em nível nacional, a partir da bandeira do direito à qualidade da educação. A reforma na escola se dá com políticas impulsionadas para o controle da qualidade, tendo como base políticas de exames nacionais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Atualmente essas políticas fazem já parte da rotina das escolas em todos os níveis de ensino. Na governamentalidade, todas as políticas de reforma são racionalizadas, ou seja, estabelecem laços entre razão, poder político e estrutura de Estado, com uma noção de Estado ampliado. Outro marco de importância foi a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) em concordância com o Ensino Médio, dessa maneira consolidando e apurando a Lei de Reforma do Ensino Médio em que o currículo possui uma nova conexão com o mundo do trabalho e a educação, auxiliando em todo o desenvolvimento do aluno nas diferentes áreas do conhecimento. Além disso, favorece a configuração da parte comum do currículo e dos itinerários formativos. No Brasil, com as mudanças instituídas pela Lei n. 13.415/2017, foi criado o Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) e os quatro cadernos do Novo Ensino Médio, compostos por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por uma parte diversificada constituída por cinco itinerários formativos, documento que é material empírico desta pesquisa. Esse material a ser analisado é resultado de formas de governar e são materializados em discursos presentes nos enunciados e, portanto, eles não são só resultado como também são vetores de formação e constituição dos sujeitos escolares.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Governamentalidade; Neoliberalismo; Novo Ensino Médio.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: INSTITUIÇÕES DE ITAJAÍ QUE INTEGRAM A REDE DE CUIDADOS E PRESTAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

MELLER, Vanderlea Ana¹⁹⁴

SILVA, Claudio da¹⁹⁵

LIEBEL, Graziela¹⁹⁶

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é entendido como um transtorno que afeta o neurodesenvolvimento humano e dificulta os comportamentos de interação social e de comunicação. O direito ao cuidado, à educação e à saúde do sujeito com autismo são garantidos por leis e políticas públicas inclusivas. A relevância do estudo está no reconhecimento das instituições que integram a rede de apoio e cuidado aos sujeitos com Transtorno do Espectro Autista, governamentais e não governamentais, suas proposições nos serviços e fluxos institucionais. O aumento de casos de sujeitos com Transtorno do Espectro Autista é uma condição que tem preocupado o poder público municipal de Itajaí, pois o número de estudantes diagnosticados aumentou significativamente este ano, em 2021 eram 450 e, atualmente, são 950 estudantes com Transtorno do Espectro Autista. São dados que necessitam de atenção, envolvem as dinâmicas institucionais e efetivação de políticas públicas que dão amparo às necessidades e aos desafios nas esferas da educação e da saúde. Estima-se que, atualmente, em Itajaí, cerca de 560 crianças estejam aguardando o diagnóstico do TEA, portanto a Secretaria de Saúde de Itajaí organizou um ambulatório (anexo ao Centro Terapêutico Especializado em Autismo) para pré-triagem de pessoas com autismo e visa à melhoria nos serviços prestados e possíveis encaminhamentos para as redes de apoio. Os diagnósticos auxiliam o trabalho realizado pela Secretaria de Educação, em virtude do número crescente de alunos com autismo na Rede Municipal de Ensino. Garantir o direito fundamental à educação e saúde é um processo que envolve o reconhecimento das necessidades e ações efetivas de inclusão das pessoas aos serviços especializados. Problema da pesquisa: Quais as instituições de Itajaí que integram a rede de cuidado ao Transtorno do Espectro Autista e os serviços especializados de saúde e educação que desenvolvem? Objetivo do estudo: Mapear as instituições de Itajaí que integram a rede de cuidado ao Transtorno do Espectro Autista identificando os serviços especializados de saúde e educação que desenvolvem. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo documental, com base na hermenêutica fenomenológica, a coleta de dados ocorreu por meio dos documentos/registros das instituições que integram a rede de cuidado ao TEA, um questionário e publicações em mídias virtuais ou escritas. Os autores de base do estudo são Silva, Aguiar; Ferrer (2002); Brasil (2014); Skliar (2003; 2018); Folha do Estado (2022). Esta pesquisa se insere na linha Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Univali. Resultados: Por meio dos cadastros das Secretarias de Educação e de Saúde de Itajaí, identificamos as instituições que integram

¹⁹⁴ Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* vanderlea@univali.br.

¹⁹⁵ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* cwylia@hotmail.com.

¹⁹⁶ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Univali. *E-mail:* graziela@univali.br.



a rede de cuidados e prestam serviços especializados de saúde e educação aos sujeitos com TEA, do município de Itajaí (SC), entre elas: Associação de Pais e Amigos do Autista de Itajaí (AMA), Serviço Especializado em Reabilitação da Univali (SER), CIEP Vovó Biquinha, Centro Terapêutico Especializado em Autismo (CTEA), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral (ADEQUO), Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSI) e Instituto NADAR e Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (CEMESPI). Os registros localizados possibilitaram identificar as instituições de apoio e o reconhecimento dos serviços prestados. As instituições desenvolvem intervenções similares nos atendimentos ofertados em educação e saúde. Na estrutura organizacional, contam basicamente com profissionais: Fonoaudiólogo, Psicopedagogo, Pedagogos, Farmacêutica, Profissional de Educação Física, Fisioterapeuta, Enfermeiro, Terapeuta Ocupacional, Psiquiatra, Médico Clínico Geral, Neurologista, Psicólogo e Nutricionista. Quanto ao número de sujeitos atendidos, o Centro Terapêutico Especializado em Autismo oferta 42 atendimentos, a Associação de Pais e Amigos do Autista de Itajaí presta atendimento a 150 sujeitos, o CIEP Vovó Biquinha, 85 sujeitos, o Instituto NADAR atende em torno de 80 sujeitos, a Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral presta atendimento a 63 sujeitos, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais atende 122 sujeitos. No âmbito da educação, estes sujeitos recebem Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) por professores habilitados em Educação Especial. O município de Itajaí conta com 36 destas salas localizadas em polos de ensino e somadas, atendem 661 sujeitos. No Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí, o Atendimento Educacional Especializado atende 31 crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, devidamente matriculadas nas unidades de ensino municipais. O Serviço Especializado em Reabilitação da Univali conta com profissionais da psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapeuta ocupacional, enfermeiros, nutricionistas, médicos neuropediatras, neurologistas, clínico geral e assistente social. Os atendimentos ocorrem uma vez por semana, de segunda a sexta-feira, no período de um ano. Foi fundamental estabelecer um olhar sensível de observação aos processos que norteiam o acesso às instituições e aos fluxos de atendimento especializado para possivelmente promover o acesso e a igualdade de direitos à saúde e educação. Todo esse movimento busca alinhar e qualificar as informações que resultaram no mapeamento das instituições, corroborando com a identificação dos atendimentos e serviços. A organização das informações das instituições e os fluxos de atendimento possibilitou mapear a rede de cuidados em educação e saúde ao TEA e os serviços oferecidos. Estes registros são referência para o acesso às instituições e aos serviços prestados nas intervenções oferecidas. Foi fundamental reconhecermos os fluxos de atenção e propostas terapêuticas que devem ser coerentes com as necessidades e características de cada um. O TEA é uma condição que exige acompanhamento para a promoção do bem-estar social, a convivência e inclusão, portanto o reconhecimento das instituições torna-se fundamental para o acesso dos sujeitos, de acordo com suas necessidades. Os processos inclusivos são fundamentais, pois promovem aprendizagens adequadas e habilidades sociais, com qualidade nas relações inclusivas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Rede de Cuidado; Saúde; Educação.



EDUCAÇÃO MUSICAL E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DE APOIO DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE ITAJAÍ CARLINHOS NIEHUES

MELLER, Vanderléa Ana¹⁹⁷

VIEIRA, Juciane Pereira da Conceição¹⁹⁸

PATISSI, Eliezer¹⁹⁹

ADRIANO, Rafaelo de Goes Rebello²⁰⁰

RESUMO

A educação musical promove a arte e o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da música e seus processos de criação. A trajetória na educação musical do Conservatório de Música de Itajaí Carlinhos Niehues (CMICN) consolidou-se a partir do ano de 2007 como instituição pública de qualificação profissional em música, foi criado por meio da Lei Municipal n. 4.829, de 20 de junho de 2007, é órgão ligado à Fundação Cultural de Itajaí. Amparado em bases legais e com apoio de programas e projetos de fomento à cultura, desenvolve propostas para a construção do conhecimento e manifestações artístico-culturais musicais. Levamos em consideração que esta é uma instituição de grande relevância no campo artístico-cultural, educativo e profissional, pois é uma das principais formadoras de artistas no campo da música na cidade de Itajaí e região. A consolidação do CMICN ocorreu no propósito de atender a uma antiga reivindicação dos músicos da cidade que desejavam formação técnica e continuada. O profissional da música é qualificado para ingressar no mercado de trabalho, atuando na área de performance musical em diferentes segmentos, desenvolvendo também um importante trabalho de preservação da memória musical. O conservatório promove formação, de forma gratuita, para 15 modalidades de instrumentos, sendo eles piano, acordeão, guitarra, contrabaixo elétrico, contrabaixo, violão, bateria, percussão, canto, saxofone, flauta, trompete, trombone, violino e viola. A política de financiamento institucional está amparada por verbas municipais, que possibilitam o desenvolvimento das propostas pedagógicas. Problema de pesquisa: Quais as propostas de educação musical são desenvolvidas no Conservatório de Música de Itajaí Carlinhos Niehues com apoio de políticas públicas culturais? Objetivo geral: Apresentar as propostas de educação musical desenvolvidas no Conservatório de Música de Itajaí Carlinhos Niehues com apoio de políticas públicas culturais. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória do tipo documental, realizada a partir dos registros existentes no acervo do CMICN e publicações em mídias virtuais ou escritas. Foram considerados os dados registrados a partir da criação institucional no ano de 2007 e a compreensão dos dados com base na hermenêutica fenomenológica. Esta pesquisa foi desenvolvida com Apoio do UNIEDU, artigo 170 e grupo de pesquisa na linha Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Univali. Os autores de base do estudo foram Arroyo (2022); Brito (2009); Merleau-Ponty (2000) e documentos legais da área da educação e cultura. Resultados: Verificamos registros da trajetória e conquistas institucionais no campo educativo, musical e expressivo, que permitiram

¹⁹⁷ Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* vanderlea@univali.br.

¹⁹⁸ Graduanda em Educação Física e Pedagogia. Univali. Bolsista UNIEDU – Artigo 170.

¹⁹⁹ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/Univali. Bacharel em Administração Pública ESAG/UESC (Universidade do Estado de Santa Catarina).

²⁰⁰ Mestre em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/Univali. Bacharel em Direito e Música (Univali).



identificar impactos positivos na formação artística, fortalecimento e preservação do patrimônio cultural musical da cidade de Itajaí e região. O Projeto Político Pedagógico do CMICN expressa que educação musical envolve práticas de ensino adequadas para atender às diferentes necessidades de aprendizagem e progresso dos alunos, por meio de uma abordagem curricular diversificada, composta por 864 horas-aula, por meio de recursos didáticos e tecnologias inovadoras. Busca desenvolver competências necessárias às condições técnicas e performativas para uma adequada formação de conhecimentos, capacidades e competências gerais e específicas para as atividades artísticas na área da música, seja no mercado de trabalho ou atuando em orquestra e bandas locais. Promove cidadão participativo, reflexivo, autoconsciente e instrumental para ser competente como profissional ou apreciador da arte musical. Entre as propostas institucionais ocorre a Prática de Conjunto, realizada regularmente pela instituição, é essencial para a formação do aluno de música, promove a interação do aluno e desenvolve a consciência das implicações éticas e hierárquicas do trabalho em grupo. Estimulando a performance musical coletiva, o aluno escolhe o instrumento que deseja aprender nas aulas, tem a oportunidade de tocar com outros músicos e vivenciar uma experiência mais profissional da música, por meio dos ensaios, dos arranjos, da leitura de partituras. Os grupos artísticos são formados por alunos, professores e egressos, organizados e orientados por um regente ou coordenador. Também ocorre a integração com profissionais da área, favorecendo estratégias para a qualificação e inserção no mercado de trabalho. Na temporada anual de apresentações, os grupos realizam shows, audições e programas culturais para o público em geral, por meio de seus espaços culturais, bem como na cidade de Itajaí e em outros espaços no estado de Santa Catarina. Na Banda do Conservatório os alunos participam de ensaios, apresentações públicas agendadas e aprendizado do repertório desenvolvido para eventos artístico-culturais. O Grupo de Choro envolve ensaios e apresentações culturais, como roda de choro em espaços públicos de Itajaí. Buscando diversificar os conhecimentos e a formação musical, mensalmente, o Conservatório de Música recebe um professor ou músico convidado externo, para que realize workshop, palestra, concerto ou masterclass para os alunos e a comunidade. Esses encontros oferecem oportunidades aos alunos para a atualização dos conhecimentos com profissionais e professores que já atuam no mercado de trabalho. Os projetos de apoio propiciam aos alunos do conservatório a oportunidade de efetivar e demonstrar as aprendizagens à comunidade, ampliando a educação continuada e qualificação do trabalho musical. São práticas que favorecem a educação musical na união de som e letras como linguagem expressiva. Todas essas propostas são efetivadas por meio de políticas públicas de apoio e fontes de financiamento, como Programas de Incentivo, por meio das quais ocorre a contratação dos professores e das atividades de extensão com chamamento público, realizado anualmente, com o objetivo de firmar uma parceria público-privada, conforme Lei 13.019/2014. A dotação orçamentária deste chamamento é oriunda do orçamento do município destinado à Fundação Cultural de Itajaí, em 2022 na ordem de setecentos e cinquenta mil reais. Atualmente o espaço físico utilizado é o da Casa da Cultura Dide Brandão – equipamento cultural pertencente à Fundação Cultural de Itajaí (FCI) – onde o Conservatório utiliza cinco salas de aula e conta com a estrutura da própria Casa da Cultura de maneira compartilhada com outros projetos da FCI. O Conservatório de Música de Itajaí tem contribuído com a valorização e o aperfeiçoamento da produção musical da cidade de Itajaí e região, possui um projeto político pedagógico com iniciativa singular e efetividade das políticas públicas do município de Itajaí e do Estado de Santa Catarina. No CMICN ocorre a formação de diferentes públicos de músicos, com objetivos diversos, sejam eles estritamente profissionais e que visam uma carreira, ou aqueles que desejam estudar música como expressão cultural e habilidades individuais sistematizadas para a valorização da arte. Com este estudo, identificamos o processo de construção de um percurso histórico, artístico



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

e cultural, com processos metodológicos que contribuem desde o aprendizado até o momento da performance e do exercício profissional do músico.

Palavras-chave: Educação Musical; Conservatório de Música; Políticas Públicas Culturais.



EDUCAÇÃO ESTÉTICA: PROGRAMAS E PROJETOS DE CULTURA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ

MELLER, Vanderléa Ana²⁰¹

BATISTA, Vinícius Siegel²⁰²

VIEIRA, Juciane Pereira da Conceição²⁰³

ZAUER, Ana Beatriz Fernandes²⁰⁴

MILITÃO, Kethelly Cariny²⁰⁵

RESUMO

Instituída pela Lei Municipal n. 3240, de 26 de dezembro de 1997, a Fundação Cultural foi criada com a finalidade de incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento das atividades culturais e artísticas do município. Busca conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico, além de manter e administrar os órgãos: Conservatório de Música Popular de Itajaí Carlinhos Niehues; Arte nos bairros; Culturada; Galerias da Casa da Cultura Dide Brandão; Casa Bughardt; Música no mercado público e projetos e eventos relacionados à música, teatro, artes visuais, entre outros. Trata-se de propostas que efetivamente promovem a cultura, a arte e a educação em Itajaí. São diversas instituições que contribuem, significativamente, para a expressão cultural e o registro do patrimônio cultural que expressam a criatividade e o aprendizado. A educação estética inclui a educação do sensível-inteligível que pode ser promovida nas pessoas por meio das manifestações culturais e artísticas. Possibilita criar uma dimensão de conhecimento que preenche a lacuna entre o conhecimento sensível (direto e primário), fornecido pelos nossos sentidos, e a capacidade criativa humana. No ambiente social e educacional, a educação estética pode promover a organização e implementação de propostas para a expansão das manifestações culturais. Problema de pesquisa: Quais as manifestações culturais e propostas educativas que integram os projetos da Fundação Cultural de Itajaí e as contribuições para a educação estética no processo expressivo da arte. Objetivo do estudo: Compreender as manifestações culturais e propostas educativas que integram os programas e projetos da Fundação Cultural de Itajaí e as contribuições para a educação estética no processo expressivo da arte. Metodologia: Trata-se de um estudo de abordagem qualitativo, exploratório e documental, realizado nos documentos institucionais oficiais da Fundação Cultural de Itajaí, relacionados aos programas e projetos institucionais, e publicações digitais ou impressas. A compreensão dos dados tem base na hermenêutica fenomenológica. Os documentos e dados relevantes provêm dos anos de 2018 a 2022. As teorias de base do estudo são Duarte Júnior (2000), Merleau-Ponty (1999) e editais da Fundação Cultural. A compreensão dos dados ocorreu com base na hermenêutica fenomenológica. Este estudo integra o projeto de pesquisa desenvolvido com Apoio do UNIEDU, artigo 170 pesquisa. Resultados: Após a análise dos editais da Fundação Cultural entre os anos de 2018 e 2021, identificamos programas e projetos que ocorrem anualmente: “Arte nos Bairros” é um programa que tem como objetivo

²⁰¹ Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Univali. *E-mail:* vanderlea@univali.br.

²⁰² Graduando em Psicologia na Univali. Bolsista do UNIEDU, artigo 170, pesquisa.

²⁰³ Graduanda em Educação Física e Pedagogia na Univali. Bolsista do UNIEDU, artigo 170, pesquisa.

²⁰⁴ Graduanda em Educação Física na Univali. Bolsista do UNIEDU, artigo 170, pesquisa.

²⁰⁵ Graduanda em Pedagogia na Univali. Bolsista do UNIEDU, artigo 170, pesquisa.



promover a arte e a cultura nas comunidades do município, oferece 25 cursos, em 32 bairros, entre eles estão aulas de balé, violão, teatro, entre outros. O “Meu Primeiro Livro” é um projeto que incentiva a produção literária municipal, por meio de apresentação de projetos. As leis de incentivo à cultura disponibilizam um montante financeiro para que artistas possam propagar as linguagens culturais e artísticas que são contempladas por meio dos projetos submetidos, dá prioridade e visibilidade aos talentos e bens intangíveis que são originários do país, visando a facilitar e garantir a todos o exercício dos direitos culturais. A ocupação das galerias tem como objetivo promover e ampliar os espaços públicos de fomento à arte e à cultura, o acesso às diversas manifestações e linguagens da produção contemporânea em artes visuais. Alguns programas tiveram paralização devido à pandemia e retornaram este ano, entre eles, “Vamos ao Teatro”, uma iniciativa que oferece apresentações teatrais gratuitas e transporte para as pessoas assistirem às atrações. O Festival Brasileiro de Teatro Toni Cunha promove apresentações teatrais de variados gêneros, valorizando e divulgando grupos regionais e nacionais. O “Encontro no Mercado” objetiva fomentar a cultura no município e dar visibilidade aos artistas, valoriza a arte e música no Mercado Público. Outros programas ainda não retornaram após a pandemia, como o “Carnaval no Mercado”, que visa a promover a dimensão cultural, simbólica, econômica e turística. Com a finalidade de fomentar a cultura no município e dar visibilidade aos corais locais, o “Encontro de Corais” envolve festivais ou congressos de corais na cidade de Itajaí. Além disso em 2021/22, a Fundação Cultural credenciou projetos audiovisuais, buscando ampliar oportunidades de criação e estimular a diversidade de tendências e linguagens em suas variadas modalidades de manifestação, bem como a formação profissional voltada ao audiovisual. Todos esses programas e projetos promovem a educação estética humana, contribuem com a percepção dos sentidos para criar perspectivas e realidades. O acesso e contato com a cultura e a arte é uma forma do indivíduo se expressar e compreender o mundo, não de forma lógica e mecanicista como estamos habituados, mas experimentar por meio da integração entre os sentidos e pensamentos, promovendo novas formas de conhecimento. As políticas públicas, com seus programas e projetos, impactam na promoção da diversidade de produções artísticas que abrangem música, teatro, pinturas, artesanato, entre outros. Os artistas e professores, por meio de seus trabalhos, expressam suas ideias e sentimentos de forma simbólica e possibilitam ao público o exercício dos sentidos, interpretação, imaginação e criação. A consciência ampliada na educação do sensível é instigada na exposição das obras de arte, na arte da música e demais práticas artísticas que proporciona às pessoas o sentir-pensar. Os registros dos programas e projetos promovidos pela Fundação Cultural de Itajaí configuram a efetivação das políticas públicas culturais, sendo que as propostas artísticas e educativas promovem a educação estética de modo democrático, por meio do acesso à diferentes manifestações da arte, da educação e da cultura. Por meio das políticas públicas culturais, o acesso às manifestações artísticas são ofertados e possibilitam reconhecer e ter acesso à educação estética, integrante do processo expressivo da arte e da cultura. Destacamos as perspectivas culturais e artísticas desenvolvidas e envolvidas na diversidade de profissionais e linguagens expressivas, presentes nas diversas manifestações da arte, e nos processos de ensino-aprendizagem. São diversas as propostas e práticas que consolidam a abrangência e impactam no contexto da arte e da cultura no município de Itajaí. As produções envolvem diferentes recursos e estratégias que ampliam a formação de maneira criativa e expressiva dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação Estética; Fundação Cultural de Itajaí; Programas Culturais.



PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ (SC)

SILVA, Claudio da²⁰⁶
MELLER, Vanderléa Ana²⁰⁷
LIEBEL, Graziela²⁰⁸
VIEIRA, Sidney Roberto²⁰⁹
FAIAL, Laissa²¹⁰
DAGNONI, Isabela Rudolf²¹¹
CREMA, Leticia Rebelatto²¹²
CREMA, Giulia dos Anjos²¹³

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) atualmente apresenta elevada prevalência e demanda ações inclusivas no campo da educação e da saúde. No município de Itajaí (SC), no último ano, ocorreu um crescimento considerável de diagnósticos, portanto torna-se fundamental suprir as necessidades básicas de atenção e apoio com atividades que colaboram com o desenvolvimento adequado do ser humano. As pessoas com TEA apresentam características que podem ser identificadas desde o período inicial de desenvolvimento infantil, entretanto, dependendo do grau de comprometimento, pode ocorrer dificuldades no diagnóstico e as manifestações são percebidas ao longo do crescimento, conforme as demandas sociais. Por meio dos critérios de diagnóstico, as principais características são os déficits na comunicação e interação social, podendo ser eles a dificuldade de reciprocidade socioemocional, de expressão não-verbal e restrições no contato visual. Uma das características mais evidentes são a ausência de expressões faciais e a dificuldade de reconhecê-las no outro também. Somando-se a isso, nota-se como outra característica marcante a presença de movimentos motores estereotipados ou repetitivos, inflexibilidade a rotinas ou padrões ritualizados, percebe-se também dificuldades motoras que abrangem a motricidade fina e grossa do indivíduo. Reforça-se a necessidade de práticas educativas para que as capacidades sejam ampliadas e não limitem as demandas necessárias no dia a dia. Perante tais características e condições humanas, buscamos reconhecer as práticas educativas que são oferecidas nas instituições que atendem às pessoas diagnosticadas com TEA, pois este transtorno apresenta características específicas que necessitam de ações educativas especializadas no foco da saúde e educação. Entre as instituições, identificamos: a Associação de Pais e Amigos do Autista de Itajaí (AMA); CIEP Vovó Biquinha; Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CER) - Univali; Centro Terapêutico Especializado em

²⁰⁶ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* cwylla@hotmail.com.

²⁰⁷ Doutora em Educação pela Univali. Discente no PMGPP da Univali. *E-mail:* vanderlea@univali.br.

²⁰⁸ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Univali. *E-mail:* graziela@univali.br.

²⁰⁹ Graduando em Educação Física na Univali. Bolsista UNIEDU.

²¹⁰ Graduanda em Psicologia na Univali. Bolsista UNIEDU.

²¹¹ Graduando em Psicologia na Univali. Bolsista UNIEDU.

²¹² Graduando em Psicologia na Univali. Bolsista UNIEDU.

²¹³ Graduando em Direito na Univali. Bolsista UNIEDU.



Autismo (CTEA); Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral (Adequo); Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSI) e Instituto NADAR. Problema da pesquisa: Quais as práticas educativas que são desenvolvidas nas instituições especializadas no atendimento ao Transtorno do Espectro Autista no município de Itajaí? Objetivo do estudo: Compreender as práticas educativas desenvolvidas nas instituições especializadas no atendimento ao Transtorno do Espectro Autista no município de Itajaí. Metodologia: Pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo documental, com base na hermenêutica fenomenológica, a coleta de dados ocorreu por meio de documentos/registros institucionais, publicações em mídias e entrevistas, os dados foram categorizados a partir de focos temáticos. Base teórica de apoio: os documentos legais, Lacerda (2017), Aguiar; Ferrer (2022); Skliar (2003; 2018). Esta pesquisa é desenvolvida com Apoio do UNIEDU, artigo 170 e grupo de pesquisa na linha Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Univali. Resultados: As instituições que desenvolvem atividades com pessoas diagnosticadas com TEA tem apoio de políticas públicas municipais e federais no campo da educação e saúde, algumas tem convênio com o SUS. Realizam práticas educativas para o cuidado e atenção à saúde e educação: A Adequo oferece atividades de Equoterapia, um método de reabilitação e foi regulamentada por meio da Lei n. 13.830, de 13 de maio de 2019. Na prática, utiliza o cavalo como recurso de intervenção com as pessoas com deficiência, envolve uma abordagem interdisciplinar dos conhecimentos e interações entre os profissionais das áreas da saúde, educação e equitação, voltada ao desenvolvimento biopsicossocial das pessoas com deficiência. A interação social e a ligação com a natureza são efetivas e o cavalo é agente de estímulos para ganhos a nível físico, psíquico, social e espiritual. O CER está estruturado na Univali e realiza atividades com base no diagnóstico do TEA, busca o tratamento com protocolos específicos de atividades para o desenvolvimento do potencial físico, psicossocial, com orientação de cuidados e inserção social. Envolve atividades no campo da fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia. Desenvolvem as competências de socialização, a estimulação precoce da motricidade, da linguagem e identificação de sons e letras, as habilidades básicas psicossociais. A AMA desenvolve serviço terapêutico com equipe multidisciplinar de fonoaudiologia e psicologia; treinamento parental: abordagens de temas em formato de palestras. As atividades educacionais visam ao acompanhamento para a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo. As práticas educativas envolvem estimulação precoce, atendimento educacional especializado (recursos pedagógicos coerentes e acessíveis de acordo com a necessidade). O Ensino Profissionalizante (PROEP) – qualificação, encaminhamento e acompanhamento de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – promove a educação musical que acontece em parceria com o projeto “Arte nos bairros”. A instituição CIEP Vovó Biquinha é a primeira escola de educação infantil inclusiva de Santa Catarina, realiza atendimento educacional, social, nutricional, psicopedagógico, sendo que a equipe multiprofissional da instituição é composta por orientação educacional e pedagógica, fisioterapia e fonoaudiologia. Com base no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e metodologia de projetos, desenvolve atendimento complementar para as crianças com necessidades educacionais especiais. A estimulação desenvolvida contempla as áreas de linguagem, socialização, cognição, função motora e atividades de vida diária. O Núcleo Aquático de Desenvolvimento Atlético e Reabilitacional (Nadar) desenvolve aulas de natação para crianças e adolescentes com TEA, com práticas da Educação Física, fisioterapia e fisiologia. A APAE busca garantir o direito à educação, à saúde, ao trabalho e à assistência social. Oferece vários programas e projetos para diferentes idades e necessidades, desde a prevenção e reabilitação em busca da qualidade de vida. Tem equipe multidisciplinar da saúde, educação e serviço social. O desporto, arte, lazer e informática que constituem um diferencial de qualidade nos serviços prestados. O CTEA conta com uma equipe



multiprofissional da saúde e educação que prestam atendimento às pessoas com TEA. O CAPSI atende, por meio de projeto terapêutico, a crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes. Acolhe crianças e adolescentes com demandas relativas à saúde mental e realiza os encaminhamentos necessários para atender às necessidades apresentadas. Oferece acolhimento, encaminhamentos, atendimento individual e em grupo e oficinas terapêuticas para suprir dificuldades comportamentais e habilidades sociais. Compreendemos que as diversas instituições apresentam atividades educativas abrangentes, de acordo com as características do TEA e necessidades individuais, buscando favorecer a saúde e a educação nos processos de desenvolvimento humano e aprendizagens, principalmente relacionadas aos vínculos sociais de interação e comunicação social, com ampliação dos estímulos perceptivos, motores, sociais e para diversas linguagens expressivas.

Palavras-chave: Práticas Educativas; Transtorno do Espectro Autista; Saúde.



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ITAJAÍ,
FRENTE À COMUNICAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

SCHULLER, Rudnéia²¹⁴

RESUMO

O dia a dia na escola durante e pós-pandemia, com tantos afazeres, processos, demandas ininterruptas e acontecimentos inesperados, a todo o momento, nos fez pensar e priorizar a importância da comunicação entre família e escola. Sob olhares atentos para esse vínculo tão precioso que é o relacionamento com as famílias e ressignificação dos desafios de contextos pandêmicos, precisamos atar os nós do fortalecimento das relações cordiais, humanas, técnicas e competentes, da Associação de Pais e Professores (APP), por meio da comunicação ágil, de acordos, de contrapontos, de crescimento entre escola e comunidade. E em todas essas reflexões, precisamos fazer menção que o recurso mais poderoso que a escola pode utilizar para ter a comunidade comprometida com o processo de ensino-aprendizagem, sem dúvida, inicia, desenvolve-se e culmina na comunicação. O debate em torno das conquistas e dos desafios da gestão educacional na relação família e comunidade, quando se trata de comunicação entre seus pares, vem sendo motivo de atenção, pois urge que a escola seja, também para a família, um espaço no qual esses atores sintam-se inclinados a exercer participações ativas. Ou seja, escola e APP, cada qual exercendo as suas atribuições, sem atropelos, mediatizados pela força, necessidade e poder da educação. O período de pandemia fez com que essas relações trilhassem novos caminhos, em que foi necessário criar estratégias e mecanismos que desempenharam papel preponderante, diante de infinitos desafios das precariedades latentes da tecnologia, em saber utilizá-la, do planejamento tão específico para momentos atípicos; dos perigos do encontro, entre pessoas, nos grupos, nas reuniões; assim como das possíveis contaminações. E podemos rumar pelos desempregos, situações de miserabilidade e outros contextos tão anômalos e calamitosos, mas desafiadores, sobretudo. Ciente da importância da comunidade para o sucesso das propostas pedagógicas das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Itajaí, entendemos, cada vez mais, a necessidade de inserir, no dia a dia da escola, o protagonismo das famílias, que constituem os principais grupos de relações sociais nas escolas. São elas, a quem se deve solicitar apoio e opinião para fortalecer tanto os processos de ensino e de aprendizagem do aluno, como gestão, coordenação, e assim partilharem (família e escola/ escola e família) num todo processual e dinâmico do pensar, executar, e avaliar, a partir dos campos pedagógico, administrativo e financeiro da escola. Pautada no princípio constitucional da Gestão Democrática e no compromisso com a educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade, a Secretaria da Educação de Itajaí, por meio do Programa Gestão Compartilhada, apresenta sugestões para apoio e orientação à Associação de Pais e Professores, no que se refere à comunicação entre escola e comunidade, a fim de aprimorar o trabalho da comunidade escolar, tendo em vista sua importante e considerável atuação político-

²¹⁴ Professora da Rede Municipal de Educação de Itajaí (SC). Ocupante do Cargo de Supervisora de Programas Educacionais – Gestão Compartilhada da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí. *E-mail:* rschuller@hotmail.com.



pedagógica, no âmbito da educação. Os olhares dos pais e outros agentes, em associações, passam pela crítica e avaliação acerca de tudo o que está sendo pensado e vivenciado na organização escolar. Dito isso como importante referencial, visamos não a pensar organizar legalmente a instância colegiada, ela não se firma apenas neste ângulo, mas precisamos instituí-la, nomeá-la, valorizá-la, a partir de um conjunto normativo, de modo a possibilitar, a todos que fazem parte da Comunidade Escolar, a participação consciente nos processos de tomada de decisões no espaço escolar, com o intuito de tornar efetiva sua função social. Espera-se, também, que este apoio necessário de dispormos às APPs, possibilite, permanentemente, o exercício da democracia no ambiente escolar, pela transparência e pelas ações coletivas; no zelo pelo cumprimento dos preceitos legais presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais documentos que dão legitimidade às representatividades. O período de pandemia e pós-pandemia trouxe à tona diálogos necessários que até o presente momento vêm sendo fortalecidos em uma arquitetura de gestão pública fundamentada na participação, da democracia que promove ações integradoras. Esses movimentos vêm ao encontro de uma melhor interação entre escola-família-comunidade, por meio da comunicação. Problema da pesquisa: Pautados na mobilização e participação de diferentes segmentos, quais as contribuições das Associações de Pais e Professores – APP's da rede municipal de Itajaí para uma melhor aproximação e comunicação entre escola e comunidade escolar? Objetivo do estudo: Discutir e socializar a reorganização das estratégias de comunicação entre os diferentes segmentos que integram as APP's da rede em novos tempos, ampliando as possibilidades da gestão compartilhada. Metodologia: Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com exposições de práticas exitosas apresentadas por focus groups (grupos de discussão) socializados no XXXIII Simpósio Catarinense de Administração da Educação ocorrido na cidade de Itajaí no ano corrente, 2022, e ainda publicações em mídias virtuais ou escritas. Resultados: Diálogo acerca da problemática enquanto APP, unidade de ensino e Secretaria de Educação, a fim de entender a importância da comunicação nesse contexto comunidade-escola, buscando estratégias que visem à articulação entre os seguimentos, visto que a comunicação entre a escola e a família na escola passou a concretizar-se, basicamente nos últimos anos pela via das distâncias, dos telefones e aplicativos, organizados para chamar a atenção dos pais para o rendimento escolar dos filhos e ainda manter os segmentos da APP conectados para que estabelecessem formas de manter as aplicações e compromissos financeiros, administrativos e pedagógicos. E, com tudo isso, se criou um sentimento de presença indesejada, o que dificultou o retorno da comunidade a participar do dia a dia da escola e da vida de seus filhos, mesmo após o retorno às aulas presenciais. Os benefícios de uma boa comunicação entre a família e a escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas, tanto da escola como das famílias. E, prova disso foi o fato de acompanharmos, enquanto Secretaria de Educação, o engajamento da Associação de Pais e Professores realizando reuniões virtuais via aplicativos; ações como driven, delivery, entre outras, que, de forma mais individual, ganharam espaço e contribuíram com as arrecadações financeiras, bem como para a apresentação do processo pedagógico. E isso ainda foi visto e de efetividade, como algo benéfico, durante todo este ano letivo. Entendemos que o isolamento trouxe a ideia de pertencimento, já que a omissão da família em relação à escola era comum antes da pandemia. Porém, hoje a sua presença passa a ser essencial, e a escola precisará sempre tê-la como aliada. Cabe ressaltar que o elo mais forte entre família e escola tem que ser a comunicação. E este diálogo não poderá ter ruídos, porque será (e existe) para ser partilhado no binômio escola e família (uníssonos) de forma direta ou indireta. Nesta empreitada tenhamos como resultados maiores a educação de qualidade. É de suma importância elucidar que essa comunicação está necessariamente, no patamar de constituir-se efetiva e humanística entre as duas instituições (escola e família), de modo que desenvolva



no educando pensamentos que tenderão minimizar conflitos e buscar acertos. Assim sendo, que a família e a escola não percam mais esta ligação, mesmo com as aulas, agora, presenciais. E, em especial, que as famílias possam perceber, o fato de, por mais que a escola esteja preparada, em termos de infraestrutura e de profissionais da educação, ela (a escola) nunca suprirá a carência deixada pelas famílias ausentes. Juntas conseguirão oferecer melhores perspectivas a seus educandos. Conclui-se, ainda que de forma breve e no compromisso da continuidade das reflexões, estudos e intervenções, então, que o comunicar necessário entre escola e comunidade com a articulação da APP cria compromissos, tece redes de inter-relações, reproduz laços éticos dando novos significados e abrindo horizontes para uma formação de práticas eficazes, compreendendo a necessidade de um diálogo fortalecido entre a escola e a comunidade escolar sendo capaz de possibilitar proporcionar as trocas entre as mesmas.

Palavras-chave: Família; Escola; Gestão Compartilhada; Pandemia; Comunicação.



O XADREZ JOGADO A DISTÂNCIA E OS TIPOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS NUMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA

SANTOS, Jorge Roberto Alves dos²¹⁵
LIEBEL, Graziela²¹⁶

RESUMO

A escolarização possui papel relevante na busca da autonomia dos sujeitos. A escola é a instituição responsável para criar um ambiente onde o indivíduo encontre condição para se desenvolver intelectualmente. O novo contexto histórico traz consigo novas perspectivas, especialmente em relação ao desenvolvimento tecnológico, presente em todos os campos da sociedade, fazendo com que repensemos a concepção e os objetivos relacionados às práticas pedagógicas adotadas pela escola. Apesar desse esforço, nem sempre a estrutura disponível é suficiente para dar o suporte necessário em todas as atividades de ensino-aprendizagem e a todos os estudantes. O ambiente escolar é um meio de referência para o estudante e lhe possibilita uma leitura mais precisa do mundo, onde ele constrói e reconstrói seu mundo. O papel do educador é de buscar formar um cidadão crítico capaz de se posicionar diante das novas formas de cultura, ao longo da história e da sua própria existência. E toda essa gama de conhecimentos é transmitida através dos tempos por meio da escrita, de sons, de imagens, dentre outros. À medida que o tempo passa, o contexto histórico-cultural se transforma e é transformado pelos sujeitos, sendo a escola uma instituição importante na propagação desta transformação cultural. Este novo cenário requer do professor muito mais competência e habilidade para propor aos seus estudantes as novas perspectivas que se desenham com o avanço das tecnologias, já que a escola possui a responsabilidade de lhe oferecer conhecimentos em consonância com a realidade presente, para que adquira consciência do pleno exercício de cidadania. Problema de pesquisa: Quais as contribuições que o jogo de xadrez jogado à distância, através de mensagens escritas em papel (bilhete enviado por mensageiro), mensagens de áudio (via celular) e SMS – mensagens de texto (via celular) – numa perspectiva pedagógica poderão proporcionar ao aprendizado dos estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental da Escola Municipal de Educação Básica Morada do Sol, em aulas de Educação Física? Objetivo do estudo: Estabelecer um paralelo entre o jogo de xadrez jogado à distância e a evolução dos meios de comunicação. Metodologia: A presente pesquisa, de cunho qualitativo descritivo, com pesquisa bibliográfica e aplicação prática, utilizando também dados quantitativos na avaliação, buscou estabelecer uma relação da comunicação à distância com o jogo do xadrez epistolar ao analisar uma sequência didática da disciplina de Educação Física. Tendo como elemento principal o jogo de xadrez jogado à distância, também identificado como xadrez epistolar, a atividade prática contou com a participação de dois grupos de sujeitos, a saber: estudantes do Ensino Fundamental do 8º e do 9º ano da Escola Municipal de Educação Básica Morada do Sol, de Caçador (SC), no segundo semestre de 2015, totalizando 39 estudantes. Através das observações das atividades desenvolvidas e de um questionário aplicado, contendo seis questões a respeito das aulas que aconteceram durante o período da pesquisa, foi feita a análise das informações de maior

²¹⁵ Mestrando em Gestão de Políticas Públicas, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Especialista em Tecnologias, Comunicação e Técnicas de Ensino pela UFTPR.

²¹⁶ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Programa de Pós Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Univali. *E-mail:* graziela@univali.br.



relevância. A atividade, bem como a análise foi realizada separadamente em cada turma, em aulas que aconteceram no período escolar, nas dependências da Escola Morada do Sol. Para a análise das informações obtidas no questionário, os dados foram catalogados e transcritos de forma textual, pois se observa que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um texto. Resultados: A prática pedagógica aplicada serviu para trazer à tona elementos importantes na questão da necessidade de se criar metodologias para a aprendizagem dos sujeitos. Demonstrou também que se pode criar atividades interessantes que envolvam os estudantes de forma significativa a partir de tecnologias tidas como ultrapassadas, ou antigas, mas demonstrou que é preciso ousadia e criatividade. Da mesma forma, ficou claro que os estudantes do mundo contemporâneo, embora conectados a tecnologias digitais e tenham domínio sobre elas, preferem atividades que façam sentido para suas vidas, e não simples atividades que as envolvam, sem sentido algum.

Palavras-chave: Xadrez; Comunicação; Escola; Pedagogia; Educação Física.



JUDÔ NA INFÂNCIA: ABORDAGEM EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DA CULTURA DE PAZ

MELLER, Vanderléa Ana²¹⁷
OTAVIO, Saskia Lingner²¹⁸

RESUMO

O judô, que significa “caminho suave”, é uma arte marcial criada no Japão no século XIX, por Jigoro Kano. Pensar processos educativos na infância integrando as lutas é um desafio, pois é uma etapa fundamental para a formação humana. O que aprendemos na infância é fundamental para a definição do desenvolvimento humano, as crianças necessitam de linguagens e saberes adequados para suas aprendizagens, pois as relações instigam diferentes linguagens expressivas. As políticas públicas educacionais são integradas por meio de um processo educativo e que fortalece a cultura de paz. Na abordagem de ensino-aprendizagem do judô, buscamos integrar práticas e relações harmônicas das crianças com o eu, com o outro e com a natureza. Esta arte marcial foi criada com o objetivo de amenizar as técnicas de combate e agressões envolvidas e possibilitar a integração social. Os princípios de paz e do judô podem integrar esse propósito e possibilitar aprendizagens fundamentais por meio da convivência e diálogo que o esporte propõe. A Constituição Federal de 1988 estabelece, entre os princípios da federação, a defesa da paz, juntamente com a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 1988). O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 define paz, justiça e instituições eficazes para promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. Na dinâmica do judô, integrada à cultura de paz, é possível vivenciar as relações entre as partes e o todo dos aspectos físicos, sociais, psicológicos, culturais e espirituais, que constituem a perspectiva do pensamento complexo. A formação do ser humano que o judô pode favorecer é uma busca de contribuir com a reintegração ao meio e consigo mesmo na presença da cultura de paz. São desafios para o equilíbrio dos pensamentos e sentimentos, dos impulsos agressivos, dos processos pessoais e coletivos da vida das crianças. A UNESCO define que a paz que perdura reside em uma rede complexa e frágil de práticas diárias, as quais são incorporadas nos contextos em que vivemos, nas ações mais efêmeras e criativas de indivíduos e das comunidades, constituindo condições sustentáveis para viver em sociedade e compartilhando a dignidade e a prosperidade. Diante desse propósito, a educação é uma área fundamental para promover a cultura de paz, nos diversos lugares e instituições que ela ocorre, com aprendizagens de valores e atitudes cooperativas, dialógicas e interculturais. Problema de pesquisa: Quais princípios integram uma abordagem educativa no ensino-aprendizagem do judô para crianças na perspectiva da cultura de paz? Objetivo geral: Compreender os princípios que integram uma abordagem educativa no ensino-aprendizagem do judô para crianças na perspectiva da cultura de paz. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com base no método da hermenêutica fenomenológica, de natureza aplicada, com técnica bibliográfica e delineamento documental. Propõe a postura intencional investigativa para a percepção e compreensão dos fenômenos

²¹⁷ Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* vanderlea@univali.br.

²¹⁸ Mestranda no Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP/Univali). Bacharel em Administração de Empresas (Univali). Bacharel em Educação Física (Uniasselvi). Licenciada em Educação Física (Unopar).



para possível descrição. Nesta investigação teórico-conceitual foram utilizadas bases teóricas e síntese descritiva desenvolvidas por meio da identificação, interpretação e conexão dos dados para melhor compreensão. Autores clássicos das temáticas abordadas: Kano (2008), Moraes (2007; 2020), Morin (2000; 2005), Weil (2007). Resultados: Para o desenvolvimento de uma abordagem educativa para o judô com crianças, envolvendo os princípios da cultura de paz, buscamos propor objetivos e estratégias que fortalecem as relações de convivência para o respeito mútuo, para expressões das habilidades técnicas e comunicativas com cuidado de si e de outro. As práticas do judô são importantes para o processo de ensino-aprendizagem da cultura de movimento humano e a formação social das crianças que praticam a luta, na perspectiva da cultura de paz. A relevância das ações educativas está no fortalecimento das relações sociais para a compreensão humana mútua, considerando o bem-estar pessoal e coletivo. A partir da proposição da prática do judô e seu desenvolvimento educativo, buscamos a ampliação de estratégias e recursos para a expressão e os processos criativos. Desejamos que a efetivação da prática contribua com a consolidação de saber-fazer-conviver educativo e o fortalecimento das interações sociais. É necessário organizar adequadamente maneiras de ensinar as lutas e esportes para as crianças, com abordagens que respeitam seu tempo de vida, o mundo imaginário, a capacidade perceptiva e o desenvolvimento físico, motor e cognitivo. Torna-se fundamental reencontrar, na educação e no esporte, a liberdade expressiva, buscando quebrar paradigmas reducionistas e mecanicistas. Viver na dinâmica da cultura de paz é um processo cotidiano de atitudes que envolvem as relações com o outro e consigo mesmo, e as diferentes práticas diárias são envolvidas neste propósito. As implicações didáticas desta proposta derivam da visão abrangente de educação, pois a educação para paz é projetada para o bem-estar social. O judô para ser desenvolvido com as crianças e para ser integrado nas instituições educativas, na não violência, deve ser pautado nos princípios de origem da luta, os quais regem os modos de vida dos Judocas, como: Jita Kyoei – prosperidade e benefícios mútuos; Seiryoku Zenyo – uso da energia para o bem. Identificamos ligações e integramos os princípios propostos pela UNESCO para a cultura de paz, pautados nas atitudes e nos entendimentos do respeito pela vida, da rejeição à violência, do ouvir para compreender; do ser generoso; de preservação do planeta e redescoberta da solidariedade.

Palavras-chave: Judô; Cultura de Paz; Infância.



REPENSANDO O BRASIL E OS MATERIAIS DIDÁTICOS A PARTIR DO OLHAR SOCIOLÓGICO DE DARCY RIBEIRO – CARTILHA “OS BRASIS”

OLIVEIRA, Natália²¹⁹

SOBRINHO, Vandelino Tessaro²²⁰

FRITZEN, Maycon²²¹

SCARATTI, Nedriane²²²

RESUMO

Quando se pensa em aprofundar os conhecimentos sobre o Brasil e a formação étnica da população brasileira, o reflexo cognitivo e a memória das aprendizagens que se tornaram significativas ao longo da vida escolar, geralmente, fazem recordar os mapas das aulas de Geografia, com os aspectos ilustrativos de relevo, vegetação, hidrografia, e as divisões em regiões do país, ou ainda, os mapas utilizados em História, demonstrando os processos de povoamento e desenvolvimento econômico do Brasil, nos diferentes ciclos e períodos históricos. Apesar de toda a sistematização do conhecimento presente nos materiais didáticos, ainda se percebe, em meios populares, uma relativa falta de consciência nacional mais robusta, devidamente embasada em interpretações que contribuam com a compreensão do Brasil. Trazendo presente essa problemática, ao longo dos processos educativos – planejamentos, produção de material, coleta de referência e elaboração de proposta de intervenção – realizados pela Oficina “Fundação do Brasil: Matrizes Étnicas”, da Trilha de Brasilidades proposta para o Itinerário Formativo de Ciências Humanas no Ensino Médio do Colégio São José, que deparou-se com uma questão desafiadora: a falta de materiais didáticos alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a perspectiva analítica do sociólogo Darcy Ribeiro sobre o Brasil – ou sobre “Os Brasís”. Explorando os conhecimentos já adquiridos ao longo da vida escolar, na intenção de incorporar suas bagagens culturais para a aplicação de conhecimentos, percebeu-se que muito se sabe sobre os aspectos geográficos, demográficos, econômicos, naturais e históricos, de forma geral, entretanto, pouco ou nada se sabe sobre os processos de formação da sociedade brasileira, a partir de suas matrizes étnicas e processos de mestiçagem integrados com as diferentes paisagens naturais do Brasil que fazem surgir as mais variadas formas de atividades econômicas. Mais ainda, falta a compreensão de que todos estes processos combinados não acabaram por gerar um Brasil, mas sim, diversos “Brasís”, tão diferentes e heterogêneos quanto é possível um país ser. O que os materiais didáticos proporcionam mostram-se superficialmente limitados a apenas uma leitura de Brasil, o que acaba por generalizar as relações interétnicas, superestimando algumas em detrimento de outras e colocando em

²¹⁹ Bacharelado e Licenciatura em História e Especialização em Supervisão Escolar. Colégio São José. *E-mail:* natalia.oliveira@saojose.com.br.

²²⁰ Licenciatura em Filosofia e Especialização em Sociologia, Filosofia, Psicopedagogia Clínica, Psicologia da Educação e Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Colégio São José. *E-mail:* vandellino.sobrinho@saojose.com.br.

²²¹ Licenciatura em Geografia (UFFS). Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-graduado em Gestão Escolar pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Professor de Geografia e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Colégio São José. *E-mail:* maycon.fritzen@saojose.com.br.

²²² Licenciatura em História e Especialização em Supervisão Escolar. Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Colégio São José. *E-mail:* nedriane.scaratti@saojose.com.br.

evidência apenas uma noção fragmentada da complexidade do que é o Brasil e são os brasileiros. Levando em consideração esse cenário e tais vulnerabilidades do ensino de Ciências Humanas na atualidade, a proposta da Cartilha “Os Brasis” foi idealizada e concebida por educandos e docentes do Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, do Colégio São José. Nesse sentido, quando se acena para uma educação atualizada e adaptada à realidade dos jovens brasileiros, de modo a formar indivíduos integrais em conhecimento, habilidades e aptos a participação cidadã, é necessário revisar os moldes e as formas que as diretrizes e currículos escolares trazem. Mais ainda, é preciso também repensar a forma como estudamos o Brasil e os brasileiros, desde os primeiros anos escolares, como caminho mais seguro para construirmos a tão almejada identidade nacional pautada na tolerância, empatia e solidariedade entre os cidadãos. Após um semestre de construção de conhecimentos em sala de aula – leituras, debates, análises e reflexões sobre os currículos de Ciências Humanas, principalmente dos anos iniciais –, os educandos e docentes perceberam que o amadurecimento da ideia da produção de um material de apoio que possa ser deixado como legado aos estudantes mais jovens que ainda estão iniciando suas trajetórias escolares, bem como para seus educadores, seria o produto final deste projeto. A Cartilha “Os Brasis” foi produzida ao longo do primeiro semestre de 2022, após diversas atividades de estudo sobre a obra de Darcy Ribeiro, “O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil”, e o documentário de mesmo nome. Os educandos, divididos em cinco equipes de pesquisa, produção e edição dedicaram-se a identificar elementos identitários dos Brasis apontados pelo sociólogo em sua obra: Brasil Caboclo, Brasil Sertanejo, Brasil Criolo, Brasil Caipira e Brasil Sulino, sendo este último ainda composto pelo Brasil Matuto, Brasil Gringo e Brasil Gaúcho. Cada Brasil passou a compor um capítulo da Cartilha, subdividido em curtas redações acerca das (1) Bases étnicas; (2) Gastronomia; (3) Religiosidade e festas típicas; (4) Manifestações artísticas; (5) Vocabulário; (6) Brincadeiras infantis. Em parceria com as equipes de redação, a cartilha foi ilustrada com um projeto gráfico seguindo os elementos de cada realidade brasileira estudada. Todo o processo foi mediado, supervisionado e revisado pelos docentes à frente do Itinerário Formativo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A Cartilha “Os Brasis” encontra-se nos estágios finais de produção da sua primeira edição e foi apresentada à comunidade escolar do Colégio São José no evento do Seminário do Pacto Educativo Global, ocorrido na instituição em 19 de setembro de 2022. Os trabalhos continuarão no ano letivo de 2023, com uma nova etapa da Trilha de Brasilidades para aplicação da Cartilha “Os Brasis” no formato de projeto de intervenção e apoio à reflexão e aprofundamento dos estudos, em parceria com os docentes e em atividades pedagógicas elaboradas e produzidas pelos próprios educandos participantes do Itinerário Formativo.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro; Os Brasis; Novo Ensino Médio; Currículos Escolares; Materiais Didáticos; História do Brasil.



MEIO AMBIENTE

Meio Ambiente

Jucilene de Souza Rezini
Academia de Letras do Brasil

Se os ares
E os mares
Estão poluídos
EPA!
Onde está o erro?
Onde está a missão?
Preciso cuidar da
Minha casa
Com amor e dedicação!
O planeta é de todos
Vamos fazer a nossa parte.
Proteger a natureza
É garantir sua beleza
É cumprir sua missão
De criança e de cidadão!





A SOBERANIA DOS ESTADOS LÍMITROFES EM QUE OCORRE O AQUÍFERO GUARANI FACE À PRESERVAÇÃO DO BEM COMUM

SANTOS, Larissa dos²²³
DITTRICH, Maria Glória²²⁴

RESUMO

A água é um bem comum, dotado de caráter universal, essencial para a sobrevivência humana. Em virtude disso, e por sua escassez cada vez mais acentuada, observa-se a necessidade da criação de mecanismos de proteção e conservação desse bem, dotado de caráter difuso. Nesse cenário, ressaltam-se as águas subterrâneas como protagonistas da potencialidade da água como recurso hídrico disponível e utilitário aos seres humanos. Essa potencialidade confere inerente importância a esse recurso que, contudo, carece de uma gestão regulada voltada especialmente para sua proteção. Nesse viés, o Aquífero Guarani, como principal reserva de água subterrânea da América Latina e como recurso hídrico presente em mais de um país (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), representa um bem comum de todos, especialmente para os Estados e sociedade que o compartilham, e que deve, portanto, ter sua gestão estratégica estabelecida e regulada. Contudo, como reserva de água subterrânea transfronteiriça e em se tratando de um sistema hídrico complexo, esse manancial representa um grande desafio quanto à sua gestão pelos países limítrofes, sobretudo no que diz respeito à soberania dos Estados, nas relações internacionais, uma vez que esse recurso hídrico relaciona-se diretamente com o desenvolvimento interno dos países e a exploração desenfreada ou poluição desse recurso, em um único país e que para tal finalidade poderá afetar todos os demais países que o compartilham. Objetivo: O estudo busca entender qual o papel e de que forma a soberania dos países limítrofes do Aquífero Guarani se apresenta no que tange à gestão desse manancial, observada a importância da proteção, da preservação e da utilização de forma racional dos recursos do Aquífero Guarani. Problema: Qual o papel e de que forma a soberania dos países limítrofes do Aquífero Guarani se apresenta no que tange à gestão desse manancial, observada a importância da proteção, da preservação dos recursos do Aquífero Guarani? Metodologia: Este estudo é teórico documental e utiliza-se da hermenêutica fenomenológica para a compreensão dos dados resultantes de periódicos, livros, artigos e informações da base de dados oficial do Governo que fundamentam o aspecto teórico da pesquisa. Inicialmente, é feito um breve histórico sobre a questão ambiental hídrica, destacando-se o caráter difuso da água e a necessidade de preservação, em seguida são apresentadas as características e a delimitação do Aquífero Guarani, após há uma discussão acerca da soberania e o Acordo sobre o Aquífero Guarani. Resultados: Evidencia-se, ao final, a importância do desenvolvimento de uma gestão conjunta entre os Estados, destaca-se, para isso, a cooperação, isto é, uma gestão integrada e estruturada entre os países limítrofes sobre os direitos e deveres dos países limítrofes, como principal instrumento através do qual a soberania poderá garantir a manutenção do Aquífero Guarani como bem comum preservado, pois é através dela que a soberania não será aplicada

²²³ Acadêmica de Direito na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Bolsista UNIEDU. *E-mail:* stos.institucional@gmail.com.

²²⁴ Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado Profissional da Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

de maneira irrestrita e prevalecerá sobre os Estados a responsabilidade quanto à preservação, conservação e ao uso racional desse bem comum.

Palavras-chave: Soberania; Aquífero Guarani; Preservação; Bem comum; Cooperação.



INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DE TEORIAS DEMOCRÁTICAS PARTICIPATIVAS

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade²²⁵

GARCIA, Queli Cristina Jonas²²⁶

PEREIRA, Thais Ferraresi²²⁷

RESUMO

A destruição de florestas, a perda da biodiversidade e o aumento na emissão de carbono na atmosfera estão diretamente relacionados com as emergências climáticas que representam uma ameaça à sociedade planetária. Nesse cenário, o Brasil ganha visibilidade internacional considerando que é detentor da maior floresta tropical e maior biodiversidade do planeta. Uma das estratégias globais de enfrentamento às emergências climáticas é a criação de Unidades de Conservação ou áreas naturais protegidas. No Brasil, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza pela lei federal n. 9.985 de 2000, que delimita territórios para garantir a proteção de atributos ambientais significativos em áreas que podem ser estabelecidas pelo poder público nas esferas federal, estadual ou municipal. Dentre os 12 tipos de unidades de conservação, encontram-se as Áreas de Proteção Ambiental, as quais permitem o uso direto dos recursos naturais numa conciliação entre conservação, presença humana e atividades produtivas, de acordo com as normas pré-estabelecidas. Este tipo de unidade de conservação é dotado de alta complexidade socioambiental por envolver os múltiplos interesses e conflitos, uma vez que pode englobar áreas de domínio público e privado, rurais e urbanas, abrangendo diferentes usos e ocupação do solo como indústria, agricultura, pecuária, habitação, turismo. Embora as Áreas de Proteção Ambiental sejam estabelecidas, também, em terras de domínio privado não existe a necessidade de desapropriação, já que passam a ter suas atividades sujeitas às restrições e regras específicas. Nessa perspectiva, as Áreas de Proteção Ambiental são visualizadas neste artigo como territórios históricos e culturais de construção social, de diálogos, interações, sentidos e significados, disputas e conflitos para além de espaços delimitados legalmente. Essas áreas revelam dinâmicas sociopolíticas estabelecidas entre a diversidade de atores sociais, com regras, normas e procedimentos que geram inúmeras arenas de construção coletiva, controle social e tomada de decisões demandando a participação, o engajamento e o exercício da cidadania para a conservação da natureza. O problema analisado nesta pesquisa questiona qual é a capacidade democrática das Áreas de Proteção Ambiental federais do Brasil, enquanto atores protagonistas de um território social dinâmico e plural, ao fazerem sua gestão e implementação de políticas públicas. Nesse contexto, os objetivos desta pesquisa são identificar quais os instrumentos de gestão e implementação de políticas públicas utilizados pelas 37 Áreas de Proteção Ambiental federais existentes no país, bem como analisar o potencial destes instrumentos para que essas Unidades de Conservação contribuam para a formação de territórios socioambientais democráticos. Esta pesquisa de caráter exploratório teórico-empírica foi realizada por meio de duas etapas metodológicas, a partir

²²⁵ Doutoranda no Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC). *E-mail:* henriqueta.raymundo@ufabc.edu.br.

²²⁶ Doutoranda no Programa de Políticas Públicas da UFABC. *E-mail:* queli.garcia@ufabc.edu.br.

²²⁷ Especialista em Gestão de Recursos Ambientais pelo ICMBio. *E-mail:* thais.pereira@icmbio.gov.br.



de revisão da literatura e análise documental com informações encontradas em sites e documentos oficiais das unidades de conservação, do Ministério do Meio Ambiente e outras instituições governamentais e não governamentais, corroboradas com pesquisa bibliográfica. A primeira etapa metodológica consistiu na identificação de quais eram os instrumentos de gestão e implementação de políticas públicas adotados pelas 37 Áreas de Proteção Ambiental federais do Brasil. Enquanto a segunda etapa configurou-se na análise dos instrumentos à luz das teorias democráticas participativas. Dentre os resultados, destaca-se a identificação de sete instrumentos de gestão e implementação de políticas públicas utilizados pelas Áreas de Proteção Ambiental, sendo alguns já consolidados em legislação e normas administrativas de longa data, enquanto outros apareceram de forma alternativa, esporádica, sem regramentos ou como inovação institucional. Das 37 Áreas de Proteção Ambiental, sete delas, até o momento, não adotaram nenhum instrumento de gestão e implementação de política pública. Duas utilizam concomitantemente sete instrumentos, nove Áreas de Proteção Ambiental fazem uso de, no mínimo, quatro instrumentos e as demais, pelo menos, um instrumento. A teoria de democracia participativa mobilizada pela revisão da literatura no presente estudo aponta que, quanto mais instrumentos utilizados, maior a capacidade democrática das Áreas de Proteção Ambiental. Averiguou-se que essas Unidades de Conservação, a partir de seus instrumentos, têm acentuado potencial para contribuir com a formação de territórios socioambientais democráticos, seja porque há legislação e normativas estabelecendo tais instrumentos – como o Plano de Manejo, o Conselho Gestor e o Projeto Político-Pedagógico –; seja porque há instrumentos que, mesmo sem regramento ou normativa – como as Campanhas Temáticas, Capacitação e Programas de Educação Ambiental –, atuam no sentido de estabelecer e ampliar espaços públicos para a cidadania ativa, o controle social, a comunicação entre atores diversos e a educação de caráter permanente a capacitar, mobilizar, engajar e orientar a população nas questões ambientais. Todavia, considerando a quantidade de Áreas de Proteção Ambiental federais, evidenciou-se que os instrumentos obrigatórios ainda não foram implantados por todas as unidades, e nem mesmo em suas totais potencialidades, tendo sido apurado que 24 dessas Unidades de Conservação têm Conselho Gestor, enquanto 21, apresentam Plano de Manejo. Importante frisar que o Plano de Manejo e o Conselho Gestor são dois instrumentos básicos e pilares para gestão das Áreas de Proteção Ambiental, caracterizados por fomentar a implementação de políticas públicas e conferir governança com participação da sociedade e controle social. Ressalte-se, ainda, que, em relação aos Conselhos Gestores foi observado que por força da legislação estabelecida eles são apenas consultivos, portanto, sem o caráter deliberativo que confere o poder de decisão coletiva. Outros dois instrumentos de cunho legal, o Projeto Político-Pedagógico e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, que têm grande importância em fomentar a participação cidadã, o controle social e promover sinergia entre políticas públicas ainda são incipientes, já que somente cinco Áreas de Proteção Ambiental os adotaram. As normativas e a práxis de cada um dos instrumentos utilizados estão em consonância com os referenciais teóricos de democracia participativa sendo possível constatar a sua capacidade para contribuir com a formação de territórios socioambientais democráticos. No entanto, salienta-se que a efetiva contribuição demanda a implementação e o aparato institucional, tanto dos instrumentos previstos no ordenamento legal, como aqueles empreendidos por iniciativa autônoma integrada a um contexto coerente em que se observem seus princípios constitutivos e democráticos. A ausência de legislação específica em relação a alguns instrumentos aponta uma atuação autônoma e discricionária que pode trazer tanto uma perspectiva de gestão democrática quanto autocrática reduzindo a capacidade dos instrumentos a ações fragmentadas, pontuais, de responsabilização individual, impositivas e descontextualizadas da complexidade política, econômica, histórica, cultural e social. Pesquisar os instrumentos governamentais de gestão e implementação de



políticas públicas pelas Áreas de Proteção Ambiental federais com o foco na democracia participativa justifica-se pela sua relevância sociopolítica de enfrentamento aos desafios ambientais globais. Ademais, as investigações sobre os instrumentos contribuem para a compreensão das relações entre Estado e sociedade, bem como sobre o funcionamento de políticas públicas.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental; Instrumentos de Políticas Públicas; Democracia; Sociopolítico; Unidades de Conservação.



AGROQUÍMICOS PRESENTES NO RIO ITAJAÍ-MIRIM E ALTERNATIVAS PARA RETENÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS DE ITAJAÍ (SC)

VOLPATO, Alcides²²⁸

BRANCO, Joaquim Olinto²²⁹

PASA, Evandro Luiz²³⁰

RESUMO

Considerando a qualidade da água distribuída para consumo humano em Itajaí (SC) e a relação direta que isso tem com o cotidiano e a saúde das pessoas; o gerenciamento público e a formulação de políticas públicas; o meio ambiente e a premente necessidade de recuperação e preservação dos recursos hídricos, a pesquisa que ora se apresenta foi instigada pela interrogação que buscou distinguir alternativas mais eficientes para a retenção dos resíduos de agroquímicos contidos nas águas captadas, tratadas e distribuídas às populações atendidas pelo Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura (SEMASA), uma autarquia do município de Itajaí, responsável por tais serviços. O objetivo do estudo foi apresentar diagnósticos e alternativas tecnológicas para remover os agroquímicos da água do rio Itajaí-Mirim, utilizada no abastecimento público, por meio de estabelecimento de políticas públicas de qualidade da água. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagens de dados qualitativos e quantitativos. Em suma, a coleta de dados foi estabelecida com: acesso a informações e boletins técnicos planilhados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) através do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA); pesquisa bibliográfica em bases de dados e repositórios digitais, nos quais foram localizados artigos científicos produzidos a partir de temas relacionados com o Controle Biológico (CB) e uso de agroquímicos; acesso e análise de Relatórios de Ensaio elaborados para o SEMASA, estes com amostragens de coletas de águas, brutas e tratadas, produzidos para o controle das condições desse recurso gerenciado pela autarquia; para verificar se os grupos químicos que foram mencionados na base de dados da EPAGRI estão presentes nas águas, próximas às captações da Estação de Tratamento de Água (ETA) do SEMASA, foi realizada uma pesquisa documental de fontes primárias nos relatórios produzidos nos anos de 2017 a 2019, e para descrever sua ação e efeitos na saúde das populações urbanas foram utilizados resultados de pesquisas publicadas em artigos científicos nos últimos cinco anos. Como resultados, e tendo em vista a redução dos contaminantes relacionados, são sugeridas alternativas como armadilhas para insetos e fungos parasitas, o que surte efeito em 18 tipos das pragas encontradas nas lavouras locais. Já, para a eliminação dos resíduos na ETA são propostas as tecnologias: processos oxidativos avançados (POA); processos de radiação ultravioleta (UV); ozonização da água; e filtragem por membranas, o que se apresenta como

²²⁸ Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali, 2022). Máster en Tecnologías y Políticas Públicas sobre la Gestión Ambiental (Universidade de Alicante, 2021). Diretor Executivo do Planejamento Estratégico do Município de Itajaí (PEMI 2040). ID Lattes: 6253294702144557. *E-mail*: alcides.volpato@gmail.com.

²²⁹ Pós-Doutor e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, Doutor e Mestre em Zoologia. Pesquisador e docente do PMGPP/Univali e do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Univali. Pesquisador e docente UFSCar. ID Lattes: 3241905846920207. *E-mail*: branco@univali.br.

²³⁰ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Gerente de Comunicação e Relações Públicas do Escritório de Projetos da Prefeitura Municipal de Itajaí. ID Lattes: 2909272149361540. *E-mail*: elupabr@gmail.com.



um conjunto eficiente perante tais contaminantes. Aliado a isso, foi construído um Projeto de Lei para compensar o agricultor disposto a reduzir o uso desses agentes e proteger nascentes e matas ciliares nos limites de suas propriedades. Logo, é de grande valia identificar os componentes agroquímicos presentes nas águas do rio Itajaí-Mirim, apontar alternativas de tratamentos fitossanitários nos ambientes de entorno e, além disso, propor formas para retê-los com incentivos à redução do uso desses poluentes na região que desenvolve, predominantemente, atividades de rizicultura e produção de hortaliças, além de toda gama de outras atividades humanas presentes na região.

Palavras-chave: Poluentes Agroquímicos; Tratamento e Distribuição de Água; Rio Itajaí-Mirim.



ESTUDO PRELIMINAR DA EFICIÊNCIA DE ABSORÇÃO DE CO₂ POR TRÊS ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA

BIAOTOBOCK, Natacha²³¹

EISING, Carla²³²

CORRÊA, Albertina²³³

RESUMO

O aumento da demanda energética está diretamente relacionado ao consumo descontrolado de recursos naturais não renováveis do planeta. Desde a Revolução Industrial, o homem passou a emitir quantidades significativas de gases de efeito estufa (GEE), em especial o dióxido de carbono (CO₂). O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas, afirma que 90% da responsabilidade sobre os impactos ambientais, assim como o aumento da temperatura na Terra é da humanidade. No Brasil, as mudanças do uso do solo e o desmatamento são responsáveis pela maior parte das emissões e torna o país um dos líderes mundiais em emissões de gases de efeito estufa. Isso ocorre, principalmente, devido às áreas de florestas e os ecossistemas naturais serem grandes reservatórios e sumidouros de carbono e, conseqüentemente, sua capacidade de absorver e estocar o CO₂. A ação contra a mudança global do clima é o décimo terceiro tópico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e previstos na Agenda 2030. As florestas podem contribuir decisivamente para reduzir os impactos ambientais do efeito estufa e das mudanças climáticas. O sequestro florestal do carbono refere-se ao processo de mitigação biológica das plantas de absorver o CO₂ do ar e fixá-lo em forma de matéria lenhosa. Trata-se de uma modalidade dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, ratificado em 2005, para compensar as emissões e mitigar as mudanças climáticas. Problema de pesquisa: A grande problemática do aquecimento global está relacionada à quantidade em excesso de gases de efeito estufa existente em nossa atmosfera, sendo o dióxido de carbono correspondente a 80% das emissões dos gases de efeito estufa, liberado na atmosfera através da queima de combustíveis fósseis, desmatamentos e queimadas. Objetivo: Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a estimativa de absorção de CO₂ das espécies nativas da Mata Atlântica *Euterpe edulis* (Palmito-juçara), *Eugenia uniflora* (Pitanga) e *Eugenia multicostata* (Araçá-mulato), quando expostas à alta concentração de CO₂, determinar a atividade peroxidástica como indicadora de estresse, através da extração de proteína total e identificar quais espécies possui maior eficiência de absorção de CO₂ para o desenvolvimento de uma ferramenta de MDL para sequestro florestal de carbono. Metodologia: As espécies foram coletadas no Centro de Produção Florestal Viveiro Mata Atlântica, localizado no Parque Ecológico Rio Camboriú, na cidade de Balneário Camboriú em Santa Catarina (SC). As espécies selecionadas foram as do grupo das espécies pioneiras *Eugenia multicostata* (Araçá-mulato) e *Eugenia uniflora* L. (Pitanga), e do grupo das espécies secundária tardia *Euterpe edulis* (Palmito Juçara). Os critérios

²³¹ Graduanda em Ciências Biológicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* natacha.bia@hotmail.com.

²³² Graduanda em Engenharia Química na Univali. *E-mail:* eising.carla@gmail.com.

²³³ Bacharel em química, mestre e doutora em Ciências e Tecnologia Ambiental pela Univali. *E-mail:* acorrea@univali.br.



utilizados na escolha das espécies foram que as espécies do grupo das pioneiras têm um estágio inicial de crescimento muito rápido. São bastante indicadas para plantio de áreas de reflorestamento por se estabelecerem facilmente em áreas com pouca ou sem vegetação. Além disso, foi levada em consideração a disponibilidade de mudas no local e época da coleta, que se deu no término da estação de inverno. Cada espécie teve quatro mudas coletadas constituindo, ao todo, 12 mudas. Logo em seguida, realizou-se a exposição das três espécies, a altas concentrações de CO₂ em atmosfera artificial induzida no período de 12 dias. Através da análise de peroxidase por extração de proteína total, realizou-se a identificação do estresse vegetal nas folhas, provocado pelo CO₂ da atmosfera. Resultados: As espécies que tiveram melhor eficiência na absorção de CO₂ foram *Eugenia uniflora* (Pitanga) e *Euterpe edulis* (Palmito-juçara), apresentando valores bem próximos entre elas. Estatisticamente, a espécie *Eugenia uniflora* (Pitanga) apresentou ser a mais eficiente no processo de absorção, porém não demonstrou desenvolvimento rápido de mecanismos de tolerância ao estresse. Já o Palmito-juçara (*Euterpe edulis*) apresentou maior tendência a mecanismos de tolerância ao estresse entre as espécies, mas demonstrou oscilações menos intensas quanto à absorção de CO₂. Porém, a *Eugenia multicostata* (Araçá-mulato) não apresentou boa eficiência na absorção de CO₂, representando aproximadamente a metade do CO₂ absorvido pelas outras espécies. Portanto, estudos mais aprofundados são necessários para melhor entender qual das três espécies analisadas pode ajudar para o uso como ferramenta de sequestro florestal de carbono para MDL.

Palavras-chave: Efeito Estufa; Mata Atlântica; Sequestro Florestal do Carbono.



GUARDIÃO PROTETOR AMBIENTAL: PROJETO FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMBORIÚ (FUCAM)

DALAGO, Valmor²³⁴
KUHNNEN, Elcio Rogério²³⁵
SEBOLD, Sirléia C. Lopes²³⁶

RESUMO

A Prefeitura de Camboriú (SC), por meio da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú (FUCAM), desenvolve ações socioambientais junto à comunidade do município. Problema de pesquisa: Atualmente, com as mídias eletrônicas, o trabalho com amplas jornadas e principalmente pela ocorrência da pandemia de covid-19, as pessoas tornaram-se, cada vez mais, solitárias e isoladas. Tal isolamento é algo que precisa ser desfeito. Temos gerações presas a seus equipamentos eletrônicos por longos períodos, as quais buscam, a todo momento, aparelhos mais atrativos com novas tecnologias e funções. Em detrimento a isso, o contato social e com a natureza caiu no desuso. Esta geração de crianças e adolescentes sabe muito bem como manipular um celular, porém, muito provavelmente, não sentiu em suas mãos a textura da terra. Todavia, algumas famílias têm o privilégio de ter em seu convívio os familiares idosos, os quais, com a educação empírica e sua memória afetiva, transmitem a informação de toda a vivência da infância, quando podiam tomar banho no rio de águas cristalinas, subir em árvores, andar descalço na terra, ou seja, ter contato com a natureza mais preservada. Por essa realidade familiar, perdeu-se o sentido de pertencimento ao meio ambiente, necessitando fomentar a busca para mudança de olhares e hábitos para a preservação e manutenção dos recursos naturais do planeta. Objetivo: Diante dessas ações, estruturou e implantou-se o Projeto Guardião Protetor Ambiental, com o intuito de sensibilizar e estimular crianças e adolescentes com idade entre 11 e 16 anos, grande maioria atendidos pela Rede Municipal de Assistência Social, a serem disseminadores de informações para a proteção e o cuidado da natureza, partindo da proposta que estes serão fiscalizadores e observadores críticos da problemática ambiental e impulsionadores de possíveis soluções para tais questões. Desse modo, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para se aproximar do cumprimento das metas da Agenda 2030 foram apresentados aos participantes. Metodologia: Diante da necessidade de mudança gradativa da postura da sociedade, o que se faz crucial é manter diálogos sobre a problemática ambiental. Com isso, a educação socioambiental torna-se uma ferramenta de grande importância, sendo realizada, tanto na educação formal nos currículos escolares, quanto na educação informal, por meio dos projetos, palestras, vivências, rodas de conversa, entre muitos outros meios. A educação socioambiental estimula a crítica construtiva da realidade vivenciada, favorecendo um constante movimento de reflexão-ação-reflexão, com o sentido de ressignificar e reconstruir as relações ser humano/sociedade/natureza, possibilitando melhoria da qualidade de vida com responsabilidade socioambiental. Com o objetivo de disseminar ainda mais informações sobre o tema, estão sendo formados adolescentes de Camboriú, para atuarem como protetores ambientais. Cada ciclo do projeto teve duração de quatro meses, dispôs 25 vagas para adolescentes com idade entre 11 e 16 anos, os quais foram indicados pela Secretaria

²³⁴ Administrador. FUCAM. *E-mail:* dalagovalmor@hotmail.com.

²³⁵ Médico cirurgião. *E-mail:* elciokuhnen@gmail.com.

²³⁶ Tecnóloga em Gestão Ambiental, Pedagoga. *E-mail:* sirleia.m.ambiente@gmail.com.



Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, preferencialmente atendidos pela rede de amparo às famílias em vulnerabilidade social, ou conforme, em vagas remanescentes, por comum acordo com a FUCAM. A metodologia utilizada pela FUCAM nos estudos de campo dirigidos, elenca como primordial às ações práticas externas nas quais os adolescentes estiveram o mais próximo possível da vivência e contemplação da natureza. Resultados: Vários temas foram abordados e muitos lugares visitados, tais como: preservação dos recursos hídricos (Cachoeira Seca – Camboriú, Estação de Tratamento de Água – EMASA, AEGEA Águas de Camboriú), combate a vetores (Vigilância Epidemiológica na Secretaria Municipal de Saúde de Camboriú, Cemitério Municipal) fauna marinha (Oceanic Aquarium, Museu Oceanográfico em Balneário Piçarras), fauna terrestre (Zoo Balneário Camboriú – Complexo Ambiental Cyro Gevaerd), resíduos sólidos/poluição (Grupo Veolia – Biguaçu, Sucatas Dionatas – Camboriú), vivência agrícola (EPAGRI – Propriedade Rural em Camboriú), atuação da Polícia Militar Ambiental e Polícia Militar, atuação da Diretoria de Fiscalização e Licenciamento da FUCAM, desenvolvimento sustentável (Palestrante Gil Kodermann – Big Wheel), Mata Atlântica (Professor Oscar Benigno Iza), sinalização de trilhas e observação de pássaros (Pico da Pedra – Camboriú), “Deixe pegadas, bitucas não” (Projeto em Praia do Estaleiro – Balneário Camboriú), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (Diretoria de Educação Ambiental, Parques e Reservas – FUCAM). O resultado alcançado foi a sensibilização de 38 adolescentes para a importância da preservação ambiental e a melhoria no convívio social. Com as informações recebidas pelos diversos instrutores, os participantes entenderam a necessidade da conservação da biodiversidade, o respeito à vida, a prioridade em proteger os recursos hídricos, a valorização do trabalho em grupo, a exercitar a empatia. Relatos feitos pelos seus responsáveis trazem a informação que ocorreram mudanças relevantes nos hábitos e atitudes dos adolescentes, suas personalidades estão mais crítico-constructivas, pois, após cada atividade apresentada, eles levavam as informações para suas casas e cobram de sua comunidade.

Palavras-chave: Educação em Saúde Ambiental; Adolescente; Políticas Públicas.



OS EFEITOS POSITIVOS NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL MAPZER, NA ZELADORIA URBANA DE CAMBORIÚ (SC)

ALMEIDA, Paul Jackson de²³⁷

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados obtidos pela administração municipal de Camboriú (SC), na utilização de uma nova tecnologia para auxiliar na gestão municipal, de possíveis problemas urbanos no que compete à infraestrutura viária e nas vias públicas. Camboriú foi o primeiro município do Brasil a instituir esta solução, com intuito de melhorar a fiscalização de ocorrências nas vias, como buracos nas ruas, rachaduras nas vias asfálticas, asfalto irregular, mato alto, calçadas quebradas, lixo, animais nas vias, bueiros irregulares, etc. São mais de 30 ocorrências registradas. A solução utilizada foi a tecnologia de inteligência artificial da empresa Mapzer Inteligência Artificial, empresa 100% nacional, pioneira e referência nacional nessa temática. A Mapzer é uma empresa paranaense que fica localizada na cidade de Curitiba. A problemática levantada foi: quais seriam os principais benefícios com a implantação da solução, como seria a aplicabilidade dos resultados obtidos por meio da utilização desta tecnologia? O objetivo do referido trabalho é apresentar os resultados obtidos por meio da solução apresentada, a utilização dos dados registrados referente ao uso de inteligência artificial na gestão da área urbana de um município (Camboriú, SC). A metodologia utilizada foi por meio do levantamento de dados em todo perímetro urbano de Camboriú, o levantamento se deu por meio da utilização de um veículo que detém a tecnologia e dotado de inteligência artificial (Mapzer), após a passagem do veículo por todas as ruas do perímetro urbano de Camboriú, os dados obtidos são alocados em uma plataforma em nuvem, onde os servidores municipais que foram designados acessavam as informações e, na sequência, encaminhavam para a administração municipal para realizar a gestão das ocorrências. As atualizações dos dados são realizadas a cada 30 dias (mensalmente) em todo perímetro urbano de Camboriú. O departamento designado para realização da avaliação e tratamento dos dados foi a secretaria municipal de tecnologia; mês a mês, os dados obtidos eram avaliados, encaminhado para o administrador municipal (prefeito) e, na sequência, ele se reunia com os secretários dos departamentos competentes aos reparos, manutenção urbana e dava sequência nas intervenções in loco. A partir do levantamento de campo e informações obtidas, foi possível programar as intervenções e ter acesso a dados, antes nunca tido com tanta precisão, como o número exato de buracos nas vias, mato, lixo, material de construção, etc. Os dados apresentados a seguir foram coletados por meio de dados registrados na primeira passagem da tecnologia em abril de 2022 e depois o comparativo com junho de 2022 (terceira passagem), sessenta dias após o início do uso da solução, escolhemos esse período por considerar o período de adaptação ao uso da solução. Para o demonstrativo, escolhemos as categorias “buraco”, “mato” e “lixo”. No primeiro levantamento, no mês de abril de 2022, foram identificados os seguintes números: buracos 994, mato 110, lixo irregular 227. Já no levantamento feito em junho 2022, foram: buraco 633, mato 65 e lixo irregular 191. É possível verificar que, após a implantação dessa gestão e do monitoramento, os índices de ocorrências de problemas nas vias diminuíram significativamente: No número de buracos, houve uma redução de 33,3%, mato 41% e lixo

²³⁷ Docente na área de Robótica e Informática. Coordenador do Departamento de Tecnologia da Prefeitura de Camboriú (SC).



irregular 16%. Dessa forma, é possível concluir que a implantação da tecnologia de inteligência artificial da Mapzer foi de grande valia para a administração pública de Camboriú, pois, após sua implementação, houve melhoras significativas na gestão da zeladoria urbana desta cidade, conseqüentemente, melhorando o bem-estar de toda população residente e visitantes de Camboriú. O uso dessa solução está altamente satisfatório, pois essa tecnologia implantada e aliada ao seu uso, está tornando a gestão municipal mais eficiente, impessoal, econômica e prática, atendendo, dessa forma, aos princípios constitucionais do Art 39, da CF 1988. Deixando, assim, uma cidade mais agradável, segura, antecipando soluções colocando Camboriú no cenário das Smart Cities brasileiras.

Palavras-chave: Camboriú; Inteligência Artificial; Zeladoria Urbana; Mapzer; Gestão Urbana.



**BOSQUE DAS MEMÓRIAS ÁRVORES DA SAUDADE – PROGRAMA DE
RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA COM CARÁTER
SOCIOEMOCIONAL COMO FORMA DE TRIBUTOS AOS 210
CAMBORIUENSES VÍTIMAS DA COVID-19**

DALAGO, Valmor²³⁸
KUHNNEN, Elcio Rogério²³⁹
SEBOLD, Sirléia C. Lopes²⁴⁰

RESUMO

A Prefeitura de Camboriú (SC), por meio da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú (FUCAM), realiza recuperação de áreas degradadas em seu território, principalmente em áreas de mata ciliar. Problema de pesquisa: O desmatamento e o crescimento desordenado em todas as cidades do Brasil é o cenário atual que a administração pública tenta enfrentar, pois são décadas de total descaso com a floresta, sendo que, de todos os biomas brasileiros, pela riquíssima biodiversidade que mantêm, o mais prejudicado devido a isto é a Mata Atlântica. Objetivo: Com a necessidade de recuperação e manutenção de remanescentes de Mata Atlântica em todo o espaço territorial de Camboriú, a FUCAM implantou o Projeto Bosque da Memória Árvores da Saudade, o qual está vinculado junto ao Pacto Nacional da Mata Atlântica, tornando o espaço também social, pois traz o apreço pelo simbolismo. Metodologia: A covid-19 deixou diversas marcas na sociedade mundial, já que muitas foram as famílias que precisaram se despedir bruscamente dos entes queridos, em maioria sem a possibilidade de cerimônias e acalento dos parentes, devido ao perigo constante de contágio da doença. Só no município de Camboriú (SC), mesmo com o esforço contínuo dos profissionais da saúde na linha de frente do combate, 210 pessoas foram a óbito por conta do vírus, tendo em vista que os métodos de cura são nulos e as vacinas passam por um período de criação e desenvolvimento. Com toda essa situação pandêmica, transformadora na vida de tantas famílias pela perda de seus entes queridos, a FUCAM, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Concessionária Águas de Camboriú, estruturou uma ação socioemocional para homenagear os falecidos e os agentes de saúde e, dessa forma, proporcionar um momento de despedida, com o intuito de manter viva a recordação das vítimas e do momento histórico, gerando respeito, condolência e apoio aos afetados. O ato se deu pela recuperação ambiental de uma área de 3.000m², por meio do plantio de árvores nativas, cada qual simbolizando uma vítima, formando o Bosque das Memórias Árvores da Saudade. O plantio ocorreu no dia 5 de junho de 2021, com a presença de um familiar de cada vítima da covid-19, de servidores da FUCAM e da Secretaria de Saúde. Ao todo, 167 árvores foram dedicadas aos munícipes falecidos até junho de 2021 e plantadas pelas mãos de seus respectivos familiares. No mesmo momento, foi realizado o sobrevoo de um helicóptero, lançando centenas de pétalas de rosas brancas acima do local, como forma de simbolizar a luta dos munícipes falecidos e o esforço diário dos profissionais de saúde por fazerem tudo o que tinham ao seu alcance em prol do salvamento das vidas. Além disso, em cada árvore foi implantada uma placa com o nome da vítima e foi colocada uma placa maior indicando o local do memorial como um todo. Houve também a distribuição de materiais de

²³⁸ Administrador. *E-mail*: dalagovalmor@hotmail.com.

²³⁹ Prefeito de Camboriú (SC). Clínico geral, pós-graduado em cirurgia geral. Médico cirurgião. *E-mail*: elciokuhnen@gmail.com.

²⁴⁰ Tecnóloga em Gestão Ambiental. Pedagoga. *E-mail*: sirleia.m.ambiente@gmail.com.



saúde, como máscaras de proteção para reforçar os cuidados ainda necessários ao momento. Dessa forma, danos ambientais no município se transformaram em ações públicas socioemocionais perante um momento de fragilidade mundial. A área de implantação do Bosque se localiza na margem de um dos afluentes do Rio Camboriú, na Rua Tarci Testoni dos Santos, Bairro Centro, na qual, foi escolhida para suprir as exigências de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) relativo a um processo de compensação ambiental tramitado no Município, subsidiado pela prefeitura e por doação de um empresário local simpatizante ao Memorial. Para a homenagem, foi feito um levantamento de dados com o número de telefone dos interessados; posteriormente, se entrou em contato com cada um, nem todos atenderam ou obtiveram interesse, ao todo se fizeram presentes 167 representantes das famílias, um para cada vítima. Em data futura, será realizada a colocação de outras placas de identificação das demais vítimas da covid-19, falecidas após junho de 2021. Resultados: Com o plantio de árvores nativas na área, ao lado de um córrego, ou seja, foi reestabelecida a recuperação e proteção de Mata Atlântica. Por meio do cuidado permanente do local pela FUCAM, e manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura, a mata está regenerando gradualmente e trazendo para o local fauna silvestre diversa, a qual anteriormente a esta ação, não era mais vista. Outro ponto a se ressaltar trata-se do afeto que a comunidade local mantém pelo bosque, pois são atualmente 167 famílias que tem ali uma árvore simbolizando seu ente falecido. O Bosque traz consigo o apelo emocional da luta enfrentada pela humanidade desde o ano de 2020, com mais de 600 mil falecidos, vítimas da covid-19.

Palavras-chave: Recuperação de Área Degradada; Covid-19; Memória; Árvores Nativas.



O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO LITORAL GAÚCHO E A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

MELLO, Priscila Vargas²⁴¹
ZANON, Joana Silvestrin²⁴²
DAMIAN, Jéssica²⁴³

RESUMO

As mudanças climáticas têm afetado o mundo todo, com diferentes graus de intensidade e consequências distintas, conforme as características de cada região. Recentemente, vem ganhando destaque na imprensa nacional e internacional a intensa seca que acomete a Europa. Trata-se da pior seca dos últimos 500 anos. O clima extremo (altas temperaturas e estiagem) já afeta o acesso à água potável, produtos alimentícios de origem animal, colheitas, transporte de carga e produção de energia. Simultaneamente, observa-se um aumento no preço de carne e laticínios. Na Alemanha, os baixos níveis do Rio Reno estão obrigando barcos a cancelarem transportes ou reduzirem sua capacidade em até 75%. Lembrando que o Reno é o mais importante rio para transporte de carga no país, sendo o transporte fluvial o mais econômico e amigável ao meio ambiente, quando comparado ao rodoviário ou ferroviário. Na França, está-se diante da pior seca da história. Devido à escassez de água para resfriamento, plantas de energia nuclear, responsável por produzir 70% da energia da França, estão sendo obrigadas a reduzirem sua produção. Além da questão energética, incêndios florestais estão levando franceses a fugirem de suas casas. Com a proibição de irrigação para agricultura, a expectativa é de redução significativa na produção de milho, trigo e frutas. Incêndios são observados também na Espanha, onde a produção de frutíferas está sendo afetada. Na Itália, o Rio Pó teve seu fluxo reduzido em 90%, de modo que há entrada de água salgada a distâncias recordes no seu delta, danificando o solo pela salinização. A seca está atingindo também a China, gerando escassez de energia hidrelétrica no país. Houve limitação e até suspensão de fornecimento de energia a milhares de fábricas, bem como o racionamento do uso de eletricidade pública. Rotas de transporte de mercadorias foram interrompidas em trechos do rio Yangtze, essencial para economia chinesa e para a cadeia de suprimentos global. Já no Paquistão, registraram-se as chuvas mais fortes em décadas. No mês de agosto, enchentes repentinas, causadas por chuvas de monções atipicamente fortes, vitimaram centenas de pessoas, sendo as comunidades remotas e empobrecidas as mais atingidas. As chuvas causaram também danos materiais, danificando mais de 46 mil casas. Esses são apenas alguns dos acontecimentos que têm provocado severas consequências nos diferentes continentes. Percebe-se, pois, a necessidade global de melhoria da capacidade de resiliência e de adaptação às mudanças climáticas, tanto em termos de produção de alimentos, quanto de resposta aos fenômenos naturais extremos. Nesse sentido, observa-se uma mudança de enfoque dos anos 1990 para hoje, deslocando o foco dos desastres para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção. Os anos 1990 foram considerados como década internacional para redução de desastres naturais. Já entre 1994 e 2015, três

²⁴¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e Bolsista CAPES. *E-mail:* priscilavargasm@gmail.com.

²⁴² Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista CAPES. *E-mail:* joanazanon@gmail.com.

²⁴³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista CAPES. *E-mail:* jessicadamian@mx2.unisc.br.



conferências internacionais foram organizadas pela ONU, através de seu Escritório para Redução do Risco de Desastres Naturais, todas no Japão, com o enfoque preventivo. O primeiro encontro ocorreu em Yokohama, em 1994, e traçou diretrizes para redução e mitigação dos desastres. A segunda conferência ocorreu em 2005, em Hyogo, cujo objetivo foi aumentar a resiliência das nações e comunidades aos desastres, de modo a reduzir significativamente as perdas de vidas, prejuízos econômicos e danos ambientais. A conferência resultou em um plano de ação decenal (2005-2015), que traça diretrizes para um sistema comum de coordenação da redução de riscos de desastres. A terceira conferência ocorreu em Sendai, em 2015, que atribui aos Estados (governos federais) a responsabilidade central pela implementação de medidas voltadas à redução de riscos de desastres, referindo que esta responsabilidade deve ser compartilhada com governos locais, setores privados e partes interessadas. Foi reconhecido o fato de que catástrofes continuaram a assolar o planeta, apesar dos esforços empenhados, sendo as populações mais pobres e vulneráveis as mais atingidas. Essencialmente, o sucesso das metas estabelecidas por essas conferências está diretamente relacionado à erradicação da pobreza, melhoria da educação das populações vulneráveis e redução da desigualdade social nos países em desenvolvimento. Interessante ter essas considerações em mente, quando nos propomos ao exercício de analisarmos, localmente, como a população de Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, município do extremo Sul do Rio Grande do Sul, tem sido afetada por acidentes ambientais, os quais refletem efeitos decorrentes das mudanças climáticas. Ou seja, quais são as vulnerabilidades deste território e como este território tem enfrentado a situação da erosão costeira, cuja ocorrência, conforme estudos especializados, reflete a falta de preocupação com os efeitos das mudanças climáticas. Problema de pesquisa: Qual a relevância do estudo das estratégias de adaptação às ressacas que atingem o litoral gaúcho, em especial o Balneário Hermenegildo? Objetivo do estudo: analisar os impactos das mudanças climáticas no Balneário Hermenegildo e, a partir disso, refletir sobre as estratégias e caminhos escolhidos pela comunidade e pelo poder público, na gestão da questão. Metodologia: Trata-se de estudo de caso; de abordagem qualitativa; mediante levantamento biográfico e documental. Assim, a partir de revisão bibliográfica e análise de notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora, apresentamos a ocorrência contínua de ressacas no Balneário Hermenegildo, os danos e narrativas reivindicados pela comunidade local e, ainda, analisamos criticamente as alternativas e opções construídas pelo poder público para reparação e “prevenção” de novos danos à comunidade local. Resultados: As mudanças climáticas não promovem apenas alterações locais e setoriais, pelo contrário, sua complexidade interfere em diversos fatores naturais, territoriais, sociais e econômicos. Portanto, a busca por respostas simples e dissociadas de análises complexas (relacionadas a diversas áreas do saber) não será suficiente para pensarmos o caso de Hermenegildo e, por consequência, outras ocorrências semelhantes que se espalham pelo território brasileiro e mundial. A importância do estudo de tais estratégias de adaptação às ressacas que atingem o litoral gaúcho, especialmente o Balneário Hermenegildo, permite-nos compreender (apreender) que este fenômeno natural se apresenta como um risco inerente às faixas do litoral, pois existem causas e explicações naturais para a própria natureza agir em busca de equilíbrio e (re)construção de seus sistemas. Contudo, tais fenômenos naturais são agravados, potencializados e, de certa forma, provocados pela ação humana (influências antrópicas). Em outras palavras, o estudo de caso identificou as estratégias da comunidade Hermenegildo para adaptação às ressacas, as quais são produzidas de forma individual, sem planejamento estratégico, sem articulação com o poder público local e dissociado de estudos técnicos sobre a temática. Em síntese, as ressacas do Hermenegildo (fenômenos de erosão e destruição das faixas terrestres litorâneas) são fenômenos naturais, mas diretamente potencializadas por ações antrópicas; as estratégias de adaptação são produzidas individualmente pela comunidade, sem estratégia, cooperação e



articulação com o poder público; desconsidera-se produções técnicas sobre a urgência das mudanças climáticas e produções que comprovam a adoção de estratégias que auxiliam na prevenção de riscos, protegendo a população local e, ao mesmo tempo, evitando maiores prejuízos ao meio ambiente.

Palavras-chave: Mudança Climática; Fenômenos Naturais; Risco Ambiental; Estratégia de Adaptação; Balneário Hermenegildo.



IMPACTOS ECONÔMICOS ATRELADOS AOS EVENTOS AMBIENTAIS EXTREMOS

LIMAS, Adriel Mafra²⁴⁴

PSCHEIDT, Eduardo Luiz Soletti²⁴⁵

PSCHEIDT, Rubia Soletti Skrzek²⁴⁶

VIEIRA, Ricardo Stanziola²⁴⁷

RESUMO

É certo que a ocorrência de eventos ambientais extremos tem, sucessiva e progressivamente, afetado de forma direta a vida humana, sendo patente a existência de um colapso socioambiental com consequências naturalísticas irreversíveis. Notadamente, na seara econômica, a World Meteorological Organization analisou as perdas globais em razão do tempo, clima e desastres hidrológicos entre os anos de 1970 e 2019, concluindo que, ao longo de 50 anos, ocorreram prejuízos de, em média, 202 milhões de dólares por dia, sendo que os eventos climáticos extremos aumentaram sete vezes desde a década de 1970 até 2010. Já as perdas registradas entre 2010 e 2019 foram de 383 milhões de dólares por dia, sendo as tempestades as mais prevalentes causas de danos no âmbito mundial. Notadamente no Brasil, reporta-se a existência de 194 desastres (uma média de quatro desastres por ano), tendo o país sofrido danos econômicos no montante de 42 bilhões de dólares. A inclinação se dará, invariavelmente, pelo aumento desse montante, considerando que o Relatório de Riscos Globais de 2022 dispõe que as principais ameaças críticas ao mundo nos próximos cinco a dez anos são: i) alterações climáticas (42.1%); ii) temperaturas extremas (32.4%); iii) perda de biodiversidade (27.0%); iv) a crise de recursos naturais (23.0%) v) danos ambientais causados pelos seres humanos (21.7%). Nessa linha, têm-se como um dos principais propulsores dessa tendência a aceleração das emissões de efeito estufa e o consequente aquecimento global antropogênico, sobretudo em razão das altas concentrações de CO₂ na atmosfera. Importa salientar, também, a iniquidade por trás dos efeitos causados pelo aquecimento global, ao passo que as camadas econômicas de renda mais alta da América Latina e do Caribe são responsáveis pela maior parte das emissões de CO₂, enquanto as mais baixas são as mais vulneráveis às suas consequências, posto que habitam regiões mais susceptíveis a ocorrência de eventos climáticos extremos. Sobre o atual panorama, vê-se que 2020 foi o ano mais quente já registrado na história, com incêndios, crise hídrica, tempestades e outros eventos climáticos extremos, bem como com a intensificação do degelo das geleiras, conforme se extrai do Gap Report, emitido em dezembro de 2020 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. No mais, em estudo publicado na revista Science, Richard Allá, da Universidade de Reading (Inglaterra) e Brian Soden, da Universidade de Miami (EUA) evidenciam a relação entre o aumento na frequência de chuvas de alta intensidade e períodos quentes, e é justamente nesse cenário que surgem eventos capazes de causar desastres hidrológicos, como verbi gratia, as chuvas torrenciais ocorridas em 2008, em Itajaí (SC), que

²⁴⁴ Graduando do 7º período de Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* adrielmafra05@gmail.com.

²⁴⁵ Mestrando em Ciências Jurídicas pela Univali. Advogado. *E-mail:* edupscheidt@gmail.com.

²⁴⁶ Graduando do 10º período de Direito pela Univali. *E-mail:* rubiasoletti@gmail.com.

²⁴⁷ Pós-Doutor pela Universidade de Limoges (FRA). Professor universitário nos Cursos de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) e de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas (PPCJ), ambos na Univali. *E-mail:* ricardostanziola@univali.br.



causaram danos de reparo ao município na ordem de 29 milhões de reais, sendo notório que – em razão da paralisação e posterior redução das atividades portuárias na cidade –, os impactos do desastre ultrapassaram as fronteiras do estado de Santa Catarina vindo a causar perdas às atividades econômicas de estados vizinhos. Certamente, em atenção a esse quadro, a República Federativa do Brasil celebrou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e o firmou em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016, comprometendo-se – dentre diversas outras providências –, a manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima. Nada obstante, têm-se observado a inação dos agentes políticos em enfrentar ações potencialmente colaboradoras do aquecimento global, o que levou a sociedade a pleitear o cumprimento das obrigações do Estado na esfera judicial, ensejando o surgimento da litigância climática. No mais, verifica-se a premente necessidade do particular – mormente os empresários responsáveis pela produção em massa – em se sujeitar a um regime de economia verde, visto a realização de altos investimentos por parte da iniciativa privada em produtos poluentes, como combustíveis fósseis, ao passo que se percebem baixas aplicações em economia limpa, como a energia solar. Problema de pesquisa: É possível reduzir os efeitos econômicos negativos decorrentes da ocorrência de eventos ambientais extremos? Objetivo do estudo: Analisar dados atuais sobre a ocorrência de eventos ambientais extremos e seus respectivos impactos econômicos, propondo, ao final, possíveis soluções pragmáticas ao atual cenário. Metodologia: Optou-se pelo método indutivo, fundamentando-se a pesquisa em normas legais, doutrinas e artigos científicos que abordam uma análise jurídica de premissas atuais e controversas a respeito do tema. Ademais, foram utilizadas as técnicas da pesquisa bibliográfica e do fichamento. Resultados: Como bem ensina Luiz Marques em “Capitalismo e colapso ambiental”, impor a adoção de uma perspectiva sustentável à contemporânea lógica capitalista exprime, em primeira análise, uma contradição de termos, levando em conta que o atual sistema sobreleva pelo aumento do consumo e produção de bens tangíveis, em um mundo de recursos naturais finitos. Nada obstante, a presente pesquisa demonstrou as incessantes consequências econômicas pela não adoção de medidas aptas a garantir o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que tendem a se agravar com o transcurso do tempo na hipótese de inação do Estado, comprometendo a garantia da ordem econômica. Nessa vereda, identifica-se que o fenômeno da litigância climática surge como importante instrumento a favor da sociedade vítima de injustiças ambientais e climáticas, sendo a ultima ratio, isto é, a derradeira forma de se reivindicar o cumprimento de compromissos positivados em normas pátrias e em tratados internacionais, fomentando, por conseguinte, o desenvolvimento social. Ainda, denota-se que é inconcebível, a curto prazo, se pensar em quaisquer formas de mudança relativas à ampliação de ações sustentáveis por parte da população se desvinculando do atual modelo econômico. Daí a importância da concessão de benefícios fiscais aos empresários que adotarem tecnologias denominadas “limpas” ou “verdes” em seu processo de produção e consumo de energia, e a aplicação de penalidades disciplinares ou compensatórias àqueles que não atendam ao cumprimento de medidas indispensáveis à preservação ambiental. Derradeiramente, salienta-se a importância da implementação de políticas públicas e pactos globais e nacionais que visem à conscientização da população a negar o consumo de produtos que não atendam padrões estabelecidos na legislação ambiental nacional e internacional, coagindo o empresário a se adaptar a essa nova tendência mundial.

Palavras-chave: Aquecimento Global; Capitalismo; Economia; Eventos Climáticos Extremos; Litigância Climática.



DESCARTE DE MEDICAMENTOS: POLÍTICAS EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE

BARBOSA, Jeisiane Cristina da Rosa²⁴⁸
GOMES, Ketherson Riquelme de Souza²⁴⁹
ROSA, Bruno Jose da²⁵⁰
NETZ, Daisy Janice Aguilár²⁵¹
BUZZI, Fátima de Campos²⁵²

RESUMO

O Brasil é um dos países que lidera o ranking na lista dos maiores consumidores de medicamentos do mundo, números que refletem as culturas da automedicação e medicalização. Conseqüentemente, vários problemas surgem em virtude destas, por exemplo: intoxicação, ameaça potencial ao ambiente e a saúde dos vulneráveis considerando-se o descarte incorreto destes medicamentos. Estudos demonstram que os medicamentos vencidos e/ou não utilizados, são descartados em lixo doméstico ou em vaso sanitário, ou seja, incorretamente. É sabido que o medicamento é um produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico. Os medicamentos são estruturas químicas ou biológicas, que não conseguem serem eliminadas nas estações de tratamento de água gerando um problema de saúde. Problema de pesquisa: Avaliar a efetividade e o alcance das políticas públicas nacionais existentes, direcionadas ao descarte de medicamentos, a fim de minimizar os problemas socioambientais, tais como: a contaminação do solo e da água. Considerando de tal modo, que os micropoluentes gerados por medicamentos diluídos na água, podem interferir no metabolismo e no comportamento de organismos aquáticos, bem como na saúde da população, uma vez que, atualmente, o tratamento da água não consegue eliminar as moléculas químicas dos medicamentos. Objetivo do estudo: Tem-se por objetivo a compreensão de como está previsto o descarte de medicamentos na legislação brasileira, da mesma maneira que, se esta previsão corresponde ao conhecimento técnico-científico existente. Metodologia: A metodologia envolveu uma pesquisa exploratória e a experiência empírica norteou o levantamento bibliográfico e documental realizado: as legislações e normativas concernentes ao descarte de medicamentos foram encontradas em páginas oficiais da internet, com conteúdo informado pelos órgãos governamentais, e serviram de premissa para os estudos. Resultados: esta pesquisa identificou que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 225, declara que a qualidade de vida está intimamente relacionada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A política nacional de resíduos sólidos (PNRS), foi instituída pelo advento da Lei n. 12.305/2010 – regulamentada pelo decreto 7.404/10. A lei versa sobre todos os resíduos sólidos (materiais que podem ser reciclados ou reaproveitados), sejam eles domésticos, industriais, eletroeletrônicos entre outros; e de todos os rejeitos (itens que não podem ser

²⁴⁸ Discente do Curso de Farmácia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* jeisiane_rosa@hotmail.com.

²⁴⁹ Discente do Curso de Ciências Biológicas na Univali. *E-mail:* ketherson.gomes@gmail.com.

²⁵⁰ Discente do Curso de Direito na Univali. *E-mail:* brunojose1@hotmail.com.

²⁵¹ Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Univali. *E-mail:* daisy@univali.br.

²⁵² Doutora em Química pela Univali. *E-mail:* fcamposbuzzi@univali.br.



reaproveitados), incentivando o descarte correto. Dessa forma, a legislação já estabelecia como obrigatoriedade o descarte de medicamentos, objetivando diminuir os impactos causados por aterros sanitários no Brasil. O descarte incorreto de medicamentos pode causar problemas ambientais, devido à contaminação do solo e da água, e no âmbito social, considerando o risco de intoxicação ou de efeitos colaterais em vulneráveis. Após dez anos de discussões, o decreto n. 10.388, de 5 de junho de 2020, instituiu o sistema de logística reversa de medicamentos vencidos ou em desuso, assim como as suas embalagens após o descarte pelos consumidores. O decreto engloba toda a cadeia logística do setor farmacêutico, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores aos consumidores, estabelecendo sua aplicação em duas fases. Na primeira: entra em vigor na data do documento, quando deveriam ter sido instituídos grupos de performance, responsáveis por implementar os sistemas de logística reversa e estruturar sistemas de monitoramento, por meio de relatórios anuais sobre o volume de medicamentos retornados e destinados de maneira ambientalmente correta. Na segunda: inicialmente, a proposta era iniciar 120 dias após a conclusão da primeira fase. Deveriam ser habilitados os prestadores de serviço, planos de comunicação e a instalação de pontos fixos de coleta nas farmácias e drogarias, nos quais os consumidores deverão realizar o descarte. O papel dos consumidores é um ponto-chave nesse processo. Ao encontrar um medicamento vencido ou em desuso, o usuário deverá levá-lo (junto com a embalagem do medicamento) até drogarias e farmácias habilitadas. As receptoras são responsáveis pela guarda temporária dos produtos, até a coleta e o transporte pelos distribuidores. Os distribuidores fazem a coleta dos medicamentos nas farmácias e drogarias e realizam a transferência dos produtos para os pontos de armazenamento secundário. Sugere-se que haja, pelo menos, um ponto de descarte para cada dez mil habitantes e empresas/município devem disponibilizar informações aos consumidores em mídias digitais e site para divulgar o sistema de logística reversa de medicamentos, orientando os usuários sobre o descarte adequado dos produtos. Além disso, o setor empresarial também deve realizar um relatório anual com dados sobre os municípios atendidos, quantidade de postos de coleta em farmácias e drogarias e outras informações importantes relacionadas à operacionalização da logística que devem alimentar o SINIR, o qual encontra-se atualmente desatualizado. O transporte e a destinação ambiental adequada deverão ser custeados de forma compartilhada pelos fabricantes, importadores e operadores logísticos de medicamentos domiciliares. Nesse viés, devem utilizar-se de ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos. O Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) nacional, declarado no Inventário Nacional de Resíduos Sólidos cumpre a Portaria MMA n. 280, de 29 de junho de 2020, embora o modelo seja considerado eficiente, pois o medicamento deve percorrer o mesmo caminho feito para chegar até a destinação final, diminuindo os impactos ao meio ambiente. Entende-se que a logística reversa desse setor difere-se de muitos outros, nos quais ocorre o reaproveitamento ou a reciclagem, no caso dos medicamentos, seja de seus princípios ativos ou excipientes, porque não há, até o momento, um processo de baixo custo para sua reutilização com segurança para os pacientes. Portanto, a aplicação desse decreto pode trazer impactos financeiros, com o aumento do preço dos medicamentos, uma vez que haverá o custo de transporte, necessário para retorná-los dos pontos de coleta para as fábricas, bem como o custo para a destinação final desses materiais, os quais devem atender à seguinte ordem de prioridade: incinerador (queima dos resíduos), coprocessador (aproveitamento dos resíduos como substituto parcial de matéria-prima e/ou de combustível) e aterros sanitários classe I, segundo determinado pelo decreto. Ademais, torna-se evidente a necessidade da realização de campanhas informativas à população, considerando o consumidor um ponto-chave no cumprimento da logística reversa, bem como o desenvolvimento de um plano de ação em conjunto com o município de Itajaí (SC), no sentido de capacitar suas equipes de



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

saúde e incluir pontos de coleta nas unidades básicas, aumentando a orientação sobre o descarte, visando a diminuir os riscos à saúde e o impacto ambiental.

Palavras-chave: Logística Reversa; Micropoluentes; Resíduos.



SAÚDE

Água

Jucilene de Souza Rezini
Academia de Letras do Brasil

Líquido precioso
Que deve ser cuidado,
Não vamos desperdiçar
E nem poluir,
Pois, dela precisamos
Tal qual o ar que respiramos.
Todo ser vivo
Planta e bicho
Precisam dela para viver,
E por isso devemos cuidar
Para ela não se acabar!





AS RELAÇÕES ENTRE OS FATORES AMBIENTAIS E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

TAVARES, Camila Cristine²⁵³

GAI, Laura Cristina²⁵⁴

ZART, Luiz Henrique²⁵⁵

CHESANI, Fabíola Hermes²⁵⁶

RESUMO

As pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas estão cercadas por barreiras ambientais e sociais, conceitos e relações que demarcam a importância da atenção integral à saúde com vistas à inclusão social, garantindo vidas saudáveis e promoção do bem-estar e da qualidade de vida. Problema de pesquisa: Quais as relações entre os fatores ambientais e de participação social das pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas, que podem ser avaliados por meio da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde? Objetivo do estudo: Obter uma compreensão aprofundada das relações entre os fatores ambientais e da participação social por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) de pessoas com deficiência física. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. Os participantes da pesquisa foram pessoas com deficiência física adquirida, usuárias de cadeiras de rodas manual, maiores de 18 anos, moradores na região e que concordem em participar da pesquisa após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O instrumento de pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas aos participantes com questões em torno dos componentes da CIF. Optou-se pela CIF porque este instrumento pode ser usado para quantificar o impacto da deficiência na capacidade de um indivíduo de agir em seu ambiente e na participação social, tanto nos fatores facilitadores, quanto nas barreiras, e para avaliar intervenções para minimizar o impacto da deficiência e maximizar a funcionalidade. As coletas foram realizadas na Clínica de Fisioterapia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e no Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual II (CER II) na Univali. Foi realizado um contato prévio com os coordenadores destas instituições e apresentado o trabalho. Após o consentimento e a indicação das PCD usuárias de CRM, foram realizadas as entrevistas numa sala reservada e na melhor data e horário do usuário, a fim de não interferir no andamento do atendimento. As entrevistas aconteceram numa sala reservada e estiveram presentes somente o pesquisador e o entrevistado. Os dados serão analisados através da análise de conteúdo de Bardin. A análise de conteúdo é um dispositivo apto para o tratamento da informação recolhida pela capacidade de promover a multidimensionalidade dos fenômenos, através das falas produzidas pelos atores, permitindo um desvendar crítico. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética e Pesquisa da Univali com o parecer número 4.821.295. Resultados: Participaram da entrevista semiestruturada sobre a CIF sete pessoas com deficiência física adquirida, usuárias de cadeiras de rodas manual e maiores de 18 anos. A

²⁵³ Acadêmica de fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* camstavares@outlook.com.

²⁵⁴ Acadêmica de fisioterapia na Univali. *E-mail:* laucristinagai@gmail.com.

²⁵⁵ Fisioterapeuta, graduado pela Univali. *E-mail:* lhkart@hotmail.com.

²⁵⁶ Doutora em Educação Científica e Tecnológica, pela Univali. *E-mail:* chesani@univali.br.

partir da análise das entrevistas, chegou-se às categorias: a falta de acessibilidade como barreira ambiental, a família como apoio nos cuidados no dia a dia e laços de amizades que se perderam após a lesão. A categoria A falta de acessibilidade como barreira ambiental é representada pelas seguintes falas: “Eu moro em Itapema, que é pouco acessível para qualquer tipo de pessoa, nem precisa ter deficiência. Quando acha uma calçada boa, tem poste no meio ou toda cheia de buracos. Sair de casa pra mim é difícil, mas dentro de casa é muito tranquilo” (P3). “As ruas também são muito ruins, porque são cheias de buracos e prende a rodinha e a gente quase cai” (P6), “As ruas são ruins, calçada ruim na hora de subir e descer, os ônibus não têm as plataformas, é muito ruim ter que ficar dependendo de outras pessoas, para sair do carro” (P7). Na categoria A família como apoio nos cuidados no dia a dia emergiram as falas: “Os familiares me tratam bem, melhor agora do que antes, como se eu fosse de vidro e eu fosse quebrar” (P6). “A mãe me acorda de manhã, às 6/7h e ela faz o café. E daí eu fico vendo TV e durmo mais um pouquinho até umas 11h. Aí ela faz o almoço, me troca e eu almoço” (P1). “Eu preciso ajuda no dia a dia da minha mãe. Mesmo tendo a minha avó, quem mais me ajuda é a minha mãe” (P3). Já na categoria Amizades que se perderam após a lesão, temos as unidades de registro: “A maioria dos amigos esqueceu que eu existo, mas tenho aqueles que são fiéis, que estão sempre me mandando mensagens e estão do meu lado pro que eu precisar” (P6). “Na questão de amigos, eu não tenho mais, porque depois do acidente, a maioria se afastou. Eu mantive dois amigos que, infelizmente, eu recebi a notícia de morte deles agora a pouco. Eram quem eu tinha mais amizade” (P3). “Não tenho amigos. Primeiro, antes do acidente eu tinha um monte, depois do acidente eu fiquei sem amigos” (P2).

Palavras-chave: Fatores Ambientais; Participação Social; Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.



A INCLUSÃO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODA QUANTO ÀS BARREIRAS AMBIENTAIS

TAVARES, Camila Cristine²⁵⁷

GAI, Laura Cristina²⁵⁸

ZART, Luiz Henrique²⁵⁹

CHESANI, Fabíola Hermes²⁶⁰

RESUMO

O número de pessoas com deficiência está crescendo e há fortes evidências de que as tendências demográficas e epidemiológicas fundamentais estão também crescendo, tais como envelhecimento global e a transição para uma maior incidência e prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DNTs) associadas à deficiência, como diabetes, doenças cardiovasculares e doenças mentais. A proporção da população de pessoas idosas está aumentando dramaticamente em todo o mundo. O envelhecimento da população (a crescente proporção de pessoas idosas na população) é, sem dúvida, uma das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações diretas e óbvias para a saúde e política de saúde, para muitos outros setores da sociedade, incluindo trabalho, habitação, transporte, proteção social, e pela própria estrutura das famílias e laços intergeracionais. Pessoas com deficiência experimentam taxas de pobreza e privações mais altas do que pessoas sem deficiência, incluindo insegurança alimentar, pobres habitações, falta de acesso a água potável e saneamento e acesso inadequado a cuidados de saúde – e menos bens e escolaridade do que pessoas e famílias sem deficiência. Diante desse cenário do aumento do envelhecimento e DNTs, é necessário ampliar as políticas de saúde para além das estratégias de saúde curativas e preventivistas, e sim para as estratégias reabilitadoras que visam a otimizar os níveis de funcionamento experimentados pelas pessoas ao longo da vida. Os focos da reabilitação estão na convivência com uma condição de saúde e em minimizar a incapacidade após a ocorrência de doença aguda e trauma. Embora o foco principal seja o decréscimo da capacidade em domínios de funcionamento, a ciência e a prática da reabilitação, desde a sua criação, entenderam intuitivamente que melhorar o que as pessoas podem fazer em suas vidas também envolverá alguma forma de modificação ambiental e social. Pode ser uma prótese de mão ou outra prótese, ou um auxiliar de mobilidade, como uma bengala ou cadeira de rodas, um auxílio sensorial, como óculos ou aparelho auditivo, ou mesmo qualquer tipo de tecnologia assistiva. Estes focos foram um pequeno passo para expandir a gama de modificação ambiental para incluir facilitar alterações no ambiente doméstico para reforçar a independência, ou o trabalho ou ambientes educacionais para possibilitar que a pessoa com capacidade reduzida nos domínios físico ou mental de funcionamento participe plenamente desses domínios da vida social. O enorme crescimento no desenvolvimento de tecnologias assistivas e os esforços internacionais mais recentes para aumentar a equidade de distribuição mundial por preços mais baixos e mercados mais amplos ampliam ainda mais o impacto da reabilitação como estratégia de saúde, visando a otimizar

²⁵⁷ Acadêmica de fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* camstavares@outlook.com.

²⁵⁸ Acadêmica de fisioterapia na Univali. *E-mail:* laucristinagai@gmail.com.

²⁵⁹ Fisioterapeuta, graduado pela Univali. *E-mail:* lhkart@hotmail.com.

²⁶⁰ Doutorado em Educação Científica e Tecnológica. *E-mail:* fabiola.chesani@univali.br.



o funcionamento. Dentro da estrutura conceitual da CIF, o estado de saúde de uma pessoa é entendido como uma combinação de níveis de funcionamento, através de domínios de funções e estruturas do corpo. Esse fenômeno complexo produz uma capacidade de realizar alguma ação ou tarefa, do muito simples ao muito complexo, em que capacidade é entendida como a capacidade intrínseca de realizar a ação, independentemente de quaisquer barreiras ou facilitadores ambientais que possam estar em vigor. Esse senso de capacidade também nos permite entender o papel do “ambiente” geral da pessoa, compreendido de forma muito ampla para abranger os elementos básicos de ar, luz, gravidade, todas as características do clima e do ambiente físico, toda a gama de ambientes construídos pelo homem, outras pessoas, suas atitudes, crenças e valores, e todos os aspectos dos ambientes cultural, social, econômico e político. Diferentes configurações desses fatores ambientais podem afetar substancialmente a maneira pela qual o estado de saúde do indivíduo é vivenciado em seu ambiente real. Embora esse contexto ambiental não seja a saúde do indivíduo como tal, é altamente determinante do que, dada a saúde do indivíduo, ele pode executar por meio de ações. Problema de pesquisa: Como acontece a inclusão e a participação social das pessoas com deficiência física, quanto às barreiras ambientais e sociais das pessoas com deficiência usuárias de cadeira de rodas manuais? Objetivo do estudo: conhecer a inclusão e a participação social das pessoas com deficiência física, quanto às barreiras ambientais e sociais das pessoas com deficiência usuárias de cadeira de rodas manuais. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. Os participantes da pesquisa foram as pessoas com deficiência física adquirida, usuárias de cadeiras de rodas manual, maiores de 18 anos, seus cuidadores e os profissionais do CER III, que concordaram em participar da pesquisa após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi realizada na Clínica de Fisioterapia e no Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual II (CER II), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). O instrumento de pesquisa foi oficina, através do brainstorming. Os dados foram analisados pela Análise do Conteúdo de Bardin. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética e Pesquisa da Univali, com o parecer número 4.821.295. Resultados: Foi realizada uma reunião com os participantes descritos, cuidadores e profissionais do CER III e apresentadas as barreiras e os facilitadores dos fatores ambientes, sociais e das políticas públicas das PCDs física usuárias de CRM. Participaram da pesquisa três usuários de cadeira de rodas, seus pais e um companheiro. Também participaram da discussão as integrantes do CER (Centro Especializado em Reabilitação) da clínica da universidade, sendo uma psicóloga, duas fisioterapeutas e uma fonoaudióloga. A partir da oficina, emergiram categorias sobre o transporte público e de aplicativos como péssima experiência, a falta de acessibilidade e autocuidado, autoestima. Na categoria “O transporte público e de aplicativos como péssima experiência”, as unidades de registro que representam a categoria são: “a falta de ônibus adaptados, os poucos horários de transporte e a ineficiência deste, que, por sorte, possuem veículo próprio, pois, se precisassem depender apenas do transporte público, eles iriam precisar recorrer a vizinhos e a caronas de terceiros, como ocorre com outros cadeirantes que conhecem e residem neste mesmo município” (P1); “Pedi um Uber e quando este chegou, disse que ‘levava apenas pessoas normais’” (P3); “As viagens são canceladas pelos motoristas que não querem ou não têm como transportar sua cadeira de rodas” (P2). Na categoria “A falta de acessibilidade”, as seguintes falas a retratam: “Em Itapema não conseguimos ir ao calçadão da beira-mar por conta da péssima qualidade da rua onde residem, precisando fazer um trajeto muito mais longo para terem acesso. Além de que há diversos postes e rampas impossíveis de serem acessadas por usuários de cadeira de rodas manuais, o que é um enorme desrespeito” (P1); “A falta de calçadas, estradas e qualidade em geral de vias e passeios se tornam ‘não acessíveis’ ou ‘mal projetadas’” (P2); “Em Navegantes tem uma falta de mobilidade urbana” (P3). Na última categoria, as falas são de autocuidado e autoestima: “Ao utilizar fraldas descartáveis



comecei a ter problemas com sua autoestima. Jamais conseguia me olhar no espelho novamente e sentir-me bonita, e até mesmo, nenhuma pessoa poderia se interessar. Quando comecei a ter mais independência no meu dia a dia, graças à fisioterapia, eu tive a autoestima retomada aos poucos” (P2).

Palavras-chave: Participação Social; Políticas Públicas; CIF.



**“RESPEITO, MAS...” – UMA ANÁLISE DO ACOLHIMENTO DA
POPULAÇÃO TRANSEXUAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM UM
MUNICÍPIO CATARINENSE**

DE LIMA DERNER, Isabela²⁶¹
TOMAZELLI, Natália²⁶²
DA SILVEIRA, Emerson²⁶³

RESUMO

Sabe-se que, ao se tratar de população transexual, tais indivíduos ainda se encontram inseridos em um cenário de marginalização e violência extremos, ainda mais se tratando do Brasil, que ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos de transexuais. Ao se analisar a abordagem de tal grupo no âmbito da saúde, nota-se que a falta de informação sobre as particularidades do acolhimento, junto a um preconceito enraizado em diversos profissionais acabam por comprometer um atendimento efetivo, ou até mesmo impedir um acesso a este. Devido a todo esse cenário de violência e estigma, criou-se, em 2013, a Política Nacional de Saúde LGBT, objetivando estruturar uma linha de cuidado, de fato, legítima para as demandas da população transexual. Ademais, outro marco preponderante é o surgimento do Processo Transsexualizador, permitindo o acesso a uma transição de gênero segura e concreta, visto as diversas literaturas que expõem os impactos negativos de um não acompanhamento para com tal processo. Entretanto, mesmo com todas as políticas voltadas para a população transexual, o cenário ideal do acolhimento das pessoas transexuais na atenção primária ainda se encontra longe de ser o ideal, apesar de ser idealizado que todos os profissionais sejam responsáveis no que tange ao ofertar um atendimento seguro e voltado para as necessidades do público em questão. Problema da pesquisa: Como é realizada a assistência em saúde da população transexual por profissionais médicos e enfermeiros em Itajaí? Objetivo do estudo: Conhecer a percepção profissional com relação à população transexual na Atenção Primária em Saúde e verificar o entendimento e a informação dos profissionais de saúde acerca da população transexual. Ademais, verificar se os direitos da referida população são garantidos na prática, conforme a legislação e portarias vigentes. Metodologia: Esta pesquisa classifica-se como exploratória, visto que tem por objetivo gerar maior familiaridade no que tange a um tema pouco explorado, visando a torná-lo mais evidente. Referente ao problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, possibilitando a compreensão da perspectiva dos profissionais de saúde em relação ao tema. Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário, pelas autoras, com seis perguntas fechadas, três questões abertas e duas questões de escala linear, o qual foi aplicado presencialmente, junto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de forma impressa, sendo, a posteriori transcritas as respostas para a plataforma Google Forms. As questões abertas foram organizadas e avaliadas por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin, método que propõe a análise em três fases: pré-análise, exploração e tratamento dos resultados com inferências e interpretações; e organizadas posteriormente pela categorização de conteúdo de Minayo, sendo uma análise de conteúdo que reduz os resultados em palavras-chave majoritariamente citadas pelos respondentes, que tornam-se

²⁶¹ Acadêmica do curso de Medicina da Universidade do Vale do Itajaí isabeladerner2799@hotmail.com

²⁶² Acadêmica do curso de Medicina da Universidade do Vale do Itajaí nataliatomazelli06@gmail.com

²⁶³ Médico de Família e Comunidade, Médico pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Professor Orientador da Universidade do Vale do Itajaí e-s-silveira@uol.com.br



categorias de conteúdo posteriormente, sendo amplamente utilizado em pesquisas na área da saúde. Quanto às fechadas, analisou-se com estatística simples, sendo também analisadas subjetivamente. Com o intuito de avaliar a abordagem dos profissionais de saúde no atendimento à população transexual, o questionário em debate foi direcionado para médicos e enfermeiros de unidades básicas de saúde do município de Itajaí, Santa Catarina. Aplicou-se o questionário em 11 unidades básicas, sendo um total de 23 Equipes de Estratégia e Saúde da Família pelo município, 15 médicos e 23 enfermeiros. Obtiveram-se, portanto, 38 questionários, os quais foram randomizados, sem diferenciação de profissão. Após a coleta de dados, os questionários foram transcritos para a plataforma Google Forms para geração de gráficos e posterior análise de conteúdo. Resultados: Questão 1: Você já atendeu pacientes transexuais, travestis ou transgêneros? Em relação ao questionamento, dos 38 profissionais que participaram da pesquisa, 33 deles (86,8%) responderam “sim” e 5 (13,2%) responderam “não”. Questão 2: Você sabe o que significa “nome social” quando se trata de população transexual? Se sim, explique. Todos os participantes (100%) responderam que sabem o que é o nome social. Dentre as respostas, destacam-se as frases “nome pelo qual a pessoa deseja ser chamada” e “nome pelo qual a pessoa se identifica”. Apesar de a maioria das respostas serem satisfatórias, alguns participantes trouxeram erros e não souberam definir o que seria nome social, tais como: “Nome que a pessoa adota como seu, que se identifica com sua sexualidade”; “Tenho dúvidas.” Questão 3: Se respondeu “sim” à pergunta 1, você usou o nome social ao atender um paciente transexual? Das 33 respostas, 5 profissionais (15, 2%) responderam que não chamaram o paciente pelo nome social. Por outro lado, 28 pessoas (84,8%) afirmaram ter chamado pelo nome social. Questão 4: Em uma escala de 1 a 10, o quanto você considera a população transexual vulnerável? Tem-se 29 profissionais (76,31%) que marcaram acima de 5 na escala. Por outro lado, 9 participantes (23,68%) consideraram a vulnerabilidade transexual abaixo de 6. Questão 5: Você já presenciou algum ato de transfobia em seu local de trabalho? Dos 38 voluntários, 9 deles (23,7%) informaram ter presenciado alguma situação transfóbica no seu local de trabalho, entretanto, deve-se considerar o viés de opinião do que o profissional considera um ato transfóbico. Questão 6: Se “sim” à pergunta anterior, como foi a situação presenciada? Notou-se a recusa em utilizar o nome social e a utilização do nome de registro, demonstrado pelas seguintes respostas: “Recusa em chamar pelo nome social. Preconceito”; “Uma transexual com traços femininos foi chamada no sistema pelo nome de registro (masculino)”. Questão 7: Se “sim” à pergunta 6, fez algo para defender esse paciente? Três respondentes afirmaram que defenderam o paciente mediante transfobia, demonstrando pelas respostas: “Sim. Alterei o nome no sistema”; “Sim, com manifesto apontamento ao autor de que qualquer manifestação de homofobia (por exemplo) é considerada crime, muito mais que transgressão ética”; “Sim. Defendi o uso do nome social e expliquei as razões”. Questão 8: Em uma escala de 1 a 10, o quão apto você se considera para atender uma pessoa transexual? Houve 34 voluntários (89,47%) que alegaram certo grau de aptidão, marcando acima de 5 na escala. Do total, 16 participantes (42,1%) se consideram aptos em 8 na escala. Outros 4 voluntários (10,5%) expressaram grau de inaptidão, pois marcaram abaixo de 6 na escala. Questão 9: Você sabe quais procedimentos são ofertados pelo SUS no que tange ao processo de redesignação sexual tanto de homens quanto de mulheres trans? Referente à questão supracitada, 16 profissionais (42,1%) afirmaram não saber os procedimentos de redesignação sexual ofertados pelo SUS, contra 22 (57,9%) que afirmaram saber, entrando em discrepância com os resultados da questão 8. Questão 10: Você considera que possui conhecimento suficiente sobre acolhimento, atendimento e principais demandas da população transexual? Os profissionais mostraram-se bastante divididos, sendo que 19 deles (50%) assinalaram “sim” e outros 19 (50%) assinalaram “não”, também entrando em confronto com os resultados das duas últimas questões. Questão 11: Se respondeu “não” à pergunta anterior, discorra sobre



suas sugestões para melhorar a situação. Entre os principais termos utilizados, notou-se “capacitações”, “palestras” e “fluxos”. Grande parte dos respondentes queixaram-se de não possuir um protocolo de atendimento voltado para tal população, e caso tenha a existência, estes não possuem acesso e conhecimento durante sua formação e após formados.

Palavras-chaves: Transexualidade; Identidade de Gênero; Populações Vulneráveis; Atenção Primária à Saúde.



O RECONHECIMENTO DE TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

PAULA, Jaqueline Coelho Rodrigues da Silva²⁶⁴
LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza²⁶⁵

RESUMO

O trabalho de reconhecimento de território vem sendo desenvolvido desde a minha trajetória de formação atuando como psicóloga integrante do Núcleo Ampliado de Saúde, na atenção básica do SUS, nos anos de 2016 a 2021. Esta prática foi muito utilizada nas ações de matriciamento com a equipes de Estratégia de Saúde da Família. Trata-se de um dos instrumentos de planejamento local da Atenção Básica. Atualmente, esta prática vem acontecendo a partir das vivências na construção do projeto de pesquisa como mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). No mestrado, participo do grupo de pesquisa em produção interdisciplinar de conhecimento e tecnologias na perspectiva crítico-social – práxis. Nesse caminho acadêmico, o primeiro desafio para construir o projeto de pesquisa foi o de organizar o problema. Passo a acessar as curiosidades, o que tem produzido as inquietações, a fim de construir um problema de pesquisa. Na perspectiva da práxis, o que pode ser a inquietação do presente, também pode ser uma inquietação do passado. Construir o problema de pesquisa, envolve conversar com os afetos e inquietações do presente, encontrando a sua relação na história. Gostaria de destacar o reconhecimento de território como uma estratégia importante de aproximação com a realidade a ser pesquisada. O objetivo do reconhecimento de território consiste em construir uma relação de proximidade com o campo de pesquisa. A metodologia deste trabalho vem se organizando por meio de contatos, diálogos, itinerários e ações construídas com os principais atores envolvidos com o território a ser pesquisado. Tudo é registrado a cada momento de encontro por meio de um diário de campo. O primeiro momento foi o de buscar informações a respeito do meu foco de investigação. Para isso, foi feito contato com a secretaria municipal de saúde, que disponibilizou o contato da Unidade Básica de Saúde de referência do território. Feito contato telefônico com a coordenadora da Unidade Básica de Saúde, foi realizada a visita no local da Unidade Básica de Saúde. Dialoguei com os trabalhadores envolvidos com o território a ser pesquisado. O segundo momento foi o de criar estratégias de inserção na comunidade. Passo a ter comunicação e realizar visitas mais frequentes na Unidade Básica de Saúde de referência do bairro. A partir destes encontros, a Unidade Básica de Saúde me convida para participar de uma reunião na associação de moradores do território de interesse da pesquisa. Como agente externa não convidada pelas pessoas que moram no território, entendo como importante me apresentar e esclarecer os motivos da minha presença no local. Desse modo, realizo um pedido de permissão para a comunidade para poder me inserir, conhecer e pesquisar no território. Dialoguei com moradores e lideranças comunitárias presentes no encontro, com a sua permissão e aceitação, passo a frequentar o território. O terceiro momento foi a construção do conhecimento sobre o local a ser pesquisado. Foi realizada uma visita de reconhecimento

²⁶⁴ Graduada em Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Mestranda em Saúde e Gestão do trabalho. *E-mail:* contatojaque@gmail.com.

²⁶⁵ Docente e Pesquisadora da Escola de Ciências da Saúde da Univali. *E-mail:* rita.lima@univali.br.



de território com a participação das agentes comunitárias de saúde e o líder comunitário. Caminhando pelas ruas, fazendo contato com as estruturas e materialidades do local, escutando e dialogando com as narrativas dos moradores, o que acendeu luzes que estão iluminando a construção desta pesquisa. O quarto momento foi a construção de um arcabouço teórico para sustentar as narrativas e discutir a realidade observada. Foram feitos resumos de capítulos de livros e de artigos científicos pesquisados nas principais bases de dados. Este projeto de pesquisa faz e se refaz, à medida em que passa por movimentos. Nesse processo dinâmico, destaco como resultados a possibilidade de viver uma experiência mais afetiva na organização do projeto de pesquisa, a partir do reconhecimento de território. A aproximação com o campo de pesquisa tem possibilitado uma escrita e leitura mais sensível, a respeito da construção do problema, objeto, justificativa, objetivos e metodologia da pesquisa. Além disso, produz uma implicação da pesquisadora aumentando a potência de ação participativa na construção do projeto de pesquisa. Possibilitando o conjunto de reflexões-ações a respeito do que se quer pesquisar e é possível transformar por meio da produção científica.

Palavras-chave: Reconhecimento de Território; Projeto de Pesquisa; Atenção Básica; SUS.



PERFIL DE ACIDENTES DE TRABALHO EM UMA CIDADE DO LITORAL DE SANTA CATARINA

PEREIRA, Luísa Alves²⁶⁶
MEZADRI, Tatiana²⁶⁷

RESUMO

O trabalho é um fator essencial na vida de muitas pessoas e pode estar relacionado com os processos de saúde e doença do trabalhador. O índice de acidentalidade e doenças relacionadas ao trabalho resultam em milhares de afastamentos, muitas vezes, por precarização da mão de obra. As notificações referentes à Vigilância em Saúde do Trabalhador que alimentam os sistemas de informação são importantes fontes de monitoramento da situação de saúde deste segmento da população. Problema de pesquisa: Qual o perfil de acidentes de trabalho notificados em Itajaí (Santa Catarina, Brasil)? Objetivo do estudo: Identificar o perfil de acidentes de trabalho no município de Itajaí. Metodologia: Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa do tipo ecológico retrospectivo. Os dados absolutos e relativos, referentes aos acidentes de trabalho ocorridos na cidade de Itajaí, entre os anos 2002 e 2021, foram coletados na plataforma pública Smartlab (iniciativa conjunta do Ministério Público do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho – Brasil). Resultados: A maior frequência de notificação nesse período foram fraturas (20%), contusão esmagamento (16%), corte, laceração, ferida contusa punctura (15%), lesão imediata (12%), escoriação e abrasão (9%). Os membros mais acometidos foram os dedos (20%), o pé exceto artelhos (10%), mão exceto punhos ou dedos (7%), partes múltiplas (6%) e joelho (5%). As áreas de trabalho com maior número de notificações foram técnico em enfermagem (7%) e alimentador de linha de produção (5%). Somente no ano de 2021, foram contabilizados 1,7 mil acidentes no município, sendo o quinto com maior índice de acidentes no Estado de Santa Catarina, com estimativa 12,2% de subnotificações. Verifica-se a importância de ações quanto a capacitações frequentes, referente ao uso de equipamentos individuais de proteção, bem como vigilância e fiscalização às empresas para garantia de cumprimento das normas necessárias à saúde do trabalhador exposto a riscos.

Palavras-chave: Doenças do Trabalho; Notificação de Doenças; Saúde do Trabalhador; Sistemas de Informação em Saúde.

²⁶⁶ Mestranda no programa de Pós-graduação em Saúde e Gestão do Trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* luisap@edu.univali.br.

²⁶⁷ Discente do Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da Univali.



GRAVIDEZ NA JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

MELLO, Bárbara Birk²⁶⁸

LEAL, Andréa Fachel²⁶⁹

RESUMO

Segundo dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) do Governo Federal (2022), desde 2019, o número de mães na juventude, com idades entre 10 e 19 anos, diminuiu, em média, 18% (BRASIL, 2022). Apesar desta redução, a gravidez na juventude ainda é tratada como um grave problema por diversos setores da sociedade brasileira. Entre ações que visam à prevenção da gravidez na juventude, destacamos a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, instituída pela Lei n. 13.798, de 3 de janeiro de 2019, e promovida pelo Governo Federal. Na Semana Nacional de 2020, foi lançada uma campanha de abstinência sexual pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A abstinência é considerada, na campanha, como uma política pública de prevenção à gravidez precoce. A campanha gerou diversas manifestações contrárias, inclusive por parte do Conselho Nacional de Saúde, o qual pediu a retirada da campanha. Aqui, nos perguntamos por que a gravidez na juventude é descrita como um problema de saúde pública? Este estudo, parte integral de uma tese de doutorado em Políticas Públicas (UFRGS), apresenta uma revisão narrativa da literatura acerca de estudos sobre a gravidez na juventude e das políticas públicas associadas a este evento. Esta revisão ainda está em andamento. Problema de pesquisa: Como a literatura vem abordando a temática da gravidez na juventude e das políticas públicas associadas a este evento? Objetivo do estudo: Esta revisão busca identificar e analisar trabalhos científicos sobre a gravidez na juventude e políticas públicas para examinar o panorama da produção científica sobre a temática, incluindo o que está sendo pesquisado, por quem, como, quando e com quais resultados. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura: parte-se de uma pergunta mais aberta e fluída que em outros tipos de revisão, pois a meta é ter um conhecimento amplo acerca da temática. A primeira base de dados consultada foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Nesta consulta, não houve restrição quanto à data de publicação. Os descritores empregados são listados a seguir, em suas diferentes combinações, sempre com uso da conjunção (os três termos simultaneamente, buscados em título ou resumo): “gravidez, adolescência, políticas públicas”, “gravidez, juventude, políticas públicas”, “gestação, adolescência, políticas públicas”, “gestação, juventude, políticas públicas”, “maternidade, adolescência, políticas públicas”, “maternidade, juventude, políticas públicas”, “paternidade, adolescência, políticas públicas” e “paternidade, juventude, políticas públicas”. Para reduzir o viés deste estudo, foram empregados diversos critérios de elegibilidade para selecionar os estudos que fazem parte da revisão. Os critérios de elegibilidade foram: publicação ser totalmente disponível online, no idioma inglês, espanhol ou português. Inicialmente, a busca foi feita com

²⁶⁸ Graduada em História, mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social e doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* barbarabmello@gmail.com.

²⁶⁹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora associada do Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* dea.leal@gmail.com.



descritores em português. Resultados: Das consultas no Portal, foram identificados 366 estudos, dos quais 70 foram selecionados para a análise. Essa redução se deu devido a estudos duplicados, a estudos que não traziam gravidez e políticas públicas em seu resumo e/ou título e aqueles que, após a leitura, foram considerados como não relacionados com o objetivo. Os artigos, na íntegra, foram incluídos em um programa de gerenciamento bibliográfico (Mendeley). Para a análise, foi criada uma base de dados (Excel), em que foram digitadas informações sobre cada artigo: título, ano de publicação, autoria, campo de estudos, temática, problema, objetivos, métodos, amostra, demarcadores sociais importantes, resultados e pontos relevantes. Dos 70 artigos selecionados, até então, 55 deles foram analisados pelas pesquisadoras. Da leitura destes 55 artigos, temos alguns apontamentos que nos ajudam a entender como a literatura vem abordando a gravidez na juventude e as políticas públicas associadas a este evento. A maioria dos trabalhos é do campo da saúde (36). Na sequência, são trabalhos ligados à Psicologia e, depois, à Educação. A produção é mais expressiva dos anos 2010 em diante, apesar de ter alguns trabalhos dos anos 2000. A expressão políticas públicas é citada no resumo de todos os artigos, mas na grande maioria através de frases genéricas que afirmam a necessidade de mais políticas públicas juvenis de enfrentamento e prevenção à gravidez na adolescência. Entre os artigos analisados, nenhum avança em como poderiam ser essas políticas públicas, nem analisa mais especificamente políticas que já existem no Brasil. Um dos poucos estudos que se aprofunda em políticas já existentes, mas não no Brasil, é o de Vilella, Lima e Brito (2018) acerca do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde, em que é feita toda uma análise constatando pontos positivos e espaços para melhoria com modelos de atenção em saúde, voltados para o diálogo atentando para os valores culturais e sentimentos socialmente edificados no que tange à sexualidade. Em muitos dos estudos aqui vistos, a gravidez na juventude é tida como um problema, principalmente ligado ao campo da saúde. Nesses textos, a gravidez “precoce”, “de risco” e/ou “indesejada” caminha lado a lado com preocupações acerca da saúde do feto e da jovem; com a evasão escolar; com a dificuldade de conseguir emprego; com a dificuldade psicológica, principalmente para as mães; e com a pobreza. Um estudo se destaca com resultados distintos da maior parte aqui revisada: Reys e Almontes (2014) demonstram que a maioria dos jovens desiste da escola antes de engravidar, que jovens enfrentam condições de saúde impróprias muito antes de ter filhos, que os pais e mães adolescentes já não conseguiam trabalho antes da maternidade e paternidade, e que as jovens já estavam na condição de pobreza muito antes de terem filhos. Outro artigo aqui analisado é uma revisão da literatura que reitera que a visão acadêmica é, em parte, de que a gravidez é um problema (LEVANDOWSKI; PICCININI; LOPES, 2008). Dentre os estudos incluídos em nossa revisão narrativa, principalmente os da última década, há aqueles que abordam que parte dos jovens vê positivamente a gravidez, mas são minoritários. Os poucos que trazem, abordam mais a fala de jovens mães; a paternidade fica em segundo plano e, muitas vezes, não é citada nos artigos. Trazendo o exemplo de um dos estudos que aborda a paternidade, Orlandi e Toneli (2008) apresentam entrevistas realizadas com oito pais, entre 16 e 19 anos, e verificam a presença do papel do pai como provedor e da mãe como cuidadora do lar e dos filhos, uma divisão binária dentro das famílias, associada às relações de gênero. Já no que tange à maternidade, um artigo importante para as reflexões que buscamos aqui desenvolver é o de Daddorian (2003). A autora entrevistou 20 jovens grávidas entre 14 e 17 anos e constatou que a gravidez na juventude pode surgir de imperativo biológico, mas também do desejo de ter um filho, ponto que diversos estudos não levam em consideração e registram rapidamente a gravidez na juventude como um problema. Destaca-se ainda a temática da reincidência da gravidez na juventude que apareceu em diversos artigos. Dito isso, apontamos que são predominantes na literatura sobre a gravidez na juventude e políticas públicas associadas os estudos que compreendem o fenômeno como um problema, que afirmam a importância e



necessidade de mais políticas públicas, mas que não explicitam nem discutem quais seriam estas políticas públicas, nem dialogam com policy makers acerca de como a gravidez na juventude é concebida. Como Gontijo e Medeiros (2004) destacam, existe contradição entre o discurso da gravidez na juventude como um problema e a prática dos jovens pais e mães. Logo, entendemos que são necessários estudos que abordem a gravidez na juventude com maior profundidade, dialogando com os(as) jovens mães e pais. Ainda, é necessário dar atenção aos recortes de raça, classe e gênero, os quais são presentes em alguns artigos, mas não são tão explorados como poderiam.

Palavras-chave: Gravidez; Juventude; Políticas Públicas.



PROGRAMA DE PARENTALIDADE POSITIVA PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE NAS FAMÍLIAS COM FILHOS ADOLESCENTES

ALMEIDA, Elisa Vieira²⁷⁰

BOSSARDI, Carina Nunes²⁷¹

FEIX, Caroline Signori²⁷²

FREDERICO, Daniela²⁷³

MALHÃO, Luiza Cardozo²⁷⁴

SANTOS, Lucas Monteiro dos²⁷⁵

SILVA, Weliton da²⁷⁶

SOARES, Adriana Bollmann²⁷⁷

RESUMO

Este estudo faz parte de um projeto maior, que visa a verificar evidências de validade de intervenções online para a promoção de relações saudáveis e positivas em famílias com filhos adolescentes. Intervenções dirigidas a pais e cuidadores com filhos de desenvolvimento típico e atípico promove repertórios mais adaptativos e funcionais, envolvendo princípios de parentalidade positiva, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e adolescente. Além disso, ferramentas conceituais da análise do comportamento auxiliam, de forma a prevenir ou intervir em vários aspectos do comportamento infanto-juvenil, incluindo diminuição de comportamentos agressivos, até problemas específicos de adolescentes em situação de risco e/ ou problemas nas interações familiares, como violência e práticas parentais baseadas na disciplina punitiva, ou estilos mais autoritários que sugerem contextos de interação vulneráveis ao desenvolvimento. Problema de pesquisa: A forma como pais educam seus filhos recebe inúmeras influências da transmissão cultural, além de serem permeadas por experiências próprias, bem como seu nível educacional e socioeconômico, o que nem sempre garante um manejo adequado dos comportamentos da criança no curso do processo educativo. Tendo em vista que a família é a unidade primária de interação dentro do desenvolvimento humano, sendo responsável pelo desenvolvimento de experiência, de transmissão de valores, de socialização, de realização ou de fracasso, funcionando, muitas vezes, como fator de proteção, e por outras, como fator de risco. Também, atualmente, há a popularização das tecnologias de comunicação, como facilitador da transmissão de conteúdos e conhecimentos. Assim, poucas intervenções apresentam evidências de validade no Brasil no formato online e para famílias com filhos adolescentes, tornando importante a investigação da aplicabilidade e eficácia de intervenções nessa modalidade, de forma a proporcionar oportunidades de aprendizado de recursos importantes para a produção de conhecimento e no desenvolvimento de estratégias e ferramentas para promoção de relações funcionais em famílias, bem como da identificação e atuação no campo das vulnerabilidades

²⁷⁰ Graduanda de Psicologia, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* elisavieira.6@outlook.com.

²⁷¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* carinabossardi@univali.br.

²⁷² Mestranda em Psicologia na Univali. *E-mail:* lolafeix@hotmail.com.

²⁷³ Graduanda de Psicologia pela Univali. *E-mail:* fredericodaniela1989@gmail.com.

²⁷⁴ Graduanda de Psicologia na Univali. *E-mail:* uni.malhaoluiza@gmail.com.

²⁷⁵ Graduando de Psicologia na Univali. *E-mail:* lucasmonteirodoss@gmail.com.

²⁷⁶ Graduando de Psicologia na Univali. *E-mail:* contatowelitonslv@gmail.com.

²⁷⁷ Mestranda em Psicologia na Univali. *E-mail:* adriana.bs.psi@gmail.com.



e da violência intrafamiliar envolvendo táticas de resolução de conflitos entre pais e filhos, com vistas à promoção de desenvolvimento saudável do adolescente. Objetivo do estudo: Compreender o funcionamento do programa de parentalidade positiva para pais de adolescentes com desenvolvimento típico em diversas configurações familiares e sua possível aplicabilidade na promoção de estratégias mais funcionais nas famílias, como prevenção a transtornos mentais e distúrbios do comportamento em adolescentes. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva, exploratória, relacional e de intervenção com técnicas qualitativas e quantitativas, com coleta de dados pré e pós-intervenção. Resultados: A revisão de literatura revelou um conjunto de estudos internacionais que realizaram intervenção na modalidade remota voltada para a promoção da parentalidade positiva de pais de adolescentes, tendo resultado geral de melhora na relação de pais e filhos, assim como no aumento de estratégias na dinâmica familiar, proporcionando, desse modo, indicativos para adaptação do programa para pais de adolescentes. No que se refere à aplicabilidade do programa, até o momento, participaram 12 pais/cuidadores de adolescentes e, por meio da análise de conteúdo, percebeu-se algumas razões que motivaram os pais a participarem do programa, destacando-se o desejo de melhorarem a parentalidade na fase da adolescência, na qual a comunicação entre pais e filhos se torna menos frequente, buscando recursos de enfrentamento e de ação de forma mais saudável. Também apresentaram queixas com relação à imposição de limites pela falta de cooperação dos filhos nas responsabilidades de casa e da escola, assim como dúvidas sobre como dar maior autonomia e liberdade. Algumas das queixas se relacionaram com o aumento das dificuldades de aprendizado dos adolescentes pós-pandemia. Esses pais tiveram uma participação efetiva e engajada nos encontros semanais, compartilhando suas vivências, dúvidas e opiniões com relação aos tópicos abordados, relatando maior compreensão dos seus papéis parentais e coparentais, de forma a corroborar em um desenvolvimento saudável de seus filhos adolescentes.

Palavras-chave: Programa; Parentalidade; Adolescência.



MODIFICAÇÕES DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

CRUZ, Tamires Miranda Pereira da²⁷⁸

SCHIESSL, Isabela Schead Novack²⁷⁹

MEZADRI, Tatiana²⁸⁰

GRILLO, Luciane Peter²⁸¹

RESUMO

As doenças crônicas constituem um importante problema de saúde pública e apresentam etiologia incerta, múltiplos fatores de risco, períodos longos de latência, curso prolongado, origem não infecciosa e associação a deficiências e incapacidades funcionais. Problema de pesquisa: Quais são os fatores de risco e proteção para as doenças crônicas não transmissíveis que modificaram durante a pandemia em acadêmicos de uma universidade do Sul do Brasil e que podem subsidiar a construção de uma tecnologia em saúde? Objetivo do estudo: Avaliar as modificações dos fatores de risco e proteção para as doenças crônicas em universitários no Sul do Brasil durante a pandemia de covid-19. Metodologia: Estudo transversal, utilizando um questionário estruturado, online, elaborado no Google Forms com indicadores sociodemográficos e do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico do Ministério da Saúde do Brasil. Os fatores de risco avaliados foram: tabagismo, excesso de peso e obesidade, consumo de bebidas artificiais, de ultraprocessados, consumo abusivo de álcool, autoavaliação de saúde ruim, uso excessivo de TV, computador, tablet e celular e diagnóstico de hipertensão e diabetes autorreferido. Os fatores de proteção avaliados foram: consumo regular e recomendado de frutas, legumes, verduras e feijão, de alimentos não processados e atividade física. Principais resultados: A amostra foi composta por 358 universitários, sendo 66,8% do sexo feminino, 85,2% adultos e 78% solteiros. Com relação aos fatores de risco, evidenciou-se aumento da obesidade (7,4% antes e 14% durante a pandemia), autoavaliação ruim de saúde (5,9% para 15,7%), diagnósticos autorreferidos de hipertensão (7% para 10,4%) e diabetes (2% para 3,1%). Nos fatores de proteção houve aumento no consumo regular (44,7% para 52,7%) e recomendado (19,3% para 26,9%) de frutas, verduras e legumes, redução no consumo de não processados (45,4% para 21,8%), de feijão (40,4% para 33,8%) e atividade física (42,1% para 37,1%). É necessário incentivar programas de promoção da saúde para reduzir tais comportamentos de risco e estimular a adoção dos comportamentos protetores à saúde.

Palavras-chave: Doença Crônica; Fatores de Risco; Covid-19; Estudantes.

²⁷⁸ Mestranda no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* nutricao.tami@gmail.com.

²⁷⁹ Graduanda em Nutrição na Univali. *E-mail:* isabelashead@edu.univali.br.

²⁸⁰ Doutora em Ciência dos Alimentos pela Universidade de Sevilha, Espanha. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e no curso de Nutrição da Univali. *E-mail:* mezadri@univali.br.

²⁸¹ Doutora em Ciências Aplicadas à Pediatria pela UNIFESP e Pós-doutora em Epidemiologia pelo Centro de Pesquisas Epidemiológicas da UFPEL. Mestre em Nutrição pela UNIFESP. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho da Univali. *E-mail:* grillo@univali.br.



OS DESAFIOS NO PÓS-MROSC: ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE
CRIMINALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM
FLORIANÓPOLIS/SC

GUEDES, Victória Cabral²⁸²
WÖHLKE, Roberto²⁸³

RESUMO

O Marco Regulatório da Sociedade Civil – MROSC (lei nº 13.019/2014), fruto da articulação de diversos setores da sociedade, foi um importante instrumento jurídico para as entidades privadas sem fins lucrativos, antes chamadas de ONGs, que realizam projetos em parceria com a Administração Pública na promoção de interesses coletivos na assistência social, educação, saúde, meio ambiente etc. Essa normativa representou um grande avanço no reconhecimento do trabalho realizado pelas organizações ao estipular novos termos, procedimentos, prazos e requisitos próprios para a celebração dos contratos firmados. Contudo, mesmo com esse avanço, é preciso compreender que a criação de um ambiente democrático mais participativo para a sociedade civil não se encerrou na disposição legal, se fazendo necessário entender os novos processos que se interpõem às OSCs na atualidade. Sabendo disso, a “Agenda MROSC”, trazida pela Plataforma pelo Novo Marco Regulatório, no período da criação da lei, coloca-se como um conjunto de compromissos que não só direcionam as práticas necessárias para o fortalecimento das OSCs após a legislação, mas também requerem o diagnóstico e análise das emergências do nosso tempo. Problema de Pesquisa: analisar quais são os problemas junto à “Agenda MROSC, a partir da atual situação das OSCs em Florianópolis diante do cenário desenhado no pós-MROSC. Objetivos do estudo: Buscou-se entender como as organizações estão na dimensão social e jurídica depois da lei e quais os seus principais desafios nesta nova fase. Metodologia: A pesquisa foi desenvolvida através da revisão bibliográfica e documental, contando com o recorte de três estudos de caso colhidos por meio de entrevistas com perguntas fechadas e abertas feitas aos dirigentes das OSCs em Florianópolis/SC. Resultados: Os principais resultados obtidos apontam para dois processos em curso: 1) A intensificação da criminalização dos coletivos e movimentos advindos da sociedade civil; e 2) A

²⁸² Graduanda em Direito (UNIVALI) – E-mail: vguedes@edu.univali.br

²⁸³ Mestre em Sociologia Política (UFSC) – E-mail: wohlke@univali.br



criminalização das OSCs pela via burocrática. O primeiro ponto refere-se a aversão/repulsa aos movimentos sociais no Brasil intensificado em razão do crescimento de políticas e discursos que criminalizam as ações desses coletivos. Igualmente, o aprofundamento da racionalidade neoliberal nos últimos anos contribuiu no desmantelamento das Políticas Públicas pensadas junto as entidades, reduzindo severamente o espaço de participação social no seu ciclo. O segundo ponto, como reflexo desse ambiente negativo, trata da criminalização burocrática, preconceito institucional manifestado na forma de diversos procedimentos que minam a capacidade de atuação das OSCs. O fenômeno pode ser identificado na prática através de alguns indícios: exigências excessivas nos editais de financiamento; cobranças desnecessárias na prestação de contas; mau atendimento dos órgãos públicos; ou até falas discriminatórias de funcionários e gestores em relação às entidades. Esse segundo tipo de criminalização fragiliza as OSCS, agindo diretamente na sua capacidade de sobrevivência diante do cenário apresentado.

Palavras-chave: Direito Administrativo; Direito do Terceiro Setor; Organizações da Sociedade Civil; Movimentos Sociais; Participação.



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PROJETO SAÚDE NA ESCOLA: #D.R. DISCUTINDO A RELAÇÃO NA ESCOLA DO PÓS PANDEMIA

PERBONI, Natália Mueller Jenichen²⁸⁴

VALCARENGHI, Daniela²⁸⁵

BUENO, Ednéia Casagrande²⁸⁶

RESUMO

Os últimos anos levaram a escola a se adaptar frente à emergência do coronavírus (SARS-CoV-2), causador da síndrome respiratória aguda grave (covid-19). A Organização Mundial da Saúde (OMS) orientou os governantes sobre uma série de medidas para conter a disseminação do vírus, dentre elas o isolamento social, que teve impactos significativos na educação e na sociedade, de forma geral. Estima-se que 77% das crianças e adolescentes do mundo (1,8 bilhão) viviam em países que adotaram políticas de isolamento social e, destas, mais de 72% (1,3 bilhão) foram afastadas do ambiente escolar (MORAIS; MIRANDA, 2021). No Brasil, a pandemia e o isolamento social levaram à substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais e à articulação e elaboração do Plano de Contingência Escolar, com a suspensão das aulas presenciais estabelecimento de orientações para prevenção, controle e mitigação da transmissão da covid-19, além da promoção da saúde física e mental. Os efeitos do isolamento social e a impossibilidade de estar na escola acarreta problemas de aprendizagem de conteúdos específicos, também incide na saúde integral do sujeito (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021). Contudo, essas não são temáticas que surgiram apenas com a pandemia, afinal, o Brasil tem passado por reestruturações, novos ideais e movimentos desde a década de 1990, produzindo políticas públicas importantes e de referência. Nesse sentido destacam-se a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, a escrita do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação em 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, entre outras políticas públicas de Educação e Saúde. Uma delas é o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população, a partir do aprofundamento dos objetivos do SUS e de diretrizes estratégicas, avançando na construção e consolidação de um sistema de saúde universal, equânime e integral. Essa possibilidade de atuar na implementação de ações de Educação em Saúde (BRASIL, 2007) abre espaço para a inserção da extensão universitária, que é um processo contínuo de troca de saberes entre a Universidade e a comunidade, por meio do desenvolvimento de ações que contribuem na formação profissional, ética e cidadã dos discentes com reflexo na qualidade de vida da comunidade. Nesse contexto, o Projeto de Extensão #D.R. Discutindo a Relação, atua com os temas preconizados pelo Projeto Saúde na Escola, contribuindo também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Objetivos 3, 4, 5, 8 e 16). O #D.R. é voltado para adolescentes e jovens matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em Escolas da Educação Básica da rede municipal de Itajaí, com uma proposta interdisciplinar que envolve os cursos de Psicologia, Farmácia e Biomedicina, vinculados à Escola de Ciências da

²⁸⁴ Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* nataliaperboni@univali.br.

²⁸⁵ Farmacêutica-Bioquímica. Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Univali. *E-mail:* danivalca@univali.br.

²⁸⁶ Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutora pelo Centers for Diseases Control and Prevention (USA). *E-mail:* ecbueno@univali.br.



Saúde da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). O #D.R. tem como objetivo desenvolver ações para a promoção da saúde e para fortalecer o desenvolvimento integral e o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento do adolescente e do jovem, envolvendo também a comunidade escolar. Problema de pesquisa: A pandemia e o isolamento social, somados à impossibilidade de estar na escola, acarretam problemas que refletem na saúde integral do sujeito? Objetivo do estudo: Desenvolver ações para a promoção da saúde e o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento integral do adolescente no retorno à presencialidade, visando também a mitigar efeitos negativos surgidos ou agravados durante a pandemia. Metodologia: Após reconhecer a área geográfica a ser trabalhada, a escola, a comunidade e os determinantes sociais e de saúde envolvidos, os extensionistas se reuniram semanalmente para discutir e elaborar os planejamentos das oficinas, assim como para aplicá-las em sala de aula e, posteriormente, discutir a avaliação após a realização de cada oficina. O retorno à presencialidade permitiu a realização de oficinas mensais no primeiro semestre de 2022 com todos os estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da Escola Básica José Potter. As temáticas abordadas nas oficinas foram: autocuidado e autoconhecimento, comunicação não violenta, identidade, gênero e desigualdade de gênero, sendo considerada a diferenciação dos conteúdos das oficinas em atendimento às características e à faixa etária das turmas atendidas. As oficinas foram alicerçadas em Metodologias Ativas, segundo Paulo Freire, produzindo o saber a partir daquilo que faz sentido na realidade em que o sujeito está inserido (FREIRE, 2005) e por meio de Metodologias Participativas que consideram os estudantes como protagonistas de seu aprendizado e permitem visualizar, vivenciar e se aproximar de um discurso que não limite as ações do outro e possibilite a escuta respeitosa e a participação dos envolvidos de forma autêntica (SILVA, 2002). Dessa forma, a estrutura das oficinas realizadas pelo #D.R. foi composta por dinâmica de aquecimento, desenvolvimento da temática de forma lúdica e participativa, avaliação de aprendizagem e de satisfação do aluno e avaliação do professor. As duas últimas etapas viabilizaram a construção do relatório de cada turma atendida e permitiram um feedback processual para a melhoria constante das ações do Projeto. Resultados: As ações do #D.R. atingiram diretamente 320 alunos, em 8 turmas de 40 alunos, e foram acompanhadas por um professor da escola e a coordenadora pedagógica. O projeto foi apresentado na reunião de pais e professores, para aproximadamente 200 pais, além dos professores, a coordenadora pedagógica e outras pessoas da gerência. O desenvolvimento das oficinas permitiu identificar junto aos estudantes que a pandemia e o isolamento social trouxeram nos jovens uma necessidade muito grande de falar, de serem ouvidos e poderem fortalecer vínculos e relações. Desde a primeira oficina os estudantes têm sinalizado o desejo de falar, levantando a mão e participando ativamente, inclusive manifestando interesse por outros tópicos, como o relacionamento com os pais. Dessa forma, tem sido criados espaços para que eles se manifestem durante as oficinas, os conteúdos são trabalhados utilizando a linguagem deles e com temas que auxiliem no desenvolvimento integral desses adolescentes, atendendo a esta demanda emergente no retorno à presencialidade. Tal demanda e a possibilidade de atuar sobre ela evidenciam a importância de políticas públicas que subsidiem a Escola e a Saúde no tratamento de questões para além da sua tão sobrecarregada rotina. Nesse contexto, o #D.R. tem definido junto à escola os temas das ações a serem trabalhados na presencialidade, como puberdade e adolescência, sexo e sexualidade, aparelho reprodutor, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis.

Palavras-chave: Escola no Pós-Pandemia; Extensão Universitária; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas; Programa Saúde na Escola.



A REORGANIZAÇÃO DO ACESSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC)

SILVA, Rosana Mara²⁸⁷
MAEYAMA, Marcos Aurélio²⁸⁸

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto o processo de implantação da reorganização do acesso na Atenção Primária à Saúde (APS) no município de Jaraguá do Sul (SC). A Secretaria Municipal de Saúde possuía os seus agendamentos de consulta na Atenção Primária à Saúde sendo realizado pelas próprias Unidades Básicas de Saúde até o ano de 2016, apresentando uma grande demanda de reclamações registradas na Ouvidoria SUS do município. Diante dessa situação, determinou-se o processo de regulação das consultas da Atenção Primária à Saúde, iniciando em 1º de janeiro de 2017 se estendendo até 31 de outubro de 2018. Essa regulação era realizada pelo Sistema de Regulação ordenado pela CENTRUS (Central de Regulação Municipal), na qual a Unidade Básica de Saúde tinha apenas a necessidade de agendar a consulta solicitada pelo usuário, encaminhando para essa Central, que direcionava para a lista de espera e os agendamentos, a partir dos critérios de prioridades estabelecidos, como pacientes idosos, oncológicos e gestantes. O ano de 2018 iniciou com a análise situacional, elencando problemas e potencialidades. Foi identificado como problema inicial que não havia a prioridade para os pacientes portadores de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica e não havia o processo de acolhimento à demanda espontânea aos usuários, o que acarretou, ao final do primeiro semestre de 2018, uma fila de espera para a primeira consulta nas Unidades Básicas de Saúde de 12.765 pacientes, já no formato de regulação centralizada. Foram apontados como pontos críticos, a partir da análise situacional: o manejo da fila de primeira consulta; o processo de acolhimento e demanda espontânea; indicadores de Acesso e Qualidade da Atenção Primária à Saúde; e pacientes com doenças crônicas não transmissíveis, desassistidos na linha de cuidado, e aguardando em fila de espera para a manutenção e prescrição de medicamentos. Problema de pesquisa: Diante desse contexto, como ocorria o acesso à Atenção Primária à Saúde no município de Jaraguá do Sul (SC)? Objetivo do estudo: Reorganizar acesso da Atenção Primária à Saúde no município de Jaraguá do Sul (SC). Metodologia: A presente pesquisa define-se como descritiva e qualitativa, do tipo pesquisa-ação. A pesquisa seguiu as seguintes etapas metodológicas, para o planejamento e implantação da reorganização do acesso, quais sejam: a) Realização da análise situacional, através dos dados levantados sobre a questão do Acesso à Atenção Primária à Saúde no município, processos na Ouvidoria sobre reclamações do tempo de espera na Atenção Primária à Saúde; b) Articulação com o Conselho Regional de Enfermagem (COREN-SC) para utilização dos protocolos de enfermagem; c) Criação da Comissão sobre os protocolos de enfermagem; d) Capacitação da Rede Municipal de Saúde sobre Acesso Avançado e uso de protocolos de enfermagem; e) Divulgação nas mídias sociais; f) Apresentação e discussão no Conselho Municipal de Saúde sobre as propostas de reorganização do acesso na Atenção Primária à Saúde; g) Início da implantação-piloto das consultas de enfermagem e com adoção progressiva de acesso

²⁸⁷ Doutoranda em Saúde Coletiva (UFSC). Mestre em Gestão de Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da Univali. *E-mail:* rosanamara.fisio@gmail.com.

²⁸⁸ Doutor em Saúde Coletiva (UFSC). *E-mail:* maeyama.marcos@gmail.com.



avançado nas UBS do município; h) Realização de mutirões de consulta na Atenção Primária à Saúde; i) Implantação das consultas de enfermagem em todas as UBS do município. Resultados: A mudança do fluxo de acesso, efetivamente se iniciou no dia 1º de novembro de 2018. Na ocasião, a fila de espera para consulta na Atenção Básica de Jaraguá do Sul era de 15.510 solicitações, sendo 12.765 para primeira consulta e 2.745 para consultas de retorno. A mudança de fluxo previu uma nova organização a partir da proposta de acesso avançado, em todas as Unidades Básicas de Saúde do município, sendo inicialmente destinados para os meses de novembro e dezembro, um quantitativo de 50% das consultas para a demanda espontânea e 50% para a demanda programada. Após o período adaptativo, no mês de janeiro, a distribuição avançou para 70% para demanda espontânea e 30% para demanda programada. Além da mudança de fluxo de acesso, no mesmo período (novembro de 2018) iniciou-se a oferta de consultas de enfermagem em dez UBS, em situações previstas nos protocolos validados. A partir do mês de janeiro de 2019, a oferta das consultas de enfermagem se estendeu para todas as UBS do município. Ainda como estratégia para impulsionar o acesso e cumprir o objetivo de zerar a fila de espera para consulta na APS, mensalmente, excetuando-se o mês de janeiro de 2019, foram realizados mutirões de consultas na APS, que somaram no conjunto de Unidades Básicas de Saúde, no período entre novembro de 2018 a abril de 2019, 4125 consultas médicas adicionais realizadas. Esse conjunto de estratégias já repercutiu de maneira positiva no final do primeiro mês de implantação da mudança de acesso. Considerando apenas a primeira consulta, a quantidade de solicitações pendentes teve queda de 25,28%. Porém, houve um acréscimo na fila de solicitações de consulta de retorno, na ordem de 32,16%. Esse aumento pode ser explicado pelo fato de que a ampliação do acesso para primeira consulta, gerou diversos pedidos de consultas de retorno. Fato é que a fila de espera, incluindo solicitações para primeira consulta e retornos, teve queda de 15,11%, considerando os números totais absolutos. A partir do segundo mês de implantação, o monitoramento da fila de espera demonstrou uma estabilização no padrão de diminuição das solicitações de consultas pendentes, sendo observada uma queda menos acentuada para as consultas de retorno, e mais intensa para primeira consulta, inclusive zerando a fila de espera para essa modalidade, após seis meses de implantação do novo fluxo. A importância da oferta das consultas de enfermagem, também pode ser observada quando comparamos dois intervalos, pré e pós-implantação. Considerando os três últimos meses anteriores à implantação (agosto, setembro e outubro de 2018) foram realizadas na APS de Jaraguá do Sul, 21.851 consultas de enfermagem. Para efeito de comparação, foi considerado como intervalo pós-implantação, os três últimos meses do estudo (fevereiro, março e abril de 2019), pois reflete o período em que todas as UBS do município passaram a adotar os novos protocolos. Com isso, o enfermeiro passou a ter a habilitação para realização de 33 novos procedimentos, 70 novas possibilidades de prescrição de medicamentos e 36 exames complementares podendo ser solicitados, o que culminou em 30.159 consultas de enfermagem realizadas no segundo intervalo, com acréscimo de 27,54% na oferta total, comparado ao período pré-implantação. Quanto à legitimidade do processo de mudança do acesso, um dos instrumentos utilizados para avaliação da Secretaria Municipal de Saúde foram os dados da Ouvidoria. Analisando um período de seis meses anterior à implantação do novo fluxo de acesso, comparado com os seis primeiros meses iniciais de implantação, observou-se uma sensível diminuição no número de reclamações relacionadas à Atenção Primária à Saúde, com queda de 24,78%, o que indica uma diminuição quanto à insatisfação ao serviço. Porém, em números absolutos, ainda persistiu quantidade considerável de reclamações. Corroborando com os dados da Ouvidoria, a Comissão Permanente de Implementação, Monitoramento, Avaliação dos Protocolos de Enfermagem realizou, no mês de fevereiro de 2019, pesquisa de satisfação com parte da população que utilizou as consultas de enfermagem. Ainda que o número



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

amostral tenha sido pequeno (92 entrevistas), os resultados demonstram aprovação pela nova política de acesso da APS e inserção do enfermeiro na assistência.

Palavras-chave: Acesso aos Serviços de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Sistema Único de Saúde; Continuidade da Assistência ao Paciente; Consulta de Enfermagem.



EIXO DE SAÚDE DA FAMÍLIA (SF): A INTERAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SILVA, Rosana Mara²⁸⁹
SOUZA JÚNIOR, Antonio de²⁹⁰
FURLANI, Pericles Amadeu²⁹¹
VALLE, Juliana Barros do²⁹²

RESUMO

O Curso de Medicina da Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul foi instituído em 2018 e é mantido em cogestão com a Secretaria Municipal da Saúde, oriundo do Programa Mais Médicos, instituído pela Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013, e tendo o Termo de Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino Saúde (COAPES), o que permite a interação dos acadêmicos no Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito local. Dentro do desenvolvimento da formação médica, a Saúde da Família constitui-se como Eixo e se desenvolve do primeiro e finaliza no internato, promovendo o ensino de Saúde Coletiva durante toda a extensão do Curso, de forma teórica e prática. O Eixo aborda toda a constituição do SUS, legislação, Prevenção e Promoção à Saúde e Educação em Saúde, o papel do médico de Saúde da Família e sua abordagem na Estratégia em Saúde da Família (ESF). Problema de pesquisa: Como ocorria o acesso do acadêmico de Medicina à prática em Saúde da Família junto à Atenção Primária à Saúde no município de Jaraguá do Sul (SC)? Objetivo do estudo: Relatar a interação no processo de ensino-aprendizagem da Saúde Coletiva no Curso de Medicina, através do Eixo da Saúde da Família, junto ao Sistema de Saúde local, promovendo a imersão do aluno no Sistema Único de Saúde. Metodologia: A presente pesquisa define-se como descritiva e qualitativa, do tipo pesquisa-ação, constituindo um relato de experiência. Resultados: A atuação no sistema local de Saúde promoveu a interação nos atendimentos à população desde 2018. Foram realizados projetos de Educação em Saúde (18 projetos), atuação no atendimento médico na ESF, atendimento no Telemonitoramento covid (6185 atendimentos), Projetos de Pesquisa e Extensão (12 projetos). A percepção do acadêmico acerca do SUS se torna ampla, através da vivência ao longo do curso, permitindo compreender a estrutura e o papel do médico dentro da Saúde Coletiva. A formação médica necessita da interação teórico-prática, ao se analisar a construção do Curso de Medicina da Faculdade Estácio, uma vez que este se fundamenta em ter um Eixo que trabalha o ensino de Saúde Coletiva direcionado para a Saúde da Família, permite a vivência do acadêmico em todos os aspectos sobre o SUS. O relato dos estudantes é de que o Eixo permitiu a ampliação da sua construção enquanto médico, vivenciando questões pertinentes envolvendo o ensino, pesquisa e extensão, colaborando para o seu papel social e técnico. A integração da Faculdade no contexto do Serviço de Saúde local, através da parceria estabelecida, amplia o cuidado à população. O caráter inovador da experiência

²⁸⁹ Doutoranda em Saúde Coletiva (UFSC). Mestre em Gestão de Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da Univali. *E-mail:* rosanamara.fisio@gmail.com.

²⁹⁰ Mestre. Diretor da Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul. *E-mail:* junior.antonio@estacio.br

²⁹¹ Especialista em Antropologia pela Faculdade Futura, Brasil (2020). Docente em Medicina na Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul. *E-mail:* furlani.pericles@gmail.com.

²⁹² Mestre em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville (2015). Coordenadora de curso da Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul, médica do corpo clínico do Hospital São José e médica plantonista do Hospital e Maternidade Jaraguá. *E-mail:* valle.juliana@estacio.br.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

está na ação de apoio e continuidade propiciada pela Faculdade Estácio, alicerçada ao COAPES, junto à Secretaria Municipal de Saúde. Para os acadêmicos, o aprendizado é intenso e permeia o contexto social, ampliando o escopo pedagógico da sua formação como médico.

Palavras-chave: Educação Médica; Saúde da Família; Sistema Único de Saúde.



**PERCEPÇÕES DE ESPECIALISTAS EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA
BUCO-MAXILO FACIAL SOBRE SINGULARIDADES DA REALIDADE
PROFISSIONAL EMPÍRICA**

CRUZ, Tirza de Oliveira²⁹³

LIMA, Rita de Cássia Gabrielli Souza²⁹⁴

RESUMO

A escolha pelo ingresso em um determinado curso de graduação de ensino superior transita por um amplo espectro de possibilidades, cuja diversidade é mediada pela cultura, por valores presentes no momento histórico em que o(a) jovem vive e pela sua história de vida e o que, decorrente dela, ele(a) considera importante. No caso da escolha pela graduação em Odontologia, objeto pouco explorado pela pesquisa qualitativa, tantas podem ser as aproximações explicativas. É possível que a aspiração se dê por afinidades com a área da saúde; com a área biológica; que tenha influência de familiares e amigos; que seja decorrente da admiração pela área e pela compensação financeira por ela oportunizada; que a motivação seja decorrente da própria concepção do trabalho odontológico; do prazer de cuidar de pessoas, de acolher o sofrimento; ou, ainda, que seja resultante de uma aspiração anterior não materializada, por exemplo, a de fazer medicina. É possível, ainda, que a motivação e a expectativa para exercer a Odontologia estejam relacionadas com a possibilidade de atuar como profissional autônomo; ou que sejam frutos da vontade de atuar pelo Brasil e com o Brasil, com responsabilidade social, no enfrentamento do débito histórico de necessidades acumuladas pela ausência de política pública específica da Proclamação da República até 2004 e no enfrentamento de desigualdades distributivas de cuidados orais. Em âmbito da motivação para se especializar em uma determinada área específica da Odontologia, pesquisas revelam expressivo interesse pela especialização antes mesmo do início da formação acadêmica, a vontade de começar uma especialização tão logo conquiste o diploma de cirurgião-dentista e a forte influência do estímulo facultado pela expansão do consumo de bens e serviços especializados decorrente da modernidade capitalista, em que tomou assento a reestruturação produtiva. Uma das especialidades da Odontologia é a Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial. Problema de pesquisa: Quais são as motivações e as veredas percorridas no processo de escolha de cirurgiões-dentistas que se especializaram em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial? Objetivo do estudo: Identificar e analisar as motivações e veredas do processo de escolha pela Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial e da atuação profissional de cirurgiões-dentistas especialistas na área, atuantes em Florianópolis, Santa Catarina. Metodologia: É um estudo social, de natureza qualitativa e de característica exploratório-descritiva, desenvolvido pela técnica snowball (bola de neve) que utiliza a própria rede de amigos dos membros existentes na amostra. A primeira medida tomada para o desenvolvimento do estudo foi identificar, junto ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, o rol de especialistas em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial, atuantes em Florianópolis, Santa Catarina. A amostra foi fechada com cinco participantes, considerando este número suficiente. O instrumento de coleta foi do tipo entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro de questões que permitiram a flexibilidade

²⁹³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* tiirzacruz@gmail.com.

²⁹⁴ Doutora em Saúde Coletiva (UFSC) e Mestre em Saúde Pública (UFSC). *E-mail:* rita.lima@univali.br.



do diálogo, divididas em dois campos. O primeiro relaciona-se ao gênero, idade e tempo de atuação na área de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial. No segundo, buscou-se conhecer a motivação de especialistas para a escolha da área; identificar os caminhos percorridos no processo de escolha e na atuação profissional vigente; e as fragilidades e potencialidades para o exercício da Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial no Brasil. O anonimato foi garantido por meio da utilização das letras IC, dispostas de IC.1 a IC.5. Uma vez transcritas, procedeu-se à operação classificatória dos dados. Os dados foram classificados através de um ajustamento do método tradicional de análise de conteúdo do tipo temática, de origem estadunidense, uma vez que o delineamento metodológico havia previsto utilizar o método concebido para o Brasil, cunhado por Maria Cecília de Souza Minayo e defendido por vários pesquisadores brasileiros. Deste modo, não se trabalhou com a contagem de frequência de unidades de registro, mas com a presença de unidade com significado expressivo para a identificação de motivações, veredas do processo de escolha e atuação em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial, bem como fragilidades e potencialidades da área. As categorias empíricas deflagradas foram: “Motivação” e “Das veredas percorridas à atuação na especialidade”. Principais resultados: Quanto às motivações, apreendeu-se que as escolhas se deram devido à(ao): caráter versátil da área, o qual lhe confere uma natureza integrativa e não apenas reparadora; cultura experimentada e produzida desde a tenra idade; identificação; e preferência. Sobre as influências nos caminhos percorridos no processo de escolha e na atuação profissional identificou-se: bom relacionamento com professores concomitante a um bom embasamento teórico em cirurgia; participação em monitoria; atividade extracurricular (estágio); presença de satisfação pessoal em interlocução com um horizonte contínuo por satisfação; e mercado de trabalho. Depoimentos permitiram inferir que a criação do Centro de Especialidades Odontológicas do Sistema Único de Saúde abriu novas oportunidades para a área. Um participante apresentou uma estratégia de impulso ao trabalho em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial no Sistema Único de Saúde, como uma possibilidade qualificada por ele como “revolucionária”, a partir do ingresso de recém-formados no serviço público como início de carreira. Cabe mencionar que o limite desse estudo reside no fato de ter sido desenvolvido em um único microcontexto de um estado que possui 295 municípios. Novos estudos qualitativos de abordagem bioética são necessários e oportunos, sobretudo, a respeito da distribuição de cirurgias buco-maxilo facial nas unidades hospitalares de Santa Catarina, de gestão estadual e/ou municipal, e/ou credenciadas ao Sistema Único de Saúde. Afinal, a motivação e os caminhos trilhados no processo de escolha e na atuação profissional da área podem se dar, também, a partir do reconhecimento da realidade: o acesso à Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo facial é uma necessidade e um direito de todos os brasileiros.

Palavras-chave: Especialização; Pesquisa Qualitativa; Recursos Humanos em Odontologia.



POÉTICAS DAS MASCULINIDADES: NOTAS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

CARDOSO, David Tiago²⁹⁵
BEIRAS, Adriano²⁹⁶

RESUMO

No dia 21 de setembro de 2006, talvez poucos saibam, foi celebrado, pela vigésima quinta vez, o Dia Internacional da Paz, declarado pela Organização das Nações Unidas. Naquele dia, nas palavras de Kofi Annan, diplomata ganhês, o importante “[...] não é apenas que as pessoas pensem na paz, mas sim que façam também algo a favor da paz”. Annan destacou o evento como “um dia de cessar-fogo e de não violência em todo o mundo”. Nessa data, a associação mundial “Mulheres pela paz ao redor do mundo”, lançou uma nota afirmando que “la paz no se alcanza con sólo un cese al fuego, sino con la construcción de bienestar y justicia social. ‘Queremos que cada hogar sea una zona de paz. Queremos que cesen todas las formas de violencia’” (MUJERES DE PAZ EN EL MUNDO, 2006). No Brasil, naquele mesmo dia, daquele mesmo ano, entrava em vigor a Lei n. 11.340, quarenta e cinco dias após o presidente da república Luís Inácio da Silva sancioná-la, no dia 7 de agosto. A referida legislação, conhecida nacionalmente por Lei Maria da Penha, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, colocando o Estado como principal ator na construção de políticas públicas que garantam a materialidade legal nos artigos transcritos nela. Parecia que, tanto no Brasil, quanto no mundo, o *Zeitgeist* da não-violência havia despertado, e as pessoas passaram a fazer algo pela paz, promovendo ações de bem-estar e justiça social que visavam a cessar todas as formas de violência, sendo que, no contexto brasileiro, os principais sujeitos eram mulheres. Ainda na esteira histórica, em 2004 é instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que daria os contornos e os fundamentos para um sistema nacional de proteção social não-contributiva, ofertada por meio da matricialidade sociofamiliar. Contudo, como destaca Félix Guattari (1987, p. 12), “Militar é agir. Pouco importam as palavras, o que interessa são os atos”. O que busco com tal afirmação é questionar esse espírito do tempo, o *Zeitgeist*, livre de uma historicidade construída por meio das relações sociais. A Lei n. 11.340/2006 não é um acontecimento descolado de importantes lutas sociais e deve ser entendida como resultado de atos políticos, consequência de reivindicações de vidas por meio da resistência e, portanto, por políticas de existência e de reconhecimento. Outro ato é a produção acadêmica sobre a referida lei, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a publicação de teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos que tenham como foco a Lei Maria da Penha tem crescido desde a implantação da lei. Nas teses, por exemplo, em 2008 havia uma única defesa, enquanto em 2017 o número chegou ao total de onze (STUKER; PERRONE; MEDEIROS, 2020). Como fenômeno social, como afirma Carmen Hein de Campos (2017), a Lei Maria da Penha possui um grande diferencial em seu processo de produção e proposição por ter como protagonista os movimentos feministas e de mulheres. O giro paradigmático (CAMPOS, 2017), por meio das lutas, promoveu algumas inovações jurídicas na Lei Maria da Penha. A primeira delas é a categorização das formas de violência

²⁹⁵ Doutorando em Psicologia na Univali do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* cardosodt@univali.br.

²⁹⁶ Doutor em Psicologia. Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* adrianobe@gmail.com.



que uma mulher pode sofrer no contexto doméstico, presentes no artigo 7º, a saber: física; psicológica; sexual; patrimonial; moral. Tais violências podem acontecer no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou, ainda, em qualquer relação afetiva independente de coabitação com a pessoa que cometeu a ação violenta. Outra inovação foi estabelecer a necessidade de medidas de prevenção, ao qual destaco para os fins desta pesquisa, o inciso VIII do artigo 8º que diz ser uma das diretrizes: “a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia” (BRASIL, 2006). Por fim, um destaque para uma inovação trazida em 2020, por meio da Lei n. 13.984, como “medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor”, nos incisos VI e VII, do artigo 22, da seção II encontrados no capítulo II, que versam respectivamente: comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio (BRASIL, 2006). É neste cenário de políticas públicas de atendimento e acompanhamento que dão abertura ao problema de pesquisa: como as narrativas sobre masculinidades dos homens participantes de grupos reflexivos de gênero se constroem como recursos para reflexões e transformações de discursos em direção a relações de gênero não violentas? O objetivo do estudo é, portanto: compreender se e como as narrativas sobre masculinidades dos homens participantes de grupos reflexivos de gênero se constroem como recursos para reflexões e transformações de discursos em direção a relações de gênero não violentas. Sustentado na versão do Construcionismo Social Responsivo-relacional proposta inicialmente por John Shotter, compreendo que há múltiplos discursos propondo certos regimes de verdade para construir os conceitos importantes para a pesquisa: Masculinidades, Conflito e Violência. Faz parte deste trabalho a proposta de que as éticas relacionais produzem conflitos que rompem com o antagonismo ao propor conflitos agonísticos, estes últimos propostos por Chantal Mouffe, que dão campo a uma democracia radical e, portanto, radicaliza a Masculinidade Hegemônica em direção a masculinidades múltiplas. As ressonâncias desses conflitos em grupos de homens autores de violência foram visualizadas nos momentos marcantes que aconteceram na produção narrativa dos participantes destes grupos. Para tal, a metodologia escolhida foi o da Poética Social, propondo que a realidade se constrói nas relações dialógicas, em que as reações tornam possíveis nossos relacionamentos, com foco nos momentos marcantes que exploraram nossas respostas e reações “pré-teóricas” e “pré-intelectuais”. Para tal, foi utilizada a metodologia de grupos reflexivos de gênero, proposto pelo Instituto Noos (BEIRAS; BRONZ, 2016) que possui fundamentos no Construcionismo Social e nas Teorias Feministas de Gênero. Fizeram parte da equipe de pesquisa um psicólogo e uma assistente social como facilitadores; uma estagiária e um estagiário de Psicologia como equipe reflexiva. Participaram, ao todo, 12 homens, divididos em dois grupos. O primeiro grupo contou com cinco homens e teve dez encontros; o segundo grupo foi constituído com sete homens e teve, ao todo, oito encontros. Cada encontro teve, em média, uma hora e meia de duração. Os temas trabalhados foram: homens e masculinidades; relações de cuidado; Lei Maria da Penha; cuidado com os filhos; cuidado versus violência. Como resultados iniciais, haja vista que as análises estão em andamento, demonstram que a Assistência Social precisa se constituir como uma política de atendimento e acompanhamento das demandas dos homens. Outro resultado é a necessidade de demonstrar as contradições em que os homens são construídos para que possam desconstruir suas masculinidades e relações mediadas pela violência. Um ponto a ser ressaltado é a necessidade de romper de vez com a masculinidade hegemônica, que tem produzido homens distantes de lugares antes exclusivos dos homens. Por exemplo, um dos homens trouxe que em todo o percurso do processo foi atendido por mulheres. Ou seja, dando a impressão de que o feminismo tem tirado o lugar dos homens em prol das mulheres e isso tem gerado a narrativa: nós contra elas. Por fim, mais do que um



lugar de fala, o grupo precisa produzir, nos homens, lugares de escuta de suas contradições e violências. Sentir no corpo o incômodo em produzir o apagamento do outro. É necessário que os homens reconheçam os outros como sujeitos possíveis e esta possibilidade se dá pela participação de grupos reflexivos.

Palavras-chave: Masculinidades; Poética Social; Assistência Social; Grupos Reflexivos de Gênero.



POLÍTICAS PÚBLICAS E MORTALIDADE INFANTIL

FOSSARI, Marcio Accioly Sippel²⁹⁷

RESUMO

A morte infantil é um grande desafio na elaboração e execução das políticas públicas necessárias para redução das taxas de mortalidade, principalmente em crianças abaixo de um ano de vida e menores de cinco anos de idade. Ainda que sejamos um país integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), ainda que sejamos signatários do compromisso das Metas do Desenvolvimento do Milênio, não há delineamento de uma política integral de cuidado infantil que tenha maior impacto na redução da morte infantil. É necessário um plano de cuidado integral, além da assistência à saúde e atendimentos clínicos. O seguimento do período neonatal deve ser integrado. Apesar da redução na mortalidade infantil no Brasil nas últimas duas décadas, há condições instaladas de assistência global, política nacional de estratégia da saúde e atendimento pediátrico suficiente para que tenhamos redução de mortes para números próximos de países como: Chile, Canadá e Japão. Esses países apresentam taxas de morte até um ano de idade abaixo de 10/1000 nascidos vivos. Necessitamos uma integração na atenção pré-natal, período neonatal e pós-neonatal tardio. A morte neonatal corresponde a 2/3 do total. A política nacional de assistência pré-natal, neonatal e infantil deve ter continuidade nos processos de atenção integrada de saúde, deve haver uma linha contínua no cuidado.

Palavras-chave: Mortalidade Infantil; Políticas Públicas; Sociedade.

²⁹⁷ Mestre em Medicina, pela PUC/RS. Mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas (Univali). Docente do curso de Medicina da Univali. *E-mail:* prof.marcio.fossari@univali.br.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: A OFERTA DO PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS COMO COPARTÍCIPE NO DESEMPENHO ESCOLAR DA CRIANÇA

GASPERI, Maria Eduarda²⁹⁸

DITTRICH, Maria Glória²⁹⁹

RITA, Madson Ney³⁰⁰

GONÇALVES, Vanessa Regina³⁰¹

RESUMO

O presente estudo está sendo desenvolvido em parceria com o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), para a linha de pesquisa “Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas”, juntamente com a Universidade do Sul de Santa Catarina. A pesquisa se dá ao acompanhamento e articulação do Programa Saúde na Escola pactuado pelo Município, e seus benefícios, que permeiam o desenvolvimento escolar da criança, devidamente matriculada na Rede Municipal de Ensino de Itajaí. É de suma importância enfatizar as relações entre o sistema de saúde e o sistema escolar que visam ao melhor desenvolvimento da criança, percebendo as necessidades e as correlações com sua assiduidade e rendimento escolar dentro da unidade de ensino. Também é relevante buscar os fatores associados à reincidência de atendimentos e tratamentos de saúde nas unidades básicas, corroborando para dificuldades na formação do período de ensino/aprendizagem. Ao que se referem às Políticas Públicas de Educação, dentre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, é dever ensinar o cuidado com “O eu, o outro e o nós”, campo de experiência contemplado na Base Nacional Comum Curricular, autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência que as crianças devem desenvolver. Na prática, trata-se da compreensão do meio ao qual elas estão inseridas, importância da higiene, ambiente limpo, arejado, boa alimentação e cuidados alimentares. Todos estes fatores estão unidos à rotina dos estudantes nas unidades escolares e estão ligados diretamente à saúde da criança e no seu desempenho escolar. As Políticas Públicas de Saúde do Município de Itajaí trazem referência à integração e articulação permanente entre saúde e escola, proporcionando melhoria na qualidade de vida das crianças e, conseqüentemente, da população como um todo. O Ministério da Educação relata que o objetivo do programa é contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Ainda, contribui que a instituição escola é a área institucional privilegiada desse encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral. Portanto, visamos a compreender, ao decorrer da pesquisa, a aplicação desse programa no município de Itajaí e

²⁹⁸ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gasperimestrado@gmail.com.

²⁹⁹ Filósofa, Mestre em Educação, Doutora em Teologia, Professora Pesquisadora na Univali. *gloria.dittrich@univali.br.*

³⁰⁰ Graduando em Biomedicina na Unisul. *E-mail:* madsonnr@hotmail.com.

³⁰¹ Doutora em Genética e Biologia Molecular, Professora da Unisul. *E-mail:* vanessa.goncalves@animaeducacao.com.br.



seus benefícios para a comunidade escolar, a fim de gerar uma parceria entre saúde e escola, melhorando a comunicação, percepção e gerando conhecimento para a equipe escolar em comunhão com a equipe de saúde. Problema de pesquisa: Como ocorre a oferta e o funcionamento do “Programa Saúde nas Escolas” como copartícipe no desempenho da criança? Objetivo do estudo: Compreender as Políticas Públicas de Saúde e Educação, buscando relacionar o funcionamento do Programa Saúde nas Escolas, para melhoria do desempenho escolar da criança. Metodologia: A pesquisa se caracteriza por qualitativa, buscando responder, através da hermenêutica fenomenológica, os fatores que permeiam o objeto de estudo. Utilizaremos o método de questionário, contendo cinco perguntas abertas relacionadas ao tema, para profissionais que trabalham com o “Programa Saúde nas Escolas”, do posto de saúde que atende a comunidade do Bairro Nossa Senhora das Graças no município de Itajaí. Este mesmo questionário também será aplicado em profissionais do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças, comunidade que atualmente é atendida pelo posto de saúde acima citado, e é contemplado pelo Programa Saúde nas Escolas. Assim, será possível correlacionar os resultados obtidos decorrentes dos dois hemisférios das Políticas Públicas. Resultados: A pesquisa está em andamento, com prazo de conclusão para novembro de 2022. Com as respostas já obtidas através da base teórica deste estudo, compreende-se a importância entre a união de saúde e educação, evidenciando a necessidade de uma cooperação sine qua non para o melhor atendimento da população, em específico, nosso objeto de estudo “a criança”, desse modo, buscou-se relacionar os campos de pesquisa, a fim de obter conhecimento sobre as Políticas Públicas que regem o município e o funcionamento de qualidade entre ambos os assuntos. Para a área da educação, é fundamental essa parceria, tanto para a compreensão dos assuntos que envolvem a saúde da criança, para que possa ser desenvolvido um trabalho de qualidade, quando se sabe o que acontece e qual é o problema que atinge aquele “ser”. E para a área da saúde, percebe-se também, uma necessidade fundamental para que haja bons atendimentos e acompanhamentos, preconizando que sejam cessados os problemas de saúde, auxiliando no desempenho da criança e gerando qualidade no atendimento e na vida da comunidade. O estudo contribui para as áreas de saúde e educação, sendo significativa para profissionais em formação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde; Educação; Programa Saúde nas Escolas.



PESQUISA EM ENFERMAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA O ALCANCE DAS METAS DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TEIXEIRA, Eneida Patrícia³⁰²

RESUMO

A Enfermagem é uma área que vem expandindo significativamente o seu arcabouço teórico-científico, por meio da produção de pesquisa qualificada, fortalecendo, dessa forma, a profissão no Brasil e no mundo. Contudo, é necessário garantir base filosófica que justifique e valide o conhecimento da área para dar apoio às suas proposições e clareza quanto ao campo da disciplina e sua relação com as ciências afins. Na pesquisa, observa-se o fortalecimento dos programas de pós-graduação, dos grupos de pesquisa e a ampliação, ainda que lenta, em qualificar a formação e a produção de conhecimento. Objetivo do estudo: Analisar as estratégias de gestão e educação pós-graduada em Enfermagem e identificar produção científica publicada nas bases de dados e suas contribuições para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa fundamentada em documentos públicos disponibilizados na internet, realizada e organizada em duas fases: pesquisa nas páginas oficiais de PPGs da Enfermagem USP com nota 6 e 7 e do PPG da UFSC e na segunda fase, revisão rápida utilizando as bases de dados. Resultados: As estratégias de educação em enfermagem que podem ser implementadas pelas IES, se constituem em estratégias curriculares e estratégias de pesquisa. Nas três instituições, as principais estratégias identificadas referem-se à valorização da interdisciplinaridade, produção de conhecimentos e práticas que respondam às necessidades sociais e cooperação internacional em pesquisa e inovação. Isto foi identificado nos temas das teses premiadas, principalmente em produção de tecnologias, de produto e de processo, com aplicabilidade local e global. Isso vai ao encontro da demanda cada vez mais presente para a translação do conhecimento que pode ser concretizada adotando-se modos de pesquisar mais contextuais e colaborativos. Conclusão: O conhecimento das informações gerais de saúde a nível local, bem como global, contribuem para o desenvolvimento de pesquisas na área de enfermagem. A produção de pesquisas cujos temas estejam vinculados às metas dos ODS, é uma oportunidade para demonstrar a solidariedade e competência dos programas de pós-graduação, como uma de suas estratégias de gestão da educação em enfermagem. As pesquisas desenvolvidas no contexto da pós-graduação em enfermagem brasileira, dos cursos examinados, refletem o compromisso com o desenvolvimento científico da Enfermagem e, também, sua inserção no contexto científico e tecnológico, nacional e internacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Pesquisa em Enfermagem; Educação de Pós-graduação em Enfermagem.

³⁰² Doutoranda em enfermagem pela UFSC. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho (Univali). Docente do curso de graduação em Enfermagem na Univali. Enfermeira efetiva da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* eneidateixeira@gmail.com.



REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E DO CUIDADO OFERTADO EM DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (SC)

MEDEIROS, Gabriella de Almeida Raschke³⁰³
VICENTINI, Fernando³⁰⁴
PÉREGO, Bruna Lessa³⁰⁵

RESUMO

A Diabetes Mellitus (DM) é uma doença crônica não transmissível (DCNT) com elevada prevalência, o Brasil encontra-se na sexta colocação em incidência de Diabetes Mellitus no mundo, com 15,7 milhões de doentes adultos, esta condição de saúde pode gerar sérias complicações como: retinopatia, nefropatia, neuropatia e úlceras com difícil cicatrização. Devido à pandemia por covid-19, a atenção ao cuidado foi centrada para a rede hospitalar, repercutindo diretamente na Atenção Básica (AB), comprometendo o acompanhamento e o monitoramento a pessoas com Diabetes Mellitus nos territórios. A descoordenação do acompanhamento de pessoas com a doença pode desencadear sérias complicações. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo contribuir para a reorganização do processo de trabalho e cuidado ofertado aos usuários com Diabetes Mellitus em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Camboriú (SC). Tratando-se de uma abordagem qualitativa, desenvolvida através das diretrizes da Pesquisa-Ação Participante, em que os pesquisadores e pesquisados se identificam com uma problemática comum e buscam ações coletivas para transformação da realidade. A reorganização conta com o Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire, composto por três momentos: 1) investigação temática, em que é apresentada a proposta da pesquisa, com detalhamento dos objetivos e metodologia, 2) codificação e descodificação, ocorrendo a contextualização e problematização do objeto investigado e 3) desvelamento crítico que busca transformar o contexto vivido, identificando as fragilidades e potencialidades da equipe por meio da ação-reflexão-ação. Dessa maneira, espera-se que a pesquisa possa contribuir para identificar o processo de trabalho e o cuidado ofertado; compreender as fragilidades e potencialidades da equipe de saúde para retomada do cuidado ofertado aos usuários no atual cenário da pandemia e colaborar com o processo de formação da equipe de saúde na temática da Linha de Cuidado de Atenção à Pessoa com Diabetes Mellitus.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Atenção Primária à Saúde; Covid-19; Fluxo de Trabalho.

³⁰³ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no curso de Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gabriella.medeiros@univali.br.

³⁰⁴ Graduando em Fisioterapia na Univali. *E-mail:* fernandonunesvicentini@gmail.com.

³⁰⁵ Graduanda em Fisioterapia na Univali. *E-mail:* bruninha.perego@gmail.com.



COMPARTILHANDO O CUIDADO EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FISIOTERAPIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

SILVANO, Raíssa Cláudia³⁰⁶

SOARES, Cíntia³⁰⁷

GEREMIAS, Maria Eduarda³⁰⁸

FRAINER, Paola³⁰⁹

SANTOS, Amanda Voigt³¹⁰

DIAS, Alessandra Marinho³¹¹

MEDEIROS, Gabriella de Almeida Raschke³¹²

RESUMO

A proposta de reorientação do modelo de atenção à saúde no Brasil, da atenção biomédica para a vigilância em saúde, considera importantes mudanças na situação demográfica, de mortalidade e morbidade da população brasileira. A pirâmide etária evidencia redução da taxa de fertilidade e o envelhecimento populacional, o perfil epidemiológico aponta para condições crônicas não transmissíveis e uma agenda incompleta na resolução das doenças agudas. Esses desafios, somados às consequências da pandemia da covid-19, se colocam diante do Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento das necessidades de saúde no cenário atual. Nesse sentido, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel central na identificação de riscos, necessidades e demandas de saúde, utilizando e articulando diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de uma clínica capaz de construir vínculos positivos e intervenções efetivas. Para dar conta de tamanha responsabilidade, territorialização e adscrição da clientela, cuidado integral, vínculo e responsabilização e equipe multiprofissional são diretrizes estruturantes para que a APS se efetive enquanto porta de entrada do sistema. Dentre as categorias profissionais que compõem a equipe multi, a atuação do fisioterapeuta tem como finalidade a identificação e o acompanhamento de problemas que requerem atenção contínua, articulando ações de promoção da saúde, preventivas e reabilitadoras, visando à melhoria da qualidade de vida dos usuários. Objetivo do estudo: Tendo em vista a importância da gestão do cuidado para assegurar o princípio da integralidade, o objetivo do presente estudo é relatar a experiência de gestão do cuidado de uma usuária do SUS, no município de Camboriú (SC) realizada pela equipe de Saúde da Família e pelas estagiárias de Fisioterapia. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência discente no Estágio Supervisionado de Fisioterapia na Atenção Primária à Saúde (APS) da oitava fase do Curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), entre os meses de agosto e setembro de 2022 no município de Camboriú (SC). Principais resultados: No dia 29 de agosto de 2022, a Equipe de Saúde da Família (ESF) realizou uma visita domiciliar à usuária R.M.A.P.P, de 54 anos, que se encontra paraplégica, que demandou a necessidade de acompanhamento pelas

³⁰⁶ Estagiária do Curso de Fisioterapia da Univali. *E-mail:* cacaasilvano@gmail.com.

³⁰⁷ Estagiária do Curso de Fisioterapia da Univali. *E-mail:* scintia222@gmail.com

³⁰⁸ Estagiária do Curso de Fisioterapia da Univali. *E-mail:* me268851@gmail.com.

³⁰⁹ Estagiária do Curso de Fisioterapia da Univali. *E-mail:* paolaFrainer@gmail.com.

³¹⁰ Estagiária do Curso de Fisioterapia da Univali. *E-mail:* amandavoigtrossantos@gmail.com.

³¹¹ Fisioterapeuta, Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho. *E-mail:* alexsandradias@univali.br

³¹² Fisioterapeuta, Doutora em Saúde Coletiva. *E-mail:* gabriella.medeiros@univali.br.



estagiárias de Fisioterapia devido às sequelas da Neuromielite Óptica. Trata-se de uma doença rara, inflamatória e autoimune do sistema nervoso central com envolvimento do nervo óptico e da medula espinhal, ocasionando grave incapacidade funcional. A usuária é separada, tem nove filhos e reside na casa de um deles. Encontra-se acamada e relatou que há sete anos teve tuberculose e hepatite, quando, então, iniciaram a dormência na região abdominal e comprometimento visual. Após seis meses do início dos sintomas, perdeu os movimentos do corpo e a sensibilidade – quando recebeu diagnóstico da sua condição. Relata que passou seis meses internada no hospital, necessitando de entubação e traqueostomia. Após alta hospitalar, os movimentos de cervical e membros superiores retornaram gradativamente, sem evolução dos movimentos do tronco, membros inferiores e controle esfinteriano (urinário e fecal). No exame físico fisioterapêutico, destacam-se: murmúrio vesicular diminuído em ambas as bases pulmonares, deformidades articulares em tornozelos, diminuição de extensibilidade muscular de cadeia posterior dos membros inferiores, hipertonia elástica, sinal de babinski bilateral, déficit do controle de tronco em sedestação e incapacidade para as trocas de decúbito independente. Apresenta perda de força de membros superiores para se empurrar no leito, a fim de se posicionar melhor, com discreta diminuição de sensibilidade térmica, tátil e dolorosa e abolição destas sensibilidades a nível do segmento da décima torácica (T10). Não apresenta queixa algíca. Atualmente depende dos cuidados dos filhos para higienização, locomoção, transferências, preparo de seus alimentos e financeiramente. Foram utilizadas como condutas orientações para familiares a respeito das trocas de decúbitos regulares, cuidados com pele e anexos, posicionamento corporal no leito, mobilização articular e miofascial dos membros inferiores, massagem peristáltica por conta da constipação, respiração diafragmática e exercícios ativos assistidos para os membros superiores, com intervalos para não gerar fadiga. Além disso, houve integração de estagiários do curso de nutrição para intervenção nutricional e orientação aos familiares sobre o consumo de alimentos ultraprocessados, tendo em vista que a usuária também apresenta obesidade e diabetes mellitus como comorbidades associadas. Considerações finais: O estágio em fisioterapia na Atenção Primária à Saúde nos proporcionou participar do gerenciamento do cuidado da usuária com sequela da Neuromielite Óptica, destacando a importância do trabalho multidisciplinar da equipe saúde da família, da fisioterapia e nutrição.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Fisioterapia; Reabilitação; Assistência Centrada no Paciente; Direito à Saúde.



PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM AMBULATÓRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS TRANS EM UMA UNIVERSIDADE DO SUL DO BRASIL

ABDOU, Wellington Sanchez³¹³
BOSSARDI, Carina Nunes³¹⁴
COUTO, Angélica Garcia³¹⁵
VELHO, Pablo Sebastian³¹⁶
SPECHT, Clarice Maria³¹⁷
BITTENCOURT, Lucas Vinicio³¹⁸
PLATT, Maria Julia Córdova³¹⁹
BAPTISTA, Danielle³²⁰

RESUMO

Trabalhar com relações pessoais não é algo simples, principalmente nas pautas que circundam os conceitos de sexualidade e a identidade de gênero, já que no decorrer dos anos o assunto tem se construído cercado de tabus. A temática, por si só, não exige uma abordagem exclusivamente técnica, mas sim a análise pura do sujeito como um indivíduo humano, com toda complexidade que isso necessita, levando em consideração sentimentos, valorização pessoal e os conceitos particulares de prazer. Tendo esse conceito em voga, o corpo humano traz uma perspectiva diferenciada quanto àquilo que concebemos como uma simples existência, de modo que ele surge como sendo também um representante múltiplo e expressivo das relações interpessoais, sociais e políticas, não só significando “quem somos”, mas também “como e onde somos”. A comunidade das minorias: lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e as demais identidades/sexualidades que possam existir é a maior vítima desse desconhecimento e da vulnerabilidade social. Com dados de 2021, o Brasil é o país que mais mata essas pessoas no mundo, sendo muito necessário que políticas de saúde sejam direcionadas para o cuidado em específico desses pacientes. Com o intuito, então, de modificar esse paradigma, e aumentar o acesso e a resolubilidade em saúde às pessoas trans, pesquisadores propõem a implementação de protocolos de cuidado para suprir essas demandas deficitárias no atendimento em saúde desses sujeitos, através de um cuidado interprofissional e interdisciplinar. A partir disso, este trabalho fará parte de um relatório técnico da implantação de um ambulatório de cuidados voltado à população transexual numa universidade do sul do Brasil, o qual tem como objetivo otimizar a atenção das minorias, assim como a educação na área da saúde e o perfil dos

³¹³ Mestrando em Saúde e Gestão do Trabalho. *E-mail:* sanchezabdou@univali.br.

³¹⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* carinabossardi@univali.br.

³¹⁵ Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.

³¹⁶ Mestrado Profissional em Saúde pela Univali. Doutorando em Ciências Farmacêuticas. Coordenador do Curso de Medicina da Univali. *E-mail:* pvelho@univali.br.

³¹⁷ Mestra em Saúde e Gestão do Trabalho pela Univali. Enfermeira Responsável (USFC) da Univali. *E-mail:* cms@univali.br.

³¹⁸ Acadêmico de Medicina na Univali. *E-mail:* lucas.vbit@gmail.com.

³¹⁹ Acadêmica de Psicologia na Univali. *E-mail:* platt.maju@gmail.com.

³²⁰ Acadêmica de Psicologia na Univali. *E-mail:* daniellebaptista@edu.univali.br.



profissionais formados. Problema de pesquisa: Quais as ações necessárias para implantação de um ambulatório para o cuidado à saúde de pessoas trans, a partir de um protocolo voltado ao cuidado integral sob a perspectiva do trabalho multiprofissional, em um serviço de ensino e atendimento à comunidade de uma Universidade da Região Sul do Brasil? Objetivo do estudo: Compreender o processo de implantação de um ambulatório direcionado às pessoas transexuais, baseado em um Protocolo de cuidado à saúde de pessoas trans, sob a perspectiva do trabalho multiprofissional, em um serviço de ensino e atendimento à comunidade de uma Universidade da Região Sul do Brasil. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, exploratória e transversal, por meio de uma abordagem qualitativa. A pesquisa ocorre com utilização de diário de campo, grupos focais semiestruturados e coleta de dados em prontuários para caracterização da metodologia da implantação do serviço especializado numa Universidade. Participaram, os envolvidos no processo, desde os representantes da gestão até professores e acadêmicos dos cursos de medicina, fonoaudiologia e psicologia, que estão realizando os atendimentos em nível de estágio supervisionado. Resultados: Até o presente momento, foi possível sistematizar processos da construção de um serviço especializado, além de observar fatores necessários às políticas de atenção à saúde. Até meados da última década, a existência de grupos sociais e demandas de saúde específicas para uma comunidade que foi negligenciada na sociedade. Assim, colocar em prática e compreender a dinâmica de funcionamento do serviço será uma atividade que contribui para a equidade no cuidado dessa população.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero; Protocolo; Ambulatório de Cuidado; Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero; Minorias Sexuais e de Gênero.



LIBERA MARIETA: A ORGANIZAÇÃO DE UM GRUPO DE MULHERES PARA A MANUTENÇÃO DOS DIREITOS EM TEMPO DE PANDEMIA

D'AVILA, Luciane da Silva³²¹

LOPES, Stella Maris Brum³²²

ROS, Marco Aurelio Da³²³

CORREA, Laura Bernardina de Oliveira³²⁴

RESUMO

As discussões sobre saúde das mulheres a partir da década de 1980 têm a característica de serem pautadas pelos movimentos de mulheres e pelos movimentos feministas, que naquele período coincidiram e influenciaram a reforma sanitária. Desse contexto de luta das mulheres por direitos, surge, em 1983, o PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Foi uma primeira proposta de olhar a saúde das mulheres levando em consideração as suas especificidades. Esse documento serviu de base para a PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres – Princípios e Diretrizes, em 2004. Apesar desses dois documentos se lançarem numa perspectiva, num olhar mais abrangente da saúde das mulheres, buscando contemplar peculiaridades como raça, moradia, localização geográfica e trabalho, por exemplo, na prática, as ações estavam muito voltadas ao ciclo gravídico puerperal. Concomitantemente, surgia o movimento pela humanização do parto e do nascimento que, mesmo dentro do ciclo gravídico puerperal, lutava por uma assistência baseada nos direitos das mulheres. Direito a partos e nascimentos mais respeitosos que, dentre outras coisas, reivindicava a presença de acompanhante de livre escolha durante o trabalho de parto, parto e puerpério, o que veio se configurar na Lei Federal n. 11.108, de 7 de abril de 2005, mais conhecida como Lei do Acompanhante. Desde o início da pandemia pelo Coronavírus, em março de 2020, o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, da cidade de Itajaí em Santa Catarina, descumprindo a Lei do Acompanhante e contrariando as evidências científicas, passou a proibir as gestantes de terem seus acompanhantes de livre escolha durante o trabalho de parto, parto e pós-parto. Nesse cenário de perda de direitos nasce o grupo Libera Marieta, em 24 de maio de 2020, no espaço virtual possibilitado pela ferramenta tecnológica de comunicação WhatsApp, com a intenção de reunir pessoas dispostas a denunciar o que vinha acontecendo na instituição e buscar apoio para reverter a situação e fazer cumprir a lei em questão. O grupo mostrou potência para continuidade de ações para luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, tornando-se relevante o entendimento do processo vivido bem como a reflexão junto ao grupo das possibilidades de ampliação deste. Problema de pesquisa: Como ampliar uma ação coletiva para além de uma causa específica em prol dos direitos das mulheres? Objetivo do estudo: Desenvolver um processo de reflexão/ação sobre o percurso e desenvolvimento do grupo que favorecesse desvelar sua intencionalidade sobre sua forma de reconhecimento. E como objetivos específicos: 1) identificar as motivações e intencionalidades de participação das pessoas no grupo; 2) descrever o processo de desenvolvimento do grupo e suas articulações

³²¹ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do itajaí (Univali). *E-mail:* lucianesdavila@gmail.com.

³²² Doutora em Saúde Pública (FSP/USP) e Mestre em Saúde Pública (FSP/USP). *E-mail:* stella@univali.br.

³²³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tutor do Programa Mais Médicos para o Brasil do Ministério da Saúde.

³²⁴ Graduanda em Psicologia pela Univali.



sociais; 3) analisar o processo de reflexão/ação do grupo para ações em prol dos direitos das mulheres. Metodologia: A forma de pesquisa adotada foi de tipo participante, tendo como base uma abordagem social, com dados analisados à luz da hermenêutica. A produção dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, na busca pelas intencionalidades e motivações na participação do grupo, e da reconstituição da trajetória do grupo, a partir de material produzido, tais como: mensagens de WhatsApp, publicações em jornais e redes sociais, que evidenciavam o desenvolvimento do grupo e suas articulações, e de encontros presenciais e online com abordagens dialógicas, baseadas na teoria de Paulo Freire, que propiciaram uma reflexão sobre sua legitimidade em prol dos direitos das mulheres. O embasamento teórico para dar sustentação a busca e discussão dos dados se deu através das abordagens sobre movimentos sociais na atualidade, os movimentos sociais na humanização do parto e o feminismo. Resultados: As entrevistas revelaram que a intenção das participantes em pertencerem ao grupo era sua identificação com as lutas pelos direitos das mulheres, em especial, as que dizem respeito ao ciclo gravídico puerperal, e sua motivação vinha de terem vivenciado partos respeitosos e satisfatórios ou de seu oposto, de terem experienciado partos violentos e traumáticos. O percurso do grupo revelou um grande potencial mobilizador da sociedade em prol da causa em questão, através dos meios de comunicação disponíveis, em especial, o Instagram. Revelou também uma capacidade organizativa e de articulação com instituições juridicamente legítimas para a reivindicação do cumprimento da Lei do Acompanhante, que resultou, em 19 de agosto de 2020, no retorno do Hospital ao cumprimento dessa lei. Ao refletirem sobre o processo, os integrantes do grupo reconheceram que a indignação que sentiram em relação à proibição ao acompanhante de parto foi o que os impulsionou para a luta, mas, ao longo do caminho, encontraram sororidade dentro do grupo e entre as mulheres que acompanhavam o @liberamarieta no Instagram, e isso se refletiu na ampliação da causa com: o acolhimento de outras denúncias de violência obstétrica; a conectividade entre os integrantes do grupo; a caracterização da motivação da luta do grupo como uma questão do feminismo e o aspecto positivo da familiaridade desenvolvida entre os membros. Essas características são entendidas como sendo as que fazem com que o grupo se reconheça como um movimento social legítimo em prol das causas dos direitos das mulheres. Dessa forma, foi possível perceber que a abordagem metodológica tomada nesse estudo foi o que proporcionou viver intensamente e interagir em todas as etapas do Movimento Social Libera Marieta. Um movimento que busca sua motivação nas pautas dos direitos sexuais e reprodutivos, principalmente os ligados ao ciclo gravídico puerperal, o que nos faz pensar se há, nesse coletivo, um estilo de pensamento marcado por uma epistemologia da humanização do parto e nascimento. E, ao final, na análise da trajetória pelo grupo, não há só o cumprimento do que se propôs, mas a ampliação das ações, legitimando o grupo para as lutas dos direitos das mulheres fazendo com que permaneçam conectadas pelo WhatsApp na possibilidade de novas articulações. Como contribuição científica o estudo possibilitou o reconhecimento dessas novas organizações, movimentos sociais em rede, que são mediados pela internet como sendo movimentos que ganham amplitude e cumprem um papel não só de denúncia, mas também de articulação social em prol de uma causa.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Movimentos Sociais; Humanização do Parto.



INTEGRAÇÃO ENTRE O NASF-AB E CEAF: ANÁLISE DO SERVIÇO QUANTO AO ACESSO DO USUÁRIO AO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

HILDEBRANDT, Kauana³²⁵

CAPELETO, Ana Paula da Silva³²⁶

SILVA, Natalie Kristy Stephanie da Silva³²⁷

RESUMO

O desenvolvimento da profissão farmacêutica é marcado por vários momentos ao longo de sua história. Cenários políticos, econômicos e sociais serviram para que esta profissão conseguisse amadurecer e evoluir, sendo capaz de mudar e se adaptar a cada nova dificuldade que era apresentada, até chegar ao que conhecemos hoje. Problema de pesquisa: Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) criou-se também a oportunidade para que o farmacêutico voltasse a se aproximar do indivíduo e do coletivo. Tal oportunidade está principalmente voltada à sua atuação na Atenção Básica (AB), onde há a necessidade de que o atendimento dos usuários ocorra de forma descentralizada, possibilitando que o farmacêutico se faça presente e seja reconhecido novamente como um profissional da saúde. Objetivo do estudo: Diante disso, o objetivo do presente estudo foi analisar o processo de trabalho do farmacêutico dentro de uma equipe de saúde (NASF-AB) e dentro da Assistência Farmacêutica, no Componente Especializado (CEAF), permitindo que o farmacêutico se reconheça como facilitador do fluxo de acesso ao componente especializado para a melhoria na qualidade de vida dos usuários do serviço. Metodologia: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo, exploratório e de campo. Além dos dados colhidos de referências bibliográficas e/ou documentais buscamos informações com os profissionais em seu campo de atuação, sobre o trabalho do farmacêutico servidor público e do farmacêutico residente no Núcleo Ampliado de Saúde em Família (NASF) e no Componente Especializado de um município do Sul do país, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados se deu através de uma entrevista semiestruturada e a análise dos dados se deu de forma crítica, e através da interpretação das respostas obtidas do questionário, que foram agrupadas em: (1) farmacêuticos residentes, (2) Gestão da Assistência Farmacêutica e do CEAF, (3) Farmacêutico do NASF-AB. Aprovado pelo CEP número 3.650.323. Resultados: Em se tratando da Assistência Farmacêutica no SUS, há uma constante necessidade de capacitação técnica, já que está em constante desenvolvimento e frequentemente surgem inovações para melhoria deste serviço. Em tal prática também existe uma ótima relação custo-benefício para o serviço público, considerando que uma boa capacitação acarreta boas práticas que, consequentemente, resultam em maior racionalidade na gestão dos processos e recursos, culminando em uma alta resolutividade da AF e em diminuição de gastos desnecessários. Isso posto, a solicitação das medicações pelo CEAF tem um fluxo de fácil execução, porém a falta de organização e capacitação entre os setores e profissionais da saúde na Atenção Básica podem levar a problemas na execução deste fluxo, causando dificuldades para o usuário ter acesso a este componente. Mas sabemos que, diante da realidade da saúde pública

³²⁵ Graduanda em Farmácia na Universidade do Vale do Itaipó (Univali). *E-mail:* kauana.hildebrandt@gmail.com.

³²⁶ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Univali. *E-mail:* ana.capeleto@univali.br.

³²⁷ Graduanda em Farmácia na Univali. *E-mail:* nattkristy@gmail.com.



do país, torna-se impossível a presença do farmacêutico em todas as UBS's, dependendo do tamanho do município e da quantidade de unidades de saúde que possui. Então, uma alternativa válida para a falta de profissionais seria a do farmacêutico, que já atua no município, realizar regularmente visitas técnicas nas unidades que não contam com a presença regular desse profissional. E com as mudanças que foram aplicadas no município em questão, no intuito de reorganização do serviço e melhoria do acesso do usuário ao componente especializado, algumas unidades de saúde acabaram ficando desassistidas pelos farmacêuticos do município, e a estratégia sugerida acima foi utilizada para resolver este problema, com visitas regulares às unidades que não tem a presença diária de um farmacêutico. Essa prática das visitas também está sendo trabalhada para aprimorar o processo, pois o farmacêutico que realiza as visitas atende apenas às necessidades da farmácia da unidade e ainda não tem contato com o usuário, mas durante as reuniões realizadas com a equipe farmacêutica do município, a gestão os informou que estão tentando criar uma rotina de consulta farmacêutica para atender às demandas, principalmente dos usuários polimedicados e que, a princípio, serão atendidos pelo farmacêutico que atua na farmácia municipal. Apesar da reorganização recente do município, em se tratando de Assistência Farmacêutica, o serviço já obteve resultados positivos na oferta deste serviço, mesmo tendo um número maior de usuários atendidos nas unidades de dispensação, ainda houve redução dos gastos e desperdício de medicamentos e estão formulando meios para que seja possível a presença do farmacêutico em todas as unidades de saúde do município, buscando atingir o maior nível possível de assistência para a sua população.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica; Fluxo de Trabalho; Gestão da Assistência Farmacêutica.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS NO CURSO DE ENFERMAGEM

MACEDO, Ivanda Teresinha Senger de³²⁸
REBELO, Maria Izabel de Col Jorge³²⁹
CORREA, Fernanda Ossani³³⁰

RESUMO

As aulas teóricas combinadas com práticas em laboratórios de simulação são consideradas enriquecedoras pelos acadêmicos do curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Os laboratórios permitem que os acadêmicos coloquem em prática atividades estudadas dentro de sala de aula, vivenciando cenários realísticos através de simulações sob orientação dos monitores e docentes. Essas simulações são formas de oportunizar que os acadêmicos aperfeiçoem suas habilidades, aprendam a trabalhar em equipe, ganhem confiança, segurança e experiência prática ainda durante a graduação, visto que essas habilidades são consideradas essenciais para a sua formação. Problema de pesquisa: Identificar a importância do uso do método de simulação realística como estratégia para favorecer o ensino-aprendizagem dos acadêmicos no curso de Graduação em Enfermagem. Objetivo do estudo: descrever a importância da inclusão das atividades de simulação realística ao currículo acadêmico do Curso de Enfermagem de uma Universidade do Vale do Itajaí. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência endossado pela vivência de duas docentes enfermeiras que ministram aulas no laboratório de habilidades da instituição e de uma acadêmica do curso de enfermagem, que atua como monitora do laboratório que auxilia os professores e acadêmicos na aplicação de atividades que simulam a realidade. Resultados: O fato de que aulas laboratoriais aperfeiçoam as habilidades dos acadêmicos não é reconhecido apenas pelos docentes e monitores, mas também pelos próprios estudantes. Esse reconhecimento existe considerando que os acadêmicos têm acesso livre aos laboratórios, agendando aulas com professores, colegas ou monitores qualificados, preenchendo os horários disponíveis em todos os turnos. Essa procura ocorre justamente pelo fato de reconhecerem a importância de aprimorar seus conhecimentos teórico-práticos não apenas para concluir disciplinas, mas para a realização de sua vida profissional.

Palavras-chave: Enfermagem; Aula prática; Laboratório.

³²⁸ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho (Univali). *E-mail:* imacedo@univali.br.

³²⁹ Especialista em Terapia Intensiva e Auditorias e Contas Públicas do SUS (Univali). *E-mail:* izabelrebelo@univali.br.

³³⁰ Acadêmica de Enfermagem (Univali). *E-mail:* fernanda.academica97@gmail.com.



ELEMENTOS RESTAURADORES EM AMBIENTES DE TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

RUNKEL, Bruna Emanuelle von³³¹
ALVES, Roberta Borghetti³³²

RESUMO

O profissional brasileiro trabalha, em média, oito horas e trinta minutos por dia, cinco ou seis dias por semana e, na maior parte das vezes, em um mesmo ambiente de trabalho. Compreende-se que, ao trabalhar, o indivíduo é submetido à realização de uma tarefa, que, por sua vez, requer um esforço maior, além de estar sujeito a potenciais reações de estresse. O estresse pode ser entendido como uma resposta, ou um conjunto de respostas do organismo, decorrentes da iminente adaptação ao ambiente, contexto ou realidade que ameaça seu bem-estar. Dentro da mesma perspectiva, um ambiente é capaz de oferecer influência positiva no enfrentamento do estresse, a partir de suas quatro propriedades restauradoras descritas na Teoria da Restauração da Atenção (ART): afastamento – consiste na alternativa de se perceber longe (geograficamente e/ou psicologicamente) de uma rotina ou situação demandante, o que proporciona alívio das pressões corriqueiras; a fascinação – decorre de uma atenção direcionada sem a existência de esforço, uma vez que as pessoas sentem-se atraídas por esse objeto/ambiente, de maneira natural; extensão – propriedade que percebe a coerência e o planejamento do ambiente; e compatibilidade – a correspondência entre os propósitos pessoais e os recursos/suporte que o ambiente é capaz de proporcionar, evitando, assim, esforço mental desnecessário. A Teoria da Recuperação Psicofisiológica do Estresse (PET), outra importante teoria que estuda ambientes restauradores, considera características visualmente naturais do ambiente como água e vegetação, capazes de promover resposta afetiva associada. Problema de pesquisa: Esta revisão de literatura buscou investigar: quais são os elementos restauradores dos ambientes de trabalho, descritos na literatura? Objetivo do estudo: analisar as produções científicas dedicadas a Ambientes Restauradores em contexto de trabalho nos últimos cinco anos (2016 - 2021). Metodologia: Ao investigar o fenômeno da restauração da atenção e recuperação psicofisiológica do estresse, obtido a partir de elementos ambientais no contexto do trabalho, utilizou-se alguns descritores em português e em inglês nas procuras dentro das plataformas. Para o cruzamento de duas ou três palavras entre si, o recurso utilizado foi o “and”, que fornece a intercessão, ou seja, mostra apenas artigos que contenham todas as palavras-chave digitadas, restringindo a amplitude da pesquisa e resultando em artigos com maior aderência à pesquisa. Os descritores utilizados foram: ambiente restaurador (restorative environment), psicologia ambiental (environment psychology) e trabalho (work). Adotou-se como critério de seleção: a) voltar-se ao tema de ambientes restauradores em contextos de trabalho; b) estar publicado nos últimos cinco anos (2016 - 2021); c) ter acesso completo gratuito. Resultados: A partir da utilização dos critérios de seleção, foram localizados oito artigos no Portal CAPES, três artigos no Google Acadêmico (literatura cinzenta) e um artigo no PUBMED, totalizando 12

³³¹ Mestranda em Psicologia pela Univali, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela PUC/PR. Docente do curso de graduação em Psicologia na IELUSC. *E-mail:* bruna.runkel@gmail.com.

³³² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do curso de graduação e do mestrado profissional em Psicologia na Univali. *E-mail:* roberta_alves@univali.br.



artigos. A grande maioria foi composta por trabalhos de natureza quantitativa – um total de oito, três de natureza qualitativa e um de método misto. A partir da análise dos artigos, foi possível observar os seguintes pontos: todos os artigos evidenciaram ambientes naturais como restauradores, independentemente de serem reais, simulados, recordados ou somente em gravuras; em uma escala de distanciamento do ambiente natural, quanto mais próxima e mais volumosa a área verde, mais efetiva na restauração da atenção, diminuição da fadiga ou redução do estresse; em estudos comparativos quanto ao tipo de ambientes restauradores, os costeiros – com presença verde e azul (lago, cachoeira ou mar) demonstraram uma efetividade ainda maior; sons de ambientes naturais como: passarinho, vento e água (mar e cachoeira), enaltecem os potenciais ambientes restauradores; ambientes urbanos com indisponibilidade de acesso às áreas verdes, podem usufruir de outros recursos materiais, como: plantas em vasos, imagens verdes no local de descanso ou transição de salas/espços, texturas de parede, chão ou mobiliário com aspectos naturais, como a pedra e a madeira; o design verde ou design biofílico, aquele que inclui propositadamente a natureza no interior ou no projeto arquitetônico para ambientes de aprendizagem ou de trabalho, podem favorecer a recuperação do estresse pós tarefa; a realização de intervalos intrajornada (acadêmica ou de trabalho) para caminhadas ao ar livre, foram comprovadamente eficazes para a restauração da atenção e fadiga. Somente um dos estudos, nos portais e bases de dados investigados, relaciona diretamente ambientes restauradores ao contexto de trabalho. Ao considerar os potenciais benefícios que os trabalhadores podem ter ao usufruírem de ambientes restauradores que influenciam na redução do estresse e fadiga provenientes, é recomendável que ambientes de trabalho tenham janelas com luz natural, vista para área verde externa e verdes plantados ou desenvolvidos artificialmente em seu interior construído. Texturas de mobiliário, paredes e piso, também podem ser semelhantes aos encontrados na natureza, para que atuem na restauração, principalmente pós fadiga. Sugere-se a necessidade de realização de mais estudos científicos capazes de relacionar ambientes restauradores com redução de estresse, restauração da atenção e fadiga de trabalhadores, para que a comunidade científica possa contribuir de maneira mais enfática no planejamento, design e arquitetura de ambientes restauradores profissionais.

Palavras-chave: Ambientes Restauradores; Psicologia Ambiental; Trabalho.



ELEMENTOS RESTAURADORES NO HOME OFFICE DE TRABALHADORES DE TECNOLOGIA

RUNKEL, Bruna Emanuelle von³³³
ALVES, Roberta Borghetti³³⁴

RESUMO

No Brasil, março de 2020 obteve um marco importante para toda a população: a pandemia da covid-19 foi anunciada e provocou mudanças em todos os segmentos e níveis de cenários previstos. No segmento de Tecnologia da Informação, a crise sanitária acelerou o movimento de trabalho remoto, e o que poderia ser provisório, tornou-se permanente. O trabalho remoto mudou o ambiente e pode trazer um novo sentido para a casa, uma vez que há um entrelaçamento entre vida profissional e pessoal de tal forma que, para muitas pessoas este cenário será de potencial estresse. Dentro da mesma perspectiva, o ambiente também pode ter características restauradoras da atenção, denotando influência positiva no enfrentamento do estresse, a partir de suas quatro propriedades restauradoras descritas na Teoria da Restauração da Atenção (ART): afastamento – consiste na alternativa de se perceber longe (geograficamente e/ou psicologicamente) de uma rotina ou situação demandante, o que proporciona alívio das pressões corriqueiras; a fascinação – decorre de uma atenção direcionada sem a existência de esforço, uma vez que as pessoas sentem-se atraídas por esse objeto/ambiente, de maneira natural; extensão – propriedade que percebe a coerência e o planejamento do ambiente; e compatibilidade – a correspondência entre os propósitos pessoais e os recursos/suporte que o ambiente é capaz de proporcionar, evitando assim, esforço mental desnecessário. A Teoria da Recuperação Psicofisiológica do Estresse (PET), outra importante teoria que estuda ambientes restauradores considera características visualmente naturais do ambiente como água e vegetação, capazes de promover resposta afetiva associada. Problema de pesquisa: Este estudo adotou como questionamento quais são os elementos restauradores no home office de trabalhadores da tecnologia da informação? Objetivo do estudo: Investigar os elementos restauradores de home office que, na perspectiva dos participantes, promovem a recuperação da atenção ou recuperação psicofisiológica do estresse. Metodologia: Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e de cunho exploratório-descritivo. Foi utilizada a abordagem multimétodo que prevê a aplicação de instrumentos com pontos de enfoque distintos, sendo eles centrados na Pessoa e no Ambiente. O instrumento escolhido centrado na pessoa foi o roteiro de entrevista semiestruturado que contemplou aproximadamente 30 perguntas que exploravam a relação do profissional com o seu ambiente de trabalho em casa. Já o instrumento centrado no ambiente foi fotografando o ambiente, no qual foi solicitado ao participante que escolhesse um ou mais lugares de seu home office, que identificava uma ou mais propriedades dos ambientes restauradores, para que pudesse tirar fotos deste ambiente. Uma vez a foto retirada e enviada à pesquisadora, foi dado início à aplicação do roteiro de entrevista. Adotaram-se os seguintes critérios para a seleção de participantes da pesquisa: a) profissionais da área de Tecnologia, ou seja, profissionais que utilizem soluções oriundas de recursos da computação

³³³ Mestranda em Psicologia pela Univali. Bacharel em Psicologia pela Univille. Docente do curso de graduação em Psicologia na IELUSC. *E-mail*: bruna.runkel@gmail.com.

³³⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do curso de graduação e do mestrado profissional em Psicologia na Univali. *E-mail*: roberta_alves@univali.br.



para produção, armazenamento, transmissão, acesso, segurança e o uso das informações e dados; b) estavam trabalhando em home office desde março de 2020, início da pandemia no Brasil, até a realização da entrevista; c) tinham acima de 18 anos e d) tinham dentro da casa, ao menos um ambiente que considerava restaurador. O número de participantes foi definido por critério de saturação dos dados e chegou-se a 14 profissionais participantes, sendo sete homens e sete mulheres. Os dados foram analisados através da Grounded Theory com o apoio do software ATLAS TI - 22.1.0. A cada entrevista realizada foram transcritos os dados e importados para o software. Assim, foram identificadas as potenciais características em comum e categorizadas, na medida em que conceitos foram sendo identificados, uma nova teoria foi se construindo, até que não houvesse novos dados em novas entrevistas. Resultados: A partir da análise progressiva do conteúdo das entrevistas e fotos enviadas pelos participantes, foi possível dividir o conteúdo nas seguintes categorias: a) Elementos da natureza; b) Elementos sociais; c) Recursos essenciais d) Elementos Estressores. Na categoria Elementos da natureza, estiveram contidos conteúdos voltados às propriedades naturais do ambiente, como a exemplo dos elementos visuais a partir da vista da janela: serra, morro, área verde, praia, árvores, pinheiros, sol, lua sobre o mar, céu azul, luz do dia, montanhas, paisagem, passarinhos, verde da natureza, verde das palmeiras, cachoeira, bichos soltos, mar; ou elementos sonoros da natureza como de: vento nas árvores, chuva, pássaros, natureza e mar. Esses elementos foram associados à sensação de relaxamento, alívio de pressão corriqueira, afastamento da rotina do dia a dia e calma. Elementos como plantinhas em vaso, suculentas e cactos dentro do próprio ambiente construído, também foram relatados como características restauradoras. Já na categoria Elementos sociais, evidenciaram-se propriedades do ambiente de trabalho remoto, que atendem a uma demanda de relacionamento e convívio direto dos profissionais com os seus: filho, filha, filhos, noiva, esposa, marido e pets. Mesa da cozinha, sofá da sala e o café, foram elementos relacionados a este convívio social, por indicarem a intencionalidade da socialização, além da satisfação individual. Ainda nesta categoria, relacionaram-se objetos que resgatam momentos sociais prazerosos como: fotos de viagens de férias em família, presentes recebidos de filhos ou pessoas especiais, bem como souvenirs e colecionáveis, que resgatam marcos importantes da história do indivíduo. Esta categoria foi associada a possibilitar conforto, felicidade, prazer, alegria, distração, escape e uma resposta afetiva à necessidade de companhia. A terceira categoria diz respeito aos recursos essenciais no ambiente restaurador de home office de profissionais de tecnologia, entre estes objetos, encontram-se: utilização de dois monitores simultaneamente, fone de ouvido anatômico com abafador de ruído, mesa espaçosa para a disposição organizada dos equipamentos, cadeira e materiais de ergonomia ajustados de maneira personalizada, iluminação ambiente planejada para foco na boa visualização das telas e demais equipamentos necessários. A partir do aprofundamento teórico das categorias apresentadas acima, foi possível identificar que os chamados elementos restauradores podem ser diversos, ainda que essencialmente contemplem certas características, como apontam as teorias de Ambientes Restauradores – Teoria da Restauração da Atenção (ART) e Recuperação Psicofisiológica do Estresse (PET). No entanto, elementos restauradores para esse perfil de profissionais vão além dos elementos naturais. A pesquisa revelou que, dada a solidão inerente do ambiente de home office característico para o tipo de trabalho, elementos com estratégias de resposta afetiva foram associados à restauração da atenção e recuperação psicofisiológica do estresse, a exemplo do contato diário com familiares, pets, fotos pessoais expostas, souvenirs e objetos recebidos como presentes de pessoas especiais. Sugere-se que, a partir dos resultados advindos da presente pesquisa, seja desenvolvido um manual de orientação para implantação e/ou implementação de ambientes restauradores nesse modelo de trabalho, capaz de influenciar positivamente na saúde mental a partir da restauração da atenção e/ou recuperação psicofisiológica do estresse. O desenvolvimento de um manual



também poderá contribuir de maneira prática para profissionais de outras áreas, que estejam trabalhando remotamente, profissionais da área de ensino a distância, bem como para lideranças e equipes de Gestão de Pessoas de empresas interessadas em adotar ou melhorar seu modelo de trabalho em home office. É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada com profissionais que se enquadram em um mesmo núcleo socioeconômico, com pouca variação etária e cultural, nessa perspectiva, recomenda-se explorar os resultados desta pesquisa em novos contextos, com maior variabilidade e diversidade cultural com o objetivo de investigar possíveis deficiências do método de pesquisa empregado neste primeiro levantamento e servir como insumo para arquitetos, designers e profissionais da área de construção, como forma de indicar necessidades essenciais aos ambientes restauradores arquitetados para o trabalho em casa, independentemente da atividade profissional desenvolvida.

Palavras-chave: Ambientes Restauradores; Trabalho; Home Office.



EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA SAÚDE PÚBLICA: REFLEXÕES PARA A ATENÇÃO BÁSICA NO BRASIL

MENDES, Marcelo Kratz³³⁵

MASTELLA, Mauro³³⁶

DEWES, Mariana de Freitas³³⁷

RESUMO

O empreendedorismo, enquanto campo de estudo, procura compreender como oportunidades que geram bens futuros e serviços são descobertas, criadas e exploradas, por quem e com quais consequências. Convencionalmente, pesquisas em empreendedorismo se centraram na criação de riqueza como objetivo fundamental das atividades empreendedoras; contudo, nos últimos anos, há um crescente interesse no valor social, verificando-se, no terreno ideológico, a precedência lógica e moral da dimensão coletiva e solidária. Dessa forma, o empreendedorismo social busca promover mudanças em um grupo de pessoas da sociedade, diferentemente do empreendedorismo tradicional, pois tenta elevar ao máximo os retornos sociais, ao invés de maximizar o lucro. Como campo de estudo sobre as relações entre sujeitos empreendedores, organizações e comunidades, o empreendedorismo possui potencial de contribuição na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde brasileiro. A Atenção Básica detém uma relevância estratégica dentro do Sistema Único de Saúde, sendo a principal porta de entrada dentro da Rede de Atenção à Saúde e se caracterizando pelo conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, sendo desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária. Assim, percebe a relevância das ações baseadas nas comunidades e da participação popular no seu processo de saúde-doença, processos similares às ações de empreendimentos sociais. Problema de pesquisa: Apesar de estudos recentes no campo do empreendedorismo na saúde, permanece aberta a lacuna que reúne e avalia publicações que agreguem o setor da saúde pública com o empreendedorismo social. Com base no exposto, a pergunta de pesquisa que orienta esta revisão bibliográfica sistemática integrativa está assim formulada: qual o estado da arte da pesquisa em empreendedorismo social na saúde pública? Objetivo do estudo: Este estudo tem por objetivos analisar o estado da arte das pesquisas em empreendedorismo social no campo da saúde pública, segmentar os achados por diferentes dimensões de análise e auxiliar na identificação de caminhos futuros para pesquisas. Metodologia: Buscando diminuir a lacuna acerca do entendimento do empreendedorismo social na saúde pública, o método utilizado para responder a pergunta de pesquisa foi a de revisão bibliográfica sistemática integrativa. Para responder à pergunta de pesquisa, foram elencadas as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), ScienceDirect, Science Citation Index Expanded e Social Sciences Citation Index (Web of

³³⁵ Mestrando PPG Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). *E-mail:* kratz.marcelo@gmail.com.

³³⁶ Doutor em Administração (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). *E-mail:* mauro@ufcspa.edu.br.

³³⁷ Doutora em Administração (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). *E-mail:* marianadewes@ufcspa.edu.br.



Science), PubMed e Wiley Online Library. A partir dos descritores MeSH (Medical Subject Headings), os termos “social entrepreneur”, “social entrepreneurship”, “social entrepreneurship” e “public health” foram selecionados, unidos pelo operador booleano OR entre as diferentes possibilidades do termo “empreendedorismo” e AND com o termo “saúde pública”. Os critérios de inclusão foram: ser um artigo, ter sido publicado entre 2016 e 2021, publicado nos idiomas português ou inglês, possuir texto completo online e possuir descritores no assunto tratado. Os critérios de exclusão foram: apenas citar termos de empreendedorismo ou saúde, sem a sua mínima exploração, não estabelecer relação entre as áreas do empreendedorismo e da saúde, possuir mais de uma cópia nos resultados da busca, ser artigo de revisão ou mapeamento sistemático e não se tratar de um artigo, mesmo sendo classificado como tal em um periódico. Resultados: Pelos descritores foram obtidos 4.356 retornos que, após aplicação dos critérios de inclusão, resultaram em 1.390. Após remoção de duplicatas, foram lidos 1.279 títulos e resumos, a fim de aplicação dos critérios de exclusão. Destes, 39 artigos foram selecionados para leitura na íntegra, dos quais nove foram considerados adequados para a inclusão nesta revisão. A fim de facilitar a organização do conhecimento, os resultados foram analisados por (1) metodologias aplicadas, (2) países pesquisados, (3) população-alvo dos estudos, (4) avaliação do Estado enquanto rede de apoio e, por fim, como (5) reflexões para a Atenção Básica do Brasil. (1) Embora o progresso da pesquisa em empreendedorismo seja claramente promissor, ainda há muita discussão e debate sobre qual metodologia é a mais adequada para o estudo. Nesta pesquisa, foram identificados três estudos de caso, três entrevistas semiestruturadas, duas Grounded Theory (Teoria Fundamentada) e um questionário. Foi identificada a lacuna de pesquisas quantitativas sobre o tema, uma vez que apenas um questionário fechado foi aplicado. (2) Quanto aos países, quatro estudos identificaram países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e outros dois países desenvolvidos. Esses dados podem se relacionar com o conceito de empreendedorismo social na saúde pública que diversos artigos adotam, como sendo necessário pelo espaço que o Estado, por si só, não é capaz de ocupar no cuidado com a saúde e qualidade de vida da população. (3) Quanto ao direcionamento das pesquisas, a maior parte dos estudos encontrados retratam ações voltadas para a saúde sexual e reprodutiva, incluindo especificamente, trabalhos de prevenção, conscientização e luta pela obtenção de medicamentos para HIV/AIDS. Outros estudos, em menor quantidade, avaliaram ações da quádrupla hélice no empreendedorismo social na saúde pública, enquanto outros estudaram colaboradores da saúde sob a ótica empreendedora. (4) Como práticas empreendedoras encontradas nesta revisão de atuação do governo, está a relação de apoio com outros segmentos sociais, como indústria e universidades, que, em conjunto, formam os Sistemas Nacionais de Inovação. (5) Dentre os conceitos encontrados sobre o empreendedorismo social na saúde pública, percebe-se que muitos são diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde, tal como a ampliação de entendimento da saúde para além do conceito biomédico, a participação popular como base nos processos e tomada de decisão, a reunião de civis em organizações como o conselho de saúde das secretarias municipais e implementação de inovações em âmbito municipal e nas populações adstritas das Unidades de Saúde. Pode-se inferir, assim, que muitos dos princípios e características do empreendedorismo social já estão inseridos de modo sistêmico e defendidos por regulamentos, leis e pela própria Constituição Federal de 1988, sendo necessários, todavia, maiores estudos que relacionem as áreas. Em especial, observa-se muitas semelhanças com o papel do agente comunitário de saúde. Ações com características empreendedoras já ocorrem em unidades de saúde, uma vez que grupos de caminhada, de mães, de planejamento familiar e horta comunitária do bairro são ações com participação popular, cujas demandas surgem de necessidades locais e que geram a relação de confiança. Como possíveis benefícios, esta revisão, além de evidenciar lacunas teóricas para estudos futuros, pode



contribuir para a valorização das competências e perfil empreendedor em ações públicas da saúde, por meio da análise de diversos estudos aplicados em diferentes países e para o entendimento do papel fundamental do governo em duas maneiras, como ator empreendedor social e como parte da rede de empreendedorismo. Formuladores de política e tomadores de decisão do Sistema Único de Saúde podem encontrar aqui uma introdução e aprofundamento no tema, a fim de melhor basearem diretrizes e ações. Em última instância, espera-se que o trabalho impulse e facilite ações gerenciais na saúde pública cujo objetivo seja melhorar a prestação de serviço à saúde e bem-estar da população, cumprindo, assim, com as diretrizes e os objetivos propostos pelo Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social; Empreendedorismo Público; Saúde Pública; Estado Empreendedor.



COMPETÊNCIAS DE GESTORES DA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

MENDES, Marcelo Kratz³³⁸
HAUSMANN, Mirian Tatiane³³⁹
PEREIRA, Mariana Crescente³⁴⁰

RESUMO

Os principais responsáveis pela organização dos processos que ocorrem nos serviços de saúde da Atenção Básica, bem como da sua organização dentro da rede, são os profissionais gestores e, levando-se em consideração as complexidades encontradas dentro desses serviços, necessitam ter, ou se apropriar, de uma série de competências que o farão desempenhar seu papel profissional. O profissional gestor incorpora as atribuições do gerente de Atenção Básica, conforme descrito na Política Nacional de Atenção Básica. Para fins deste estudo, são atribuições que merecem destaque: garantir o planejamento em saúde, de acordo com as necessidades do território e comunidade, avaliando os resultados e propondo estratégias para o alcance das metas; organizar, monitorar e acompanhar o processo de trabalho; coordenação e integração das ações sob sua gerência; identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe, visando a melhorias no processo de trabalho, na qualidade e resolutividade da atenção. Uma gestão realizada com qualidade implica na melhoria dos serviços prestados pelas instituições. Nessa perspectiva, quando a rede de atenção básica se estrutura e opera de forma qualificada, a resolutividade tende a ser mais elevada, aliviando as demandas para os serviços especializados, que, na maioria das vezes, são responsáveis pelo congestionamento do sistema. Este trabalho é orientado pelas seguintes perguntas: quais as características das publicações deste tema? Quais as características de formação dos gestores da Atenção Básica investigados, quando informadas? Quais as competências para a função de gestor em saúde no contexto da AB mais analisados por publicações? Quais competências do gestor da Atenção Básica são relatadas na literatura como necessidades de aperfeiçoamento? Problema de pesquisa: Apesar de outros estudos já presentes em bases de dados, eles não aprofundam e se relacionam com a literatura de competências ou de gestão, apenas mencionando os resultados obtidos. Com base no exposto, nota-se a relevância e importância do estudo sobre competências de gestores na atenção básica, não tendo sido encontrado, contudo, uma revisão que realize esta análise de modo aprofundado. Objetivo do estudo: O presente artigo tem como objetivo identificar as competências essenciais para o exercício da gestão em saúde com enfoque na Atenção Básica. Para o exercício das atribuições gerenciais, infere-se a necessidade da qualificação do trabalhador para tal cargo, sendo imprescindível o debate acerca das competências essenciais para o desempenho do gestor. Metodologia: Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica sistemática integrativa, com abordagem predominantemente qualitativa e descritiva; com a utilização, entretanto, de algumas técnicas de análise estatística descritiva. Sendo este um artigo de revisão integrativa, busca apresentar

³³⁸ Mestrando no PPG Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). *E-mail:* kratz.marcelo@gmail.com.

³³⁹ Bacharel em Gestão em Saúde (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). *E-mail:* mirianhausmann91@gmail.com.

³⁴⁰ Bacharel em Gestão em Saúde (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre). *E-mail:* mcrescentepereira@gmail.com.



o estado da arte sobre um tema, contribuindo para o desenvolvimento de teorias, se constitui como instrumento da Prática Baseada em Evidências. Para responder às perguntas deste estudo, foram elencadas as bases Scientific Electronic Library Online (SCIELO), uma base de dados cooperativa da Rede BVS, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa ocorreu durante os meses de abril e maio de 2022, sendo os resultados encontrados aqueles que representam a busca neste período. Foram utilizados os descritores “atenção básica” e “atenção primária”, unidos pelo operador booleano OR, “competências”, unido por AND, “gestor em saúde”, unido por AND e “gestão em saúde”, utilizando-se OR. Apesar deste trabalho tratar os termos Atenção Básica e Atenção Primária como conceitualmente diferentes, diversas pesquisas ainda os utilizam como sinônimos, motivo pelo qual escolheu-se o operador booleano OR. Como critérios de inclusão para a seleção dos artigos que seriam analisados durante a pesquisa, foram adicionados os seguintes filtros de busca: ser um artigo, tese ou dissertação publicado nos últimos cinco anos, idioma português e possuir os descritores no título da pesquisa. Após a seleção pelos critérios de inclusão, os resultados obtidos passaram pelo processo de leitura de títulos, leitura de resumo e leitura do texto integral a fim de aplicar os seguintes critérios de exclusão: (1) ter apenas citação a algum descritor, sem o explorar minimamente em sua relação com os demais, (2) possuir mais de uma cópia nos resultados encontrados, tendo sido excluída apenas a duplicata, preservando-se a inclusão do estudo por atender aos demais critérios encontrados, (3) ser artigo de revisão ou mapeamento sistemático, (4) não ser um estudo no contexto brasileiro e (5) não se tratar de um artigo, tese ou dissertação, embora esteja classificado como tal em um portal de busca. Resultados: A partir dos descritores, foram encontrados 4.077 artigos, distribuídos do seguinte modo: 145 na SCIELO, 904 na BVS e 3.028 na CAPES. Após serem aplicados os filtros de inclusão, o número de resultados baixou para 732. Após a remoção de estudos repetidos, os 684 resultados foram submetidos inicialmente à seleção de título, como um critério de refinamento, tendo sido excluídos, já nesta etapa, 559 estudos e, após a leitura de resumo e texto integral dos 125 estudos restantes pelos dois pesquisadores independentes, que somente entraram em contato para resolver pontos divergentes, oito estudos foram incluídos nesta revisão. A análise apresentada a seguir é dividida em duas etapas, na qual a primeira se direciona para avaliações de (1) características do artigo, tese ou dissertação, além de aprofundar dados sobre os profissionais pesquisados e (2) as competências identificadas. (1) Por meio deste estudo foi observado o papel do enfermeiro gestor como o centro dos estudos de competências na Atenção Básica. Os estudos realizados são, em sua maioria, de abordagem qualitativa com o uso de entrevistas semi-estruturadas, realizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, nos serviços de Unidades Básicas de Saúde e com amostras de gestores enfermeiros na maior parte dos casos. (2) As principais competências identificadas foram liderança, trabalho em equipe e planejamento. Por outro lado, as competências cujo desenvolvimento mais se faz necessário, segundo os estudos, são também planejamento e autonomia. Diversas oportunidades para novas pesquisas foram citadas, tais como a utilização de abordagens quantitativas para maior capacidade de generalização dos resultados, a realização de estudos nos mais diversos estados do Brasil, descentralizando a produção de conhecimento já existente das regiões Sul e Sudeste, a exploração de outros serviços que constituem a Atenção Básica para além das Unidades Básicas de Saúde e o aprofundamento de competências por formação dos gestores, assim como também o aprofundamento e avaliação das competências que estão sendo desenvolvidas nas formações acadêmicas. As análises realizadas podem servir de base para formuladores de políticas de educação continuada, de currículos acadêmicos e de base para futuras pesquisas ampliarem o conhecimento desta temática, pode-se pensar nas possibilidades deste trabalho servir para o desenvolvimento de apoio institucional nas



secretarias de saúde às quais os gestores das Unidades Básicas de Saúde estão inseridos, para que, possam promover educação continuada, reflexão e ampliação do escopo de competências dos gestores da Atenção Básica. Dessa forma, cada vez mais se espera alcançar um sistema de saúde que realiza na prática, por meio das competências de seus profissionais, os valores e serviços atuando como preconizados em sua constituição, melhorando, cada vez mais, a condição de saúde e qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Competências; Atenção Básica; Liderança; Gestor em Saúde.



ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DAS POLÍTICAS DE IMUNIZAÇÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATO DE CASO

MAFEI, Alessandro S.³⁴¹
BRANCHER, Gabriel Angelo³⁴²
MALBURG, Carolina Covolan³⁴³
ONOFRE, Livia R.³⁴⁴
RABELO, Nicole³⁴⁵
CORREA FILHO, Eduardo P.³⁴⁶
KNOBLOCH, Alice I.³⁴⁷
BUENO, Raphael Nunes³⁴⁸

RESUMO

O Programa Nacional de Imunizações foi implantado no Brasil em 1973 sendo reconhecido internacionalmente, como parte do Programa da Organização Mundial da Saúde. O programa ganhou força quando, em 1980, iniciou sua primeira campanha nacional de vacinação contra a poliomelite, com o intuito de vacinar todas as crianças em um único dia. A pandemia de covid-19 se alastrou pelo planeta em poucos meses, e afetou a saúde física e psicológica de todos os trabalhadores, principalmente os da área da saúde, os trabalhadores sofreram com a exaustão, esgotamento físico e emocional, adoecimento psicológico, falta de proteção e condições adequadas para o trabalho estavam entre os desafios enfrentados nos profissionais que estavam na linha de frente do tratamento dos pacientes. A respeito desses assuntos, analisa-se a necessidade de políticas públicas e do gerenciamento do Programa Nacional de Imunizações voltadas para a saúde do trabalhador, no contexto da pandemia da covid-19. Em relação à saúde do trabalhador visa-se, em primeiro lugar, ao bem-estar e a segurança dos profissionais. Essa necessidade se viu intensificada principalmente com a chegada da pandemia. Com o início da pandemia a nível global, além do vírus covid-19, outro assunto foi compartilhado entre nações: a biossegurança e os cuidados com cidadãos e trabalhadores. Existem diversos motivos para este ser um tema de grande relevância dentro da saúde: a disseminação dos vírus e como grande parte das doenças afetam a saúde do trabalhador e a importância da proteção dos trabalhadores por parte das empresas e as políticas públicas que garantam proteção os profissionais de saúde. Problema de pesquisa: Como os profissionais da saúde foram incluídos na Política Nacional de Imunização durante a pandemia do covid-19. Objetivo do estudo: descrever as estratégias de ensino-aprendizagem desenvolvidas na disciplina de Ergonomia do curso de Odontologia da Escola de Ciências de Saúde da Univali, Campus Itajaí (SC) no primeiro semestre de 2022, a respeito das Políticas Nacional de Imunização voltadas para os profissionais de saúde durante a covid-

³⁴¹ Acadêmico de Odontologia (Universidade do Vale do Itajaí – Univali). *E-mail:* ale.1009@hotmail.com.

³⁴² Acadêmico de Odontologia (Univali). *E-mail:* gabriel.brancher@edu.univali.br.

³⁴³ Cirurgiã-Dentista (Univali). *E-mail:* carolmalburg@univali.br.

³⁴⁴ Acadêmica de Odontologia (Univali). *E-mail:* livia.onofre@edu.univali.br.

³⁴⁵ Acadêmica de Odontologia (Univali). *E-mail:* rabelo.nicole@yahoo.com.br.

³⁴⁶ Acadêmico de Odontologia (Univali). *E-mail:* eduardopadilha_1@outlook.com.

³⁴⁷ Acadêmica de Odontologia (Univali). *E-mail:* alice.knobloch@edu.univali.br.

³⁴⁸ Cirurgião-Dentista (Univali). *E-mail:* rbueno@univali.br.



19. Metodologia: Foi realizado um estudo de natureza qualitativa. Abordou-se o Programa Nacional de Imunização no contexto da pandemia da covid-19, com foco nos profissionais da saúde na disciplina de Ergonomia na Odontologia do primeiro semestre de 2022. A atividade foi desenvolvida por grupos tutoriais utilizando o arco de Maguerez, que consiste em uma observação da realidade permitindo a identificação de problemas, com a possibilidade de analisá-los, estudá-los e propor medidas de intervenção, tendo as seguintes etapas: observação da realidade, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicabilidade. Os resultados foram apresentados através de um pôster que foi afixado na recepção do curso de Odontologia da Escola de Ciências da Saúde. Resultados: A partir da leitura de referenciais teóricos e discussão na disciplina de Ergonomia em Odontologia, o grupo identificou a importância de compreender e analisar a pandemia de covid-19 e o impacto no processo de trabalho e saúde dos profissionais de saúde. Identificou-se que o Programa Nacional de Imunização, através da estratégia das vacinas funcionam os tipos de vacina, o tempo e a quantidade de vacinas para uma imunização eficiente, as reações mais comuns. O Programa Nacional de Imunização é responsável pela política de vacinação do País, desde a aquisição de imunobiológicos até a disponibilização nas salas de vacinação, estabelecendo normas e diretrizes sobre as indicações e recomendações da vacinação. Para que alguma vacina seja colocada no Calendário Nacional de Vacinação do Programa Nacional de Imunização, são considerados vários aspectos, como a situação epidemiológica, o comportamento da doença ao longo do tempo e o tipo de vacina. Esse processo passa por uma análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde. As vacinas da covid-19 utilizadas no Brasil foram: Astrazeneca, Janssen, Pfizer e Coronavac que foram incluídas no calendário vacinal do Ministério da Saúde. A Fundação Oswaldo Cruz fez uma pesquisa intitulada “Condições de trabalho dos trabalhadores da saúde no contexto da pandemia da Covid-19” que apontou que 84% das pessoas na linha de frente na área da saúde, ficaram sobrecarregadas de trabalho (60 horas semanais), além das alterações significativas na vida cotidianas que causaram perturbação do sono, irritabilidade, estresse, incapacidade de relaxar, apatia, tristeza, e perda da satisfação com a carreira e a vida. Esses desafios enfrentados nos mostram a necessidade de olhar para todos os trabalhadores e trabalhadoras, não somente do segmento da saúde, mas todos que interagem no cotidiano das pessoas como um todo, os serviços essenciais, o trabalho informal, moradores das periferias. No entanto, apesar da abrangência de informações na Política Nacional de Imunização citada, houve uma deficiência na efetivação do Programa Nacional de Imunização e um cenário de politização, com viés ideológico a respeito da adesão dos esquemas vacinais por parte da população, o qual culminou em baixas taxas de imunização, surgimento de variantes virais (Ômicron, Alfa, Delta e dentre outras) e aumento nos casos e óbitos. No final do semestre, foi elaborado um cartaz que foi anexado nas dependências do curso de Odontologia, a fim de que os acadêmicos e funcionários administrativos e docentes obtivessem informação a respeito da imunização contra a covid-19 ofertada aos profissionais de saúde. Nesse contexto, o direito à proteção à saúde é um direito do cidadão e do trabalhador, de acordo com a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 196 afirma que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” e, portanto, devem ser exigidas e garantidas à população e aos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Política Nacional da Imunização; Covid-19; Saúde do Trabalhador; Pandemia; Políticas Públicas.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DA DOENÇA HANSÊNICA NO BRASIL

FERREIRA, Fernanda Melchiorretto³⁴⁹

SOUZA, Izabelle Coelho de³⁵⁰

FERREIRA, Júlia Melchiorretto³⁵¹

FARIAS, Lucas Gobbi de³⁵²

RESUMO

A hanseníase é uma doença infecciosa, transmissível e de caráter crônico, que persiste como problema de saúde pública no Brasil. Relacionada a condições desfavoráveis envolvendo fatores socioeconômicos e sanitários, como baixa renda familiar, baixa escolaridade e falta de condições básicas de saúde, a hanseníase é atualmente classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma doença negligenciada, prevalente em países em desenvolvimento. Essa classificação representa avanço na denominação “doenças tropicais” por contemplar os contextos de desenvolvimento político, econômico e social, superando o determinismo meramente geográfico da causalidade das doenças. A maior parte das doenças negligenciadas é prevenível, uma vez que se dispõe de métodos eficazes de diagnóstico e tratamento. Entretanto, a hanseníase é uma das doenças que continuam sendo um importante problema de saúde pública em várias regiões do mundo devido à sua magnitude, gravidade e relevância social. Conhecida desde os tempos bíblicos, a patologia caracteriza-se por diminuição ou perda da sensibilidade térmica, dolorosa e tátil bem como da força muscular. Em 2021, o Brasil foi o segundo país com mais casos da doença no mundo, perdendo apenas para a Índia. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de investimentos em políticas públicas que visem ao manejo da patologia, a qual pode gerar incapacidades permanentes se não tratada. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo identificar e descrever as políticas públicas existentes no Brasil voltadas para o manejo adequado e efetivo da doença. Metodologia: A presente obra apresenta-se na forma de estudo de revisão, apoiada em pesquisa do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa, sendo sua temporalidade compreendida entre o período de 2012 a 2022, em periódicos nacionais, disponíveis nas distintas Plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), tendo como foco de abordagem abrangente a base teórica atinente à categoria políticas públicas. A seleção dessas bases foi estabelecida em razão do acesso gratuito a conteúdos atualizados e com reconhecida qualidade, fato este evidenciado por suas tradicionais exigências, mais criteriosas para submissão às suas bases de dados e sua notoriedade no meio acadêmico. A pesquisa utilizou os descritores “Hanseníase” OR “Doença de Hansen” OR “Lepra” AND “Mycobacterium leprae” AND “Políticas Públicas de Saúde”, considerando a categoria do tipo de material “artigos” publicados no período delimitado entre “data inicial” ano de 2012 e “data final” ano de 2022. Após baixar e ler analiticamente os 452 artigos resultantes das plataformas selecionadas, obteve-se como resultado oito artigos, que compõem o quadro teórico da

³⁴⁹ Acadêmica de Medicina da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* femelk@gmail.com.

³⁵⁰ Acadêmica de Medicina da Univali. Nutricionista graduada pela Univali. *E-mail:* izabellecoelhodesouza@gmail.com.

³⁵¹ Acadêmica de Medicina da Univali. *E-mail:* juliamf2003@gmail.com.

³⁵² Acadêmico de Medicina da Univali. *E-mail:* lucasgobbidefarias@hotmail.com.



pesquisa. Resultados: A história da saúde pública no controle da doença hanseníca no Brasil demonstra a segregação como a base da profilaxia, sendo tratada durante décadas com severas políticas públicas e privadas de isolamento compulsório. Em 1904, Oswaldo Cruz dedicou à hanseníase atenção especial, tornando obrigatória a notificação compulsória e isolamento. Em 1920, converte-se a doença em política pública de alcance nacional, a partir da criação de colônias de leprosários, mobilizadas pela ação da Inspetoria de Lepra e Doenças Venéreas, primeiro órgão federal de perfil campanhista. Em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, dimensionando o valor que o problema adquiriu no cenário político nacional. Em 1987, ocorreu o primeiro estudo de tendência realizado no Brasil, o qual constatou um padrão ascendente da endemia no país, com início de estabilização na região Sul. Já em 1997, foi constatada redução na região Sul e em São Paulo, mas ainda uma tendência ascendente nas demais regiões. Atualmente, a doença continua sendo um importante problema de saúde pública no país, devido à sua magnitude, gravidade e relevância social. A partir de 2007, o Brasil assumiu o objetivo de controlar a doença, em detrimento à sua erradicação, instituindo indicadores de detecção geral e de detecção em menores de 15 anos para monitoramento e avaliação da endemia. Em 2011, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da saúde criou a Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação (CGHDE), no intuito de fortalecer a resposta para doenças em que os resultados dos programas nacionais foram considerados insuficientes, dentre as quais encontrava-se a hanseníase. A adoção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) como modelo de atenção à saúde redirecionou as prioridades em saúde, tais como o controle da hanseníase, que passou a integrar as políticas da atenção básica. A expansão da rede de diagnóstico e do acesso ao tratamento, oportunizada pela descentralização das atividades de controle da hanseníase com ações integradas à Atenção Primária de Saúde (APS) por meio da ESF em território brasileiro é essencial para o controle da doença, havendo indícios de que uma maior cobertura da ESF contribui para o incremento da taxa de detecção da doença, reforçando que tais serviços baseados na APS são fundamentais para diagnóstico e tratamento precoces. Ainda, é de extrema importância a realização da vigilância de contatos, uma das medidas mais eficazes para o controle da hanseníase, que inclui exames dermatológico e neurológico, imunoprofilaxia com vacina BCG e seguimento dos contatos por, no mínimo, cinco anos após o diagnóstico do caso-referência. Nesse contexto, em 2016, o Brasil estabeleceu um programa piloto intitulado PEP-Hans, visando à administração de quimioprofilaxia e imunoprofilaxia em dose única a contatos dos pacientes infectados. A nível global, a estratégia de combate à hanseníase é estruturada a partir de recursos governamentais voltados aos programas de controle da doença, sistemas de vigilância e informação em saúde para monitoramento e avaliação do programa, além do incentivo à pesquisa. Em suma, a principal estratégia brasileira atual para alcançar baixos níveis endêmicos da hanseníase, portanto, baseia-se na organização de uma rede de atenção com controle-deteção de novos casos, tratamento com esquema poliquimioterápico, prevenção de incapacidades e vigilância dos contatos domiciliares na APS. Conclui-se, com base no que foi discutido e ratificado, que as políticas públicas são indispensáveis como orientadoras da relação entre o ente público e a sociedade, impactando diretamente no âmbito da saúde e, por conseguinte, da qualidade de vida da população. Assim, reitera-se sua importância no manejo da hanseníase frente à alta prevalência no Brasil, bem como à repercussão na saúde do paciente, que pode ser severa.

Palavras-chave: Hanseníase; Política Pública; *Mycobacterium Leprae*.



PREVENÇÃO E COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM UMA CIDADE INTELIGENTE: ANÁLISE DOS IMPACTOS DO APLICATIVO DE CONTROLE DE DENGUE EM ITAJAÍ

SODRÉ, Murilo Allan³⁵³

SESTREM, Nathan Abrão³⁵⁴

MOURA, Graziela Breitenbauch de³⁵⁵

RESUMO

A cidade inteligente possui as capacidades da cidade digital para implementar sistemas de informações que melhorem a disponibilidade e a qualidade das infraestruturas e dos serviços públicos, incrementando sua capacidade de crescimento enquanto estimula a inovação e o desenvolvimento sustentável. Este projeto tem como objetivo verificar os resultados de uma solução tecnológica inteligente aplicada na área da saúde pública para a prevenção e combate ao *Aedes aegypti*. A ideia concebida no âmbito do município de Itajaí se revela original, devido à construção estratégica de suas instituições para o desenvolvimento de uma solução, de um produto, estabelecendo uma rede de conexões que alimentarão o sistema com informações e ações conjuntas com foco no bem-estar, utilizando geoprocessamento para especializar dados, auxiliando os gestores na tomada de decisões. A pesquisa é relevante pela combinação da inteligência coletiva e geoprocessamento, que surge de pessoas, instituições de cooperação, infraestrutura de tecnologia de informação (TI) e a inteligência de uma cidade digital integrando as capacidades da população, dos serviços de gestão e da inovação do conhecimento digital. Problema de pesquisa: Como a tecnologia pode auxiliar no mapeamento de dados e módulos de informação entregando valor frente às demandas e às necessidades da saúde pública para o combate e a prevenção do *Aedes aegypti* em uma cidade inteligente? Como a implantação de políticas públicas para a cidade inteligente pode modificar o contexto local e impactar, com a aplicação de tecnologias para a solução dos problemas da área da saúde, na prevenção e no combate ao *Aedes aegypti* no município? Objetivo do estudo: Compreender como o uso da tecnologia pode auxiliar cidades inteligentes na gestão do combate à dengue por parte dos órgãos de vigilância epidemiológica. O trabalho apresenta uma revisão da literatura acadêmica que trata a abordagem das cidades inteligentes e da tecnologia aplicada à saúde. Destaca também o caso do município de Itajaí com a solução tecnológica desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia (SETEC). Metodologia: Trata-se de uma pesquisa mista, de forma exploratória por meio de um estudo de caso múltiplo. A aplicabilidade do projeto se deu por meio do desenvolvimento da solução tecnológica desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia (SETEC) e dos dados da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itajaí (Santa Catarina, Brasil). Resultados: Dos resultados até então apresentados constatou-se a padronização e informatização dos formulários, permitiu um diagnóstico da real situação da dengue no município de Itajaí,

³⁵³ Mestrando do Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas da Univali (2021). *E-mail:* murilo@itajai.sc.gov.br.

³⁵⁴ Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Univali (2021). *E-mail:* nathan@tjsc.jus.br.

³⁵⁵ Graduada em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pela Univali (1996), especialização em Marketing (Univali), mestrado em Cooperação Internacional (2003) e em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2005) e Doutorado em Administração e Turismo pela Univali (2016). *E-mail:* grazi1@univali.br.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

propiciando agilidade na tomada de decisão pela equipe de gestão, além da automação do envio de dados consolidados ao Ministério da Saúde.

Palavras-chave: Cidade Inteligente; Geoprocessamento; Políticas Públicas; Saúde Pública; Dengue.



ESTRATÉGIAS DE ATENÇÃO E CUIDADO A INDIVÍDUOS COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DE DROGAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

LAVEZZO, Beatriz de Oliveira³⁵⁶
LAVEZZO, Raphael de Oliveira³⁵⁷
DE MICHELI, Denise³⁵⁸
REICHERT, Richard Alecsander³⁵⁹

RESUMO

Problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas representam uma preocupação de saúde pública em nível mundial, demandando estratégias efetivas de identificação e intervenção nos serviços de saúde, com vistas ao diagnóstico precoce, cuidado aos agravos e encaminhamento para tratamento especializado. Objetivos: Em vista disso, o presente estudo teve por objetivos identificar estratégias utilizadas por profissionais atuantes na atenção primária à saúde e analisar suas percepções sobre as barreiras e fatores que facilitam a implantação de estratégias efetivas de atenção e cuidado a pessoas com necessidades decorrentes do uso de substâncias. Metodologia: Tratou-se de um estudo descritivo-exploratório, de natureza quanti e qualitativa e de métodos mistos. A amostra foi composta por agentes comunitários e profissionais de enfermagem e medicina. Para a obtenção de dados quantitativos, aplicou-se a 32 profissionais de saúde um questionário online sobre estratégias utilizadas em sua rotina de trabalho nos serviços de saúde. Para a coleta de dados qualitativos, foram entrevistados 11 profissionais utilizando um roteiro de entrevista semiestruturada. Resultados: No questionário online, participaram 16 agentes comunitários (50,0%), 11 profissionais de enfermagem (34,4%) e 5 de medicina (15,6%). Em relação ao nível de escolaridade e formação dos profissionais, predominou o nível de especialização (34,4%), seguido por ensino médio completo (28,1%). Entre agentes comunitários, verificou-se que a maioria possuía ensino médio completo (28,1%), seguido por ensino superior incompleto (15,6%) e ensino superior completo (6,3%); entre profissionais de enfermagem, observou-se maior escolaridade em nível de especialização (18,8%), seguido por mestrado (9,4%) e doutorado (3,1%); e, entre profissionais de medicina, 100% possuíam formação em nível de especialização. Do total de participantes, 15,6% afirmaram possuir algum aperfeiçoamento ou especialização especificamente na área de álcool e outras drogas. Quanto às estratégias de identificação e intervenção aplicadas em sua rotina de trabalho junto a indivíduos em uso de substâncias, 37,5% realizavam frequentemente o rastreamento do consumo de álcool e outras drogas por meio de abordagens e entrevistas iniciais; 78,1% nunca utilizavam instrumentos ou escalas padronizadas e validadas para triagem e diagnóstico do uso de drogas; 40,6% utilizavam ocasionalmente a territorialização como meio de identificar demandas relacionadas ao uso de substâncias; 43,8% participavam

³⁵⁶ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* beatriz_lavezzo@hotmail.com.

³⁵⁷ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). *E-mail:* raphaellavezzo@gmail.com.

³⁵⁸ Doutora em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail:* demicheli.unifesp@gmail.com.

³⁵⁹ Doutorando em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail:* reichert@unifesp.br.



ocasionalmente da elaboração e realização de ações preventivas; 53,2% nunca ou raramente realizavam cursos de formação continuada ou aperfeiçoamento na área; 43,8% raramente organizavam ou participavam de espaços de reflexões e debates sobre o assunto; 37,5% afirmaram atuar frequentemente em uma perspectiva interdisciplinar e interprofissional; 34,4% relataram frequentemente dialogar e articular estratégias com outros serviços da rede; 65,7% nunca ou raramente aplicavam entrevista motivacional, intervenção breve, psicoeducação ou outras estratégias interventivas para redução do uso de drogas ou das consequências associadas; e 56,2% ocasionalmente e frequentemente buscavam integrar e realizar intervenções familiares e comunitárias. Os dados qualitativos revelaram que as principais estratégias utilizadas pelos profissionais foram busca ativa, demanda espontânea e articulação com outros serviços e rede de apoio. Como principais facilitadores e potencialidades na atenção e cuidado aos indivíduos em uso de drogas foram mencionados: proximidade e conhecimento do território; multidisciplinaridade e interprofissionalidade; matriciamento e compartilhamento de saberes entre profissionais; descentralização da gestão e do cuidado; intersetorialidade; articulação com a rede; e integração das famílias e comunidades. Entre as principais barreiras, foram identificadas: excesso de demandas e sobrecarga de trabalho; estigma e preconceito em relação às pessoas que usam drogas; dificuldades socioeconômicas; baixa adesão dos usuários; complexidade e multidimensionalidade da questão do uso de substâncias; não reinterpretação das demandas de saúde por parte dos profissionais; desafios de intersetorialidade; insuficiência de recursos materiais e humanos; divergências entre as políticas e as práticas de cuidado; e hegemonia do modelo biomédico e institucionalizante. Conclusão: Espera-se que os resultados possam subsidiar reflexões e contribuir para formulação de ações de apoio e capacitação de profissionais para atendimento às pessoas que fazem o uso de álcool e outras drogas.

Palavras-chave: Uso de Drogas; Atenção Básica à Saúde; Prevenção; Tratamento.



PERFIL DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS QUE ATUAM NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

OLIVEIRA, Tírza Cruz de³⁶⁰
CHESANI, Fabíola Hermes³⁶¹
GOUVEA, Pollyana Bortholazzi³⁶²

RESUMO

No ano de 2000, o Brasil conquistou a inclusão da saúde bucal e das práticas odontológicas dentro das equipes de Estratégia Saúde da Família, no Sistema Único de Saúde. Apesar dessa inserção ter um atraso de cinco anos para acontecer, pois deveria ser no ano de 1995, a Atenção Primária à Saúde do Brasil, ganha destaque por se diferenciar da maioria dos modelos de atenção à saúde de outros países. Em 2004, o Ministério da Saúde criou as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Este documento apresenta as diretrizes para a organização da atenção à saúde bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde e traz que a Estratégia Saúde da Família, que foi criada em 1994 e normatizada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde de 1996, é fundamental para que a organização da atenção básica aconteça. É na lógica da Estratégia da Saúde da Família, com a finalidade de garantir atenção odontológica integral no Sistema Único de Saúde, que o governo federal cria a Política Nacional Brasil Sorridente, em 2003. A partir da edição dessa política, as práticas odontológicas passaram a reunir, a um só tempo, ações coletivas de promoção, manutenção e educação em saúde; ações coletivas de diagnóstico de doenças bucais e de proteção específica a doenças bucais; ações específicas individuais de diagnóstico de doenças bucais, tratamento (procedimentos clínicos, procedimentos de urgência e emergência e pequenas cirurgias ambulatoriais), prevenção de agravos, e reabilitação, em conformidade com a vigilância em saúde e com planejamento orientado pela epidemiologia e informações do território. O processo de trabalho em saúde bucal, segundo as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal de 2004, requer interdisciplinaridade e multiprofissionalidade, não se limitando ao campo biológico, ou ao trabalho técnico-odontológico. A atuação da equipe de saúde bucal deve ocorrer com a interação com profissionais de outras áreas, de forma a ampliar seu conhecimento, permitindo a abordagem do indivíduo como um todo, atenta ao contexto socioeconômico-cultural no qual ele está inserido, além de suas funções específicas. Problema de pesquisa: Qual é o perfil dos cirurgiões-dentistas que atuam na Estratégia Saúde da Família no município de Navegantes? Objetivo do estudo: Conhecer o perfil dos cirurgiões-dentistas que atuam na Estratégia Saúde da Família no município de Navegantes. Metodologia: Este estudo corresponde a uma pesquisa exploratória descritiva. O estudo foi realizado em um município do norte do estado de Santa Catarina, chamado Navegantes, região sul do Brasil. O município tem seu território geográfico bem definido entre o Rio Itajaí ao Sul e rio Gravatá ao Norte. O município contém 81.475 habitantes, 18 unidades básicas de saúde, que se dividem nas regiões do Centro, Área Rural de Navegantes, Escalvados, Meia Praia, Gravatá, Pedreiras, Nossa Senhora das Graças, Machados, São

³⁶⁰ Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* tizracruz@gmail.com.

³⁶¹ Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Univali. *E-mail:* fabiola.chesani@univali.br.

³⁶² Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.



Domingos, Porto das Balsas, bairro São Pedro, bairro São Paulo e conta com 14 equipes de atenção odontológica na Estratégia Saúde da Família. Os participantes da pesquisa foram 14 cirurgiões-dentistas que atuam nas Unidades Básicas de Saúde do município. Os critérios de inclusão foram: a) estar atuando na Estratégia Saúde da Família do município; b) cirurgiões-dentistas que atuam na Atenção Básica, por meio de contratos assistenciais de 15 horas. Os critérios de exclusão foram: a) cirurgiões-dentistas que estão em licença-maternidade, afastados dos serviços por doenças ou férias. O primeiro contato foi realizado com a Secretaria Municipal de Saúde do município e socializada com a coordenação de saúde bucal da atenção básica. Uma vez de posse da anuência do representante da saúde do executivo municipal com a assinatura do Termo de Anuência da Instituição, foi solicitado o quadro de cirurgiões-dentistas da Estratégia Saúde da Família e, em seguida, feito os convites pessoalmente. O instrumento de coleta de pesquisa, foi um questionário sobre o perfil dos cirurgiões-dentistas. Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados por letras, em ordem alfabética. Os participantes foram abordados e convidados a participar da pesquisa em seus ambientes de trabalho (Unidades Básicas de Saúde), após autorização do gestor. Assim, no momento do convite à participação da pesquisa, foi acolhido o momento, condição, dia e horário adequados, considerando as peculiaridades e privacidade dos convidados; sem interferência nas suas rotinas de trabalho. Os participantes somente participaram da entrevista após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Por se tratar de pesquisa com seres humanos, o estudo foi submetido ao Conselho de Ética e Pesquisa e foi aprovado. E por se tratar, mais especificamente de pesquisa com seres humanos em instituições do Sistema Único de Saúde, serão obedecidos os critérios exigidos na resolução 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde. Principais Resultados: Existem 14 cirurgiões-dentistas nas Unidades Básicas de Saúde no município de Navegantes e, até o momento, oito cirurgiões-dentistas responderam ao questionário e foram identificados neste estudo com as letras A, B, C, D, E, F, G e H. Cinco cirurgiões-dentistas são do gênero feminino e três do gênero masculino. A faixa etária está entre os 26 anos e os 53 anos. Com relação ao tempo de formação em odontologia: os cirurgiões-dentistas D e H relataram ter 28 anos de formação, o cirurgião-dentista A (1) tem 21 anos de formação, o cirurgião-dentista E relatou ter 20 anos de formação, os cirurgiões-dentistas B e C relataram ter 12 anos de formação, o cirurgião-dentista G relatou ter sete anos de formação e, por fim, o cirurgião-dentista F relatou ter cinco anos de formação. Com relação ao tempo de trabalho no serviço público: o cirurgião-dentista A relatou que trabalha há 15 anos, o B há 11 anos, o C há 12 anos, o D há 27 anos, o E há 16 anos, o F há um ano, o G há um ano e meio, o H há 11 anos. Sobre as especialidades: os cirurgiões-dentistas A, B, D e H são especialistas em saúde da família, o A e o B também têm mestrado em informática em saúde, o A também é especialista em perícia criminal e o B e o G em implantodontia. Os cirurgiões-dentistas C e H são especialistas em odontopediatria. O D também é especialista em cirurgia bucomaxilofacial e saúde coletiva, o E é especialista em ortodontia e, por fim, o F é especialista em estomatologia.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família; Atenção Básica; Sistema Único de Saúde; Cirurgiões-dentistas.



INTERFACES ENTRE VULNERABILIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LAVEZZO, Beatriz de Oliveira³⁶³
REICHERT, Richard Alecsander³⁶⁴
BRACIAK, Matheus³⁶⁵
SOUZA, Vinicius Pinho de³⁶⁶
LAVEZZO, Raphael de Oliveira³⁶⁷
REICHERT, Karoline Gabrieli³⁶⁸
SILVA, Eroy Aparecida da³⁶⁹
DE MICHELI, Denise³⁷⁰

RESUMO

No contexto brasileiro, o debate sobre vulnerabilidades sociais ganhou maior intensidade por volta da década de 1990, no âmbito das políticas públicas e em outras diversas áreas do conhecimento. Ainda atualmente, o conceito é frequentemente aplicado para referir a pessoas, famílias e comunidades que se encontram em situações socioeconômicas consideradas de risco. Entretanto, deve-se partir de uma perspectiva multidimensional na discussão sobre vulnerabilidade, de modo a abranger aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, visto que tal concepção não se restringe à situação de pobreza, mas está associada a uma gama de situações: dificuldades de inserção social, violência, desemprego, qualidade de moradia, saneamento básico, entre outras circunstâncias sociais que possuem gênese na própria constituição sócio-histórica do Brasil. Dessa maneira, o conceito de vulnerabilidade é marcado por uma constante intersecção entre diversos determinantes, incluindo aspectos culturais, desigualdade social, pobreza, relações étnico-raciais e de gênero, saúde pública e educação. Em relação a este último, a vulnerabilidade social aparece principalmente em questões relacionadas ao fracasso escolar, a participação das famílias no processo educativo, a estrutura escolar e a comunidade que a cerca, formas de violência, entre outras. Objetivos: O presente estudo visou a buscar aproximações do conceito de vulnerabilidade social com o campo da educação e de políticas públicas. Além disso, objetivou-se verificar a aparição do conceito de vulnerabilidade social na literatura científica, bem como observar qual metodologia foi adotada para o entendimento da questão e de sua conceituação. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, cuja pergunta norteadora pautou-se na forma pela qual pesquisadores de diversos campos do conhecimento compreendem a vulnerabilidade social e o seu impacto no contexto educacional, em específico nas escolas. Questionou-se também se os estudos

³⁶³ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* beatriz_lavezzo@hotmail.com.

³⁶⁴ Doutorando em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail:* reichert@unifesp.br.

³⁶⁵ Graduando em Psicologia pela Univali. *E-mail:* matbraciak@gmail.com.

³⁶⁶ Graduando em Psicologia pela Univali. *E-mail:* vinicius.univali19@gmail.com.

³⁶⁷ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). *E-mail:* raphaellavezzo@gmail.com.

³⁶⁸ Graduanda em Direito pela Univali. *E-mail:* karoline_reichert@edu.univali.br.

³⁶⁹ Especialista em Psicologia Social e Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail:* eroyntc@gmail.com.

³⁷⁰ Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail:* demicheli.unifesp@gmail.com.



correlacionavam a temática da vulnerabilidade social com as políticas públicas nacionais. Foram analisados 15 artigos da base de dados SciELO, compreendendo o período de 2006 a 2017, utilizando os seguintes descritores booleanos: vulnerabilidade social; escola; políticas públicas. Resultados: Através do presente estudo denota-se a concepção de vulnerabilidade ainda vinculada a uma compreensão associada à ausência, carência ou falta de algo. Não obstante, observou-se relevante a utilização dos termos “risco” e “vulnerabilidade” como sendo sinônimos, apesar dessas terminologias possuírem significativas diferenças conceituais. Infere-se que o aspecto mais desafiador na proposição de políticas públicas na área da educação é referente a ações intersetoriais e horizontais, de modo a garantir a participação de diferentes profissionais. Por conseguinte, os estudos devem possuir percursos metodológicos pautados no entendimento dos sujeitos como atores capazes de construir o conhecimento juntamente aos pesquisadores e de transformar a sua própria realidade, na condição de sujeitos históricos. Conclusão: Espera-se que este trabalho contribua para reflexões e para o desenvolvimento de estratégias educativas e redutoras de vulnerabilidades no campo da educação, considerando a realidade, a autonomia e o protagonismo dos diversos atores presentes nesse contexto, tendo, por fim, a educação como um instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas; Educação.



CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS DE NEGLIGÊNCIA INFANTO-JUVENIL NA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

MACEDO, Ivanda Teresinha Senger de³⁷¹
MARCON, Natacha Irma Dias³⁷²

RESUMO

A negligência infantil pode ser definida como a incapacidade de proporcionar à criança a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde, que são indispensáveis para o seu crescimento e desenvolvimento normais. Pode manifestar-se de forma ativa, em que existe intenção de causar dano à vítima, ou passiva, quando resulta de incompetência na capacidade dos pais, ou de outros responsáveis, para assegurar tais necessidades. Problema de pesquisa: Quais são os casos notificados de negligência infantil na região da Foz do Rio Itajaí? Objetivos do estudo: Caracterizar os casos notificados de negligência infanto-juvenil na região da Foz do Rio Itajaí. Identificar os pacientes quanto à faixa etária da população notificada, sexo, raça, escolaridade. Identificar os tipos de negligências notificadas e investigadas. Metodologia da pesquisa: Trata-se de uma pesquisa quantitativa de corte transversal, que será realizada por meio de coleta e análise dos dados disponíveis nos Sistemas de Informação em Saúde (TABNET/SINAN). Nos estudos transversais, as mensurações são feitas em um único momento do tempo, descrevem variáveis e seus padrões de distribuições, identificam a prevalência de determinado fenômeno. Resultados: Os dados coletados serão tabulados em uma planilha no programa Excel, e reorganizados para criar uma planilha com os dados de cada variável. Após isso, as informações serão analisadas, por meio de estatística descritiva, usando-se frequências relativas e absolutas e representadas em tabelas. Considerações finais: O estudo será procedido devido à necessidade de aprofundar os conhecimentos e compreender como ocorrem os atendimentos de casos de negligência infantil, se é realizado notificação, número de atendimentos realizados e qual o papel do profissional de enfermagem neste processo.

Palavras-chave: Negligência Infantil; Saúde da Criança; Perfil Epidemiológico.

³⁷¹ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho. Docente da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* imacedo@univali.br.

³⁷² Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* natacha1503marcon@gmail.com.



ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA INTERSECÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: RELATO DE CASO

MAFEI, Alessandro S.³⁷³
BRANCHER, Gabriel Angelo³⁷⁴
VAL MARTIGONI, Letícia³⁷⁵
ONOFRE, Livia R.³⁷⁶
RABELO, Nicole³⁷⁷
MIRANDA, Pedro Henrique F.³⁷⁸
VIANA, Rafaela F.³⁷⁹
BUENO, Raphael Nunes³⁸⁰

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade, ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Plano Nacional da Educação e Base Nacional Comum Curricular trabalham em conjunto para que o artigo acima citado seja exercido; enquanto o Plano Nacional de Educação estabelece a articulação entre Municípios, Estados e Distrito Federal e estabelece 20 metas que visam a que o país avance na universalização da etapa obrigatória e na qualidade da educação. A Relação entre o Sistema Único de Saúde e as Políticas Nacionais de Educação possibilitam à população brasileira efetivar o conceito ampliado de saúde ofertando ações que protegem e promovem qualidade de vida observando os aspectos sociais, físicos e psicológicos. Problema: Como a efetuação da política pública no âmbito do ensino fundamental afetam os direitos sociais no âmbito da saúde? Objetivo: Descrever as estratégias de ensino e aprendizagem na disciplina de Literacia da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Vale do Itajaí no curso de Odontologia, a respeito da Política Nacional de Educação e seu impacto nas Políticas Nacionais de Saúde. Abordaram-se a Lei Orgânica de Saúde, o Plano Nacional da Educação e Base Nacional Comum Curricular, com foco na intersecção nas ações de saúde. Metodologia: Estudo de natureza qualitativa através de grupos tutoriais utilizando a técnica de problematização do Arco de Magueréz, que consiste em uma observação da realidade permitindo a identificação de problemas, com a possibilidade de analisá-los, estudá-los e propor medidas de intervenção, tendo as seguintes etapas: observação da realidade, pontos-chaves, teorização, hipóteses de solução e aplicabilidade. Os resultados foram apresentados através da elaboração de um vídeo que abordava a proposta de intervenção desenvolvida na disciplina de Literacia do curso de Odontologia da Escola de Ciências da Saúde na Universidade do Vale do Itajaí, campus de Itajaí, no primeiro semestre de 2022. Resultados: Com o estudo e

³⁷³ Acadêmico de Odontologia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* ale.1009@hotmail.com.

³⁷⁴ Acadêmico de Odontologia na Univali. *E-mail:* gabriel.brancher@edu.univali.br.

³⁷⁵ Acadêmica de Odontologia na Univali. *E-mail:* leti-vall73@hotmail.com.

³⁷⁶ Acadêmica de Odontologia na Univali. *E-mail:* livia.onofre@edu.univali.br.

³⁷⁷ Acadêmica de Odontologia na Univali. *E-mail:* rabelo.nicole@yahoo.com.br.

³⁷⁸ Acadêmico de Odontologia na Univali. *E-mail:* pedrohenrique.fm@outlook.com.

³⁷⁹ Acadêmica de Odontologia na Univali. *E-mail:* rafaelaviana1511@gmail.com.

³⁸⁰ Cirurgião-dentista pela Univali. Docente na Univali. *E-mail:* rbueno@univali.br.



a discussão mais aprofundada foi possível analisar que, apesar de haver o Plano Nacional de Educação e políticas públicas que garantem o acesso ao ensino fundamental por parte da população infantojuvenil, ainda existe a falta da execução efetiva dessas políticas. A Base Nacional Comum Curricular fixa conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a serem ensinados. Sabe-se que a saúde é um direito universal garantido pela Constituição Federal de 1988, que criou um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o SUS. O conceito ampliado de saúde, definido pelo artigo terceiro da lei 8080/90, define saúde levando em conta vários fatores determinantes e condicionantes na vida dos cidadãos, como a alimentação, moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Essa garantia da saúde pelo Estado foi uma revolução, pois antes só quem contribuía para a previdência, tinha acesso, enquanto o restante da população dependia do setor privado ou instituições filantrópicas. Os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país. Ela define a saúde como condição básica de satisfação das necessidades básicas do cidadão, estipulando uma visão mais abrangente de quais áreas necessitam prioridade nos investimentos do poder público, correlacionando várias áreas diferentes que interagem entre si para que se alcance o bem-estar, inclusive e principalmente sempre levando em conta as particularidades de cada região. A saúde encontra-se inserida nos temas transversais e identifica-se que, nas escolas que não abordam a saúde transversalmente, há ocorrência de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. As temáticas sociais, como a saúde, não obtêm o devido tratamento. Partindo do fato que o acesso à saúde configura um direito humano, compreende-se a importância de ações voltadas para a divulgação e o ensinamento desse tema em ambientes escolares e de trabalho. Conclui-se que a educação e saúde são asseguradas pela Constituição Federal Brasileira no artigo 6º e é notório que o incentivo da sociedade e a ação do Estado através das Políticas de Educação e Saúde trabalham em conjunto para que a efetivação dos Direitos Sociais possa ser discutida no ambiente escolar, garantindo a proteção aos direitos humanos.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Literacia; Política Pública; Saúde Pública.



ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS ADQUIRIDA, NA GESTAÇÃO E CONGÊNITA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE UM MUNICÍPIO NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

COSTA, Yohanna de Andrade da³⁸¹

NOVAK, Aline de Souza³⁸²

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira³⁸³

RESUMO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) constituem atualmente em um problema de Saúde Pública no mundo, mesmo com os avanços tecnológicos nos diagnósticos e acesso a tratamentos, ainda possuem um peso socioeconômico crescente, sobretudo por suas consequências à saúde sexual, reprodutiva e materno-fetal. As IST podem ter diferentes etiologias e apresentações clínicas, impactando na qualidade de vida das pessoas, nas relações pessoais, familiares e sociais. Dentre as IST que constituem um dos principais agravos de saúde pública no Brasil está a sífilis, que é causada pela bactéria *Treponema Pallidum*, uma bactéria Gram-negativa do grupo das espiroquetas, descoberto em 1905, sendo de caráter sistêmico, curável e exclusiva do ser humano, podendo apresentar diversas manifestações clínicas e de diferentes estágios (sífilis primária, secundária, latente e terciária). Sua transmissão se dá principalmente por contato sexual; contudo, a infecção pode ser transmitida verticalmente para o feto durante a gestação de uma mulher com sífilis não tratada ou tratada de forma inadequada. A maioria dos indivíduos com sífilis é assintomática, isto é, quando apresenta sinais e sintomas, não os percebem ou não os valorizam, e podem, sem saber, transmitir a infecção aos parceiros sexuais. O Brasil, assim como outros países, apresenta uma reemergência da infecção. Diante da situação, os profissionais de saúde devem ter competência na identificação das manifestações clínicas, conhecer os testes diagnósticos disponíveis, e, sobretudo, saber interpretar o resultado do exame para diagnóstico e controle de tratamento. Por conta dessa situação grave para a saúde pública, em conjunto com o Departamento de Vigilância epidemiológica (DVE) do município de Navegantes, foi proposto desenvolver um protocolo de atendimento de manejo da sífilis nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Centro Especializado de Testagem e Aconselhamento (CETA) do município de Navegantes. Justifica-se a necessidade de realizar um projeto de intervenção, visto que, através do diagnóstico institucional realizado no DVE de Navegantes, foi possível identificar as necessidades de instituir no município, um protocolo de atendimento de manejo da sífilis, pois, devido ao aumento abrupto de número de casos notificados nos últimos anos, julga-se necessário buscar por alternativas que possam ir ao encontro com a proposta de combate à doença. Portanto, a implementação do projeto proposto no Estágio Curricular Supervisionado irá disponibilizar fluxogramas que darão subsídio à tomada de decisão dos profissionais de saúde no diagnóstico, tratamento e monitoramento da cura, resultando na melhora da qualidade do atendimento prestado, repercutindo no nível de satisfação e de confiança dos clientes. Problema de pesquisa: A ausência de protocolo assistencial para o manejo da sífilis dentro das UBSs do município de Navegantes. Objetivo do estudo: Elaborar, validar e implementar um protocolo assistencial para o manejo da sífilis

³⁸¹ Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: yohannacostay@gmail.com.

³⁸² Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail*: alinedesouza4412gmail.com.

³⁸³ Docente do Curso de Enfermagem na Univali. *E-mail*: rctrangel@gmail.com.



nas UBSs e CETA do município de Navegantes. Metodologia: Trata-se de estudo descritivo do tipo relato de experiência sobre a atuação das acadêmicas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, em uma unidade de saúde de Vigilância Epidemiológica, em que foi realizado um projeto de atuação para desenvolver protocolo de atendimento de manejo da sífilis nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Centro Especializado de Testagem e Aconselhamento (CETA) do município de Navegantes. Resultados: Importante destacar que as atividades desenvolvidas no município durante o Estágio Curricular Supervisionado vem de encontro com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCNE), estabelecidas em 2001, descreve a importância da inserção do discente em diferentes cenários de prática profissional, com intuito de prover a formação de enfermeiros pautada no desenvolvimento de competências e habilidades generalistas, humanistas, críticas e reflexivas, tornando-os aptos a identificar e intervir nos problemas de saúde/doença mais prevalentes no perfil epidemiológico do país por consequências, nos municípios. Através da implementação do presente plano de intervenção, espera-se aumentar a resolutividade no atendimento ao paciente com sífilis adquirida, congênita e gestacional através da organização de fluxogramas de manejo que englobe todas as etapas fundamentais para o atendimento dos pacientes na Rede de Atenção à Saúde (RAS), visando a fortalecer os vínculos com os usuários da atenção primária do município. Busca-se também a conscientização sobre o papel do enfermeiro na atenção primária. É importante que os profissionais se aperfeiçoem para detectar, tratar e monitorar essa infecção, por ser associada à sexualidade. É fundamental que tanto os profissionais da saúde quanto os gestores estejam comprometidos com a qualidade dos serviços prestados à população, principalmente na assistência pré-natal, considerando também essencial, os registros referentes ao acompanhamento da gestante, com melhoria nas informações registradas nos prontuários e nos cartões das gestantes. O atendimento do enfermeiro deve ser realizado baseado em evidências científicas com atenção especial às etapas do processo de enfermagem com Coleta de Dados de Enfermagem (ou Histórico de Enfermagem); Diagnóstico de Enfermagem; Planejamento de Enfermagem; Implementação; e Avaliação de Enfermagem; com orientações à gestante e ao parceiro sexual, sendo um ponto facilitador para a evolução de atividades voltadas para a redução da sífilis. Além do mais, o enfermeiro é responsável pela gerência das ações de enfermagem nos serviços de saúde, assumindo um processo de organização do trabalho com enfoque na promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação dos indivíduos, família e comunidade. Dessa forma, busca-se, através da implementação do plano de intervenção, contribuir com os profissionais de saúde e órgãos governamentais acerca da necessidade de implementar ações de melhorias no serviço de saúde do município de Navegantes. A vigilância epidemiológica de sífilis ainda está num processo de evolução da descrição da magnitude e da gravidade da doença, e vem contribuindo para o desenvolvimento de ações direcionadas para a redução da transmissão vertical da sífilis com diagnóstico e pelo tratamento precoce.

Palavras-chave: Atenção Básica; Protocolo Assistência; Sífilis.



PROGRAMA INOVA RS: UM ESTUDO DE CASO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOSISTEMA DA REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL NORTE

JANSEN, Aline Castro³⁸⁴

SCHINAIDER, Alessandra Daiana³⁸⁵

SORDI, Jefferson Dobner³⁸⁶

FERREIRA, Luiza Malheiros³⁸⁷

FRANZONI, Thomaz Borela³⁸⁸

MENDES, Marcelo Kratz³⁸⁹

RESUMO

Buscar a inovação para um mercado ávido e competitivo por produtos, soluções e serviços é um grande diferencial nos dias de hoje. Inovação é a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado ou, ainda, a implementação de métodos ou processos que envolvem a produção, distribuição, marketing ou processos organizacionais novos ou significativamente melhorados. Porém, o conceito não se aplica apenas para os negócios, mas também para a promoção dos ecossistemas regionais de inovação, que envolvem diversos atores capazes de interagir entre si e buscar o fomento da cultura de inovação. Os ecossistemas regionais são considerados locais fundamentais de produção e inovação do conhecimento, onde a vantagem competitiva regional baseia-se na capacidade de atrair oportunidades de desenvolvimento e captar empresas de alta tecnologia e talentos, garantindo uma maior criação de riqueza e empregabilidade. Nesse sentido, o Programa Inova RS, promovido pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi lançado com a intenção de colocar o referido Estado no mapa global de inovação, através do envolvimento da quádrupla hélice dos ecossistemas regionais – sociedade civil organizada, academia, setor empresarial e governo – e aplicando o método de especialização inteligente. Dividiu-se o Estado, portanto, em oito regiões, sendo uma delas a Região Metropolitana e Litoral Norte, visando à promoção do desenvolvimento do ecossistema regional de inovação a partir do fortalecimento das potencialidades locais. Problema de pesquisa: O principal problema de pesquisa apontado foi: quais são as boas práticas no processo de construção de um programa de inovação com a finalidade de se alcançar resultados efetivos e duradouros? Objetivo do estudo: Este estudo tem como objetivo geral apresentar o processo de implantação do Programa Inova RS, com o propósito de promover o desenvolvimento do ecossistema regional de inovação na Região Metropolitana e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Metodologia: Para alcançar o objetivo de apresentar a implantação do Programa Inova RS na Região Metropolitana e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, foi realizada uma pesquisa qualitativa classificada como

³⁸⁴ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* alinecastrojansen@gmail.com.

³⁸⁵ Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. *E-mail:* alessandraaianaschinaider@gmail.com.

³⁸⁶ Doutor em Administração. Docente na Universidade Feevale. *E-mail:* jefferson@feevale.br.

³⁸⁷ Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* luizamalheirosferreira@gmail.com.

³⁸⁸ Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail:* thomaz.borela@hotmail.com.

³⁸⁹ Mestrando PPG Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. *E-mail:* kratz.marcelo@gmail.com.



descritiva. Assim sendo, por meio do método de estudo de caso, investigou-se o envolvimento dos atores estratégicos para a elaboração e o desenvolvimento dos projetos de inovação como unidade de análise durante o seu acontecimento. O estudo de caso busca, a partir de uma base teórica, resultados empíricos na unidade de análise, visto que seu objeto foi escolhido devido a suas particularidades. O caso selecionado é o Programa Inova RS Região Metropolitana e Litoral Norte, que vem sendo construído desde outubro de 2019, a partir da colaboração de atores da quádrupla hélice – sociedade civil organizada, academia, setor empresarial e governo. Sendo assim, foram explorados acontecimentos contemporâneos no âmbito da estruturação e do desenvolvimento dos projetos de inovação por meio de três principais fontes de evidências: observação participante, estudo bibliográfico e pesquisa documental, seguindo a proposta da utilização de linhas múltiplas de coleta de dados. Dessa forma, os dados coletados foram cruzados com o referencial teórico, que foi revisitado e forneceu o suporte para a descrição dos resultados, que serão discutidos no próximo tópico. Resultados: Por meio da aplicação da metodologia, definiu-se uma visão de futuro para o ecossistema de inovação da região estudada, com vistas às suas áreas estratégicas e seus potenciais. Os projetos desenvolvidos pelo Inova RS em todas as regiões do estado baseiam-se em uma metodologia de especialização inteligente, que prevê a identificação dos setores estratégicos em cada região com a finalidade de conhecer e fortalecer as potencialidades locais, seguindo algumas características e abordagens da Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS3), método de inovação adotado na Europa. Esse método foca no impulsionamento da inovação e desenvolvimento socioeconômico regional, a partir da análise das forças e potencialidades da economia local e contando com o amplo envolvimento dos atores da quádrupla hélice do ecossistema regional de inovação. Para isso, primeiramente, foi realizado um levantamento, a fim de mapear as áreas estratégicas com maior potencial na Região Metropolitana e no Litoral Norte. A partir dos dados coletados, identificou-se a forte vocação em quatro áreas, o que ocasionou a posterior estruturação de projetos: Saúde, Economia Criativa, Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação. Após, portanto, foram cocriados projetos de inovação focados em cada uma, envolvendo especialistas e outros atores participantes da quádrupla hélice do ecossistema. Essas interações ocorreram através do processo de implantação do Programa Inova RS, gerando diversas ações fundamentais para o alcance de resultados positivos para a Região. Na saúde, o projeto desenvolvido é intitulado “RS Saúde Digital: fomento ao desenvolvimento de soluções inovadoras”. O Grupo de Trabalho da Saúde se organizou a partir da divisão em dois subgrupos. O subgrupo de Mapeamento está realizando uma plataforma digital em Porto Alegre e, para isso, iniciou o levantamento de hospitais públicos e privados da capital gaúcha, cursos de graduação e pós-graduação, startups ligadas à área da saúde e iniciativas de empreendedorismo e inovação direcionadas ao setor. Essa plataforma, em formato de website, reunirá tais informações sobre os agentes das diversas hélices da saúde na capital, servindo como local de inserção para novos entrantes e conexão entre os agentes já existentes. O subgrupo de Eventos planejou uma trilha de capacitações sobre saúde digital, blockchain e o padrão Fast Healthcare Interoperability Resources (FHIR), que é um padrão de sistema direcionado para a interoperabilidade entre sistemas da área da saúde, contemplando todas as suas especificidades e necessidades de cuidados por lidar com dados sensíveis dos cidadãos em geral. Outra ação do projeto é a Jornada da Inovação em Saúde, que teve os seus eventos transmitidos ao vivo na página do Facebook. O projeto RS Saúde Digital também contribuiu no SaBio Empreendedor, programa de fomento ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de soluções nas áreas de saúde e biotecnologia. O Projeto também captou R\$ 230.240,00 em recursos no edital da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul 01/2021 e tem participação ativa em ações do ecossistema de inovação, como no grupo South Collab



Health. Destaca-se que o elemento indispensável para o desenvolvimento e crescimento de programas colaborativos como o Inova RS é o engajamento de atores estratégicos representantes das instituições da quádrupla hélice. Nesse sentido, destacam-se como boas práticas: definição de responsáveis pelos projetos e das formas de comunicação; elaboração de atas para todas as reuniões; envio de boletim informativo; utilização de soluções digitais e interativas; divisão dos Grupos de Trabalho em subgrupos; e colaboração para o planejamento, a realização e a divulgação de eventos. Observa-se que o estudo de caso pode inspirar outros programas de inovação focados em desenvolvimento de Ecossistemas Regionais de Inovação com uma estruturação de governança, envolvendo a quádrupla hélice. Além disso, sugere-se que sejam realizadas outras pesquisas para avaliar o engajamento em um estudo de caso comparativo com este artigo. Por fim, outra sugestão para estudo futuro é replicar esta pesquisa em outras regiões, para verificar se as boas práticas seguem as mesmas ou devem ser adaptadas de acordo com a realidade local.

Palavras-chave: Ecossistema Regional de Inovação; Quádrupla Hélice; Projetos de Inovação.



CONTRIBUIÇÕES DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE EM UM PRONTO-SOCORRO PEDIÁTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

MACEDO, Ivanda Teresinha Senger de³⁹⁰
VENTURA, Giovana Cardozo³⁹¹
SILVA, Stéfani dos Santos³⁹²

RESUMO

O pontapé inicial para as discussões acerca da segurança do paciente a nível mundial foi a publicação do relatório “Errar é Humano: construindo um sistema de saúde mais seguro” que apresentou estatísticas altas de óbitos relacionados à assistência fragilizada nos serviços de saúde dos Estados Unidos. No Brasil, uma grande conquista foi a portaria 529 de 2013, que implantou o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), responsável por fortalecer no país as ações de segurança com base nas seis metas internacionais de segurança do paciente. O PNPS publicou o “Protocolo de segurança na prescrição, no uso e na administração de medicamentos” para orientar os profissionais dos serviços de saúde a nível nacional com o objetivo de reduzir a ocorrência de eventos adversos relacionados à administração de medicamentos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou o desafio chamado “Medicação sem Dano” que deseja reduzir pela metade, até 2022, os danos graves e evitáveis advindos de falhas que concernem o tratamento medicamentoso. Dessa forma, destacam-se, neste relato, duas das metas internacionais: a segurança na prescrição, no uso e na administração de medicamentos e a identificação correta do paciente. Problema de pesquisa: De que maneira as vivências no Estágio Curricular Supervisionado contribuíram para a formação acadêmica no quesito de segurança do paciente. Objetivo do estudo: Este relato de experiência tem como objetivo descrever a experiência das acadêmicas de enfermagem com relação aos itens de segurança do paciente envolvidos em um atendimento no pronto socorro infantil e a relevância desta experiência para sua formação. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, baseada no relato de experiência de acadêmicas de enfermagem no atendimento de um paciente na unidade de pronto-socorro de um hospital pediátrico da região do Vale do Itajaí. Resultados: A identificação correta do paciente é um dos principais pilares de segurança do paciente no ambiente hospitalar, aproximando a temática para o público pediátrico, percebe-se que a identificação do paciente se torna ainda mais importante, pois na maioria dos casos, as crianças possuem dificuldade e/ou inabilidade de comunicação para reportar a ausência da identificação e/ou inconformidades nas informações. O caso relatado neste estudo caracteriza um paciente cirúrgico, que estava sendo preparado para transferência interna ao Centro Cirúrgico e ao fazer as conferências de informações, evidenciou-se que o paciente possuía alergia a duas medicações e não estava identificado com a pulseira de identificação do paciente alérgico, como consta no protocolo institucional de identificação correta. Por conseguinte, ao verificar a prescrição, notou-se que uma das medicações a qual o paciente possuía alergia havia sido prescrita, não tendo ainda sido administrada, sendo possível, portanto, requisitar ao médico

³⁹⁰ Enfermeira. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* imacedo@univali.br.

³⁹¹ Graduanda em enfermagem pela Univali. *E-mail:* gio_ventura@hotmail.com.

³⁹² Graduanda em enfermagem pela Univali. *E-mail:* stefanidssilva@gmail.com.



assistente a alteração da prescrição, impedindo um possível evento adverso grave. Trata-se de um near miss, um evento adverso que ocorreu, mas não atingiu o paciente e foi passível de tratativas e correções. Ressalta-se que o enfermeiro é um profissional essencial no tocante da segurança do paciente, principalmente no setor de pronto-socorro, onde a identificação é de responsabilidade deste profissional. Sendo assim, é necessário que o enfermeiro adote uma postura ativa para identificação precoce das falhas na segurança do paciente e desperte na equipe o senso de participação para minimizar as chances de eventos adversos. Considerações finais: A vivência das acadêmicas no contexto supracitado dentro do Estágio Curricular Supervisionado foi essencial, considerando a necessidade da formação de enfermeiros com senso crítico e percepção ampliada da realidade, especialmente em setores de urgência e emergência que carregam a característica do imediatismo e com o público pediátrico que está mais vulnerável. Ademais, ressalta-se a importância da equipe de enfermagem para identificar precocemente falhas na segurança do paciente.

Palavras-chave: Pronto-Socorro; Pediatria; Segurança do Paciente; Evento Adverso.



SIMULAÇÃO REALÍSTICA: EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE UM HOSPITAL FILANTRÓPICO EXCLUSIVAMENTE PEDIÁTRICO

MACEDO, Ivanda Teresinha Senger de³⁹³
RAUPP, Andrielli Cristine³⁹⁴
SCHAFFER, Mariana Steil Sabel³⁹⁵
FANTONI, Yasmim Andre³⁹⁶

RESUMO

O panorama atual da saúde no Brasil caracteriza a tendência pela procura dos usuários por serviços de saúde qualificados e que forneçam segurança na assistência, não mais apenas em nível privatizado, mas também em serviços fornecidos pelo Sistema Único de Saúde. A qualificação dos profissionais por meio da problematização dos processos de trabalho é uma estratégia favorecida pelo Ministério da Saúde por meio das ações de educação em saúde aos profissionais, descrita dentro das Políticas Nacionais de Educação Permanente. A simulação realística é uma ferramenta de ensino-aprendizagem adotada que envolve situações realísticas, que favorecem o desenvolvimento de habilidades técnicas e competências clínicas. Problema de pesquisa: Qual a percepção dos profissionais de enfermagem de um hospital filantrópico exclusivamente pediátrico acerca da adoção da simulação realística como um método de treinamento para educação permanente? Objetivo do estudo: Analisar, por meio de escala numérica de 5 pontos, qual a percepção dos profissionais de enfermagem acerca do uso do método de simulação realística para treinamento. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência realizado pelas enfermeiras mediadoras acerca de um treinamento que se utilizou de metodologia ativa de ensino – simulação realística – para abordar os assuntos: identificação do paciente, orientações quanto ao risco de queda, administração de medicamentos e medicação segura, cuidados com acesso venoso periférico, curativo limpo e curativo contaminado, administração de dieta enteral por sonda e cuidados com a sonda, aspiração de vias aéreas e cuidados com a ventilação mecânica. A seleção dos temas abordados e cuidados de enfermagem a serem realizados no momento do treinamento se deu após análise do Núcleo de Educação Permanente e Núcleo de Segurança do Paciente da instituição frente aos assuntos que favoreceriam a qualidade e segurança do paciente assistido na instituição do estudo. Resultados: o treinamento foi realizado nas dependências da sala de aula de um hospital de médio porte exclusivamente pediátrico da região da Foz do Rio Itajaí, durante os períodos vespertino e noturno. Fizeram parte da intervenção todos os profissionais de enfermagem de todos os setores da instituição, independentemente de seu tempo de trabalho na empresa, sendo excluídos da amostra apenas os que não se encontravam na instituição na data, seja por afastamentos ou absenteísmo voluntário. Ressalta-se ainda que, o treinamento foi realizado dentro do horário de plantão de cada profissional, tendo tempo médio de duração de 50 minutos. Ao fim da realização do

³⁹³ Enfermeira. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* imacedo@univali.br.

³⁹⁴ Enfermeira no Hospital Infantil Pequeno Anjo. MBA Executivo em Qualidade e Acreditação Hospitalar pela Faculdade Unyleya. *E-mail:* andrielliraupp@gmail.com.

³⁹⁵ Enfermeira no Hospital Infantil Pequeno Anjo. Especialista em Terapia Intensiva pela Uninter. *E-mail:* mariana.steil@hotmail.com.

³⁹⁶ Enfermeira no Hospital Infantil Pequeno Anjo. *E-mail:* andre.fantone@hotmail.com.



treinamento, os profissionais foram convidados a responder, de forma voluntária e confidencial, um questionário estruturado utilizando-se da plataforma Google Forms, classificando em cada box os itens. Para responder a essas variáveis de resultado, utilizou-se uma escala ordinal, do tipo Likert de cinco pontos, em que (0) significava ruim, (1) significava regular, (2) significava bom, (3) significava muito bom e (4) significava excelente. O primeiro questionamento era de cunho sociodemográfico, e separou os participantes por categoria profissional, sendo que dos 33 participantes nas respostas, 78,8% eram técnicos de enfermagem, enquanto 21,2% eram enfermeiros. A respeito dos conteúdos abordados no treinamento, de forma geral, os participantes deveriam responder a respeito do uso do método de simulação realística, dos recursos utilizados, duração do treinamento e organização do ambiente por cenários. Quanto ao uso do método de simulação realística, 69,69% dos participantes classificaram este item como “excelente”. Quanto aos recursos utilizados nos cenários, 57,57% dos participantes marcaram também como excelente. A duração do treinamento teve valoração de 60,60% como “bom” e quanto ao item ambiente, 48,48% valoraram como “ótimo”. Em seguida, avaliaram-se, também por meio da escala likert, os itens: assunto abordado, didática do enfermeiro, interesse despertado ao profissional participante, aplicação prática das informações e atenção às dúvidas dos profissionais para cada box. Quanto aos itens citados, em assunto abordado, os profissionais classificaram, em sua maioria, correspondendo à 72,11% dos votos como “excelente”. A mesma classificação foi atribuída em 66,66% das vezes para didática do enfermeiro, 69,08% das vezes em interesse despertado ao profissional participante, 69,08% para aplicação prática das informações e 67,86% para atenção às dúvidas dos profissionais. Por conseguinte, evidencia-se que a utilização do método de simulação realística favorece não apenas o ensino-aprendizagem a nível acadêmico, mas também a nível profissional, contribuindo para a qualificação do serviço e promoção das políticas públicas orientadoras da formação e do desenvolvimento dos trabalhadores.

Palavras-chave: Simulação Realística; Equipe de Enfermagem; Educação Permanente.



GESTÃO DE CUSTOS: DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO DE POLÍTICAS FINANCEIRAS NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR DE UMA INSTITUIÇÃO DE MÉDIO PORTE CONVENIADA AO SUS

MACEDO, Ivanda Teresinha Senger de³⁹⁷
HAWRELIUK, Jenifer Cristina de Camargo³⁹⁸

RESUMO

Os estoques representam investimentos significativos para os hospitais, por isso, seu gerenciamento garante tanto resultados financeiros satisfatórios quanto a excelência administrativa dos serviços. O objetivo do gerenciamento de estoques é minimizar o capital investido, a soma dos custos de manutenção de estoques e os custos para a sua obtenção. Os custos de manutenção de estoques referem-se aos valores de armazenamento, controle, seguros, impostos, deterioração, dentre outros. Já os de obtenção referem-se ao processo de compra para a sua formação. A tendência brasileira dos hospitais de pequeno e médio porte é apresentar pouca eficiência quando atrelada à visão de recursos. O conceito de visão de recursos propõe uma vantagem competitiva que se sustenta pelo consequente desempenho superior ao dos concorrentes, tornando necessário às instituições analisar os processos internos com foco na operacionalidade de seus recursos. Pretendendo ampliar o controle sobre os insumos dispensados na unidade de pronto-atendimento de uma instituição hospitalar pediátrica de médio porte do vale do Itajaí, e considerando a manutenção da política de financiamento das redes de urgência e emergência pediátrica, buscou-se, por meio desta pesquisa, a implantação de um centro estocador em um setor hospitalar, uma vez que os métodos logísticos voltados aos materiais e medicamentos, nestes ambientes, desempenham um papel fundamental na assistência ao paciente. Problema de pesquisa: Necessidade de padronização quantitativa dos materiais armazenados na unidade de pronto atendimento bem como o fluxo correto de baixa dos insumos utilizados durante cada atendimento com vistas a minimizar perdas e potencializar a eficiência do estoque disponível. Objetivo do estudo: Elencar quais os insumos necessários, bem como seu quantitativo ideal para suprimento das demandas de vinte e quatro horas na unidade, desenvolvendo um plano de implantação que contenha os recursos necessários para as atividades, a previsão do treinamento de pessoal, o fluxo de dispensação da farmácia para o centro estocador e possibilidade de avaliação do serviço para adequação das melhorias necessárias. Metodologia: Pesquisa de campo, tendo como finalidade observar os fatos e fenômenos que se relacionam com a gestão de custos por meio de coleta de dados. Em seguida, a análise dos dados foi pautada na fundamentação teórica tendo como foco compreender e explicar a pergunta norteadora do estudo. Resultados: Fora elaborada uma lista de matérias e medicamentos com base nas normativas da Portaria n. 354, de 10 de março de 2014, que trata das boas práticas para organização e funcionamento de serviços de urgência e emergência, e para definição do quantitativo dos materiais, o cálculo se deu sob à luz do método de média histórica de consumo, por apresentar-se, nas fundamentações literárias, como uma ferramenta de baixo custo e fácil aplicabilidade. Dessa forma, os registros contábeis do último semestre foram utilizados para determinar o custo real do estoque nas despesas da instituição, visando a

³⁹⁷ Enfermeira. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* imacedo@univali.br.

³⁹⁸ Graduanda em enfermagem pela Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* jenifer.hawreliuk@edu.univali.br.



estimar as necessidades futuras pelo histórico de consumo observado na unidade de pronto-atendimento. Para tal análise de consumo e readequação da lista de materiais e seus respectivos quantitativos, optou-se por considerar a média aritmética móvel, por apresentar-se como opção viável atrelada ao método da média histórica, uma vez que, na inobservância de eventos epidemiológicos de maior relevância, as unidades de saúde apresentam padrão de consumo regular e suas variações devem ser observadas pelos períodos de sazonalidade do perfil epidemiológico ou alterações no padrão de atendimento, dentre outras variáveis relativas à característica do serviço. Dessa forma, foi possível constatar mais fidedignamente a necessidade mínima dos materiais para as atividades do setor. O sistema foi relacionado com duas unidades de leitores ópticos a serem acopladas aos computadores disponíveis na unidade para proceder a leitura de código de barras e tornar o processo de uso, dispensação e cobrança no sistema mais fluido. Por fim, procedeu-se pela coordenação do setor de farmácia hospitalar e direção administrativa o treinamento dos profissionais de enfermagem envolvidos no processo, com vistas a descentralizar as atividades e capacitar o maior número de funcionários quanto ao processo de trabalho atualizado, uma vez que este, logo, estará presente nas demais unidades. A realização do estudo possibilitou a reavaliação dos modelos propostos e visando sempre à qualidade assistencial e o desenvolvimento dos profissionais atuantes, levando sua visão de cuidado ao nível econômico, para que os profissionais de assistência direta compreendam também o impacto do consumo de matérias e o impacto financeiro na instituição, buscando sempre atrelar a redução de gastos com assistência, sem reduzir a qualidade do serviço prestado. Por este motivo, após os resultados coletados serem apresentados à gestão administrativa para analisar os deslocamentos destes insumos, no intuito de conservar os procedimentos com menor custo e sem interrupções prejudiciais, prezando pela qualidade dos serviços-fins, por meio da cadeia de suprimento de matéria-prima para o cuidado.

Palavras-chave: Gestão Hospitalar; Gestão de Recursos; Pesquisa em Administração de Enfermagem.



A POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SUA ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

RAMOS, Thais Jéssica Sarmiento Bonfim³⁹⁹

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁰⁰

MASSAROLI, Rodrigo⁴⁰¹

RESUMO

A vigilância em saúde está presente nos mais diversos aspectos da vida humana, seu objetivo é garantir as condições sanitárias adequadas, fiscalizando as propriedades dos produtos que trazem benefícios ou potenciais danos para a saúde. Assim, atua na prevenção de doenças transmissíveis e na análise e acompanhamento da situação de saúde da população brasileira. Além disso, realiza o planejamento das ações em saúde, a identificação de fatores de risco e o controle de doenças crônicas não transmissíveis, também abrange as esferas de saúde ambiental e de saúde do trabalhador. A vigilância em saúde beneficia a população brasileira em sua totalidade, produz informação, analisa a situação de saúde e promove intervenções que visam à redução de riscos e à promoção da saúde. Na atualidade, assim como outras práticas em saúde, a vigilância em saúde tem sido discutida no sentido de construção de uma política nacional, reforçando o papel estratégico do governo federal na tomada de decisão. Conforme o Regulamento Sanitário Internacional vigente, a implementação de ações de controle e prevenção oportunas para os agravos transmissíveis com relevância em saúde pública só é possível a partir da notificação imediata diante da suspeita, seguida da identificação dos fatores de risco, da adoção de medidas de contenção e ainda da elucidação do agente responsável em tempo hábil. Nesse sentido, conhecer o Regulamento Sanitário Internacional e trabalhar para que as medidas preconizadas sejam imprescindíveis para “prevenir, proteger, controlar e dar uma resposta de saúde pública contra a propagação internacional de doenças, de maneiras proporcionais e restritas aos riscos para a saúde pública, e que evitem interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio internacionais” deve ser um dos princípios motivadores das ações de todos os trabalhadores em saúde do Brasil. Problema de pesquisa: Déficit no cumprimento da Política Nacional de Vigilância em Saúde. Objetivo do estudo: Elucidar quais estratégias utilizadas pela Vigilância em Saúde no enfrentamento das emergências em saúde pública. Metodologia: O referido estudo corresponde a uma pesquisa documental e como tal, se propõe à análise dos diversos aspectos acerca da vigilância em saúde e as estratégias de enfrentamento das emergências em saúde pública. A busca foi realizada nas bases de dados Scielo, BDENF, LILACS as quais são indexadas a BIREME, com associação dos termos. Resultados: O modelo de vigilância da saúde traz em si aspectos de organização de serviços, estabelecimento de redes, lida com uma diversidade de perfis e trabalha pela gestão do sistema de saúde, transita entre as dimensões técnica e política. Seu escopo engloba recursos metodológicos para o

³⁹⁹ Especialista em Vigilância Epidemiológica e Profissionais de Saúde e Vigilância Sanitária pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

⁴⁰⁰ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴⁰¹ Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador de Curso na Univali.



monitoramento de condições de vida e saúde por meio da epidemiologia; a reorientação dos serviços de saúde na superação das desigualdades de cobertura, acesso e qualidade do serviço, por meio da Estratégia Saúde da Família e em consonância com propostas da promoção da saúde. As emergências em saúde pública e desastres caracterizam-se como situações que demandam o emprego imediato de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública decorrente de causas epidemiológicas, desastres naturais, ambientais, tecnológicos e antropogênicos. No cenário atual, a implementação do modelo da vigilância da saúde é processo complexo que articula o “enfoque populacional” (promoção) com o “enfoque de risco” (proteção) e o “enfoque clínico” (assistência), constituindo-se em conjunto articulado de tecnologias voltadas para o pensar e agir em saúde. É referência para a formulação de propostas e uma estratégia de organização de um conjunto heterogêneo de políticas e práticas que assumem configurações específicas, de acordo com a situação de saúde das populações em cada país, estado ou município (territórios). Em 2005, logo após a publicação do novo regulamento, o Ministério da Saúde designou a Secretaria de Vigilância em Saúde como o Ponto Focal Nacional para o Regulamento Sanitário Internacional. Dessa forma, a Secretaria de Vigilância em Saúde é o canal de comunicação externa do Brasil para todos os assuntos referentes ao Regulamento Sanitário Internacional 2005. Considerações Finais: Nesse contexto, a construção de uma Rede de Resposta Rápida para enfrentamento às Emergências em Saúde Pública é fundamental para a ampliação da capacidade de detecção oportuna desses eventos. Ademais, cabe à Secretaria de Vigilância em Saúde colocar em prática o novo regulamento e disseminar as informações aos órgãos e setores brasileiros conforme a necessidade, bem como consolidar as informações deles provenientes, incluindo notificações e dados oriundos de postos de fronteiras, serviços de saúde pública, clínicas e hospitais. A partir disso, considera-se o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde uma estratégia fundamental para garantir o aprimoramento da capacidade de detecção, alerta, monitoramento e resposta às emergências em saúde. Dessa forma, identifica-se a necessidade de ampliação da qualificação técnica dos trabalhadores de saúde, a incorporação de novas estratégias técnicas e de gestão, qualificação da informação e de análises de situação de saúde; uso de novas tecnologias e da criação de procedimentos operacionais para organização dos processos de trabalho na vigilância em saúde. A identificação, notificação e resposta a eventos sanitários que podem apresentar riscos internacionais serão mais eficazes, na medida em que se disponha de infraestrutura básica adequada, sendo fundamental o investimento em longo prazo e uma governança em saúde com foco direcionado na autonomia dos profissionais no processo de identificação oportuna das possíveis ameaças em saúde pública.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde. Emergências em Saúde. Políticas Públicas.



O PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO: COMO A QUEDA NAS COBERTURAS VACINAIS APRESENTAM UM RISCO EMINENTE A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

RAMOS, Thais Jéssica Sarmiento Bonfim⁴⁰²

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁰³

MASSAROLI, Rodrigo⁴⁰⁴

RESUMO

O Brasil institucionalizou o direito à saúde a todos os cidadãos brasileiros em 1988 na criação do Sistema Único de Saúde, cuja iniciativa pode ser considerada uma das maiores conquistas sociais na constituição desde então, provocando importantes mudanças no cenário da saúde do Brasil. O Sistema Único de Saúde possui programas que estão baseados em suas diretrizes e princípios, dentre eles, está o Programa Nacional de Imunizações criado em 1973, que garante a população brasileira todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. A Atenção Primária é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde e tem como objetivos promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. A consolidação dessa missão acontece nas salas de vacinas que dependem dos processos logísticos aplicados à conservação dos imunobiológicos disponibilizados nacionalmente na Rede de Frio do Programa. Há mais de 100 anos foi realizada a primeira campanha de vacinação no Brasil. Idealizada por Oswaldo Cruz, o fundador da saúde pública no país, a campanha tinha o objetivo de controlar a varíola, que, então, dizimava boa parte da população do Rio de Janeiro. Apesar dos números inegáveis que demonstram a eficácia e importância da vacina, cresce o número de pessoas que se recusam a vacinar seus filhos, fomentando um movimento perigoso que traz de volta, doenças como o sarampo e a poliomielite. O retorno do sarampo em 2018 fez com que o Brasil perdesse o título recebido pelas Américas, em 2016, de área livre da doença, por um Comitê Internacional de Especialistas da Organização Pan-americana da Saúde. Os dados são ainda mais alarmantes se levarmos em conta a distribuição desigual pelo país: segundo o Ministério da Saúde, mais da metade das cidades brasileiras não têm cobertura adequada para a maioria das vacinas do calendário nacional. Em 2021, na região das Américas, os Estados Unidos e a Guiana Francesa registraram casos confirmados da doença; e o Brasil mantém circulação ativa do vírus do sarampo, permanecendo o alto risco de exportação do vírus para outros países da região. Nos últimos cinco anos, o Brasil observa uma queda gradativa da cobertura vacinal para a vacina tríplice viral, na primeira e segunda dose, em todo seu território e, em 2021, três estados permanecem com casos confirmados, incluindo o estado de São Paulo. Problema de pesquisa: A queda nas coberturas vacinais e o aumento na incidência de doenças imunopreveníveis. Objetivo do estudo: Demonstrar como a queda nas coberturas vacinais apresentam um risco eminente

⁴⁰² Especialista em Vigilância Epidemiológica e Profissionais de Saúde e Vigilância Sanitária pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

⁴⁰³ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴⁰⁴ Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador de Curso na Univali.



à saúde pública brasileira. Metodologia: O referido estudo corresponde a uma pesquisa documental e como tal, se propõe à análise dos diversos aspectos acerca da queda das coberturas vacinais e seus riscos na saúde pública brasileira. Resultados: A pesquisa evidenciou o termo hesitação vacinal como importante ponto de discussão para os fatores da cobertura vacinal sendo considerado pela Organização Mundial de Saúde como uma das maiores ameaças globais à saúde, revelando que esta hesitação pode variar ao longo do tempo e depende da especificidade de cada contexto. Houve destaque, também, para o movimento antivacina enfatizando que, diferente do senso comum, este não é um movimento advindo da atualidade, sendo citado já desde os anos 1800, o qual foi criando força e com o passar dos anos, obteve mais “êxito” em seus resultados com a propagação difusa de seus questionamentos e ideologias através da internet, causando impacto nas coberturas vacinais da Europa e das Américas. No Brasil, sabe-se que esse movimento já teve muita força na revolta da vacina, em 1900, todavia, considera-se que o fortalecimento das políticas públicas de saúde e a criação do Programa Nacional de Imunização promovendo campanhas e dias nacionais específicos para vacinação facilitou a adesão, uma vez que expressavam a mobilização pública. Ações como as citadas promoveram o enfraquecimento do movimento antivacina no Brasil, resultando em coberturas vacinais elevadas e boa aceitação por parte da população. Todavia, percebe-se que o cenário mudou e que as coberturas vacinais vêm caindo por todo país, desde 2013, mas de uma forma mais expressiva desde 2018, resultando em epidemias de doenças imunopreveníveis como o sarampo, a qual vêm se tornando cada vez mais constante no território brasileiro. Por conseguinte, os resultados dos artigos encontrados consideram que questões ideológicas, religiosas ou culturais, bem como a propagação de notícias falsas são importantes motivos na hesitação da vacinação. Outro ponto que cabe destaque é o aumento da força de trabalho no mercado atual pelo público feminino, o qual é tradicionalmente o responsável pela condução das crianças aos serviços de saúde, e que, devido os horários não flexíveis e dificuldades de acesso às salas de vacinação, resultam em esquemas vacinais incompletos ou não realizados. Ademais, foi atribuído ao próprio sistema de criação e distribuição vacinal impactos negativos quanto ao processo logístico, resultantes de imunobiológicos que são preconizados e disponibilizados pelo Sistema Público de Saúde, todavia nem sempre disponibilizados em tempo oportuno nas salas de vacina. Com a pandemia de covid-19 e o aumento nas buscas dos postos de saúde para a imunização de uma doença de grande impacto na saúde pública mundial outros fatores foram considerados para a diminuição nas coberturas vacinais, sendo eles o atraso vacinal do calendário básico, devido à pandemia, além dos medos oriundos da busca pelo serviço de saúde para a vacinação, a superlotação dos serviços e a sobrecarga dos profissionais da rede de atenção à saúde, os quais também ficaram muito tempo longe de atualizações ou capacitações, mesmo com a ampliação do calendário básico, fato este, que pode interferir no processo de propagação de informações aos usuários do sistema, o que se conhece como educação em saúde. Considerações finais: Diante disso, destacamos que as políticas de saúde, como o Programa Nacional de Imunização, exercem um papel de suma importância para o alcance de princípios pautados no nosso Sistema Único de Saúde (SUS), tais como equidade, universalidade, igualdade e descentralização. O Programa Nacional de Imunização contribui não somente para a compra e destinação dos imunobiológicos, mas também contribui para a sua qualidade e fiscalização, da promoção e incentivo das campanhas de vacina, como também do estabelecimento de normas e condutas acerca da disponibilização das vacinas disponibilizadas no calendário básico público, tornando-se, assim, essencial para a prevenção e contribuição de erradicação de doenças no país. No tocante ao momento atual, compreende-se que há a necessidade de fortalecimento do Programa Nacional de Imunização, a fim de promover estratégias que alcancem aumento na cobertura vacinal da população, considerando, principalmente, o aumento do movimento



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

antivacina e a propagação de notícias que promovem o desencorajamento da administração de imunobiológicos como prevenção de doenças.

Palavras-chave: Vacinação; Cobertura de Imunização; Programa Nacional de Imunização.



DIFICULDADES DE ACESSO ENCONTRADAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELAS MULHERES HAITIANAS NO BRASIL

RAMOS, Thais Jéssica Sarmiento Bonfim⁴⁰⁵

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁰⁶

MASSAROLI, Rodrigo⁴⁰⁷

SILVA, Maria Paulina Pereira da⁴⁰⁸

RESUMO

O Haiti está localizado no Caribe, sendo um pequeno país, que possui diversas características culturais e políticas e foi descoberto por Cristóvão Colombo, em 1942. Além do cenário político conturbado, o povo haitiano ficou ainda mais debilitado depois de enfrentar o último terremoto que atingiu o país, em 12 de janeiro de 2010 e que afetou três milhões de pessoas, provocando cerca de 200 mil mortes e deixando aproximadamente 1,5 milhões de desabrigados. Nesse cenário, a migração é um fenômeno que contempla uma série de aspectos econômicos, sociais e de segurança que afetam o cotidiano em um mundo cada vez mais globalizado e abrange uma grande variedade de movimentos e situações em todos os setores da vida. O Brasil tem recepcionado grande parte dos imigrantes provenientes do Haiti, tendo em vista que, após o desastre natural, a situação do Haiti piorou drasticamente. Estima-se que um milhão e meio de haitianos, aproximadamente 15% da população do Haiti, residem, atualmente, no exterior. Os imigrantes internacionais compõem um dos grupos cujo acesso aos serviços de saúde no Brasil, embora garantido pela Constituição, é dificultado por uma série de fatores estruturais e culturais. Os imigrantes, em geral, são mais vulneráveis social e economicamente, sobretudo os recém-chegados, que se submetem mais facilmente a postos de trabalho insalubres, a salários baixos e a moradias precárias. Vivemos em um país que garante o acesso equânime e universal a todos os cidadãos em solo brasileiro. Isso posto, a legislação ordinária regulamenta direitos indispensáveis aos estrangeiros. É importante ressaltar que, segundo o artigo 113 do Estatuto de Estrangeiro (lei n. 6.815/1980), é prevista uma abreviação no prazo mínimo de quatro anos de residência para a obtenção do visto permanente no caso de estrangeiros com filhos nascidos em território nacional. E é diante deste cenário que muitas imigrantes haitianas engravidam no Brasil para usufruir do benefício de permanecer no país, tornando-se, assim, alvo dos serviços de saúde, principalmente, devido à existência de programas específicos e gratuitos para essa fase da vida, como exemplo, a Rede Cegonha, que inclui o pré-natal, um conjunto de procedimentos médicos durante a gravidez, que integra exames periódicos e acompanhamento da gestação que é visto com muita cautela pelo Ministério da Saúde. Por conta do cenário supracitado, vê-se a necessidade de ressaltar que estudos apontam que grande parte dos óbitos maternos estão relacionados à qualidade da assistência prestada e o enfermeiro é o profissional que possui um importante papel na assistência prestada à mulher durante o trabalho de parto. No Sistema Único de Saúde do Brasil, o acesso igualitário à saúde e cuidados médicos é um direito fundamental do ser humano, pautado no artigo XXV da Declaração Universal dos

⁴⁰⁵ Especialista em Vigilância Epidemiológica e Profissionais de Saúde e Vigilância Sanitária pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

⁴⁰⁶ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴⁰⁷ Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador de Curso na Univali.

⁴⁰⁸ Especialista em Saúde da Família (Univali).



Direitos Humanos. Que nesse contexto, constituem um direito social que deve ser assegurado pelo Estado. Não se compreende nenhum direito humano isoladamente sem interpretá-lo em relação aos demais. A interdependência entre os diferentes direitos humanos aparece claramente quando se aborda o direito à saúde. Isso aparece concretamente no artigo 25 da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Problema de pesquisa: As dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a ausência de fortalecimento nas políticas públicas para imigrantes negros no Brasil. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de investigar dados referentes às dificuldades encontradas por mulheres negras haitianas no acesso aos serviços de Saúde no Brasil. Resultados: O medo e a aversão ao estrangeiro é o que denominamos de xenofobia. Um preconceito em que o sujeito pratica o ódio e, em casos mais extremos, o uso da violência. A simples realidade de não aceitar o diferente, faz com que a intolerância desses indivíduos seja o estopim para atos xenofóbicos. Muitos haitianos vêm ao Brasil na expectativa de viver em um lugar sem ou com pouco racismo, ao eleger como residência um país majoritariamente negro, mas o cotidiano lhes revela espaços segregados, políticas segregativas e racismo estrutural, acompanhados de xenofobia. A situação de saúde materna e perinatal apresenta grande relevância pelo fato de, além de aspectos eminentemente biológicos, a saúde desse grupo populacional ser também um reflexo muito nítido das condições socioeconômicas e assistenciais a que esta população está sujeita. A mulher negra tradicionalmente ocupa, na sociedade brasileira, a última posição social, pois tem um componente que a torna mais discriminada ainda: a cor. A história tem reconhecido que a mulher negra é triplamente discriminada: por ser mulher, por ser negra e, conseqüentemente, por sua classe social. O racismo e o sexismo ecoam de diferentes formas na sociedade, resultando em reduções específicas dos direitos das populações vitimadas, e, ao se tratar de mulheres negras, considerando, ainda, a ação de um duplo preconceito. Estudos revelam que as mulheres negras possuem menor expectativa de vida e maior índice de morte por transtornos mentais do que as mulheres brancas. Há também a prevalência e reincidência de miomas uterinos e a realização de histerectomia em mulheres negras, além de taxa elevada de mortalidade materna, o que é um reflexo dos problemas de acesso e pior qualidade de atendimento. Em relação à violência sofrida pela mulher negra, esta pode ser justificada, a partir de um passado de escravidão e submissão, marcado pela “coisificação” do negro, trazido para o Brasil durante sua colonização como “mercadoria”. Passados mais de um século da Lei Áurea, que “libertou” os escravos, a discriminação contra a mulher negra ainda perdura. Tratando-se de violência obstétrica, estudos revelam que as mulheres negras constituem a maioria das mulheres que relatam ter sofrido algum tipo de violência durante a gestação. Embora a violência obstétrica tenha tornado-se um tema de estudo recorrente nos últimos anos, pouco se fala sobre a interseccionalidade das opressões e seus reflexos na saúde da mulher negra. O desconhecimento das demandas da mulher negra a respeito de sua saúde configura mais uma forma de discriminação e reforça as estruturas racistas das instituições. Complementa-se, portanto, a tendência das mulheres negras vivenciarem os distintos aspectos da violência obstétrica com maior veemência. O viés racial implícito é fundamento básico para a constituição do racismo institucional analisado nas instituições de saúde, o resultado é a desigualdade tanto na prestação de serviços quanto na garantia de direitos. A eliminação das disparidades raciais na saúde e a produção de respostas adequadas para a promoção de saúde das mulheres negras requerem o desenvolvimento de ações afirmativas em diferentes níveis, bem como o fortalecimento de políticas públicas que promovam o fortalecimento destas ações, o que implica no estabelecimento de medidas singularizadas, baseadas em diagnósticos aprofundados e igualmente aprofundados, os quais devem fundamentar o desenho de processos, protocolos, ações e políticas específicas, segundo as necessidades e singularidades de cada grupo populacional. Considerações finais: Tendo em vista que a saúde da mulher negra continua sendo negligenciada em relação à da mulher



branca e reforçando a influência do racismo institucional nos processos de saúde e doença da população, esta pesquisa tem o intuito de fomentar tal discussão e combater essas desigualdades através da evidência dos resultados referentes às dificuldades de acesso encontradas nos serviços de saúde pelas mulheres haitianas nos serviços de saúde brasileiros, os quais evidenciam o descumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos através de leis e portarias, das quais deveriam direcionar o cuidado, todavia, percebe-se que na prática, a realidade é outra. Faz-se necessário, ainda, destacar que os gestores não consideram o cenário aqui mencionado como um problema de saúde pública, fomentando mais ainda, a invisibilidade das necessidades das mulheres negras e das mulheres negras imigrantes no Brasil, constituindo o que conhecemos nos dias de hoje, como racismo estrutural.

Palavras-chave: Imigrantes; Xenofobia; Racismo; Saúde da Mulher; Políticas Públicas.



BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO: NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS

ESTÁCIO-DE-PAULA, Wagner Eduardo⁴⁰⁹

RESUMO

A Bioética de Intervenção (BI) vem sendo construída desde os anos 1990 no âmbito do então Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética, hoje Programa de Pós-Graduação da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília. Desde os primórdios, seu foco central foi a defesa da inclusão social no contexto dos avanços científico-tecnológicos do setor de saúde e da vida no seu amplo sentido. Cabe destaque para o fato que a Bioética de Intervenção pensa os problemas que as sociedades enfrentam por meio de duas distintas formas classificatórias: situações persistentes em bioética (fome, aborto) e situações emergentes (engenharia genética, transgênicos). É importante sinalizar que ambas não são fixas e imutáveis, ou seja, os problemas emergentes podem se tornar persistentes, a depender do andamento histórico, social, tecnológico e político das comunidades. Essa forma de pensar os problemas morais e éticos exige uma cuidadosa análise política e social, não sendo, portanto, uma espécie de manual ou cartilha compostos por prescrições. Em vista disso, cada caso deve ser avaliado singularmente e vinculado diretamente à sua realidade sociopolítica. Com um olhar político propositivo frente aos problemas que afetam a sociedade e principalmente os mais vulneráveis, a Bioética de Intervenção apresenta uma série de construções teóricas que a fundamenta. Pensada desde o Sul e para o Sul, esta teoria busca promover uma ampliação conceitual da saúde e afastar-se da lógica “hospitalocêntrica”. Ao mesmo tempo, a Bioética de Intervenção se aproxima das causas sociais, admite a dificuldade em compreender as complexas relações estabelecidas entre as pessoas e instituições e, portanto, não compactua com a redução da realidade como um todo a apenas um de seus aspectos e nem com a compartimentalização do conhecimento. Problema de pesquisa: Quais os principais eixos temáticos que estão sendo abordados nas publicações científicas referentes a Bioética de Intervenção? Objetivo do estudo: Este estudo busca identificar os principais temas que estão sendo debatidos no campo da Bioética de Intervenção, a fim de demonstrar seu caráter multi-inter-transdisciplinar. Dado o exposto, os resultados da pesquisa em tela apresentam a forma como os problemas característicos da América Latina e regiões periféricas são pensados a partir do próprio Sul Global, estabelecendo, assim, uma ligação direta com a realidade e o cotidiano dessas populações. Metodologia: Revisão integrativa, utilizando o termo bioética de intervenção para pesquisa em diversas bases de dados, buscando contextualizar seu conceito. As etapas percorridas no processo de revisão foram: identificação do tema; eleição de descritores, bases de dados, critérios para inclusão e exclusão de estudos; organização dos estudos selecionados; interpretação dos resultados dos artigos selecionados; e síntese descritiva do conhecimento produzido. Uma vez escolhida a Bioética de Intervenção como tema, foi elaborada uma questão norteadora: quais os principais enfoques teórico-conceituais sobre a Bioética de Intervenção, no recorte temporal 1995 – 2020? Em seguida, foram eleitos os descritores. Optou-se por trabalhar com descritores associados, aplicados nos campos título ou assunto com o termo Bioética de Intervenção. Para a realização do levantamento dos estudos, foram consultadas a base de dados do Portal de Periódicos da CAPES e os sítios eletrônicos dos seguintes periódicos:

⁴⁰⁹ Doutorando em Bioética (UnB). Profissional de Educação Física. *E-mail:* wagner.estaciodepaula@gmail.com.



Revista Brasileira de Bioética e Revista Bioética. Foram elencados como critérios de inclusão: 1) artigos publicados na base selecionada; 2) artigos publicados no recorte temporal 1995 – 2020; 3) artigos disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol; 4) artigos cujos títulos apontam para a Bioética de Intervenção enquanto objeto primário; 5) artigos cujos resumos reforçam a Bioética de Intervenção como objeto primário; 6) artigos completos e resumos publicados a partir de eventos científicos; e 7) artigos publicados em periódicos revisados por pares. Como critérios de exclusão considerou-se: 1) artigos em duplicatas; 2) estudos de revisão; 3) resenhas de livros; 4) editoriais; e 5) artigos sem aderência ao objeto de estudo. Nesse sentido, realizou-se busca inicial, com a utilização do termo Bioética de Intervenção (n=441) e, após a aplicação dos critérios de inclusão de recorte temporal (n=302), foram selecionados os periódicos revisados por pares (n=223). Desse universo, foram levantados os periódicos que apontam a Bioética de Intervenção como objeto primário (n=44), para posteriormente aplicar os critérios de exclusão supramencionados. Logo depois, organizou-se o banco de dados preliminar, em ordem alfabética, visando à leitura de todos os seus resumos e à coleta da frequência com que o termo “Bioética de Intervenção” aparece nos textos. Uma vez lidos, procedeu-se ao segundo momento de aplicação de critérios de exclusão para a seleção dos artigos a serem lidos na íntegra (n=30). Resultados: A partir dos artigos selecionados, buscou-se identificar o enfoque adotado por essas pesquisas. Foram encontradas as seguintes linhas teóricas, as quais foram codificadas da seguinte forma: a) Equidade no acesso à saúde e atuação dos profissionais nos serviços de saúde; b) Bases conceituais da Bioética de Intervenção e perspectivas decoloniais; c) Direitos humanos (discriminação de gênero, e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; segurança alimentar e nutricional; direitos dos migrantes e refugiados); d) Conceitos de vulnerabilidade e populações vulneráveis; e) Regulação em saúde. Em vista dos estudos analisados, em termos de desenvolvimento teórico, verifica-se uma rápida evolução da Bioética de Intervenção em menos de duas décadas, tomando como referencial a realização do Sexto Congresso Mundial de Bioética, em 2002. Ao longo desse tempo, foram realizadas pesquisas e elaborados estudos, os quais traduziram-se em artigos científicos, teses e dissertações, e apresentações de trabalhos. No levantamento em questão, foram identificados trinta estudos nas bases de dados, sendo a maior parte publicada nos dois principais periódicos da área da bioética: Revista Brasileira de Bioética (RBB) da UnB e Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina (CFM). Os artigos abrangem uma grande multiplicidade de temas, classificados aqui em cinco grandes assuntos, cuja predominância de estudos foi observada na linha teórica “bases conceituais da Bioética de Intervenção e perspectivas decoloniais”, totalizando em onze artigos científicos. As discussões das interseccionalidades também vêm abrindo horizontes na Bioética de Intervenção, ao realizar recortes por gênero, raça, etnia, condição de saúde e vulnerabilidade social. Entretanto, levando-se em conta os grandes desafios enfrentados por negras e negros; mulheres; LGBTQIA+; portadores de deficiências, síndromes e DR; população idosa; e demais públicos vulneráveis, tornam-se necessários a ampliação dos estudos, em termos numéricos, e o aprofundamento de pesquisas a respeito. No geral, as publicações vêm pautando consideravelmente a questão das vulnerabilidades e a importância de se quebrar o paradigma da moralidade comum na resolução de conflitos bioéticos, sociais e culturais. Para isso, aponta-se como caminho a Bioética de Intervenção, a qual se mostra aberta a dialogar com outras epistemologias do Sul ao tratar dos problemas persistentes e emergentes, classificação concebida pelo bioeticista Volnei Garrafa, a principal referência teórica neste campo. Outro ponto de destaque nos artigos é a defesa do Estado nacional como instância promotora e garantidora de direitos, e que deve respeitar a autonomia dos indivíduos, principalmente aqueles em condição de vulnerabilidade. A necessidade de participação da sociedade na elaboração de políticas públicas, nas discussões dentro dos próprios serviços de assistência à saúde e na sua regulação é apontada pelos



estudos como uma das ferramentas resultantes da Bioética de Intervenção e dos preceitos da DUBDH. A solução para a diminuição das desigualdades e vulnerabilidades, assim como do preconceito e racismo, encontra na Bioética de Intervenção uma acolhida teórica e metodológica decolonial, voltada à proteção das populações e ao exercício da solidariedade crítica. A Bioética de Intervenção é uma ponte para a resolução dos diversos conflitos morais existentes na sociedade, com base na compreensão, na corporeidade, na pluralidade moral e proteção social.

Palavras-chave: Bioética; América Latina; Vulnerabilidade Social; Epistemologias do Sul; Desigualdade.



O MODELO DO PONTO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA AMBULATORIAL (PASA) E SEU PAPEL NA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

RAMOS, Thais Jéssica Sarmiento Bonfim⁴¹⁰

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴¹¹

MASSAROLI, Rodrigo⁴¹²

RESUMO

A Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece as diretrizes para a organização das Redes de Atenção à Saúde, no âmbito do SUS, define rede de atenção à saúde como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. A organização da Redes de Atenção a Saúde é um mecanismo de superação da fragmentação sistêmica do sistema de saúde, sendo mais eficaz tanto em termos de organização interna (alocação de recursos, coordenação clínica, etc.), quanto em sua capacidade de fazer face aos atuais desafios do cenário socioeconômico, demográfico, epidemiológico e sanitário. Problema de pesquisa: A predominância do modelo não longitudinal entre as redes de atenção à saúde. Objetivo do estudo: Demonstrar uma proposta de reestruturação dos modelos de atenção à saúde através do modelo de ponto de atenção secundária. Metodologia: O referido estudo corresponde a uma pesquisa documental e, como tal, se propõe à análise dos diversos aspectos acerca do modelo do Ponto De Atenção Secundária Ambulatorial e as Redes de Atenção a Saúde. Resultados: O Modelo do Ponto de Atenção Secundária Ambulatorial é uma forma de organizar a Atenção Ambulatorial Especializada como um ponto de atenção à saúde na Rede de Atenção à Saúde, comunicando-se organicamente com a Atenção Primária em Saúde, com os sistemas de apoio e com os sistemas logísticos, operando segundo modelos de atenção baseados em evidências científicas, a fim de agregar valor para as pessoas usuárias. O Ambulatório de Atenção Especializada possui abrangência regional e deve prestar assistência aos usuários de alto e muito alto risco estratificados e compartilhados pelas equipes de estratégia da família, não possui a porta aberta, devendo o acesso ser preferencialmente regulado diretamente pelas equipes de estratégia da família, operando através de uma programação elaborada a partir da demanda da advinda do território adscrito regional o qual deverá ser estratificado pela atenção primária em saúde, no ambulatório, o sistema de cuidado será realizado através de uma atenção multiprofissional e interdisciplinar, em que o principal produto dos atendimentos não é simplesmente uma consulta médica e/ou um exame complementar realizado, mas um plano de cuidado elaborado pela equipe. Nesse modelo, o planejamento faz-se a partir das necessidades de saúde da população e há uma equipe especializada, multiprofissional e interdisciplinar, vinculada e integrada com a equipe da Atenção Primária em Saúde para garantir a continuidade do cuidado. Considera-se como um diferencial do serviço, as relações estabelecidas entre os especialistas e as equipes da Atenção Primária em

⁴¹⁰ Especialista em Vigilância Epidemiológica e Profissionais de Saúde e Vigilância Sanitária pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

⁴¹¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁴¹² Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador de Curso na Univali.



Saúde, que vão além do sistema clássico de referência/contrarreferência, sendo capaz de promover processos de relacionamento interpessoais em que os profissionais se conhecem e estabelecem modalidades de comunicação entre eles e propiciando a partilha de planos de cuidado e trabalho em conjunto em algumas circunstâncias. Ademais, os especialistas não exercem apenas funções assistenciais, atuando também na supervisão e na educação permanente dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. Do ponto de vista assistencial, cabe destacar que os mecanismos de compartilhamento do cuidado devem ser definidos e pactuados, tanto no fluxo de ida com estabelecimento de critérios como: acesso regulado pelas equipes da Atenção Primária em Saúde, critérios clínicos para compartilhamento, formulários e modalidades de agendamento. E da mesma forma, deve-se estabelecer a prescrição do plano de cuidados, e o monitoramento da estabilização e retornos no fluxo de retorno ao território de origem. Por conseguinte, o plano de cuidados deve ser assumido como o principal instrumento de comunicação entre as equipes, sendo inicialmente elaborado pela equipe da Atenção Primária em Saúde, revisado e complementado pela equipe da Atenção Ambulatorial Especializada e monitorado por ambas as equipes. Considerações Finais: O entendimento estratégico da Atenção Especializada como um Modelo do Ponto de Atenção Secundária Ambulatorial em Rede de Atenção à Saúde, é considerado uma tecnologia inovadora e, por isso, contrapõe-se com as ideias do senso comum as quais se sustentam em um modelo hegemônico dos Centros de Especialidades Médicas. Reconhecendo a grandiosidade dessa proposta de mudança, convém reforçar que seu processo de implantação deve ser realizado através de estratégias que permitam contrapor-se à tendência estagnada de apropriar-se anacronicamente dos Pontos de Atenção Secundária Ambulatorial de forma tradicional de prestação de serviços ambulatoriais, não promovendo a longitudinalidade do cuidado. Nesse sentido, considera-se essa proposta de serviço um marco teórico nos modelos de atenção enraizados no país, promovendo uma revolução do acesso e da assistência, que se baseia em políticas organizacionais que promovem a assistência de forma humana, longitudinal, igualitária, integral e humanizada.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Prestação de Assistência à Saúde; Integração dos Serviços de Saúde.

NECESSIDADES DE CONFORTO DOS FAMILIARES DE PACIENTES ONCOLÓGICOS SOB CUIDADOS PALIATIVOS EM CLÍNICA MÉDICA

CALDEIRA FILHO, Nerito Antônio⁴¹³
MEDEIROS, Elisandra⁴¹⁴
SOUZA, Naudriane de⁴¹⁵
PERÃO, Odisséia Fátima⁴¹⁶
KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁴¹⁷
SANDRI, Juliana Vieira de Araújo⁴¹⁸
SOUZA, Dhenifer Aparecida de⁴¹⁹
BLUMM, Gabrieli Medeiros⁴²⁰

RESUMO

Cuidados paliativos são ações voltadas ao paciente cuja doença não responde mais ao tratamento curativo, sendo que essas ações assistenciais diferenciadas têm a finalidade de melhorar a qualidade de vida do paciente e sua família, visando ao alívio da dor física e outros sintomas, além do suporte psicossocial e espiritual, sendo que o cuidado é focado na pessoa e não na doença. No Brasil, as ações relacionadas aos Cuidados Paliativos estão amparadas sob a Lei n. 52, de 5 de setembro de 2012, que apontam as bases dos cuidados paliativos, trazendo como objetivo guardar os direitos da pessoa, em relação ao acesso aos Cuidados Paliativos. Nesse contexto, a família também é sujeita do cuidado paliativo e precisa de segurança, relacionado à confiança dos familiares na competência técnico-científica da equipe de saúde, bem como necessita de conforto relacionado ao suporte oferecido pela estrutura hospitalar, no que se refere à infraestrutura necessária em termos de espaço físico, para acomodação e atendimento às necessidades dos familiares. Também é fundamental o conforto relacionado a estar junto do paciente, poder desfrutar da interação estabelecida entre familiar e paciente, perceber a possibilidade de ver o seu ente com o quadro clínico estabilizado e a satisfação com o atendimento prestado. Para medir o conforto dos familiares, a única escala validada nacionalmente é a Escala de Conforto para Familiares de Pessoas em Estado Crítico de Saúde (ECONF), a qual, quando aplicada, pode expressar a efetividade das práticas de cuidado dirigidas à família e está distribuída em três dimensões: segurança, suporte e interação familiar com o paciente e a equipe assistencial. Problema de pesquisa: Com o aumento de casos de pacientes com doenças incuráveis, neste caso o câncer, e sabendo que esta doença traz inúmeros desafios para o paciente e levando em consideração que a família faz parte do processo do cuidado, surge a demanda de identificar quais são as necessidades de conforto dos familiares dos pacientes oncológicos, internados, em cuidados paliativos,

⁴¹³ Graduando em Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* nerito_caldeira@edu.univali.br.

⁴¹⁴ Bacharel em Enfermagem pela Univali.

⁴¹⁵ Bacharel em Enfermagem pela Univali.

⁴¹⁶ Professora titular do departamento de Enfermagem na Univali.

⁴¹⁷ Professora titular do departamento de Enfermagem na Univali.

⁴¹⁸ Professora titular do departamento de Enfermagem na Univali.

⁴¹⁹ Graduanda em Enfermagem na Univali. *E-mail:* dhenifer.souza@gmail.com.

⁴²⁰ Graduanda em Enfermagem na Univali. *E-mail:* gabrieliblum@hotmai.com.



com base na Escala de Conforto para Familiares de Pessoas em Estado Crítico de Saúde. Objetivo do estudo: Partindo do pressuposto de que o conhecimento sobre as necessidades de conforto dos familiares contribuirá no planejamento e desenvolvimento de ações interdisciplinares, este estudo tem como objetivo reconhecer as necessidades de conforto dos familiares de pacientes oncológicos. Pois, através dessas informações, será possível proporcionar um cuidado mais humano e integrativo à família e aos pacientes nas três dimensões da Escala de Conforto para Familiares de Pessoas em Estado Crítico de Saúde: interação, segurança e suporte. Metodologia: Estudo descritivo, com abordagem quantitativa, realizado em uma instituição hospitalar do litoral catarinense, com 37 familiares de pacientes oncológicos em cuidados paliativos internados em clínica médica. Os dados foram coletados entre dezembro de 2021 e março de 2022, através de entrevista, utilizando um instrumento que identificou as caracterizações dos pacientes internados e suas respectivas famílias, com questões generalistas de saúde e socioeconômicas, além da Escala de Conforto para Familiares de Pessoas em Estado Crítico de Saúde adaptada para pacientes clínicos, contendo informações que mensuram o grau de conforto nas dimensões interação, segurança e suporte. Os resultados obtidos da coleta, foram tabulados com auxílio de uma planilha do programa Microsoft Excel®, na qual deu origem a tabelas com a média e desvio padrão, que, no decurso, foram analisadas à luz de literatura específica. Resultados: Dos entrevistados, 25 eram do sexo feminino (68%) e 12 do sexo masculino (32%), tinham idade média entre 32 a 46 anos (39%) e 47 a 60 anos (33%). Dos pacientes oncológicos internados, eram do sexo feminino (51,35%) e masculino (48,63%), 16 destes pacientes tinham idade inferior a 60 anos (43,24%) e 21 tinham idade igual ou superior a 60 anos (56,76%), o tempo de internação ficou entre um e cinco dias, sendo 13 pacientes oncológicos internados (35,14%) e entre seis e 11 dias foram 24 pacientes (64,86%). Os dados evidenciaram que os familiares se sentiram mais confortáveis que desconfortáveis, de acordo com a média do nível global de conforto, que foi de 3,05 e com desvio padrão de 0,62. A dimensão interação apresentou a média de 3,89 com desvio padrão de 0,80, seguida da dimensão segurança, com média de 2,94 e desvio de 0,70 e da dimensão suporte que apresentou 2,32 com desvio de 0,37. Os familiares sentiram-se à vontade para responder à pesquisa, de acordo com Escala de Conforto para Familiares em Estado Crítico de Saúde, na média do nível global de conforto. Observou-se um considerável índice de pacientes com mais de 60 anos, mostrando que o câncer tem considerável incidência em idosos, o que nos faz pensar nos desafios que o paciente enfrenta pelo processo e desenvolvimento da doença e pelas mudanças naturais próprias da idade. O maior motivo de internação dos pacientes esteve relacionado a dor. Os dados mostraram que há um vínculo próximo entre o familiar e o paciente, de acordo com os resultados da dimensão de interação com o paciente. Sendo que, na maioria das vezes, esse familiar esteve presente desde a descoberta do diagnóstico, passando por todo tratamento até o presente momento e nos faz perceber que o conforto dos familiares passará pela forma de como eles veem seus entes queridos cuidados e assistidos, ideia reforçada pelos dados da dimensão de segurança. Além disso, os índices da dimensão de suporte demonstram que os familiares se sentiram menos à vontade ao perceber que seus entes queridos não recebem atendimento rápido quando precisam. Considerações finais: Os resultados obtidos por esta pesquisa reforçam a importância do cuidado baseado na confiança, empatia, profissionalismo e habilidades, pois os familiares se sentiram mais confortáveis ao notar que seu parente sabe que estão por perto e de se sentir capaz de ajudar seu parente a enfrentar a situação. É imprescindível reforçar a aplicação de Políticas Públicas destinadas aos Cuidados Paliativos, principalmente no âmbito em Redes de Atenção à Saúde, garantindo uma assistência integral e humanizada ao paciente/família.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Cuidados de Conforto; Assistência; Oncologia Clínica; Cuidados Paliativos, Políticas Públicas.



VIABILIDADE DO GUIA DE PRESSÃO ARTERIAL SISTÊMICA DIANTE DA PERCEPÇÃO DOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS PRIVADAS

SOUZA, Elisangela Mara de⁴²¹
ROSA, Viviane dos Santos da⁴²²
CAPELETO, Ana Paula da Silva⁴²³

RESUMO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é considerada um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, no Brasil a HAS atinge 32,5% dos indivíduos adultos, sendo esse público 60% idosos e isso contribui de forma direta ou indiretamente para 50% das mortes causada por doenças cardiovasculares. A HAS, popularmente conhecida como “pressão alta”, quando não controlada e acompanhada pode levar a um quadro de sérias outras complicações como, por exemplo, insuficiência cardíaca, insuficiência renal, entre outras, e isso contribui de forma expressiva para a perda de alguns anos de vida saudável do paciente. Durante todo o curso de farmácia, nós estudamos sobre a hipertensão, por exemplo como prevenir quais os tratamentos farmacológicos e não farmacológicos, assim nós compreendemos como a verificação da pressão arterial diária ou semanal feita pelo profissional farmacêutico é de extrema importância para o acompanhamento desse paciente, oferecer um atendimento mais humanizado e padronizado para que esse paciente que busca seu primeiro atendimento de saúde em uma farmácia privada se sinta mais acolhido, confortável e confiante diante do profissional farmacêutico. Então, com esse olhar devido a importância do farmacêutico no acompanhamento do paciente e nos riscos que a hipertensão traz, foi criado um guia para verificação de pressão arterial sistêmica. Metodologia: Este é um estudo do tipo exploratório, caracterizado como uma pesquisa de opinião, aprovado pelo CEP parecer número 4.828.649, o estudo foi realizado nas farmácias de Navegantes, Itajaí e São João Batista, sendo duas farmácias particulares e uma farmácia de rede, nossos primeiros levantamentos de dados se deram por um teste piloto realizado na Farmácia Comunitária da Univali. Nosso primeiro contato com os farmacêuticos responsáveis se deu por aplicativo de mensagem, marcamos o melhor horário para o encontro de todos e para a entrega desse guia esclarecendo, assim, todas as dúvidas que vieram a surgir. Após o período estipulado, houve um novo encontro para o recolhimento do guia e aplicação de um questionário contendo 20 questões objetivas. Todas as farmácias participantes em comum executam os procedimentos de saúde, como a verificação da pressão arterial que foi o objetivo do nosso estudo, também a escolha dos locais se deu pela proximidade de pessoas em comum, como a universidade, o guia ficou à disposição de todos os funcionários, porém quem respondeu o questionário foram os farmacêuticos. Após essa experiência e aplicação do questionário, obtivemos nossos resultados. Resultados: A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um dos principais fatores de risco para morbidade e mortalidade cardiovascular. No Brasil, de acordo com dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a HAS atinge 24,4% da população brasileira. O controle e prevenção da HAS é uma questão de saúde coletiva.

⁴²¹ Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* lisa_mara@outlook.com.

⁴²² Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* viviane.darosasouza@gmail.com.

⁴²³ Mestre, Docente do Curso de Farmácia da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* ana.capeleto@univali.br.



Também trata -se de um cuidado da equipe multiprofissional, em que o profissional farmacêutico está inserido. O farmacêutico como profissional da saúde, tem total condições para atuar na prevenção de doenças, promoção da saúde, cuidado ao paciente, à família e à comunidade (CFF, 2016). Para complementar o atendimento farmacêutico nas farmácias privadas, criou-se um guia para aferição de pressão arterial sistêmica, o qual tem por objetivo orientar os profissionais na tomada de decisão, contribuindo, com isso, para a qualidade de vida do paciente. O guia para verificação de pressão arterial sistêmica foi vivenciado por um grupo de farmacêuticos em diversas farmácias privadas. Para esta pesquisa, foi utilizada a metodologia do tipo exploratória, caracterizada como uma pesquisa de opinião. Obtivemos resultado positivo através do questionário aplicado logo após o período de experiência com o guia de pressão arterial sistêmica. As respostas vão de encontro com os nossos objetivos geral e específico, mesmo que estudos indiquem a falta de estrutura ou falhas na equipe, entre muitas outras objeções, que poderiam ser citadas. Desse modo, concluímos que o guia é de suma importância para a padronização do serviço de aferição de pressão arterial sistêmica nas farmácias privadas, otimizando tempo e priorizando a atenção farmacêutica.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial; Farmácia; Guia de Prática Clínica.



ZERO HORA E A COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS FONTES JORNALÍSTICAS E DOS ATORES SOCIAIS

COSTA, Maria Candida⁴²⁴
GOLEMBIEWSKI, Carlos⁴²⁵

RESUMO

Este trabalho de pesquisa teve por objetivo revelar se houve diversidade nas fontes e atores sociais utilizados na cobertura jornalística da covid-19 no jornal Zero Hora durante a primeira semana de maio de 2021. Foram analisadas um total de dez matérias. O referencial teórico foi composto pelos seguintes autores: Beltrão (2006), Lage (2005), Melo (1995) e Traquina (1997) para a noção de Jornalismo; Secchi (2003) e Howlet (2013) para as definições relacionadas às Políticas Públicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, que busca produzir novos conhecimentos, criar formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma que tem sido desenvolvida pelos autores Kripka et al. (2015). O Zero Hora (ZH) é o maior jornal do Rio Grande do Sul. Editado em Porto Alegre, tem nove cadernos e mais de 70 colunistas. Foi fundado em Porto Alegre por Ary Cardoso em 4 de maio de 1964 e publica diariamente cerca de 163 mil exemplares (GRUPO RBS, 2021). Em 2014, o jornal completou 50 anos e aproveitou para fazer uma reformulação editorial, gráfica e de marca. Em 2022, “a Zero Hora”, como é carinhosamente chamada pelos gaúchos, completou 58 anos e se constitui num dos principais jornais do Sul do Brasil, tanto na versão impressa como na digital. A ZH está em todas as plataformas, seja no online ou com adaptação do conteúdo impresso para tablets, celulares e computadores. As mudanças ocorridas há oito anos permitiram fazer reformulações nos cadernos, ter novos colunistas, cores, tipografia e ilustrações que ajudaram a completar a nova identidade visual do jornal (GRUPO RBS, 2021). De acordo com a Associação Nacional dos Jornais (ANJ, 2021), o jornal Zero Hora alcança 5,74 milhões de leitores todo mês. O levantamento mostra que o periódico é o mais lido da Região Sul e está em 4º lugar no ranking nacional, abaixo da Folha de São Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo. Em 2015, o jornal Zero Hora conquistou o Prêmio ESSO (Regional Sul), com o trabalho CICATRIZES, feito pelos fotojornalistas Júlio Cardoso e Luísa Martins, na 60ª edição do Prêmio EXXONMOBIL de Jornalismo, um dos mais disputados da imprensa brasileira (REVISTAPRESS). O Zero Hora está sempre procurando engajamento com os leitores nas redes sociais, com mais de 1,7 milhões de curtidas no Facebook, 609 mil seguidores no Twitter, faz sucesso no Instagram e tem no mobile 199 mil downloads do App ZH. Nos últimos 12 meses, o aplicativo foi baixado mais de 49 mil vezes. Já são usadas diversas plataformas e o diferencial da versão impressa é a profundidade e na internet é o breaking News, já o mobile é específico para textos e vídeos mais curtos (GZH, 2015). Em 2020, no início da pandemia, o jornal liberou no site o conteúdo sobre a covid-19 para que as pessoas pudessem se informar, sem precisar fazer o pagamento da assinatura. A jornalista Marta Gleich, que hoje é Diretora de Jornais e Rádios do grupo RBS explicou no site da Associação Nacional dos Jornais (ANJ, 2021), qual deve ser a função do jornalismo em tempos atuais e de pandemia: “O papel do jornalismo profissional é oferecer ao público por meio de informações checadas com os melhores

⁴²⁴ Graduanda em Jornalismo, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁴²⁵ Doutor em Comunicação Social pela PUC/RS. Professor do curso de Jornalismo e do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: carlosgol@univali.br.



especialistas, um conteúdo de qualidade, identificando o que é boato e o que já se sabe sobre a doença”. Pela importância de Zero Hora no cenário nacional, esta pesquisa quis saber se houve diversidade de fontes e atores sociais na cobertura jornalística de Zero Hora sobre a covid-19. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental que se baseia na observação direta dos documentos pesquisados, Kripka et al. (2015). Neste trabalho, analisou-se o Jornal Zero Hora, especificamente, as notícias sobre a covid-19 publicadas na primeira semana do mês de maio (2021). O objetivo da pesquisa foi revelar quem eram as fontes jornalísticas e os atores sociais que tiveram voz nessa cobertura jornalística. A seleção das notícias em ZH, duas por dia, ocorreu pelo seguinte critério: as notícias sobre a covid-19 deveriam estar na “abertura da página” do jornal. Como optou-se pela observação de cinco dias da semana, de segunda a sexta-feira, chegamos a um total de dez notícias. Resultados: Em relação à diversidade de fontes e de atores sociais, verificou-se que 72% das matérias publicadas utilizaram fontes governamentais e 28% delas tiveram fontes não governamentais. Isso significa que a maioria dos atores sociais que apareceram nas matérias representavam o poder público, principalmente, os municípios. E que os representantes da sociedade civil, sobretudo, o cidadão, permaneceram fora do foco das matérias jornalísticas. Já em relação aos formatos jornalísticos utilizados na cobertura, apurou-se a seguinte resposta: das dez matérias analisadas, seis delas foram reportagens, que tiveram uma cobertura mais completa e com maior profundidade e mais qualidade nas informações do que a notícia, seguidos por levantamento de dados, depoimentos e interpretação do que foi apurado. Além disso, quatro delas foram notícias, que por serem objetivas, apresentam o fato de maneira rápida, contando o que realmente interessa para o leitor logo no início do texto. A função do autor é contar a notícia de maneira clara e concisa, analisando os pontos mais importantes sobre o assunto que está escrevendo. Ao final, conclui-se que o jornal Zero Hora atuou como um ator social, pois revelou, no material analisado, os problemas e as soluções relacionadas à pandemia do covid-19. Entretanto, ainda o fez utilizando-se de muitas fontes “oficiais”, revelando que ainda é preciso mostrar mais a sociedade civil nas notícias, sobretudo, o cidadão. Percebe-se que os jornalistas ainda estão muito condicionados a ouvirem somente a fonte oficial, sem repercutir os fatos junto à população.

Palavras-chave: Atores Sociais; Cobertura Jornalística; Políticas Públicas, Sociedade.

JOGO DA MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO COM PLANTAS MEDICINAIS

MIQUELASSO, Paula⁴²⁶
LUNELLI, Katriane⁴²⁷
PASSOS, Sabrina Izabel⁴²⁸
ANDRANDE, Talita Somensi de⁴²⁹
FERREIRA, Rene Artur⁴³⁰
VITORINO, Josiane de Carvalho⁴³¹
COUTO, Angélica Garcia⁴³²

RESUMO

O Programa Plante Saúde em parceria com o Horto Medicinal da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e o Município de Itajaí tem como proposta o desenvolvimento de ações educativas e de assessoria na implantação de hortas comunitárias, que contemplem o cultivo orgânico de plantas medicinais e alimentícias não convencionais (PANC), trazendo como benefício para a população a promoção de educação em saúde sobre o uso fitoterápico e alimentício das espécies vegetais e valorizando os saberes populares e tradicionais. A proposta volta-se para a sustentabilidade e fortalecimento das ações decorrentes do Projeto Farmácia Viva (PFV) Itajaí a partir da Chamada Pública SCTIE-MS n. 1/2017. No Brasil, o PFV, vinculado à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, foi instituído no âmbito do SUS, pela Portaria 886 de 2010, e é responsável por fornecer a planta medicinal em uma ou mais das suas possíveis formas: in natura, ou processada, como chá medicinal, tinturas, fitoterápicos manipulados, até a sua dispensação. O Programa Plante Saúde vincula-se aos projetos pedagógicos dos cursos de Biomedicina, Farmácia, Nutrição, articulando as modalidades formativas da Univali que visam à formação de profissionais competentes para o trabalho interprofissional. Entre os objetivos específicos estão: promover a troca de saberes populares e científicos com ênfase no reconhecimento, uso seguro e benefícios de plantas medicinais e alimentícias, bem como o de assessorar a implantação da farmácia viva no município de Itajaí e outros municípios. Problema de pesquisa: Como incentivar a aprendizagem sobre as plantas medicinais e PANC de forma lúdica e interativa? Objetivo do estudo: Desenvolver jogos sobre plantas medicinais e alimentícias não convencionais para auxiliar nas dinâmicas de atuação do projeto de extensão, como estratégia facilitadora da troca de saberes entre a população e a comunidade acadêmica científica. Metodologia: A partir do levantamento das espécies de plantas medicinais e alimentícias não convencionais, abordadas nas ações educativas do Projeto Plante Saúde desde 2017, foi elaborado um jogo interativo, priorizando o uso de imagens para facilitar o reconhecimento das plantas medicinais, e outras informações para relacionar ao uso da referida espécie. Buscou-se

⁴²⁶ Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* paula.smiquelasso@gmail.com.

⁴²⁷ Acadêmica de Odontologia na Univali. *E-mail:* katriane@edu.univali.br.

⁴²⁸ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* sabrinaizabeldospassos@hotmail.com.

⁴²⁹ Acadêmica de Nutrição na Univali. *E-mail:* talitas_andrade@hotmail.com.

⁴³⁰ Professor do Curso de Farmácia a Univali. *E-mail:* rene@univali.br.

⁴³¹ Professora do Curso de Biomedicina na Univali. *E-mail:* jvitorino@univali.br.

⁴³² Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. Professora Coordenadora do Projeto de intervenção PROESDE - Plante Saúde na Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



escolher um jogo para auxiliar a fixar os conteúdos de forma lúdica e interativa, aguçar a concentração, além de estimular a participação social na troca de saberes. Resultados: Numa primeira etapa, foram selecionadas 34 espécies de plantas, dentre medicinais e alimentícias convencionais e não convencionais. Dentre as possibilidades de jogos, foi selecionado o Jogo da Memória, com o objetivo de memorizar imagens rapidamente, de forma a desenvolver, aperfeiçoar o raciocínio e ter maior aprendizado sobre as plantas abordadas. A primeira versão 21.2, desenvolvida no segundo semestre de 2021, apresentou informação do tipo nomes comum e científico da espécie, ilustração da planta, aos pares, impressos em papel couchê, recortadas no tamanho de uma carta de baralho. O jogo foi avaliado para colocar em prática o objetivo do jogo e propor melhorias, pelos bolsistas do Projeto de Intervenção do PROESDE – Plante saúde, no formato de oficinas. No primeiro semestre de 2022, criou-se uma segunda versão, para agregar melhorias sobre as informações, conservação do material usado na confecção do jogo, e ênfase nas plantas medicinais selecionadas para o plantio em hortas, em consonância com o Projeto Farmácia Viva. A versão 21.2 passou a conter 12 pares de plantas medicinais. Cada par passou a informar o nome comum, a ilustração da planta na primeira peça e o nome científico com a utilização da planta na peça complementar. Outra modificação foi quanto ao material usado na confecção, apresentação e armazenamento do jogo. Foi selecionado MDF em placas de 5 mm, recortadas na dimensão de 65 por 75 mm e adesivadas para a confecção das peças. Confeccionou-se uma caixa para a portabilidade e conservação para as 24 peças do jogo, personalizada com a logo do projeto na tampa e, na sua parte interna, as instruções de como jogar. Adicionalmente, cada peça contém a logo do Programa Plante Saúde adesivada em uma das faces. Além do propósito de proporcionar ao público informações sobre o uso e os benefícios das plantas medicinais, o Jogo da Memória pode auxiliar no desenvolvimento da concentração, melhoria da atenção, treinamento para memória visual, foco aprimorado e habilidades de pensamentos mais rápidas.

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Farmácia Viva; Materiais Educativos



AValiação DA INFLUêNCIA DA FLUOXETINA NA CICATRIZAÇÃO GáSTRICA DE RATOS

SILVA, Thiago Farias de Queiroz⁴³³

SILVA, Levy Mota da⁴³⁴

LONGO, Bruna⁴³⁵

SILVA, Luiza Mota da⁴³⁶

RESUMO

É sabido que, além da importância da serotonina (5-HT) nas desordens de humor, ela também exerce influência no funcionamento do trato gastrointestinal. De maneira interessante, estudos têm demonstrado o efeito gastroprotetor de Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS), como a fluoxetina. Contudo, o efeito cicatrizante gástrico de ISRS permanece desconhecido, bem como se há dimorfismo sexual neste efeito. Diante disto, este estudo avaliou o efeito cicatrizante gástrico da fluoxetina em ratos machos e fêmeas. Problema de pesquisa: A fluoxetina possui efeito curativo sobre úlceras pépticas induzidas por ácido acético? Objetivo do estudo: Avaliar experimentalmente a ação da fluoxetina sobre úlceras pépticas induzidas por ácido acético, avaliar o tamanho da lesão ulcerosa após tratamento com fluoxetina, analisar o potencial cicatrizante gástrico da fluoxetina pelo modelo de indução de úlcera crônica com ácido acético em ratos, analisar o efeito da fluoxetina e nos níveis glutatona reduzida e lipoperóxidos na úlcera crônica com ácido acético em ratos. Metodologia: As úlceras gástricas foram induzidas por ácido acético 80% em ratos Wistar machos e fêmeas anestesiados, os quais após dois dias da indução, receberam veículo, omeprazol (20 mg/kg), ou fluoxetina (0,04; 0,17; 0,4 e 1,7 mg /Kg) uma vez ao dia, durante sete dias. No décimo dia após a indução da úlcera, os animais foram eutanasiados e o tecido ulcerado retirado para avaliações morfológicas e bioquímicas. CEUA/UNIVALI: 019/20p. Resultados: O tratamento com fluoxetina reduziu a área da úlcera em ratos machos nas doses de 0,17; 0,4 e 1,7 mg/Kg em relação ao grupo ulcerado tratado com veículo. Nas fêmeas somente a dose de 0,17 reduziu a área de lesão, enquanto as doses de 0,4 e 1,7 aumentaram a área de lesão gástrica. Os resultados histológicos confirmaram este dado. A ulceração da mucosa reduziu a disponibilidade de glutatona redutase em ratos machos e fêmeas e a administração de fluoxetina não reverteu esse efeito. Os níveis de malondialdeído foram aumentados na mucosa ulcerada e reduzido em animais machos e fêmeas tratados com fluoxetina na dose de 0,4 mg/kg. A atividade da superóxido dismutase foi reduzida na mucosa gástrica de ratos machos tratados com fluoxetina na dose de 0,17 e 1,7 mg/kg, enquanto nas fêmeas foi aumentada na dose de 1,7 mg/kg. A atividade da mieloperoxidase foi diminuída na mucosa de ratos machos e fêmeas tratados com a dose de 0,17 e 0,4 mg/kg de fluoxetina. Não houve diferença entre a atividade de catalase e glutatona transferase entre os grupos experimentais, tanto em ratos machos, como fêmeas.

Palavras-chave: Fluoxetina; Úlcera Péptica; ISRS.

⁴³³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* thiagofariass@hotmail.com.

⁴³⁴ Acadêmico de Fisioterapia da Univali. *E-mail:* motadasilvalevy@gmail.com.

⁴³⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* bruna.longo@hotmail.com.

⁴³⁶ Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* luisa@univali.br.



ANÁLISE DOS FATORES ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO: UM ESTUDO TRANSVERSAL REALIZADO EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL

SILVA, Thiago Farias de Queiroz⁴³⁷

LACERDA, Leo Lynce valle de⁴³⁸

GRILLO, Luciane Peter⁴³⁹

MEZADRI, Tatiana⁴⁴⁰

RESUMO

A automedicação é definida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como a prática irresponsável de uso de medicamentos sem prescrição médica/odontológica (Brasil, 2001). São várias as causas da automedicação, entre elas: aspecto cultural, fácil acesso aos medicamentos, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, variedade de produtos farmacêuticos e falta de fiscalização (Teni, et al. 2017, BMC Res Notes). A automedicação pode causar riscos à saúde como intoxicações, alergias, interações medicamentosas, dependência farmacológica, resistência bacteriana e até morte (Balén et al. 2017, J Bras Psiquiatr; Matos et al. 2018, Cad Saúde Colet). O objetivo do estudo foi determinar a prevalência da automedicação e seus fatores associados na população adulta da cidade de Navegantes (SC), Brasil. Problema de pesquisa: Qual o perfil da população da cidade de Navegantes (SC) que pratica automedicação? Objetivo do estudo: Investigar a prevalência da automedicação e seus fatores associados na população adulta de Navegantes, determinar a prevalência da automedicação e dos medicamentos associados a esta; verificar a prevalência de automedicação segundo os bairros do município, descrever fatores ligados à automedicação; identificar o perfil dos adultos que consomem medicamentos sem prescrição médica ou odontológica; descrever a ocorrência de eventos adversos aos medicamentos, suas características e a conduta adotada pelos indivíduos. Metodologia: Estudo transversal, descritivo e analítico de base populacional realizado em Navegantes (SC). A população foi composta por adultos de 20 a 59 anos. Utilizou-se um questionário contendo 26 questões divididas em cinco blocos: perfil sociodemográfico, hábitos sociais, utilização de serviços de saúde, autoavaliação de saúde e medicamentos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univali sob o parecer 2.577.497. Para investigar as variáveis associadas à automedicação, foi utilizada a regressão de Poisson com $p < 0,05$. Resultados: Um total de 1.120 indivíduos participaram da pesquisa. A prevalência de automedicação foi de 35,1%. Após o ajuste das razões de prevalência, os fatores associados foram: indivíduos com idade entre 30-39 anos ($p=0,027$) e 40 a 49 anos ($p=0,028$), realização de consultas nos últimos três meses ($p=0,008$), presença de doença crônica ($p=0,020$) e apresentar uma boa autoavaliação de sua saúde ($p=0,048$). A classe dos anti-inflamatórios (sistema musculoesquelético) foi a mais utilizada (28,9%), seguida dos anti-hipertensivos (sistema cardiovascular) (15,2%) e do aparelho geniturinário e hormônios sexuais (12,7%).

⁴³⁷ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* thiagofariass@hotmail.com.

⁴³⁸ Doutor em Educação. Docente na Univali. *E-mail:* leolynce@gmail.com.

⁴³⁹ Docente no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho da Univali. *E-mail:* grillo@univali.br.

⁴⁴⁰ Docente no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho da Univali. *E-mail:* mezdri@univali.br.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Automedicação; Levantamentos Epidemiológicos; Uso de Medicamentos.



POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE: UM OLHAR SOBRE OS CUIDADORES EM SAÚDE

HELENE, Juliana Argueles Cezar⁴⁴¹
DITTRICH, Maria Glória⁴⁴²

RESUMO

Cuidar e ser cuidado diz respeito a aspectos profundos da natureza humana. A existência autêntica do ser humano depende do cuidar de si, do outro, da cultura e da natureza. O cuidar está intimamente associado à saúde, que se traduz enquanto um processo dinâmico de busca de harmonia física, psíquica, espiritual e social do ser humano, muito além da ausência de doenças, como pensou-se um dia. Para auxiliar na promoção de saúde, profissionais habilitados desempenham função primordial no cuidado e no bem-estar humano. Dentre esses, destaca-se a equipe de enfermagem, que possui preparo para melhorar o estado de saúde da coletividade e promover a cura através de suas práticas. Em saúde, o sistema brasileiro ainda é reconhecido pelos diversos obstáculos que necessita lidar, como a carência de mão de obra qualificada, de insumos, de capital. Desvela-se um panorama penoso a quem atua como trabalhador em saúde no Brasil. Embora esses profissionais tenham conhecimento e habilidades técnicas e humanísticas estão sujeitos a lidar com as dificuldades laborais. No trabalho cotidiano na enfermagem o preparo profissional vem evidenciando ser deficitário em muitos casos, incapaz de garantir ausência de prejuízo à sua saúde no desenvolvimento da função. A restrição de descanso, a baixa remuneração, o excesso de trabalho, o labor noturno, as exigências da função, a hostilidade dos superiores hierárquicos, a busca pelo agir isento de erros, entre outros fatores, submetem os trabalhadores em saúde a um grande sofrimento físico, espiritual e psíquico. Agravam o cenário à fragmentação dos saberes, o individualismo crescente e a desconsideração das dimensões mais profundas e basilares do humano pautadas no convívio entre semelhantes, emoção, afeição, compreensão, trocas educativas repletas de amor e empatia. Por meio da troca entre os humanos, revestida de ternura, amor-próprio e ao outro, com respeito ao próximo, é possível desenvolver ações criativas, explicitadas por um agir desprendido do comportamento predominante nas massas. Reacende, assim, o desejo por conhecer, por relacionar-se, por aprendizagens que podem conduzir o ser humano à alegria. Isso pode traduzir-se como Humanescer e é de extrema importância quando se diz de cuidado e cuidar. Fomentar atitudes que permitam ao profissional de saúde acolher e ser acolhido, trocar olhares respeitosos e afetuosos, entre si e com os demais, que requer como norte a abertura de um pensar agir transdisciplinar, para gerar processos de cura e viabilizar o sentimento de estima, simpatia, valorização, autoconhecimento e criatividade. Tudo dentro de uma dinâmica psicoespiritual curativa, adequada para trazer à tona algo profundo, harmônico, sábio e amoroso do humano, capaz de descobrir e fornecer sentido ao seu viver. Deixar de lado dimensões constitutivas do ser humano que vão além da biológica, tem sido um dos grandes problemas deste tempo, conduzindo muitos à ausência de sentido para viver, que se revela em psicopatologias como na síndrome de Burnout ou na Depressão. Os responsáveis pelo

⁴⁴¹ Especialista em Direito do Trabalho e Preparação para a Magistratura pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁴⁴² Filósofa, Mestre em Educação, Doutora em Teologia, Professora Pesquisadora na Univali. *E-mail:* gloria.dittrich@univali.br.



cuidado estão em situação de vulnerabilidade, quando comparados a outras ocupações, e revelam uma questão de saúde coletiva. Há insuficiência de políticas públicas para atuações preventivas e de promoção da saúde mental, cuidado, solidariedade, para restauração da criatividade, da felicidade, do lazer, da empatia, do sentimento de autovalorização dessa população, que tanto cuida, mas que tão pouco cuidado recebe. Assim, o zelo pela saúde dos cuidadores em saúde é uma urgência de saúde pública. Problema de pesquisa: Como se encontra a saúde do profissional cuidador enfermeiro e as políticas públicas em saúde? Objetivo do estudo: Trazer um olhar reflexivo sobre a equipe de enfermagem enquanto cuidadora em saúde e políticas públicas em saúde. Metodologia: pesquisa qualitativa, realizada através de levantamento bibliográfico para embasamento teórico. Para compreensão dos dados e reflexão acerca do fenômeno, utilizou-se a hermenêutica fenomenológica. Resultados: Os profissionais enfermeiros são os que passam mais tempo com os pacientes, sendo responsáveis pelo maior vínculo, figurando como um facilitador para promoção da saúde e do bem-estar. O modo como o trabalho na área da saúde está organizado na sociedade tem provocado repercussões psíquicas provocadas nos cuidadores. A profissão é desafiadora e humanos que se sujeitam a laborar na área tão nobre, estão expostos a diversos fatores: riscos ocupacionais do ambiente hospitalar; desafios na formação profissional que, de um modo geral, não os prepara para os desafios que vêm enfrentando; baixa remuneração; escassez de boas práticas e políticas públicas para garantir a manutenção da saúde mental, espiritual e física. Estudos sugerem risco aumentado e grande vulnerabilidade dos profissionais em enfermagem para o desenvolvimento de psicopatologias como depressão, síndrome de Burnout e baixa realização pessoal, fatores que, relacionam-se até mesmo com maior chance de suicídio. O risco elevado demanda atenção para com os cuidadores, que pouco recebem de auxílio quanto aos problemas explicitados. As demandas do emprego minam a alegria, a criatividade, a empatia. Com a automatização das condutas e perpetuação das angústias, perde-se o sentido da vida e o ser é levado ao intenso sofrimento, físico e mental, que se desdobra em diversos sintomas e patologias. Tais angústias são alavancadas por múltiplos fatores e deve considerar-se a particularidade de cada pessoa, enquanto um ser multidimensional, biofísica-psíquica-espiritual e social, cultural, política, econômica e ambiental no desenvolvimento de práticas que auxiliem na sua superação.

Palavras-chave: Humanescer; Cuidado em Saúde; Política Pública.



ATIVIDADE EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DE ATENDIMENTO HUMANIZADO PARA USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

MONTEIRO, Jamile⁴⁴³

ALVES, Maria⁴⁴⁴

MACHADO, Maria Luiza⁴⁴⁵

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁴⁶

RESUMO

Entre 20% e 56% da população adulta é acometida por transtornos mentais, com maior prevalência entre mulheres e trabalhadores. Tendo em consideração que o número de usuários de drogas é crescente, conseqüentemente a população portadora de distúrbios mentais aumenta. Segundo o relatório mundial sobre drogas, publicado em 2021, cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no último ano, 3,9% da população mundial utilizaram drogas. Destes usuários, 36 milhões sofreram transtornos associados às drogas, portanto, os dependentes de drogas têm 3% de chance de desenvolver problemas de saúde associado às drogas, entre eles: Doença de Alzheimer; Esquizofrenia; Dependência ao álcool; Depressão; Transtorno de conduta. A Rede de Atenção Psicossocial, instituída pela Portaria do Ministério da Saúde n. 3.088, de 23/12/2011, prevê a criação, a ampliação e a articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de craque, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Rede de Atenção Psicossocial é composta por serviços e equipamentos variados, tais como: os Centros de Atenção Psicossocial; os Serviços Residenciais Terapêuticos; os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento, e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos Centros de Atenção Psicossocial). Os Centros de Atenção Psicossocial surgiram, no Brasil, na década de 1980, e foram regulamentados em 1992 através da Portaria do Ministério da Saúde 224/92, com o objetivo de garantir um cuidado de base territorial e serem serviços substitutivos aos hospitalares, oferecendo cuidado intensivo ao portador de sofrimento psíquico. Problema de pesquisa: Falta de conhecimento dos profissionais da atenção primária e especializada sobre a linha de cuidado para usuários dos serviços de saúde mental. Objetivo do estudo: O projeto tem como objetivo elaborar uma proposta de educação continuada para profissionais da atenção primária e secundária, do município de Itajaí (SC), sobre a linha de cuidado de saúde mental. Metodologia: Trata-se de um projeto de atuação para a implementação de educação continuada com vistas a aprimorar o cuidado com o usuário de saúde mental, através de pesquisas bibliográficas, trazendo possíveis propostas de intervenção para melhoria do cuidado, sendo destinado para profissionais da atenção primária e atenção especializada, realizado na disciplina de Processo de Trabalho do Cuidado em Enfermagem do 5º período do Curso de Enfermagem. Resultados: Os profissionais de saúde buscam atuar de forma a resolver, ou até mesmo curar, os sintomas dos usuários, porém, no contexto de sofrimento psíquico, essa expectativa muitas vezes não é factível, podendo levar a sentimentos como

⁴⁴³ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* jamilerozariom@gmail.com.

⁴⁴⁴ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* mah.bertoldo@hotmail.com.

⁴⁴⁵ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* maria-machado@hotmail.com.

⁴⁴⁶ Doutora em Enfermagem pela UFSC. *E-mail:* rita.rangel@univali.br.



impotência, autodepreciação e culpa. A dificuldade em lidar com esses sentimentos pode gerar distanciamento e resistência ao trabalho com saúde mental. Logo, é necessário que os profissionais da atenção primária adquiram aptidões que garantam o melhor uso das tecnologias disponíveis e sua imediata aplicabilidade prática, além de conhecer melhor como atender esses pacientes. Sendo assim, percebe-se a atenção que esses usuários requerem, objetivando aprimorar cada vez mais o cuidado. Portanto, o projeto é destinado para profissionais de saúde que atuam em Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento, no que se refere a atuação em saúde mental, para que possam compreender a complexidade do processo saúde-doença, desenvolver habilidades e competências voltadas à pluralidade do ser humano, a fim de melhorar a qualidade de vida dessa população. Estudos mostram a necessidade de maior investimento e de capacitação da atenção primária, para promover a diminuição de internações psiquiátricas e para proporcionar melhor qualidade de vida aos indivíduos. O projeto traz a expectativa de que toda a equipe presente na atenção primária e especializada possa compreender a complexidade de um paciente de saúde mental, garantindo o atendimento ideal a esse cliente, compreendendo a distinção entre a necessidade de encaminhamento e a possibilidade de prosseguir o tratamento na atenção primária, para que assim, haja acompanhamento integral e adequado desse usuário. Considerações finais: Espera-se que através deste projeto os acadêmicos consigam desenvolver habilidades organizacionais, e compreendam a linha de cuidado dos pacientes da saúde mental, além de despertar interesse em executar o projeto em seus futuros âmbitos de trabalhos.

Palavras-chave: Saúde Mental; Educação Continuada; Atenção Primária; Humanização.



AMBIENTES RESTAURADORES EM ESCOLAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

AGUIAR, Larissa⁴⁴⁷

RUNKEL, Bruna Emanuelle von⁴⁴⁸

ALVES, Roberta Borghetti⁴⁴⁹

RESUMO

Na adolescência ocorrem diversas mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Por conta das mudanças esperadas, caso os adolescentes não tenham relações de apoio com os pais, a escola e a comunidade, seu desenvolvimento pode ser afetado e se tornar uma fase de riscos à saúde. A escola é um dos locais onde os adolescentes passam parte do tempo e esse contexto pode contribuir para o aparecimento do estresse nos estudantes. O estresse é a resposta psicofisiológica frente a eventos ou situações percebidos como ameaças ao bem-estar. O sofrimento causa reações fisiológicas e psicológicas que podem prejudicar a recuperação da pessoa, pois interfere de forma negativa na resposta do sistema imunológico e nos resultados dos exames. Para lidar com o estresse, as pessoas precisam de estratégias para tomar decisões, modelar seus comportamentos, emitir ou reprimir afetos, dentre outros comportamentos possíveis. Frente à possibilidade de ocorrência de estresse em adolescentes e considerando a importância da escola para o desenvolvimento, pode-se pensar em características ambientais no contexto escolar que contribuam para a redução do estresse. Os ambientes restauradores são aqueles que possuem determinadas configurações que facilitam, permitem ou promovem a recuperação dos recursos psicofisiológicos frente a uma situação estressora, pois através dele pode-se evocar respostas emocionais positivas e limitar pensamentos negativos. O objetivo desta pesquisa foi analisar as produções científicas dedicadas aos ambientes restauradores em escolas nos últimos dez anos. Os objetivos específicos foram: a) Identificar os modelos teóricos predominantes sobre ambientes restauradores; b) Descrever os métodos de pesquisa mais utilizados e a faixa etária predominante entre os participantes; c) Detalhar os principais resultados encontrados sobre a temática. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura. Foram realizadas buscas nas bases de dados Sage Journals, Science Direct e Web of Science, e o Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com os termos: adolescente combinado com ambientes restauradores, psicologia ambiental, preferências ambientais, qualidades restauradoras e percepção ambiental, e escola combinado com os mesmos termos citados. Utilizaram-se também os termos em inglês e em espanhol. Os critérios de inclusão dos artigos foram: a) caracterizar-se como pesquisa empírica; b) estar publicada no período de 2013 a 2022; c) estar escrita em inglês, português ou espanhol; d) ter como foco características restauradoras em ambientes escolares; e) ter como público-alvo adolescentes de 12 a 18 anos de idade; f) ter artigo completo de livre acesso; g) utilizar pelo menos uma das teorias dos ambientes restauradores. Foram encontrados 90 artigos científicos nas bases de dados. Após a avaliação de títulos e resumos, 60 artigos foram

⁴⁴⁷ Mestranda do Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* larieaguair@outlook.com.

⁴⁴⁸ Mestranda em Psicologia pela Univali, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela PUC-PR. Docente do curso de graduação em Psicologia na IELUSC. *E-mail:* bruna.runkel@gmail.com.

⁴⁴⁹ Mestranda em Psicologia pela Univali, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pela PUC-PR. Docente do curso de graduação em Psicologia na IELUSC. *E-mail:* bruna.runkel@gmail.com.



removidos por estarem duplicados, assim, 30 artigos foram lidos na íntegra. Após a leitura, 22 artigos foram excluídos por não se adequarem aos critérios de inclusão, pois os participantes tinham idade inferior a 12 anos ou a pesquisa não foi realizada em contexto escolar. Dessa forma, dez artigos científicos foram incluídos e analisados. Através dessa revisão foi possível identificar que os modelos teóricos predominantes foram a Teoria da Restauração da Atenção e a Teoria Psicoevolucionista utilizadas em conjunto. A abordagem mais utilizada nas pesquisas foi a quantitativa com a utilização de instrumentos padronizados para avaliar atenção, estresse, percepção sobre a restauração, saúde e bem-estar psicológico. A faixa etária dos participantes variou entre 12 e 27 anos. Os principais resultados encontrados vão ao encontro da literatura na área de ambientes restauradores em que os principais elementos restauradores apontados foram a presença de arbustos, árvores, vasos de plantas e assentos diferentes no pátio escolar, moderada complexidade do ambiente com diferentes texturas e recursos, disponibilidade de atividades e materiais que possam auxiliar na interação entre os adolescentes em ambientes ao ar livre, possibilidade de ter uma visão da janela da sala de aula para a vegetação. Dessa forma, as escolas precisam ter a presença de vegetação como arbustos, plantas e árvores, assentos diferentes, materiais e texturas que possibilitem ao ambiente moderada complexidade, principalmente no pátio escolar. Também são necessários materiais e atividades que auxiliem na interação entre os adolescentes em ambientes ao ar livre, como exemplo, poderiam ser utilizadas mesas de pingue-pongue e pebolim, e ter a disponibilidade de assentos para que os adolescentes consigam permanecer nesses ambientes. As salas de aula precisariam ter a visão da janela para a vegetação, caso não seja possível, poderia haver plantas que vivam em ambientes internos com alguma luminosidade. Este estudo pode contribuir com os gestores escolares, pois estes tomam as decisões referentes à organização dos ambientes escolares. Tendo estes conhecimentos, os gestores podem investir recursos da escola em materiais que possibilitem a restauração do estresse nos estudantes. Além dos gestores, as secretarias de educação também podem se beneficiar deste estudo, visto que também tomam decisões frente aos ambientes escolares e despendem recursos para as escolas. Frente aos resultados encontrados, sugere-se que sejam realizados estudos que identifiquem quais são os ambientes restauradores para os adolescentes na escola e quais são as preferências ambientais dos adolescentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Ambientes Restauradores; Adolescentes; Escola; Psicologia Ambiental.



ABSENTEÍSMO EM UM CENTRO MÉDICO DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

SANTOS, Jhonatan Mateus Silva dos⁴⁵⁰
MACHADO, Heloisa Beatriz⁴⁵¹

RESUMO

O termo “absenteísmo” significa o hábito de estar ausente ou ainda, uma ausência premeditada e, apesar do termo ser rotineiramente aplicado às faltas dos profissionais no serviço, observa-se, em estudos mais recentes, uma ampliação na aplicabilidade deste termo, estendendo-se também ao fenômeno das faltas dos usuários aos serviços de saúde, levando a lacunas e prejuízos ao sistema, isso porque uma falta acarretará a não realização do atendimento, prejudicando a agilidade na solução da alta demanda nas unidades básicas e, principalmente, nas unidades especializadas de saúde. O termo absenteísmo se refere ao não comparecimento de uma pessoa ao local onde se pretende cumprir uma obrigação ou desempenhar uma função. O absenteísmo é identificado em diversos contextos, sendo definido, no setor saúde, como a falha no atendimento ou o não atendimento do usuário nos serviços de saúde. E, ainda, o absenteísmo de usuários consiste no ato de não comparecer às consultas e/ou aos procedimentos agendados, sem qualquer comunicação prévia ao local de realização do atendimento. Nesse sentido, pode-se entender que o absenteísmo a consultas previamente marcadas tem se tornado um problema crônico do sistema de saúde, comprometendo a efetividade dos atendimentos. Somado ao não comparecimento a exames de apoio diagnóstico, o absenteísmo alcança prevalência global em torno de 25% em ambulatório especializado. Os serviços de saúde são planejados para atender determinado número de pacientes, visando à atenção ao cidadão, solvência dos problemas coletivos e individuais de cada paciente e quando o paciente deixa de comparecer ao atendimento, além de perder uma consulta que implica em uma nova espera, desperdiça-se a oportunidade de oferecer assistência a outro paciente que também necessita atenção à sua saúde. Nesse sentido, a literatura aponta algumas causas do absenteísmo, tais como: esquecimento, falhas na comunicação entre o serviço e o usuário, melhora dos sintomas de adoecimento, agendamento em horário de trabalho, falta de transporte e compromissos em dia da semana agendado. Corroborando ao exposto, ao mensurar as consequências que o absenteísmo acarreta à saúde coletiva, destacam-se: o aumento da fila de espera e de demandas por urgência, o desperdício de recursos públicos, a redução da produtividade e perda da eficiência da clínica e da gestão. Essas consequências comprometem o acesso e ocasionam aumento dos custos com a assistência à saúde, gerando custos sociais, estimulando atitudes negativas no profissional, atrasos no diagnóstico e tratamento adequado. O absenteísmo é considerado um fenômeno multicausal, repercutindo em todos os envolvidos: gestão, trabalhador e usuário. À medida que existe a preocupação com a ampliação de serviços para garantir o acesso, é importante destacar que sua subutilização revela um paradoxo. Essa contradição lógica ou aparente falta de nexo evidencia a necessidade de se aprofundar no diagnóstico do absenteísmo dos usuários nos serviços de saúde. A análise sobre a relevância dessas faltas dos usuários é considerada estratégica para melhorar a gestão dos serviços públicos de saúde

⁴⁵⁰ Acadêmico do Curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: jhonnattanmateus@gmail.com.

⁴⁵¹ Professora do Curso de Enfermagem da Escola de Ciências da Saúde, da Univali.



coletiva. Objetivo: Mensurar as taxas de absenteísmo nas consultas agendadas no centro médico de referência do município, a fim de se identificar os motivos e propor soluções. Método: Trata-se de um processo de busca no sistema eletrônico do município, através do levantamento de consultas agendadas mês a mês, entre os meses de agosto a novembro de 2022, trazendo dados completos de cinco especialidades que integraram este primeiro momento, sendo elas: cirurgia geral, neuropediatria, geriatria, cirurgia plástica e dermatologia. Esses dados são coletados mensalmente e organizados em planilhas contendo o número de pacientes agendados seguido do número de faltas em cada dia do mês em questão. Esses dados são tabulados gerando um indicador (proporção) referente as faltas ocorridas dentro de cada especialidade. Nesta coleta inclui-se informações de contato dos pacientes faltantes, a fim de se manter contato posterior e pesquisar os motivos reais de cada falta ocorrida no mês em questão. Resultados: Como resultados parciais, apresentamos a análise nos meses de agosto e setembro em duas especialidades, sendo elas cirurgia geral e neuropediatria, comparando esses resultados com os percentuais recomendados pelo Ministério da Saúde em que as taxas de absenteísmo não devem ser superiores a 5% dos números mensais das consultas realizadas. Na especialidade de cirurgia geral, a taxa de absenteísmo referente ao mês de agosto de 2022 foi de 19,87%, em relação aos 151 atendimentos prestados; em contrapartida, no mês seguinte, setembro de 2022, as taxas de absenteísmo foram de 35,12% em relação a 42 atendimentos realizados, esse aumento pode ser explicado pela diminuição de agendamentos devido a férias do profissional, impactando num percentual maior de absenteísmo. Já na especialidade de neuropediatria, as taxas calculadas demonstram que no mês de agosto de 2022, a taxa foi equivalente a 24,04 em relação a 104 atendimentos prestados; no mês seguinte, setembro de 2022, pode-se notar uma diminuição na taxa calculada que foi de 19,64% de 112 atendimentos realizados. Em um comparativo, nesta especialidade obteve-se uma diminuição nos indicadores calculados, evidenciando uma pequena melhora na proporção de faltas, mesmo ainda estando fora do que é recomendado pelo Ministério da Saúde. Dentre os principais motivos relatados pelos pacientes para as faltas estão o esquecimento da data agendada, problemas de locomoção, e melhora da situação clínica apresentada. Outro ponto importante sobre essa pesquisa está relacionado à dificuldade de contato por conta da falta de atualização cadastral dos pacientes: em cerca de 35,4% dos contatos telefônicos realizados não se localizou mais os pacientes, evidenciando essa falha cadastral. A atualização cadastral constitui um dos primeiros passos em busca da diminuição dessas taxas, seguido da sensibilização dos próprios usuários quanto ao comparecimento as consultas e/ou justificativas de ausências em tempo hábil para que o lugar vago possa ser preenchido por outro usuário. Considerações finais: Ainda, se faz necessário o desenvolvimento de novas pesquisas nesta temática, pois é observada uma escassez de publicações sobre o tema na literatura, assim como intervenções práticas da unidade com o intuito de diminuir essas taxas, visando sempre à promoção em saúde, à satisfação do usuário e à diminuição de custos. A partir das informações encontradas na literatura juntamente com os dados coletados mês a mês em cada especialidade e os contatos realizados, fica clara a necessidade de se discutir mais sobre o assunto, a fim de se propor soluções exequíveis que colaborem com a diminuição das taxas de absenteísmo a curto, médio e longo prazo.

Palavras-chave: Absenteísmo; Atenção Primária; Consulta.



REDE DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL, A PARTIR DA ÓTICA DOS PAIS

ROCHA, Nathália Martins⁴⁵²

ROSIN, Ana Cristina Klabunde⁴⁵³

DELVAN, Josiane da Silva⁴⁵⁴

RESUMO

O crescimento da tecnologia tem modificado cada vez mais o dia a dia das crianças em inúmeros contextos, em vista disso, observa-se a optativa pelas telas em detrimento a outras brincadeiras e atividades de lazer. Tem-se como pontos negativos relativos ao uso das telas pelas crianças o isolamento social, obesidade, problemas de linguagem e inquietação. Por outro lado, a utilização da tecnologia pode se mostrar como facilitadora no processo de aprendizagem. Em vista disso, considera-se de suma importância o papel da família como mediadora do uso das telas pelos pequenos, bem como a capacitação dos profissionais de saúde e educação, os quais possuem o papel de orientar e instruir os genitores quanto ao uso adequado das telas pela criança. Considerando os aspectos supracitados, torna-se imprescindível que os profissionais envolvidos no cuidado da criança, por meio de seus conhecimentos em práticas de educação e saúde, conscientizem as famílias sobre os riscos e impactos das telas no desenvolvimento infantil, assim como apresentem formas de manejo que visem contribuir para o cuidado integral da criança. Sendo assim, considera-se que tais profissionais podem realizar orientações e trabalhos de medidas preventivas, auxiliando os pais a compreenderem que a criança necessita de um ambiente sadio para o seu crescimento e maturação, permitindo um desenvolvimento integral nos aspectos físicos, cognitivos e emocionais. De tal maneira, ao pensar sobre a integralidade do cuidado à criança, tem-se que isso implica necessariamente na vinculação efetiva das redes que fazem parte do atendimento ao público infantil, buscando maiores condições de promover e proteger a saúde da criança. Considerando tais aspectos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei Federal n. 8.069/1990, possui um papel crucial no que se refere à proteção integral à criança como sujeito de direitos, levando em conta as condições do desenvolvimento humano que, por vezes, demandam atenção integral por parte do estado, sociedade e do núcleo familiar. Sendo assim, o ECA refere que a criança e o adolescente possuem direito à proteção à vida e à saúde, por meio da concretização de políticas sociais públicas que visem a garantir o bom desenvolvimento, bem como condições necessárias para sua existência. No que se refere à saúde integral da criança, o ECA prevê, por intermédio do Sistema Único de Saúde, o direito às ações e serviços que busquem proporcionar a promoção, proteção e recuperação da saúde. Considerando tais aspectos, a Sociedade Brasileira de Pediatria pontua, por meio do manual de orientação à saúde da criança, algumas recomendações sobre o uso de telas na infância, com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar do público infantil em contato constante com a tecnologia. Diante disso, cabe aos profissionais ligados ao cuidado da criança informar à família sobre a importância de evitar a exposição dos pequenos

⁴⁵² Acadêmica de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* nathaliarochems@gmail.com.

⁴⁵³ Acadêmica de Psicologia da Univali. *E-mail:* anacristinagr1999@gmail.com.

⁴⁵⁴ Doutora em Psicologia pela Univali, docente do curso de Psicologia da Univali. *E-mail:* josidelvan@univali.br.



que possuem menos de dois anos às telas, limitar o tempo de uso, acompanhar o conteúdo acessado, assim como propor alternativas que não estejam ligadas aos dispositivos digitais. Objetivo do estudo: Nesse contexto, o presente estudo buscou analisar pela ótica dos genitores, como compreendem o uso das tecnologias digitais pelas crianças e quais interferências deste manejo percebem sobre o desenvolvimento infantil. Metodologia: Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pais de crianças de até quatro anos, como também questionário sociodemográfico. Os dados obtidos através do questionário receberam tratamento estatístico por frequência simples, enquanto as informações oriundas da entrevista foram interpretadas a partir da análise temática categorial. Resultados: Nota-se que os genitores percebem uma quantidade maior de malefícios que benefícios sobre o uso das tecnologias digitais pelos pequenos. No entanto, a maior parte dos participantes permite o uso das telas de maneira inadequada àquela indicada por organizações especializadas no desenvolvimento infantil. Quanto ao monitoramento dos pais sobre o uso das tecnologias pela criança, observa-se uma contradição quanto às estratégias utilizadas. Dessa maneira, tem-se que, apesar de os participantes reconhecerem como fundamental o acompanhamento da criança, enquanto faz o uso dos aparelhos digitais, os genitores permitem o acesso enquanto estão ocupados com outras tarefas, como a limpeza da casa. Ademais, verifica-se que a utilização das telas pela criança está relacionada com a demanda parental, visto que os dispositivos digitais são oferecidos como estratégias para o manejo de comportamentos de birra, regulação do humor dos pequenos e um meio de mantê-los entretidos. Dessa forma, considera-se como fundamental a inserção do treinamento parental para tratar dos limites do acesso às telas, como também a importância do monitoramento, visto que a falta de manejo pelos pais contribui para que a criança permaneça mais tempo conectada aos aparelhos digitais. Além disso, políticas públicas que viabilizem o maior acesso a informações por parte dos genitores, dado que a grande maioria destes relatou não ter conhecimento quanto a orientações sobre o uso adequado das tecnologias digitais pela criança. Portanto, leva-se em consideração a formação continuada de profissionais da saúde e educação, a qual enfoque nos impactos das telas ao desenvolvimento dos pequenos. Também, a disseminação de materiais informativos sobre o uso compatível dos aparelhos digitais, indicado por entidades especialistas no desenvolvimento infantil, ações as quais buscam promover a proteção integral da criança.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Orientação Parental e Saúde da Criança; Políticas Públicas; Tecnologias Digitais.



O PADRÃO DE BRINCAR DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, NA ERA DIGITAL

MACARINI, Anna Paula Genoefa⁴⁵⁵

BASTOS, Isabel Cordeiro Cid⁴⁵⁶

POZZI, Cristina Maria⁴⁵⁷

RESUMO

Brincar é essencial, pois possibilita que a criança desenvolva habilidades sociais, fortaleça a capacidade emocional e resiliência, além de favorecer a resolução de conflitos de maneira criativa. Através das brincadeiras, a criança experencia novas situações, aprende a “negociar” com seus pares e vivencia possibilidades de resoluções de conflitos. Ainda, por meio do brincar, a criança treina habilidades para o futuro, criando possibilidades e estratégias para lidar com diferentes situações. A pós-modernidade, com toda sua tecnologia digital, tende a comprometer a brincadeira livre, proporcionando uma exposição precoce e/ou excessiva a telas entre crianças pequenas, com consequentes impactos no desenvolvimento infantil. Problema de pesquisa: Na prática clínica, observa-se que as crianças, cada vez mais precocemente, têm trocado as brincadeiras por telas/eletrônicos (tablets, celulares, televisão). A literatura já sinaliza que crianças que são expostas precocemente ou excessivamente a telas podem apresentar prejuízos no desenvolvimento infantil, tais como: dificuldades na socialização, atraso na aquisição da linguagem, inabilidade de coordenação motora, sedentarismo, obesidade infantil. Este estudo pretende identificar o padrão de brincadeiras de crianças de 0 a 6 anos. Objetivo do estudo: Caracterizar as formas de brincar nos tempos atuais, com o advento das tecnologias de mídia eletrônica e digital e relatar o padrão do uso de eletrônicos por crianças de 0 a 6 anos. Metodologia: Questionário online com dados sociodemográficos, hábitos de brincar e uso de telas, enviado a pais de crianças de 0-6 anos, no período de janeiro a maio de 2021. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, sob n. 4.430.485/2020. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da plataforma Google Forms® e analisados por meio do software SPSS 25. Primeiramente, foi realizada a análise descritiva dos dados. Em seguida, os dados obtidos foram analisados em relação à centralidade e dispersão (médias e desvio padrão) e em conjunto com as tabelas cruzadas e valor Pearson Qui-quadrado (χ^2) para a análise de associação qualitativa entre as variáveis categóricas e ordinais. Resultados: Foram 517 crianças, 72,34% entre 2 e 6 anos; 50,48% é do sexo masculino; 72,92% frequentam escola pública. Dentre as três brincadeiras preferidas pelas crianças desta amostra estão: brincar ao ar livre (correr, andar de bicicleta, patinete, jogar bola...) (85,43%); brincadeiras de construir (42,52%) e eletrônicos (40,58%). Seguidas pelas demais brincadeiras: carrinho (34,75%); boneca (34,17%); kit casinha (30,29%); faz de contas (27,18%). Quase 60% da amostra iniciou uso de telas com menos de 2 anos e 86,89% fazem uso de telas > 1h/dia. Observou-se uma relação direta entre tempo de tela e alterações no apetite e no sono ($p < 0,05$). Conclusão: Crianças de 0 a 6 anos preferem brincadeiras ao ar livre, como andar de bicicleta, de patinete, correr e jogar bola. Contudo, o brincar com eletrônicos é a terceira brincadeira favorita das crianças desta pesquisa, estando à frente de brincadeiras que exigem criatividade e imaginação. Além disso, observa-se nesta

⁴⁵⁵ Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: annamacarini@univali.br.

⁴⁵⁶ Acadêmica do Curso de Medicina da Univali.

⁴⁵⁷ Doutora em Ciências pelo Instituto de Psicologia da USP. Docente na Univali. *E-mail*: cristinapozzi@univali.br.



pesquisa uma exposição precoce e excessiva a telas, com impacto no sono e no apetite. Então, com base nos dados alarmantes encontrados nesta pesquisa, é importante que profissionais de saúde responsáveis pela puericultura e professores da Educação Infantil estejam aptos a orientar pais de crianças, sobretudo na primeira infância. Os pais precisam entender que o importante para a criança é brincar, explorar o meio, estar em contato com a natureza, interagir face a face, olhar o outro, criar vínculos, aprender – através da interação com pares – a regular seus impulsos e desejos, para que, mais adiante, possam ser adultos saudáveis e criativos. Além disso, há que se enfatizar as consequências que o uso precoce e excessivo de telas pode acarretar ao desenvolvimento infantil. Estudos que acompanhem o desenvolvimento destas crianças expostas precocemente a telas, brincando pouco de maneira criativa são fundamentais.

Palavras-chave: Brincar; Tempo de Tela; Desenvolvimento Infantil.



DE CUIDADO – ATENÇÃO AO CLIMATÉRIO/MENOPAUSA HUMANIZADA

MONTEIRO, Jamile⁴⁵⁸

ALVES, Maria⁴⁵⁹

MACHADO, Maria Luiza⁴⁶⁰

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁶¹

RESUMO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o climatério é definido como uma fase biológica da vida, e não como um processo patológico, que compreende a transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo da vida da mulher. Este acontecimento ocorre no período entre os 40 e os 65 anos de idade, dividido em: pré-menopausa, perimenopausa e pós-menopausa. Durante o período climatérico, cerca de 60 a 80% das mulheres referem algum tipo de sintomatologia, na sua maioria atribuída ao estado de hipoestrogenismo que ocorre pelo declínio da função ovariana, sendo os sinais e sintomas mais comuns: fogachos ou ondas de calor; suores noturnos; distúrbios do sono; menstruação irregular; variações súbitas de humor; secura vaginal e queda da libido; dificuldade de concentração; problemas dermatológicos como pele seca, coceira e queda de cabelo. No sistema de saúde atual, entende-se que, durante a fase reprodutiva é o momento que a mulher necessita de maiores cuidados e atenção, sendo assim, as que estão em fase de climatério não recebem o devido cuidado. Levando em consideração toda a sintomatologia apresentada, mostra-se necessário oferecer um tratamento ampliado, como por exemplo a terapia hormonal, além de mudança de hábitos de vida como a alimentação saudável e prática de exercício físico, para que essa transição entre a fase reprodutiva para a não reprodutiva seja algo natural, e confortável para as mulheres. A escuta ativa nessa fase de climatério/menopausa é essencial para o seguimento do tratamento e o rastreamento apropriado, tendo em vista que nem todas as mulheres apresentarão os sinais e sintomas habituais, é indispensável o cuidado com possíveis doenças vinculadas que se tornam mais comuns ao decorrer da idade, como a hipertensão arterial e a diabetes mellitus. Como gerente da unidade de saúde, o enfermeiro pode implementar políticas voltadas para a saúde das mulheres nesse período da vida, para que aumente a integralidade da atenção, a fim de impedir episódios em que a paciente vivencie essa fase sem instruções, visto que a prevenção e a promoção da saúde são o principal objetivo da atenção primária. Problema de pesquisa: Falta de um ambulatório de atenção ao climatério e menopausa. Objetivo do estudo: O objetivo principal do projeto é instituir o ambulatório de atenção ao climatério e menopausa. Metodologia: Trata-se de um projeto de pesquisa o qual tem como finalidade observar os problemas da atualidade no serviço de saúde, através de pesquisas bibliográficas, construir propostas de intervenção para melhoria da demanda, incluí-las em atividades necessárias e importantes para essa fase, tendo um atendimento voltado a melhora dos sintomas e atenção necessária para passar por esse período da melhor forma, atendendo às principais queixas, tendo em si o empoderamento feminino, por meio

⁴⁵⁸ Acadêmica do curso de enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* jamiler@edu.univali.br.

⁴⁵⁹ Acadêmica do curso de enfermagem na Univali. *E-mail:* mah.bertoldo@hotmail.com.

⁴⁶⁰ Acadêmica do curso de enfermagem na Univali. *E-mail:* maria-machado@hotmail.com.

⁴⁶¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Univali. *E-mail:* rita.rangel@univali.br.



de um grupo de encontros quinzenais na UBS com atividades e rodas de conversas para esclarecer dúvidas do grupo e estimular a mudança nos hábitos de vida, favorecendo a fase ginecológica presente. Além de incrementar na UBS acolhimento e oferta de consultas ginecológicas evitando procedimentos desnecessários neste momento. Projeto realizado na disciplina de Processo de Trabalho do Cuidado em Enfermagem do quinto período do Curso de Enfermagem. Resultados: O projeto aborda princípios essenciais da linha de cuidado, como o acolhimento e a ética nas relações entre profissionais e usuárias, os aspectos emocionais e psicológicos, a sexualidade e as possíveis repercussões clínicas das transformações hormonais que acompanham o climatério/menopausa. Irá discutir as medidas preventivas e promotoras da saúde, que incluem estímulo ao autocuidado e a adoção de hábitos de vida saudáveis, que influenciam a qualidade de vida e o bem-estar das mulheres nessa fase. A proposta também irá oferecer a abordagem diagnóstica e as opções terapêuticas preconizadas pelo Ministério da Saúde, que busca uma visão holística da mulher, que incluem a oferta da terapia de reposição hormonal e outras possibilidades de tratamento, como a fitoterapia, medicina antroposófica e a homeopatia. Como ação indispensável na instituição da linha de cuidado será os grupos de apoio à mulher no climatério, além de fornecer um espaço/laboratório ginecológico especializado para atender mulheres que estão passando pelo período de climatério e menopausa de forma humanizada. Considerações finais: Com o projeto, espera-se alcançar o maior número de mulheres que estão no período do climatério, orientando para o autoconhecimento e reconhecendo a necessidade de que as ações multiprofissionais sejam colocadas em prática nos serviços de saúde e construindo, dessa forma, uma relação humanizada e respeitosa com as usuárias.

Palavras-chave: Consulta de Enfermagem; Climatério; Menopausa; Atenção Básica; Humanização.



POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE DA CRIANÇA COM FIBROSE CÍSTICA

FARIAS, Gisely⁴⁶²
SILVA, Josiane da S Delvan da⁴⁶³

RESUMO

A fibrose cística, também conhecida como Mucoviscidose ou Doença do Beijo Salgado, é uma doença genética autossômica recessiva, crônica, com manifestações sistêmicas, rara, ainda sem cura. A fibrose cística (FC) é resultado de uma disfunção da Proteína Reguladora da Condutância Transmembrana da Fibrose Cística, o que faz com que toda a secreção do organismo seja mais espessa que o normal, dificultando sua eliminação, com comprometimentos nos sistemas respiratório, digestivo e reprodutor. Nos primeiros anos após sua descoberta, era considerada uma doença pouco frequente e pouco diagnosticada. Além disso, apresentava uma sobrevida mediana baixa, sendo que, poucos pacientes com o diagnóstico chegavam à vida adulta. Atualmente, com os avanços científicos que buscam um diagnóstico cada vez mais precoce, tem sido possível estabelecer um tratamento que possa promover e possibilitar qualidade de vida ao paciente com este diagnóstico e suas famílias e, percebe-se também um aumento da expectativa de vida, estima-se que cerca de 90 mil pessoas em todo mundo possuam o diagnóstico de FC. Segundo o Registro Brasileiro de Fibrose Cística, que contém dados demográficos, de diagnóstico e do tratamento de indivíduos com fibrose cística no Brasil, considerando dados incluídos até 31/12/2019, tem-se registrados no Brasil 5.773 indivíduos com diagnóstico ativo de FC. Crescer e desenvolver-se com FC é uma experiência diferente e única para cada paciente e suas famílias, abrangendo fatores relacionados às formas de viver, adaptar-se e lidar com a doença. As doenças crônicas na infância podem causar um impacto funcional no desenvolvimento, por isso, há uma preocupação especial com as doenças nessa etapa da vida. Problema de pesquisa: Dessa forma, considerando os impactos que uma doença rara e crônica pode ocasionar no desenvolvimento de uma criança, faz-se necessário conhecer quais as políticas públicas existentes, hoje, no Brasil, voltadas à saúde da criança com Fibrose Cística. Objetivo do estudo: Identificar quais as políticas públicas existentes atualmente no Brasil voltadas à saúde de crianças com Fibrose Cística. Metodologia: Realizou-se um levantamento bibliográfico, em que as bases eletrônicas pesquisadas foram: PubMed, Cochrane Library, Portal de Periódicos CAPES e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). A busca na literatura foi realizada em 2022, no entanto, não se delimitou ano de publicação e idioma, a fim de abranger uma quantidade maior de estudos. Para a busca, foram utilizados descritores controlados de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeSC) e, utilizado o operador booleano “and”. Os estudos foram selecionados utilizando o Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), por meio da identificação, seleção e avaliação da elegibilidade. Após a seleção dos estudos, foram excluídos artigos duplicados por meio da plataforma de seleção Rayyan, na qual realizou-se, posteriormente, a leitura do título e resumo dos estudos e os que atenderam aos critérios de elegibilidade foram lidos na íntegra

⁴⁶² Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).
E-mail: giselyfarias@outlook.com.br.

⁴⁶³ Doutora, docente do curso de Psicologia e do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia da Univali.
E-mail: josidelvan@univali.br.



para inclusão ou exclusão na revisão. Identificaram-se, nas bases eletrônicas, 47 artigos, dos quais um foi excluído por ser referência duplicada. Após a exclusão, 46 estudos foram lidos e avaliados pelo título e resumo. Após a leitura do título e resumo, 43 artigos não atenderam aos critérios de elegibilidade, sendo que destes, 39 estudos eram sobre políticas públicas em outros países (Estados Unidos, Austrália, França e Reino Unido) e outros quatro estudos, também internacionais, não falavam sobre políticas públicas. Por fim, três estudos foram lidos na íntegra, dois artigos e uma monografia. Resultados: A implementação da Constituição Federal, em 1988 bem como o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1991, e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, são importantes marcos para a saúde da população, além do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas políticas visam à ampliação da garantia de direitos e de uma cidadania plena. Nesse sentido, seria dever do Estado garantir a saúde, que consiste na reformulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. No artigo n. 198 da Constituição Federal se estabelece que por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o poder público garanta a saúde ao cidadão, paralelamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo n. 11, assegura o atendimento integral à saúde da criança e dos adolescentes, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Sendo uma doença rara, a fibrose cística contempla uma das doenças abordadas na Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, a qual tem como objetivos a redução da mortalidade, contribuição na redução da morbimortalidade e das manifestações secundárias causadas pelas doenças, bem como visa à melhoria da qualidade de vida das pessoas, atua com ações de detecção precoce, promoção, prevenção e cuidados paliativos. A triagem da fibrose cística acontece logo nos primeiros dias de vida do bebê, com a realização do teste do pezinho, que está dentro do Programa Nacional de Triagem Neonatal. Quando esse exame indica fibrose cística, o teste do suor deve ser feito para confirmar ou descartar essa indicação; este mesmo teste é utilizado para identificar a doença em outras fases da vida, quando não há o diagnóstico precoce. Além do teste do suor, exames genéticos também podem auxiliar no diagnóstico. Segundo o relatório apresentado pelo Registro Brasileiro de Fibrose Cística, percebe-se uma distribuição heterogênea de pacientes no país, com maior número de casos nas regiões sudeste e sul (68% dos casos). Já o número de novos diagnósticos vem oscilando entre 250 e 300 casos por ano. No entanto, a maioria dos pacientes brasileiros ainda é pediátrica, com média de idade de 12,7 anos. Em 23 de dezembro de 1992, a fibrose cística foi incluída na Lei n. 8.541, como uma doença aceita para a isenção do imposto de renda, porém, somente nos proventos de aposentadoria, reforma ou pensão do paciente, não beneficiando os pais ou responsáveis. Muitas famílias destinam um dos cuidadores ao cuidado integral da criança com fibrose cística, por conta da alta demanda de cuidados, e precisam gerir os recursos financeiros para a continuidade do tratamento (alimentação com dieta hipercalórica, rotina de fisioterapias, antibióticos regulares, internações periódicas, consultas médicas, entre outros), no entanto, não há para este público a garantia de nenhum auxílio financeiro, já que a fibrose cística não se enquadra, na maioria dos casos, nos critérios estabelecidos pelas leis, como a Lei Orgânica de Assistência Social, para receber um auxílio financeiro do governo. O atendimento a pessoas com fibrose cística se concentra em centros de referência ao atendimento especializado (normalmente hospitais estaduais) e em instituições e organizações sociais sem fins lucrativos, que prestam assistência às pessoas com fibrose cística e suas famílias, por meio de suporte médico, farmácia de baixo custo e serviço de assistência social. Percebe-se, portanto, com base na pesquisa realizada, que não existe, hoje, no Brasil, uma política pública específica a crianças com fibrose cística, o que faz necessária uma mobilização dos



profissionais da saúde, da comunidade em geral e do Estado, a pensar programas vinculados a políticas públicas para esse público em específico e seus familiares, bem como materiais que possam auxiliar no conhecimento, divulgação e compreensão da fibrose cística e, até mesmo na adesão aos tratamentos. O conhecimento sobre a doença, o acesso ao tratamento e um cuidado integral à saúde que garanta os direitos dessas crianças e suas famílias são fundamentais na condução do processo de viver com fibrose cística.

Palavras-chave: Criança; Doença Crônica; Fibrose Cística; Política Pública.



ESTUDO PARA A REGULAMENTAÇÃO DA FITOTERAPIA PARA O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

DUARTE, Emerson Roberto⁴⁶⁴
COUTO, Angélica Garcia⁴⁶⁵

RESUMO

A utilização de plantas com fins curativos data dos primórdios da humanidade, estando esta atividade presente na raiz cultural de todos os povos. O resgate do uso de plantas medicinais faz parte da maioria dos projetos de educação ambiental, mostrando a importância da preservação da natureza e da diversidade das espécies. Em 2006, a partir de recomendações da Organização Mundial de Saúde, houve um grande impulso para utilização desses recursos terapêuticos no Brasil, com a publicação de duas políticas nacionais – a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. A partir desta última, foi criado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Em Itajaí (SC), a fitoterapia no sistema de saúde pública, vem sendo impulsionada por iniciativas como o funcionamento de um Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, inaugurado em 2008, assim como pelo desenvolvimento do projeto Farmácia Viva, aprovado pela Portaria número 3.483, em atendimento à Chamada Pública número 1/2017, mediante parceria da Universidade do Vale do Itajaí com a Secretaria Municipal de Saúde. O projeto Farmácia Viva em Itajaí é um modelo assistencial farmacêutico, que visa a promover o acesso e uso racional das plantas medicinais e fitoterápicos à população, incentivando a prática do cultivo em hortas ou hortos no município. Este projeto tem sido fomentado pelas ações educativas, no âmbito do ensino, pesquisa e principalmente da extensão universitária, no que compete ao papel da Universidade, prevista no Edital da referida Chamada Pública. A avaliação realizada no município para escolha dos fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais concluiu que a implantação da Farmácia Viva permitirá que as demandas em saúde da população sejam supridas de forma mais completa, com ampliação das opções terapêuticas com eficácia/efetividade e segurança comprovadas, além de reduzir custos e produzir opções que causem menos efeitos adversos. Problema de pesquisa: Apesar das políticas indutoras nacionais, e iniciativas dos projetos e serviços em Itajaí, para a promoção da saúde e uso racional dos medicamentos e plantas medicinais, não há uma lei ou diretriz municipal em Itajaí, para a garantia da sustentabilidade das ações de projetos como o Farmácia Viva. Um fator importante que certamente contribuiu para a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos nos municípios são as leis municipais, as quais garantem, de alguma forma, que os programas subsistam, independentemente da mudança de gestões políticas. É sabido que esse tipo de ação política geralmente é um movimento liderado pela população e por profissionais da área da saúde interessados na implantação da fitoterapia no âmbito municipal. Assim, a regulamentação é um passo importante, tanto para manutenção do trabalho iniciado pelas ações do projeto Farmácia

⁴⁶⁴ Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho da Univali. *E-mail:* adv.emersonduarte@yahoo.com.br.

⁴⁶⁵ Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



Viva e outros afins, que envolvem outros setores como Agricultura e Educação, quanto a segurança legal para criação de fluxos e linha de cuidado no que diz respeito às ações de fitoterapia para o município de Itajaí. Objetivo do estudo: Diante dessa problemática, o objetivo do projeto é desenvolver uma proposta de regulamentação das ações de fitoterapia no município de Itajaí, em consonância com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, implantar a Farmácia Viva, e garantir a distribuição de medicamentos fitoterápicos industrializados incorporando as ações já existentes como grupos educativos, palestras, rodas de conversa e utilizando parcerias com outras instituições, de forma a ampliar o acesso seguro da população às plantas medicinais e aos fitoterápicos. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de intervenção e aplicação, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade do Vale do Itajaí, mediante o Parecer número 5.179.772, tendo como primeira etapa a pesquisa documental sobre a regulamentação nos municípios brasileiros onde a fitoterapia está institucionalizada, para, então, propor um ato regimental para a regulamentação da Fitoterapia em Itajaí. Resultados: Os resultados desta pesquisa incluem um levantamento dos modelos de normativas de programas de fitoterapia no Brasil. No levantamento, destacam-se os municípios brasileiros que regulamentaram com Leis próprias a fitoterapia: Itapeva, no Estado de São Paulo, São Bento do Sul, no Estado de Santa Catarina e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Já no que se referem aos Estados, observa-se que Santa Catarina, Goiás, Ceará, Mato Grosso e Rio de Janeiro adotaram tal medida. Ainda, no que tange à Legislação Federal, o decreto número 5.813, de 22 de junho de 2006 dispõe sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Na segunda etapa da pesquisa, é apresentada uma proposta de regulamentação para ser discutida e qualificada em grupos focais, representados pelos servidores da rede de Atenção à Saúde do Município de Itajaí, incluindo os representantes de usuários e demais setores envolvidos na cadeia produtiva da Farmácia Viva.

Palavras-chave: Fitoterapia; Sustentabilidade; Farmácia Viva; Regulamentação.



A ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO

BASSANESI, Denise⁴⁶⁶

GODINHO, Bruna Augusta Drehmer⁴⁶⁷

DELVAN, Josiane da Silva⁴⁶⁸

RESUMO

A saúde mental é um estado de bem-estar no qual o sujeito percebe suas habilidades, como pode lidar com as tensões normais da vida e trabalhar de forma produtiva. A escola possui um papel desafiador ao dedicar-se ao processo de ensino-aprendizagem, promover o bem-estar e cuidar da saúde mental de seus alunos. A criação do Sistema Único de Saúde tem buscado a melhoria das condições de saúde de todos os brasileiros impactando a sua qualidade de vida. Entre as suas estratégias, a saúde das pessoas jovens foi contemplada em ações e programas previstos nas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde (2010), com base na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. Pessoas com faixa etária entre 15 e 24 anos, são consideradas vulneráveis por estarem em processo de formação, pois mesmo em crescimento e maturação, as demandas sociais exercem influência sobre o modo como eles pensam e se comportam. A Organização Mundial de Saúde conceitua saúde mental como um estado de “bem-estar” em que o indivíduo compreende as suas próprias habilidades tendo condições de lidar com as tensões normais da vida, trabalhando de forma produtiva e frutífera (FARIAS; RODRIGUES, 2020). Pensar estratégias, dinâmicas, inovando métodos e propostas de atividades para conscientizar os adolescentes sobre saúde mental, são contribuições que a Psicologia pode promover no contexto escolar. Dessa forma, entende-se que o processo de escolarização é constituído pelas relações estabelecidas com a rede que compõe a escola que engloba direção, pais, alunos, professores, equipe administrativa e comunidade. Percebe-se, portanto, o papel relevante que a escola exerce na prevenção e no cuidado com todos esses agentes. Este trabalho teve como intuito realizar oficinas sobre saúde mental com temáticas de autoconhecimento e autocuidado com os adolescentes matriculados no Ensino Médio. As turbulências do período da adolescência advindos dos mais variados conflitos internos e externos, físicos e psíquicos podem afetar negativamente a saúde mental desses indivíduos tendo um impacto profundo nessa fase e na vida adulta. Portanto, é importante que se proporcionem práticas de promoção da saúde mental, no sentido de fortalecer a autonomia destes indivíduos, para a realização consciente de suas escolhas atuais e futuras. As oficinas são intervenções de ensino e aprendizagem que valorizam a construção do conhecimento de forma prática e participativa, baseada no cotidiano dos adolescentes. Vale observar que as escolas são mais acessíveis à população jovem do que os serviços de saúde mental. Portanto, as práticas educativas de intervenções provocam menos estigmas aos alunos e familiares tornando as escolas espaços privilegiados no que tange a ações com ênfase na saúde mental

⁴⁶⁶ Graduada em Administração de Empresas, MBA em Gestão de Pessoas, acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* denisebassanesi@yahoo.com.br.

⁴⁶⁷ Acadêmica do curso de Psicologia da Univali. *E-mail:* brunaaugustadrehmer@gmail.com.

⁴⁶⁸ Docente do curso de Psicologia da Univali. *E-mail:* josidelvan@univali.br.



dos adolescentes. Com o intuito de entender a essa demanda é que se levantou a seguinte problemática: Como pode-se conscientizar os adolescentes do ensino médio sobre saúde mental, especialmente o que se refere ao autoconhecimento e autocuidado. O objetivo do trabalho, portanto, teve-se a conscientizar os adolescentes sobre saúde mental por meio de oficinas socioeducativas. Para atender ao objetivo geral foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Promover a reflexão sobre o tema saúde mental; refletir sobre o conceito de autoconhecimento; conscientizar os alunos sobre a importância do autocuidado; aplicar estratégias com os estudantes visando a criar um espaço para a participação destes sobre os temas abordados. Como metodologia adotada para as intervenções, foram realizadas oficinas educativas dialógicas. A estratégia utilizada foi promover encontros interativos semanais em forma de rodas de conversas, dinâmicas de grupo, discussão de conceitos na escola com foco na construção do saber e não nas patologias sobre o tema. Participaram 109 alunos que relataram desconhecerem os temas trabalhados nas oficinas. As intervenções eram avaliadas ao final pelos adolescentes participantes, por meio de uma ficha avaliativa, na qual os participantes indicaram que as atividades eram divertidas e, ao mesmo tempo, agregam conhecimento à formação escolar, com a aprovação do formato do trabalho realizado. Como principais resultados deste trabalho, percebeu-se o engajamento dos alunos na discussão proposta pelas oficinas, nas quais os adolescentes relataram suas emoções que expressavam solidão, medo, insegurança e angústias referentes ao cotidiano. E ainda como resultados, os estudantes apontaram que as oficinas proporcionaram um espaço acolhedor em que puderam ampliar o conhecimento sobre saúde mental, aprofundando as reflexões sobre o autoconhecimento e conscientizando-se sobre a importância do autocuidado. Indicaram que muitos desconheciam esses conceitos, o que para eles foi positivamente impactante na vida estudantil, familiar e sociocultural. Esses resultados foram alcançados em virtude da participação dos alunos nas oficinas, oportunizando espaço para trabalhar as emoções, expandindo a reflexão sobre os modos singulares de pensar e agir da adolescência. Diante do exposto, é possível reafirmar que as oficinas possibilitaram um espaço de fala, escuta e troca construídos coletivamente, além de trabalhar questões relacionadas ao desenvolvimento pessoal e identitário dos adolescentes. Considera-se, também, a importância de projetos que promovam uma transformação significativa na atuação das juventudes frente às adversidades, de maneira que os participantes sintam e reconheçam as contribuições das temáticas ali trabalhadas. Por fim, ressalta-se a importância de a escola acolher projetos como esses, que são fundamentais para a construção da identidade do adolescente. Ademais, salienta-se que as instituições educacionais conheçam também as políticas públicas relacionadas à atenção integral a saúde dos adolescentes e jovens com a promoção de ações que minimizem o sofrimento psíquico dos alunos, discutindo temas que são oportunos a esse público. Nesse sentido, a escola assume, além da função pedagógica, sua função social e política oportunizando um pensar social por meio do convívio com o outro para a construção do seu projeto de vida. Políticas públicas educacionais estão relacionadas ao acesso de crianças e adolescentes nas escolas, mas também na construção do desenvolvimento de uma sociedade que manifeste interesse pelo bem-estar do outro, influenciando significativamente a vida de cada indivíduo.

Palavras-chave: Adolescente; Autoconhecimento; Autocuidado; Psicologia; Saúde Mental.



PROCESSO DE CONDUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA FOZ DO RIO ITAJAÍ-AÇU APÓS A PANDEMIA

PINHEIRO, Larissa dos Santos⁴⁶⁹
CUNHA, Adria Nayara Ramos da⁴⁷⁰
SANDRI, Juliana Vieira de Araújo⁴⁷¹

RESUMO

O Projeto de Extensão Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) é responsável pela articulação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na abrangência da macrorregião de Saúde da Foz do rio Itajaí-açu, em Santa Catarina. Sua coordenação é composta por uma docente de graduação em enfermagem e uma bolsista, acadêmica de Enfermagem. Entretanto, com o advento da pandemia de covid-19, o distanciamento social tornou-se indispensável, a fim de desacelerar a propagação da doença e, como consequência, as universidades tiveram que interromper seu exercício presencial e os projetos de extensão vinculados, como a Comissão de Integração Ensino-Serviço, se viram obrigados a paralisar suas atividades, momentaneamente. Diante disso, houve a necessidade de rever suas metodologias. Durante a pandemia, prosseguiu-se as atividades pelas redes sociais. Entretanto, após a adaptação à realidade imposta pela pandemia, no ano de 2022, o exercício presencial está sendo retomado gradativamente. Problema de pesquisa: Como está sendo conduzida a retomada do exercício presencial pelos membros da Comissão de Integração Ensino e Serviço da Foz do Itajaí. Objetivo do estudo: Relatar a experiência vivenciada na Comissão de Integração Ensino e Serviço da Foz do rio Itajaí com relação à retomada das atividades desenvolvidas antes do período pandêmico causado pela covid-19. Metodologia: Consiste em um relato de experiência vivenciada pelos membros do CIES da foz do rio Itajaí-açu em relação ao processo de retomada do exercício presencial após adaptação ao período pandêmico. Optou-se por este método, pois ele permite realizar uma abordagem minuciosa dos fatos, possibilitando descrevê-los. Como já supraposto, por conta do advento da pandemia, o projeto procedeu-se com exercício remoto durante o período de 2020 e 2021. Entretanto, com a baixa de casos e o avanço da vacinação, está sendo possível a retomada da sua atuação presencial e o restabelecimento das suas rotinas anteriores. A proposta abrange descrever a reorganização das atividades pela coordenação do projeto e sua bolsista. As atividades mencionadas ocorreram no primeiro e segundo semestres de 2022. Resultados: Com o avanço da vacinação e o gradativo retorno presencial, a realidade se aproxima do que era conhecido, anteriormente, como normal. Nesse sentido, a retomada das práticas presenciais fez com que a Comissão replanejasse e reorganizasse suas novas atividades. A utilização das redes sociais se manteve, a fim de trazer temas relacionados à Educação Permanente em Saúde e divulgar as suas práticas na macrorregião. A primeira iniciativa do projeto foi atualizar os contatos dos membros integrantes da macrorregião de saúde. Foram enviados e-mails para as Secretarias Municipais de saúde dos 11 municípios da Foz do rio

⁴⁶⁹ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e bolsista do projeto Comissão de Integração de Ensino-Serviço (CIES). *E-mail:* larissapinheiro@edu.univali.br.

⁴⁷⁰ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Univali e voluntária do projeto CIES. *E-mail:* adriac@edu.univali.br.

⁴⁷¹ Doutora em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem, do Curso de Medicina na Univali e no projeto CIES. *E-mail:* jsandri@univali.br.



Itajaí-açú para compor os membros da CIES, iniciar as reuniões ordinárias para reformular os Planos Regionais de Educação Permanente. A Comissão, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde participou, em maio de 2022, da organização da Conferência Macrorregional de Saúde Mental, momento preparatório para a Conferência Estadual, em junho, inaugurando o retorno às atividades presenciais. A retomada das atividades presenciais do projeto torna-se importante, visto que é de grande necessidade dar continuidade às práticas do processo de Educação Permanente em Saúde, por ser uma estratégia que possibilita transformações nas práticas de serviço, principalmente após uma pandemia.

Palavras-chave: Educação Permanente; Capacitação de Recursos Humanos em Saúde; Sistema Único de Saúde; Política de Saúde; Pandemia.



ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELO PROJETO DE EXTENSÃO PRÁTICAS GERONTOLÓGICAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PINHEIRO, Larissa dos Santos⁴⁷²
CUNHA, Adria Nayara Ramos da⁴⁷³
SANDRI, Juliana Vieira de Araújo⁴⁷⁴
BOSSARDI, Carina Nunes⁴⁷⁵

RESUMO

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foram implementados em 2015 por todos os países membros da Organização das Nações Unidas. Na agenda 2030, constam os 17 ODS e suas 169 metas estabelecidas em favor da erradicação da pobreza, da prosperidade e dos cuidados com o ambiente. O comprometimento e engajamento das universidades com a sustentabilidade é constatado por meio de acordos e convenções internacionais, os quais são firmados para garantir que melhores práticas sejam adotadas e implementadas, principalmente para aqueles signatários do desenvolvimento sustentável. A extensão universitária é uma forma de interação entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida. O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes. Por meio de projetos sociais, a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua importante responsabilidade social. Problema de pesquisa: Quais estratégias são utilizadas pelo projeto de extensão universitária para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável? Objetivo: Descrever como o projeto de extensão universitária “Práticas Gerontológicas” se articula para cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Metodologia: Relato de experiência das estratégias utilizadas pelos integrantes do projeto de extensão universitária “Práticas Gerontológicas: atenção à saúde do idoso com demência, seus familiares e comunidade” se articula para atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 4 e 5. Os dados Foram Obtidos por meio da análise documental dos relatórios de responsabilidade feitos nos anos de 2021 e 2022. Resultados: O projeto de extensão “Práticas Gerontológicas” teve seu início em 2001 e atende centenas de famílias possibilitando o diagnóstico geriátrico multiprofissional e interdisciplinar, oferecendo empoderamento e estratégias de cuidado que geram melhorias neste processo e qualidade de vida para idosos e familiares em situação de demência. Possui como público-alvo as famílias, os idosos com possibilidade de demência e a comunidade da região Foz do Rio Itajaí-Açu. O projeto está estruturado com duas estratégias convergindo para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 5, em ordem: educação de qualidade e igualdade de gênero. Desse modo, a fim de cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidas ao projeto, os integrantes atendem à demanda por meio de duas estratégias gerontológicas: 1) Grupo de Estudos e Apoio ao contexto da Doença de Alzheimer: atende familiares, cuidadores e comunidades acadêmica e comunidade geral que

⁴⁷² Acadêmica do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* larissapinheiro@edu.univali.br.

⁴⁷³ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* adriac@edu.univali.br.

⁴⁷⁴ Doutora em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem na Univali. *E-mail:* jsandri@univali.br.

⁴⁷⁵ Doutora em Psicologia, Docente do Curso de Graduação em Psicologia na Univali. *E-mail:* carinabossardi@univali.br.



necessitam desenvolver estratégias de cuidado a pessoas com demência por meio do apoio emocional e educação em saúde. No ano de 2021 e 2022, foram realizados 18 encontros (remotos e presenciais) com os cuidadores/familiares para falar alguns temas como as principais síndromes demências, possíveis estratégias de cuidado, reorientação das famílias e dos cuidados com idosos em tempos de pandemia, direitos do paciente com demência, prevenção de riscos e os sistemas de apoio existente para a família que realiza o cuidado. Nesse sentido, tal estratégia relaciona-se com o objetivo 5 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Meta: 5.4: reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. 2) Educação e assessoria em gerontologia: palestras em grupos de idosos sobre promoção de saúde do idoso, psicologia do envelhecimento. Nos anos supracitados, a existência do projeto permitiu a discussão sobre demências e o envelhecimento saudável na comunidade. A realização de palestras no Serviço Social do Comércio de Balneário Camboriú e Itajaí e grupo familiar do Asilo Dom Bosco de Itajaí (SC), o desenvolvimento de cartilhas veiculadas nas redes sociais, entrevistas na rádio e em programa de televisão, participação nas reuniões da Associação Brasileira de Alzheimer e as assessorias no Conselho Municipal do Idoso de Itajaí também contribuíram para o alcance do objetivo 4 – assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Meta 4.5: eliminar a disparidade de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis. Diante do exposto, nota-se que através da extensão universitária, as instituições de ensino superior possuem a chance de oportunizar o conhecimento e as práticas inter-relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por isso, a articulação do projeto reúne seus esforços para proporcionar atividades que atendam às necessidades de informação de seus participantes, sempre procurando cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável supracitados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Extensão Universitária; Educação; Alzheimer.



ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DE PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL RESIDENTES EM MUNICÍPIO DA MACRORREGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

SILVEIRA, Ketlin⁴⁷⁶

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁷⁷

MASSAROLI, Rodrigo⁴⁷⁸

GOUVEA, Pollyana Bortolazzi⁴⁷⁹

RESUMO

A hipertensão arterial sistêmica é uma condição clínica com inclusão de diversos fatores, caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial, acima de 140mmHg diastólica, e 90mmHg sistólica. Associa-se, às alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo (coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos) e às alterações metabólicas, com aumento do risco de eventos cardiovasculares fatais e não fatais. A hipertensão arterial é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. A hipertensão tem alta prevalência e baixas taxas de controle. A hipertensão arterial sistêmica apresenta alta morbimortalidade, com perda importante da qualidade de vida, o que reforça a importância do diagnóstico precoce. O diagnóstico não requer tecnologia sofisticada, e a doença pode ser tratada e controlada com mudanças no estilo de vida, com medicamentos de baixo custo e de poucos efeitos colaterais, comprovadamente eficazes e de fácil aplicabilidade na Atenção Básica. A Linha de Cuidado da hipertensão arterial sistêmica tem o objetivo de fortalecer e qualificar a atenção à pessoa com essa doença por meio da integralidade do cuidado, em todos os pontos de atenção. O enfoque deve estar na prevenção, diagnóstico precoce, tratamento contínuo, controle dos fatores de risco associados e prevenção de complicações, garantindo ações de vigilância e promoção da saúde. Foi observado, no bairro Nossa Senhora da Paz, um expressivo número de cadastro de pacientes hipertensos no prontuário eletrônico, muitos sem acompanhamento de forma sistematizada como proposto pela linha de cuidado. Diante disso, acredita-se ser de grande importância realizar a estratificação de risco desses pacientes, para permitir a organização do cuidado, de forma sistematizada, para prevenir complicações e outros agravos à sua saúde, contribuindo para minimizar e melhorar os serviços de saúde, e diminuir as sequelas e as internações de alto custo do município. A estratificação de risco facilitará o agendamento das consultas subsequentes, no rastreio e de outras doenças crônicas, tornando possível identificar os pacientes com maior necessidade de cuidado, e prestar um atendimento dentro do estabelecido em quantidade de exames e consultas, e qualidade, beneficiando, deste modo, o profissional de saúde e o SUS local. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, de abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada no município de Balneário Piçarras, estado de Santa Catarina. O município conta com seis unidades básicas de saúde, ainda conta com outros serviços como Pronto Atendimento 24 horas, Núcleo de Apoio da Saúde da Família, Farmácia Central, Centro de

⁴⁷⁶ Enfermeira graduada pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* k.brescovite@gmail.com.

⁴⁷⁷ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁴⁷⁸ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁴⁷⁹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.



Atenção Psicossocial, CIR-Fisioterapia. Foi realizada a estratificação de risco de 328 pacientes cadastrados com diagnóstico de HAS participantes da amostra desta pesquisa. O instrumento utilizado foi um formulário desenvolvido na plataforma Google Forms®, que permite mensurar o risco, de acordo com os tópicos da linha de cuidados do Ministério da Saúde. As variáveis de estudo foram os itens presentes no formulário de pesquisa Google Forms® de Estratificação de Risco, baseado no proposto na Linha de Cuidado da HAS. Foi solicitada autorização à Secretaria da Saúde do município com a assinatura do Termo de Anuência, e o Termo de Fiel Guardião de Prontuários para se ter acesso aos dados, nos prontuários dos pacientes. Após coleta pelo fiel guardião, os dados extraídos do Celk Sistema, foram organizados no formulário eletrônico, construído via Google Forms®. A análise foi feita a partir da tabulação dos dados obtidos nos formulários em planilha e apresentados em tabelas e gráficos, utilizando análise estatística descritiva, através de frequência absoluta e relativa e análise com base em referencial teórico. Aprovado com o parecer do Comitê de Ética e Pesquisa, número 5.165.259. Resultados: Em relação às características de atenção à saúde dos usuários com hipertensão arterial sistêmica residentes no município de Balneário Piçarras a maior parte dos hipertensos cadastrados apresentou, na última consulta, pressão arterial igual ou superior a 140/90mmHg, o que caracteriza inadequado controle pressórico. Em relação às consultas realizadas nos serviços de saúde disponibilizados pelo município, a grande maioria dos hipertensos cadastrados são hiperutilizadores do sistema, realizando cinco ou mais consultas anualmente. Conseguimos identificar que essas consultas realizadas, a maior parte não está relacionada com crise hipertensiva, mas sim por outros fatores. A presente pesquisa foi realizada em tempo pandêmico por coronavírus, e conseguimos ver que pacientes hipertensos são grupos de risco para contaminação ao vírus, mas diante dos achados, houve um resultado satisfatório, pois quase metade dos pacientes não tiveram necessidade de atendimento no Centro de Triagem de covid-19 do município. Em relação à internação hospitalar dos usuários, quase todos os pacientes não tiveram necessidade de internação no último ano. Outra característica dos usuários utilizada para a classificação de risco, foi a dislipidemia, que se identificou a alteração laboratorial associada. Importante destacar que a maioria dos usuários não tinha registro em prontuário, o que foi uma dificuldade para a classificação dos pacientes. Sugere-se que a gestão do município oriente e cobre dos profissionais o registro dos resultados dos exames, pois com o registro adequado, a classificação final do paciente poderia ser diferente da realizada na presente pesquisa. Na estratificação de risco global, o histórico familiar de doenças cardiovasculares, os dados indicam que a maior parte dos hipertensos cadastrados não apresentou. Em relação à Diabetes Mellitus, a grande maioria dos usuários não apresentava esta patologia associada à HAS, porém, um quarto dos usuários eram hipertensos e diabéticos, o que, automaticamente, o classificava como alto risco. Outra característica utilizada para a classificação de risco dos usuários foi a de doenças cardiovasculares, apenas um sétimo dos pacientes tinha registro de doenças cardiovasculares, o que fez com que a sua classificação final fosse de alto risco. Em relação à complicação por doença renal crônica, identificou-se que a maioria dos hipertensos cadastrados não tinha registros de doença renal crônica. Em relação à classificação final dos pacientes na estratificação de risco global, declaramos que a maior proporção dos pacientes foi estratificada de alto risco, seguido de pacientes de baixo risco e, por fim, pacientes de risco moderado. Foi visto, durante a pesquisa, que é necessária a atuação da equipe multidisciplinar em combate à hipertensão na atenção primária, utilizando estratégias protocoladas pelo Ministério da Saúde, destacando-se a educação em saúde, as linhas de cuidados, uma vez que, por meio das ações realizadas, é possível manter o controle da doença. Considerações finais: Considerando os resultados deste estudo, sugere-se que o enfermeiro da Atenção Primária, ao atuar junto aos indivíduos com hipertensão arterial



sistêmica, realize atendimentos sistematizados, respeitando os contextos que eles vivem; com o objetivo de melhorar os resultados relacionados à doença; promovam a autonomia e o estilo de vida saudável; favoreçam as adequações demandadas à condição de ser hipertenso que proporcionem a melhoria da sua qualidade de vida. Os profissionais da atenção primária são primordiais nas estratégias de prevenção, diagnóstico, monitorização e controle da hipertensão arterial, estes devem ter como foco a prática centrada na pessoa envolvendo os usuários e cuidadores, em nível individual e coletivo, na definição e implementação de estratégias de controle à hipertensão. A hipertensão nos serviços de atenção primária é um dos problemas de saúde mais comuns para as equipes de saúde, e estes ainda enfrentam dificuldades em realizar o diagnóstico precoce, o tratamento e o controle dos níveis pressóricos dos usuários.

Palavras-chave: Hipertensão; Prevenção Primária da Doença; Unidade Básica de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Fatores de Risco.



INTERNAÇÃO POR MORBIDADE NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL NOS MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ NO PERÍODO DE 2011 A 2020

BORBA, Bárbara Caroline da Silva⁴⁸⁰
RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁴⁸¹
TEIXEIRA, Eneida Patrícia⁴⁸²
GOUVEA, Pollyana Bortholazzi⁴⁸³

RESUMO

A morte das mulheres no período gravídico e puerperal é um grande problema de saúde pública, tem um grande impacto global. Em 2000, a Organização das Nações Unidas estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, determinou oito objetivos globais entre os países membros da organização que, em conjunto, desejavam fazer ações que progredissem no mundo rapidamente. Os oito objetivos abrangem ações de combate à fome, pobreza, com implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, as metas foram estabelecidas num horizonte atemporal, com intervalo de 1990 a 2015, e avaliaram os indicadores desse período. Dentre os objetivos, o quinto tinha o intuito de melhorar a saúde materna, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna até 2015, em três quartos do nível observado em 1990. Foi constatada uma diminuição dos óbitos maternos em todo o mundo, ocorreu uma queda de 45% nas taxas globais de mortalidade, de 380 mortes de mulheres para cada 100 mil nascidos vivos em 1990, para 210 em 2013. No Brasil, a taxa de mortalidade materna caiu 55% de 1990 a 2011, passando de 141 para 64 por 100 mil nascidos vivos, porém estes valores estavam distantes dos 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos, estipulados como meta para o país. A morte materna tem desafiado pesquisadores e programas governamentais, a desenvolverem metas e diminuir os índices. As principais causas que levam à morte materna são classificadas como causas obstétricas diretas e indiretas; as causas diretas são os resultados de complicações da gravidez, parto ou puerpério, falta de acesso ao cuidado, omissões, falta de assistência ou tratamento adequado. Mas as causas obstétricas indiretas são resultantes de doenças prévias ou desenvolvidas durante a gestação. O Brasil é um país continental, devido às diversidades culturais e desigualdades sociais, entre as grandes regiões do país, é difícil obter uma visão única, do contexto da morbidade no ciclo gravídico puerperal. No Brasil, estima-se que, do total das internações hospitalares em mulheres em idade reprodutiva, 26,7% em 2012 ocorreram por causa de complicações obstétricas. Mulheres com idade menor que 20 anos ou mais de 35 anos, raça/cor da pele preta, padrão socioeconômico mais baixo, são fatores que indicam mais vulnerabilidade para ocorrências de complicações no período gestacional. A temática abordada neste trabalho reflete um interesse em contribuir com a discussão e dados sobre a morbidade materna, na

⁴⁸⁰ Enfermeira graduada pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* bacarolinesdb@gmail.com.

⁴⁸¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do curso de graduação em Enfermagem na Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁴⁸² Doutoranda em enfermagem pela UFSC. Docente do curso de graduação em Enfermagem na Univali. Enfermeira efetiva da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* eneidateixeira@gmail.com.

⁴⁸³ Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente do Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho e do curso de graduação em Enfermagem na Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.



Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí, em Santa Catarina, pois temos uma escassez de estudos e dados, sobre os fatores que contribuíram para esses acontecimentos. O estudo das internações por morbidade materna poderá contribuir com informações sobre as principais causas, pois a maioria dos problemas de saúde das gestantes e puérperas, que poderão levar ou não para óbito materno, podem ser detectados precocemente nas consultas pré-natais. Problema de pesquisa: Qual o perfil das internações hospitalares de mulheres com morbidade materna grave do near miss em maternidade da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí? Objetivo do estudo: analisar as principais causas de internação por morbidade no ciclo gravídico puerperal na Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí, no período do ano de 2011 a 2020. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de natureza observacional descritivo, em uma abordagem quantitativa, com recorte transversal sobre os dados da internação do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), em Maternidades da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí, localizadas nos municípios de Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes, que atende mulheres residentes dos 11 municípios desta macrorregião, sendo eles: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, sendo selecionado os dados por cidade de origem, faixa etária, idade fértil e Diagnóstico de Internação por CID-10. Resultados: Foram analisadas 38.320 internações hospitalares pelo SIH-SUS, por intercorrências obstétricas com maior frequência de internação na faixa etária de 20 a 29 anos, tendo os diagnósticos por “Outras complicações da gravidez e do parto” como as principais causas de internações no período de 2011 a 2020, sendo responsável por 49,0% do total das intercorrências realizadas. Outros motivos de assistência à mãe relacionados à cavidade fetal e amniótica, e possíveis problemas de parto representaram 21% do total das variações. O aborto (aborto espontâneo; aborto por razões médicas; outras gravidezes que terminam em aborto) foi a terceira causa com maior proporção entre todas as intercorrências obstétricas (19,2%). Constataram-se, ainda, as internações por edema, proteinúria e transtornos hipertensivos na gravidez, parto e puerpério em 4% dos casos. As morbidades graves que estão entre as principais causas de óbito no mundo e no Brasil, apresentaram proporções menores de internação, mas devem ser monitoradas e controladas na Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí, considerando serem as causas mais frequentes de morte materna: as internações por edema, proteinúria e transtornos hipertensivos na gravidez, parto e puerpério com 6,0% no município de Navegantes, 5,0% nos municípios de Ilhota, Itapema, Luiz Alves e Porto Belo; as causas relacionadas à placenta prévia, descolamento prematuro de placenta, hemorragia anteparto e hemorragia pós-parto estão presentes em 2,0% no município de Luiz Alves, 1,5% em Balneário Piçarras e Bombinhas, e 1,4% em Itajaí. Espera-se que a identificação das principais causas de internações na Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí possa contribuir para formulação e estratégias de gestão em saúde, para implementar ações para trabalhar na prevenção de complicações e, conseqüentemente, na morte materna. Nesse contexto, podemos avaliar, mesmo de uma forma indireta, como está sendo ofertada a qualidade da atenção à mulher, durante o ciclo gravídico puerperal, seja ela relacionada à promoção, educação em saúde ou prevenção, ou ao melhor acesso a serviços de qualidade, menores serão as internações por complicações obstétricas. Portanto, o banco de dados sobre internações hospitalares do Sistema Único de Saúde pode ser utilizado para estudos e parâmetros sobre as principais causas de morbidade hospitalar, pois traz informações importantes para compreensão das possíveis causas que leva ao óbito materno. Contudo, o sistema pode ter suas limitações, como a qualidade das informações contidas nos instrumentos de coleta, que, por muitas vezes, são preenchidas por profissionais despreparados. O sistema de internações hospitalares permite conhecer a morbidade e a população que está sendo acometida e, assim, subsidiar ações entre os gestores de saúde para melhorar a assistência ofertada. Considerações finais: Recomenda-se que os



serviços de saúde façam o monitoramento das internações por morbidade graves, na Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí. Espera-se que a identificação das principais causas de internações contribua para a formulação de estratégias de gestão em saúde, melhorando os cuidados prestados à mulher em idade reprodutiva e durante as consultas de rotina e/ou de pré-natal, com a prevenção de complicações e, conseqüentemente, da morte materna.

Palavras-chave: Saúde Materna; Morbidade; Internação.



REESTRUTURAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CUIDADO DE PACIENTES DIABÉTICOS EM EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE ITAJAÍ/SC

LUFT, André Luiz⁴⁸⁴

MACHADO, Carolina⁴⁸⁵

BRAUN, Cassieli⁴⁸⁶

PEREIRA, Patrícia Guimarães⁴⁸⁷

RESUMO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) são responsáveis por 51,6% do total de óbitos na população de 30 a 69 anos. O diabetes mellitus (DM) tipo 2, patologia de elevada morbimortalidade e perda da qualidade de vida, apresenta prevalência crescente, associada ao envelhecimento populacional e ao aumento da obesidade e sedentarismo. É uma patologia sensível à Atenção Primária à Saúde (APS), cujo potencial pode evitar hospitalizações e mortes por complicações cardiovasculares e cerebrovasculares. Sua linha de cuidado tem como finalidade o fortalecimento da atenção ao paciente diabético, através da integralidade e longitudinalidade do cuidado, contribuindo para um manejo clínico adequado. Durante o período de instabilidade devido à pandemia de covid-19, foram gerados prejuízos no seguimento das DCNTs, devido a cancelamentos de agendas eletivas, foco nos acolhimentos das demandas espontâneas, bem como nos agendamentos para casos prioritários. Os cuidados rotineiros do diabetes foram interrompidos significativamente durante a pandemia. Níveis de estresse, interrupção da dieta e atividades físicas podem também ter contribuído para piores desfechos durante e após a pandemia. Nesse contexto, foi preciso garantir atendimento e qualificar o cuidado multiprofissional aos portadores de doenças crônicas não transmissíveis, assim como traçar estratégias para o cuidado e organização do processo de trabalho nos serviços de saúde, pois essa população apresenta maior risco de agravamentos e de morte, com risco de contrair o vírus SARS-CoV-2. Intervenções para melhorar o autocontrole ou a autoeducação para diabetes podem ser limitadas nas suas generalizações, mas intervenções tais como mensagem de textos e automonitoramento da glicose sanguínea são as estratégias mais promissoras. Além disso, é necessário ativar os atributos comunitários das equipes multiprofissionais da ESF e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); associar-se às iniciativas solidárias das organizações comunitárias e articular-se intersetorialmente para apoiar a população em suas diversas vulnerabilidades; e garantir a continuidade das ações de promoção, prevenção e cuidado, criando novos processos de trabalho na vigilância em saúde, no apoio social e sanitário aos grupos vulneráveis e na continuidade da atenção rotineira para quem dela precisa. Diante do exposto, fica evidente o papel relevante da APS e da ESF na pandemia de covid-19, especialmente no que tange ao acompanhamento de pacientes com doenças crônicas e com fatores de risco. Problema de pesquisa: Fragmentação da coordenação do cuidado de pacientes com doenças crônicas após

⁴⁸⁴ Especialista em Medicina de Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC). *E-mail:* andreluft8@hotmail.com.

⁴⁸⁵ Especialista em Medicina de Família e Comunidade, mestre em Gestão de Tecnologia e Inovação em Saúde pela ESPSC. *E-mail:* carolinamachado13@gmail.com.

⁴⁸⁶ Médica residente do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade na ESPSC. *E-mail:* cassielibraun@hotmail.com.

⁴⁸⁷ Médica residente do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade na ESPSC. *E-mail:* pat_guimap@hotmail.com.



a pandemia de covid-19 em Equipes de Saúde da Família (ESF) do município de Itajaí (SC). Objetivo do estudo: Reestruturar a coordenação do cuidado de pacientes diabéticos em duas ESF de Itajaí (SC) pós-pandemia de covid-19, através da elaboração de uma ferramenta compartilhada de monitoramento de pacientes diabéticos. Metodologia: O método proposto foi um projeto de intervenção elaborado a partir do Planejamento Estratégico Situacional (PES), apoiado no referencial de Carlos Matus e realizado com duas equipes de ESF que, além dos profissionais preceptores contam com acadêmicos e residentes de Medicina de Família e Comunidade. Na primeira etapa, os autores levantaram diversos problemas vivenciados na sua realidade local, que posteriormente foram agrupados em cinco macroproblemas. Segundo os critérios de urgência e capacidade de enfrentamento, os macroproblemas foram priorizados para intervenção, sendo o de maior prioridade a fragmentação da coordenação do cuidado de pacientes com doenças crônicas. Após algumas discussões do grupo e considerando as possibilidades reais de intervenção, optou-se por fazer um recorte na proposta e trabalhar, inicialmente, com os pacientes diabéticos. Na segunda etapa, foram levantados indicadores do problema e, na terceira etapa, para cada indicador priorizado foram levantadas possíveis causas geradoras do problema. Para o levantamento do nó-crítico, os autores utilizaram uma planilha que continha para cada causa levantada respostas SIM ou NÃO para as seguintes perguntas: A intervenção sobre esta causa tem impacto decisivo sobre os indicadores priorizados do problema no sentido de modificá-los positivamente?; A causa é um centro prático de ação? Ou seja, há possibilidade de intervenção direta sobre este nó-causal, mesmo que não seja pelos atores que a explicam?; É politicamente oportuno atuar sobre a causa identificada (viabilidade política e mudanças favoráveis nos problemas)? Na última etapa, elaborou-se o Plano Tático-operacional, contemplando as ações a serem desenvolvidas e suas respectivas atividades para o enfrentamento do problema priorizado. Resultados: A intervenção foi a construção de uma ferramenta para o acompanhamento, pelas equipes, dos pacientes com DM. Até o momento, foi possível sensibilizar os profissionais das equipes acerca da importância do acompanhamento de pacientes com doenças crônicas; atualizar os cadastros de pacientes diabéticos e elaborar e testar uma ferramenta compartilhada de monitoramento. O plano operacional está sendo desenvolvido e inclui o cadastramento dos pacientes crônicos do território, elaboração de instrumento/ferramenta de registro e acompanhamento dos pacientes crônicos com critérios de estratificação de risco (clínicos e sociais) que já está sendo utilizado, implantação do instrumento criado como ferramenta de discussão de caso, estratificação de risco com priorização de atendimentos e realização de busca ativa de pacientes faltosos. O instrumento de acompanhamento contempla a identificação do paciente, grau de escolaridade, índice de massa corporal (IMC), pressão arterial (PA), última hemoglobina glicosilada (HbA1c), uso de insulina, presença de evento cardiovascular prévio, última consulta com oftalmologista, data da última consulta na UBS, vulnerabilidade social, avaliação de pé diabético, medicação em uso e observações pertinentes ao caso. Essas informações permitem um monitoramento melhor do paciente e de sua condição crônica. Com isso, almeja-se estabelecer a coordenação do cuidado de pacientes crônicos, pois se acredita que o acompanhamento adequado do portador de DM permite traçar um plano de cuidado integral, impactando de forma positiva a qualidade de vida e reduzindo a morbimortalidade por essa doença. Considerações finais: Identificar a população-alvo, a partir da ferramenta desenvolvida, utilizá-la como instrumento de trabalho e discussão de caso das equipes, organizar agendas voltadas para esse grupo, observando as necessidades sanitárias e a vulnerabilidade dos sujeitos, propicia em um cuidado centrado na pessoa e no seu acompanhamento longitudinal.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Continuidade da Assistência ao Paciente; Estratégia Saúde da Família; Atenção Primária à Saúde; Planejamento Estratégico.



PREVENÇÃO DE QUEDAS DE IDOSOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE: DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA AO PACIENTE

MACHADO, Heloisa Beatriz⁴⁸⁸
TOMASI, Thobias Itamar⁴⁸⁹
MAYER, Greyce de Souza Lobo⁴⁹⁰
CORRÊA, Thiago⁴⁹¹

RESUMO

O Departamento de Atenção à Saúde (DAS) formalizou a implantação do Núcleo de Segurança do Paciente na rede de saúde do município de Itajaí, priorizando a atuação na construção de seis protocolos para os quais a Univali tem sido parceira, através da disciplina Estágio Curricular Supervisionado. Esses protocolos são Protocolo de Úlcera por Pressão, Protocolo de Higiene das Mãos, Protocolo de Cirurgia Segura, Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos, Protocolo de Identificação do Paciente e o Protocolo de Prevenção de Quedas, este último trabalhado durante o primeiro semestre de 2022. A queda é um evento adverso e pode ser conceituada como o deslocamento não intencional do corpo para um nível inferior à posição inicial, provocado por circunstâncias diversas – desde fatores extrínsecos a fatores intrínsecos – resultando ou não em dano físico. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) coloca a Atenção Primária à Saúde como ordenadora do cuidado em saúde, tendo como objetivo a integralidade das práticas em saúde. Para a operacionalizar as diretrizes da PNAB, as equipes de Estratégia de Saúde da Família representam a estratégia para a mudança do modelo assistencial, que busca o vínculo entre usuário e profissionais, permitindo o aprofundamento do processo de corresponsabilização pela saúde. Dessa forma, são amplas as responsabilidades da equipe com os usuários do serviço de saúde e, nesta co-responsabilização com o usuário e sua família, insere-se também ações de prevenção e promoção da saúde, por exemplo, a prevenção de quedas, considerada relevante problema de saúde pública pelas sequelas físicas e emocionais que determina. E que vem aumentando significativamente pelo envelhecimento acelerado da população. Os países em desenvolvimento – a exemplo, o Brasil – costumam passar pelo fenômeno de transição demográfica, consolidado pela diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade, resultando na inversão da pirâmide etária. Com base nisto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima uma população mundial de 1,2 bilhão de pessoas acima de 60 anos em 2025, dado epidemiologicamente significativo para o planejamento e a implementação de estratégias de prevenção e promoção da saúde. Proporcionalmente ao aumento do número de idosos, pode-se notar um expressivo aumento nas doenças de base como, por exemplo: hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM) e obesidade. Por sua vez, as alterações morfofisiológicas decorrentes do envelhecimento, associadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e a polifarmácia, aumentam significativamente a predisposição dos idosos aos episódios de quedas, indicando a necessidade de ações específicas voltadas a esta população. A queda é considerada um evento adverso e pode levar a complicações como,

⁴⁸⁸ Enfermeira, docente do curso de enfermagem da Univali. *E-mail:* heloisa@univali.br.

⁴⁸⁹ Acadêmico do curso de enfermagem da Univali.

⁴⁹⁰ Acadêmica do curso de enfermagem da Univali.

⁴⁹¹ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* thicor85@gmail.com.



por exemplo: contusões, fraturas, hematomas, traumatismos, dor e, inclusive, óbito. Para tanto, pode-se afirmar que a queda contribui significativamente para aumentar os custos assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que, na maioria das vezes, este é um evento evitável. O acentuado risco de queda em usuários com faixa etária avançada é explicado em decorrência das alterações anatômicas e fisiológicas associadas ao envelhecimento como, por exemplo: diminuição da força muscular, alterações na marcha e comprometimento na manutenção da postura. Associado a isto, as doenças crônicas pré-estabelecidas, o uso contínuo de medicamentos, a baixa visão, entre outros, também são fatores que contribuem para quedas. Estudos apontam que os acidentes por quedas atingem cerca de 32% dos idosos com faixa etária entre 65 e 74 anos de idade. Proporcionalmente, há um aumento da incidência de quedas em idosos com mais de 85 anos de idade, correspondendo a 51%. Desse modo, percebe-se a necessidade de estratificar o risco de queda dos pacientes adscritos ao território de uma UBS, com o emprego de uma escala adequada ao perfil desta população. Assim, possibilitando o direcionamento e a sistematização de ações de saúde capazes de impactar na prevenção de quedas para os idosos usuários do serviço; reduzindo custos desnecessários e contribuindo com a segurança e a qualidade do cuidado prestado ao paciente. Essa necessidade surgiu como proposta da Comissão de Segurança do Paciente com o objetivo de proporcionar atendimento assistencial efetivo, sistematizado, seguro e qualificado aos pacientes idosos e reduzir a ocorrência de queda de pacientes adscritos ao território das UBS, por meio da implantação de medidas que contemplem a avaliação de risco do paciente. Metodologia: As etapas previstas para a construção do Protocolo de Prevenção de Quedas na Atenção Básica, iniciou com a busca bibliográfica, detectando-se a maioria dos protocolos voltados para a área hospitalar. Após a leitura do material coletado e reuniões com a equipe da gestão envolvida, traçou-se os itens e as etapas para a construção deste protocolo, que foram: definição de termos, critérios de inclusão e exclusão, definição de atribuições e responsabilidades, orientações sobre medidas preventivas e construção/adaptação de escalas para avaliação do risco de quedas em idosos, tanto no serviço de saúde, quanto no domicílio, indicador de monitoramento e notificação e investigação da queda. Essas etapas foram construídas em 30 dias úteis. Resultado: A estratificação do risco de quedas para idosos que frequentam o serviço de saúde foi proposta a partir de uma adaptação da Escala de Morse para esse protocolo, ficando definido como Baixo Risco uma pontuação ≤ 15 ; Médio Risco uma pontuação entre 16 e 30; Alto Risco com pontuação acima de 30; e Risco Gravíssimo com pontuação em mais de duas dimensões com escore acima de 30. Esses escores são obtidos através da pontuação de seis itens da Escala de Morse, associados à pontuação do checklist denominado domicílio seguro, proposto para esse protocolo. Se houver a ocorrência de queda nas Unidades Básicas de Saúde, é importante que o profissional responsável por atender aquele paciente, registre este evento adverso em formulário específico para acompanhamento pelo Núcleo de Segurança, devendo ser registradas informações básicas como: data e hora da ocorrência da queda; nome e idade do paciente, local de ocorrência, tipo de queda (desmaio, perda de equilíbrio, queda da própria altura); profissional que realizou a notificação, se houve danos/consequências ao paciente. Ainda, é importante descrever quais categorias profissionais avaliaram o paciente e a conduta adotada. As quedas ocorridas no domicílio e verificadas através de visita domiciliar realizada por qualquer um dos membros da equipe ESF também deverá ser notificada, registrando a ocorrência em formulário próprio e encaminhado o mais breve possível ao Núcleo de Segurança. A notificação deste evento possibilita otimizar a assistência por meio da identificação, análise e monitoramento dos riscos, de forma a identificar falhas nos processos, planejar as intervenções necessárias para minimizar os riscos e avaliar os resultados obtidos. Vale ressaltar que os dados do notificador e do notificado estarão sob sigilo absoluto. O indicador de monitoramento será acompanhado semestralmente e será o



índice de quedas em idosos. As próximas etapas antes da implantação serão a revisão por especialistas e um pré-teste em uma UBS com grande demanda de atendimento de idosos. Conclusão: Espera-se que a implantação deste protocolo possa contribuir com a efetivação das ações planejadas pelo Núcleo de Segurança do Paciente e com um olhar mais integrativo e sensível para a prevenção de quedas em idosos, que se configura, hoje, como relevante problema de saúde pública.

Palavras-chave: Assistência à Saúde; Segurança do Paciente; Protocolos de Enfermagem.



EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO E SERVIÇO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ-AÇU

PINHEIRO, Larissa dos Santos⁴⁹²
CUNHA, Adria Nayara Ramos da⁴⁹³
SANDRI, Juliana Vieira de Araújo⁴⁹⁴

RESUMO

A Comissão de Integração Ensino e Serviço (CIES) participa na condução e da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Sua sede da Foz do Rio Itajaí se encontra na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Seu fim é construir uma política de formação para os municípios das regiões de saúde. Tem como público-alvo os profissionais e funcionários do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como os docentes e discentes das instituições de ensino na abrangência das regiões de saúde. Problema de pesquisa: Como atua a Comissão de Integração Ensino e Serviço na macrorregião de saúde da Foz do Rio Itajaí-açu? Objetivo do estudo: Este estudo tem o objetivo de apresentar a forma como a Comissão de Integração Ensino e Serviço da Foz do Itajaí atua na 9ª Macrorregião de Saúde no Estado de Santa Catarina. Metodologia: Consiste em um relato de experiência vivenciada pelos membros da Comissão de Integração Ensino e Serviço da macrorregião de saúde da Foz do Rio Itajaí-açu na articulação do respectivo projeto de extensão. Optou-se por este método, pois ele permite realizar uma abordagem minuciosa dos fatos, possibilitando descrevê-los. A proposta abrange descrever a articulação do projeto. Resultados: A Comissão de Integração Ensino e Serviço junto com a Comissão Intergestora Regional, rompem com a verticalidade das ações de Educação Permanente em Saúde, propiciando rodas para o diálogo e negociação entre os atores das ações e serviços do Sistema Único de Saúde e das Instituições de Ensino. Junto a elas, o projeto participa na formulação, condução e desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; dá apoio na construção dos Planos Regionais de Educação Permanente e estratégias de intervenção no campo da formação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Ainda, são realizadas reuniões bimensais junto à Comissão de Ensino e Serviço estadual, Comissão Intergestora Regional e demais atores que se façam necessária a presença. Durante todo o processo, há articulação e comunicação entre os municípios envolvidos e os profissionais da área da saúde. Após o advento da pandemia, tais reuniões estão voltando a sua periodicidade anterior e já há planos para desenvolvimento de novos cursos de capacitação, afinal, a Educação Permanente em Saúde é um fator importante na composição do processo de trabalho eficiente no Sistema de Saúde. A parceria entre Comissão de Ensino e Serviço estadual, Comissão Intergestora Regional e Instituições de Ensino é significativa para o fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Palavras-chave: Educação Permanente; Capacitação de Recursos Humanos em Saúde; Sistema Único de Saúde; Política de Saúde.

⁴⁹² Acadêmica do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e bolsista do projeto Comissão de Integração de Ensino e Serviço (CIES). *E-mail:* larissapinheiro@edu.univali.br.

⁴⁹³ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Univali e voluntária do projeto CIES. *E-mail:* adriac@edu.univali.br.

⁴⁹⁴ Doutora em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem, do Curso de Medicina na Univali e no Projeto CIES. *E-mail:* jsandri@univali.br.



ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE ENFERMAGEM NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

PINHEIRO, Larissa dos Santos⁴⁹⁵
CUNHA, Adria Nayara Ramos da⁴⁹⁶
GOUVEA, Pollyana Bortholazzi⁴⁹⁷

RESUMO

A Estratégia de Saúde da Família surge como uma importante estratégia do Ministério da Saúde para reorganizar o modelo assistencial do Sistema Único de Saúde no país, sendo considerada uma estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica, reorientando o processo de trabalho com maior potencial para aprofundar os princípios, as diretrizes e os fundamentos dela, como também, aumentar a resolutividade e impactar na situação de saúde das pessoas e coletividades. Com a perspectiva voltada para saúde individual e coletiva, a enfermagem busca uma relação entre a comunidade e os serviços de saúde, assim incorporando as táticas da Saúde da Família e cooperando significativamente nas ações de planejamento, coordenação, implantação e avaliação dessa nova proposta, uma vez que o objetivo da Estratégia de Saúde da Família é colaborar com o processo de reorientação do modelo assistencial observando os princípios do Sistema Único de Saúde. O enfermeiro, como integrante da equipe de saúde, tem como atribuições o planejamento, a coordenação, o gerenciamento, a execução e a avaliação das ações prestadas, além disso, coordena o processo de trabalho das equipes de saúde. Nesse sentido, o estágio curricular supervisionado deve ser considerado como uma prática indispensável na construção da percepção gerencial durante o processo de ensino-aprendizagem. No nono semestre do curso de graduação em enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), o aluno realiza o estágio curricular supervisionado, de caráter obrigatório, visando à integração entre ensino e trabalho, o exercício das ações e serviços desenvolvidos na Atenção Básica com o objetivo de que o aluno seja capaz de desenvolver uma visão crítica da realidade do serviço e, principalmente, adquirir autonomia e confiança para aprendizagem e correlação da teoria e prática. Problema de pesquisa: Quais as contribuições do estágio curricular supervisionado para o desenvolvimento do olhar gerencial do acadêmico de enfermagem frente ao processo de trabalho na Unidade Básica de Saúde? Objetivo do estudo: Relatar as contribuições que o estágio curricular supervisionado traz para o desenvolvimento do olhar gerencial do acadêmico de enfermagem frente ao processo de trabalho na Unidade Básica de Saúde. Metodologia: Trata-se de um relato de experiências vivenciadas de acadêmicas de enfermagem durante estágio supervisionado de Gestão em Saúde do nono período do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí, durante os meses de julho a outubro de 2022. Tais atividades foram desenvolvidas em uma equipe de Estratégia de Saúde da Família do município de Itajaí, Estado de Santa Catarina. As acadêmicas foram supervisionadas pela enfermeira da equipe e orientadas pela professora responsável pela disciplina de estágio supervisionado. O serviço conta com quatro equipes de saúde, que partilham da mesma

⁴⁹⁵ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e bolsista do projeto Comissão de Integração de Ensino e Serviço (CIES). *E-mail:* larissapinheiro@edu.univali.br.

⁴⁹⁶ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Univali e voluntária do projeto CIES. *E-mail:* adriac@edu.univali.br.

⁴⁹⁷ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.



estrutura física e atendem a população de áreas bastante distintas. Cada equipe é constituída por um médico clínico geral, uma Enfermeira, dois Técnicos de Enfermagem, Agentes Comunitárias de Saúde e conta com a atuação de acadêmicos dos cursos de enfermagem e medicina. Resultados: Foi realizado o diagnóstico situacional, no qual se pode conhecer a unidade de saúde; identificar as prioridades por meio do levantamento de dados; detectar a existência de limitações por parte das equipes; caracterizar o território, a população de abrangência do serviço e a clientela e reconhecer as potencialidades das equipes. O levantamento das informações se deu por meio da observação da acadêmica, quanto ao funcionamento da unidade, caracterização da clientela e as atividades exercidas por cada profissional, além do acompanhamento e diálogo constante com as enfermeiras, no que se referiu ao processo de trabalho gerencial e assistencial. A equipe de Estratégia de Saúde da Família na qual se realizou a vivência íntegra, aproximadamente, 3.000 habitantes cadastrados em um território de vulnerabilidade social. O estágio oportunizou realizar consultas de enfermagem na saúde da mulher, planejamento familiar, pré-natal, puericultura, atendimentos domiciliares, acolhimento, entre outras atividades assistenciais para uma população de jovens-adultos que se encontra, em sua maioria, em condições vulneráveis. Além disso, também foi possível realizar acompanhamento no que tange à gestão e coordenação da equipe, objetivo do estágio, com a participação em reuniões internas da equipe multiprofissional e auxílio no planejamento de ações temáticas em saúde, como as para o outubro rosa. Alguns fatores que interferem no processo de trabalho foram identificados, como a falta de recursos humanos na equipe e a consequente sobrecarga de trabalho. O tempo de permanência no serviço permitiu vivenciar as peculiaridades da Atenção Básica, que de básica não tem nada, pois, assim como qualquer outro serviço de saúde, necessita de gestão e planejamento para que tenha estratégias assertivas para seu devido funcionamento.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Estágio; Enfermagem; Sistema Único de Saúde.



ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

MARQUES, Rafaela Hugue⁴⁹⁸

RANGEL, Rita de cássia Teixeira⁴⁹⁹

QUADROS, Daniela Cristina Ratico de⁵⁰⁰

SANDRI, Juliana Vieira de Araújo⁵⁰¹

RESUMO

As diferenças e desigualdades são apontadas por estudos quando se comparam as mulheres negras e brancas. Em muitas situações, na desagregação de dados por raça/cor, as mulheres negras apresentam condições de saúde mais precárias que as brancas, seja em relação ao acesso ao cuidado, ou em relação ao risco de adoecer e morrer. A Rede Cegonha, estratégia lançada em 2011 pelo Ministério da Saúde para proporcionar às mulheres saúde, qualidade de vida e bem-estar durante a gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança até os dois primeiros anos de vida, tem como principal objetivo reduzir as mortes, e garantir os direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres independente da raça/cor. A proposta qualifica os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde no planejamento familiar, na confirmação da gravidez, no pré-natal, no parto e no puerpério. O ciclo gravídico puerperal engloba todo desenvolvimento da gestação, com o pré-natal, a resolução com o parto e a involução do processo fisiológico com o puerpério. É neste ciclo que a mulher fica mais vulnerável, como seus sentimentos, medos, ansiedades e desejos, pois, nessa fase, além das transformações no corpo há uma importante transição existencial. O papel do enfermeiro no cuidado durante todo o pré-natal e puerpério, é essencial na captação, desde o pré-natal para o diagnóstico precoce de alterações e, assim, a realização das intervenções adequadas, assegurando que a gestante aproveite toda gravidez e o nascimento da criança com segurança e saúde. Uma das ações da Rede Cegonha está na implantação de Centros de Parto Normal onde a mulher é acompanhada por uma enfermeira obstetra ou obstetritz durante o trabalho de parto. Estudo aponta que mulheres negras possuem menor chance de iniciar o pré-natal antes da 12ª semana, o adequado seria realizar mais de seis consultas, teste HIV, VDRL, exame das mamas e receber orientações quanto à gestação, parto e aleitamento materno. Em todos os indicadores relacionados aos cuidados no pré-natal, em relação à educação em saúde, ao desenvolvimento da gestação, do trabalho de parto, parto e aleitamento materno, há menor prevalência para as mulheres negras, estas têm menores chances de acesso a informações, pois o fato de ser negra reduz em mais da metade a chance de obter esse tipo de orientação. Ao identificar as desigualdades sociais e raciais das mulheres no acesso ao cuidado pré-natal adequado, este estudo busca mostrar a utilização do serviço de saúde no âmbito da atenção pré-natal e, por consequência, seu impacto nos desfechos para a saúde das mulheres, ao impor-lhes maiores dificuldades ou facilidades quanto à acessibilidade aos serviços adequados em função do lugar social que ocupam. Problema de pesquisa: Quais as experiências e vivências que as mulheres negras enfrentam no ciclo gravídico puerperal na

⁴⁹⁸Enfermeira graduada pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* rafaela.hugue@hotmail.com.

⁴⁹⁹ Docente do Curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁵⁰⁰ Docente da Universidade do Vale do Itajaí, Mestre pela Univali. *E-mail:* daniela.ratico@univali.br.

⁵⁰¹ Doutora em Enfermagem, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem na Univali. *E-mail:* jsandri@univali.br.



Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí? Objetivo: Caracterizar a assistência durante a gestação, parto e puerpério imediato na Rede Cegonha de mulheres negras, na Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa que foi realizada em um Hospital da Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí, localizado no município de Balneário Camboriú (SC). A população foi composta por 88 mulheres negras no pós-parto imediato internadas no alojamento conjunto de um hospital na Macrorregião, no período de 1º de dezembro de 2020 a 15 de março de 2021. Foi utilizado um instrumento de coleta de dados baseado na metodologia da pesquisa “Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento” realizada pela Fundação Oswaldo Cruz. Foram analisadas as variáveis sociodemográficas e de assistência materna no pré-natal e parto. Houve aprovação do Comitê de Ética número 4.439.267. Resultados: Foram entrevistadas 88 mulheres, contemplando a faixa etária dos 21 aos 30 anos; a cor mais prevalente entre as negras foi a parda; na escolaridade, 52,3% das entrevistadas estudaram até o Ensino Médio; o emprego formal foi o mais citado entre as entrevistadas, com 47,7%; e a maioria das mulheres negras se declararam solteiras no momento da entrevista. Em relação aos antecedentes obstétricos, a maioria das mulheres referiram que não tiveram nenhum aborto e já tiveram filhos, 43,2% relataram que tiveram apenas uma gestação anterior. Em relação ao atendimento no pré-natal, os números foram promissores e positivos, as mulheres negras, em sua maioria, iniciaram o pré-natal até a 12ª semana de gestação, além disso, realizaram seis ou mais consultas de pré-natal. Mais de 90% das entrevistadas disseram que a UBS foi o local mais utilizado pelas mulheres negras para realização das consultas de pré-natal, sendo que o profissional que mais as atendeu foi o médico, com 47,7%. A maioria das mulheres negras descreveu que teve um ou mais problemas durante a gestação, e o mais citado foi a infecção urinária, com 36,5%. As internações, por sua vez, foram minoria: 12,5% foram internadas, o maior motivo foi a infecção urinária. Quando questionadas no que consideram mais seguro para a mãe e o bebê, 71,6% das mulheres negras citaram que o parto normal é mais seguro que a cesárea. Outros resultados positivos que as mulheres negras relataram foram em relação à maternidade, a maioria recebeu orientações sobre qual maternidade procurar (80,7), além disso, procuraram a maternidade indicada e foram internadas na primeira procura (98,9%), evitando, assim, a peregrinação. Nas orientações sobre os sinais de trabalho, os números foram favoráveis, 78,4% alegaram que receberam esta orientação, e o sinal que mais detectaram foi a contração, com 48,4%. Em relação às práticas recomendadas e contraindicadas pela OMS em relação ao trabalho de parto, 67% comentaram que não foram orientadas sobre a raspagem de pelos, 77,3% narraram que também não foram orientadas sobre a ingestão de líquidos e alimentos. Sobre a liberdade de movimentação durante o parto, 55% disseram que foram orientadas. Já sobre os métodos não farmacológicos para alívio da dor, 62,5% relataram que foram orientadas sobre os métodos não farmacológicos. O método não farmacológico para alívio da dor mais utilizado foi a hidroterapia com 36%. No que se refere ao acompanhante, a maioria das mulheres descreveu que foi acompanhada durante o trabalho de parto e parto (94,3%), quem mais acompanhou foi o companheiro, com 76,1% e a experiência com acompanhante foi positiva, 85,2% relataram que se sentiram mais tranquilas e tiveram um parto melhor. Já em relação ao parto humanizado, 72,7% das mulheres negras afirmaram que não receberam orientação sobre qual posição escolher e a posição deitada de barriga para cima foi a mais usada, com 77,3% das afirmações. Na assistência ao RN, os resultados encontrados nesta pesquisa foram positivos, a maioria relatou que realizou o contato pele a pele na primeira hora após o parto (97,7%); em relação à amamentação, 61,4% comentaram que iniciaram a amamentação na primeira hora após o parto. Em relação ao APGAR, a maioria dos RN das mulheres recebeu a nota ou igual ou maior que 7 no quinto minuto, com 97,8% dos RNs. Referente à idade gestacional, 91% tiveram seus recém-nascidos com 37 ou



mais semanas de gestação. Quanto à experiência, quando questionadas como foram suas vivências em relação ao pré-natal, 46,5% relataram que o atendimento foi bom, mesmo relato que tiveram sobre o parto, com 51,2% das mulheres negras entrevistadas. Considerações finais: Com este estudo, pode-se observar o quanto a Saúde Pública melhorou em relação ao cuidado no pré-natal. Quanto ao atendimento do Hospital em que foi realizada a pesquisa, observa-se a utilização de boas práticas, exceto em relação à posição do parto, em que sua maioria foi em posição de litotômica, diferente do recomendado para um parto humanizado em gestação de risco habitual, que seria a posição vertical. A saúde da população negra deve ser discutida mais além, em diversos estudos, pois, por mais que houve números e dados positivos, a população negra segue em desvantagens, tanto na saúde, quanto em aspectos social, econômico e cultural. No Brasil, a população negra morre mais e sofre mais violência, significando que questões como aspectos socioeconômicos estão ligadas diretamente com a raça/cor.

Palavras-chave: Gestantes; Rede Cegonha; Grupo com Ancestrais do Continente Africano.



O PAPEL DA ENFERMAGEM NAS CONSULTAS DE PUERICULTURA

QUADROS, Daniela Cristiana Rático de⁵⁰²
CORREA, Fernanda Osmari⁵⁰³

RESUMO

A assistência integral à saúde da criança é de extrema relevância, devido às vulnerabilidades relacionadas a esta fase específica da vida. Através da puericultura, os profissionais de saúde desenvolvem estratégias para avaliar, tanto seu crescimento e desenvolvimento, como também o planejamento de ações que visam a reduzir a incidência de doenças. Neste ensaio, buscamos refletir sobre o papel da enfermagem nas consultas de puericultura, a partir das experiências de alunos do estágio da disciplina de saúde da mulher, criança e adolescente do curso de enfermagem, realizado na Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora das Graças, na cidade de Itajaí (SC). A puericultura efetiva-se como uma ferramenta muito importante ao acompanhamento integral da saúde das crianças e o enfermeiro é o profissional que ganha destaque nesse âmbito, visto que sua contribuição para essa prática foi legalizada pela Lei número 7.498/86, a qual regularizou o exercício profissional da enfermagem, estabelecendo a consulta de enfermagem como atividade privativa do enfermeiro. Essa prática torna-se essencial, uma vez que o enfermeiro consegue estabelecer vínculo com os familiares e conhecer a comunidade de forma a atender e suprir as necessidades de cada criança, considerando o contexto familiar em que está inserida e suas vulnerabilidades, seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde. A consulta de enfermagem em puericultura tem como foco o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças, prevenção de agravos, vacinação, aleitamento materno, práticas de higiene, promoção e manutenção de saúde, considerando as particularidades de cada idade. Este trabalho ocorre dentro e fora das unidades básicas de saúde através de orientações às mães e responsáveis, visitas domiciliares, atividades educacionais em creches, bem como em parceria com as escolas para as campanhas de vacinação, com o objetivo de minimizar problemas de saúde e promover qualidade de vida às crianças, permitindo um desenvolvimento adequado para cada fase da vida. Problema de pesquisa: Como problemática de estudo propõe-se a reflexão dos acadêmicos sobre o papel da enfermagem frente às consultas de puericultura nos estágios da disciplina de saúde da mulher, criança e adolescente. Objetivo do estudo: Refletir sobre as experiências vivenciadas em campo de estágio sobre o papel do enfermeiro nas consultas de puericultura na Estratégia de Saúde da Família. Metodologia: A contar com as reflexões dos alunos, propõem-se um ensaio acadêmico a partir das experiências vivenciadas em estágio. Resultados: No Brasil, nos últimos anos, ocorreram mudanças significativas que garantiram a melhoria das políticas públicas voltadas à saúde da população infantil, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança, com ações que visem a garantir crescimento e desenvolvimento adequados. Desse modo, diversos estudos mostram a importância do papel do enfermeiro na atenção primária, principalmente no âmbito de puericultura, considerando o vínculo que o profissional firma com a família, uma vez que este se faz presente desde a primeira consulta do recém-nascido e acompanha todo o seu desenvolvimento através das consultas de enfermagem, seja ela

⁵⁰² Doutoranda em Educação pelo PPGE da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* daniela.ratico@univali.br.

⁵⁰³ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* fernanda.academica97@gmail.com.



domiciliar ou nas unidades, contribuindo diretamente para a prevenção de doenças e promoção de um cuidado integral de saúde às crianças e seus familiares. Na saúde pública, um conjunto diverso de ações que visam à promoção de saúde e prevenção dos agravos auxilia na redução da morbimortalidade infantil, sendo necessário um elenco de agentes de saúde qualificados, a fim de garantir a qualidade dos atendimentos às crianças. Visto isso, afirma-se que os estágios de saúde da criança são fundamentais na formação do enfermeiro, uma vez que este profissional deve, não apenas executar técnicas de trabalho, mas sim construir pensamento crítico e reflexivo a partir das aulas teórico-práticas, construindo conhecimentos coletivos e competência que possibilitem a compreensão do trabalho na enfermagem na atenção básica.

Palavras-chave: Puericultura; Consulta de Enfermagem; Educação em Saúde. Políticas Públicas.



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONTROLE E PREVENÇÃO DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE

ACOSTA, Adriano da Silva - Univali⁵⁰⁴

GOUVEA, Pollyana Bortholazzi⁵⁰⁵

MAIA, Silmara da Costa⁵⁰⁶

MASSAROLI, Rodrigo⁵⁰⁷

REBELO, Maria Izabel de Col Jorge⁵⁰⁸

RESUMO

No Brasil, o interesse acerca da temática de prevenção e controle das infecções hospitalares vem em uma crescente desde a década de 1990, quando foi publicada uma série de documentos a respeito do assunto. Infecção hospitalar é o termo dado a qualquer infecção adquirida após a internação de um paciente em estabelecimentos de assistência à saúde e que se manifeste durante a internação ou mesmo após a sua alta, quando puder ser relacionada com a hospitalização. Desde o final da década de 1990, o termo infecção hospitalar vem sendo substituído por infecções relacionadas à assistência à saúde, sendo essa designação uma ampliação conceitual que incorpora infecções adquiridas e relacionadas à assistência em qualquer ambiente. As infecções relacionadas à assistência à saúde são definidas como as infecções adquiridas durante a prestação de cuidados à saúde, apresentam impacto direto sobre a letalidade hospitalar, duração da internação e custos e configuram-se como um dos maiores problemas de saúde pública no cenário mundial. Fatores associados à escassez e qualificação de recursos humanos, aliados à estrutura física inadequada em serviços de saúde e ao desconhecimento de medidas de controle, contribuem para esse cenário. Frente a essa ótica, a Organização Mundial de Saúde preconiza que as autoridades em saúde designem uma agência para determinar as diretrizes e gerenciar um plano a nível nacional que deverá estar alinhado aos demais objetivos de saúde do país. Vale ressaltar a importância e a necessidade de discussões acerca dessas ações programáticas, possibilitando a identificação dos principais desafios no controle e na prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde e dos profissionais envolvidos proporem medidas que venham a ampliar a potencialidade dessas ações. Problema de pesquisa: Quais as principais estratégias que o Brasil tem criado e vem utilizando para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde? Objetivo do estudo: Identificar as principais estratégias que o Brasil tem criado e vem utilizando para o controle e a prevenção das infecções relacionadas à assistência à saúde. Metodologia: Trata-se de uma revisão narrativa das principais políticas, normas e boletins informativos sobre infecções relacionadas à assistência à saúde, publicadas no Brasil. Foram definidas como fontes de pesquisa primárias o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Diário Oficial da União, por se tratar de órgãos responsáveis pela área da saúde

⁵⁰⁴ Doutorando em Enfermagem, Professor de Graduação em Enfermagem, na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* adriano_acosta@univali.br.

⁵⁰⁵ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.

⁵⁰⁶ Doutora em Educação pela Univali. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* silmara.maia@univali.br.

⁵⁰⁷ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do curso de Graduação em Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵⁰⁸ Especialista em Terapia Intensiva e Auditorias e Contas Públicas do SUS (Univali). *E-mail:* izabelrebelo@univali.br.



e de meio de divulgação oficial de normativas no país. Utilizaram-se, ainda, estudos publicados em revistas científicas, bem como informações da Organização Mundial da Saúde. Resultados: No contexto histórico no Brasil, a demanda pelo controle e pela prevenção das infecções relacionadas à assistência à saúde, inicialmente denominada infecção hospitalar, se deu em meados da década de 1970, por recomendação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a partir de profissionais de saúde que já pesquisavam acerca da temática. Entretanto, somente em 1983 foi criada a Portaria número 196 que era composta de instruções para o controle das infecções hospitalares, recomendando a criação de comissões de controle de infecção hospitalar em cada hospital. Outras ações governamentais surgiram a seguir, dentre elas a Portaria número 232/87 que propôs a instituição do Programa Nacional de Controle de Infecção Hospitalar. Em 1992, o Ministério da Saúde expediu a Portaria número 930 que dispõe sobre novas normas gerais para o controle de infecções hospitalares, recomendando a realização de vigilância ativa, revogando a Portaria número 196/83. Somente em 1997 o Ministério da Saúde tornou obrigatória a existência de um programa de controle e prevenção dessas infecções nos hospitais, pela Lei número 9431/1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de Programas de Controle de Infecções Hospitalares nos hospitais do país e que se encontra vigente em nosso país. No ano seguinte, o Ministério da Saúde publica nova portaria (2616/98) sem substituição à Portaria 930/92, definindo o Controle de Infecção Hospitalar como um conjunto de ações desenvolvidas deliberada e sistematicamente, com vistas à redução máxima possível da incidência e da gravidade das infecções hospitalares. Esta Portaria também determinou as responsabilidades e competências específicas, no âmbito das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). A partir da criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 1999, autarquia ligada ao Ministério da Saúde, a coordenação nacional do controle e prevenção dessas infecções passou a ser sua responsabilidade, com suporte às Secretarias Estaduais. Para tanto, no ano de 2000, foi emitida a Resolução da Diretoria Colegiada número 48/2000, tratando-se de um roteiro de inspeção sanitária para avaliação desses programas de controle de infecção hospitalar nas instituições hospitalares do país. Em 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou um livro intitulado “Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das Mãos”, no qual cita as infecções relacionadas à assistência à saúde em um capítulo referente ao controle da disseminação de microrganismos multirresistentes, abordando a relação entre a resistência microbiana e a higienização das mãos dos profissionais que lidam com pacientes. Entre as mais recentes ações governamentais, podemos citar a Portaria número 1218/12, que criou a Comissão Nacional de Prevenção e Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde com a finalidade de “assessorar” a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na elaboração de diretrizes, normas e medidas para prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Ainda em 2012, foi publicado o “Relatório sobre Autoavaliação para a Higiene das Mãos”, que traz uma abordagem sobre a importância da higienização das mãos e apresenta informações sobre avaliação e monitoramento das infecções relacionadas à assistência à saúde no Brasil. Em 2013, foi instituído o Programa Nacional de Segurança do Paciente, com o objetivo de contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional, prevendo ações para prevenção e controle de infecções. No ano seguinte, foram publicados três boletins informativos, em que eram abordados temas relacionados aos cuidados aos pacientes com cateter venoso central em unidades de terapia intensiva, indicadores de controle de infecção e agentes etiológicos na infecção primária de corrente sanguínea. Em 2017, a agência nacional de vigilância sanitária publicou dois livros: “Critérios Diagnósticos de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde”, que aborda as Infecções de Sítio Cirúrgico, Infecção da Corrente Sanguínea, Infecção do Trato Respiratório, Infecção do Trato Urinário,



e “Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde”, que trata das orientações básicas para a prevenção e o controle de infecção, com embasamento técnico-científico. Em síntese, foram encontrados alguns planos de ação no sentido do controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, principalmente associadas ao controle de microrganismos resistentes, que são um dos grandes problemas de saúde pública no mundo. Ao longo desse recorte temporal de publicações, percebe-se que medidas direcionadas para as unidades de terapia intensiva nos últimos anos acerca da prevenção de infecção de corrente sanguínea foram adotadas, bem como a publicação de dados por sítio de infecção tem sido bastante frequente nos últimos anos.

Palavras-chave: Políticas Públicas em Saúde; Infecção Hospitalar; Segurança do Paciente; Controle de Infecções.



UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE: PERSPECTIVAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO PARA CONSTRUÇÃO DE REDES DE APOIO

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁵⁰⁹

GALVAN, Júlia⁵¹⁰

HAWRELIUK, Jenifer⁵¹¹

PERÃO, Odisséia Fátima⁵¹²

RESUMO

O envelhecimento configura o esvaziamento da força vital sofrendo, ainda, impacto das condições físicas, mentais, sociais e espirituais. Os avanços das diversas áreas de estudo em saúde articulam novas formas de promover qualidade de vida e prevenir doenças nesta fase do ciclo. Diante desse cenário, o aumento dos anos vividos resulta em alterações fisiológicas que demandam assistência especializada à população, por profissionais e mecanismos de políticas públicas eficientes. Alterações homeostáticas, decorrentes da longevidade resultam em ineficiência ou redução das capacidades moleculares e teciduais, gerando o estado de vulnerabilidade e propensão ao desenvolvimento de patologias, reduzindo a capacidade intrínseca do sujeito, tornando extremamente necessário, atentar ao desenvolvimento de ações que promovam bem-estar, prevenção e recuperação dos desequilíbrios fisiológicos. As propostas de universidades para terceira idade (UNATI) integram espaços de aprendizagem para construção do significado sobre o funcionamento corporal e do desgaste proveniente do estágio vital atual, atualizando os usuários em assuntos voltados à alimentação, prática de exercícios, estratégias de autoconhecimento e bem-estar visando ao fortalecimento físico, mental e psíquico, bem como inserindo-os nas comunidades acadêmicas e possibilitando o contato intergeracional e atualização tecnológica. A senescência ou a senilidade representam as possibilidades do envelhecimento. Senescer corresponde ao envelhecimento fisiológico esperado, em decorrência da redução das reservas energéticas. Já a senilidade apresenta a patologização do processo de longevidade, representado pelo desenvolvimento de comorbidades ou disfunções orgânicas que ocasionam limitações e redução das capacidades funcionais, interferindo na socialização e comunicação das necessidades. Por este motivo, políticas públicas como as UNATP's têm como objetivo a realização de ações de promoção da senescência e redução ou contenção dos processos senis, a fim de amenizar o sofrimento individual e familiar e garantir direitos à população idosa. As redes de apoio para a pessoa idosa são essenciais no enfrentamento das dificuldades decorrentes das alterações apresentadas. O núcleo familiar, amigos e grupos de convívio, como os propostos pela Universidade da Vida (Univida), projeto da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) desenvolvem novas conexões e suportes para seus processos de saúde-doença tornando esta iniciativa um meio de garantia social para pessoas com 50 anos ou mais. Em um município de médio porte do Sul de Santa Catarina, o projeto promove socialização, aprendizado e desenvolvimento psíquico pela inserção do indivíduo no grupo focal. Com base nos

⁵⁰⁹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Enfermeira. *E-mail:* mcunha@univali.br.

⁵¹⁰ Acadêmica do oitavo período do curso de enfermagem na Univali. *E-mail:* juliagalvan@edu.univali.br.

⁵¹¹ Acadêmica do décimo período do curso de enfermagem na Univali. *E-mail:* jeniferharwreliuk@gmail.com.

⁵¹² Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente na Univali. *E-mail:* odissseiaperao@gmail.com.



aprendizados oferecidos a mais de 20 anos, os alunos conseguem manter a senescência e reduzir a senilidade mantendo sua dignidade, autonomia e estabelecendo vínculos nessa etapa da vida. O problema da pesquisa pauta-se na compreensão do impacto de programas de educação na terceira idade, como políticas públicas de manutenção das redes de apoio e condições de saúde dos idosos em um município de médio porte de Santa Catarina. O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos participantes frente ao impacto do curso Univida, na manutenção das redes de apoio e promoção à saúde. A metodologia utilizada está pautada no método teórico-empírico levantando percepções dos entrevistados com relação às mudanças identificadas em seu comportamento e qualidade de vida após entrarem no programa Univida, através de questionário semiestruturado coletado no primeiro semestre de 2022. Resultados: Nos resultados encontrados, o perfil socioeconômico das participantes corresponde a 100% de prevalência do sexo feminino. No total, participaram 18 alunas, com idade entre 63 e 81 anos. Dentre os questionamentos realizados estão: “Você notou mudanças em si mesma após frequentar o Univida? Se sim, quais?”; “O que fez você escolher o Univida?”. As respostas encontradas apresentam 78% de falas com impactos positivos do programa na saúde mental, física, ciclos sociais e atualização acadêmica. As entrevistadas também pontuaram mudanças comportamentais com relação à saúde após a adesão ao projeto, destas, 80% participaram da iniciativa por no mínimo cinco anos. Ainda, 78% das respondentes não possuem doenças crônicas ou reduziram as complicações destas, em decorrência dos aprendizados obtidos no programa. Portanto, concluímos, por meio dos resultados apresentados, que a manutenção dos vínculos e atualização constante potencializam a baixa incidência de comorbidades na terceira idade. As alterações no estilo de vida aprendido durante os encontros do projeto reforçam a importância em existir as UNATI como a Univida, propondo envelhecimento saudável, bem-estar e socialização aos idosos.

Palavras-chave: Idoso; Políticas Públicas; Saúde.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA FORTALECER A CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE

GALVAN, Júlia Neuberger⁵¹³

MASSAROLI, Rodrigo⁵¹⁴

COSTA, Iohanna Silva⁵¹⁵

HAWRELIUK, Jenifer Cristina de Camargo⁵¹⁶

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁵¹⁷

PERÃO, Odisséia Fátima⁵¹⁸

RESUMO

Conforme o Plano de Ação para a Segurança do Paciente Global da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 2,6 milhões de mortes são recorrentes de eventos adversos, anualmente, em países emergentes. Diante disso, afirma-se que a cultura de segurança do paciente possui impactos positivos devido à sua atuação como ferramenta de redução de eventos adversos e corresponde a um conjunto de valores e ações que as instituições de saúde devem reforçar aos seus funcionários, já que o principal objetivo das unidades deveria ser uma assistência eficaz e, conseqüentemente, o aumento da segurança do paciente. A educação em saúde é vista como uma forte aliada na instauração de ações que visam à segurança dos pacientes, considerada também uma das atribuições do profissional de enfermagem, devido à forma de atuar e expandir os conhecimentos relacionados à promoção de saúde, prevenção de doenças e formas de cuidado à população. As universidades da terceira idade são considerados grandes instrumentos fortalecedores da cultura de segurança do paciente, já que nos encontros a educação em saúde relacionada ao tema, é dada de forma dinâmica e com linguagem clara e de fácil entendimento. No curso Universidade da Vida (Univida), projeto da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) voltado à terceira idade, um dos professores convidados ministrou três aulas sobre segurança do paciente e uma sobre comunicação em saúde para uma turma de aproximadamente 20 idosas. Durante as aulas, as alunas sanaram suas dúvidas sobre o tema, identificaram erros ocorridos em atendimentos anteriores e a quais ações dos profissionais de saúde elas devem ficar mais atentas e realizar questionamentos. Na última aula ministrada, as alunas dividiram-se em três grupos de cinco pessoas e realizaram uma cartilha com sugestões e questionamentos que gostariam de realizar aos profissionais de saúde de uma instituição. Nota-se, com os questionamentos realizados pelas alunas que as universidades da terceira idade são grandes fontes de educação em saúde. O problema da pesquisa pauta-se na compreensão dos impactos da educação em saúde como forma de fortalecer a cultura de segurança do paciente. O objetivo deste estudo é analisar os efeitos que as universidades da terceira idade ocasionam nas alunas, em relação ao conhecimento do reforço da segurança do paciente através da educação em saúde nas salas de aula. A metodologia utilizada está pautada no método teórico-empírico identificando os conhecimentos das entrevistadas com relação à cultura de segurança do paciente através da

⁵¹³ Acadêmica de enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* juliagalvan@edu.univali.br.

⁵¹⁴ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do curso de Graduação em Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵¹⁵ Acadêmica de enfermagem na Univali. *E-mail:* iohannac@yahoo.com.

⁵¹⁶ Acadêmica do curso de enfermagem na Univali. *E-mail:* jeniferharwreliuk@gmail.com.

⁵¹⁷ Doutora em Educação pela Univali. Enfermeira. *E-mail:* mcunha@univali.br.

⁵¹⁸ Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente na Univali. *E-mail:* odissseiaperao@gmail.com.



criação da cartilha de questionamentos e sugestões realizada no segundo semestre de 2022 após entrarem no programa Univida. Resultados: No total participaram 15 alunas, com idade entre 63 e 81 anos. Dentre os questionamentos apresentados, 100% dos grupos escreveram na cartilha que, após as aulas do Univida, realizariam perguntas sobre as medicações utilizadas, através de frases como: “Os remédios foram revisados?”; “Qual medicação está sendo administrada, quais suas funções?”; “Preciso trazer meus medicamentos de uso contínuo?”; “Pode ter efeitos colaterais, se tiver o que será feito?”. Outro assunto que resultou em 100% de questionamentos e sugestões foram as orientações da equipe médica. Na cartilha, foram escritos os seguintes: “Qual o melhor tratamento?”; “Qual a previsão de alta?”; “Precisarei de um especialista?”; “O médico deveria explicar ao paciente as funções das medicações prescritas”; “Saber o tempo para retorno médico”; “Melhores orientações de alta”; e “Equipe informar o acompanhante sobre a real situação”. Diante disso, pode-se considerar que as Universidades da Terceira Idade, como o Univida, são excelentes formas de transmitir educação em saúde, pois, de acordo com as cartilhas criadas pelas alunas, nota-se que elas adquiriram um conhecimento exorbitante quando comparado à compreensão do assunto por pessoas leigas que não frequentam o curso. Conclui-se que, através da educação em saúde, a cultura de segurança do paciente é reforçada, reduzindo os eventos adversos e, conseqüentemente, atuando de forma a melhorar a assistência das instituições e o bem-estar dos usuários.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Educação em Saúde; Idoso.



PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS

GALVAN, Júlia Neuberger⁵¹⁹

BITTENCOURT, Gabriela Santos⁵²⁰

HAWRELIUK, Jenifer Cristina de Camargo⁵²¹

COSTA, Iohanna Silva⁵²²

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁵²³

PERÃO, Odisséia Fátima⁵²⁴

RESUMO

Os projetos de extensão representam um dos componentes da tríade de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão. Através dos projetos de extensão, os acadêmicos podem obter experiências realísticas e relacioná-las com as habilidades teóricas adquiridas durante o curso. Um projeto de extensão tem caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico e promove interações entre a universidade e a comunidade. Por meio dos projetos de extensão, é possível realizar produção e educação em saúde em diversos grupos sociais, inclusive com pessoas idosas, possibilitando a aquisição de conhecimentos e experiências visando a melhorias na qualidade de vida. Sabe-se que os princípios da extensão universitária surgiram nas universidades populares da Europa no último século. Desse modo, as universidades visavam a disseminar os conhecimentos técnicos com objetivo de contribuir para o compartilhamento dos saberes em conjunto aos setores populares. Com o passar do tempo, houve a necessidade de ampliar esta concepção, baseando-se no preceito de que a universidade tinha a necessidade de compartilhar o conhecimento adquirido. A constituição de 1988 corrobora essas afirmações, conforme o trecho “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Sendo assim, a extensão é uma forma de ensino e aprendizagem que estimula os estudantes a promover e buscar conhecimento de forma realística no âmbito de diversas questões sociais. A extensão universitária também pode ser definida como uma transformação de cunho social e como auxílio das políticas públicas para idosos tendo em vista sua grande contribuição para a sociedade. A Universidade do Vale do Itajaí possui o projeto de extensão chamado Universidade da Vida (Univida), que atua na socialização, troca de experiências e desenvolvimento pessoal através de aulas para pessoas a partir dos 60 anos, abordando diversos assuntos, como: comunicação, direitos na terceira idade, boa alimentação, autoestima, entre outros assuntos. O problema da pesquisa pauta-se no entendimento dos programas de extensão universitária como forma de estabelecer saúde à população idosa e reforçar as políticas públicas existentes para essa faixa etária. O objetivo deste estudo foi entender a relação entre os programas de extensão universitária e as políticas públicas da pessoa idosa e quais benefícios essa união pode trazer. A metodologia utilizada foi pautada na revisão teórica de quatro artigos publicados entre os anos de 2019 e 2021, relacionados

⁵¹⁹ Acadêmica de enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* juliagalvan@edu.univali.br.

⁵²⁰ Acadêmica de enfermagem na Univali. *E-mail:* gabrielasbitt@edu.univali.br.

⁵²¹ Acadêmica de enfermagem na Univali. *E-mail:* jenifer.hawreliuk@edu.univali.br.

⁵²² Acadêmica de enfermagem na Univali. *E-mail:* iohannac@yahoo.com.

⁵²³ Doutora em Educação pela Univali. Enfermeira. *E-mail:* mcunha@univali.br.

⁵²⁴ Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente na Univali. *E-mail:* odissseiaperao@gmail.com.



ao tema de pesquisa. Neste caso, utilizaram-se obras que apresentam assuntos referentes à pessoa idosa, ao envelhecimento e sobre a importância dos projetos de extensão. Resultados: Em relação à extensão universitária e às políticas públicas, observa-se que as ações realizadas nos projetos de extensão universitária possuem grande impacto na saúde da população idosa, já que a socialização e o compartilhamento de conhecimento são considerados ações excelentes na promoção de saúde e na prevenção de doenças. Na segunda categoria descrita como ensino, população idosa e políticas públicas, entende-se que os programas de extensão universitária têm grande funcionalidade interferindo de forma positiva na sociedade. Esses programas são considerados grandes aliados no combate ao idadismo, preconceito que ocasiona desvantagem e injustiça à população idosa, devido à idade. O idadismo é considerado um grande problema atual, já que a população idosa teve um aumento significativo nos últimos tempos e através disso observa-se os impactos positivos que os programas de extensão podem ocasionar através do acesso à educação, de modo a auxiliar no reconhecimento dos direitos, no desenvolvimento neurológico e também no retorno ao mercado de trabalho, fazendo com que o idoso se sinta parte da sociedade novamente. Conclui-se que programas de extensão como o Univida auxiliam no desenvolvimento e no funcionamento das diretrizes e ações estabelecidas por políticas públicas voltadas à população idosa, de modo a executar educação em saúde para com a população idosa e promover a socialização na terceira idade.

Palavras-chave: Idoso; Política Pública; Envelhecimento Saudável.



VIVÊNCIA COM A PRODUÇÃO DE MUDAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

MIQUELASSO, Paula Stephanie⁵²⁵

SILVA, Paola Julia da⁵²⁶

FERREIRA, Rene Artur⁵²⁷

COUTO, Angélica Garcia⁵²⁸

RESUMO

O Programa Plante Saúde, em parceria com o Horto Medicinal da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e o Município de Itajaí, tem como proposta o desenvolvimento de ações educativas e de assessoria na implantação de hortas comunitárias, que contemplem o cultivo orgânico de plantas medicinais e alimentícias não convencionais (PANC), trazendo como benefício para a população a promoção de educação em saúde sobre o uso fitoterápico e alimentício das espécies vegetais e valorizando os saberes populares e tradicionais. O Programa Plante Saúde vincula-se aos projetos pedagógicos dos cursos da Escola de Ciências da Saúde, articulando as modalidades formativas da Univali que visam à formação de profissionais competentes para o trabalho interprofissional. Entre os objetivos específicos, estão o de assessorar a implantação ou revitalização de hortas com cultivo orgânico. Problema de pesquisa: Como melhorar o desenvolvimento da capacidade cognitiva e ressocialização de pacientes portadores de transtornos mentais através de atividades manuais? Objetivo do estudo: Proporcionar aos pacientes o desenvolvimento de habilidades emocionais, sociais, intelectuais, físicas e compartilhar conhecimento sobre os benefícios e uso das plantas medicinais. Metodologia: Foram selecionadas algumas espécies de plantas medicinais e alimentícias não convencionais do Horto Medicinal da Univali e foram elaboradas atividades voltadas à identificação da melhor terra para o plantio, a identificação das plantas pelo seu aroma e a produção de mudas. Resultados: Na primeira atividade, foi realizado um desafio aos participantes, em que eles eram vendados e, a partir do tato, identificavam quais eram os três tipos de terra e, em sua opinião, qual a melhor para o plantio. Ao ser retirada a venda, a diferença entre terras e a sua melhor aplicação eram reveladas. Na segunda atividade, os participantes podiam sentir o aroma das plantas que estavam expostas, para que, a partir do olfato, eles pudessem reconhecer e adivinhar qual era a planta, apresentando os benefícios e como fazer o uso de cada uma. A terceira e última atividade trouxe um enfoque maior ao Capim-Limão, tendo como objetivo trazer conhecimentos sobre as propriedades benéficas e calmantes desta planta, assim como foram levadas touceiras para demonstrar aos pacientes como fazer e cultivar as mudas. Cada paciente recebeu uma embalagem biodegradável, feita a partir do aipim, que pode ser enterrada no solo com a muda. Nesta embalagem, foi colocada uma camada de terra, uma muda de Capim-Limão, completando-se com mais terra. Explicou-se sobre os cuidados com as regas e quando transplantar para um vaso ou, até mesmo, para um canteiro. Esta iniciativa fundamenta-se na implementação de hortas terapêuticas em Centros de Atenção Psicossocial

⁵²⁵ Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* paula.smiquelasso@gmail.com.

⁵²⁶ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* paolajulia8@gmail.com.

⁵²⁷ Docente no Curso de Farmácia na Univali. *E-mail:* rene@univali.br.

⁵²⁸ Docente e coordenadora do projeto de extensão Plante Saúde, da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

como auxiliar no desenvolvimento de capacidades cognitivas e de ressocialização de pacientes, promovendo o desenvolvimento em alguns aspectos como emocional, social, intelectual e físico, propiciando sensações de bem-estar e melhoria físico-mental, trazendo mais autonomia na capacidade de ressocialização.

Palavras-chave: Hortas Terapêuticas; Bem-estar; Capim-Limão.



AMBULATÓRIO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO COMO ATENÇÃO INDISPENSÁVEL PARA O CUIDADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

RIBEIRO, Gabrielli Pacheco⁵²⁹

SANTOS, Ana Sara dos⁵³⁰

MATIAS, Anderson Oliveira⁵³¹

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁵³²

MASSAROLI, Rodrigo⁵³³

RAMOS, Thais Jéssica Sarmento Bonfim⁵³⁴

RESUMO

Ao final de 2010, como fruto de um grande acordo tripartite envolvendo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), foi publicada a Portaria número 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para organização das Redes de Atenção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, as quais, são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. As Redes de Atenção à Saúde compõem-se de três elementos fundamentais: a população, a estrutura operacional e os modelos de atenção à saúde. A estrutura operacional envolve a Atenção Primária à Saúde, a atenção especializada ambulatorial e hospitalar, os sistemas de apoio, os sistemas logísticos e o sistema de governança. A Atenção Primária à Saúde opera como centro de comunicação das redes, que articula os fluxos e contrafluxos de pessoas, os produtos e as informações entre todos os pontos de atenção. As redes estabelecidas na portaria dividem-se em cinco, sendo uma delas a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil (Rede Cegonha) estabelecida por meio da Portaria número 1.459/11. Entretanto, com uma mudança feita nessa rede, a portaria número 715, de 4 de abril de 2022, altera a Portaria de Consolidação número 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI) que garante à mulher o direito ao planejamento familiar, ao acolhimento e acesso ao cuidado seguro, de qualidade e humanizado, no pré-natal, na gravidez, na perda gestacional, no parto e no puerpério; e ao recém-nascido e à criança o direito ao nascimento seguro, ao crescimento e ao desenvolvimento saudável. Prevenir a morbimortalidade materna e infantil é uma prioridade nacional, que pode ser realizada através da qualificação da atenção às gestantes, puérperas e crianças. A política deve focar em adotar medidas destinadas a assegurar a melhoria do acesso, da cobertura, da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência à criança. Partindo desse princípio, a iniciativa de implementação de um Ambulatório de Gestação de Alto Risco (AGAR) é proveniente justamente de sua ausência, com o propósito de qualificar a assistência e contribuir para a redução de complicações na atenção ao ciclo gravídico puerperal. Nesse contexto, a proposta

⁵²⁹ Acadêmico de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gabrieliribeiro_2000@hotmail.com.

⁵³⁰ Acadêmica de Enfermagem da Univali. *E-mail:* anasarita4@hotmail.com.

⁵³¹ Acadêmico de Enfermagem da Univali. *E-mail:* andermatias@gmail.com.

⁵³² Doutora em enfermagem pela UFSC. Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁵³³ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do Curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵³⁴ Enfermeira graduada pela Univali. *E-mail:* thaisramos@hotmail.com.



de implementação de um Ambulatório de Gestação de Alto Risco – Regional, visa a garantir um cuidado qualificado, humanizado e hierarquizado às gestantes, necessário às suas demandas, por equipes especializadas e de qualificação apropriados, em busca de equidade no cuidado, de maneira que se ofereça a tecnologia necessária para quem precisa dela. Problema de pesquisa: Falta de um Ambulatório de Gestação de Alto Risco (AGAR) na Foz do Rio Itajaí, com o propósito de qualificar a assistência e contribuir para a redução de complicações na atenção ao ciclo gravídico puerperal. Objetivo do estudo: Relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem frente à implementação, estruturação e organização de um Ambulatório de Gestação de Alto Risco (AGAR) como atenção indispensável para o cuidado. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo relato de experiência, realizado por acadêmicos de Enfermagem do décimo período da disciplina de estágio curricular supervisionado no segundo semestre de 2022. Foram realizadas atividades de enfermagem aplicadas à gestão e organização do AGAR. Resultados: Reestruturar, fortalecer e qualificar a assistência na linha de cuidado materno-infantil é assegurar a melhoria do acesso, da cobertura, da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência à criança, através da elaboração e implementação de protocolos, qualificação profissional e definição de fluxos assistenciais, visando a prevenir a morbimortalidade materna e infantil e outros agravos que são consequências da falta do Ambulatório de Atenção à Gestante de Alto Risco. Mediante a isso, a oferta de um serviço Regional especializado se fez necessária para esse atendimento qualificado, dando cobertura para as gestantes desde sua primeira consulta de pré-natal, com estratificação de risco obstétrico, que não deve ser apenas para uma mudança da lógica territorial, mas para a ampliação do acesso às diversas tecnologias de cuidado e equipe multiprofissional durante todo seu ciclo gravídico puerperal de forma humanizada, segura e hierarquizada. Considerações finais: Com isso, o imprescindível é que a gestante receba o cuidado necessário para que possa vivenciar uma experiência positiva na gestação e redução de possível agravo a sua saúde e do recém-nascido. Para tanto, os gestores devem organizar as redes de assistência locais e regionais de maneira eficiente, potencializando a capacidade de atuação da Atenção Primária à Saúde e, ao mesmo tempo, oferecendo uma assistência especializada acessível para a garantia da equidade.

Palavras-chave: Atenção à Saúde; Enfermagem Obstétrica; Gravidez de Alto Risco.



RECONHECIMENTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA À SAÚDE DE ATENÇÃO DIFERENCIADA

DAMIAN, Jéssica⁵³⁵

RESUMO

A atenção diferenciada à saúde indígena tem em seu pilar o reconhecimento da cultura indígena em uma ação intercultural de tratamento equânime dessa população que, durante séculos, foi negligenciada e subjugada dentro de um processo de assimilação cultural e aniquilação dos povos. As políticas relativas à atenção à população indígena têm início com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhos Nacionais, que embora tenha sido criado com uma roupagem de proteção, apenas se mostrou uma forma de integração dos indígenas através do trabalho, como forma de civilizar os povos indígenas de fronteira, através da educação e do trabalho. Em 1956, foi criado o Serviço de Unidade Sanitária Aérea, baseado em um plano de proteção ao indígena brasileiro contra a tuberculose, abrangendo não apenas as intervenções médico-curativas, mas sim a todo o sistema de saúde. Contudo, por se tratar de um projeto a nível nacional e em razão da falta de recursos financeiros, impossibilitou-se a consumação real do projeto que não obteve resultados para a reversão dos quadros de saúde, mas que conseguiu reduzir a mortalidade. Extinto o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhos Nacionais, foi criada a Fundação Nacional do Índio, onde nascem as Equipes Volantes de Saúde com o propósito de prestação de serviços médicos aos povos indígenas, que perdurou por três anos, e não obteve êxito em consolidar seus objetivos, ainda pelas sociedades indígenas serem uma meta transitória de atenção quanto políticas públicas. No ano de 1970 foi promulgado o Estatuto do Índio, que marca o reconhecimento étnico dos povos indígenas, mas ainda com ideias assimilacionistas. Com as Conferências Nacionais de Proteção à Saúde Indígena e a Constituição de 1988, a saúde indígena começa a ser moldada aos modelos observados atualmente, com defesa dos povos indígenas baseada no respeito à pluralidade étnica e à diversidade cultural, entendendo respeito como algo muito mais amplo que uma simpatia quanto ao outro diferente, conceituando respeito como a consideração do outro no mesmo patamar de igualdade. Todos esses fatos demonstram que os mecanismos criados através das políticas públicas de assistência à população indígena, por vezes, mascararam a real ação assimilacionistas e, eventualmente, por falta de financiamento, não pode efetivar seu intuito. Problema de pesquisa: O Brasil conta com uma população de indígenas de 0,4%, diferentemente do Brasil de 1500 quando todo território nacional era povoado por indígenas, aproximadamente 1000 povos, sendo que esses falavam 1300 línguas, hoje conta com 225 povos, os quais possuem 180 línguas. Desde a Constituição de 1988, a visibilidade da população indígena passou a crescer, graças a uma política de reconhecimento de identidade e valorização da cultura, sendo comprovada em dados que demonstraram um crescimento entre aqueles que se autodefinem índios entre os censos de 1991 e 2000, ocorrendo uma estagnação entre os censos de 2000 e 2010. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena,

⁵³⁵ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: jessicadamian@mx2.unisc.br.



integrado ao Sistema Único de Saúde, atende mais de 755 mil indígenas aldeados, possuindo 14.600 profissionais, sendo que, destes, 46% são indígenas; conta com quatro escritórios locais, 966 Postos de Saúde, 349 Polos-Base, 68 Casas de Saúde Indígena, 15 Unidades de Apoio ao Agente Indígena de Saneamento e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Eles são divididos tendo como base critérios territoriais de ocupação das aldeias indígenas, não havendo limites quanto à divisão geográfica dos estados, contando, para o atendimento dos indígenas, com uma estrutura que engloba unidade básica de saúde, polos-base e as casas de apoio à saúde indígena. Diante de tais estruturas existentes a nível nacional, as instituições responsáveis pela atenção à saúde indígena são capazes de efetivamente realizar um atendimento diferenciado, conforme garantido pela legislação, baseada na política de reconhecimento em uma linha de interculturalidade? Objetivo do estudo. Analisar de que forma as instituições do Rio Grande do Sul responsáveis pela atenção à saúde indígena são capazes de efetivamente realizar um atendimento diferenciado, conforme garantido pela legislação baseada na política de reconhecimento em uma linha de interculturalidade. Metodologia: Para desenvolver o estudo, o método utilizado foi o dialético, pois, a partir deste, é possível realizar uma leitura dos acontecimentos em sociedade, através do aparente, acarretando a busca por resposta aos conflitos existentes nas relações entre indivíduos. O modelo é qualitativo, uma vez que o foco do presente trabalho é o aprofundamento da compreensão da realidade referente ao tratamento diferenciado disponibilizado, ou não, à população indígena no Brasil. Resultados: A visibilidade alcançada garantiu reconhecimento normativo, que, no entanto, ainda busca o mesmo reconhecimento nas instituições, neste caso, aquelas que lidam com a saúde e a compreensão do processo saúde-doença para os povos indígenas. Na busca de um atendimento diferenciado, norteador pelo multiculturalismo que foi modelador da Constituição, mas que tem em sua metodologia o olhar intercultural, foram criadas a Lei Arouca e a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena que, utilizando-se do Sistema Único de Saúde, tenta efetivar o direito à saúde para os povos indígenas. Contudo, essa interculturalidade em saúde demanda mais que um sistema de prestação de serviços, exige uma construção envolvendo, além das políticas públicas que se materializam, através de locais de atendimento e políticas de prevenção, a conscientização daqueles que operam o sistema, afinal, cada cultura possui sua forma de agir e reagir. Atuar no campo da interculturalidade é se despir do seu olhar de mundo a ponto de compreender o olhar do outro. Para tanto, a Epistemologia Intercultural se apresenta e é utilizada por aqueles que entendem a importância da apreensão dos conceitos de saúde e doença para o adequado atendimento dos pacientes que, culturalmente, não faziam parte do sistema de saúde oficial, como é o caso, no Brasil, do Hospital São Paulo, o que se denominou de acolhimento. Isso significa dizer que é um sistema para todos, com tratamento equitativo, de respeito às diferenças, que se preocupa com o tratamento não apenas da doença como fato isolado da biologia, em que são responsáveis por ele não apenas os entes federativos, mas também a população, através da participação na administração. Por ser recente e sofrer mudanças constantes, os serviços de atenção à saúde indígena, que recebe de suas normas norteadoras núcleos interculturais, encontram falhas na prestação, não apenas naquele que possui contato direto para a realização do tratamento, mas também dos que, ao gerirem o mecanismo de prestação, ainda se utilizam de conceitos discriminatórios. Com isso, se faz necessária a intervenção do Poder Judiciário, a partir da provocação daquele que se entende ceifado dos seus direitos. O indígena, na busca por seus direitos, necessita entrar em impasse com aqueles que deveriam lhe auxiliar e sofre com a discriminação daqueles que deveriam o reconhecer. De um lado, o Poder Executivo, de outro, o Poder Judiciário, a quem não incumbe criar e colocar em prática as políticas públicas, mas que, já existindo essas, tem o dever de fazer cumprir com o previsto, interfere, portanto, na prática de atos administrativos, uma vez que



a lei vincula a atividade do administrador. Necessário, porém, deixar claro que não implica em indevida substituição do administrador pelo magistrado, uma vez que não se trata de formular a política pública, mas de assegurar ao administrado/jurisdicionado a realização do encargo legalmente imposto ao Estado, que se insere no seu patrimônio jurídico subjetivo. O que se observa é reflexo de uma política de reconhecimento, que cria direitos para o tratamento diferenciado aos povos indígenas, com respeito e preservação da cultura. Consta-se, assim, a necessidade de as instituições envolvidas ainda precisarem implementar as medidas necessárias para beneficiar este segmento social e atingir o reconhecimento de forma efetiva.

Palavras-chave: Povos originários; Cultura; Reconhecimento; Saúde; Legislação.



REESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SANTOS, Ana Sara dos⁵³⁶

MASSAROLI, Rodrigo⁵³⁷

RANGEL, Rita de Cassia Teixeira⁵³⁸

MATIAS, Anderson Oliveira⁵³⁹

RIBEIRO, Gabrielli Pacheco⁵⁴⁰

RAMOS, Thais Jéssica Sarmento Bonfim⁵⁴¹

RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz em seu texto a saúde pública como um direito fundamental a todos os brasileiros e dever do Estado. Foi a partir daquele momento que a saúde pública passou a ter um novo significado, abrangendo outros cidadãos só não aqueles que faziam parte do sistema previdenciário da época. A partir do momento que a saúde passa a ser disponibilizada para todos, surgem novas necessidades, como de criar ações, programas e políticas públicas que garantam o acesso à saúde de forma universal. As principais políticas públicas de saúde estão associadas à regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1990, através da Lei número 8.080/90 que detalha todos os compromissos e responsabilidades do Estado e especifica quais as atribuições de competência do Município, do Estado e da União. Com isso, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, cor, religião ou classe social. A política pública deve ser construída a partir da participação direta ou indireta da sociedade civil, visando a assegurar um direito a determinado serviço, ação ou programa. Consequentemente, os modelos de atenção e gestão à saúde representam a forma de organização do sistema de saúde e suas práticas, expressos em políticas, programas e serviços de saúde que estejam em harmonia com os princípios e diretrizes que estruturam o SUS. Ou seja, as ações, programas e políticas de saúde pública são respostas às necessidades sociais, sendo que, a partir do momento que são consideradas pelo governo são formalizadas e transformam-se em propostas públicas. No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais de saúde nas primeiras décadas do século XX, antes, inclusive, da implementação do SUS, sendo limitada, nesse período, às demandas relativas à gravidez e ao parto. Entretanto, a negligência quanto aos outros aspectos da saúde da mulher foi ao longo

⁵³⁶ Acadêmica de Enfermagem da Univali. *E-mail:* anasarita4@hotmail.com.

⁵³⁷ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵³⁸ Doutora em enfermagem pela UFSC. Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁵³⁹ Acadêmico de Enfermagem da Univali. *E-mail:* andermatias@gmail.com.

⁵⁴⁰ Acadêmico de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gabrieliribeiro_2000@hotmail.com.

⁵⁴¹ Enfermeira graduada pela Univali. *E-mail:* thaisramos@hotmail.com.



do tempo sendo minimizada. Sendo assim, em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher que incorporou como princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção. Assim dizendo, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, enquanto um programa de saúde, surgiu para atender a outras questões que, até então, não eram consideradas para a população feminina e para a regulação do atendimento direcionado à saúde reprodutora. Com isso, esse programa para a saúde da mulher teve como objetivo geral promover melhorias nas condições de vida, saúde e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde e contribuir para a redução da morbidade e mortalidade, principalmente por causas evitáveis. Posteriormente em 2004, substituiu-se o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que possui seus objetivos gerais bem próximos, porém, são inclusos os diversos grupos populacionais sem discriminação de qualquer espécie e a ampliação, qualificação e humanização da atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde, refletindo um compromisso com a implementação de ações de saúde pública que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e que reduzam a morbimortalidade por causas que são preveníveis e evitáveis. Prevenir a morbimortalidade materna e infantil é uma prioridade nacional, que pode ser realizada através da qualificação da atenção às gestantes, puérperas e crianças. A atenção materno-infantil foi implementada em 2011, pelo Ministério da Saúde por meio da Rede Cegonha, visando a assegurar à mulher uma assistência humanizada no pré-natal, parto e puerpério, bem como à criança o direito do nascimento seguro e o desenvolvimento saudável. Entretanto, com uma alteração feita nessa rede, a portaria número 715, de 4 de abril de 2022, instituiu a Rede de Atenção Materna e Infantil que garante à mulher o direito ao planejamento familiar, ao acolhimento e acesso ao cuidado seguro, de qualidade e humanizado, no pré-natal, na gravidez, na perda gestacional, no parto e no puerpério; e ao recém-nascido e à criança o direito ao nascimento seguro, ao crescimento e ao desenvolvimento saudável, incluindo um novo componente, não contemplado na Rede Cegonha, o Ambulatório Especializado para Gestantes de Alto Risco e crianças egressas de Unidade de Tratamento Intensivo. Com isso, garantir a assistência à saúde das gestantes de alto risco de forma humanizada, com qualidade e eficiência através da reestruturação da linha de cuidado materno-infantil é prevenir e diminuir eventos adversos, reduzindo a morbimortalidade materna, perinatal e infantil. Problema de pesquisa: Falta de um ambulatório de gestação de alto risco com o propósito de reestruturação da linha de cuidado materno-infantil, visando a qualificar a assistência contribuindo para a redução de complicações na atenção ao ciclo gravídico puerperal.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde da Mulher; Assistência Integral à Saúde da Mulher.



A ASSISTÊNCIA PRESTADA À PESSOA EM USO DE OXIGENIOTERAPIA DOMICILIAR

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁵⁴²

PREUSS, Pedro Vinicius⁵⁴³

RANGEL, Rita de Cassia Teixeira⁵⁴⁴

BUENO, Raphael Nunes⁵⁴⁵

SILVA, Maria Paulina Pereira da⁵⁴⁶

RESUMO

A oxigenioterapia é um módulo de tratamento em que o oxigênio medicinal é prescrito ao paciente, visando a compensar os baixos níveis sanguíneos alcançados pela respiração espontânea em ar ambiente, que ocorre por uma patologia respiratória ou circulatória, sendo ela aguda ou crônica, proporcionando um maior conforto e redução dos esforços de musculatura acessória para realizar os movimentos inspiratórios. Para aderir ao cumprimento desta diretriz, a Secretaria do Estado de Santa Catarina dispõe aos pacientes que necessitam deste módulo de tratamento o fornecimento do oxigênio medicinal por meio da contratação de uma empresa terceirizada, por intermédio da Portaria de número 001/92 que regulamenta as atividades de assistência à saúde no âmbito domiciliar. Para a garantia de uma atenção integral, ainda, faz-se necessário que os três níveis de atenção conversem entre si, atuando em conjunto. Problema de pesquisa: O desenvolvimento deste trabalho de iniciação de curso, defendido em 2021, foi realizado com a escolha desse estudo entre os achados destacados no desenvolvimento do projeto de educação em saúde do sétimo período do Curso de Graduação em Enfermagem, em que se perceberam as inconformidades entre as orientações descritas em periódicos como necessárias a serem realizadas pelo enfermeiro e a assistência prestada pelos profissionais. Objetivo do estudo: Avaliar os cuidados para o tratamento e qualidade de vida dos pacientes em uso da terapia por oxigênio complementar contínuo, no município de Itajaí (SC). Metodologia: Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa com entrevistas gravadas através de roteiro semiestruturado e analisados através de sucessivas leituras, com classificação e ordenação das respostas em forma de categoria estabelecida como: orientações realizadas pelas equipes e dificuldades encontradas pelos usuários. Este trabalho passou por todos os procedimentos éticos sob parecer ético número 4.679.248. Resultados: os usuários entrevistados que utilizam o oxigênio complementar possuem entre 53 e 97 anos, a maior parte do sexo masculino, de diferentes bairros dos municípios. O tempo de uso ficou entre 1 e 7 meses, a modalidade da terapia gira entre

⁵⁴² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* mcunha@univali.br.

⁵⁴³ Enfermeiro. *E-mail:* pedrovpreuss@gmail.com.

⁵⁴⁴ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* rita.rangel@univali.br.

⁵⁴⁵ Odontólogo. Docente na Univali. *E-mail:* rbueno@univali.br.

⁵⁴⁶ Enfermeira. Docente na Univali. *E-mail:* enfpaolina10@univali.br.



contínua e intermitente, o concentrador é o fixo, com dispositivo cateter tipo óculos, modalidade ventilatória não invasiva, com a quantidade prescrita entre 1 e 3 litros por minuto. As principais patologias respiratórias relacionadas são o DPOC e o pós-covid-19 e as patologias associadas HAS, DM, obesidade e associados a ser ex-fumante. Durante o estudo, foi identificado como as principais dificuldades associadas à utilização do oxigênio de forma contínua, as relacionadas a questões físicas, sociais, psicológicas e financeiras. E a participação dos profissionais referente às orientações hospitalares na pré-alta, as da atenção especializada, primária e dos profissionais da empresa terceirizada para fornecer os aparelhos e insumos. Os usuários do serviço de oxigenioterapia do município de Itajaí encontram dificuldades em relação ao uso dos aparelhos e a questões físicas e de mobilidade. Quando recebem as orientações e os cuidados de diversos profissionais, demonstram satisfação no atendimento recebido pelo programa.

Palavras-chave: Assistência Ambulatorial; Profissionais de Enfermagem; Oxigenioterapia; Planos e Programas de Saúde.



POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DO PACIENTE: ANÁLISE REFLEXIVA

ACOSTA, Adriano da Silva - Univali⁵⁴⁷

GOUVEA, Pollyana Bortholazzi⁵⁴⁸

MAIA, Silmara da Costa⁵⁴⁹

MASSAROLI, Rodrigo⁵⁵⁰

REBELO, Maria Izabel de Col Jorge⁵⁵¹

RESUMO

Embora Hipócrates tenha proposto “antes de tudo, não causar dano” ao tratar pacientes há mais de dois mil anos, e já, por um bom tempo, grande parte dos hospitais promovam conferências para discutir erros associados aos cuidados em saúde, até recentemente esses erros eram considerados inevitáveis na medicina moderna ou resquícios indesejáveis de maus provedores de cuidado. Definida como a redução a um mínimo aceitável, do risco de dano desnecessário associado ao cuidado à saúde, a segurança do paciente se tornou foco de atenção após a divulgação do livro *Errar é humano*, publicado em 2000 pelo Institute of Medicine, que resultou em duas pesquisas de avaliação da incidência de eventos adversos realizadas em hospitais dos Estados Unidos e que apontaram elevada incidência desses eventos na assistência à saúde. Um desafio dos especialistas nesse assunto, que buscam a redução do erro nas instituições de saúde, é a compreensão de que a causa dos erros e eventos adversos é multifatorial, e que todos os profissionais estão sujeitos a cometê-los, quando os processos técnicos são complexos e desorganizados. Os sistemas podem falhar em todo mundo e em todas as realidades, independentemente de condicionantes econômicos e sociais, considerando que a assistência é prestada por seres humanos passíveis de erros. Assim, o que, de fato, é importante é que nenhuma dessas realidades devem ser ignoradas. Repensar o cuidado à saúde, para além da questão de ser um direito legal, mas que os cidadãos possam usufruí-lo com a garantia de que, quando necessário, o receberão com a preocupação que este seja orientado às suas necessidades e livres de danos, impulsionando a formulação de políticas públicas orientadas para a segurança do paciente. Nesse sentido, a segurança do

⁵⁴⁷ Doutorando em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PEN/UFSC). Coordenador do curso de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* adriano_acosta@univali.br

⁵⁴⁸ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.

⁵⁴⁹ Doutora em Educação pela Univali. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* silmara.maia@univali.br.

⁵⁵⁰ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do curso de Graduação em Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵⁵¹ Especialista em Terapia Intensiva. *E-mail:* izabelrebelo@univali.br.



paciente emergiu como preocupação e compromisso internacional, fundamentada em políticas públicas com objetivo de garantir a qualidade no serviço oferecido. Problema de pesquisa: Como se deu o desenvolvimento da segurança do paciente enquanto política pública de saúde no Brasil? Objetivo do estudo: Identificar e refletir acerca das políticas e programas criados, a fim de promover a segurança do paciente em diferentes áreas da atenção à saúde. Metodologia: Trata-se de um estudo reflexivo sobre a temática de políticas públicas para a promoção da segurança do paciente. Para a construção deste trabalho foi realizada uma revisão narrativa acerca do tema, o que possibilitou uma análise contextualizada, além da percepção dos autores a respeito do assunto abordado. Resultados: Reconhecendo a magnitude do problema da segurança do paciente a nível global, a Organização Mundial de Saúde estabeleceu, em 2004, a Aliança Mundial para a Segurança do Paciente. O propósito dessa iniciativa foi definir e identificar prioridades na área da segurança do paciente, em diversas partes do mundo, e contribuir para uma agenda mundial para a pesquisa no campo. Para isso, estabeleceu três desafios globais: “Cuidado limpo é cuidado mais seguro”, em 2005, “Cirurgias seguras salvam vidas”, no ano de 2008 e “Uso seguro de medicamentos”, em 2017. O Brasil, por ser um Estado-membro da Organização Mundial de Saúde, aderiu aos desafios e vem desenvolvendo trabalhos para melhoria da atenção à saúde. Em 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o regulamento técnico – Resolução de Diretoria Colegiada número 63 –, que preconiza a adoção de boas práticas por parte dos serviços de saúde, públicos ou privados, civis ou militares, incluindo aqueles que implementam ações de ensino e pesquisa. A resolução define padrões mínimos para o funcionamento desses serviços, no que se refere à prestação e gestão do cuidado em saúde. Dois anos depois, a Resolução número 529, de 1º de abril de 2013, instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente, com o objetivo de contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional. Ainda em 2013, a Portaria número 1.377, de 9 de julho de 2013, aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Protocolo de Cirurgia Segura, Prática de Higiene das mãos e Úlcera por Pressão. Já a Portaria número 2.095, de 24 de setembro de 2013, aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente: o Protocolo de Prevenção de Quedas; o Protocolo de Identificação do Paciente e o Protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos. No mesmo ano, a Resolução de Diretoria Colegiada número 36, de 26 de julho de 2013, dispôs sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde, passando a exigir a nomeação do Núcleo de Segurança do Paciente nessas instituições. Esta Resolução se aplica aos serviços públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo os de ensino e pesquisa. Foram excluídos do escopo apenas os consultórios individualizados, laboratórios clínicos e os serviços móveis e de atenção domiciliar. A norma estabeleceu ainda, como competência dos núcleos de segurança do paciente, dentre outras, a implantação de protocolos de segurança do paciente e a notificação dos eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em que ficam estabelecidas estratégias e ações de Gestão de Risco na assistência, a fim de evitar a ocorrência de incidentes que levem ao dano aos pacientes atendidos. O desenvolvimento de estratégias para a segurança do paciente, no Brasil, depende do conhecimento e do cumprimento do conjunto de normas e regulamentos que regem o funcionamento dos estabelecimentos de Saúde. Essa questão torna-se condição básica para que esses estabelecimentos possam dar novos passos através da elaboração de planos locais de qualidade e segurança do paciente e de ações monitoradas por indicadores, gerido por um núcleo responsável e de uma política de estímulo à utilização rotineira de protocolos e diretrizes clínicas. Entretanto, o Plano Nacional de Segurança do Paciente não pode ser visto como a única medida capaz de mudar esse quadro. Ao contrário, suas ações devem se articular aos esforços de políticas de saúde que objetivam desenvolver: linhas de cuidado em redes de atenção; ações organizadas



conforme contratos por região; reorientação do sistema a partir da atenção básica; ações reguladas e melhoria do financiamento da saúde. Algumas premissas devem ainda ser observadas para que o Plano Nacional de Segurança do Paciente alcance o sucesso desejado: comprometimento dos dirigentes e gestores do Sistema Único de Saúde; governança plural, ampla com participação dos atores com acúmulos, aportes e responsabilidades com a qualidade e segurança do cuidado; coordenação gestora e executiva do programa, com disponibilidade, apoiada por uma estrutura, cujos recursos sejam compatíveis com a dimensão e a complexidade da implementação de um programa dessa envergadura e a ação de comunicação social ampla para que a busca pela segurança do paciente passe a ser de domínio público. Transcorridos quase dez anos da instituição do Plano Nacional de Segurança do Paciente, percebemos que houve um avanço no fortalecimento da cultura de segurança do paciente, na formulação e implementação de estratégias e ações orientadas para a garantia de ofertar um cuidado seguro, mas que estimular a notificação, descontinuando o caráter punitivo a ela associado, pode ser um importante fator para subsidiar treinamentos e ações orientadas às reais necessidades dos profissionais. A sensibilização sobre o problema tornou a segurança do paciente uma dimensão prioritária da qualidade do cuidado e componente crítico de gestão dos sistemas e serviços de saúde.

Palavras-chave: Política Pública de Saúde; Segurança do Paciente; Qualidade dos Cuidados de Saúde.



EXPERIÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES DO PROJETO PLANTE SAÚDE JUNTO AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PROESDE)

ANDRADE, Talita Somensi de⁵⁵²
VITORINO, Josiane de Carvalho⁵⁵³
FERREIRA, Rene Artur⁵⁵⁴
COUTO, Angelica Garcia⁵⁵⁵

RESUMO

O projeto de intervenção Plante saúde: Plantas Medicinais e Alimentícias no cuidado à saúde, desenvolve, junto ao Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE), ações educativas e de assessoria na implantação de hortas comunitárias, que contemplem o cultivo orgânico de plantas medicinais e alimentícias não convencionais (PANC), valorizando os saberes populares, tradicionais e científicos com ênfase no reconhecimento, uso seguro e benefícios de plantas medicinais e alimentícias, em parceria com o Horto Medicinal da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e o Município de Itajaí. A proposta de extensão favorece o desenvolvimento de competências para o trabalho multi e interdisciplinar entre pesquisadores, docentes, acadêmicos, profissionais e comunidade, contribuindo para a formação profissional e cidadã dos acadêmicos universitários bolsistas. Problema de pesquisa: Como incentivar a aprendizagem sobre o uso seguro e os benefícios das plantas medicinais e PANC de forma prática e integrativa? Objetivo do estudo: Integrar as atividades relacionadas às ações comunitárias do Projeto Plante Saúde junto à programação com os acadêmicos bolsistas do projeto de Intervenção PROESDE, no período de abril a outubro de 2022. Metodologia: A partir das demandas da comunidade foi elaborado um cronograma de atividades, cabendo ao bolsista a escolha da ação para participação, de acordo com sua disponibilidade. Resultados: Foi realizado um encontro presencial inicial para a vivência e programação das atividades iniciais do projeto de intervenção, com divisão das equipes de trabalho e temas a serem desenvolvidos. Para as atividades iniciais foram propostas diferentes estratégias para elaboração de materiais

⁵⁵² Acadêmica do curso de Nutrição, na Univali do Vale do Itajaí (Univali).

⁵⁵³ Doutora em Ciências (Bioquímica) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e docente do curso de Biomedicina na Univali. *E-mail:* jvitorino@univali.br

⁵⁵⁴ Mestre em Ciências Biológicas (Entomologia) pela UFPR e docente do curso de Farmácia na Univali. *E-mail:* rene@univali.br.

⁵⁵⁵ Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



educativos, como o desenvolvimento de jogos educativos, vídeos sobre o cultivo e forma de consumo das plantas medicinais guaco e capim-limão, escrita de um artigo científico, a partir de dados anteriores do projeto Plante Saúde, criação de um vídeo com uma visita guiada em 360 graus ao horto medicinal, além de estratégias de melhorias para as mídias sociais do projeto Plante Saúde. Os bolsistas foram treinados e participaram como monitores das oficinas ofertadas aos participantes do evento intitulado I Encontro de PICS – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, na Univali, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí e o Centro de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CEPICS). A participação dos bolsistas ocorreu também nas ações: “Plantas medicinais, nossa farmácia viva”, realizada no ambulatório do Porto de Itajaí; “Cuidados de Si e nossas Escolhas” em colaboração com o Projeto Escolhas; “Plante Saúde nas Escolas”: Formação de Multiplicadores em parceria com a SMS, articulada com a Secretaria Municipal de Educação em Itajaí (SC). Nessas ações, os bolsistas participaram desde a ambientação, recepção, exposição e aplicação de atividades, envolvendo orientações sobre o reconhecimento, uso e cultivo das plantas medicinais. Dentre as atividades preparatórias para os eventos com a comunidade, destacam-se as oficinas com os bolsistas no Horto Medicinal, LATEC-Univali, atuando na organização do viveiro, canteiros, podas e produção de mudas. As mudas foram distribuídas à comunidade junto com folders informativos sobre as plantas Hortelã e Alecrim nos eventos em parceria com a SMS e CEPICS-SMS, no apoio à divulgação da Farmácia Viva em Itajaí: na ação Setembro Amarelo na praça do Museu; no Centreventos, junto ao baile da terceira idade, na festa da Marejada; no bairro Cidade Nova, no evento promovido pelo CRAS; Saúde da Mulher, na praça do Museu, em Itajaí. No total, durante esse período foram distribuídas cerca de 300 mudas de hortelã e alecrim para a comunidade. No Horto medicinal, também ocorreram ações em alusão ao Setembro Amarelo, em parceria com o Acolher Univali, sendo realizado um piquenique com bate-papo entre alunos, professores e bolsistas com a degustação de algumas PANC. Com isso, buscou-se, além de estimular a participação social na troca de saberes, proporcionar a vivência e troca de experiências dos bolsistas nas mais diversas atividades propostas.

Palavras-chave: Hortas; Educação; Plantas Medicinais; Plantas Alimentícias Não Convencionais; Farmácia Viva.



RELATO DE EXPERIÊNCIA: DINÂMICA DO CATA-VENTO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE ITAJAÍ/SC

SILVA, Paola Julia da - Univali⁵⁵⁶
MIQUELASSO, Paula - Univali⁵⁵⁷
KERSTEN, Mayara Ana Da Cunha⁵⁵⁸

RESUMO

Durante o processo do envelhecimento, apresentamos uma diminuição da potência dos músculos responsáveis pela expansão torácica, coordenação motora e controle motor fino, o que dificulta a realização de movimentos específicos, como o pinçar de objetos finos e pequenos e o encaixar de pequenas peças umas nas outras com precisão e velocidade. A estimulação de atividades que requerem habilidades motoras finas proporciona ao idoso uma melhora na autonomia de seu autocuidado diário. A dinâmica tem como foco estimular exercícios motores finos e respiratórios, assim como a criatividade na decoração de seus cata-ventos. Não obstante, o projeto teve como proposta fortalecer a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, normatizada pela Portaria GM/MS número 2.528, de 19 de outubro de 2006 e a diretriz que se refere ao direito do envelhecimento saudável e ativo. Problema de pesquisa: Como estimular movimentos motores finos e fortalecimento de exercícios respiratórios de forma lúdica na terceira idade? Objetivo do estudo: Proporcionar aos idosos o desenvolvimento de aspectos emocionais, sociais, culturais, físicos e compartilhar vivências que remetem à brincadeira da infância. Metodologia: Foi realizada a Dinâmica do Cata-Vento em um asilo na cidade de Itajaí (SC). Foram utilizados os materiais: papéis-cartão coloridos, canetinhas de diversas cores, grampeador, lápis de cor, palitos de dentes, fita adesiva, tesouras e suporte para balões. Com o intuito de resgatar memórias de sua juventude, a dinâmica consistia na elaboração e decoração de cata-ventos pelos próprios residentes do asilo, estimulando, assim, a criatividade e trabalhando a coordenação motora fina dos idosos. Resultados: Os idosos participantes da dinâmica demonstraram boa aceitação e concentração durante a atividade, em que puderam expressar a criatividade com desenhos e pinturas coloridas no brinquedo e, quando necessário, as acadêmicas de enfermagem estavam à disposição para auxiliá-los no processo de montagem. Após a construção do cata-vento e de muita história contada sobre momentos da infância e juventude, foi distribuído um cartaz com a seguinte frase: “Vento, vento, vem girar meu Cata-Vento”. Foi observada a colaboração dos participantes em escrever palavras positivas como demonstração de desejar

⁵⁵⁶ Acadêmica do curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* paolajulia8@gmail.com.

⁵⁵⁷ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* paula.smiquelasso@gmail.com.

⁵⁵⁸ Doutora em Educação pela Univali. Professora do Curso de Enfermagem. *E-mail:* mcunha@univali.br.



“bons ventos” para a vida de todos (alegria, felicidade, paz, amor, saúde, etc.). Considerações finais: após realizado, eles utilizaram o brinquedo, assoprando-o, como forma de exercício respiratório, também puderam girá-lo com os dedos, apenas. Os idosos com limitações motoras e muita paciência, relataram gostar bastante da atividade realizada, sendo exposto no final os Cata-Ventos em um suporte para balões no refeitório da instituição.

Palavras-chave: Terceira Idade; Exercício Respiratório; Movimento Motor Fino; Materiais Educativos

DISTÚRBIOS ALIMENTARES EM IDOSOS: PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO

GALVAN, Júlia Neuberger⁵⁵⁹

MARTINS, Vitor Hugo Pereira⁵⁶⁰

HAWRELIUK, Jenifer Cristina de Camargo⁵⁶¹

COSTA, Iohanna Silva⁵⁶²

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁵⁶³

PERÃO, Odisséia Fátima⁵⁶⁴

RESUMO

O envelhecimento da população é considerado um assunto de extrema importância já que 14,6% da população brasileira tem mais de 60 anos de idade, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (PNAD). Diante disso, é importante entender que, nessa fase, ocorrem diversas mudanças no corpo, sendo elas fisiológicas e/ou metabólicas, há também um declínio na funcionalidade de vários sistemas do corpo humano, entre eles o ósseo, muscular e respiratório. Há perda da percepção sensorial, capacidade mastigatória e no fluxo salivar que tendem a mudar o estado nutricional, afetando a quantidade de nutrientes e vitaminas consumidos, de acordo com as taxas recomendadas diariamente, dessa forma, o organismo se torna mais enfraquecido e passível a agentes agressores. Entende-se que a alimentação saudável é algo fundamental para a manutenção eficaz do organismo e para a qualidade de vida do idoso, além de auxiliar na prevenção e no controle dos distúrbios nutricionais. É necessário identificar as fases em que se necessita de maior atenção devido às fragilidades e agravos que a má alimentação pode ocasionar no indivíduo. Alimentos ricos em nutrientes que contêm vitaminas, minerais e fibras auxiliam na prevenção de doenças, promovendo qualidade de vida e envelhecimento saudável. A educação nutricional para os idosos proporcionada por um curso de extensão da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), chamado Univida, serve como auxílio para o envelhecimento saudável, já que promove aulas ministradas por professores especialistas visando a todas as peculiaridades dessa faixa etária, facilitando a promoção de saúde e o controle das doenças já existentes. No Brasil, existem serviços e programas de saúde que visam ao bem-estar na terceira idade, sendo algo de

⁵⁵⁹ Acadêmica de enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* juliagalvan@edu.univali.br.

⁵⁶⁰ Acadêmico de enfermagem na Univali. *E-mail:* vh001215@gmail.com.

⁵⁶¹ Acadêmica de enfermagem na Univali. *E-mail:* jenifer.hawreliuk@edu.univali.br.

⁵⁶² Acadêmica de enfermagem na Univali. *E-mail:* iohannac@yahoo.com.

⁵⁶³ Doutora em Educação pela Univali. Docente do curso de Enfermagem. *E-mail:* mcunha@univali.br.

⁵⁶⁴ Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente na Univali. *E-mail:* odissseiaperao@gmail.com.



extrema importância para avaliar a presença de distúrbios alimentares dessa população, e a forma de evitá-los e tratá-los. O problema da pesquisa está pautado nos meios de prevenir distúrbios alimentares em idosos e promover saúde. O objetivo deste estudo é entender os impactos que políticas públicas e as Universidades da Terceira Idade têm ocasionado na prevenção dos distúrbios alimentares da população idosa. A metodologia utilizada está pautada na revisão narrativa da literatura de cinco artigos criados entre os anos de 2019 e 2022 que abordam as questões da relação entre as universidades da terceira idade e a alimentação saudável e, principalmente, sobre os hábitos alimentares saudáveis da pessoa idosa como instrumento de prevenção de doenças e promoção de saúde. Resultados: Ao entender os transtornos alimentares no processo de envelhecimento, vimos que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é um dos programas de saúde que visam ao bem-estar nutricional na terceira idade e torna-se essencial para a promoção da saúde da população idosa, já que auxilia na obrigatoriedade dos direitos à alimentação e a saúde alimentar de toda a população. Diante disso, através da atuação das universidades da terceira idade na prevenção desses transtornos observa-se que programas como o Univida possuem grande impacto na saúde alimentar da população idosa, já que, durante o ano de 2022, trouxe aulas ministradas por especialistas com os temas: “Nutrição e sustentabilidade”, “Ceia de Natal funcional”, “Distúrbios alimentares”, “Lanches saudáveis e opções rápidas para o consumo diário”, “Suplementação e longevidade”, entre outros. Outra universidade que promove ações para evitar os distúrbios alimentares na terceira idade é a Universidade Aberta à Terceira Idade, da Universidade Federal de São Paulo, que, por meio dos artigos pesquisados, nota-se – por meio da aplicação do questionário SF-36 no início e fim do ano letivo – que ocorreram evoluções na vitalidade das alunas e, por conseguinte, o resultado é advindo da abordagem de conteúdos associados à boa alimentação, exercícios físicos, entre outros. Conclui-se que as universidades voltadas à terceira idade são grandes aliadas na prevenção de doenças relacionadas a distúrbios alimentares na população idosa, já que disponibilizam materiais, aulas, professores e demais serviços para atuarem como promoção na saúde dos idosos. Finaliza-se expondo que a principal forma de evitar os distúrbios alimentares é consumindo alimentos saudáveis e buscando acompanhamento profissional, para que seja possível evitar o aparecimento das doenças e encontrar diagnósticos precocemente, de modo a promover a eficácia dos tratamentos indicados.

Palavras-chave: Idoso; Política Pública; Dieta Saudável



TRANSTORNOS MENTAIS NA POPULAÇÃO IDOSA E OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO TRATAMENTO

GALVAN, Júlia Neuberger⁵⁶⁵

BITTENCOURT, Gabriela Santos⁵⁶⁶

HAWRELIUK, Jenifer Cristina de Camargo⁵⁶⁷

COSTA, Iohanna Silva⁵⁶⁸

KERSTEN, Mayara Ana da Cunha⁵⁶⁹

PERÃO, Odisséia Fátima⁵⁷⁰

RESUMO

De acordo com a OMS, cerca de 20% dos idosos no mundo são portadores de transtornos mentais, cerca de 5% a 7% do total possui depressão ou demência. As doenças citadas anteriormente caracterizam-se por alterações no humor ou no afeto, comportamento e na maneira de sentir e pensar, logo estão diretamente relacionadas às funções cognitivas, pois interferem na atenção, na velocidade em que o indivíduo processa as informações, fluência verbal e resistência na interferência a estímulos. Para entender as causas dos transtornos mentais, deve-se levar em consideração as dimensões biopsicossociais dos sujeitos. Os transtornos de humor comumente estão associados a sofrimento e incapacidade, logo, acabam alterando as atividades sociais, profissionais e outras atividades relevantes para os indivíduos. As políticas públicas de saúde mental são consideradas um conjunto de diretrizes e ações que buscam organizar a forma de assistência de pacientes que necessitam de atendimentos de saúde mental, são vistas como grandes aliadas no enfrentamento das doenças e promoção de um tratamento mais eficiente e, conseqüentemente, uma recuperação mais eficaz dos idosos portadores de transtornos mentais. O problema da pesquisa pauta-se na compreensão de políticas públicas em saúde mental como forma de auxílio no tratamento e na recuperação da saúde dos idosos portadores dos transtornos mentais. O objetivo deste estudo é analisar as formas de manifestação das doenças mentais na população idosa e compreender como as políticas públicas atuam nesses casos. A metodologia utilizada está pautada no método bibliográfico, foram utilizados cinco artigos publicados entre os anos de

⁵⁶⁵ Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* juliagalvan@edu.univali.br.

⁵⁶⁶ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* gabrielasbitt@edu.univali.br.

⁵⁶⁷ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* jenifer.hawreliuk@edu.univali.br.

⁵⁶⁸ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* iohannac@yahoo.com.

⁵⁶⁹ Doutora em Educação pela Univali. Docente do curso de Enfermagem. *E-mail:* mcunha@univali.br.

⁵⁷⁰ Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente na Univali. *E-mail:* odissseiaperao@gmail.com.



2018 e 2021 para a análise dos resultados obtidos. Resultados: Através dos resultados encontrados, observa-se que as alterações na saúde mental que ocorrem na população idosa, em grande parte das vezes, estão altamente relacionadas com as questões sociais do indivíduo e, conseqüentemente, podem ocasionar impactos na relação interpessoal e na funcionalidade. Encontra-se, de forma recorrente nos artigos pesquisados, a teoria de que o aparecimento do sentimento de incapacidade aumenta o sofrimento psíquico e traz dificuldades no tratamento. Diante do entendimento do impacto das políticas públicas de saúde mental para essa população, observa-se que as ações desses programas de políticas públicas são colocadas em prática através do acolhimento, acesso às medicações, promoção de saúde, terapias ocupacionais, regime de atenção diária (CAPS) e, em casos mais complexos, o atendimento hospitalar. Diante disso, reforça-se a importância da existência e desenvolvimento das políticas públicas de saúde mental, já que promovem benefícios na recuperação dos pacientes idosos portadores de transtornos mentais e a sua reintegração na sociedade.

Palavras-chave: Idoso; Política Pública; Transtornos Mentais.



CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

KOHLER, Itala Iamni⁵⁷¹
RODRIGUES, Joyce L. T.⁵⁷²
MASSAROLI, Rodrigo⁵⁷³
RANGEL, Rita de C. Teixeira⁵⁷⁴
ACOSTA, Adriano da Silva⁵⁷⁵
GOUVEA Bortholazzi, Pollyana⁵⁷⁶
RAMOS, Thais Jéssica Sarmento B.⁵⁷⁷
MASSAROLI, Daiane Deise Pereira⁵⁷⁸

RESUMO

O reconhecimento da segurança do paciente como um dos principais fundamentos para a qualidade da assistência tem sido essencial para evitar incidentes durante a assistência ao paciente. Esse processo inicia fortemente em instituições hospitalares e atualmente se estende à Atenção Primária à Saúde, atendendo às legislações nacionais sobre segurança do paciente. Para a efetivação da cultura de segurança do paciente, é imprescindível que esse tema esteja presente na vida dos profissionais de saúde, desde o início da sua formação com o ingresso na academia, mas que seja também um trabalho contínuo durante o exercício da profissão. Problema de pesquisa: Qual o nível de Cultura de Segurança do Paciente na Atenção Primária dos Municípios de Penha e Brusque, Santa Catarina. Objetivo do estudo:

⁵⁷¹ Graduanda de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* italakohler2@hotmail.com.

⁵⁷² Graduanda de Enfermagem na Univali. *E-mail:* joyce_tabalipa@hotmail.com.

⁵⁷³ Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador de Curso na Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵⁷⁴ Doutora em enfermagem pela UFSC. Docente da Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* rita.rangel@univali.br.

⁵⁷⁵ Doutorando em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (PEN/UFSC). Coordenador do curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* adriano_acosta@univali.br

⁵⁷⁶ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.

⁵⁷⁷ Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho, na Univali. *E-mail:* thais.sarmento@univali.br.

⁵⁷⁸ Especialista em Políticas Públicas de Saúde e Ginecologia e Obstetrícia. Coordenação APS Município de Penha (SC). *E-mail:* pereiramassaroli@yahoo.com.br.



Analisar a cultura de segurança do paciente na perspectiva dos profissionais atuantes na Atenção Primária à Saúde dos municípios de Brusque e Penha (SC). Metodologia: A pesquisa é denominada de Survey transversal e comparativo, de natureza quantitativa realizada com equipes vinculadas à Atenção Primária à Saúde dos municípios de Brusque e Penha (SC). O instrumento de coleta de dados foi o Medical Office Survey on Patient Safety Culture, para avaliar a cultura de segurança do paciente na Atenção Primária à Saúde no Brasil, elaborado pela Agency for Healthcare and Research in Quality, traduzido, adaptado e validado para uso no Brasil. Este estudo faz parte de um macroprojeto de pesquisa sobre cultura de segurança do paciente no Estado de Santa Catarina. Resultados: A amostra da pesquisa do município de Brusque (SC) foi constituída por uma equipe multiprofissional, totalizando 64 profissionais de saúde, a maior parte dos participantes foram do sexo feminino. Já no Município de Penha (SC) foi constituída por uma equipe multiprofissional, com 48 profissionais de saúde, a maior parte dos participantes do sexo feminino. No quesito da distribuição dos percentuais de respostas positivas acima de 75% no município de Brusque (SC) as dimensões positivas foram Troca de informações com outras instituições (78,2%), Acompanhamento do cuidado do paciente (83,3%), e Segurança do paciente e problemas de qualidade (79,6%), já as dimensões negativas abaixo de 50% foram Aprendizagem organizacional (21,5%), Suporte da liderança para segurança do paciente (36,8%) e Pressão e ritmo de trabalho (23,1%). No município de Penha (SC), as respostas positivas acima de 75% foram Acompanhamento do cuidado do paciente (77,8%) e Segurança do paciente e problemas de qualidades (77,8%), e as negativas abaixo de 50% sendo destacadas as dimensões de Aprendizagem organizacional (23,4), Suporte da liderança para segurança do paciente (38,8) e Pressão e ritmo de trabalho (23,5%). Foram calculadas as dimensões de segurança do paciente dos municípios de Brusque e de Penha, em relação ao Tempo de Trabalho e Categoria Profissional e os resultados positivos e negativos foram os mesmos quando da avaliação geral. Ao se analisar a avaliação global do município de Brusque, o estudo relevou cinco áreas relacionadas à qualidade em saúde, a melhor nota foi para a eficiência 94,7% de resposta positiva, a área com o menor desempenho ficou a pontualidade 80,3%. No município de Penha, ao se falar da avaliação geral, o estudo relevou cinco áreas relacionadas à qualidade em saúde; a melhor nota foi para a imparcialidade (88,6%) de resposta positiva, a área com menor desempenho ficou com a pontualidade (69,1%). Pode-se afirmar que, mediante os resultados obtidos, evidenciou-se que no ambiente da APS, os trabalhadores, não possuem uma cultura de segurança positiva, considerando a forma como o incidente e a segurança do paciente são abordados. Essa conclusão se dá pela identificação de fragilidades em muitas dimensões que caracterizam uma cultura de segurança sólida em uma instituição, com base no referencial teórico utilizado na pesquisa. No município de Brusque, são 28 Unidades Básicas de Saúde, sendo que, ao total, temos 440 profissionais atuantes; desses profissionais, apenas 64 responderam à pesquisa. Já o município de Penha conta com oito Unidades Básicas de Saúde, com total de 97 profissionais atuantes; desses profissionais, apenas 48 responderam à pesquisa, aqueles que não responderam estavam de férias, de atestado médico, licença maternidade ou não quiseram participar da pesquisa. No momento da conversa com o profissional de enfermagem, para realizar a apresentação do que seria aplicado à sua equipe de profissionais, aliás, muitos questionaram sobre a dificuldade de aplicação de questionário com a sua equipe, que a adesão não era boa, muitos relataram que os funcionários só participariam se falasse que fosse algo por via da Prefeitura, se não, seria muito difícil o diálogo com a equipe. Pode-se destacar que a maior dificuldade encontrada na coleta de dados foi o acolhimento dos profissionais no momento da chegada na unidade, porém, após a explicação sobre o que seria aplicação, e a sua finalidade, todos aceitaram com êxito. Por fim, após a análise estatística dos dados, ficaram incluídos um total de 112 participantes, sendo destacado o sexo feminino com maior parte dos participantes.



Os resultados deste estudo serão repassados para a Secretaria de Saúde de Brusque e Penha, com a proposta de apresentação presencial e encaminhamento do estudo para todos os enfermeiros das UBS, para que possam subsidiar discussões entre a equipe multiprofissional, a fim de identificar as necessidades e limitações para o fomento da cultura de segurança positivo em todas as equipes e categorias profissionais da APS. As fragilidades da cultura de segurança do paciente foram identificadas nas dimensões: pressão e ritmo de trabalho, aprendizagem organizacional e suporte da liderança para segurança do paciente, Treinamento da equipe e Percepção geral de segurança do paciente e qualidade foram consideradas respostas fracas em Brusque, porque ficaram com menos de 50% das respostas. Aspectos favoráveis à cultura de segurança também foram identificados na pesquisa, sendo destacados: acompanhamento do cuidado do paciente e segurança do paciente e problemas de qualidade foram consideradas fortes em ambos os municípios. Paralelamente, os gestores devem aproveitar o momento e fortalecer com sua equipe os melhores escores de positividade. Considerações finais: Diante disso, compreende-se que é possível estabelecer uma cultura de segurança positiva nesse cenário, tendo em vista que o suporte da liderança nesse processo é essencial e pode impulsionar o desenvolvimento de estratégias para alcançá-la. Frente aos desafios, nota-se a necessidade de trabalhar o desenvolvimento da cultura de segurança do paciente no ambiente da APS, local onde o processo se torna complexo pela variedade de áreas envolvidas, considerando ainda que requer mudanças organizacionais, pessoais e de gestão. É preciso reconhecer que processos de mudança demandam tempo e empenho, porém almejam benefícios para a instituição, para os profissionais e os pacientes. Considerando as limitações reconhecidas no Brasil sobre segurança do paciente na Atenção Primária à Saúde e a relação da cultura de segurança do paciente com cuidados seguros, destaca-se a relevância do estudo para o diagnóstico de dimensões que possam favorecer o fortalecimento de ações para promoção da segurança do paciente, possibilitando reflexões acerca da prática assistencial segura para melhor desempenho dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Palavras-Chave: Segurança do Paciente; Cultura de Segurança; Enfermagem em Saúde Pública.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE LIGA ACADÊMICA COM EXPERIÊNCIA DE INTERCÂMBIO VIRTUAL

SILVA, Gustavo⁵⁷⁹
MONTEIRO, Jamile⁵⁸⁰
MACHADO, Maria Luiza⁵⁸¹
KERSTEN, Mayara⁵⁸²

RESUMO

A internacionalização dentro das universidades busca ir além da mobilidade, retrata troca de experiências para um conhecimento sem fronteiras. No primeiro semestre de 2022, foi criada a Liga Acadêmica de Internacionalização da Enfermagem (LAINTEFN), seguido do projeto de intercâmbio entre a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Western Norway University of Applied Sciences (HVL), Universidade da Noruega, com o objetivo de trocas de temas sobre as políticas de saúde dos países, principalmente relacionado à linha materno-infantil. Problema de pesquisa: Discorrer sobre a mobilidade acadêmica internacional que culminou na necessidade de criação de uma Liga Acadêmica de Internacionalização. Objetivo de estudo: A Liga Acadêmica de Internacionalização de Enfermagem tem como objetivo proporcionar e inserir vivências teórico-práticas aos seus membros, com orientação didática, acerca da formação acadêmica de enfermagem, da vivência do enfermeiro, organização do serviço de saúde, e as diferenças dos profissionais e serviços de saúde noruegueses. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, o qual aborda vivências de acadêmicos de enfermagem da Univali acerca da participação em um intercâmbio virtual com estudantes de enfermagem da Noruega. As atividades foram realizadas entre 9 de fevereiro de 2022 e 30 de março de 2022, através da plataforma Microsoft Teams® com o total de cinco encontros e aproximadamente 32 participantes da HVL e dos três campi da universidade brasileira. Resultados: No projeto de intercâmbio virtual com a Universidade HVL, os acadêmicos poderiam se inscrever através de um edital em que um dos requisitos apresentados para participação era ter nível intermediário de inglês.

⁵⁷⁹ Graduando de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* gugadsilva@gmail.com.

⁵⁸⁰ Graduanda em enfermagem na Univali. *E-mail:* jamiler@edu.univali.br.

⁵⁸¹ Graduanda em enfermagem na Univali. *E-mail:* maria-machado@hotmail.com.

⁵⁸² Doutora em Educação pela Univali. Docente do curso de Enfermagem. *E-mail:* mcunha@univali.br.



Houve, em média, mais de 25 alunos inscritos, entretanto, alguns não se sentiam seguros para conversar com as acadêmicas norueguesas por dificuldade com o idioma (inglês), então, notando-se essa dificuldade entre os alunos e o bom aproveitamento da troca de experiência que o intercâmbio oportunizou, fez-se necessário a institucionalização de uma liga acadêmica, surgindo assim a LAINTENF. Outrossim, parte dos acadêmicos da HVL também possuem apenas o inglês básico com o sotaque norueguês acentuado. Em relação à LAINTENF, a dificuldade está relacionada ao tempo disponível entre comissão e ligantes, para a realização da troca de conhecimento sobre culturas de saúde e, conseqüentemente, favorecer a mobilidade acadêmica entre as universidades. Inserir e incentivar os acadêmicos em estudos experimentais, pesquisa e extensão e contribuir para um currículo internacionalizado. O objetivo da liga também é favorecer o desenvolvimento acadêmico em outras línguas ao redor do mundo. Considerações finais: Esperamos que a liga acadêmica possa alcançar mais alunos nas próximas edições, com maior preparo linguístico e desenvolvimento durante o processo também, a fim de trazer maior segurança aos acadêmicos sobre as culturas internacionais, com um diferencial em seu currículo.

Palavras-chave: Intercâmbio; Liga Acadêmica; Cultura em Saúde; Noruega; Internacional.



VARIÁVEIS PSICOSSOCIAIS EM FEMINICÍDIOS SEGUIDOS DE SUICÍDIO EM SANTA CATARINA: A PRESENÇA E AUSÊNCIA NOS VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO

CUSTÓDIO, Júlia⁵⁸³
HARR, João Fillipe⁵⁸⁴
PEREIRA, Kelly Cristina⁵⁸⁵

RESUMO

O feminicídio conjugal é um modo de violência letal que acontece em cerca de 30% dos homicídios de mulheres no contexto brasileiro. Além disso, é um fenômeno que pode ser seguido de suicídio do autor, frequentemente associado a uma quebra da relação de dominação e controle existentes no contexto conjugal. Entende-se este fenômeno a partir do conceito de passagem ao ato, sendo uma ação destrutiva, que traduz um conflito psíquico do sujeito na relação com o outro. Além disso, o suicídio pode ser considerado uma ruptura de um sentimento de onipotência, ou seja, um gesto que se expressa na eclosão de ato autoagressivo. O feminicídio seguido de suicídio é um problema emergente com consequências psicossociais devastadoras. Nos Estados Unidos, há aproximadamente 1.500 óbitos advindos de homicídio seguido de suicídio, anualmente. Em 2014, 72% desses casos tiveram como contexto o relacionamento conjugal. No Brasil, esses dados ainda são incipientes. Portanto, caracterizar as variáveis presentes nesses casos se torna pertinente, a partir: de dados sociodemográficas, circunstâncias do homicídio, indícios precursores e as motivações do ato. Metodologia: A presente pesquisa analisou 31 notícias relacionadas ao feminicídio seguido de suicídio, publicadas de 2007 a 2017, nos principais jornais online de Santa Catarina. Utilizou-se do Protocolo Multidimensional de Registro do Homicídio Conjugal, que contempla 143 variáveis relacionadas aos homicídios na esfera íntima. Neste estudo, serão detalhadas as variáveis sociodemográficas relevantes ao fenômeno, bem como a ausência de informações fundamentais na compreensão do feminicídio seguido de suicídio,

⁵⁸³ Graduanda de Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁵⁸⁴ Mestre em Psicologia pela UFSC e docente nos cursos de Psicologia e Medicina da Univali. *E-mail:* joao.horr@univali.br.

⁵⁸⁵ Graduanda de Psicologia na Univali.



através de uma análise descritiva. Resultados: Diante das dimensões sociodemográficas, constatou-se que, em todos os casos, o autor foi um sujeito do sexo masculino, com variação mínima de 19 a máxima de 75 anos, e mais da metade (N=17) foi entre 30 e 40 anos. A maioria dos autores (N=17) estava separada no momento do ato, sendo que em 8 casos (25,8%) o homicídio aconteceu na casa da vítima, 38,7% (N=12) na residência do autor e vítima e em quatro casos (12,8%) no próprio trabalho da vítima. A maioria dos casos não constatou a raça do autor e da vítima. Entretanto, estudos apontam que mulheres negras e em condições de vulnerabilidade social são mais suscetíveis a serem vítimas de feminicídio. Com relação à moradia do autor, em 21 notícias esta informação não estava disponível, sendo que sete dos autores residiam com cônjuge, quatro com cônjuge e filhos e um sozinho. De acordo com estudos internacionais e nacionais, existem recomendações sobre a informação do suicídio: retratar o fato de forma responsável, informar recursos como alternativa para o suicídio e utilizar a notícia como forma de conscientização. Além disso, evitar detalhar o método utilizado, não publicar cartas e fotos, não veicular notícias sensacionalistas e evitar conceituar o ato suicida como resultante de um único fator. No entanto, não há informações nas notícias acerca da situação laboral, do tipo de relação conjugal, do tipo de emprego e escolaridade do autor, que são consideradas variáveis constitutivas e preditivas deste fenômeno. A situação econômica é um aspecto identitário para os homens na cultura, sendo a dificuldade financeira um fator de risco para o feminicídio seguido de suicídio, pois ameaça diretamente os papéis sociais construídos. Quanto à situação de trabalho mais recente do autor, 29 de 31 casos, não constaram as atividades realizadas, bem como a fonte de renda. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, para noticiar casos de suicídio, não há restrições para uso e publicação dessas informações. A constituição do “ser” homem é associada ao fator do controle e posição que este possui, logo, após a perda de um emprego, há rupturas simbólicas ou materiais, que remetem à perda da honra deste sujeito. Considerações finais: A partir da presente pesquisa, pode-se perceber que informações pertinentes sobre o feminicídio seguido de suicídio não são contempladas, como: a) a situação laboral do autor; b) o vínculo entre autor e vítima; c) a presença de violência conjugal; d) a condição de saúde do autor. Estudos apontam que notícias são uma das principais fontes de informação sobre o fenômeno, junto de inquéritos policiais. Portanto, é necessário refletir e produzir diretrizes específicas de noticiar os casos de feminicídio seguido de suicídio, para que haja a compreensão dos indícios precursores e a produção de políticas públicas no campo da violência conjugal letal.

Palavras-chave: Feminicídio Conjugal; Feminicídio Conjugal seguido de Suicídio; Homicídio Conjugal; Homicídio seguido de Suicídio.



A POLÍTICA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AOS CASOS DE VIOLÊNCIA INFANTIL

RAMOS, Thais Jéssica Sarmento Bonfim⁵⁸⁶

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁵⁸⁷

MASSAROLI, Rodrigo⁵⁸⁸

RANGEL FILHO, Décio Luiz⁵⁸⁹

VELHO, Taís Campos⁵⁹⁰

PEREIRA, Isabela Antonio⁵⁹¹

ROCHA, Patrícia da⁵⁹²

RESUMO

Nas últimas décadas, a violência contra a criança e o adolescente, bem como a crise dos sistemas presidiário e policial, vem sendo notícia das mídias, com destaque, sendo veiculada pelos principais meios de comunicação. Devido ao seu crescimento, a violência deixou de ser um problema exclusivo do setor jurídico, se tornando ainda, um dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil e no mundo. Os aspectos da violência e suas consequências para o indivíduo e a sociedade mediarão a implementação de medidas de prevenção, ao se reconhecer seus determinantes ou fatores de risco. A violência é definida como o uso intencional de força física ou poder contra si mesmo ou contra outras pessoas, grupos e comunidades que resulte em lesão física, danos psicológicos ou no desenvolvimento

⁵⁸⁶ Mestranda em Saúde e Gestão do Trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* thaisramos@hotmail.com.

⁵⁸⁷ Doutora em enfermagem pela UFSC. Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁵⁸⁸ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.

⁵⁸⁹ Acadêmico do Curso de Direito da Univali. *E-mail:* 123decio@gmail.com.

⁵⁹⁰ Acadêmica do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* taiscampos29@outlook.com.

⁵⁹¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* isabelaapereira1@gmail.com.

⁵⁹² Enfermeira graduada pela Faculdade de Ciências da Saúde (UNIRITTER). *E-mail:* patricia_rsrs@hotmail.com.



e/ou a morte do ser humano. Assim, a violência infantil se concretiza como grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, apresentando-se de formas variadas e em contextos distintos, independente de classe social, gerando impactos graves na qualidade de vida e elevados índices de morbimortalidade entre crianças e adolescentes. As situações de violência podem ser bastante deletérias à saúde das pessoas ao longo dos anos, o que aumenta a importância de orientar ações e pactuar estratégias para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias, articuladas com as políticas sociais e de direitos humanos. A rede de serviços do SUS, embora se constitua num espaço privilegiado para a identificação, acolhimento, atendimento, notificação, cuidados e proteção de crianças e adolescentes em situação de violência, assim como para orientação às famílias, convive com o desafio de lidar com as complexas questões relacionadas à violência, que envolvem aspectos de ordem moral, ética, ideológica e culturais. Nesse contexto, a enfermagem tem papel fundamental na assistência às crianças e aos adolescentes vitimizadas, tendo em vista que esses profissionais assumem posição privilegiada dentro da equipe multidisciplinar, estando em contato direto com as crianças/adolescentes e suas famílias e estreitando o vínculo entre profissional e usuário. Problema de pesquisa: Qual o papel do enfermeiro em casos de violência infantil? Objetivo do estudo: Desvelar a produção científica acerca da assistência do papel do enfermeiro em casos de violência infantil. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, caracterizada pela análise e pela síntese da informação disponibilizada por todos os estudos relevantes publicados sobre um determinado tema, de forma a resumir o corpo de conhecimento existente e levar a concluir sobre o assunto de interesse. Resultados: Os resultados encontrados apresentaram que o aumento exponencial de casos não é um fato recente, sendo relatado desde o século passado, todavia, muitos autores ressaltam que, mesmo não sendo algo consideravelmente recente, esse agravo de saúde vem se acentuando, se tornando um importante problema de saúde pública, do qual muitos profissionais não estão completamente hábeis a lidar. O governo que tomou posse, em 1995, estruturou sua política no campo social privilegiando o planejamento em torno das ações sociais básicas, e se propondo a organizar a sociedade civil para a ação substitutiva ao Estado na esfera social, em especial, quanto à política sanitária, à erradicação do analfabetismo e à formação do jovem para o trabalho. Dentre as vertentes das políticas do governo federal voltadas para a juventude, visando a alterar o quadro já descrito, destaca-se a Política de Promoção e Proteção Integral da Infância e da Adolescência, apresentada desde 1995, pelo Ministério da Justiça, simultaneamente ao desmonte das estruturas herdadas da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, já alteradas na gestão no primeiro governo democrático pós-constituente. Esta se definiu pelo propósito de focalizar nas situações, ditas especiais, de erradicação do trabalho infantil e de controle das formas de violência e prevenção do uso de drogas por medidas socioeducativas. Além de fomentar a implementação dos Conselhos e Fundos de Defesa dos Direitos descentralizados. No caso específico do Brasil, uma instituição primordialmente importante é o Conselho Tutelar, órgão fundado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, almejando à desjudicialização das medidas sociais dirigidas à infância. O Conselho Tutelar é uma estrutura representativa da sociedade com poderes para agir contra o próprio Estado e/ou a família, sempre que um direito ou necessidade básica esteja sendo violado ou sob ameaça de sê-lo. Ademais, o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente deve acontecer nos chamados Centros de Referência Especializados da Assistência Social. Esses Centros são integrantes do Sistema Único de Assistência Social e constituem-se no articulador da proteção social de média complexidade, tendo como um de seus objetivos a promoção de orientações e apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Dessa forma, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social pode ser compreendido como um serviço de



atendimento e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes que visa à proteção e à garantia integral de direitos da população infanto-juvenil. Dentre os resultados encontrados nesta pesquisa, foi possível verificar que os profissionais de saúde têm compreensão limitada em relação ao conceito de violência infantil e dificuldades para reconhecer, na prática, sua classificação e formas de expressão. Ademais, um importante entrave para a qualidade da assistência foi de que os profissionais temem ser identificados e sofrer represálias, por parte dos agressores, isso se dá, principalmente, pela carência de proteção ao profissional que realiza a denúncia e pelas fragilidades na rede de cuidados, revelando-se como uma barreira para a implementação de uma conduta eficaz nos casos de violência contra a criança. Acerca do trabalho em rede, considera-se destacar que o conjunto de todas as instituições, programas e serviços que constituem o sistema de ajuda à infância, passando pela família, escola e outras, até o sistema de justiça, configuram o que chamamos de rede de apoio social à infância e interferem positivamente para a sua qualidade de vida. Nesse sentido, mesmo diante das adversidades, o papel do enfermeiro traduz-se em assumir sua responsabilidade de cuidado na rede de proteção à criança, reconhecendo-se como agente sociais de mudanças engajados e politicamente conscientes dos seus direitos e deveres. Por conseguinte, o desconhecimento pelos profissionais que atuam na assistência direta dos fluxos de encaminhamento para as situações de violência revela a necessidade de fortalecimento da atenção básica como referência e apoio à identificação das situações de violência, sendo ainda necessário a implementação de diretrizes mais claras sobre os fluxos de encaminhamento e de maior conhecimento das equipes sobre violência. No caso do enfermeiro, por ser geralmente o profissional que pela sua característica principal presta o cuidado, detém de um maior vínculo com a família dos usuários do sistema público de saúde, porém, mesmo eles possuindo este vínculo, ainda se sentem inseguros quanto às decisões frente a um caso de violência. Considerações finais: Nesse sentido, este trabalho almeja fomentar esta discussão, a fim de reforçar a necessidade de medidas, protocolos e políticas mais efetivas frente aos casos de violência infantil, sugerindo a educação permanente dos profissionais envolvidos no cuidado da saúde da família, bem como maior articulação com a rede de apoio para esses casos, priorizando ações em conjunto com os profissionais de diversas áreas, a fim de tomada de decisões mais assertivas na promoção da reabilitação da criança e de seus familiares, nas medidas cabíveis e possíveis.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Criança; Maus Tratos; Enfermagem.



PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS AO INTERNAMENTO EM PESSOAS COM COVID-19 NO BRASIL EM 2021-2022

PIERI, Lucas Leite⁵⁹³
SUGUIURA, Caroline⁵⁹⁴
RAMOS, Thiago Andreon⁵⁹⁵
MAZZETTO, Henrique⁵⁹⁶
BUSATO, Luís⁵⁹⁷
ARAÚJO, Rafael⁵⁹⁸
NEPUNOCENO, Lisliê⁵⁹⁹
MORAES, Alan de Jesus Pires de⁶⁰⁰

RESUMO

A pandemia de covid-19 trouxe diversos questionamentos sobre o perfil das pessoas mais acometidas pelas doenças respiratórias, principalmente a síndrome respiratória aguda, causada pelo SARS-CoV-2. A identificação dos fatores de risco e de proteção, bem como os não relacionados, faz-se crucial não só na tomada de medidas profiláticas eficazes, como também na elaboração de estratégias mais especializadas de tratamento. Atualmente, são considerados pertencentes a este grupo de risco: idosos, cardiopatas, pessoas com doenças pulmonares, diabéticos, imunodeprimidos, doentes renais, obesos, portadores de doenças hepáticas e hematológicas. Objetivo: Dessa forma, o estudo tem como objetivo analisar e caracterizar prevalência de internamento em pessoas com covid-19 e os fatores de risco e proteção ligados ao SARS-Cov-2 nas 26 capitais do Brasil e no Distrito Federal. Metodologia:

⁵⁹³ Graduando em Medicina na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁵⁹⁴ Graduanda em Medicina na Univali.

⁵⁹⁵ Graduando em Medicina na Univali.

⁵⁹⁶ Graduando em Medicina na Univali.

⁵⁹⁷ Graduando em Medicina na Univali.

⁵⁹⁸ Graduando em Medicina na Univali.

⁵⁹⁹ Graduanda em Medicina na Univali.

⁶⁰⁰ Doutor em Saúde e Desempenho Humano. Docente da Univali. *E-mail*: moraes@univali.br.



Este estudo, de natureza empírica, baseou-se em uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo analítico, constando dados informados de forma observacional transversal pelo banco de dados produzido pela Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), nos anos de 2021 e 2022. Os dados foram analisados no SPSS 23.0, teste Qui-quadrado, $p \leq 0,05$ e Razão de Prevalência (RP) com Intervalo de Confiança (IC) de 95%, apresentados de maneira descritiva e analítica. A pesquisa envolve dados de domínio público, sendo assim, conforme a resolução 510/2016, não necessita de aprovação do comitê de ética de pesquisa. Resultados: Foram entrevistadas 5.807 pessoas com diagnóstico positivo de covid-19, prevalência de internamentos de 11,6% ($n=676$), sendo que as características principais da amostra eram de 63,1% do sexo feminino, 40,1% da cor da pele branca, 52,8% casados, com faixa etária 27,1% acima de 65 anos, 96% não fumantes, 65% com excesso de peso ou obesidade, 17,5% inativos fisicamente, 15,8% com uso abusivo de álcool, 5,8% consideram sua saúde ruim, 37,6% com hipertensão arterial, 14,9% com diabetes, 13,8% com depressão. A prevalência de internamento foi de 11,6% ($n=676$). Como fatores de proteção foram: sexo feminino (RP=0,79 IC95% (0,687-0,914)), estar solteiro (RP=0,61 IC95% (0,499-0,738)), praticar atividade física (RP=0,77 IC95% (0,667-0,889)), ter até ensino médio completo (RP=0,66 IC95% (0,450-0,978)) e ter graduação completa ou mais (RP=0,56 IC95% (0,375-0,823)). Como fatores de risco: estar separado (RP=1,278 IC95% (1,009-1,617)), ser viúvo (RP=1,52 IC95% (1,250-1,840)), ter faixa etária entre 55 e 64 anos (RP=1,87 IC95% (1,809-4,565)), faixa etária acima de 65 anos (RP=4,09 IC95% (2,608-6,412)), ser fumante (RP=2,282 IC95% (1,309-3,977)), ter excesso de peso (RP=1,57 IC95% (1,321-1,857)), obesidade (RP=1,42 IC95% (1,214-1,654)), ser inativo fisicamente (RP=2,11 IC95% (1,819-2,448)), considerar a sua saúde ruim (RP=1,55 IC95% (1,231-1,974)), ter diabetes (RP=2,55 IC95% (2,206-2,956)) e ter hipertensão arterial (RP=2,0 IC95% (1,734-2,303)). Conclusão: Diante disso, foi possível observar que os fatores associados ao aumento (fatores de risco) do internamento em função do agravamento de covid-19 foram estar na faixa etária acima dos 55 anos, ser fumante, ter excesso de peso, obesidade, estar inativo fisicamente, considerar a sua saúde ruim, ter diabetes e hipertensão, por outro lado, os fatores que diminuíram a prevalência (fatores de proteção) de internamentos foram ser do sexo feminino, estar solteiro, praticar atividade física, ter ensino médio completo ou mais. Essas informações são essenciais para pensarmos em políticas públicas que contemplem a população de risco, para que, com isso, diminuamos o risco de internamento e, por consequência, os óbitos.

Palavras-chave: Saúde; Epidemiologia; Fatores de Risco.



ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DOS PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

PEREIRA, Tífane⁶⁰¹

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁶⁰²

MASSAROLI, Rodrigo⁶⁰³

RESUMO

Hoje, uma das principais características do processo de transição epidemiológico é o aumento da prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. As doenças crônicas constituem o maior problema global de saúde e são consideradas um importante problema de saúde pública no Brasil. Elas são responsáveis por 68% das mortes no mundo e, em 2020, foram responsáveis por 60% da carga global de doença nos países em desenvolvimento, segundo a Organização Mundial de Saúde. Entre as doenças crônicas não transmissíveis, as de ordem cardiovascular são as principais causas de mortes prematuras no mundo; no Brasil, a Hipertensão Arterial Sistêmica é a mais frequente. A hipertensão é uma condição clínica multifatorial que se caracteriza pela elevação persistente dos níveis pressóricos da Pressão Arterial Sistólica e Diastólica. A alta prevalência pode estar relacionada a diversos fatores de risco, dentre eles os não modificáveis: idade, gênero, etnia e hereditariedade; e os modificáveis: sedentarismo, alimentação rica em gordura e sódio, etilismo e o tabagismo. Por se tratar de uma doença “silenciosa”, a hipertensão pode danificar os vasos sanguíneos renais, cardíacos e cerebrais o que pode levar a sérias complicações, como Insuficiência Renal, Insuficiência Cardíaca, Infarto Agudo do Miocárdio e Acidente Vascular Encefálico. Essas complicações são responsáveis por muitas hospitalizações, entretanto, é possível evitá-las por

⁶⁰¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* tífane.pereira@hotmail.com.

⁶⁰² Doutora em enfermagem pela UFSC. Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁶⁰³ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do Curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.



meio do tratamento adequado, que é ofertado pelo Sistema Único de Saúde, nas Unidades Básicas de Saúde, através de uma linha de cuidado para hipertensos, atualizada pelo Ministério da Saúde. A linha de cuidado proposta pelo Ministério da Saúde, como medida de tratamento, possui um olhar diferenciado com a estratificação de risco, o que pode facilitar o acesso aos serviços para as pessoas que mais necessitam, por meio de cuidados e encaminhamentos necessários. Problema de pesquisa: Como a estratificação de risco de hipertensos pode impactar na qualidade da assistência e cuidado dos pacientes com Hipertensão Arterial Sistêmica? Objetivo: Relatar a experiência da elaboração de um projeto de intervenção que auxilie os profissionais da Unidade Básica de Saúde de Canoas, na estratificação de risco dos pacientes hipertensos e na linha de cuidado após estratificados. Método de pesquisa: Trata-se de um relato de experiência emergente das vivências acadêmicas da disciplina Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Enfermagem da Univali, sobre a elaboração de um projeto de intervenção que, por meio de um checklist, estratificará o risco dos pacientes hipertensos, para organizar o cuidado desses indivíduos. As atividades acontecerão no decorrer do estágio, em uma Unidade Básica de Saúde no município de Luiz Alves (SC), no período de agosto a dezembro de 2022. A unidade na qual está sendo realizado o estágio conta com uma equipe de Estratégia de Saúde da Família composta por uma médica, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, uma odontologista e três agentes comunitárias de saúde. Resultados alcançados: Sabe-se que as Doenças Crônicas Não Transmissíveis são um grande problema de saúde pública e estão entre as principais causas de morte no mundo, dentre elas, a Hipertensão Arterial Sistêmica destaca-se entre as mais prevalentes, o que acaba gerando maior preocupação devido às complicações que podem estar associadas. A partir disso, a problemática do projeto de intervenção do estágio curricular supervisionado surgiu devido à quantidade de pacientes hipertensos que estão cadastrados na unidade, sendo um total de 254 pessoas da faixa etária entre 22 e 90 anos de idade. Além do número expressivo, a unidade, hoje, não possui uma visualização de quais pacientes possuem maior risco de desenvolver complicações e, por esse motivo, de modo a contribuir com a unidade, notou-se a necessidade de realizar a estratificação de risco desses pacientes. Para fazer a estratificação, foi elaborado um formulário através da plataforma Google Forms® que contém informações necessárias para classificar em baixo, moderado e alto risco, de acordo com a Linha de Cuidado à Pessoa Hipertensa, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. O formulário deverá ser preenchido de acordo com os registros feitos no prontuário eletrônico dos pacientes. Após realizada a estratificação, o prontuário dos pacientes será sinalizado, de acordo com o risco e será disponibilizado tanto à unidade quanto ao município, um fluxograma de atendimento à pessoa hipertensa. A implementação do fluxograma vem ao encontro da estratificação para complementar a assistência, pois permitirá que os profissionais visualizem o caminho que deverá ser percorrido por cada indivíduo, garantindo, assim, que sejam atendidos no local, dia, tempo e pelo profissional adequado. Considerações finais: Além de melhorar a assistência, a estratificação de risco e a implementação do fluxograma de acordo com a linha de cuidado podem também trazer impactos positivos para a unidade e até mesmo para o município, diminuindo filas de espera, taxas de internação hospitalar por complicações e organizando o fluxo de agendamento de exames e consultas agendadas.

Palavras-chave: Hipertensão; Atenção Primária à Saúde.



GESTÃO PÚBLICA DO BEM-ESTAR: ATENDIMENTO DE DIREITOS SOCIAIS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL REFÚGIO DOS PÁSSAROS

PEREIRA, Clenilton Carlos⁶⁰⁴
MARQUES, Guilherme Luizão⁶⁰⁵

RESUMO

O presente trabalho pretende discorrer quanto à relevante atuação da Gestão Pública no atendimento à direitos sociais de saúde e de lazer para a população, através do desenvolvimento e da implantação de equipamentos urbano, na forma de parque urbano. Entende-se que a atuação do poder público no cumprimento de seus deveres Constitucionais perpassa pela necessária compreensão, por parte dos governos e gestores, das diversas ferramentas que estão à sua disposição. Pretende-se demonstrar com este trabalho que o desenvolvimento de projetos que visam ao bem-estar para a comunidade local pode ter impacto relevante na garantia dos direitos sociais de saúde e de lazer. Nesse sentido, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece no art. 6º, que a saúde e o lazer são direitos sociais, portanto requer atuação dos entes públicos para a sua promoção. Observa-se certa sobreposição de ambos os direitos, na medida em que a saúde não se restringe a simples ausência de enfermidade, mas sim um complexo de fatores que contribuem para um estado de total bem-estar do indivíduo (DOS SANTOS et al., 2021), dos quais destacam-se aqueles relacionados aos hábitos e modo de vida dos cidadãos que envolvem atividades de lazer. O lazer tem importante papel para a promoção e proteção da saúde dos indivíduos, seja quanto a aspectos de saúde mental (PONDE; CARDOSO, 2003), como de saúde física (DA SILVA et al., 2017), minimizando ou evitando doenças. Problema de pesquisa: Como o poder público pode atuar na promoção do bem-estar de sua população na promoção dos direitos

⁶⁰⁴ Graduado em Marketing. gabinete@araquari.sc.gov.br

⁶⁰⁵ Discente do Programa de Mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas pela Univali. E-mail: guilmarques@msn.com.



sociais de saúde e lazer, de forma mais universalizante? Objetivo do estudo: O presente estudo pretende esclarecer quanto à possibilidade de atuação do poder público em relação aos direitos sociais de saúde e lazer da população de seu território através da implantação e do desenvolvimento de estruturas de parque municipais. Metodologia: O relato ocorre concomitantemente ao desenvolvimento e à implantação do Parque Municipal Refúgio dos Pássaros, processo que remonta ao ano de 2017. É um estudo qualitativo, voltado à interpretação dos comportamentos dos agentes envolvidos e da descrição do recorte observado, especialmente quanto à percepção revelada pelos anseios e o comportamento da população com a implantação do equipamento. É exploratória, aliando teorias e conceitos já estabelecidos acerca da temática com a observação da experiência da população no uso do espaço em questão. Os procedimentos utilizados na presente pesquisa são bibliográficos, documental, estudo de caso e estudo de campo, durante o período de início da implantação até outubro de 2022. Resultados: O Parque Refúgio dos Pássaros, localizado no Município de Araquari (SC), com área de 254.500 m², recebeu investimentos públicos que remontam quase oito milhões de reais, e desde sua abertura para o público foi palco de shows musicais, de humor, de danças e manifestações culturais diversas; também eventos esportivos, como corridas e campeonatos esportivos; além de servir de espaço para práticas individuais ou coletivas de esportes e atividades físicas, de lazer, descanso e convivência familiar e social, inclusive de crianças e animais. Ademais, foram criadas estruturas e espaços próprios, individualizados e identificáveis para atividades esportivas, lazer, contemplação, assim como para brincadeira de crianças e atividades dos animais domésticos. Esse conceito, de múltiplas estruturas, revelou-se bem-sucedido, à medida que elas são amplamente utilizadas para seus fins, tanto para eventos públicos organizados pelo poder público, ou sociedade civil, como de práticas individuais e espontâneas. O equipamento em análise tem expressivo número de visitas, especialmente nos finais de semana, pois se tornou a principal estrutura de lazer municipal e uma das principais da região. A constância e assiduidade da presença da comunidade nos últimos meses revela o potencial do equipamento em criar hábitos diferenciados que impactam positivamente no bem-estar, saúde e lazer da população. Infere-se que a criação de estrutura de parque urbano estimula adoção de hábitos relacionados ao bem-estar com impacto no lazer e na saúde. Os resultados demonstram que a implantação e o desenvolvimento de um equipamento público na forma de um parque urbano, voltado, sobretudo, ao bem-estar da população, pode contribuir para o cumprimento dos irrenunciáveis deveres constitucionais de promoção de medidas e serviços públicos de saúde e lazer, oriundos dos direitos sociais correspondentes, na medida em que demonstra relevante uso desse espaço por parte da população em atividades relacionadas ao cumprimento desses deveres.

Palavras-chave: Administração Pública; Saúde; Lazer; Parque Urbano.



RASTREAMENTO DE CRIANÇAS COM SUSPEITA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA, A PARTIR DO “TESTE DA ORELHINHA” EM MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR UM SERVIÇO DE SAÚDE AUDITIVA EM SANTA CATARINA

FERNANDES, Anita Maria da Rocha⁶⁰⁶

LIEBEL, Graziela⁶⁰⁷

FIALHO, Indiara de Mesquita⁶⁰⁸

PAGNOSSIN, Débora Frizzo⁶⁰⁹

LUZ, Sabrina⁶¹⁰

GUCKERT, Karoline de Souza⁶¹¹

SANTOS, Andriago Borba dos⁶¹²

RESUMO

A Deficiência Auditiva (DA) no recém-nascido pode ocasionar comprometimento em diferentes esferas de sua vida, como no desenvolvimento de linguagem, alterações de fala, comprometimentos educacionais ou emocionais, acometendo entre 0,1% e 0,6% dos nascidos vivos considerados de baixo risco, com aumento para 1% a 4% quando os riscos

⁶⁰⁶ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente na Universidade do Vale do Rio Itajaí (Univali). *E-mail:* anita.fernandes@univali.br.

⁶⁰⁷ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Univali. *E-mail:* graziela@univali.br.

⁶⁰⁸ Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de Fonoaudiologia da Univali. *E-mail:* indiara@univali.br.

⁶⁰⁹ Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente na Univali. *E-mail:* dfrizzo@univali.br.

⁶¹⁰ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* sabrinavluz1004@gmail.com.

⁶¹¹ Graduanda em Ciência da Computação na Univali. *E-mail:* karoline_guckert@edu.univali.br.

⁶¹² Graduando em Ciência da Computação na Univali. *E-mail:* andriago.santos@edu.univali.br.



para a DA, tais como medicamentos tomados pela gestante, doenças adquiridas durante a gestação, como sífilis e toxoplasmose, por causa hereditária, dentre outras, estão presentes. Em 2012, o Ministério da Saúde (MS) publicou as Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal (TAN), a fim de oferecer orientações às equipes multiprofissionais para o cuidado da saúde auditiva, especialmente em relação à TAN, nos diferentes pontos da rede. Anteriormente, em 2010, o MS instituiu a obrigatoriedade da realização gratuita do exame eletroacústico de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA), comumente conhecido como “teste da orelhinha”, em todos os hospitais e maternidades do país, nas crianças nascidas em suas dependências, que é o ponto de partida dos programas de saúde auditiva infantil. As Diretrizes Federais citam a relevância do uso de banco de dados pelos serviços de TAN para o controle da cobertura, do índice de retestes, de encaminhamentos e de casos falsos positivos. Destaca-se a importância para o registro dos indicadores de risco para a DA (IRDA) e resultados da TAN na Caderneta de Saúde da Criança, no prontuário e em banco de dados, no qual também deve haver o registro das informações de contato – nome da mãe, endereço e telefones dos bebês encaminhados aos serviços especializados para diagnóstico e dos bebês com IRDA e teste ou reteste dentro do padrão esperado, a fim de verificar a conclusão do diagnóstico ou o motivo da não adesão ao encaminhamento, bem como realizar o monitoramento de desenvolvimento da audição e da linguagem daqueles com IRDA e sem alteração na TAN. Problema de pesquisa: Apesar de existir uma legislação que indique a obrigatoriedade da realização da TAN, não há registros públicos que permitam uma análise dos dados sobre ela, bem como, não há rastreamento dos bebês que falham no teste. Tal situação impede uma visão do problema da saúde auditiva do recém-nascido e como foi o percurso da criança com DA ao longo do tempo, dentro do SUS. Esta situação de inexistência de dados e informações leva a uma falta de subsídios para se pensar em políticas públicas sobre o tema. Há uma necessidade de conhecimento dos dados, por parte do SUS, com vistas a melhorias das políticas públicas existentes, bem como a proposta de novas políticas que possam melhorar todo processo de acompanhamento da criança com suspeita de DA. Isso evitaria gastos desnecessários para o SUS, bem como contribuiria para a melhoria da qualidade do atendimento à criança dentro do sistema, pois haveria um acompanhamento de todo histórico dela. Objetivo do estudo: Desenvolver uma plataforma de rastreamento de crianças que realizaram o teste da orelhinha nas maternidades dos municípios atendidos por um serviço de saúde auditiva, a fim de gerar dados epidemiológicos do “teste da orelhinha”; estruturar fluxos dos componentes da Rede Cegonha e Rede da Pessoa com Deficiência; e planejar ações de melhorias de referência e contrarreferência. Metodologia: Esta pesquisa teve caráter transversal e quantitativo e foi realizada com fonoaudiólogos de algumas maternidades do Médio e Baixo Vale do Itajaí (SC). Inicialmente, foi realizada uma reunião, na qual as fonoaudiólogas das maternidades participantes expressaram suas necessidades quanto à plataforma. Em um segundo momento, com base nos dados levantados na primeira reunião, foi confeccionado um questionário para que elas realizassem um primeiro julgamento dos dados que seriam contidos na plataforma. Essas informações deram subsídios para o desenvolvimento da plataforma. O desenvolvimento da plataforma iniciou com o levantamento de requisitos junto às fonoaudiólogas que participam da equipe do projeto. A partir dos requisitos levantados por elas, a próxima etapa foi a modelagem da plataforma e, em seguida, sua implementação. A plataforma foi desenvolvida utilizando ferramentas open source. Após a implementação, iniciou-se o processo de validação, pelas fonoaudiólogas pesquisadoras do projeto e pela SES de Santa Catarina. E após a validação, a plataforma estará disponível para utilização pela SES em Itajaí, para um período de avaliação de seu desempenho, no qual as fonoaudiólogas irão registrar os dados das TAN realizadas por elas no período de dois meses, buscando-se testar a viabilidade da usabilidade e funcionalidade do sistema. A cada semana, será realizada uma reunião online



com as fonoaudiólogas, a fim de acompanhar o uso da plataforma e adequá-la, conforme as necessidades apresentadas pelas fonoaudiólogas participantes do estudo. Ao final do período de teste da plataforma, será aplicado um novo questionário, a fim de avaliar a aplicabilidade da plataforma para uso nas maternidades de Santa Catarina. Também serão confrontados os dados coletados na plataforma com o registro de nascidos vivos no mesmo período de realização do estudo nas maternidades em que o mesmo estudo ocorreu, a fim de verificar a cobertura da TAN nesses serviços. Para fins de devolutiva dos resultados, eles serão apresentados em uma última reunião com as fonoaudiólogas e os diretores das maternidades participantes. Resultados: Espera-se, com essa plataforma, gerar um instrumento eficaz para a coleta e gestão de dados do “teste da orelhinha”/TAN e que, após este estudo, a plataforma possa ser utilizada por todas as maternidades e locais que realizam a TAN, de forma a criar um banco de dados único, por meio do qual se possa estabelecer o fluxo de referência e contrarreferência dos bebês que falham na TAN e/ou apresentam indicadores de risco para a deficiência auditiva neste estado, garantindo o atendimento integral para a criança com suspeita de deficiência auditiva, desde a testagem inicial (“teste da orelhinha”) até a reabilitação auditiva, quando esta se fizer necessária.

Esta pesquisa foi fomentada pelo EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC número 16/2020 PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: Gestão Compartilhada em Saúde - PPSUS Termo de Outorga número 2021TR000518, e pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq - PIBIT

Palavras-chave: Teste da Orelhinha; Saúde Auditiva; Tecnologia da Informação.



PLANTAS MEDICINAIS COM O RESGATE DA SUA TRADIÇÃO NO MUNDO MODERNO

EMILIO, Eloisa Machado⁶¹³
CAVALHEIRO, Maria Eroni⁶¹⁴
WAGNER, Marina Faia⁶¹⁵
COUTO, Angelica Garcia⁶¹⁶

RESUMO

Nota-se que as plantas têm sido utilizadas para fins medicinais pelos homens há milhares de anos, possuindo atualmente um grande valor nas comunidades tradicionais e no ramo da pesquisa de novos fármacos. Assim, seu uso vem sendo norteado por um conjunto de conhecimentos repassados através das relações sociais em que a sociedade está inserida, sendo de suma importância a propagação do potencial terapêutico das plantas medicinais. Face a uma demanda, externa à Univali, apresentada pelo projeto “Peixinhas da Horta” do IFSC-Itajaí, voltado para a implantação de uma Horta dentro do colégio, com plantio de plantas medicinais, uma equipe de acadêmicos da disciplina Projeto Comunitário de Extensão Universitária (PCEU), propôs o desenvolvimento de uma cartilha que reunisse informações das plantas que eram cultivadas no local, para ser utilizado pelo público usuário da horta do projeto. Dessa forma, a proposta veio com intuito de produzir uma cartilha para a comunidade do IFSC, a fim de resgatar e disseminar as informações para uso entre as comunidades locais que carecem do conhecimento sobre o uso terapêutico de plantas medicinais, dando ênfase ao público jovem, pelo potencial de repassar esses conhecimentos

⁶¹³ Acadêmica de Biomedicina na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁶¹⁴ Acadêmica de Direito na Univali.

⁶¹⁵ Acadêmica de Farmácia na Univali.

⁶¹⁶ Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



às gerações futuras. Mediante o exposto, o projeto visa a reunir informações seguras sobre as plantas medicinais, a partir de pesquisas conjuntamente com o Projeto do Horto Medicinal, o Programa Plante Saúde da Univali, e Projeto Peixinhas da Horta do IFSC- Itajaí. Problema de pesquisa: De qual maneira será feito o resgate da tradição do uso das plantas medicinais de forma que fique acessível a todos, abrangendo principalmente o público jovem? Objetivo do estudo: Desenvolver um material ilustrativo, sendo ele uma cartilha, com a finalidade de levar informações de como usar as plantas medicinais como fim terapêutico, trazendo o conteúdo necessário para identificação da planta (cor, flor, folha, onde é encontrada), indicações, contraindicações, cuidados, utilização e preparo. Metodologia: A partir da necessidade apresentada pelo projeto Peixinhas da Horta e do intuito de propagar os benefícios das plantas medicinais para as comunidades locais, foram listadas as plantas que se encontravam sendo cultivadas na horta do colégio em parceria. Em cima disso, foi realizada a coleta de dados de cada planta, se baseando em fontes seguras como, o Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira e pesquisas já realizadas pelos projetos e programas parceiros. Assim, houve a organização desse conteúdo de forma sucinta, utilizando-se uma linguagem que ficasse compreensível e que alcançasse com clareza o público-alvo. A partir disso, começou-se o esboço da cartilha, separando as informações das plantas em categorias sendo elas: foto da planta (a maioria coletada na horta do Horto Medicinal), características, utilização, preparo, indicação, cuidados e contraindicação. Após a seleção do conteúdo, a cartilha passou à diagramação com escolha de cores e ilustrações. Resultados: Por fim, o material completo e finalizado será disponibilizado principalmente na forma física, mas tendo a possibilidade na forma virtual também, sendo disponibilizado ao IFSC para contribuir com o projeto Peixinhas da Horta, levando um material com informações embasadas nos compêndios oficiais, para que sejam distribuídos a alunos e jovens que visitam o local, e venham obter a cartilha, tendo a oportunidade de levarem até suas casas e comunidades e compartilhar com seus amigos e familiares. Logo, essa ação permitirá, aos poucos, a multiplicação desse conhecimento fundamental sobre as plantas medicinais no cotidiano das pessoas, possibilitando, assim, o repasse de informações entre as próximas gerações.

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Hortas; Educação; Cultura; Cartilha.



A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ABDOU, Wellington Sanchez⁶¹⁷
COSTA, Frederico Augusto Brito⁶¹⁸
BOSSARDI, Carina Nunes⁶¹⁹

RESUMO

A formação permanente de profissionais que atuam no cenário da saúde, bem como o incentivo ao desenvolvimento de políticas voltadas à educação é um dos compromissos do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, o Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde foi instituído por meio das Portarias Interministeriais 421 e 422 através de iniciativas dos Ministérios da Saúde e da Educação, no ano de 2010, com o objetivo de viabilizar a formação e aperfeiçoamento dos profissionais e acadêmicos da área da saúde de todo o território nacional, fortalecendo, assim, a integração ensino-serviço-comunidade. Problema de pesquisa: Por meio de um relato de experiência, validar a importância de programas voltados à formação acadêmica de profissionais da área da saúde. Objetivo do estudo: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos do primeiro e segundo semestres do curso de medicina, na cidade de Blumenau (SC), que atuaram em um centro de atenção psicossocial infantil, por meio do programa de educação e trabalho para a saúde, entre setembro de 2017 e maio de 2018. Metodologia: A equipe do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde atuante no centro de atenção psicossocial infantil incluía

⁶¹⁷ Mestrando em saúde e gestão do trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* sanchezabdou@univali.com.br.

⁶¹⁸ Acadêmico de Medicina na Universidade Regional de Blumenau (FURB). *E-mail:* frederico.dbc@gmail.com.

⁶¹⁹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* carinabossardi@univali.br.



acadêmicos das áreas de psicologia, educação física, farmácia e medicina sob a supervisão de profissionais preceptores das respectivas áreas. A inserção dos acadêmicos deu-se por meio da participação em atividades que compunham o dia a dia do centro de atenção psicossocial infantil, dentre elas, a participação em consultas, rodas de conversa e escuta de cuidadores, oficinas de habilidades culinárias, atividades lúdicas e organização de eventos em datas especiais. Além disso, encontros mensais ocorriam junto a toda equipe do programa com o intuito, não somente de compartilhar as vivências de cada voluntário e bolsista, bem como discutir casos que necessitavam maior atenção por parte de toda a equipe multidisciplinar, fortalecendo, assim, as vivências interprofissionais. Resultados: Entre as diversas aquisições positivas citadas em portfólios ao final do projeto, a construção da relação entre os acadêmicos e as crianças e adolescentes usuários do serviço foi destaque, visto que o contato próximo com os pacientes ocorre somente em fases mais tardias dos cursos da área da saúde. Além disso, a dinâmica multiprofissional do serviço proporcionou uma visão ampla do cuidado integral ao paciente, especialmente de saúde mental infantil, área ainda tão negligenciada e carente de políticas públicas. Ademais, a colaboração mútua entre os acadêmicos de diferentes áreas promoveu um ambiente de aprendizado e desenvolvimento de habilidades para além da área específica de formação de cada indivíduo, prática ainda pouco aproveitada durante grande parte das graduações nas áreas da saúde. Por fim, a inserção dos acadêmicos nos processos de trabalho da equipe através do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde fortalece o vínculo dos futuros profissionais da saúde com o sistema único de saúde desde as fases iniciais da graduação, contribuindo para uma formação técnica e humanizada.

Palavras-chave: Saúde Pública; Sistema Único de Saúde; Educação em Saúde.



ALZHEIMER: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO

DE OLIVEIRA, Larissa Munaretto⁶²⁰
CORDOVA, Eduardo Antunes⁶²¹
BUZZI, Fátima de Campos⁶²²

RESUMO

O desenvolvimento do modelo de sociedade moderna culmina, inevitavelmente, no fenômeno da transição demográfica, que tem como fim o aumento significativo do número de idosos. Dado esse fato, os tornam uma população chave no desenvolvimento de políticas públicas. Reconhecer as necessidades que os atingem e garantir a efetividade de medidas que possam as amparar, incumbe, primordialmente, ao Poder Público, por meio de ações legislativas, executivas e judiciárias. Na esfera da saúde, o enfrentamento de doenças que levam ao comprometimento da qualidade de vida e autonomia do idoso, sobretudo as demências, necessitam de um olhar mais criterioso. Dentre essas, a Doença de Alzheimer possui maior incidência, sendo caracterizada pela morte progressiva dos neurônios e consequente perda cognitiva, impactando a memória, a linguagem e a autonomia do indivíduo, carecendo de estratégias de cuidado complexas, em especial, relacionadas ao seu tratamento e adesão farmacológicos, outrossim, a expressiva quantidade de polimedicados neste grupo agrava o problema. Como consequência, dentro do amparo ao idoso, insurge a carência de políticas públicas que amparem a efetividade do tratamento e não apenas a sua disponibilidade. Problema de pesquisa: Efetividade e alcance das políticas públicas existentes direcionadas ao idoso portador da Doença de Alzheimer. Objetivo do estudo: Demonstrar,

⁶²⁰ Discente no curso de Farmácia - Universidade do Vale do Itajaí; larissamunaretto1@gmail.com

⁶²¹ Graduado no curso de Direito - Universidade do Vale do Itajaí; eduardo@cordovaesantos.com.br

⁶²² Doutora em Química. Docente na Universidade do Vale do Itajaí; fcamposbuzzi@univali.br



por meio de uma análise teórica, como o surgimento de políticas públicas fornece aporte estatal para fornecimento de medicamentos para o tratamento da Doença de Alzheimer, mas não a efetiva adesão a esse tratamento. Metodologia: A metodologia envolveu uma pesquisa exploratória e a experiência empírica norteou o levantamento documental realizado: as legislações e normativas concernentes ao Sistema Único de Saúde foram encontradas em páginas oficiais da internet, com conteúdo informado pelos órgãos governamentais, e serviram de premissa para os estudos. Resultados: As políticas públicas se revelam como uma reação à necessidade de uma sociedade em dispor sobre um determinado tema, traçando ações, planos e formas de agir, assegurando direito de cidadania para um grupo da sociedade ou para um segmento social, cultural, étnico ou econômico, correspondendo diretamente aos direitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Trazendo consigo o âmago de incluir os direitos dos idosos como um bem jurídico a ser tutelado pelo Estado, a Carta Magna foi responsável por prever os direitos fundamentais do cidadão em nosso país, garantindo o direito à dignidade da pessoa humana, à vida e à saúde que, posteriormente, por meio de Leis Federais, trariam pormenores inerentes às garantias do idoso. Surge, então, em 1994, a Lei Federal número 8.842, conhecida como Política Nacional do Idoso, responsável pela criação de condições para promover autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade. Até então, não havia discussão acerca da especificidade do portador da Doença de Alzheimer, visto que tal questão se trata de uma evolução natural dos debates e do clamor social pela efetivação de medidas que gerem necessidades à sociedade. Para que houvesse tal avanço e direcionamento específico ao portador da Doença de Alzheimer, as próprias políticas voltadas ao idoso necessitavam de adequação e maior amplitude em suas previsões legais, visto que tal doença afeta, em sua grande maioria, a população sênior. No ano de 2003, foi sancionado o Estatuto do Idoso (Lei número 10.741), destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, prevendo a obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, com absoluta prioridade, assegurar os direitos fundamentais ao idoso. A promulgação da Lei tornou-se um marco na história, visto que a promoção à saúde do idoso começou a receber a devida atenção, abrindo portas para inovações legislativas e executivas. No que tange à Doença de Alzheimer, iniciativas estabeleceram garantias e maiores seguridades aos diagnosticados, como exemplo, a Portaria número 703, de 2002, do Ministério da Saúde, que instituiu o Programa de Assistência aos Portadores da Doença de Alzheimer, por meio de Centro de Referências em Assistência à Saúde do Idoso. Inovando, tramitou perante o Rio Grande do Sul o Projeto de Lei número 131/2018, alinhado com o Plano de Ação Global da OMS, a fim de superar lacunas e estabelecer uma Política Nacional de Enfrentamento à Doença de Alzheimer. O referido projeto foi responsável pelo levantamento da questão em nível nacional, por meio do Projeto de Lei número 4.364 de 2020, de iniciativa do Senado Federal, buscando, definitivamente, garantir direitos e estabelecer medidas públicas ao portador da Doença de Alzheimer, em vista das dificuldades enfrentadas ao cuidado e compreensão da doença por parte dos familiares e da própria comunidade. A iniciativa atualmente tramita junto ao Poder Legislativo e trata-se de um novo marco legislativo às garantias dos direitos fundamentais dos idosos. Nesse hiato, o manejo dessa patologia é definido pelo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença de Alzheimer. Amparada ao cenário estabelecido pelas legislações anteriores e aliada ao debate popular fomentado pela Consulta Pública SAS/MS número 01, de 12 de abril de 2002, ocorreu, naquele mesmo ano, a publicação do primeiro Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Demência por Doença de Alzheimer. Trata-se da primeira uniformização nacional quanto ao manejo dessa afecção. Foram estabelecidos os critérios de diagnóstico, inclusão e exclusão deste, além de especificidades sobre o tratamento medicamentoso. Suas atualizações ampliaram o diagnóstico e o tratamento, incluindo um novo medicamento e a citação de intervenções não



farmacológicas na Portaria Conjunta número 13, de 28 de novembro de 2017. Apesar do avanço, desde a sua primeira publicação não há nenhuma menção às estratégias que visem à efetiva adesão ao tratamento ofertado, limitando-se apenas à entrega do medicamento e monitoramento semestral. É importante ressaltar que, além das dificuldades inerentes à própria doença, como a perda de memória e da funcionalidade, bem como a dependência de terceiros advinda dessas, o perfil de pacientes é de polimedicados. Tal conjunto fatorial compromete o sucesso do tratamento e o expõe a possíveis interações medicamentosas, bem como problemas relacionados ao medicamento, e, conseqüentemente, a qualidade de vida do paciente e de seus familiares. Outrossim, o insucesso farmacológico acarreta maior gasto pelo sistema de saúde devido à maior frequência de consultas e de internações hospitalares, bem como a prevalência de incapacidade e morte prematura. Fica evidente a necessidade de inclusão de políticas públicas que não apenas propiciem acesso às tecnologias em saúde, mas que criem uma estrutura sólida de ação para que o uso dessas seja efetivo. Em que pese os esforços empreendidos no Projeto de Lei para o estabelecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Doença de Alzheimer, conclui-se que o Brasil evolui de maneira morosa frente às possibilidades orçamentárias e executivas, revelando que a inércia estatal compromete a garantia da própria dignidade do idoso. Assim, projetos e políticas que ultrapassem a mera obrigação de garantir o fornecimento de medicamentos e efetivem verdadeiras medidas que amparam, planejam e definam estratégias que busquem o sucesso do tratamento, são imprescindíveis. Possibilitando, perante isso, a melhora da qualidade de vida do paciente e de seus familiares proporcionando também a economia de recursos que viriam a ser gastos por conta da falha do tratamento desassistido.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer; Políticas Públicas; Adesão; Tratamento Farmacológico.



CONTROLE DO CÂNCER DE MAMA: AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CUMPRIMENTO DE AGENDA PRIORITÁRIA EM SAÚDE

ACHUTTI, Yasmin⁶²³
CHIARELLO, Mariana⁶²⁴
OLIVEIRA, Maria Julia de⁶²⁵
TEIXEIRA, Eneida Patrícia⁶²⁶

RESUMO

O câncer de mama é de alta prevalência no Brasil, sendo o tipo de câncer que mais acomete as mulheres brasileiras. Sua incidência e mortalidade tendem a ser mais elevadas na população com 40 anos de idade ou mais, sendo que as taxas mais elevadas se encontram no sul do Brasil. Dessa forma, tornou-se prioridade para a saúde nacional o controle e diagnóstico precoce desta doença, havendo o desenvolvimento de políticas públicas para informação e conscientização da população sobre o tema, bem como estratégias importantes para rastreamento e diagnóstico precoce, viabilizando medidas efetivas de prevenção. A partir dessas premissas, o município de Balneário Camboriú (SC) utilizou como estratégia para o diagnóstico precoce do câncer de mama a ampliação da oferta do exame de mamografia, estendendo a cobertura deste exame para toda população-alvo. Problema de pesquisa: De qual forma as políticas públicas podem influenciar no controle precoce do câncer de mama pelo município de Balneário Camboriú? Objetivo do estudo: Identificar as estratégias para o

⁶²³ Graduanda em Enfermagem na Univali. *E-mail:* yasminach1997@gmail.com.

⁶²⁴ Graduanda em Enfermagem na Univali. *E-mail:* mamariana128@gmail.com.

⁶²⁵ Graduanda em Enfermagem na Univali. *E-mail:* oliveiramaju29@gmail.com.

⁶²⁶ Doutoranda em enfermagem pela UFSC. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho (Univali). Docente do curso de graduação em Enfermagem na Univali. Enfermeira efetiva da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* eneidateixeira@gmail.com.



controle do câncer de mama implementadas pela gestão municipal do município de Balneário Camboriú na população-alvo. Metodologia: Estudo descritivo utilizando dados secundários do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) disponibilizados publicamente na internet, na página do DATASUS. Análise do indicador de saúde relativo à cobertura de exames de mamografia na população-alvo no município de Balneário Camboriú, sendo 18950 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos. Resultados: A fim de realizar o rastreamento e diagnóstico precoce do câncer de mama, o município de Balneário Camboriú no ano de 2022 aumentou a oferta de mamografias através de contratualização via consórcio regional. Nos últimos cinco anos, percebeu-se que os valores se mantiveram semelhantes, na proporção de mamografias de rastreamento, na faixa etária preconizada: 60,3% (2017), 58,5% (2018), 60,3% (2019), 58,3% (2020) e 58,4% (2021), em decorrência da ampliação do consórcio. A partir do mês de julho de 2022, o exame de mamografia teve um crescimento de 40% em relação aos meses anteriores, chegando à média de 400 mamografias ao mês. Ou seja, após a incrementação do consórcio regional, o índice voltou a apresentar crescimento. Para o controle do câncer de mama, é necessário implementar ações articuladas em todos os níveis de atenção, assim, o município de Balneário Camboriú utilizou a ampliação do consórcio regional para maior cobertura do exame de mamografia como estratégia de diagnóstico precoce, o que contribuiu para a redução do estágio de apresentação do câncer, sendo crucial que os municípios garantam o acesso rápido e facilitado aos serviços de referência para investigação diagnóstica à população feminina, a fim de abranger integralmente as mulheres do município. O SISCAN torna-se uma ferramenta imprescindível, pois permite a gestão das ações de detecção precoce, análise da distribuição dos resultados conforme indicação dos procedimentos de rastreamento, diagnóstico inicial e confirmação, possibilitando o seguimento das mulheres com alterações.

Palavras-chave: Mamografia; Diagnóstico; Câncer de Mama; Prevenção; Políticas Públicas.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA REGIÃO DA AMFRI

NAMAN, Máira⁶²⁷
RICARDO, Maria Antonia⁶²⁸
MACEDO, Tuany Maia Silvano de⁶²⁹
DIRKSEN, Thiago⁶³⁰

RESUMO

Torna-se necessário reconhecer que as políticas sociais devem ser constituídas pelo poder público, porém discutidas e elaboradas em conjunto com a sociedade, visando a ampliar os canais de participação e decisão. As Políticas Públicas, para além das ações dos governos, podem ser tratadas também como uma subdisciplina das ciências políticas (FREY, 2000). Quando se refere às pesquisas da temática voltadas à esfera do esporte e do lazer, observa-se, conforme salientam pesquisadores como Starepravo (2011; 2013), Amaral, Ribeiro e Silva (2014) e Malina et al. (2015), que a temática se mostra em evidência no cenário brasileiro. Diante disso, dividiremos a fundamentação teórica da pesquisa em três momentos, bem como os autores utilizados. A pesquisa utilizará de diferentes autores de acordo com os eixos centrais: gestão pública para o esporte e lazer com os autores Bobbio (1997) e Mezadri (2000); estrutura funcional e organizacional dos departamentos públicos com os autores

⁶²⁷ Mestre em Ciências do Movimento Humano (UDESC). Professora do Curso de Educação Física na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* maira@univali.br.

⁶²⁸ Bolsista de Iniciação Científica UNIEDU e aluna do Curso de Educação Física (Univali) *E-mail:* mariaaricardo.2016@gmail.com.

⁶²⁹ Bolsista de Iniciação Científica UNIEDU e aluna do Curso de Educação Física (Univali). *E-mail:* tuany@edu.univali.br.

⁶³⁰ Bolsista de Iniciação Científica UNIEDU e aluna do Curso de Educação Física (Univali). *E-mail:* thiagokdirksen@gmail.com.



Jacob (2000) e Cristan (2002) e por fim, os programas esportivos e de lazer com o autor Zaluar (1994). Na área da Educação Física, as políticas públicas de esporte e lazer ao longo dos anos, ao que se refere às ações, geralmente, apresentam-se como prestações de serviços ao público, voltadas para o oferecimento de atividades esporádicas com o intuito de preenchimento do tempo ocioso, em que os eventos esportivos são os mais explorados/utilizados. Problema de pesquisa: Como as políticas públicas de esporte e lazer se constituem na região da AMFRI? Objetivo do estudo: Analisar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao esporte e lazer nos municípios que contemplem a região da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Metodologia: A pesquisa utilizará os documentos e municípios da AMFRI. A associação foi fundada em 10 de abril de 1973, e é composta pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram realizados um levantamento e uma análise documental e bibliográfica das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios elencados, por meio de consultas em sites e documentos institucionais, jornais oficiais e notícias dos municípios envolvidos. A pesquisa bibliográfica e documental tem por finalidade identificar e registrar dados por meio de referências pesquisadas (GIL, 2007), no caso do projeto, verificar as políticas públicas (programas e ações) instituídas no período de 2017 a 2021 pelos poderes municipais da região da AMFRI. Resultados: Os dados preliminares evidenciam que, dos 11 municípios da região da AMFRI, sete tem orçamento anual previsto de 2022, acima de um milhão de reais, sendo cinco acima de dois milhões anuais, porém a descrição dos gastos não é detalhada ou direcionada por pasta setorial. Quanto à descrição das atividades propostas pelos municípios, verifica-se, pela busca nos sites das secretarias e/ou fundações, que eles não estão completos e atualizados. Quanto ao número de servidores vinculados a cada fundação/secretaria/diretoria, nenhuma conta com o organograma de servidores publicados. Considerações finais: Espera-se analisar a presença de políticas públicas voltadas ao esporte e lazer nos diversos municípios de maneira proporcional ao recurso disponibilizado, bem como ao contingente populacional. Da mesma forma, é necessário que os dados sejam publicitados, para melhor divulgação e fiscalização da sociedade. O interesse em investigar ações políticas na área de esporte e lazer na região da AMFRI surgiu com a constatação empírica de que a elaboração de diretrizes governamentais e intervenções das gestões públicas municipais ocorre, na maioria das vezes, de forma eventual e assistemática utilizando dados insuficientes ou defasados, sem serem pautados em estudos científicos para subsidiá-las. Portanto, torna-se necessário reconhecer que as políticas sociais devem ser constituídas pelo poder público, porém discutidas e elaboradas em conjunto com a sociedade, visando a ampliar os canais de participação e decisão. Este trabalho em andamento justifica-se pela possibilidade em oferecer subsídios a uma pesquisa mais ampla acerca do Esporte e Lazer, sugerindo diretrizes para a implementação de políticas públicas para os municípios que integram a região da AMFRI.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Lazer.

A PARACANOAGEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER

NAMAN, Maíra⁶³¹
ROZALEN, Maria Angélica⁶³²
DUARTE, Lucas Slaviero⁶³³

RESUMO

O esporte assume um papel fundamental na solução de diversas problemáticas sociais, fazendo mostrar-se necessário como uma questão pública, colaborando para a formação dos cidadãos. No esporte adaptado, temos um requisito importante que evidencia a importância da prática e disponibilidade entre as pessoas com deficiência, que é a inclusão social. A modalidade paracanoagem está inserida dentro das modalidades da Confederação Brasileira de Canoagem. Ela é realizada por pessoas com deficiência, nas distâncias de 500m e 200m, pode ser disputada em dois modelos de barcos, o caiaque e a canoa va'a. A modalidade consiste em um elaborado processo de adaptação para a iniciação esportiva, pois depende exclusivamente da organização dos materiais de acordo com a lesão do praticante, que podem ser atletas com deficiência motora. Problema de pesquisa: Como se desenvolve a modalidade da paracanoagem como política pública de esporte e lazer na cidade de Itajaí? Objetivo do estudo: Apresentar como a paracanoagem auxilia na inclusão de atletas portadores de

⁶³¹ Mestre em Ciências do Movimento Humano (UDESC). Professora do Curso de Educação Física na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* maíra@univali.br.

⁶³² Membro da Confederação Brasileira de Canoagem. Técnica da Seleção Brasileira de Paracanoagem *E-mail:* rozalenmv@gmail.com.

⁶³³ Aluno do Curso de Educação Física na Univali. *E-mail:* sdlucassd41@gmail.com.



deficiência como políticas públicas e o processo de adaptação em atletas da paracanoagem na iniciação esportiva. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva. Resultados: A modalidade da paracanoagem surgiu na cidade de Itajaí (SC), em fevereiro de 2020, sendo ofertada como projeto de fomento da Confederação Brasileira de Canoagem e Fundação de Esporte e Lazer de Itajaí. Atualmente, a modalidade conta com cinco atletas que desenvolvem treinos de segunda a sexta-feira, na Baía Afonso Wippel. Os atletas vão surgindo, de acordo com a demanda e disponibilidade de horário da equipe técnica. Todos os atletas são deficientes físicos, sendo dois amputados, dois cadeirantes e um andante com monoparesia. O processo da adaptação individual do atleta na paracanoagem inicia-se com a aquisição dos materiais que serão utilizados nas aulas. Seja a embarcação, o banco adaptado (ou não), o remo, a segurança interna/externa, o atleta necessita de apoio para aderência à modalidade. O que difere a paracanoagem da maioria dos esportes adaptados, são as adaptações feitas nas embarcações, como almofadas para evitar problemas como a formação de escaras na região do glúteo, e proteções nas pernas e joelhos, áreas onde não possuem sensibilidade, para evitar machucados e/ou escaras. Para auxiliar no processo de adaptação na água, é necessário que no início das aulas, sejam acopladas as embarcações, boias de garrafas plásticas de dois litros, ou galões de águas de 10 litros, para que forneçam equilíbrio aos atletas nas embarcações. Aos poucos, é necessário que as boias sejam retiradas, com a melhora da estabilização e do equilíbrio dos atletas. Cabe ao profissional supervisor avaliar as limitações de seus atletas praticantes para retirar esses acessórios. Porém, durante as atividades é extremamente importante o uso de equipamento, como colete, e a presença de lancha de apoio no local. O treino de paracanoagem para os paratletas possibilita uma série de benefícios fisiologicamente comprovados aos seus adeptos. Com a prática desportiva regular, é possível haver uma promoção da saúde para essa população, por isso a paracanoagem tem sido recomendada para a melhor qualidade de vida dos praticantes, desde o aumento da inclusão social e autonomia dos atletas. Considerações finais: O esporte adaptado precisa de didática e formas de abordagem diferentes para os PCD's; ele permite que pessoas com deficiência consigam atingir sua capacidade funcional máxima, assim como atletas de modalidades convencionais. Espera-se que ocorram mudanças futuras, como criação de novas categorias, modalidades e a possibilidade de outras deficiências fazerem parte da classificação. O processo de adaptação na paracanoagem é complexo e detalhado, pois seguirá de acordo com as lesões dos atletas praticantes. Cada adaptação feita, seja no barco e/ou banco, devem ser realizadas da melhor maneira, para evitar os machucados aos que não possuem sensibilidade. Salienta-se a importância de ampliar estudos e pesquisas na paracanoagem para auxiliar na formação dos profissionais de educação física que desenvolverão a modalidade e a necessidade de avaliar as políticas públicas voltadas para essa população.

Palavras-chave: Paracanoagem; Paradesporto; Iniciação Esportiva, Políticas Públicas.



A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E AS MEDIDAS DE FORTALECIMENTO NO ENFRENTAMENTO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

TEIXEIRA, Eneida Patrícia⁶³⁴

FERREIRA, Priscila Luciana⁶³⁵

RAMOS, Thais Jéssica Sarmento Bonfim⁶³⁶

RANGEL, Rita de Cássia Teixeira⁶³⁷

MASSAROLI, Rodrigo⁶³⁸

RESUMO

A violência autoprovocada é um agravo que atinge toda a sociedade, sem diferenciação de idade, sexo, classe social, raça, credo. Possuem repercussões diversas na sociedade, com causas variadas que vão desde fatores biológicos a socioculturais. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, estima-se que em 2020, aproximadamente 1,53 milhão de pessoas no mundo morrerão por suicídio. Dessa forma, assume, portanto, a condição de um

⁶³⁴ Doutoranda em enfermagem pela UFSC. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho (Univali). Docente do curso de graduação em Enfermagem na Univali. Enfermeira efetiva da Prefeitura Municipal de Itajaí. *E-mail:* eneidateixeira@gmail.com.

⁶³⁵ Enfermeira graduada pela Univali. Atuante na Secretaria Municipal de Saúde Itajaí. *E-mail:* priscila-ferreira@hotmail.com.

⁶³⁶ Enfermeira graduada pela Univali. *E-mail:* thaisramos@hotmail.com.

⁶³⁷ Doutora em enfermagem pela UFSC. Docente da Univali. *E-mail:* rctrangel@gmail.com.

⁶³⁸ Doutor em Enfermagem pela UFSC. Coordenador do curso de Enfermagem da Univali. *E-mail:* massaroli@univali.br.



dos principais problemas para a saúde pública, em função de sua significância, gravidade, vulnerabilidade e impacto social sobre a saúde individual e coletiva. Cada suicídio é uma tragédia que afeta famílias, comunidades e países inteiros e tem efeitos imperecíveis sobre as pessoas deixadas para trás. O suicídio acontece durante todo o percurso de vida e foi a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo no ano de 2016. Ressalta-se que para cada caso de suicídio consumado existam entre 10 e 20 tentativas, o que reforça a tese da importância da detecção precoce dos riscos presentes nos casos dos deprimidos suicidas. Os dados oficiais relativos as tentativas de suicídio são mais falhos do que os de mortalidade por suicídio. Inúmeros são os elementos que envolvem o ato suicida, como os psicológicos, atribuídos aos quadros de psicopatologia; os culturais, pelas crenças ao sujeito; os sociais, entre outros, os quais podem produzir no indivíduo uma conduta suicida, porém, em razão do estigma social dos transtornos mentais e, também, do suicídio, muitos se sentem bloqueados a pedir ajuda, o que resulta na opção por cessar a vida em busca de saída ou de alívio ao sofrimento por eles vivenciado. Não obstante de os dados científicos indicarem que muitas mortes são evitáveis, o suicídio, ainda, não tem a devida antecedência, no que se refere às políticas públicas, contribuindo, assim, para um aumento significativo de mortes autoinduzidas, logo, de tentativas de suicídio. Problema de pesquisa: Limitações no enfrentamento dos casos de violência autoprovocada no Brasil. Objetivo do estudo: Discorrer sobre o conjunto de ações adotadas através da política pública de saúde mental para o enfrentamento das violências autoprovocadas. Metodologia: Trata-se de um estudo de reflexão a partir de um levantamento de informações bibliográficas, documentais e legais para embasar teoricamente conceitos e o impacto das ações e políticas públicas pertinentes ao tema. Resultados: A violência autoprovocada consiste no ato consciente e não efetivado de autodestruição. Apesar da relação entre distúrbios suicidas e mentais, ainda há casos de suicídios que ocorrem de forma impulsiva devido a momentos de crise. O suicídio apresenta, em média, uma taxa de 1,4% de todas as mortes que ocorrem mundialmente, tornando-se a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Devido ao elevado número de casos registrados e ao impacto que o suicídio causa à sociedade, a Organização Mundial de Saúde criou abordagens multisetoriais com estratégias de prevenção para evitar a expansão de tais casos. A tentativa de suicídio trata-se de um grave problema de saúde pública; no entanto, os suicídios podem ser evitados em tempo oportuno, com base em evidências e com intervenções de baixo custo. Para uma efetiva prevenção, as respostas nacionais necessitam de uma ampla estratégia multisetorial. O estigma, particularmente em torno de transtornos mentais e suicídio, faz com que muitas pessoas que estão pensando em tirar suas próprias vidas ou que já tentaram suicídio não procurem ajuda e, por isso, não recebam o auxílio que necessitam. A prevenção não tem sido tratada de forma adequada devido à falta de consciência do suicídio como um grave problema de saúde pública. Em diversas sociedades, o tema é um tabu e, por isso, não é discutido abertamente. Até o momento, apenas alguns países incluíram a prevenção ao suicídio entre suas prioridades de saúde e só 38 países relatam possuir uma estratégia nacional para isso. Nos dias atuais, a Saúde Pública mantém grandes preocupações acerca de várias patologias que assolam a população. Algumas detêm mais atenção da sociedade do que outras, por inúmeros motivos. O grupo de doenças caracterizado como transtornos mentais possui pouca atenção, em vista da parcela gasta do orçamento federal que é 2,5%, considerada inferior ao se comparar os gastos a outras condições de saúde no Brasil. Uma das estratégias de enfrentamento, no Brasil, foi a construção da Rede de Atenção Psicossocial, que prioriza uma assistência segura, eficaz e humanizada às pessoas com transtornos mentais e tem sido um processo contínuo. Concomitante a este movimento, após meses de debate, em 2017, a Comissão Intergestores Tripartite, que reúne o Ministério da Saúde e representantes de estados e municípios, anunciou medidas para fortalecer esse atendimento no Sistema Único de Saúde, promovendo



mudanças na Política Nacional de Saúde Mental, com o objetivo de torná-la mais acessível, eficaz, resolutiva e humanizada. A iniciativa enfrenta os desafios e problemas já conhecidos. As ações foram construídas conjuntamente entre os gestores do Sistema Único de Saúde e cerca de 70 entidades, todas conhecedoras da realidade da saúde mental no país. Dessa forma, toda violência autoprovocada ou seja, agressões contra si próprio ou tentativas de suicídio, independentemente da idade são casos de notificação imediata (em até 24 horas, pelo meio mais rápido disponível), considerando a importância de tomada rápida de decisão, como o encaminhamento e a vinculação da pessoa aos serviços de atenção psicossocial, de modo a prevenir que um novo caso de tentativa de suicídio se concretize, pois as estatísticas demonstram um risco elevado de novas tentativas subsequentes. Tendo em vista o grande impacto social e econômico, principalmente para a saúde, o Ministério da Saúde instituiu incentivo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde. A iniciativa enfrenta os desafios e problemas já conhecidos. O objetivo é fazer com que pacientes, dos casos menos complexos aos mais graves, tenham acesso a tratamento efetivo, ampliando os serviços e passando a ofertar hospitais psiquiátricos especializados, hospitais-dia, unidades ambulatoriais e Centros de Atenção Psicossocial, além dos antigos serviços já existentes, com o objetivo de ofertar uma variedade de cuidados, que possam dar conta das diferentes necessidades dos pacientes. Essas ações foram construídas conjuntamente entre os gestores do Sistema Público de Saúde e cerca de 70 entidades, todas conhecedoras da realidade da saúde mental no país. Considerações finais: Cabe destacar que são poucas as políticas e programas que trabalham com o combate e a prevenção à violência autoprovocada com atuação específica nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no Brasil. Muito fortemente percebemos ações em setembro, como a campanha Setembro Amarelo, todavia, este estudo revela que é necessária a adoção de políticas e programas que fortaleçam a Rede de Atenção Psicossocial. Com o presente artigo, notou-se, ainda, a necessidade de sugerir que, diante da complexidade do fenômeno da violência, novas pesquisas sejam realizadas, a fim de fomentar esta discussão e identificar possíveis fragilidades e potencialidades relacionadas a esse cenário, das quais possam subsidiar os gestores municipais, estaduais e federais na implementação de investimentos, melhorias, capacitações e educação permanente para a Rede de Atenção Psicossocial, promovendo a fundamentação das ações em uma percepção ampliada sobre o tema e as possibilidades de um maior conhecimento e melhor organização dos serviços de saúde para o atendimento aos casos de violência autoprovocada.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Saúde; Saúde Mental; Violências; Política Nacional de Saúde Mental.



PROJETO DE INTERVENÇÃO ATIVA MAIS: PRÁTICAS CORPORAIS E SAÚDE COM MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

NAMAN, Maíra⁶³⁹
SILVA, Cleide Eunice da⁶⁴⁰

RESUMO

Os estabelecimentos penitenciários são definidos como espaços utilizados pela Justiça com a finalidade de abrigar pessoas presas, seja provisoriamente, submetida à medida de segurança, ou condenadas para cumprimento da pena (BRASIL, 2011, p. 39). Esses espaços são sabidamente locais que favorecem o adoecimento das pessoas, devido ao isolamento familiar e social. Desde 2016, com 41 mil mulheres presas, temos uma queda na quantidade, chegando ao ano de 2020 com 28 mil mulheres em situação prisional (INFOPEN, 2020). No mapeamento realizado em março de 2020, do total de mulheres presas no Brasil, 12.821 são mães de crianças até 12 anos, 434 possuem idade igual ou superior a 60 anos. São 4.052 presas que estão com doenças crônicas ou doenças respiratórias. As doenças mais comuns entre as mulheres são hipertensão (2.452 aparições), HIV (434 aparições) e diabetes (411 casos). Segundo o DEPEN, os dados de 2021 mostram que a população de mulheres em regime prisional chegou a 30.199, sendo que, em Santa Catarina, temos 1.040 mulheres

⁶³⁹ Mestre em Ciências do Movimento Humano (UDESC). Professora do Curso de Educação Física na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* maira@univali.br.

⁶⁴⁰ Aluna do Curso de Educação Física na Univali e bolsista do PROESDE. *E-mail:* cleidedasilva346@gmail.com.



encarceradas e, em Itajaí, 290 mulheres. Destes números em Santa Catarina, 164 mulheres são portadoras de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão arterial e doenças respiratórias. Diante desses números, torna-se importante o acesso à saúde, por meio de atividades e práticas corporais para esta população específica, para também maior controle e monitoramento das condições de saúde e bem-estar delas. Problema de pesquisa: Como ocorrem as atividades propostas pelo projeto Ativa Mais no complexo penitenciário feminino, em Itajaí (SC)? Objetivo do estudo: Descrever como o projeto Ativa Mais é desenvolvido dentro das instalações do Complexo Penitenciário Ademir Manoel Furtado. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa descritiva. Resultados: O projeto Ativa Mais: práticas corporais e saúde, tem como objetivo proporcionar qualidade de vida e bem-estar, por meio de práticas corporais e atividades físicas para mulheres entre 18 e 60 anos, do Complexo Penitenciário Doutor Ademir Manoel Furtado, por meio da multidisciplinariedade e da interação com a comunidade. Está sendo realizado desde o mês de abril, com intervenções semanais no presídio feminino, das 13h30 às 16h. São realizados exercícios físicos com os movimentos naturais do corpo, como agachar, pular, correr e girar. Exercitam-se, também, os músculos do core e da coluna, com alongamentos. Com o treinamento funcional adaptado para o espaço, foi permitido que todos os grupos musculares sejam trabalhados de forma integral para todas as faixas etárias. No total, já foram realizadas 25 intervenções com 167 atendimentos. Também estão sendo difundidas, semanalmente, as dicas em saúde para estimular a conscientização entre a sociedade carcerária e os agentes penitenciários. Considerações finais: Em suma, é possível avaliar, pelo autorrelato, o impacto positivo da atividade física na disposição e na saúde mental das mulheres privadas de liberdade do Presídio Feminino de Itajaí. As práticas corporais trazem benefícios à saúde física e mental, melhoram a qualidade de vida, bem como favorecem aspectos emocionais, trazendo bem-estar e a melhora da autoestima das apenadas. Justifica-se, assim, a importância do investimento em atividades alternativas na prática diária à saúde prisional no âmbito da saúde mental, bem como fomentar o maior número de pesquisas relacionadas a essa população incipiente de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Presídio; Atividade Física.



INCENTIVO À AMAMENTAÇÃO EM UMA UNIDADE DE PRONTO- SOCORRO PEDIÁTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ALMEIDA, Luise Machado Yokoyama de⁶⁴¹
VENTURA, Giovana Cardozo⁶⁴²
SILVA, Stéfani dos Santos⁶⁴³

RESUMO

A amamentação é o ato da mãe nutrir seu filho sem necessidade de outros tipos de alimentos até os seis meses de idade, conforme é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A introdução de outros alimentos, de forma precoce, aumenta a probabilidade de doenças respiratórias, digestivas e que podem influenciar em toda a vida daquele indivíduo. Além disso, o aleitamento materno estabelece e fortalece vínculo entre a mãe e o filho, é um processo que fornece benefícios para ambos os envolvidos. Para a mãe no pós-parto o aleitamento auxilia na involução uterina, reduz as chances de hemorragias uterinas e no restabelecimento do peso, já para o recém-nascido ou lactante, está diretamente ligado com a maturação do sistema imunológico e gastrointestinal, o que corrobora para a diminuição da morbidade e mortalidade infantil. Dessa forma, destaca-se que essa prática deve ser

⁶⁴¹ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* luise@univali.br.

⁶⁴² Graduanda em enfermagem pela Univali. *E-mail:* gio_ventura@hotmail.com.

⁶⁴³ Graduanda em enfermagem pela Univali. *E-mail:* stefanidssilva@gmail.com.



incentivada sempre que possível, especialmente durante o período de internação hospitalar, em que as crianças estão mais vulneráveis. Dentro da equipe multiprofissional, entende-se que o enfermeiro é um dos profissionais de referência para o incentivo da manutenção da amamentação, uma vez que sua formação é baseada na integralidade e humanização e que este permanece maior tempo ao lado do paciente. Problema de pesquisa: De que forma é possível incentivar o aleitamento materno em unidades de pronto-socorro? Objetivo do estudo: Descrever a experiência vivenciada pelas acadêmicas de enfermagem, diante das ações de orientação, realizadas a partir da educação em saúde, relacionadas à amamentação em um pronto-socorro pediátrico da Região do Vale do Itajaí. Metodologia: Trata-se do relato de experiência, vivenciado pelas acadêmicas de enfermagem em consultoria de amamentação realizada na unidade de pronto-socorro de um hospital pediátrico da Região do Vale do Itajaí. Resultados: O estágio curricular supervisionado ofertado no oitavo período da graduação de Enfermagem ocorre em um hospital pediátrico referência para região da AMFRI, que contempla onze municípios. O presente relato é baseado em uma internação em que uma primípara de 22 anos estava com seu recém-nascido de cinco dias no pronto-socorro de um hospital pediátrico, em virtude de um quadro de Icterícia Neonatal que, na maioria das vezes, é benigna, mas, pelo risco de toxicidade da bilirrubina em concentrações maiores, exige a monitorização dos recém-nascidos (RN) para prevenir a encefalopatia bilirrubínica. Ao entrar no quarto para avaliação do RN, as acadêmicas se depararam com uma puérpera insegura quanto à amamentação e os cuidados com o seu bebê. A atividade seguiu com os seguintes momentos: apresentação individual, observação e identificação dos conhecimentos prévios da puérpera e orientações e estabelecimento de estratégias para o manejo da amamentação e cuidados com o RN, além do esclarecimento de dúvidas. Após a apresentação, solicitou-se para a puérpera para que ela mostrasse como realizava a ordenha da mama e a forma como estava colocando o bebê ao seio. Com essa oportunidade, foi possível realizar reforço positivo para a puérpera, pois, mesmo enfrentando dificuldades para amamentar, a puérpera mantinha ordenha manual e ofertava o leite materno ao RN através de uma colher de cozinha. Foi possível também corrigir a pega e orientar sobre posicionamento correto, seguro, utilizando vídeos educativos; com o acompanhamento da mamada, ainda foi reforçado que a amamentação não é sinônimo de dor e precisa ser confortável e prazerosa para o binômio mãe-bebê. Sendo assim, na sequência, as acadêmicas explicaram sobre a conservação e o armazenamento do leite materno em temperatura ambiente, refrigerada e congelada, de acordo com o preconizado pelas Recomendações da Cartilha de Aleitamento Materno, emitida pelo Ministério da Saúde. Durante o dia de estágio, foi possível monitorar essa mãe e acompanhar os resultados da atividade realizada de educação em saúde. Ao final, as orientações técnicas de manejo ofertadas tiveram resultado positivo e resultaram numa mulher mais segura para o seu maternar e uma amamentação eficiente e tranquila. Considerações finais: Com essa experiência, foi possível comprovar a importância e o diferencial do papel do enfermeiro no cuidado, preparo e nas orientações claras e objetivas em um período de tamanha vulnerabilidade, como o período que envolve o perinatal, mas, principalmente, no puerpério. Além disso, destaca-se o uso de metodologias simples e com custo reduzido de incentivo e manutenção de boas práticas de saúde, o que consolida o enfermeiro como profissional de referência para um cuidado baseado em evidências científicas.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Pronto-Socorro; Enfermagem.



ESTADO GRAVÍDICO EM TEMPOS DA COVID-19: A ADOLESCENTE GESTANTE QUE VIVE COM HIV

ANTUNES, Bibiana⁶⁴⁴
QUADROS, Daniela Cristina Ratico de⁶⁴⁵

RESUMO

A maternidade abarca responsabilidades e mudanças psicológicas, sociais e familiares. Envolve o cuidado e a adaptação, o que constituem aspectos do papel materno, podendo tornar-se estressante para a mulher. No caso de adolescentes gestantes, tal papel se inicia de forma precipitada. Em casos de adolescentes que convivem com HIV, há singularidades em vivenciar a maternidade, que vão muito além da idade biológica, emergem na condição sorológica. Problema de pesquisa: Durante a pandemia da covid-19, observou-se grande desafio no cuidar, para a enfermagem, relativo às adolescentes que necessitam manter acompanhamento de pré-natal e adesão ao tratamento e acompanhamento da sua condição. Objetivo: Refletir sobre o contexto da adolescente gestante que vive com HIV em tempos da covid-19. Método: Trata-se de um estudo reflexivo. Resultados: A vivência da gestação por adolescentes soropositivas envolve sentimentos ambivalentes, como alegrias, medos,

⁶⁴⁴Doutoranda em Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* bibiana.antunes@univali.br

⁶⁴⁵ Doutoranda em Educação (PPGEDU/Univali). Docente do Curso de Enfermagem (Univali). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estudos Culturais (GEPEC). *E-mail:* daniela.ratico@univali.br.



angústias, sendo reforçados pelo contexto. Conviver com as preocupações relativas à saúde imunodeprimida do binômio e adesão ao tratamento. Em tempos de pandemia da covid-19, novas barreiras enfrentadas por essas adolescentes frente ao afastamento social, dos grupos e rodas de conversas nos serviços de saúde, o deslocamento difícil para a retirada de fármacos, a falta de apoio escolar, e medo da infecção pelo coronavírus, levam a considerações sobre a morte. As vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas das adolescentes gestantes que vivem com HIV são alavancadas na pandemia, sendo necessário pensar em estratégias, como as ligações telefônicas, o uso das redes sociais, a escuta qualificada e o acolhimento humanizado, para fortalecer o vínculo com essas juvenis.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência; Infecções por HIV; SARS-CoV.

IMPACTOS DE ATUALIZAÇÕES VACINAIS E DA IMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 003/2022 PARA PROFISSIONAIS ATUANTES EM SALA DE VACINA PELA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC: RELATO DE EXPERIÊNCIA

PEREIRA, Isabela Antonio⁶⁴⁶
LOPES, Tiago⁶⁴⁷

RESUMO

Nos últimos anos, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil proporcionou avanços para a população, de modo a prevenir diversas doenças. Este Programa oferta mais de 40 imunobiológicos diferentes para determinadas faixas-etárias e campanhas anuais para atualizar a caderneta de vacinação. A Lei n. 8080/1990 define vigilância epidemiológica como ações que proporcionam informações, detecção ou prevenção de alterações nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e introduzir medidas de prevenção e fiscalizar doenças ou agravos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Navegantes (SC) possui

⁶⁴⁶ Acadêmica de enfermagem do oitavo período na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* isabelaapereira1@gmail.com.

⁶⁴⁷ Enfermeiro e Diretor de Vigilância em Saúde de Navegantes. *E-mail:* tiago.lopes12@icloud.com.



estimativa populacional de 85.734 pessoas no último ano (2021). Conforme aborda o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o entendimento da importância da vacinação pelos profissionais da saúde aliado ao desenvolvimento científico e tecnológico exige a consciência de uma saúde coletiva almejada e fundamental, de modo a intensificar os índices de vacinação e erradicar um maior número de doenças. No entanto, há alguns impasses para elevar as coberturas de vacinação, como os movimentos antivacinas, falta de integração entre atenção primária à saúde e ações da vigilância, reações adversas, fake news, ausência de informação, entre outros. O movimento antivacinas comporta pessoas que não se vacinam e que se recusam a vacinar seus filhos. De acordo com o Ministério da Saúde, 48 imunobiológicos são destinados à população, anualmente, – entre vacinas, imunobiológicos especiais, soros e imunoglobulinas –, sendo 20 para crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes, conforme o Calendário Nacional de Vacinação pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Diante disso, a vacinação constitui em uma das estratégias de desenvolvimento das ações da Vigilância Epidemiológica. As vacinas são fundamentais para a prevenção de doenças, visto que algumas doenças já foram erradicadas do país e são avaliadas, aprovadas e seguras pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portanto, faz-se necessário que a Vigilância Epidemiológica do município de Navegantes elabore estratégias constantemente, com intuito de melhorar as coberturas vacinais e incentivar toda a população estimada, de modo a prevenir diversas doenças e contribuir positivamente com qualidade de saúde, além de atualizar todos os profissionais, conforme o Ministério da Saúde. Problema de pesquisa: Este trabalho pretende responder o seguinte problema de pesquisa: Quais são os impactos de atualizações vacinais e da implementação da Instrução Normativa número 003/2022 para os profissionais atuantes em salas de vacina pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica de Navegantes (SC)? Objetivo do estudo: O objetivo do presente trabalho é abordar os impactos da capacitação realizada e da implementação da Instrução Normativa número 003/2022 (DVS/SMS) para os profissionais atuantes em salas de vacina pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica do município de Navegantes, como forma de melhorar as coberturas vacinais do município. Metodologia: A metodologia realizada para o presente estudo é o relato de experiência. O relato de experiência reflete na expressão escrita de vivências, com intuito de contribuir na produção de conhecimento de determinadas temáticas para reconhecer a importância de discutir sobre as experiências relatadas. Desse modo, a autora deste trabalho descreverá minuciosamente as estratégias pensadas e planejadas para realizar a capacitação de acordo com o Ministério da Saúde dos profissionais atuantes nas salas de vacinas de todas as Unidades Básicas de Saúde do município de Navegantes, Santa Catarina. Ainda, será abordada a Instrução Normativa número 003/2022 DVS/SMS que impacta diretamente no aumento dos índices de vacinação. O objetivo dessas estratégias foi desenvolver a aptidão dos profissionais de saúde, com foco nas boas práticas de vacinação, além de ajudar na organização do processo de trabalho dos vacinadores que vão atuar em campanhas de imunização em todo o território nacional. Além disso, esta pesquisa apresentará, de maneira qualitativa, dados contidos no Sistema de Gestão de Saúde Municipal (CELK) do município de Navegantes para demonstrar as coberturas vacinais anteriores e atuais para expor os resultados e discussões deste trabalho. Resultados: Com o intuito de elevar todas as coberturas vacinais do município de Navegantes, o Diretor de Vigilância em Saúde realizou um Planejamento Estratégico para produzir uma capacitação para os profissionais atuantes em sala de vacina, visto que ocorreram atualizações vacinais que possuem impacto significativo no Calendário Nacional de Imunizações pelo Ministério da Saúde. Os profissionais da Vigilância Epidemiológica promoveram um treinamento com foco nas boas práticas de vacinação aos profissionais que atuam nas salas de vacinas de Navegantes. A capacitação foi realizada no dia 7 de outubro de 2022, das 13h às 17h. Elaborou-se uma apresentação didática e explicativa abordando o



Calendário de Vacinação da criança e do adolescente de 2022, além de suas contraindicações, idade máxima para cada vacina e serviu para retirada de dúvidas dos profissionais presentes na capacitação. Além das atualizações acerca dos esquemas vacinais, o Diretor demonstrou dados estatísticos vacinais dos últimos anos que tiveram impacto negativo, devido à pandemia de covid-19. A abordagem desse assunto foi necessária para incentivar melhorias e aumentar, para este e os próximos anos, os índices de vacinação na cidade. Outro destaque importante foi a colocação da Instrução Normativa número 003/2022 DVS/SMS que determina que os pais ou responsáveis por crianças em idade de vacinação apresentem, no ato da matrícula/rematricula, até o terceiro ano do ensino médio, em estabelecimentos de ensino público ou privado, a declaração de vacinação, contendo registro da aplicação das vacinas obrigatórias à sua idade. De acordo com o Sistema de Gestão de Saúde Municipal (CELK) do município de Navegantes, na semana da capacitação, entre os dias 3 e 7 de outubro de 2022, foram registradas 681 doses aplicadas nas salas de vacinas em crianças e adolescentes. Posteriormente, com intuito de responder o problema de pesquisa deste trabalho, verificou-se a quantidade de doses aplicadas nas semanas seguintes após a capacitação e a colocação da Instrução Normativa. Dos dias 10 a 14 de outubro de 2022, foram registradas 941 doses. Dos dias 17 a 21 do mesmo mês, foram registradas 1363 doses. E na última semana de outubro, foram aplicadas 1704 doses. Diante das estatísticas ressaltadas, é notório que a Instrução Normativa número 003/2022 DVS/SMS contribuiu para a procura de vacinas pelos pais e responsáveis para atualizar a Caderneta de Vacinação com o objetivo de realizar posteriormente as matrículas/rematrículas de seus filhos(as) nas creches/escolas de todo o município. Essa busca enfatiza casos de atrasos vacinais no município que deve ser analisada pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica mensalmente, em conjunto com a Atenção Primária à Saúde, de modo a prevenir diversas doenças para crianças e adolescentes de Navegantes. Portanto, esta pesquisa respondeu ao problema de pesquisa, uma vez que a capacitação e a implementação da Instrução Normativa número 003/2022 DVS/SMS são indispensáveis e contribuíram positivamente para o aumento dos índices de vacinação do município de Navegantes.

Palavras-chave: Vacinas; Vigilância Epidemiológica; Saúde Pública.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CUIDADOS AO RECÉM-NASCIDO E PEGA CORRETA DO SEIO MATERNO

SILVA, Paola Julia da⁶⁴⁸
MIQUELASSO, Paula⁶⁴⁹
PERÃO, Odisséia Fátima⁶⁵⁰

RESUMO

Após a tão esperada alta hospitalar, ao chegar em casa com um novo integrante da família, os pais, ao mesmo tempo que sentem alegria com a nova vivência, também podem sentir inseguranças com os cuidados ao recém-nascido, visto que, em ambiente domiciliar, não há a ajuda e orientações passadas pelas enfermeiras e técnicas de enfermagem como havia na recuperação pós-parto em instituição hospitalar, assim como, manipular um ser tão pequeno, frágil e que requer cuidados especiais causa medo aos progenitores de errar em alguma etapa e acabar machucando-o sem intenção. Outrossim, a amamentação não deve doer e nem

⁶⁴⁸ Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* paolajulia8@gmail.com.

⁶⁴⁹ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail:* paula.smiquelasso@gmail.com.

⁶⁵⁰ Doutora em Enfermagem pela UFSC. Docente do curso de Enfermagem na Univali. *E-mail:* odisseiaperao@gmail.com.



machucar o peito, se está machucando, é importante que a mulher procure ajuda na Unidade Básica de Saúde de seu território. A amamentação traz vantagens para o bebê que, além de nutrição e hidratação, oferece os anticorpos para proteção contra diversas doenças, tais como diarreia e infecções, principalmente as respiratórias. Para a mãe, além de criar um maior contato e vínculo com o seu filho, amamentar durante o puerpério diminui o fluxo de sangramento pós-parto (lóquios), devido à liberação de ocitocina, que estimula a contração uterina, assim, diminui também o risco de hemorragia. Este projeto teve como proposta promover o fortalecimento da Rede de Acolhimento Materno-Infantil (Rami) – portaria gm/ms número 2.228, de 1º de julho de 2022 – por meio de educação e promoção em saúde à mãe e ao recém-nascido. Problema de pesquisa: Como empoderar mães aos cuidados domiciliares ao recém-nascido, assim como à realização da pega correta do seio materno. Objetivo do estudo: Proporcionar à mãe o conhecimento e empoderamento sobre cuidados ao recém-nascido, pega correta do seio materno e vantagens da amamentação exclusiva com leite materno até os seis meses de idade. Metodologia: A educação em saúde ocorreu na casa da puérpera (terceiro parto) que possuía inseguranças quanto aos cuidados ao recém-nascido e à amamentação em seio materno (já que amamentou as duas filhas anteriores com leite de fórmula), em seu quarto. Para que se sentisse mais confortável, foram utilizados bonecos (de recém-nascido), para elucidar a prática do cuidado, banheira, fralda, cueiro, toalha, hastes flexíveis, álcool 70%, material educativo referente à amamentação e pega correta do seio materno. Resultados: Foi realizada educação em saúde em conjunto com a puérpera e primigesta (filha), referente à forma correta do banho do neonato, limpeza do coto umbilical, pega da mama e importância da amamentação utilizando os materiais levados e, para melhor entendimento, foi solicitado que realizassem os cuidados demonstrados com os bonecos levados pelas acadêmicas de enfermagem e retiradas suas dúvidas remanescentes. Aconselhada e orientada a realizar massagens nas mamas durante o banho e quando possível, realizar compressas mornas nas mamas, dando ênfase à mama direita (onde encontra dificuldade em amamentar pelo mamilo ser plano e mais firme quando comparado ao da mama esquerda). Hidratar os mamilos com o próprio leite materno, não passando nenhum tipo de creme ou produto, incentivada a deixar o recém-nascido a buscar o mamilo quando for mamar. Sugerido a tentar ingerir mais água por estar amamentando, especialmente por conseguir amamentar somente na mama esquerda. Pais já cientes e reforçada a importância de realizar o “Teste do Pézinho” até o quinto dia de vida e agendar consulta com o pediatra da UBS até o décimo dia de vida para acompanhamento do ganho/perda do peso e puericultura. Ao final da consulta de enfermagem no puerpério e da educação em saúde, as mães agradeceram a visita e relataram que compreenderam muito bem os temas abordados. Foi também disponibilizado o material com orientações referentes a vantagens da amamentação exclusiva para o bebê, posição para amamentar e pega da mama, dicas para a amamentação e vantagens para a saúde da mulher.

Palavras-chave: Amamentação em Seio Materno; Políticas Públicas; Educação em Saúde; Cuidados ao Recém-Nascido.



MAPA DAS CARDIOPATIAS CONGÊNITAS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2020

SILVA, Amanda Raimundo da⁶⁵¹
FURBRINGER, Ariane⁶⁵²
LIEBEL, Graziela⁶⁵³
OLIVEIRA, Michael da Silva de⁶⁵⁴

RESUMO

A doença cardíaca congênita se caracteriza como uma anormalidade estrutural macroscópica do coração ou de grandes vasos intratorácicos, que apresentam repercussões funcionais significativas ou potencialmente significativas, dependendo da gravidade, da natureza do defeito anatômico e das alterações fisiológicas. Sabe-se que existe influência de fatores

⁶⁵¹ Graduanda no curso de Medicina na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* amandaraimdasilva1998@edu.univali.br.

⁶⁵² Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* ane27furbringer@edu.univali.br

⁶⁵³ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Univali. *E-mail:* graziela@univali.br.

⁶⁵⁴ Tecnólogo em Ciência de dados. *E-mail:* mdq michael@gmail.com.



socioeconômicos e demográficos sobre as cardiopatias congênitas, tais como a idade materna avançada, baixa renda familiar e baixo nível de escolaridade materno. No Brasil, segundo registros do Ministério da Saúde, há um total estimado de 29 mil crianças nascidas com diagnóstico de cardiopatias congênitas por ano. Mesmo considerando a gravidade desse conjunto de doenças, ainda há pouca disponibilidade de serviços especializados no país, havendo somente 67 unidades habilitadas para realizar cirurgias pediátricas, concentradas nos grandes centros urbanos. Diante disso, resolvemos pesquisar como foram distribuídos os diagnósticos em cardiopatias congênitas no Brasil entre os anos de 2010 e 2020. O objetivo do estudo foi mapear as cardiopatias congênitas no Brasil entre 2010 e 2020. Metodologia: Trata-se de um estudo ecológico temporal descritivo, abrangendo, por região, todas as 26 unidades da federação mais o Distrito Federal. A coleta de dados foi realizada através do departamento de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). A população estudada foram bebês recém-nascidos na faixa etária de zero a dois anos, nascidos vivos, com anormalidades congênitas cardíacas, no período de 2010 a 2020. Os dados foram tabulados e analisados em Excel®, a partir de estatística descritiva. Resultados apontaram que no Brasil, entre os anos de 2010 e 2020, houve um total de 25.494 diagnósticos de cardiopatias congênitas registrados no país, com média de 2.124,5 casos por ano. Os resultados anuais apontam um aumento gradativo no diagnóstico de cardiopatias congênitas no decorrer dos dez anos estudados, havendo um aumento de duas vezes entre o valor apresentado em 2010 quando comparado a 2020. Nesse período, o ano com maior número de diagnósticos dessas doenças realizados no país, ocorreu em 2018, com um total de 2930 diagnósticos. Pode-se inferir que este aumento na realização de diagnósticos nos últimos dez anos deve-se a um conjunto de fatores, sendo alguns deles: Instauração da Portaria número 1.459 em 2011, que instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha, a Portaria número 20, de 10 junho de 2014, que tornou pública a decisão de incorporar a oximetria de pulso – teste do coraçãozinho –, a ser realizado de forma universal, fazendo parte da triagem Neonatal no SUS, e o Projeto de Lei 5248/2016, que dispõem sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Ecocardiograma fetal em gestantes. Entretanto, apesar do aumento significativo de diagnósticos, ainda se percebe uma grande disparidade entre as regiões. A região Sul apresenta 1,5 vezes mais diagnósticos de cardiopatias congênitas quando comparada com o Nordeste, no entanto, possui uma população 1,9 vezes menor. Ainda nesse âmbito, os estados do Sudeste estão em grande vantagem quando comparados às outras regiões do Brasil. A região Sudeste tem o maior número do Brasil nos dez anos estudados, tendo seu pico em 2017. A região possui praticamente 27 vezes nascidos diagnosticados com cardiopatias, quando comparada à região Norte, que tem o menor resultado do país, embora detenha uma população apenas 4,8 vezes maior. Não obstante, quando comparado com as outras regiões, o Sudeste ainda aparece disparado na frente. A região Sudeste tem uma média de 1642,7 diagnósticos feitos nesses dez anos; seguido pela região Sul com 382,8; região Nordeste com 270; região Centro Oeste com 90,4; região Norte com 75,8; e, por fim, o Distrito Federal com 24,2. Mesmo dentro da região Sudeste há grande diferença em relação aos números de diagnósticos entre os estados. O estado de São Paulo se encontra com os maiores índices de diagnósticos realizados de cardiopatias congênitas do Brasil e da região Sudeste, sendo a média do estado de 1424,3, estando 38,8 vezes acima da média do Espírito Santo, que detém o menor número de diagnósticos da região, e estando 593,45 vezes acima do estado com menor taxa de diagnósticos do país, o estado do Amapá. Mesmo quando comparado com o segundo estado em número de diagnósticos no Brasil, o estado de Minas Gerais, a média de diagnósticos do estado de São Paulo se apresenta 9,87 vezes acima, com uma população 2,1 vezes superior. Os dados apresentados sugerem um aumento nos diagnósticos de cardiopatias congênitas



em todo Brasil, no entanto, revelam a discrepância de dados entre as regiões e a disparidade que alguns estados ainda possuem, quanto ao número de diagnósticos realizados.

Palavras-chave: Cardiopatias Congênitas; Epidemiologia; Determinantes Sociais da Saúde; Fatores Socioeconômicos; Aspectos Demográficos.

EVOLUÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS CADASTRADOS EM UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL

SANTOS, Joana Mercedes dos⁶⁵⁵
SCHARF, Lucélia Brito⁶⁵⁶
BARUFFI, Vitória Serraglio⁶⁵⁷
SCHONS, Camila⁶⁵⁸
FERRANDIN, Giulia⁶⁵⁹
PEREIRA, Luísa Alves⁶⁶⁰
MEZADRI, Tatiana⁶⁶¹

⁶⁵⁵ Acadêmica do Curso de Nutrição na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* joanams@edu.univali.br.

⁶⁵⁶ Acadêmica do Curso de Nutrição na Univali.

⁶⁵⁷ Acadêmica do Curso de Medicina na Univali.

⁶⁵⁸ Acadêmica do Curso de Medicina na Univali.

⁶⁵⁹ Acadêmica do Curso de Medicina na Univali.

⁶⁶⁰ Fonoaudióloga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho.

⁶⁶¹ Doutora em Ciência dos Alimentos pela Universidade de Sevilha, Espanha. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e no curso de Nutrição da Univali. *E-mail:* mezadri@univali.br.



RESUMO

Mundialmente, o processo de envelhecimento da população deve-se ao rápido declínio das taxas de mortalidade e de fecundidade com conseqüente aumento da expectativa de vida e mudanças no perfil epidemiológico com o predomínio das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), específicas das faixas etárias mais avançadas, aumentando, cada vez mais, a necessidade do conhecimento dos fatores de risco que incidem sobre a prevalência das DCNT associadas à idade, o que sinaliza a necessidade de conhecer melhor os fatores relacionados ao envelhecimento, entre eles o estado nutricional. Para tanto, o Ministério da Saúde por meio do departamento de Atenção Básica, promove o monitoramento e a vigilância do estado nutricional da população brasileira pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) que corresponde a um sistema de informações que tem como objetivo principal promover informação contínua sobre as condições nutricionais da população e os fatores que as influenciam. Os idosos são uma parte da população monitorada por este sistema. Problema de pesquisa: Qual a evolução do perfil nutricional dos idosos nas macrorregiões do Brasil cadastrados no Sisvan? Objetivo do estudo: Avaliar o estado nutricional de idosos cadastrados no Sisvan comparando os dados entre as macrorregiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, no período de 2009 a 2019. Metodologia: Estudo do tipo ecológico, elaborado com dados públicos de idosos cadastrados no Sisvan no período de 2009 a 2019. Foram coletados os percentuais referentes a: baixo peso, peso adequado e sobrepeso que classificam o estado nutricional, de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC). Foi calculada a média e o coeficiente de variação (CV) no período indicado. Resultados: Na análise temporal das variáveis, as médias de peso adequado e desnutrição tendem a diminuir e de sobrepeso, aumentar ao longo dos anos estudados. No Brasil, entre os idosos cadastrados, a maioria (46,23%, CV: 12,6%) foi diagnosticada com sobrepeso, seguido de peso adequado (38,23%, CV: 7,3%) e baixo peso (15,54%, CV: 19,68%). Entre as regiões brasileiras, o Sul apresentou o menor índice de baixo peso (10,73%) e de peso adequado (33,79%) e o maior de sobrepeso (55,48%). A prevalência de excesso de peso encontrada corrobora o período de transição epidemiológica. Os dados também demonstram que a desigualdade em diferentes contextos entre as regiões do Brasil pode estar refletindo no estado nutricional dos idosos.

Palavras-chave: Idoso; Estado Nutricional; Sistema de Informação em Saúde.



**ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES CADASTRADAS NO SISTEMA
DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE OS ANOS 2008 E
2020⁶⁶²**

BARUFFI, Vitória Serraglio⁶⁶³
SCHONS, Camila⁶⁶⁴
FERRANDIN, Giulia⁶⁶⁵
SANTOS, Joana Mercedes dos⁶⁶⁶
SCHARF, Lucélia Brito⁶⁶⁷
PEREIRA, Luísa Alves⁶⁶⁸

⁶⁶² Pesquisa financiada pelo programa UNIEDU/Pesquisa –Edital 05/2022.

⁶⁶³ Acadêmica do Curso de Medicina na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* vserragliobaruffi@gmail.com.

⁶⁶⁴ Acadêmica do Curso de Medicina na Univali.

⁶⁶⁵ Acadêmica do Curso de Medicina na Univali.

⁶⁶⁶ Acadêmica do Curso de Nutrição na Univali.

⁶⁶⁷ Acadêmica do Curso de Nutrição na Univali.

⁶⁶⁸ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali.



RESUMO

O período gestacional caracteriza-se por intensas alterações fisiológicas, metabólicas e endócrinas, no qual o estado nutricional e o ganho de peso materno são influenciadores no risco de morbimortalidade da mãe e do feto. Atualmente o ganho de peso inadequado é motivo de preocupação, pois esse fenômeno vem aumentando na população, comumente nos mais carentes, incluindo gestantes que passam por um período o qual requer mais cuidado. A fim de reduzir os riscos para a saúde materna e fetal, faz-se necessária a prevenção do ganho de peso excessivo. Nesse sentido, o acompanhamento no Sistema Único de Saúde (SUS) se dá por meio da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) que propõe uma avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) levanta informações sobre a situação alimentar e nutricional da população atendida pela Atenção Básica em Saúde, como as gestantes. Problema de pesquisa: Qual o estado nutricional de gestantes cadastradas no SISVAN entre os anos 2008 e 2020 na cidade de Itajaí (SC), Brasil? Objetivo do estudo: Analisar a evolução do estado nutricional das gestantes, da cidade de Itajaí (SC), cadastradas no SISVAN no período de 2008 a 2020. Metodologia: Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa do tipo ecológico, desenvolvido com dados públicos de gestantes cadastradas no SISVAN, o qual é um sistema de informação em saúde que promove monitoramento contínuo sobre as condições nutricionais da população. Foram coletados todos os valores referentes ao Índice de Massa Corporal (IMC) gestacional (baixo peso, adequado, sobrepeso e obesidade) no período proposto. Foi realizado o cálculo da média e do coeficiente de variação. Resultados: Os percentuais de classificação do IMC das gestantes apresentam variações de 2008 a 2020, demonstrado pelo coeficiente de variação que foi de 14% (para sobrepeso) a 29% (para obesidade). Das 7261 gestantes cadastradas, na média dos anos analisados, 13,54% apresentaram baixo peso, 37,04% adequado, 27,59% sobrepeso e 21,83% obesidade. Ressalta-se que quando somados os valores de sobrepeso e obesidade, este resultado aproxima-se da metade (49,42%) das mulheres avaliadas e nos anos de 2019 e 2020 foi cadastrado o menor número de gestante: 127 e 46, respectivamente. Conclusão: A diminuição do número de gestantes cadastradas em 2019 e 2020 pode estar associada à pandemia de covid-19 que ocorreu nesse período no Brasil e exigiu medidas de isolamento da população. Em geral, com relação ao estado nutricional, observou-se uma tendência de diminuição do baixo peso e aumento do sobrepeso e obesidade ao longo dos anos estudados. Verifica-se a importância do cuidado pré-natal interdisciplinar qualificado com suporte de temas sobre alimentação, estilo de vida saudável, interferências e riscos do baixo peso e do excesso de peso na gestação para que, com o apoio dos profissionais, possam melhorar o prognóstico gestacional.

Palavras-chave: Gestante; Estado Nutricional; Sistema de Informação em Saúde.

⁶⁶⁹ ⁶⁶⁹Doutora em Ciência dos Alimentos pela Universidade de Sevilha, Espanha. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e no curso de Nutrição da Univali. *E-mail:* mezadri@univali.br.



CRISE PÓS-COVID: POTENCIALIDADES DO CUIDADO EM UM SERVIÇO- ESCOLA ESPECIALIZADO, INTERPROFISSIONAL E INTEGRAL

VIEIRA, Rárica Isidório Sampaio Feitosa de Matos⁶⁷⁰

NILSON, Luana Gabriele⁶⁷¹

MATTOS, Luciana Bisio⁶⁷²

SPINELLI, Camila Leandra Bueno de Almeida⁶⁷³

⁶⁷⁰ Mestranda em Saúde Coletiva. *E-mail:* risfmatos@furb.br.

⁶⁷¹ Docente do Departamento de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da FURB, Doutora. *E-mail:* lnilson@furb.br.

⁶⁷² Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da FURB, Doutora, Coordenadora do PET Saúde Gestão e Assistência FURB/SEMUS na FURB. *E-mail:* lmattos@furb.br.

⁶⁷³ Docente do Departamento de Ciências Farmacêuticas da FURB, Curso de Nutrição, Doutora. *E-mail:* clbalmeida@furb.br.



RESUMO

A Síndrome Pós-Covid, também conhecida por Covid Persistente, Covid Longa ou Condição Pós-Covid é uma condição de fisiopatologia ainda desconhecida. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como Condição Pós-Covid a presença de sintomas até três meses após a contaminação, que duram, pelo menos, dois meses, não-explicáveis por outro diagnóstico. Dentre os sintomas que podem ocorrer a médio e longo prazo, destacam-se: fadiga, falta de ar, tosse persistente, dor no peito e distúrbios cognitivos como confusão mental, esquecimento e dificuldade de concentração. Estudo envolvendo dados de 56 países identificou 203 sintomas associados, que envolvem dez órgãos diferentes do corpo humano. As implicações para aqueles afetados pela Condição Pós-Covid podem ser incapacitantes, dificultando até atividades corriqueiras, impactando a qualidade de vida e tornando-se motivo de sofrimento na população, ansiosa pelo retorno à sua saúde inicial. Dada a devida importância aos prejuízos acarretados à saúde esta condição foi reconhecida na Classificação Internacional das Doenças, o CID-10, com a extensão U09.9, designada para qualquer condição de saúde não especificada posterior à covid-19. A OMS estima que 10% a 20% dos infectados pela covid-19 desenvolvem as sequelas da Covid Longa, o que sugere que, das 132.277 mil pessoas diagnosticadas com covid-19, conforme o Boletim Coronavírus, divulgado pela Prefeitura de Blumenau, 20% convivem com os sintomas persistentes ou agravos em doenças pré-existentes, ou seja, mais de 27 mil pessoas afetadas pela Covid Longa. Nesse contexto, o Centro Regional Interprofissional Especializado Pós-Covid-19 (CRIE Pós-Covid) foi implantado no dia 26 de agosto de 2021, com a proposta de ser um serviço referência especializado em atender às demandas de saúde de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) acometidos pela Covid Longa. O CRIE foi criado há um ano e é conveniado com a Universidade Regional de Blumenau (FURB) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau e financiado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (CISAMVI), sendo as atividades realizadas na Policlínica Universitária – Campus V, articuladas com a assistência e ao ensino-serviço e comunidade. Diante do cenário de saúde pública pós-Covid, o CRIE Pós-Covid se configura num necessário espaço de cuidado aos usuários e qualificação da rede assistencial no contexto do SUS. Objetivo do estudo: Relatar a experiência do Centro Regional Interprofissional Especializado Pós-Covid-19 (CRIE Pós-Covid), como centro de atenção secundária inovador, apresentando os diferenciais e as potencialidades desse serviço. Metodologia: Compõem a equipe do CRIE profissionais da Policlínica Universitária da FURB, professores, acadêmicos, pesquisadores e extensionistas da área da saúde. O serviço recebe usuários acima de 18 anos, referenciados com base em critérios pré-definidos, via sistema de regulação (SISREG) na Atenção Primária à Saúde (APS) para agendamento do acolhimento no CRIE Pós-Covid. No processo de acolhimento, a escuta e triagem é realizada por, pelo menos, dois profissionais de áreas diferentes e norteados por um instrumento que contempla aspectos das condições biopsicossociais, em que é traçado o plano terapêutico envolvendo atenção interdisciplinar e atendimento interprofissional focado no cuidado individual e integral. Resultados: No período de um ano (2021-2022) foram realizados 7.250 procedimentos, dentre eles exames (304 eletrocardiogramas, 2.212 laboratoriais e 195 oftalmológicos), 2.511 sessões de fisioterapia, 409 sessões de psicologia e 628 consultas médicas de diversas especialidades em 340 pacientes. Atualmente cerca de 338 pessoas seguem em acompanhamento e são acolhidos aproximadamente 65 novos pacientes por mês. A interprofissionalidade é um aspecto que se sobressai no serviço, permitindo incluir diferentes sujeitos nos processos de cuidado. A equipe é composta por duas enfermeiras, dois psicólogos, quatro fisioterapeutas,



uma nutricionista, dois auxiliares administrativos e um assistente social. Conta com 14 especialidades médicas, a saber: Clínica Médica, Neurologia, Cardiologia, Psiquiatria, Pneumologia, Oftalmologia, Angiologia, Ginecologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Otorrinolaringologia, Nefrologia, Urologia e Dermatologia. Assim sendo, a interprofissionalidade e integralidade no cuidado são grandes diferenciais preconizados no CRIE Pós-Covid. Ainda no aspecto da integralidade, destaca-se a implementação de princípios, métodos e instrumentos inovadores na atenção secundária, como o acolhimento, Projeto Terapêutico Singular, Pesquisa, Clínica Ampliada, Determinantes Sociais e Práticas Integrativas Complementares (PICs), visando a atender às necessidades do usuário e colocá-lo como protagonista do próprio cuidado. Enquanto serviço-escola, promove articulação das práticas com o ensino, pesquisa e extensão de diversos cursos da área da saúde e com o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC). Somando à equipe, tem-se a atuação de mais de 20 professores que associam a prática a teoria, fortalecendo o processo de aprendizagem e estimulando o trabalho interdisciplinar e interprofissional nos alunos dos cursos de Medicina, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Psicologia, Biomedicina, Odontologia, Educação física e Farmácia. Sendo assim, como campo de desenvolvimento de pesquisas e fomentador do ensino, o CRIE Pós-Covid apresenta-se como potente veículo para firmar a Política de Integração Ensino-Serviço-Comunidade (IESC) no município. Na dimensão da área de Pesquisa aplicada, mostra-se relevante, visto que se trata de um campo fértil com inúmeras lacunas a serem preenchidas. Para isso, o serviço compreende o Núcleo de Pesquisa Pós-Covid – coordenado e composto por pesquisadores que apresenta caráter aplicado dos projetos as demandas dos pacientes e equipes de trabalho – e o Projeto de Pesquisa: Observatório Regional Interprofissional Especializado para Síndrome de Covid-19 Persistente: Formação em Saúde e Cuidado Interprofissional. No campo da Extensão, os projetos visam a aplicar os conhecimentos à comunidade por meio da prestação de serviços, os quais são: Programa de Extensão “Ser e conviver Pós Covid: Se te comove, acolhe!”, “Integralidade do Cuidado”, “Arte do Cuidado” e “Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs)”. Conclusão: O CRIE Pós-Covid mostra-se de elevada relevância na atenção à saúde. Um serviço diferenciado por preconizar o cuidado humanizado, integrado e centrado no paciente. A interprofissionalidade aumenta a efetividade do tratamento, possibilitando a integralidade. Como formador, enfatizando a Política de Integração Ensino, Serviço e Comunidade no município, cujos benefícios são estendidos não apenas a quem utiliza o serviço, mas também àqueles que o fazem, como estudantes, professores, servidores, profissionais e a comunidade. Isto porque, ao mesmo tempo que oferta assistência de qualidade a usuários do SUS, fortalece o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, formando profissionais mais preparados e qualificados para atuarem em equipe e oferecerem uma atenção integral e resolutiva.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Covid-19; Educação; Integração Ensino-Serviço; Interprofissional.



ANTROPOLOGIA E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS: UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO

DOLZAN, Greiceane Dall Agno⁶⁷⁴

PEREIRA, Luísa Alves⁶⁷⁵

GUEDES, Mariana⁶⁷⁶

ABREU, Rayara⁶⁷⁷

SILVA, Yolanda Flores⁶⁷⁸

⁶⁷⁴ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* greice_fono@univali.br.

⁶⁷⁵ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* luisap@edu.univali.br.

⁶⁷⁶ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* marianaguedes@univali.br.

⁶⁷⁷ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* enf.rayaraabreu@gmail.com.

⁶⁷⁸ Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* yolanda@univali.br.



RESUMO

A disciplina de Antropologia e Práticas Comunitárias (APC), no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho da Univali, tem como objetivo promover uma reflexão teórico-prática acerca de ações e atividades comunitárias, de participação e intervenção social, com o aporte da antropologia da saúde, buscando a construção do cuidado, a qual envolve diferentes procedimentos, saberes, processos e ações, de base antropológica e científica. Segundo os achados em literatura, durante décadas e até os dias de hoje, as práticas de base antropológica são vistas pela medicina biologicista como “charlatanismo”. Na busca por diferentes cuidados terapêuticos, as pessoas procuram tanto nas práticas individuais, como nas coletivas, caminhos possíveis que possam lhe auxiliar a solucionar seus problemas de saúde. Esse cuidado inclui diferentes itinerários terapêuticos, mesmo diante de um mesmo diagnóstico, e as práticas que cada um escolhe podem seguir caminhos distintos. O cuidado em saúde é o ato de atenção e responsabilidade, ou seja, o fato de direcionar atenção e compartilhar responsabilidade caracteriza o cuidado, e quando praticado por profissionais da saúde, é possível configurar o cuidado em saúde. Para que o cuidado em saúde aconteça, faz-se necessária a produção do vínculo entre profissionais da saúde e os usuários aos quais estão designados. Sabe-se que, para a plena eficácia das ações de saúde é necessário que haja confiança, vínculo e empatia entre os atores, pois sem essas premissas é improvável que o cuidado em saúde seja, de fato, benéfico/concretizado. Ainda que o cuidado em saúde venha a ocorrer de forma unilateral, excluindo as demais ações praticadas pelos profissionais no ato de assistência aos usuários, boa parte dos pesquisadores concordam que o cuidado em saúde é caracterizado não só pela simples transferência de conhecimento, mas por todo o conjunto de ações que envolvem o profissional de saúde e o usuário no que tange ao vínculo profissional. A relevância do cuidado em saúde cotidiano é potente e depende de diversas questões que cercam o espaço da vida das pessoas, sejam elas profissionais ou usuários, constituindo itinerários terapêuticos em limitações biomédicas ou não. Sendo assim, o cuidado em saúde é resultado das atitudes partidas não só dos profissionais da saúde, mas também do próprio indivíduo, ambos revestidos de conhecimento, sendo científico ou não, com o intuito de promoção de saúde, alívio de sintomas ou reabilitação do sujeito, realizadas dentro, ou não, de espaços físicos denominados estabelecimento de saúde. A preocupação com a saúde geral e seus desafios vem de encontro a ações mundiais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos quais a ONU, em conjunto com seus parceiros no Brasil, estão trabalhando na busca por garantir acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos. Problema de pesquisa: Como as práticas integrativas em saúde, de base antropológica, interferem nos itinerários terapêuticos, na percepção das profissionais mestrandas da disciplina de APC? Objetivo do estudo: Reconhecer práticas de cuidado a partir de diferentes itinerários terapêuticos, em uma disciplina do Mestrado profissional. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência construído a partir da disciplina APC que

⁶⁷⁹ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PMGPP) da Univali. *E-mail:* graziela@univali.br.

⁶⁸⁰ Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



iniciou no segundo semestre de 2022, totalizando nove encontros, por meio de vivências, com práticas que envolveram o reconhecimento das diferentes abordagens na composição dos itinerários terapêuticos, tais como: visita ao horto medicinal, dança circular, oficina de compostagem, participação ativa no projeto de pesquisa “Cultivo Afetivo”, vinculado ao curso e roda de conversa. Resultados: A partir do relato de experiência e das diversas abordagens utilizadas na disciplina, as mestrandas puderam repensar suas práticas profissionais, ao considerar o paciente como um ser único e que possui identidade cultural, hábitos, tradições familiares, crenças, reconhecendo os diferentes itinerários terapêuticos como importante ferramenta para a construção do cuidado, impactando positivamente no processo em saúde. É possível concluir que houve evolução do pensamento crítico dos profissionais sob a ótica das práticas integrativas com base antropológica elevando o nível da qualidade do seu processo de trabalho.

Palavras-chave: Itinerário Terapêutico; Antropologia da Saúde; Práticas Integrativas e Complementares; Cuidado em Saúde.

INTEGRAÇÃO ENTRE O NASF-AB E CEAF: ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO QUANTO AO ACESSO DO USUÁRIO AO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

HILDEBRANDT, Kauana⁶⁸¹
CAPELETO, Ana Paula da Silva⁶⁸²
SILVA, Natalie Kristy Stephanie da Silva⁶⁸³

⁶⁸¹Graduanda em Farmácia na Universidade do Vale do Itaipó (Univali). *E-mail:* kauana.hildebrandt@gmail.com.

⁶⁸² Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Univali. *E-mail:* ana.capeleto@univali.br.

⁶⁸³ Graduanda em Farmácia na Univali. *E-mail:* nattkristy@gmail.com.



RESUMO

A comunicação é um processo básico em todas as relações humanas e o meio pelo qual as pessoas interagem e permutam informações e percepções. Assim como o ambiente de trabalho passa por constantes mudanças, as relações interpessoais estão se moldando a aparatos que deixam cada vez mais veloz a troca de informações, exigindo a adoção de novas ferramentas de mídias sociais aplicadas à organização e em sintonia com o modelo mental em rede dos indivíduos. Problema de pesquisa: Dentro de uma equipe multiprofissional, faz-se necessária uma comunicação limpa e direta, independente dos meios utilizados, visando à entrega completa dos dados a serem transmitidos de um profissional de saúde para o outro. O objetivo do estudo foi buscar trazer uma reflexão sobre o serviço em relação ao que foi proposto, buscando avaliar os métodos de comunicação utilizados pelos profissionais NASF em uma unidade de saúde no âmbito da troca de informações entre os mesmos. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, buscando a compreensão da realidade do grupo escolhido; é uma pesquisa descritiva, pois descrevemos a forma de trabalho do nosso público-alvo no território onde estão inseridos; exploratória, em que se busca conhecer melhor o processo de trabalho de ambos os serviços; a pesquisa de campo, pois além dos dados colhidos de referências bibliográficas e/ou documentais vamos buscar informações com os profissionais em seu campo de trabalho. A pesquisa foi realizada com as residentes de farmácia que atuaram em equipes do NASF-AB em um município do Vale do Itajaí, que fizeram parte do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família, oferecido pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) entre os anos de 2018 e 2020. Também foi realizada com a Coordenadora do Projeto de Assistência Farmacêutica do município de Brusque e com a farmacêutica responsável pelo CEAF no município, que fazem parte do componente especializado, juntamente com a preceptora de área da farmácia que faz parte do NASF, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aprovação do CEP número 3650323. Esta pesquisa se deu através de uma entrevista semiestruturada para conhecermos o fluxo de trabalho. Resultados: As respostas foram analisadas por meio da investigação de conteúdo temático, que busca compreender significados a partir de opiniões, atitudes, valores e crenças. Através das respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas, estas foram agrupadas por categorias, de acordo com a similaridade, culminando à redução e identificação de categorias centrais. Uma das categorias centrais apontada foi a comunicação entre as equipes, segundo as três residentes entrevistadas, como meio primordial para tratativa de casos e processos, de forma que possam organizar os objetivos, as equipes utilizam reuniões periódicas. No entanto, na prática, o método organizacional utilizado era a cultura do isolamento, em que “cada um faz o seu”. Os colaboradores não tinham noção da abrangência do território trabalhado, nem em questão de quantidade de habitantes. Não havia símbolos compartilhados ou rituais coletivos entre a equipe. A ideologia baseava-se na lógica assistencial de contribuição. Os processos enfatizavam o fornecimento de medicamentos. Além disso, um meio secundário às reuniões, para troca de informações, segundo as profissionais entrevistadas é a comunicação via digital, sendo utilizado o aplicativo de celular popular e informal, WhatsApp. Estudos realizados pela empresa Regus, consultoria que presta serviços de suporte ao trabalho remoto, apontam que 95% dos entrevistados fazem uso corporativo do WhatsApp. Em outro estudo realizado pela UFPR, dentre os entrevistados, 91% deles consideram o WhatsApp um instrumento ágil para troca de informações. Corroborando com



essa afirmativa, 90% dos entrevistados apontam que o WhatsApp pode se constituir uma nova ferramenta de comunicação no trabalho, seja totalmente ou como complemento. No entanto, por mais que as equipes utilizem meios de comunicação digital, ainda se faz necessária a troca de informações de forma presencial. As novas tecnologias de comunicação quebram as barreiras do tempo graças ao seu imediatismo, que permite o monitoramento simultâneo de eventos, diálogos em tempo real e encurtando a resposta em minutos ou até segundos. No entanto, mesmo que a imediaticidade seja um benefício, ainda assim, não substitui a troca de informações presencial, pois ela pode trazer detalhes que passam despercebidos ao enviar um e-mail ou mensagem via internet.

Palavras-chave: Gestão da Assistência Farmacêutica; Fluxo de Trabalho; Comunicação.

VULNERABILIDADES E DIREITOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

ABDOU, Wellington Sanchez⁶⁸⁴
FURBRINGER, Ariane⁶⁸⁵

⁶⁸⁴ Mestrando em saúde e gestão do trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* sanchezabdou@univali.com.br.

⁶⁸⁵ Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* ane27furbringer@gmail.com.



MAIOCHI, Eduarda⁶⁸⁶

GUEDES, Isabelle Bellini⁶⁸⁷

AGNE, Isadora Antonini⁶⁸⁸

PINTO, Julia Massotti⁶⁸⁹

WOINAROVICZ, Leticia⁶⁹⁰

BOSSARDI, Carina Nunes⁶⁹¹

RESUMO

Historicamente, o ser humano construiu a distinção dos gêneros através da diferenciação dos corpos, limitando as identidades a partir de aspectos físicos e características secundárias dos corpos considerados masculinos e femininos. Contudo, algumas pessoas não se enquadram nesses padrões pré-estabelecidos de comportamento, distanciando-se, assim, do sexo de nascimento, através do conceito de transgeneridade. Tal designação é definida por indivíduos cujo sexo biológico e o gênero não estão alinhados, sendo a identidade individual autodeterminada por meio de suas próprias referências. Essa quebra de expectativas socialmente imposta provoca situações de preconceito, discriminação, sentimento de invisibilidade e violação de natureza psicológica, física, sexual e econômica. Tais condições dificultam ainda mais o acesso das pessoas transexuais aos serviços públicos, entre eles educação, saúde, meios sociais e segurança. Nesse cenário, e em busca de conquistar seu espaço na sociedade, protocolos foram criados, a fim de respaldar o processo legitimador da própria identidade social. No âmbito da saúde, existe uma construção de ideias de políticas públicas de assistência à população trans que vão além do diagnóstico e cirurgia de reafirmação, envolvendo um cuidado integral e que vai ao encontro dos anseios por autonomia, empoderamento e exercício pleno da cidadania. Contudo, o acesso e a satisfação dos pacientes com o serviço de saúde, muitas vezes, não são alcançados, expondo a barreira presente pelo não acolhimento e pelo atendimento inadequado, por profissionais não capacitados e pela falta de competência na integralidade do cuidado. Problema de pesquisa: Quais os direitos, desafios e vulnerabilidades da população transexual e travesti no acesso ao processo transexualizador no SUS? Objetivo do estudo: Compreender os direitos, desafios e vulnerabilidades da população travesti e transexual no Sistema Único de Saúde, bem como as etapas do processo transexualizador no SUS e as dificuldades de acesso para a população transexual. Metodologia: Neste estudo, foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre a população transexual. Sendo realizadas buscas em duas principais bases de dados, SciELO e PubMed, a fim de reunir e verificar os artigos publicados relacionados ao tema. Os seguintes descritores foram utilizados: transexual e saúde, com o descritor booleano and, sendo selecionados, então, apenas artigos na língua portuguesa. A etapa subsequente compreendeu na mineração dos dados, sendo que o marco temporal para a realização das buscas deu-se no período de fevereiro de 2022 até julho de 2022. Foram considerados, como critério de seleção, artigos publicados entre os anos de 2015 e 2022, visando às publicações

⁶⁸⁶ Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* dudamaiochi1@gmail.com.

⁶⁸⁷ Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* isabelle.gds@gmail.com.

⁶⁸⁸ Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* isadora.agne@gmail.com.

⁶⁸⁹ Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* juliamassottip@gmail.com.

⁶⁹⁰ Graduanda no curso de Medicina na Univali. *E-mail:* leticiawoinarovicz@gmail.com.

⁶⁹¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho na Univali. *E-mail:* carinabossardi@univali.br.



mais recentes sobre o tema. Foram encontrados 63 artigos ao total, e após seleção de adequação aos critérios e maior adequação ao tema, 25 artigos se encaixaram na pesquisa final. Resultados: Embora a disponibilidade do acesso ao processo transexualizador no SUS seja um avanço na conquista dos direitos da população trans brasileira, a implementação desse programa apresenta diversos desafios para sua efetivação plena. Nesse cenário, múltiplos são os empecilhos enfrentados por pessoas transexuais e travestis para ter acesso a esse processo. O primeiro deles diz respeito à distribuição geográfica dos serviços transexualizadores no Brasil. Esses serviços são divididos em duas modalidades: ambulatorial, que oferece acompanhamento clínico pré e pós-operatório e hormonioterapia, e hospitalar, que oferece cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório. Entretanto, do ponto de vista geográfico, as unidades tanto da modalidade hospitalar quanto ambulatorial concentram-se em sua maioria na região Sudeste e Sul. A confluência geográfica desigual dos serviços de saúde, faz com que haja necessidade de deslocamento desses sujeitos para outras áreas e maior programação financeira, apresentando-se como um fator promotor de desigualdade no acesso à assistência. Nesse sentido, aquelas pessoas que vivem em áreas distantes e/ou que não possuem condições de buscar atendimento especializado acabam recorrendo a outras maneiras de realizar a transição, como a automedicação com hormônios e as aplicações de silicone industrial, causas importantes de adoecimento e morte de pessoas trans. Outro desafio está associado à discriminação e transfobia nos serviços, ao passo que o desrespeito ao nome social e uso inadequado dos pronomes estão entre as principais queixas da população trans no atendimento dos profissionais da saúde. Essas situações produzem momentos de desconforto e humilhação dos usuários, violando o direito à autodeterminação da identidade de gênero, e aproximam as pessoas das construções da qual buscam se desvencilhar. Essa realidade, por sua vez, contribui para quadros de adoecimento e morte da população trans, uma vez que dificulta o acesso aos serviços públicos de saúde, além de gerar resistência em buscar assistência à saúde quando necessário ou em continuar um tratamento prévio. Além disso, a necessidade do diagnóstico do “transexualismo” como um requisito para o acesso ao processo transexualizador define outra barreira para o acolhimento desses pacientes. Por fim, observou-se que pacientes que não conseguem convencer as equipes dos serviços transexualizadores de seus sofrimentos e da veracidade de suas identidades de gênero poderão ter seus laudos negados, estes que são necessários para dar início ao processo transexualizador no SUS. Além disso, pacientes que não se adequam aos ideais de feminilidade e masculinidade exigidos pelas equipes, bem como às perspectivas de gênero impressas pelos profissionais nos processos de diagnóstico, não conseguirão acessar os serviços de saúde oferecidos no âmbito do processo transexualizador. Caracterizando, assim, um sistema falho em relação ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Transexualidade; Disforia de Gênero; Políticas Públicas; Vulnerabilidades; Direitos.

AS VIOLÊNCIAS PRESENTES EM FEMINICÍDIOS CONJUGAIS EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA DE 2006 A 2017



RESUMO

O Mapa da Violência, no período de 1980 a 2013, identificou que 106.093 mulheres foram assassinadas, colocando o Brasil como o quinto mais violento no mundo em relação às mulheres. Desses homicídios, foi possível identificar que 33,2% foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros da vítima, o que demonstra a necessidade de aprofundar os estudos sobre as dinâmicas conjugais presentes nos feminicídios. Estudos de origem canadense e estadunidenses têm apontado a separação e perda de controle com relação à parceira foram as principais motivadoras do ato, associadas às ameaças contra o outro e a própria vida, bem como a presença de ciúmes e a ameaça para si e ao outro como os principais fatores de risco envolvidos nas violências conjugais. Pesquisas no contexto catarinense também têm investigado a presença da violência conjugal, instigada principalmente por homens, em situações que produziram homicídios conjugais. A violência conjugal também possui uma situacionalidade e intensidade distintas. Diante da separação, em relacionamentos heterossexuais, homens podem perseguir sua parceira a partir de um novo um relacionamento, impedir a parceira de estabelecer contatos, além de utilizar de ameaças para impedir a ruptura do relacionamento. Portanto, é pertinente caracterizar a presença de tipos de violência, na dinâmica conjugal, que possam estar presentes nos mapeamentos dos feminicídios conjugais. Metodologia: A pesquisa caracterizou, por meio de pesquisa documental e retrospectiva, casos julgados de feminicídio conjugal em Santa Catarina, no período de 2006 a 2017. Os dados foram coletados no Tribunal de Justiça, com respectiva autorização do Comitê de Ética de pesquisa e da instituição. Foram coletados 143 casos de feminicídios cometidos por homens, com análise de 146 variáveis, a saber: a) dados sociodemográficos; b) factuais; c) situacionais e psicossociais; d) indícios precursores; e e) tempo de ameaças e comportamentos de ciúmes, controle e perseguição à vítima. A análise foi descritiva e exploratória, em fontes documentais como: processo criminal; inquéritos policiais e notícias de jornais. Principais resultados: Os dados sociodemográficos demonstraram que os autores tinham idade média de 34,42 anos, variando entre 18 e 61 anos. A maior parte se declarou como branca, e a situação laboral de trabalhadores como não qualificados (23,74%) e desempregados (17,99%). A maior parte dos homicídios aconteceu no domicílio do autor e da vítima (46,85%), sendo que os assassinatos costumaram acontecer no período da noite (64%) e, pelo menos, 36,6% em finais de semana. O método mais utilizado foi o de objetos perfurocortantes, como facas e machados (46,85%), seguidos de objetos contundentes como marretas, martelos e pedras (25,17%) e armas de fogo (21,68%). As principais motivações para o crime foram a separação de corpos 24,3%, seguida das medidas de represália (24,3%) e dos ciúmes (23,6%). A violência conjugal esteve presente em 91,6% (N=131) dos casos que apresentaram informações e indícios de violência conjugal, sendo que em 74,2% (N=98) os homens foram os principais instigadores, seguido de 22% (N=29) em que a violência conjugal foi produzida na dinâmica conjugal por ambos. A amostra teve a presença expressiva da ameaça contra a vida da parceira, representando 68,1%

⁶⁹² Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* jf.horr@gmail.com

⁶⁹³ Pós-doutora. Professora da École de travail social et de criminologie da Université Laval (Québec, Canadá) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



(N=98) da amostra. Portanto, deve-se reconhecer que a ameaça direta, seja verbal ou por algum tipo de arma, pode ser uma estratégia utilizada pelos autores durante e após a separação. Dentre os tipos de violência, foi identificado a psicológica (81%), física (70,6%); moral (38,9%) e patrimonial (18,1%). Além disso, 38,8% dos autores (N=56) construíram algum tipo de controle na relação conjugal, como a vigilância, principalmente dos contatos construídos pela vítima no seu cotidiano, sendo a mais expressiva (N=29), seguida do impedimento de ter contato com a família (N=27) e o controle financeiro (N=17). Considerações finais: A pesquisa aponta a necessidade de identificar os diferentes tipos de violência conjugal nos feminicídios conjugais, bem como sua situacionalidade e intensidade. Assim como outros estudos, os resultados apontam para a necessidade de detalhar comportamentos de ciúmes, vigilância e controle nesses casos, durante as ameaças de separação e/ou separação efetiva do casal. Além disso, as violências são frequentemente instigadas pelos homens, como estratégia de domínio na relação conjugal, exercendo controle e coerção sobre a parceira. Nesse sentido, é possível analisar a violência patriarcal exercida por homens em relações conjugais, constituindo uma atmosfera de terror íntimo, como atualização e manutenção do poder. Portanto, pesquisas e intervenções que analisem os modos de expressão de ameaças, coerção e vigilância exercidas por homens podem explicar e prevenir situações possíveis de feminicídio conjugal.

Palavras-chave: Feminicídio Conjugal; Violência Conjugal; Homens Autores de Violência; Comportamentos de Controle.



PROJETO DE AÇÃO COMUNITÁRIA SOBRE O BEM-ESTAR DO IDOSO COM DISFUNÇÕES NEUROLÓGICAS: RESGATE CULTURAL

VALLE, Larissa do⁶⁹⁴
SILVA, Rafael da⁶⁹⁵
TYSKA, Jéssica⁶⁹⁶
COUTO, Angélica Garcia⁶⁹⁷

RESUMO

A população idosa, de modo geral, com destaque a comunidade acolhida pela Univali, cresceu consideravelmente e, junto a ela, o aparecimento de distúrbios neurológicos podem surgir no processo de envelhecimento. A concepção do projeto para a intervenção comunitária “Bem-estar do idoso com disfunções neurológicas: resgate cultural” emerge da metodologia aplicada na disciplina Projeto Comunitário de Extensão Universitária (PCEU) na Univali, articulada com o Programa de extensão “Práticas Gerontológicas: atenção à saúde do idoso com demência e seus familiares e comunidade da Univali”. Ambas as propostas convergem com o objetivo de beneficiar, principalmente, os idosos e seus familiares/cuidadores que sofrem com disfunções neurológicas, dentre elas, os problemas de Alzheimer, entre outras demências. Face ao exposto, acredita-se que o desenvolvimento de uma cartilha que contenha atividades que promovam resgate cultural, possa auxiliar o idoso junto aos seus familiares ou cuidadores, no processo de cuidado após o aparecimento de distúrbios neurológicos. Por conseguinte, o projeto visa a reaproximar o público idoso do núcleo de convívio social. Ademais, a elaboração e execução deste projeto representam atividades acadêmicas que corroboram com o propósito da educação interprofissional em todos os cursos da Escola de Ciências da Saúde. Problema de pesquisa: Como melhorar o desenvolvimento da capacidade cognitiva e ressocialização de pacientes portadores de transtornos mentais por meio de atividades lúdicas? Objetivo do estudo: O presente estudo consiste em promover ao idoso com disfunções neurológicas e com diagnóstico de demência e Alzheimer, bem-estar físico, intelectual, emocional e social. Concomitantemente, busca aumentar as possibilidades e a eficiência da prevenção dessas doenças, com a utilização da relação entre o conhecimento dos benefícios das práticas lúdicas, com ênfase no resgate cultural. Metodologia: Foi feita uma pesquisa qualitativa com um grupo de cuidadores e familiares de idosos com diagnóstico e suspeita de disfunções mentais do projeto Práticas Gerontológicas: atenção à saúde do idoso com demência e seus familiares e comunidade da Univali. A seguir, foram elaboradas propostas de atividades lúdicas, com instruções de prática que se converteram em uma cartilha. Resultados: Após a pesquisa realizada, foi possível compreender as fragilidades dos cuidadores e familiares em relação à atenção aos idosos, como também, atentar-se ao resgate de vivências culturais por meio das práticas lúdicas, como pintura, pescaria, ato de plantar, confecções artesanais e cozinhar. Assim, foram propostas sete atividades. A primeira consiste na criação de hortas artísticas, com auxílio de

⁶⁹⁴ Acadêmica de Fisioterapia na Univali. *E-mail:* larissadovallelv@gmail.com.

⁶⁹⁵ Acadêmico de Medicina na Univali. *E-mail:* rafael2000silva@gmail.com.

⁶⁹⁶ Acadêmica de Fisioterapia na Univali. *E-mail:* jgtyska@yahoo.com.

⁶⁹⁷ Mestre e Doutora em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Univali. *E-mail:* angelica@univali.br.



cuidadores, priorizando a sua interação, com o uso de materiais reutilizáveis e/ou orgânicos, assim como seleção de alimentos nutritivos, e itens de decoração ligados à sua memória. A segunda, de musicalização, que possa remeter a épocas, pessoas, lugares e experiências vividas guardadas na memória do idoso. Desse modo, ouvir canções que gostavam quando jovens durante o dia, pode trazer aos idosos, sensações agradáveis, até mesmo com intuito de causar dança ou movimento. A terceira, como a pescaria em casa, tem o intuito de trabalhar a coordenação motora do idoso juntamente com a socialização, visto que essa atividade pode ser feita com familiares e cuidadores. Além disso, a pesca tem o efeito terapêutico de desenvolver a tranquilidade e fomentar a reativação das memórias. Essa brincadeira pode ser feita com materiais encontrados em casa. A quarta, de contação de história, faz uma aproximação entre os idosos e seus familiares, principalmente jovens e crianças, o que pode apresentar efeitos equivalentes a uma terapia. Além disso, as práticas aqui estudadas estimulam funções cognitivas, o despertar das emoções, e a memória de curto prazo ao criar a história e transmitir. As histórias podem ser contadas por eles mesmos, contando suas experiências vividas ou ouvidas. A quinta faz a associação entre cores para fortalecimento da memória. Essa atividade trabalha na estimulação cognitiva e motora dos idosos, como também: concentração, memória, estímulo visual, percepção e lateralidade. Nessa atividade, a ideia é utilizar materiais recicláveis. Sugere-se o uso de tampinhas coloridas, juntar todas as tampinhas em um único recipiente, misturando todas. Consiste em pegar um papel e escrever uma cor correspondente, para idosos analfabetos, desenhar uma forma com a cor (escolher as cores iguais das tampinhas de garrafa) e colar em cada recipiente um papel. O objetivo é dar ao idoso o recipiente com as tampinhas misturadas, com isso ele irá pegar uma tampinha e colocar no potinho correspondente da cor. A sexta traz a fotografia para aguçar a memória, resgatar bons momentos registrados em fotos que fazem parte da vida do idoso, estimuladora da concentração, do funcionamento do hipocampo, conforme irá associar as fotografias com outras informações. Para efetivar essa prática é preciso buscar, nos álbuns de fotos da família, para enriquecer o momento, devem ser separadas fotos em pares para o idoso ligar ao momento em que foi registrada a imagem, as pessoas que fazem parte daquele círculo familiar e outras informações mais que se lembrar durante a brincadeira. O importante é que ao mesmo tempo em que o idoso observe a foto, ele tente resgatar outras lembranças associadas àquele momento e, assim, ir exercitando sua memória. Aos idosos com outras comorbidades como problemas motores, o instrutor pode ir organizando as fotos conforme o idoso vai pedindo ou em caso de problemas visuais, o instrutor pode fazer uma descrição detalhada da foto para que traga a lembrança do momento ou da pessoa em questão no registro. Por fim, a sétima atividade, relacionada à culinária, visa a despertar um resgate cultural com a cozinha e o ato de preparar alimentos. Alguns sugerem que cozinhar é considerado terapia e um meio de demonstração de afeto. Preparar o alimento propicia a memória coletiva, atua no cognitivo com planejamento e organização além de, em alguns preparos, promover estímulo motor e de coordenação. Para essa atividade, orienta-se que seja preparada uma receita com o idoso, que não tenha a necessidade primordial de fogão, optar por massas de biscoito e docinhos, sem a necessidade de fogo e, no preparo, deixar o idoso manusear e performar as formas dos biscoitinhos e doces para trabalhar a questão da motricidade, além disso, lembrar dos ingredientes que serão colocados e quais ainda não foram e, porventura, suas quantidades, o que estimula o processo cognitivo e memória.

Palavras-chave: Idosos; Distúrbios Neurológicos; Atividades; Resgate Cultural.



EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE DESPERTAR A CULTURA DE SEGURANÇA DO PACIENTE

SOUZA, Júlia de⁶⁹⁸

ROUSSENQ, Julia Fernanda⁶⁹⁹

SCHAUFFERT, Marina Uriarte Francisco⁷⁰⁰

CORRÊA, Thiago⁷⁰¹

RESUMO

O Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) foi implantado no município de Itajaí (SC) no ano de 2022 e conta com uma equipe de servidores públicos de saúde. O NSP tem por finalidade a promoção e o apoio da implementação de iniciativas voltadas à segurança do paciente, sendo uma delas o recebimento e a avaliação das notificações de eventos adversos relacionados à assistência à saúde ocorridos em estabelecimentos de saúde da cidade. Problema de pesquisa: A notificação de evento adverso promove a promoção da cultura de investigação para a melhoria contínua dos serviços de saúde através de dados coletados, a criação de um padrão de notificação e a construção de uma série cronológica dos incidentes detectados nos serviços de saúde no município. Contudo, algumas fragilidades ainda são encontradas, uma vez que a cultura de segurança não predomina na mentalidade dos profissionais e, por vezes, permeia o medo, devido à cultura punitiva. O erro ainda é um termo forte, pois, conforme sua magnitude e gravidade, o paciente pode ser pouco ou muito prejudicado. Relembrando que os eventos não incidem somente sobre o paciente, mas também no profissional que realiza o cuidado. É evidente que as fragilidades relacionadas à notificação de eventos adversos ainda permeiam a segurança do paciente, pois ainda há medo consequente de uma cultura de segurança frágil e de ações punitivas, impossibilitando a notificação, reforçando a subnotificação. Objetivo do estudo: Relatar a experiência acadêmica do estágio curricular supervisionado do décimo período do curso de enfermagem, frente à importância das ações de educação permanente em saúde para fomentar a cultura de segurança do paciente como meio de qualificar a assistência. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência sobre a elaboração e divulgação de materiais educativos para os servidores públicos do município de Itajaí através do NSP. Resultados: Os profissionais de saúde ainda são pouco instrumentalizados na sua formação para lidar com os erros, especialmente porque esses estão relacionados a sentimentos de incapacidade, culpa, vergonha e limitado conhecimento científico, além do medo de punições jurídicas, éticas e sociais. O primeiro passo para a prevenção do erro na saúde é reconhecer que ele é possível e está presente no cuidado. A partir disso, os profissionais de saúde precisam compreender os tipos de eventos adversos, suas causas, consequências e fatores contribuintes. Dessa forma, a educação permanente possibilita a transformação das práticas profissionais, pois ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações e é desenvolvida a partir dos problemas enfrentados na realidade, levando em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Nesse sentido, torna-se possível a sensibilização dos profissionais de saúde frente a essa temática, incorporando a cultura de segurança do paciente no cotidiano dos serviços de saúde, uma vez que o NSP foi instituído recentemente. Aliás, a sensibilização dos

⁶⁹⁸ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* desouza.juliaa@gmail.com.

⁶⁹⁹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* rousseq.julia@edu.univali.br.

⁷⁰⁰ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* mschauffert@univali.br.

⁷⁰¹ Doutor em Farmacologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. *E-mail:* thicor85@gmail.com.



profissionais de saúde, referente à importância de realizarem notificação e registro dos incidentes está ocorrendo gradativamente. Em vista disso, como uma das etapas do projeto de intervenção estabelecido pela grade curricular do décimo período do curso de enfermagem, foram criadas ferramentas de ensino-aprendizagem pensando no incentivo e na propagação da cultura de segurança do paciente. Primeiramente, criamos um vídeo educativo para os profissionais de saúde, familiares e pacientes que foram atendidos nos serviços de saúde do município com o objetivo de compreenderem como, quando e o porquê de realizarem a notificação dos incidentes ocorridos. O vídeo educativo favorece a inclusão de voz, imagens e textos tornando-se atrativo e dinâmico, além disso, permite a fácil disseminação das informações apresentadas e amplia o acesso do grupo-alvo, uma vez que é possível divulgar o vídeo por plataformas como Youtube, WhatsApp, entre outros. Além disso, criamos um folder que aborda a importância de realizar a notificação de eventos adversos e de como proceder para enviá-la ao NSP através da leitura do QR code, a fim de facilitar o acesso ao formulário de notificação. Sendo assim, na educação permanente do NSP voltada para farmacocinética e farmacodinâmica com a participação de aproximadamente 80 profissionais e trabalhadores de saúde e estudantes da área da saúde, apresentamos o vídeo educativo e disponibilizamos o folder informativo para cada participante. Diante disso, almejava-se, com a educação permanente, o aumento do índice de notificação de eventos adversos, a fim de qualificar a assistência prestada ao paciente e isso foi possível com as estratégias de ensino-aprendizagem que incentivaram a cultura de segurança do paciente e simplificaram o acesso ao formulário de notificação para evento adverso. Logo, a notificação surge como um elemento potencializador da Segurança do Paciente, visto que a partir do ocorrido será analisada a causa raiz, as fragilidades do processo serão identificadas e serão traçadas ações para fortalecer o processo de trabalho, atuando tanto na segurança do paciente quanto na segurança do profissional. Para fortalecer a cultura de segurança do paciente, faz-se necessária a implantação contínua de ações educativas, juntamente com medidas que respaldam os profissionais em relação à ocorrência dos eventos adversos, além do estímulo para esses profissionais notificarem os eventos adversos, a fim de analisá-los, corrigi-los e preveni-los.

Palavras-chave: Segurança do Paciente; Educação Permanente; Assistência ao Paciente; Atenção à Saúde.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ESTIMULAÇÃO AO AUTOCUIDADO E CONTROLE DA GLICEMIA AO ADOLESCENTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 1

SILVA, Paola Julia da⁷⁰²

MIQUELASSO, Paula⁷⁰³

ALMEIDA, Luise Machado Yokoyama de⁷⁰⁴

RESUMO

O Diabetes Mellitus tipo 1 é uma doença autoimune em que as células beta-pancreáticas são destruídas pelo próprio sistema imunológico e caracteriza-se pela diminuição significativa da secreção ou ausência de insulina, causando hiperglicemia. Os sintomas iniciais são relacionados à hiperglicemia e incluem polidipsia, polifagia, poliúria, visão ofuscada, perda de peso, fraqueza, fadiga, nervosismo, mudanças de humor, náusea e vômito. O diagnóstico se faz pela medida da glicose plasmática. O tratamento consiste unicamente em insulina e hábitos saudáveis de vida como forma de controle de glicemia (dieta equilibrada e atividades físicas). Suas principais complicações agudas são a cetoacidose diabética e a hipoglicemia, assim como as principais complicações tardias da patologia são a predisposição a infecções, retinopatia, nefropatia e neuropatia diabética. Não obstante, o projeto de educação em saúde teve como proposta fortalecer a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, a qual corresponde ao terceiro eixo do plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Problema de pesquisa: Como estimular o adolescente portador de Diabetes Mellitus tipo 1 a participar de seu autocuidado e controle glicêmico diário. Objetivo do estudo: Proporcionar ao adolescente conhecimento e empoderamento sobre sua saúde e autocuidado. Metodologia: Foi realizada consulta de enfermagem em domicílio à adolescente de 13 anos inserida no território de uma Unidade Básica de Saúde na cidade de Balneário Camboriú (SC), com a finalidade de acompanhamento do caso de Diabetes Mellitus tipo 1, a qual encontrava-se instável. Durante a consulta domiciliar, realizada pelas acadêmicas de enfermagem, foi aferida a glicemia capilar, que se apresentava 245 mg/dl em jejum. Segundo informações coletadas, a jovem se alimentava de forma fracionada e tem como base em sua dieta carboidratos. A paciente também demonstrava raso conhecimento sobre Diabetes Mellitus tipo 1, controle glicêmico e estava aguardando endocrinologista com encaminhamento da UBS para especialista há um mês. Após a consulta, as acadêmicas de Enfermagem elaboraram materiais informativos digital e impresso de fácil entendimento, condizente com a faixa etária do paciente, referente à patologia, realização de controle glicêmico e autocuidado. Resultados: Foi realizada educação em saúde à adolescente, em seu quarto e sentada ao lado das acadêmicas, para que ela se sentisse confortável e acolhida. Foram abordados temas com o uso de terminologia de fácil compreensão, com linguagem apropriada e adequada para a idade da paciente sobre sua fisiopatologia, sintomas, tratamento, rodízio de aplicação da insulina, controle da glicemia e possíveis complicações, utilizando material educativo digital e impresso. Houve orientação sobre a importância de seguir a prescrição médica corretamente, obter bons hábitos de vida, como atividade física, dieta balanceada tendo como base legumes, verduras e frutas cítricas.

⁷⁰² Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: paolajulia8@gmail.com.

⁷⁰³ Acadêmica de Enfermagem na Univali. *E-mail*: paula.smiquelasso@gmail.com.

⁷⁰⁴ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Univali. *E-mail*: luise@univali.br.



A paciente foi sensibilizada quanto à alimentação a cada três ou quatro horas, por risco de hipoglicemia. Foi também incentivada à ingestão de dois litros de água por dia. Ao final da consulta de enfermagem, houve a realização de um momento para retirar dúvidas remanescentes pela paciente e disponibilizado o esquema impresso de rodízio de insulina, com orientações referentes a locais de aplicação, quantidade correta, seguindo a prescrição médica, e tabela de refeições/lanches como forma de eliminar o hábito de se alimentar de maneira fracionada durante longos períodos do dia. Após uma semana, as acadêmicas autoras deste resumo voltaram à casa da adolescente e puderam observar que o esquema de rodízio estava sendo utilizado, assim como as anotações referentes ao seu controle glicêmico. A mãe ainda relatou que não houve picos de hiperglicemia na semana após a educação em saúde como havia antes das orientações passadas.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Políticas Públicas; Educação em Saúde; Materiais Educativos.



FATORES PROMOTORES DE SAÚDE EM TRABALHADORAS DA LIMPEZA NAS UNIVERSIDADES

CORREIA, Isabela Brasil⁷⁰⁵

SOUZA, Elisangela Mara⁷⁰⁶

VERZOLA, Yuri Eller⁷⁰⁷

NEZELLO, Eloysa⁷⁰⁸

TIBOLLA, Sgarbi Sabrina⁷⁰⁹

WATANABE, Elaine⁷¹⁰

CAPELETO, Ana Paula da Silva⁷¹¹

RESUMO

A população de trabalhadoras da limpeza é integrante da comunidade acadêmica, porém, sua presença é constantemente relegada ao cenário social, sem a sua importância devidamente reconhecida. A divisão social de trabalho por gênero, tradicionalmente, relega às mulheres o trabalho de cuidado e manutenção da sociedade, também conhecido como trabalho de reprodução social. Por sua vez, aos homens são reservados os trabalhos com mais prestígio e visibilidade, conferindo ao semblante masculino a ideia de progresso social. Ao mesmo tempo, através de um olhar da teoria crítica da raça, percebe-se que os trabalhos de limpeza são majoritariamente realizados por pessoas negras, uma repetição de um histórico Brasil escravagista. O trabalho para a manutenção do espaço universitário é uma das bases para o bom funcionamento de todas as atividades que ocorrem naquele meio. Porém, esta população, pelas desigualdades de gênero, classe, raça e por não ser considerada acadêmica, apresenta-se vulnerável naquele espaço. Pelo esforço físico, tal população é suscetível ao estresse ocupacional. O estresse ocupacional é uma doença crônica caracterizada por reações de desgaste físico e psicológico relacionadas ao trabalho, sendo um estado em que ocorre desgaste do organismo humano e/ou diminuição da capacidade de trabalho. Dentre as características, temos a vulnerabilidade orgânica ou a forma inadequada de avaliar e enfrentar a situação de estresse. Conhecidos os fatores de risco, nota-se a importância de mapear possibilidades de promover saúde entre esta população. A partir da identificação, torna-se possível o desenvolvimento de políticas trabalhistas com o fim de promover fatores protetivos para a população. Problema de pesquisa: Quais são as necessidades em promoção de saúde no ambiente de trabalho de trabalhadoras do setor de limpeza em uma instituição de ensino? Objetivo do estudo: Elucidar, a partir da literatura acadêmica, quais são as necessidades em promoção de saúde no ambiente de trabalho de trabalhadoras do setor de

⁷⁰⁵ Acadêmica de Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali), pesquisadora integrante do grupo “Processos Psicológicos, Desenvolvimento Humano e Saúde”. *E-mail:* isabelabrch@gmail.com.

⁷⁰⁶ Acadêmica de Farmácia na Univali. *E-mail:* lisa_mara@outlook.com.

⁷⁰⁷ Docente do curso de Psicologia na Univali, integrante do Projeto de Extensão Prática a Mente. *E-mail:* yuriv@univali.br.

⁷⁰⁸ Docente do curso de nutrição na Univali, integrante do Projeto de Extensão Prática a Mente.

⁷⁰⁹ Acadêmica de Medicina na Univali. Bolsista Projeto de Extensão Prática a Mente. *E-mail:* sabrina-sgarbi@hotmail.com.

⁷¹⁰ Docente dos cursos de Estética e Estética e Cosmética na Univali, integrante do Projeto de Extensão Prática a Mente. *E-mail:* elainew@univali.br.

⁷¹¹ Docente dos cursos de farmácia, medicina e NIDECS, coordenadora do Projeto de Extensão Prática a Mente na Univali. *E-mail:* ana.capeleto@univali.br.



limpeza em uma instituição de ensino. Metodologia: Foi realizada uma revisão da literatura de caráter exploratório nas bases de dados Scielo, PubMed e BVS. A partir da utilização dos descritores “trabalhadoras da limpeza AND promoção de saúde”, não foram encontrados artigos em nenhuma base de dados. Na utilização dos descritores “trabalhadoras da limpeza AND universidade”, também não foram encontrados artigos em nenhuma base de dados. Com a utilização do descritor “trabalhadoras da limpeza”, foram encontrados cinco artigos da base de dados Scielo, sendo que somente dois se relacionam com a temática. Principais resultados: Grande parte das trabalhadoras da limpeza nas universidades, tanto públicas quanto privadas, possui vínculo empregatício com empresas terceirizadas. Tal fato ocasiona a precarização dos fenômenos relacionados à saúde do trabalhador, devido ao fato de os gestores de tais trabalhadoras não estarem fisicamente junto a elas, ocasionando um sucateamento dos direitos trabalhistas. O vínculo empregatício também é precário e com baixos salários, deixando grande parte das colaboradoras em situação de vulnerabilidade patrimonial. Além dos aspectos relacionados ao trabalho, as trabalhadoras da limpeza se encontram em lugar de vulnerabilidade psicossocial, sendo suscetíveis aos fenômenos de estresse ocupacional e assédio moral no trabalho. A literatura aponta a falta de reconhecimento da função como um dos fatores causadores de estresse, com o cenário em que as trabalhadoras reconhecem a importância de sua função, mas são pouco reconhecidas pela comunidade universitária. Fatores referentes à classe social, orientação sexual e raça estão relacionados com a marcação dos processos de exclusão, inerentes à terceirização do trabalho. Por fim, não foram encontrados aspectos promotores de saúde na literatura. Tal fato confirma os fenômenos indicados a respeito da invisibilidade social, de modo a refletir na escassez de trabalhos. Faz-se de suma importância a pesquisa de fatores protetores em saúde para essa população, visto as vulnerabilidades citadas acima. Além disso, percebe-se a necessidade de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que abordem a promoção de saúde da trabalhadora, principalmente quando se consideram os trabalhos menos prestigiados e valorizados na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Trabalhadoras da Saúde; Universidade; Promoção de saúde; Divisão do Trabalho Baseada no Gênero.



DROGAS LÍCITAS: ANÁLISE DA MORTALIDADE E INTOXICAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NA REGIÃO SUL

LONGA, Jenifer Welter⁷¹²

CASTRO, Maria Fernanda Zorzo⁷¹³

MENGATO, Maria Eduarda de Souza⁷¹⁴

ROMANHOLI, Nicolay Carmelita Motta⁷¹⁵

RESUMO

Existem vários tipos de drogas, sendo elas de substâncias naturais ou sintéticas que alteram o funcionamento do organismo. É definido como droga sendo de uso, abuso ou dependência e são separadas por critérios de legalidade sendo elas lícitas e ilícitas. A dependência em drogas lícitas é uma doença e seu uso indevido é um problema de saúde. Atualmente, a população com maior índice de consumo a esses produtos comercializados são pessoas acima de 40 anos. Problema de pesquisa: Elevado índice de mortalidade e intoxicação da faixa etária de 40 a 69 anos. Objetivo do estudo: Realizar uma análise adequada para promover intervenções para melhoria da saúde. Metodologia: Os dados de mortalidade e de intoxicação exógena foram extraídos do Sistema de Informações em Saúde (Tabnet) e CIATOX/SC. Foram analisados os seguintes indicadores: idade, anos, causa da morte, quantidade de mortalidade e quantidade de intoxicação. Resultados: Ao analisar as quantidades de óbitos, pode ser verificado que a população-alvo tem entre 40 e 69 anos, com as principais causas de morte: transtornos mentais e comportamentais, devido ao uso de fumo e transtornos mentais e comportamentais, devido ao uso de álcool. Examinando os dados extraídos, foi observado que o maior índice de mortalidade por uso de álcool foi em 2021. No entanto, o maior índice de mortalidade por uso de fumo foi em 2019. Os indicadores de intoxicação evidenciaram que a maior taxa de óbito foi em 2019, totalizando 4.322 óbitos, contudo, o menor índice foi em 2021, com 3.088 óbitos. Segundo o relatório anual do CIATOX/SC, em 2021 e 2019, os três principais agentes responsáveis por intoxicações na idade de 20 a 69 anos são clonazepam, paracetamol e álcool etílico.

Palavras-chave: Mortalidade; Intoxicação; Álcool; Fumo; Medicamentos.

⁷¹² Acadêmica de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁷¹³ Acadêmica de Enfermagem na Univali.

⁷¹⁴ Acadêmica de Enfermagem na Univali.

⁷¹⁵ Acadêmica de Enfermagem na Univali.



O PROCESSO DE HEMOTRANSFUÇÃO EM UM PRONTO-SOCORRO PEDIÁTRICO SOB A ÓTICA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ALMEIDA, Luise Machado Yokoyama de⁷¹⁶

RESUMO

A hemotransfusão é um procedimento complexo que acontece através de etapas em que o sangue propriamente dito ou algum dos seus componentes é transferido de um doador para o sistema circulatório de um receptor, para isso é necessária uma compatibilidade sanguínea entre os sujeitos. Sob a perspectiva histórica, os primeiros registros da hemoterapia aconteceram no século XVII, quando um médico realizou o procedimento entre um ser humano e uma ovelha, o qual obviamente não obteve sucesso. Enquanto isso, o armazenamento de bolsas contendo sangue iniciou durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em virtude da necessidade de reposição volêmica em soldados, mas, somente na década de 1930, os serviços que coletavam sangue em larga escala foram criados. Cabe ressaltar que a terapêutica através de hemocomponentes concerne desde fatores clínicos que precisam ser avaliados para tomada de decisão, até valores religiosos do paciente e da sua família que devem ser respeitados. Nesse sentido, o enfermeiro é o profissional de referência para mediar a situação e não poupar esforços para garantir a integridade do processo, para tanto, está respaldado pela Resolução COFEN número 709/2022 que atualizou a norma técnica sobre a atuação do Enfermeiro e do Técnico de Enfermagem em serviços de hemoterapia. Problema de pesquisa: Quais as etapas para o processo de hemotransfusão e de que forma o enfermeiro contribui em cada uma delas? Objetivo do estudo: Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de hemotransfusão sob a ótica de acadêmicas de Enfermagem, nas dependências de um pronto-socorro pediátrico. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, baseada no relato de experiência de acadêmicas de enfermagem sobre um processo de hemotransfusão em uma unidade de pronto-socorro de um hospital pediátrico da região do Vale do Itajaí. Resultados: O enfermeiro possui um papel fundamental durante a hemotransfusão, tendo como objetivo garantir a segurança transfusional, sendo de responsabilidade sua e da equipe realizar a orientação quanto ao termo de aceite e entendimento das orientações das indicações e riscos transfusionais, além da conferência de dados e de conhecer as indicações da transfusão reduzindo as chances de eventos adversos, o enfermeiro deve orientar os pacientes e acompanhantes sobre o processo de hemotransfusão. Além de estar alerta para evitar a ocorrência de eventos adversos relacionados ao processo transfusional. O caso relatado neste estudo caracteriza um paciente com anemia falciforme congênita, que estava com hemoglobina em 4,7g/dL e necessitava de uma transfusão de derivados urgente. Naquele momento, por conta dessa deficiência de hemoglobina, o paciente estava apresentando desconforto respiratório com uso de musculatura acessória e saturação de 86%. Em casos como este, o enfermeiro deve priorizá-los e realizar todos os processos gerenciais necessários de forma adequada e rápida, evitando erros de preenchimento de solicitação ou de etiqueta, como nomes abreviados, erro no nome

⁷¹⁶ Enfermeira. Mestra em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Docente no curso de Enfermagem da Univali. *E-mail*: luise@univali.br.



da mãe e/ou data de nascimento, pois, caso aconteça, a agência transfusional solicitará uma nova amostra e atrasará todo o processo, que, nesse caso, era primordial. Dessa forma, deve-se ressaltar a importância das agências transfusionais, que têm como função garantir a terapia transfusional livre de quaisquer efeitos indesejados, realizando conferências rígidas de dados, fazendo a prova cruzada para investigar possíveis reações, além de estudar e notificar todas as reações decorrentes de algum erro no processo de ciclagem do sangue. Considerando toda a complexidade desde a solicitação até a infusão de um processo transfusional, nota-se a necessidade do enfermeiro em possuir conhecimentos específicos sobre a temática para, assim, obter-se a segurança transfusional. O enfermeiro está diretamente conectado com os cuidados do paciente que realizará a transfusão e além de saber os cuidados e os sinais de alerta que o paciente pode apresentar, ele precisa saber os cuidados com a bolsa transfusional para não ocorrer erros de armazenamento ou de infusão. Considerações finais: Esta vivência das acadêmicas foi fundamental para a compreensão da complexidade do processo transfusional e a importância do enfermeiro nesse processo, a fim de minimizar a probabilidade de complicações e danos ao paciente.

Palavras-chave: Hemotransfusão; Enfermeiro; Pediatria.



EXPRESSÕES DA SEXUALIDADE EM PACIENTES COM DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

BOBATO, Sueli Terezinha⁷¹⁷

SILVA, Julia Lamim⁷¹⁸

SOUZA, Vinicius Pinho⁷¹⁹

RESUMO

A sexualidade é uma das dimensões essenciais da saúde e qualidade de vida, no entanto pouco abordada nas linhas de cuidado ao paciente com doença inflamatória intestinal (DII). Dada às peculiaridades da condição clínica da DII, exige uma abordagem específica, demandando orientações técnicas que considerem os condicionantes de saúde em diferentes momentos do ciclo vital. Problema de pesquisa: De que forma o diagnóstico e tratamento de Doença Inflamatória Intestinal impacta na expressão da sexualidade do indivíduo? Objetivos: Avaliar o impacto da Doença Inflamatória Intestinal na expressão da sexualidade do indivíduo, sob a perspectiva da psicologia analítica; descrever as representações simbólicas associadas à sexualidade dos pacientes; caracterizar a qualidade da sexualidade antes e após o diagnóstico e tratamento; e levantar as demandas atuais no âmbito da sexualidade dos respectivos pacientes. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de natureza clínico-qualitativa realizada com uma amostra de dez pacientes com DII, com média de idade de 41,7 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada e atividade expressivo-gráfica. Os dados foram analisados com a técnica de análise de conteúdo e do processamento simbólico, na perspectiva da psicologia analítica. Resultados: Evidenciou-se predomínio do gênero feminino (8), heterossexuais (9), casados há mais de dez anos (6), com filhos (7) e profissionalmente ativos (6). Houve prevalência da Doença de Crohn (6) em relação à Retocolite Ulcerativa (4), com diagnóstico há mais de cinco anos (8), e em remissão (7). O diagnóstico foi acompanhado de reações excessivas de medo, constituindo-se como um momento de crise com maior impacto no relacionamento afetivo-amoroso no primeiro ano da doença, associados a constrangimento e vergonha do parceiro devido aos sintomas da DII como urgência fecal, bem como desconfortos com a imagem corporal diante de cicatrizes, decorrendo em ausência de ato sexual. Outro impacto foi associado à maternidade, com afastamento da criança nos primeiros meses, acompanhado de sofrimento psíquico. No entanto, a qualidade do relacionamento afetivo-sexual melhorou significativamente após o diagnóstico, de modo que, dos dez participantes, apenas um percebeu piora nesta dimensão e vinculou-a à dor. Associaram esse fator ao comportamento de cuidado do parceiro(a), valorização do presente, acompanhamento psicológico, ressignificação da imagem corporal e aceitação da doença, culminando em impacto positivo no relacionamento. Como forma de enfrentamento da doença, foram citadas estratégias de aceitação da doença, vinculadas à religião/fé, família e ajuda dos companheiros. A maioria dos participantes considera que a

⁷¹⁷ Doutoranda em Ciências na Área de Oncologia na Fundação Antônio Prudente – mantenedora do A. C. Camargo Câncer Center. Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail*: suelibobato@univali.br.

⁷¹⁸ Acadêmica do Curso de Psicologia da Univali.

⁷¹⁹ Acadêmico do Curso de Psicologia da Univali.



equipe de saúde deve abordar a sexualidade dos pacientes nas consultas clínicas, integrando-a às dimensões do tratamento. A pesquisa contribuiu com a produção de conhecimento técnico-científico sobre os impactos da DII na sexualidade dos pacientes, bem como das demandas a serem trabalhadas pelas equipes e serviços de saúde, colaborando para reflexões acerca do papel ativo e dinâmico da sexualidade na saúde biopsicossocial dos envolvidos. Ao elencar as representações simbólicas como aspecto importante a ser considerado no tratamento da DII, o estudo possibilitou ampliar a compreensão acerca do fazer do psicólogo nas linhas de cuidado ao paciente com DII, contribuindo para reflexões acerca do papel ativo dos fatores psicológicos na sexualidade e no processo saúde-doença.

Palavras-chave: Doença Inflamatória Intestinal; Sexualidade; Psicologia Analítica; Representações Simbólicas.



A PERCEPÇÃO DAS ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM QUANTO AO MODELO DE AVALIAÇÃO EM UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO ADULTO E PEDIÁTRICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ALMEIDA, Luise Machado Yokoyama de⁷²⁰
VENTURA, Giovana Cardozo⁷²¹
SILVA, Stéfani dos Santos⁷²²

RESUMO

No universo da pediatria, uma seringa com agulha se transforma em uma “picadinha de abelha” e a máquina de raio-x vira uma ótima máquina fotográfica, as cores da classificação de risco podem ser associadas com personagens de desenhos animados e essa abordagem exige do profissional de enfermagem criatividade para garantir a condução exitosa do processo de trabalho. Enquanto isso, o atendimento adulto é mais prático e objetivo, em virtude da facilidade de compreensão da situação de doença atual e obediência aos comandos recebidos por profissionais. Em comum, as unidades de pronto-socorro adulto e pediátrico apresentam, como fatores que comprometem a qualidade do atendimento, o déficit de profissionais qualificados, o tempo de espera pelo atendimento elevado, a superlotação e a infraestrutura, que não comporta o número de atendimentos que são recebidos. Destaca-se, ainda, que a equipe de enfermagem está amparada pela Resolução COFEN número 661/2021 no que concerne à sua participação na atividade de Classificação de Risco, sendo esta privativa do enfermeiro que é responsável por analisar criticamente as demandas do paciente e organizar o fluxo de atendimento da instituição, mediante protocolo vigente; a mesma resolução proíbe o enfermeiro de executar outras atividades de forma simultânea, considerando a complexidade e a responsabilidade desta tarefa. Problema de pesquisa: Quais as diferenças percebidas por acadêmicas de enfermagem durante a imersão prática em unidades de pronto-socorro adulto e pediátrico? Objetivo do estudo: Este relato de experiência tem como objetivo descrever a percepção das acadêmicas de enfermagem quanto as diferenças entre os modelos assistenciais de uma Unidade de Pronto-Atendimento Adulto e uma Unidade de Pronto-Socorro Infantil. Metodologia: Refere-se a uma pesquisa observacional, baseada no relato de experiência de acadêmicas de enfermagem sobre as diferenças assistenciais entre uma Unidade de Pronto-Atendimento Adulto e uma Unidade de Pronto-Socorro Infantil. Resultados: O acolhimento com classificação de risco é uma ferramenta, que avalia de forma criteriosa o estado geral do indivíduo, tendo como premissa identificar qual a problemática e classificá-la, de acordo com a gravidade, necessidade e especificidade da situação. Existem inúmeras diferenças entre os atendimentos das unidades de pronto-atendimento adulto e pediátrica, porém uma das principais é que o público pediátrico manifesta, de maneiras diferentes, os sinais e sintomas, além de compor um grupo

⁷²⁰ Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* luise@univali.br.

⁷²¹ Graduanda em Enfermagem pela Univali. *E-mail:* gio_ventura@hotmail.com.

⁷²² Graduanda em Enfermagem pela Univali. *E-mail:* stefanidssilva@gmail.com.



vulnerável imunologicamente, sendo mais suscetíveis a processos patológicos e mais propensos a complicações, ou seja, quadros descritos como leve pelos pais, podem evoluir de maneira rápida. Deve-se ressaltar que a classificação depende de uma linha de raciocínio, entrelaçando sintomas, sinais vitais e história do paciente, dessa forma, são minimizadas as chances de erros de classificação. A vivência das acadêmicas quanto ao modelo de assistência entre as duas unidades, ressalta uma grande diferença de protocolo, além das diferenças de perfil de pacientes, uma vez que na unidade de pronto-atendimento adulto possuía linhas de raciocínio estruturadas auxiliando para que o julgamento clínico ocorra de maneira eficaz, com menos particularidades. Na unidade infantil, o modelo assistencial está baseado em protocolos que levam a linhas de raciocínio, desde que se compreenda o raciocínio e o julgamento clínico. Tendo em vista os pontos elencados, a ocorrência de equívocos na classificação é mais propensa na unidade pediátrica, dificultando o processo de trabalho da instituição, uma vez que depende da compreensão, avaliação e julgamento do enfermeiro, pois se faz necessária a relação com a fisiopatologia. Considerações finais: Sob a ótica das acadêmicas de enfermagem, essa imersão possibilitou a ampliação das fragilidades e potencialidades que compõem a prática do enfermeiro e estimulam o desenvolvimento do senso crítico e da liderança, essenciais para um profissional atuante em pronto-socorro adulto ou pediátrico. Por isso, entende-se a necessidade de investimento em políticas de saúde que priorizem os serviços porta-aberta e capacitem os profissionais para atender sob a característica do imediatismo, sem perder a qualidade da assistência.

Palavras-chave: Pronto-Socorro; Pediatria; Adulto; Assistência.



SAÚDE DA MULHER NA BUSCA ATIVA PARA AUMENTO DA COBERTURA DE COLETA DE EXAME CITOPATOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SARDAGNA, Giovanna da Silva⁷²³

ROUSSENQ, Julia Fernanda⁷²⁴

GOUVEA, Pollyana Bortholazzi⁷²⁵

RESUMO

A enfermagem, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha múltiplas atividades, e por sua vez, tem o cuidado como eixo principal do seu processo de trabalho. O Câncer do Colo do Útero é uma neoplasia maligna caracterizada pela reprodução desordenada do epitélio de revestimento do órgão, contudo sua evolução é lenta, ocupando o terceiro tipo de câncer mais incidente entre mulheres, acometendo cerca de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres. Frente aos dados apresentados, a coleta do exame citopatológico do colo do útero caracteriza a principal estratégia de diagnóstico precoce e rastreamento do câncer do colo do útero. Problema de pesquisa: Na perspectiva da pandemia de covid-19, com o vírus já confirmado e conforme preconização do Ministério da Saúde, adotou-se a quarentena como medida de controle da transmissão do vírus. Como consequência, destinou-se os atendimentos em saúde às demandas relacionadas a covid-19 e as consultas de rotina se tornaram mais escassas, restritas e distantes da população. Objetivo do estudo: Relatar a experiência acadêmica do estágio curricular supervisionado do nono período do curso de enfermagem. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência sobre a importância da busca ativa para o aumento da realização do exame citopatológico pelas mulheres, em uma Unidade Básica de Saúde do Município de Itajaí. Resultados: Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento via sistema buscando mulheres de 25-64 anos da microárea escolhida para aplicação do projeto, gerando um relatório de 169 mulheres, que foi comparado com o controle de realização do preventivo da enfermeira de equipe, dos últimos três anos. Obteve-se a informação de que 142 mulheres (84%) estavam com o preventivo em atraso. A partir desta informação, confeccionamos um convite nominal e propomos para a equipe a entrega do convite através de aplicativo de mensagens online, além da busca ativa, para que pudéssemos atingir um número maior de pacientes, porém não foi aceito pela equipe. Logo, realizamos visitas presenciais e diárias ao domicílio de cada paciente, acompanhadas da Agente Comunitária de Saúde, realizando a entrega do convite em mãos e ofertando o agendamento do preventivo no mesmo momento, com opções de vagas matutinas e vespertinas. Após a finalização da rota de entrega, realizamos um levantamento de resultados obtidos, através da agenda da unidade e do controle online de realização de

⁷²³ Enfermeira pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* sardagnag@gmail.com.

⁷²⁴ Enfermeira pela Univali. *E-mail:* julia.rousseau@edu.univali.br.

⁷²⁵ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Programa de Mestrado Saúde e Gestão do Trabalho e do curso de graduação em enfermagem na Univali. *E-mail:* pollyana.gouvea@univali.br.



preventivos, da enfermeira responsável pela equipe. Obtendo os seguintes resultados: foram entregues os convites para 49,3% das pacientes, e 50,7% estavam ausentes; dos convites entregues, 54,3% foram agendados e obtivemos 7,9% de absenteísmo. Com o projeto já realizado, pode-se demonstrar para a UBS que muitas vezes a busca ativa se faz ineficaz pelo simples fato de que as pacientes não se encontram na residência em horário comercial. Sendo assim, foi apresentado um relatório final para a equipe de saúde, para demonstrar a necessidade de criar estratégias, utilizando meios tecnológicos, a fim de aumentar o alcance das pacientes com exames em atraso, e com outras pendências. No caso de ter utilizado o meio digital, todas as pacientes seriam, ao menos, alcançadas com o convite e possuiriam mais chances de agendamento. Almeja-se que a Unidade de Saúde dê continuidade ao projeto para as demais microáreas, e da busca ativa contínua de seus pacientes, a fim de manter a adesão dessas mulheres à realização do exame de prevenção. Ainda, fica como sugestão a inclusão e o apoio de meios tecnológicos como facilitadores de saúde, considerando que, na atualidade, são poucas as pessoas que não possuem algum meio de internet. Face a isso, a utilização de um celular, de meio exclusivo da unidade, beneficiaria tanto na questão da comunicação com os usuários da unidade, como na divulgação de campanhas de saúde, entre outras ações posteriormente desenvolvidas.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Coleta de Preventivo; Atenção Básica; Busca Ativa.



AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA NO PROCESSO ADAPTATIVO DO TRATAMENTO

BOBATO, Sueli Terezinha⁷²⁶

RODRIGUES, Mayara de Paula Almeida⁷²⁷

SILVA, Ana Maria Costa⁷²⁸

RESUMO

O interesse da comunidade científica pelos aspectos psicológicos do câncer de mama aumentou consideravelmente nas duas últimas décadas, mas com maiores investimentos de pesquisas nesta direção desde os anos 1980; parte delas tendo como tema o impacto emocional do diagnóstico e do tratamento. Em seu processo adaptativo frente ao tratamento, os pacientes oncológicos ficam suscetíveis à manifestação de distúrbios emocionais, principalmente depressão, ansiedade e transtornos de ajustamento, de acordo com os sistemas taxonômicos do CID-10 e DSM-V. Tais condições decorrem do fato de o câncer de mama, na maioria das vezes, iniciar-se como doença silenciosa, e sua progressão implica em uma série de sintomas visíveis para o paciente e para quem com ele convive, passando a ser confrontado com diversas mudanças em sua vida. Caracterizado como uma doença invasiva e agressiva, pode se constituir como uma experiência traumática e causadora de sofrimento físico e psíquico, estando associado, na maioria das vezes, a sofrimento, dor, mutilação e até mesmo a morte. É ainda um dos tipos de câncer mais temido pelas mulheres, por acometer uma parte do corpo muito valorizada e que representa um papel significativo na identidade e sexualidade da mulher. Além disso, o tratamento e o ambiente hospitalar modificam a rotina do paciente vivenciada antes do adoecimento, constituindo-se em elementos mais ou menos estranhos ao eu do sujeito. Tais vivências são acompanhadas por intensa carga afetiva pelo papel central que a doença passa a desempenhar em sua vida, necessitando tomar conhecimento de informações sobre sua saúde. Sendo assim, a escolha deste tema se deu pelo interesse em compreender os aspectos adaptativos relacionados ao diagnóstico e tratamento do câncer de mama, associada à disposição tipológica da psique das pacientes na interação com o meio. O estudo teve como base os pressupostos epistemológicos e metodológicos da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, que concebe o processo de adoecer como uma experiência adaptativa de integração mente e corpo, contribuindo para o processo de individuação. A Psicologia Analítica concebe o processo saúde e doença como uma vivência psicológica que permite que o paciente se aproprie dos seus recursos internos e acesse as dimensões inconscientes. Para Jung, a personalidade é um sistema dinâmico em constante transformação; assim, a energia psíquica transforma-se em energia física e a energia física em energia psíquica. Nessa perspectiva, trata-se de uma

⁷²⁶ Doutoranda em Ciências na Área de Oncologia na Fundação Antônio Prudente. Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). *E-mail:* suelibobato@univali.br.

⁷²⁷ Acadêmica do Curso de Psicologia da Univali.

⁷²⁸ Acadêmica do Curso de Psicologia da Univali.



estrutura complexa, composta por inúmeros arquétipos e complexos que são intimamente atrelados um ao outro, ordenados em um conglomerado de estados mentais e de ações humanas. Ontologicamente, esta abordagem considera o ser humano como uma totalidade, abrangendo aspectos biológicos, ambientais, sócio-históricos e espirituais. O homem como microcosmo é parte integrante do macrocosmo, o qual compreende as esferas do inconsciente coletivo e da consciência coletiva. Problema de pesquisa: Como ocorre a resposta adaptativa em mulheres com câncer de mama, evidenciada por meio da avaliação tipológica da personalidade? Objetivo do estudo: Avaliar a associação entre as características tipológicas da personalidade e as estratégias adaptativas frente ao tratamento de pacientes acometidas pelo câncer de mama. Os objetivos específicos consistiram em descrever o perfil sociodemográfico e clínico de mulheres em tratamento de câncer de mama; dimensionar as atitudes e funções psíquicas predominantes por meio do Questionário de Avaliação Tipológica de Personalidade e descrever as adaptações internas e externas no processo de diagnóstico e tratamento do câncer de mama. Metodologia: A presente pesquisa, de natureza clínico-qualitativa, foi realizada com uma amostra de seis mulheres diagnosticadas com câncer de mama, com idade mínima de 18 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, questionário de avaliação tipológica da personalidade e técnica de associação de palavras. Os dados quantitativos foram organizados em forma de esquema gráfico de estrutura cruciforme, contemplando a relação entre as duas atitudes psicológicas, introversão e extroversão, bem como as quatro funções psíquicas: pensamento, sentimento, sensação e intuição, possibilitando a compreensão da psicodinâmica de cada um dos participantes. Os dados quantitativos foram integrados à análise qualitativa resultante da entrevista semiestruturada, organizados a partir de categorias temáticas por meio da técnica de análise de conteúdo. Posteriormente, os dados, em seu conjunto, foram analisados, confrontando-os com o referencial teórico da tipologia junguiana, mais especificamente com as atitudes e funções psíquicas predominantes. Resultados: Evidenciou-se uma média de idade de 53,2 anos entre as participantes, com diagnóstico de câncer de mama predominantemente entre um e dois anos. O tratamento realizado foi a quimioterapia (6), seguido de mastectomia parcial (5), radioterapia (4), imunoterapia (2) e hormonioterapia (1). Evidenciou-se que as respostas adaptativas frente ao diagnóstico e tratamento do câncer de mama colaboram para mudanças significativas na vida das participantes, pois, conforme seus relatos, a doença permitiu uma nova forma de reflexões sobre si próprias e, conseqüentemente, sobre como estar no mundo. Diante dos resultados apresentados nos esquemas cruciformes, identificou-se polarizações e unilateralidade psíquica compreendida também pelas vivências e histórias de vida que cada uma experienciou. Todas as participantes relataram que, na época que receberam o diagnóstico de câncer de mama, estavam passando por problemas pessoais, a exemplo de lutos de entes queridos, mudança de cidade, problema conjugal e conflitos nas relações parentais. Todas referiram que suas vidas estavam mais voltadas para trabalho, família e amigos, sem a reflexão devida. Seus relatos estão impregnados de sentimentos de mudanças em seu processo de individuação, numa tentativa de transcender as polarizações, tanto da direção da energia psíquica introversão/extroversão, como da subutilização das funções ectopsíquicas em seus processos de tomada de decisão. As funções mais utilizadas entre as participantes foram o sentimento e a sensação, a função ectopsíquica menos utilizada foi o pensamento. As adaptações internas e externas que emergiram do processo de adoecimento têm contribuído à transcendência dos opostos, promovendo o seu processo de individuação. Portanto, os acontecimentos que ocorreram na vida dessas participantes, culminando em perdas e rupturas que mobilizaram mudanças, mesmo que forçadas pelo adoecimento com o câncer. O estudo possibilitou trazer elementos para o desenvolvimento de práticas de cuidado que considerem os fatores psicológicos



associados ao tratamento e à atenção integral das pessoas que convivem com o câncer de mama.

Palavras-chave: Câncer de Mama; Personalidade; Adaptação; Psicologia Analítica.

AS ALTERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS AUTISTAS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

CORREIA, Isabela Brasil⁷²⁹

SALES, Daniel Augusto⁷³⁰

RESUMO

As habilidades sociais fazem parte das habilidades necessárias para a convivência em sociedade, sendo habilidades relacionadas à capacidade de se comunicar com outros sujeitos, utilizando recursos verbais e não verbais. O déficit nas habilidades sociais pode ou não estar presente em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, quando presente, pode estar comprometido em diferentes níveis. São consideradas algumas habilidades sociais: comunicação, civilidade, empatia e capacidade de expressão dos sentimentos, que podem se encontrar comprometidas em diferentes formas. No caso de comprometimento de algumas ou todas essas habilidades, faz-se necessária a intervenção profissional com o Treinamento de Habilidades Sociais, intervenções de caráter habilitatório, que visa a oferecer condições para o desenvolvimento das habilidades faltantes (MOOTZ et al., 2022). Entretanto, o período de pandemia por covid-19 foi caracterizado pelo isolamento social, tornando o contato social restrito somente a familiares residentes das crianças. Desse modo, há o comprometimento da possibilidade de desenvolvimento das habilidades sociais, por causa do contato restrito com outros indivíduos (BAWEJA et al., 2021). Problema de pesquisa: Quais foram as alterações no desenvolvimento das habilidades sociais em crianças com TEA durante o período de pandemia por covid-19? Objetivo do estudo: Compreender, a partir da literatura, as alterações observadas no desenvolvimento das habilidades sociais em crianças com TEA. Metodologia: Foi realizada uma revisão da literatura de caráter exploratório a partir da base de dados PubMed. Foram utilizados os descritores combinados “social skills AND autism AND covid”, obtendo 39 artigos publicados entre os anos de 2020 e 2022. Ao todo, foram selecionados seis artigos relacionados com a temática para a constituição da pesquisa. Principais resultados: O período pandêmico trouxe, além de um impacto negativo para o treino de habilidades sociais, dificuldade no tratamento de outras habilidades, podendo ser elas cognitivas e motoras. O isolamento social tornou o grupo de contato das crianças restrito, resumindo-se apenas aos moradores de sua residência. Fatores como limitação de espaço, ausência de atividades variadas e repetição de atividades foram apontados como fatores estressantes para as crianças. Consequentemente, o tempo de permanência em tela foi apontado como significativamente aumentado, estando relacionado com a diminuição da estatização das habilidades sociais, devido à ausência de interação com o meio e recebimento

⁷²⁹ Acadêmica de Psicologia, pesquisadora integrante do grupo “Processos Psicológicos, Desenvolvimento Humano e Saúde” na Universidade do Vale do Itajaí. *E-mail:* isabelabrch@gmail.com.

⁷³⁰ Psicólogo infantil no Koegel Autism Center. Atua na área do TEA. *E-mail:* salesdaniel@hotmail.com.



de estímulos apenas de modo passivo. A dificuldade de tratamento terapêutico adequado foi relacionada ao aumento da medicalização das crianças, com o objetivo de manter o comportamento estável. Também devido ao espaço físico limitado, foram correlacionados agravos nas habilidades motoras e sociais, tornando mais suscetíveis explosões de raiva e diminuindo comportamentos de tolerância à frustração. Em contrapartida, algumas pesquisas apontam o enfrentamento do momento pandêmico melhor do que o esperado, em que crianças se tornaram mais participativas de rotinas familiares e mais comunicativas com os pais. Além disso, foi relatado maior tempo familiar, utilizado para o ensino de habilidades relacionadas ao cuidado da casa, relacionando-se com a autonomia das crianças. Dentre as estratégias de enfrentamento adequadas, foram encontradas as videochamadas, possibilitando a interação social intermediada pelas telas. Tais videochamadas foram associadas à diminuição do estresse e saudade de colegas. Por fim, observa-se escassez na literatura a respeito do impacto proveniente do período pandêmico, após o retorno das atividades presenciais. Faz-se fundamental compreender quais foram os impactos obtidos, de modo a compreender a melhor forma de lidar com eles, permitindo estratégias de intervenção mais assertivas.

Palavras-chave: Habilidades Sociais; Autismo; Covid-19.



O CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS E CIRCUNSTANCIAL EM PESQUISA DE CAMPO NA UNIVERSIDADE DO VALE DE ITAJAÍ

GUERREIRO, Ana Julia Morais⁷³¹

BOTT, Flávia⁷³²

CASTRO, Maria Fernanda Zorzo⁷³³

LUCIO, Thuane da Silva Santos⁷³⁴

RESUMO

As dificuldades na discussão sobre o uso de drogas, sejam lícitas ou ilícitas, estão em buscar a compreensão de onde está o limite que torna uma droga utilizada como fonte de prazer em um problema para seu usuário, sua família e a comunidade. Esse limite reside na relação que o usuário estabelece com a droga: uma relação de uso eventual ou uma relação de dependência. Apesar das diversas drogas provocarem diferentes efeitos, danos físicos e psicológicos em maior ou menor grau, apresentarem síndrome de abstinência mais ou menos severa, é o usuário que deve ser focado. As drogas lícitas são substâncias psicoativas ou psicotrópicas cuja produção, comercialização e consumo não constituem crime, destacando-se o álcool e o tabaco. O prazer eventual proporcionado pela droga pode se tornar uma dependência para alguns e não para outros. Objetivo do estudo: Realizar uma análise adequada para promover intervenções para melhoria da saúde. A OMS considera, também, que apenas a frequência e a quantidade de droga consumida não é o suficiente para se caracterizar o abuso ou a dependência de drogas. Outros fatores devem ser considerados, como a compulsão ao uso de drogas; a dificuldade em controlar o uso; a tolerância a doses crescentes; a perda de critérios quanto ao uso em locais inconvenientes, entre outros fatores. Metodologia: Através de uma pesquisa de campo online, foram entrevistados 31 alunos da Universidade do Vale do Itajaí, com questionamentos sobre as drogas lícitas, abordando o início e circunstâncias que desenvolvam o vício. Resultados: Diversas são as razões que levam uma pessoa a consumir drogas e para cada usuário há um grau de comprometimento social, ocupacional, familiar e clínico. Perceber o dano causado a si próprio e buscar ajuda o quanto antes, contando com suporte familiar e de especialistas, é de suma importância para o êxito no tratamento.

Palavras-chave: Vício; Danos; Substâncias; População; Controle.

⁷³¹ Acadêmica do curso de Enfermagem na Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁷³² Acadêmica do curso de Enfermagem na Univali.

⁷³³ Acadêmica do curso de Enfermagem na Univali.

⁷³⁴ Acadêmica do curso de Enfermagem na Univali.



A SAÚDE DO SER HUMANO E A ESPIRITUALIDADE NATURAL NO CUIDADO: CONCEPÇÕES DOS DOCENTES DA ÁREA DA SAÚDE

PAHL, Carolina Godinho⁷³⁵

DITTRICH, Maria Glória⁷³⁶

MELLER, Vanderléa Ana⁷³⁷

RESUMO

A espiritualidade natural e sua relação com o cuidado à saúde do ser humano é foco deste estudo, que considera as percepções dos docentes da área da saúde e a importância do tema na formação docente. A dimensão espiritual manifesta-se na forma como o ser humano sente, pensa e age diante das situações da vida, especialmente importante nas condições de sofrimento, dor, amor e criatividade. Essa vivência do ser no mundo traz um sentimento espiritual profundo, de sublimidade que toma a pessoa e a toca espiritualmente, pois é uma vontade de saber algo mais profundo sobre si mesmo e suas escolhas no viver. Cada ser humano tem uma maneira de se revelar na sua vontade de sentido de vida, de busca de significações e sentido sobre o viver que dimensiona a sua espiritualidade. O movimento natural da qualidade de ser da pessoa profunda é espiritual que se manifesta diante das vivências no mundo da espiritualidade natural. Nesse sentido, a espiritualidade natural é uma manifestação legítima do ser humano, na sua maneira de relacionar-se consigo mesmo, com o outro, com o mundo e com Deus e isso se relaciona também com a forma de cuidar da saúde nos processos da docência e formação universitária. As políticas públicas de formação dos docentes dão amparo para processos formativos que podem contribuir com a inclusão de temas fundamentais, entre eles a espiritualidade natural, pois no cuidado à saúde do ser humano leva em consideração a concepção de ser humano na sua multidimensionalidade biológica, psicológica, espiritual, social, política, cultural e ambiental. Assim, o ato de ensinar-aprender-cuidar de forma integral, para um viver saudável, considera o ser como um todo e se faz a partir da inserção da própria humanidade para assistir a do outro – como ser único, na sua corporeidade, como mente, vontade, emoção e espírito. Problema da pesquisa: Quais as concepções dos docentes da área da saúde sobre a espiritualidade natural no cuidado do ser humano? Objetivo do estudo: Compreender as concepções dos docentes da área da saúde sobre a espiritualidade natural no cuidado do ser humano. Metodologia: A pesquisa é

⁷³⁵ Mestranda em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁷³⁶ Doutora em Teologia, Filósofa, Coordenadora do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, professora e pesquisadora da Univali.

⁷³⁷ Doutora em Educação, professora da Graduação de Educação Física e do Mestrado Profissional de Gestão em Políticas Públicas da Univali.



qualitativa de caráter teórico-prático, fenomenológica. Base teórica nos escritos de Frankl (2003; 2008), Tillich, (2005) Dittrich (2010). A compreensão das falas dos participantes foi realizada na metodologia da hermenêutica fenomenológica, entendendo que a relação entre pesquisador e o seu objeto se constitui em síntese na dinâmica da consciência que percebe o fenômeno. Para isso, a pesquisadora seguiu os seguintes passos: intencionalidade, percepção e compreensão. A intencionalidade ocorre no ato de abertura da consciência do pesquisador para auxiliar na procura por referências sobre seu objeto de pesquisa. Na percepção, o pesquisador distingue dados teóricos e práticos, organizando-os de uma maneira que possibilite a reflexão e compreensão. No último movimento, ocorre a compreensão da consciência do pesquisador sobre seu objeto. Foi realizada entrevista com 14 docentes que participam dos Núcleos Docentes Estruturantes de cursos de saúde da Escola de Ciências da Saúde da Univali. Os dados foram categorizados a partir das percepções do conceito de Saúde e de espiritualidade Natural. Esta pesquisa foi desenvolvida na linha Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Univali. Resultados: Apesar do esforço dos profissionais da área da saúde para apresentarem uma visão ampla e holística de ser humano, saúde e espiritualidade natural ocorreu, na maioria das respostas, a manutenção da visão unidimensional de ser humano e de saúde, embasada no modelo biomédico. A visão de espiritualidade natural dos entrevistados apresentou limitações na compreensão do tema, evidenciando que esta dimensão não era clara conceitualmente, no pensar e agir cotidiano. Apesar da não clareza conceitual todos evidenciaram a relevância da dimensão para o profissional da saúde, por gerir o cuidado e a necessidade de fortalecimento constante da energia vital. Os profissionais relacionaram a dimensão espiritual com as vontades e escolhas do ser humano e sua relação com o outro, que o ser humano afeta o mundo, ou seja, esse participante consegue entender que o ser humano contribui e afeta as coisas ao seu redor, como o outro e a natureza. O professor 7 expressou que “[...] dimensão da espiritualidade, o que eu faço com a minha vida, o que eu faço com as minhas escolhas, de que forma eu contribuo para essa sociedade, de que forma eu contribuo para esse planeta, de que forma eu contribuo para que tenhamos todos na coletividade uma vida melhor, uma vida mais humana, uma vida com mais paz, uma vida com mais amor, mais alegria, mais trocas”. Tornou-se evidente, nas articulações apresentadas, as responsabilidades e potenciais individuais para o fortalecimento do ser espiritual, que é uma relação de atitude do ser que se propõe a contribuir com as dinâmicas vitais, a saúde e o cuidado ao ser humano com sentimentos-pensamentos construtivos. A compreensão da espiritualidade como fundamental para a vida, essencialmente como a dimensão da vivência da liberdade e da responsabilidade torna-se evidentes, nesse contexto, o professor 7 expressou que: “[...] a saúde ela tem relação com as suas redes de apoio, com a família, com a sociedade, com o trabalho, com todas as relações que nós vivemos. Então ela não vem isolada. Também é um tema bem complexo, bem amplo, mas a saúde não tem uma relação unicamente patológica, ela tem uma relação multi-interdimensional”. É possível perceber a necessidade da busca do sentido de viver nas relações que estabelece e de cumprir esse sentido como aquilo que o mantém vivo. O apoio torna-se fundamental para o fortalecimento espiritual e dá forças para superar as adversidades e ter saúde, são relações que impactam no processo da docência. A formação dos docentes e temas trabalhados poderão, também, favorecer este apoio necessário para os docentes. O docente 12 expressou que “[...] meu conceito de espiritualidade, que é encontrar um significado, um sentido para além daquelas questões práticas, como ter que dar conta de um currículo, ter que dar conta de ter uma nota, não, mas o que mais disso tudo. Vejo que é até uma possibilidade de ampliar a consciência do sentido de estar aqui”. Os fenômenos vivenciados nesta pesquisa permitiram verificar a valorização que os docentes empregaram para a espiritualidade natural e necessidade de formação para o domínio do tema e fortalecimento do ser humano



espiritual, buscando contribuir com a atuação docente nas ações de cuidado, saúde e o bem-estar-viver. Reconhecer a importância da dimensão espiritual no processo saúde/doença e na vida permite mais reflexões sobre o tema para o cuidado à saúde do ser multidimensional que vive em busca do sentido do seu viver. Consideramos fundamental para os profissionais da saúde realizarem o cuidado integrado ao fortalecimento espiritual, pois influencia diretamente nas condições humanas. A espiritualidade natural é a expressão legítima da maneira de ser e de viver do ser humano, como um fenômeno humano que caracteriza sua forma de ser no mundo e isso tem relação intrínseca com suas verdades, valores e da vontade de encontrar um sentido para a existência.

Palavras-chave: Espiritualidade Natural; Cuidado; Profissionais da Saúde.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO AO SOFRIMENTO HUMANO

PAHL, Carolina Godinho⁷³⁸

MELLER, Vanderléa Ana⁷³⁹

DITTRICH, Maria Glória⁷⁴⁰

RESUMO

A presente pesquisa está integrada na linha de pesquisa Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali, e abrange a temática da educação em saúde e espiritualidade no cuidado ao sofrimento humano. Essa é uma temática que perpassa as relações de cuidado na saúde e processos de educação em saúde que integram as políticas públicas de saúde. A educação em saúde está proposta na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, do Ministério da Saúde, e estabelece critérios para sua efetivação, é dimensionada como aprendizagem no trabalho, do aprender-ensinar que se integram no cotidiano do trabalho e transformação das práticas profissionais. A espiritualidade é uma dimensão que fortalece o ser humano, em sua força criativa para as descobertas das razões de ser do humano no mundo, entre elas evidenciamos as relações de vida no trabalho. A espiritualidade é uma manifestação legítima do ser humano, na maneira de relacionar-se consigo mesmo, com o outro, o meio e Deus. A espiritualidade é da natureza humana, pois está ligada ao centro da energia vital criativa do ser e ao amor, à criatividade, à transcendência no desejo de encontrar o sentido de vida. Espiritualidade é um fenômeno ligado à possível superação do sofrimento nas relações de cuidado na saúde. O ser humano é multidimensional e tem uma profundidade espiritual que emerge desde uma percepção de vontade de sentido de vida. Todo humano visa à liberdade e responsabilidade por sua vida, quer encontrar no amor, na dor ou na criatividade um sentido para viver saudável. Nessa perspectiva, o homem só se torna homem e só é completamente ele mesmo quando fica absorvido pela dedicação a uma tarefa, quando está a serviço de uma causa e no amor a uma pessoa. Esse sentido se caracteriza por estar no mundo que busca constantemente o real sentido da vida. Nesse processo, entendemos o ser humano, consciente ou não, que vive um fortalecimento espiritual, fundamental na estruturação do seu olhar sobre si, sobre o outro, sobre a natureza e sobre o mundo. E nessa experiência, diante dos fenômenos que o

⁷³⁸ Mestranda do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

⁷³⁹ Doutora em Educação, professora da Graduação de Educação Física e do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Univali.

⁷⁴⁰ Doutora em Teologia, Filósofa, coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, professora e pesquisadora da Univali.



impactam de certa maneira, ele quer e sente a necessidade de busca de sentido para as suas perguntas fundamentais e que remetem sobre a sua própria existência. Esse sentido da vida se dá, também, pela percepção da finitude, a certeza que o ser humano possui sobre sua morte e sobre o sofrimento. Problema da pesquisa: Como a educação em saúde pode integrar e favorecer a espiritualidade no cuidado ao sofrimento humano na visão de Frankl? Objetivo: Compreender como a educação em saúde pode integrar e favorecer a espiritualidade no cuidado ao sofrimento humano na visão de Frankl. Metodologia: Pesquisa de abordagem qualitativa, teórica e com base na hermenêutica fenomenológica para compreensão dos dados. A perspectiva fenomenológica foi escolhida para essa pesquisa por possibilitar a compreensão e o aprofundamento dos fenômenos que se apresentam. Base teórica nos escritos de Frankl (2003; 2008), Dittrich, Pahl e Meller (2021); Dittrich (2010). Esta pesquisa foi desenvolvida na linha Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Univali. Resultados: A educação em saúde é desenvolvida a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Os processos de educação dos trabalhadores da saúde são desenvolvidos a partir da problematização do processo de trabalho, com base nas necessidades de formação e desenvolvimento, com objetivos de transformação das práticas profissionais e organização do mundo do trabalho. Entre as problematizações, o fenômeno da espiritualidade está ligado ao sofrimento humano, pois a cura de dores existentes passa também pelo caminho do sofrimento e, nessas experiências, descobre o sentido do viver. No sofrimento o humano manifesta maneiras de ser e descobrir o sentido de ser no mundo. No decorrer da história, o sofrimento sempre se fez presente, decorrente de vários fatores: guerras, pobreza, pandemias, violência e relações de trabalho. Nesse sentido, o sofrimento é inerente ao ser humano, ele traz sentido à vida em diferentes graus de intensidade ao longo da existência. E o desafio se constitui em decidir o que fazer diante dele, portanto o sofrimento tem um sentido, e que além do sofrimento, a necessidade, o destino e a morte fazem parte da vida. Na visão de Frankl, nenhum desses elementos pode ser separado da vida de um ser humano sem destruir o seu destino. Nesse caso, privar a vida das necessidades, da morte e do sofrimento, seria como tirar a forma e a essência da vida. Assim, o sofrimento faz parte da vida do ser humano, ou seja, se a vida tem um sentido, o sofrimento também o tem. A dor, quando necessária, é uma possibilidade para encontrar sentido. Nas adversidades vivemos enfrentamentos de sofrimento e a espiritualidade potencializa a criatividade como algo sagrado, apontando caminhos com sentido de resolução das dores. Saúde é manifestação da centralidade do humano de profundidade espiritual e possibilita percepções da presença ignorada de Deus. Em razão disso, sofrimento e doença não se equivalem. O homem pode sofrer sem estar doente, e estar doente sem sofrer. O sofrimento é tão inerente ao humano que, eventualmente, o não-sofrer pode ser uma doença. E há estados psíquicos doentios nos quais o homem, exatamente por não sofrer, sofre. Essa experiência desperta o amor perante aceitação do sofrimento, leva à liberdade e responsabilidade pela vida, isso é caminho de cura. A espiritualidade é a manifestação das múltiplas dimensões humanas, busca entender o sofrimento para aplacar as dores, através das descobertas de sentido do próprio sofrimento vivido. Essas são questões que apontam para um processo de educação em saúde na atuação profissional que integra a dimensão espiritual que apresenta a manifestação ou revelação do ser em si próprio para a realidade vivida.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Espiritualidade; Sofrimento.



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

PROGRAMAÇÃO GERAL DO EVENTO



III Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina:

Direito, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Cultura

04 A 30 DE NOVEMBRO DE 2022

Evento Cultural	Exposição Fotográfica “Lugares...”
Artista	Hélio Floriano dos Santos - Magru
Local	Biblioteca Central da UNIVALI

09 DE NOVEMBRO A 07 DE DEZEMBRO DE 2022

CULTURAL: Poesia – ALB - Brusque

Evento Cultural	Exposição de Arte “Sensibilidades: a poiese da arte ecoespiritual” - Acervo da Fundação Cultural de Itajaí
------------------------	--



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Artista	Dide Brandão, Augusto Raio, Magru Floriano, Buy Chaves e Márcia d'Ávila
Local	Galeria de Arte da UNIVALI



16 DE NOVEMBRO DE 2022 - NOTURNO

CERIMÔNIA DE ABERTURA (19h às 20h)

CULTURAL

Apresentação do Coral da UNIVALI. (Maestro - José Ricardo Capraro)
Taiko – Percussão Japonesa (GRUPO HIBIKIDAIKO DE ITAJAÍ)
Poesia – Academia de Letras do Brasil ALB- Brusque

CERIMONIAL

Mesa de abertura e autoridades

CONFERÊNCIA DE ABERTURA (20h às 21h15min)

Tema	Os instantes plenificantes da cultura da sociedade da política: um debate ético.
Palestrante	Prof. Dr. Adilson Felício Feiler - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - Faje - Belo Horizonte - Minas Gerais
Mediador	Prof. Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira - UNIVALI
Local	Teatro Adelaide Konder (TAK)

17 DE NOVEMBRO DE 2022 - MATUTINO

CULTURAL

Grupo de Dança UNIVALI
Poesia – ALB- Brusque

CONFERÊNCIA 01 (das 8h às 9h30min)

Tema	A criatividade na educação em tempos contemporâneos: possibilidades e desafios.
Palestrante	Prof. Dra. Jéssica Dimely Cabrera Cuevas Universidade Autônoma de Madrid (UAM) - Espanha
Mediadora	Profa. Dra. Maria Glória Dittrich - UNIVALI
Local	Teatro Adelaide Konder (TAK)



CONFERÊNCIA 02 (das 10h30min às 11h30min)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque

Tema	Educação Inovadora
Palestrante	Paulo Bornhausen - INOVAMFRI
Mediador	Prof. Dr. Marcos Vinicius Viana da Silva - UNIVALI
Local	Teatro Adelaide Konder (TAK)

MESA REDONDA 01 (10h às 11h30min)

Tema	Políticas Públicas: temas diversos
Palestrantes	Msc. Evandro Luiz Pasa – UNIVALI Msc Cesar Henrique Barzotto Antunes – UNIVALI
Mediador	Prof. Dra. Claudia Beatriz Batschauer da Cruz (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco D1 (AD1)

MESA REDONDA 2 (10h às 11h30min)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque

Tema	A dignidade da pessoa humana: criatividade e espiritualidade natural para a qualidade de felicidade.
Palestrante	Prof. Dr. Marcos Vinicius da Costa Meireles - Instituto Federal de Goiás (IFG), campus Goiânia. Prof. Dra. Maria José de Pinho (Universidade Federal de Tocantins - UFT)
Mediadora	Prof. Dra. Maria Glória Dittrich (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco E1 (AE1)



17 DE NOVEMBRO DE 2022 - VESPERTINO

FIXAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POSTERS (13h às 14h)

Local	Tenda ao lado do Teatro Adelaide Konder
--------------	---

MESA REDONDA 3 (14h às 15h30min)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque

Tema	Justiça Restaurativa e Políticas Públicas: a defesa da dignidade da pessoa humana.
Palestrantes	Prof. Dr. Ruy Muggiati (Tribunal de Justiça do Paraná) Prof. Dra. Adriana Accioly Gomes Massa (UNINTER) (on line)
Mediadores	Prof. MSc. Alexandre dos Santos Priess (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco D1 (AD1)

MESA REDONDA 4 (14h às 15h30min)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque

Tema:	Desafios para a sustentabilidade do SUS e contribuições do modelo de saúde norueguês.
Palestrantes	Prof. Elisabeth Hemnes Aanensen Prof. Dra. Leni Strom (Western Norway University of Applied Sciences – (Noruega) Prof. Dra. Rita de Cássia Teixeira Rangel (UNIVALI)
Mediadores	Prof. Dr. Rodrigo Massaroli (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco E1 (AE1)

MESA REDONDA 5 (14h às 15h30min)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque



Tema	Os ODS na análise e implementação das políticas públicas
Palestrantes	Prof. Dr. Asensio Navarro Ortega – Universidade de Granada - ES (Online) Prof. Dr. Vinicius Almada Mozetic - UNOESC
Mediador	Prof. Dr. Rafael Burlani - UNIVALI

MESA REDONDA 6 (14h às 15h30min)

Tema	Regulação, Desestatização e Relação Porto-Cidade.
Palestrante	Prof. Dr. Osvaldo Agripino – UNIVALI Sr. Fábio Veiga - Superintendente do Porto de Itajaí
Mediadores	Prof. Dra. Graziela Breitenbauch de Moura - UNIVALI
Local	Auditório I Medicina (AF4-1)

MESA REDONDA 7 (16h às 18h)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque

Tema	Políticas públicas para mulheres e relações de gênero.
Palestrante	Prof. Dra. María Nohemí González Martínez (Universidad Simón Bolívar de Barranquilla - Colômbia) - (Online)
Mediador	Prof. Dra. Ana Cláudia Delfini (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco D1 (AD-1)

COMUNICAÇÕES ORAIS (16h às 18h)

Tema: Apresentação de trabalhos aprovados

Local: Salas de aula do 2º e 3º andar do Bloco D1



17 DE NOVEMBRO DE 2022 - NOTURNO

CULTURAL

Grupo Cerimonium Brass - Instrumentos de Sopros
Fábio Santos - Cirque Du Soleil

CONFERÊNCIA 03 (das 19h30min às 22h)

Tema	Água e Políticas Públicas para a civilização em transformação
Palestrante	Prof. Dr. Daniel Prats Rico - Universidade de Alicante - ES Profa. Msc Mercedes Antuanet Calzada Garzón - SACYR AGUA- Universidade de Alicante - ES Sr. José Adriano Kielling – SEMASA – Itajaí. Msc. Alcides Volpato – Prefeitura Municipal de Itajaí
Mediador	Prof. Dr. Joaquim Olinto Branco – UNIVALI
Local	Teatro Adelaide Konder (TAK)

18 DE NOVEMBRO DE 2022 - MATUTINO

CULTURAL

Violão Solo - Eliezer Patissi
Músico Prof. Francisco Saraiva

CONFERÊNCIA 04 (das 8h às 9h30min)

Tema	As Reentrâncias da transculturação e perspectivismo na articulação de Bach: uma vivência em Weimar (Alemanha)
Palestrante	Prof. Dr. Francisco Saraiva – Faculdade Santa Marcelina
Mediadora	Profa. Dra. Maria Glória Dittrich - UNIVALI Profa. Dra. Vanderlea Ana Meller - UNIVALI MSc. Eliezer Patissi
Local	Teatro Adelaide Konder (TAK)

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque



MESA REDONDA 8 (10h às 11h30min)

Tema	Ações empreendedoras em ambientes universitários.
Palestrante	Prof. Dr. João Geraldo Cardoso Campos (Sapienza)
Mediador	Prof. Dr. Gustavo Behling (UNIVALI) Prof. Dr. Fernando Lenzi (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco E1 (AE1)

MESA REDONDA 9 (10h às 11h30min)

Tema	Sistema de saúde: perspectivas de acesso e direito à vida.
Palestrante	Prof. Alcindo Antônio Ferla - UFRGS (Online) Prof. Tânia Regina Krüger - UFSC
Mediador	Prof. Dr. Carlos Eduardo Máximo (UNIVALI) Prof. Dr. Marcos Aurélio Maeyama (UNIVALI)
Local	Auditório do PPCJ (PPCJ-D1)

18 DE NOVEMBRO DE 2022 - VESPERTINO

FIXAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POSTERS (13h às 14h)

Local	Tenda ao lado do Teatro Adelaide Konder
--------------	---

MESA REDONDA 10 (14h às 15h30min)

Tema	Ambientes promotores da saúde mental universitária.
Palestrante	Prof. Dra. Roberta Borghetti Alves (UNIVALI; UFSC) Prof. Dr. Jamir João Sardá Júnior (UNIVALI; UFSC)
Mediador	Prof. MSc. João Fillipe Horr (UNIVALI)
Local	Auditório Bloco D1 (AD1)

CULTURAL

Dança Portuguesa - Grupo Eduxi Poesia – ALB- Brusque



MESA REDONDA 11 (14h às 15h30min)

Tema	Políticas públicas na educação para o humanescer na saúde e na política.
Palestrante	Profa. Dra. Leonor Mercedes Moral Soriano - Universidad de Granada - ES (Online) Prof. Evandro Carlos Gevaerd – Observatório Social de Santa Catarina Profa. Deise Cristina Wischral - Observatório Social de Santa Catarina MSc. Juliana Argueles Cezar Helene (UNIVALI)
Mediador	Profa. Dra. Maria Glória Dittrich
Local	Auditório Bloco E1 (AE1)

MESA REDONDA 12 (14h às 15h30min)

Tema	Turismo, Território e Cultura
Palestrante	Prof. Dra. Diva de Mello Rossini (UNIVALI) Prof. Dra. Ana Paula Lisboa Sohn (UNIVALI)
Mediador	Prof. Dr. Pablo Flôres Limberger (UNIVALI)
Local	Auditório do PPCJ (PPCJ-D1)

COMUNICAÇÕES ORAIS (16h às 18h)

Tema: Apresentação de trabalhos aprovados
Local: Salas de aula do 2º e 3º andar do Bloco D1

18 DE NOVEMBRO DE 2022 - NOTURNO

CERIMÔNIA E CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO (das 19h às 20h30min).

CULTURAL

Poesia – ALB- Brusque
Duo Daniele Girardello (Itália) & Eliezer Patissi (Brasil) – Violino e Violão



Anais do III Congresso Internacional de
Políticas Públicas para a América Latina

Tema	Fundamentos teórico-políticos para a aplicação da economia humanista
Palestrante	Prof. Dr. Rafael Padilha dos Santos – UNIVALI
Mediador	Prof. Dr. Ricardo Stanziola - UNIVALI
Local	Teatro Adelaide Konder (TAK)